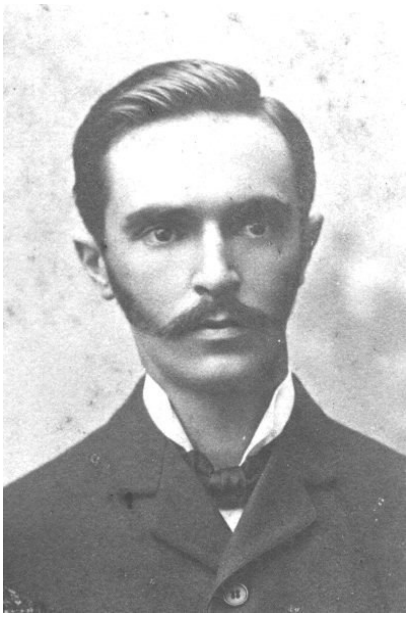
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Carlos Torres Gonçalves,
a família, a pátria e a humanidade:
a recepção do positivismo por
um filho espiritual de Auguste Comte
e de Clotilde de Vaux no Brasil (1875-1974)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Susana Bleil de Souza.

Paulo Ricardo Pezat

Porto Alegre, outono de 2003.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Curso de Doutorado em História

Carlos Torres Gonçalves, a família, a pátria e a humanidade:
a recepção do positivismo por um filho espiritual
de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux no Brasil (1875-1974)

Esta tese, de autoria de Paulo Ricardo Pezat, foi defendida e aprovada no dia 12 de junho de 2003. Os integrantes da banca examinadora e os conceitos atribuídos foram os seguintes:

Prof. Dr. Enno Dagoberto Liedke Filho (PPG – Sociologia / UFGRS) – conceito A

Prof. Dr. José Murilo de Carvalho (PPG – História / UFRJ) – conceito A

Profª. Drª. Sandra Jatahy Pesavento (PPG – História / UFRGS) – conceito A

Profª. Drª. Susana Bleil de Souza – Orientadora da tese e coordenadora da banca

Agradecimentos

Contei com o auxílio de inúmeras pessoas e instituições ao longo do caminho que resultou no presente trabalho.

Agradeço à Profª. Drª. Susana Bleil de Souza, minha orientadora, pelo apoio irrestrito e pela confiança que depositou na concretização do trabalho. As sugestões apresentadas pela banca de qualificação, integrada pelos professores doutores Enno Liedke e Sandra Jatahy Pesavento, auxiliaram-me a definir os rumos da pesquisa. Em suas origens, a pesquisa que resultou neste trabalho também contou com o acompanhamento das professoras doutoras Luiza Kliemann e Helga Piccolo. Agradecendo a eles, estendo meu reconhecimento ao conjunto do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sou profundamente grato ao acolhimento dado pela Profª. Drª. Annie Petit na Université Paul Valéry, em Montpellier, durante os cinco meses em que lá estive, período em que colocou a estrutura da universidade à disposição e me recebeu para freqüentes e profícuas discussões acerca da filosofia comtiana. Da mesma forma, reconheço a generosidade com que fui recebido na Maison d'Auguste Comte, em Paris, em cuja biblioteca pude realizar pesquisas. Nesta instituição sou especialmente reconhecido a Mme. Aurélia Giusti.

O suporte financeiro da CAPES foi fundamental para o desenvolvimento das pesquisas no Brasil e na França.

Não posso deixar de registrar também o meu reconhecimento ao Prof. Mozart Pereira Soares e ao Sr. Afrânio Capelli, responsáveis pela conservação da Capela Positivista de Porto Alegre, pela confiança em mim depositada ao me franquearem o acervo daquele prédio para minhas pesquisas.

Da mesma forma, sou grato ao Dr. Danton Voltaire Pereira de Souza, ao Alte. Alfredo de Moraes Filho (in memoriam) e ao Alte. Henrique de Oliveira (in memoriam), representantes da Delegação Executiva da Igreja Positivista do Brasil, por me permitirem a realização de pesquisas no Templo da Humanidade do Rio de Janeiro, sede daquela instituição religiosa.

Sou particularmente agradecido aos filhos de Carlos Torres Gonçalves, senhoras Sofia Mariana, Rozália Beatriz (in memoriam), Clotilde Tereza e Branca Marina e senhores Jorge Baiardo e Paulo Trajano Torres Gonçalves (in memoriam), pela generosidade com que me receberam, confiando-me documentos e memórias familiares.

Os colegas Adhemar Lourenço da Silva Jr., Beatriz Weber, Benito Bisso Schmidt, Breno Sponchiado e Elisabete Leal colaboraram com sugestões ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Muitos foram os amigos que, de uma forma ou de outra, me auxiliaram ao longo do desenvolvimento deste estudo. Citar a todos seria exaustivo, além de acarretar o risco de algum eventual esquecimento. Porém, não posso deixar de registrar meu reconhecimento a Cláudio Marmitt, Cristina Krebs, Eugênio Michel da Silva, Luciana Mielniczuk e Luciana Wrege Rassier.

Também não posso deixar de registrar meu reconhecimento aos familiares que auxiliaram no curso de minha trajetória acadêmica.

De forma especial, agradeço a Daniela Rejane Krause pela compreensão e carinho com que me acompanhou nessa trajetória.

Os eventuais méritos deste trabalho muito se devem a essas pessoas e instituições. Porém, seus equívocos são de minha inteira responsabilidade.

Sumário

Resumo / Resumé / Abstract **5**

Siglas utilizadas **6**

Introdução **7**

Primeira Parte – Carlos Torres Gonçalves e a Família **46**

Capítulo 1 – Uma família rio-grandina no século XIX **47**
1.1 – Ascendência e infância de Carlos Torres Gonçalves **47**
1.2 – Os Torres Gonçalves e o "fin-de-siècle" **63**

Capítulo 2 – O positivismo em família **84**
2.1 – Um casamento positivista no sul do Brasil **84**
2.2 – Torres Gonçalves e a pedagogia positivista **104**

Capítulo 3 – Torres Gonçalves, conselheiro e ancião **131**
3.1 – A instituição familiar na ótica de Torres Gonçalves **131**
3.2 – Torres Gonçalves, o retiro e a "transformação subjetiva" **141**

Segunda Parte – Carlos Torres Gonçalves e a Pátria **154**

Capítulo 4 – Torres Gonçalves e a Secretaria de Obras Públicas **155**
4.1 – Torres Gonçalves, funcionário público **155**
4.2 – Torres Gonçalves e a questão fundiária no Rio Grande do Sul **172**
4.3 – A questão indígena na perspectiva da ortodoxia positivista brasileira **198**

Capítulo 5 – Torres Gonçalves e a política gaúcha na República Velha **226**
5.1 – Torres Gonçalves e o castilhismo **226**
5.2 – Torres Gonçalves e o borgismo **245**

Capítulo 6 – Torres Gonçalves e o processo político brasileiro na República **276**
6.1 – A Primeira República na percepção de Torres Gonçalves **276**
6.2 – Torres Gonçalves e o varguismo **301**
6.3 – O período democrático e o regime militar observados por Torres Gonçalves **323**

Terceira Parte – Carlos Torres Gonçalves e a Humanidade **345**

Capítulo 7 – Torres Gonçalves, propagandista da Religião da Humanidade **346**
7.1 – O subsídio positivista e a difusão de publicações de propaganda da religião da Humanidade no Rio Grande do Sul **346**
7.2 – Torres Gonçalves e a defesa da ortodoxia positivista brasileira **367**

Capítulo 8 – Torres Gonçalves, a Capela Positivista de Porto Alegre e outros templos da Religião da Humanidade **388**
8.1 – O projeto de uma sede para a propaganda da Religião da Humanidade em Porto Alegre **388**
8.2 – Torres Gonçalves, a Capela Positivista de Porto Alegre, o Templo da Humanidade do Rio de Janeiro e a Maison de Clotilde de Vaux em Paris **409**

Capítulo 9 – Torres Gonçalves e as relações internacionais no século XX **445**
9.1 – A Primeira Guerra Mundial e o período de entre guerras na ótica de Torres Gonçalves **445**
9.2 – A Segunda Guerra Mundial observada por Torres Gonçalves **463**
9.3 – A Guerra Fria nos folhetos de Torres Gonçalves **482**

Conclusão **507**

Cronologia **513**

Arquivos e bibliotecas pesquisados **520**

Documentos produzidos por Carlos Torres Gonçalves na Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul **523**

Folhetos de Carlos Torres Gonçalves enquanto propagandista da Religião da Humanidade..... **530**

Obras de Auguste Comte e publicações diversas da Igreja Positivista do Brasil **540**

Bibliografia geral **547**

Resumo

Esta tese consiste em um estudo biográfico do engenheiro gaúcho Carlos Torres Gonçalves (1875-1974), que durante várias décadas foi funcionário público do Estado do Rio Grande do Sul e membro da Igreja Positivista do Brasil. A análise foi desenvolvida em diferentes escalas de observação, de modo a perceber a forma como o protagonista fez a recepção do pensamento de Auguste Comte – através de mediação feita no Rio de Janeiro por Miguel Lemos e Teixeira Mendes – e a maneira como aplicou os preceitos do positivismo religioso tanto no cotidiano de sua vida privada como nas ações públicas de seu ofício profissional. A obra também procura perceber o modo como o personagem principal analisou as transformações políticas ocorridas no Rio Grande do Sul, no Brasil e no conjunto das relações internacionais ao longo de sua existência.

Résumé

La présente thèse est une étude biographique de l'ingénieur sud-brésilien Carlos Torres Gonçalves (1875-1974), qui pendant plusieurs décennies a été fonctionnaire de l'État de Rio Grande do Sul et membre de l'Église Positiviste du Brésil. L'analyse a été développée en différentes échelles d'observation de façon à permettre de percevoir la manière dont le protagoniste a fait la réception de la pensée d'Auguste Comte – par l'intermédiaire de Miguel Lemos et Teixeira Mendes à Rio de Janeiro – et la façon dont il a mis en pratique les préceptes du positivisme religieux aussi bien dans sa vie privée quotidienne que dans les actions publiques de son métier. Cet ouvrage cherche aussi à montrer la façon dont le personnage principal a analysé les transformations politiques qui ont eu lieu dans l'État de Rio Grande do Sul, au Brésil et dans l'ensemble des relations internationales au cours de son existence.

Abstract

This thesis consists in a biography study about an Engineer called Carlos Torres Gonçalves (1875-1974), who worked as a civil servant for the State of Rio Grande do Sul (a State situated in the extreme south of Brazil) for a long time and was a member of Positivist Church of Brazil. The analysis was developed in different scales of observation to perceive the way the protagonist made the reception of Auguste Comte's thought - through mediation made by Miguel Lemos and Teixeira Mendes in Rio de Janeiro – and the manner how he applied the positivism precepts not only in his public actions of his professional activities, but also in his private life. The work, also, try to perceive the manner how Carlos Torres Gonçalves analysed the political transformation occurred in Rio Grande do Sul, in Brazil and in the whole international relations during his life.

Abreviaturas utilizadas:

* Ação Integralista Brasileira – AIB

* Aliança Nacional Libertadora – ANL

* Arquivo Borges de Medeiros / Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – ABM / IHGRGS

* Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre – ACPPA

* Arquivo Carlos Torres Gonçalves – ACTG

* Arquivo da Igreja Positivista do Brasil – AIPB

* Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS

* Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERGS

* Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul – DTC

* Organização dos Estados Americanos – OEA

* Organização das Nações Unidas – ONU

* Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN

* Igreja Positivista do Brasil – IPB

* Partido Comunista Brasileiro – PCB

* Partido Republicano Brasileiro – PCB

* Partido Republicano Rio-Grandense – PRR

* Partido Social Democrático – PSD

* Partido Trabalhista Brasileiro – PTB

* Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul – SOP

* Serviço de Proteção aos Índios – SPI

* Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais - SPILTN

* União Democrática Nacional – UDN

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Introdução

As origens desta tese remontam ao ano de 1989, ocasião em que eu estava à procura de um tema de pesquisa para desenvolver na cadeira de Técnica de pesquisa histórica, no curso de graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Interessei-me então pelo estudo das políticas em relação às populações indígenas implementadas pelos poderes públicos no sul do Brasil entre o final do Império e o início da República. Deste modo, através da leitura de um livro sobre a história da questão agrária no Rio Grande do Sul, deparei-me pela primeira vez com o nome de Carlos Torres Gonçalves.[1] Posteriormente, partindo para a pesquisa de fontes primárias, encontrei no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul uma grande quantidade de documentos produzidos por ele. Assim, paulatinamente fui tomando conhecimento de sua importância na formulação e na execução das políticas fundiária e indigenista do Estado ao longo da Primeira República, quando dirigiu por muito tempo a Diretoria de Terras e Colonização, órgão da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul (SOP), onde desenvolveu toda a sua vida profissional, entre 1899 e 1935. Portanto, a primeira faceta que descobri do personagem aqui biografado foi a do engenheiro e funcionário público.

Procurei dar continuidade àquela pesquisa inicial durante os semestres seguintes. Entretanto, o "sujeito" principal do estudo era um partido político – o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que dominou a política gaúcha ao longo das quatro primeiras décadas da República –, e não Carlos Torres

[1] O livro era de autoria da Prof.ª Dr.ª Luiza Helena Schmitz Kliemann, que também ministrava a referida disciplina. Cf. KLIEMANN, Luiza. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

Gonçalves ou qualquer outro indivíduo específico. Porém, mesmo não sendo o protagonista do trabalho resultante naquele momento, Torres Gonçalves desde logo assumiu um papel importante em minhas pesquisas.[2]

Ao ingressar no curso de mestrado em História da mesma universidade, em meados de 1992, minha pretensão era a de aprofundar os estudos sobre a política desenvolvida pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul em relação às populações indígenas que viviam em sua órbita de atuação nas primeiras décadas da República, particularmente me detendo na disputa ideológica travada entre positivistas, católicos e luteranos para tentar influenciar tal ação estatal entre os silvícolas. A partir de então, dispondo de melhores condições para o desenvolvimento de minhas pesquisas, pude ampliar o universo de acervos documentais investigados.[3]

No contexto desta ampliação dos horizontes da pesquisa, em meados de 1993 visitei pela primeira vez a Capela Positivista de Porto Alegre, ocasião em que tomei conhecimento de uma outra faceta de Carlos Torres Gonçalves: a do propagandista da religião positivista. Embora já tivesse percebido nos documentos produzidos por Torres Gonçalves na condição de funcionário público a utilização de conceitos recorrentes na obra de Auguste Comte, além de haver lido referências de seus vínculos com a Igreja Positivista do Brasil (IPB), até então eu ainda não tinha percebido as suas implicações.[4] Foi apenas ao entrar em contato com o acervo bibliográfico e documental lá depositado que se tornou possível o preenchimento de tal lacuna.

---

[2] Cf. PEZAT, Paulo Ricardo. *A política indigenista no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul durante a República Velha*. Porto Alegre: Departamento de História / UFRGS, 1990 (monografia de conclusão do curso de bacharelado em história, sob a orientação da Profª. Drª. Luiza Kliemann).

[3] Deste modo também comecei a realizar pesquisas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (especialmente no Arquivo Borges de Medeiros, lá depositado), no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, no Arquivo da Sociedade Literária São Boaventura (residência dos freis capuchinhos em Porto Alegre), no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, no Arquivo da Diocese de Santa Maria e no Museu Antropológico Diretor Pestana, em Ijuí, entre outras instituições.

[4] O nome de Carlos Torres Gonçalves é desconhecido do grande público. Apesar de sua importância como funcionário público e como propagandista do positivismo no Rio Grande do Sul durante as primeiras décadas do século XX, sua atuação é de conhecimento restrito de alguns poucos especialistas. Mesmo sendo o positivismo um tema recorrente na historiografia sul-rio-grandense, até pouco tempo atrás, raras eram as referências ao seu nome. Além do trabalho de Luiza Kliemann, antes citado, que aborda sua atuação como funcionário público estadual, pode-se referir o texto de Nelson Boeira que menciona a sua atuação como propagandista da religião positivista. Cf. BOEIRA, Nelson. "O Rio Grande de Augusto Comte". In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (org). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 57.

Em decorrência das pesquisas realizadas no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre,[5] o trabalho anteriormente projetado acabou tomando outros rumos. A ação dos missionários católicos e luteranos junto aos índios kaingang e guarani do Rio Grande do Sul ficou num plano secundário. De outra parte, os índios ficaram restritos ao papel de objetos das práticas e dos discursos desenvolvidos pelos agentes dos poderes públicos e pelos religiosos de diferentes crenças. O estudo voltou-se prioritariamente para a análise da influência exercida pela teoria evolutiva da humanidade elaborada por Comte – condensada na "lei dos três estados", segundo sua denominação – sobre as diretrizes que nortearam o governo do Estado em seu relacionamento com as populações indígenas ao longo da República Velha. Entrando o positivismo para o centro da investigação, tornou-se necessário fazer uma distinção entre suas várias correntes. Assim, além dos políticos gaúchos influenciados pela doutrina comtiana, reunidos em torno do PRR, a investigação também passou a contemplar os positivistas religiosos sul-rio-grandenses, que eram membros da IPB e adeptos da religião da Humanidade, fundada pelo filósofo francês na fase final de sua vida.

Deste modo, o papel de Carlos Torres Gonçalves em minhas pesquisas, que já era importante, tornou-se fundamental, visto que, por mais de duas décadas, foi ele o funcionário público estadual encarregado da implementação da política governamental em relação aos índios e, paralelamente, um dos principais divulgadores no Rio Grande do Sul do pensamento de Auguste Comte, que tanto influenciou o projeto político do PRR.

Os interessantes documentos que localizei no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre me levaram, em meados de 1994, ao Rio de

[5] O acesso ao acervo da Capela Positivista de Porto Alegre me foi gentilmente facultado pelo Prof. Mozart Pereira Soares e pelo Sr. Afrânio Capelli, responsáveis perante a IPB por sua preservação. Em contrapartida, diante da constatação da importância e do estado precário em que se encontrava tal acervo, foi elaborado, juntamente com a colega Elisabete Leal, um projeto visando buscar apoio institucional para promover o seu levantamento e organização. No final de 1995 este projeto foi apresentado à Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, na mesma ocasião sendo apresentados projetos complementares à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRGS (nestas duas últimas instituições através do apoio da Prof.ª Dr.ª Sílvia Petersen). Desta forma, com o auxílio das referidas instituições de fomento à cultura e à pesquisa, tais projetos foram desenvolvidos ao longo dos dois anos seguintes. Entre os resultados deste trabalho está a elaboração e a edição de um catálogo do acervo em questão. Cf. PEZAT, Paulo Ricardo & LEAL, Elisabete da Costa. *Capela Positivista de Porto Alegre – acervo bibliográfico, documental e iconográfico*. Porto Alegre: Fumproarte / PPG-História da UFRGS, 1996.

Janeiro, com o propósito de realizar pesquisas complementares nos arquivos da IPB. Nas pesquisas lá realizadas, concentrei-me principalmente na correspondência enviada pelos positivistas religiosos sul-rio-grandenses aos diretores da instituição - Miguel Lemos e Teixeira Mendes – durante as últimas décadas do século XIX e as décadas iniciais do século XX. De outra parte, ainda no Rio de Janeiro, também realizei pesquisas no acervo do Museu do Índio, onde encontrei documentos sobre a ação indigenista de Rondon e de Torres Gonçalves, ambos membros da IPB.

No Rio de Janeiro também tive a oportunidade de conhecer os seis filhos de Torres Gonçalves, que, embora octogenários, continuavam mantendo ativos vínculos com a instituição religiosa que seu pai integrara. A partir daquele momento e em sucessivas estadas na cidade ao longo dos anos seguintes, gradualmente fui me inteirando de aspectos da vida privada e do cotidiano do engenheiro gaúcho em sua longa existência.

Assim, ao concluir a dissertação de mestrado,[6] em 1997, ela tinha um aspecto bem diverso daquele imaginado no início da trajetória de pesquisa, pois tratava das relações entre o PRR e a IPB a partir de seus reflexos sobre a política indigenista implementada no Rio Grande do Sul ao longo da República Velha.[7]

No princípio de 1998, por um acaso, transferi-me para a cidade de Rio Grande, no extremo sul do Rio Grande do Sul e do Brasil, onde Carlos Torres Gonçalves nasceu, em 1875. Paralelamente às atividades docentes na Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG), desenvolvi pesquisas no rico acervo da Biblioteca Rio-grandense, principalmente em sua hemeroteca. Meu objetivo principal era o de encontrar informações sobre um grupo de positivistas religiosos que atuou naquela cidade durante a última década do século XIX, mas também acabei por localizar diversas informações sobre os ascendentes familiares de Torres Gonçalves.

Até então, ainda não tinha certeza do tema abordaria numa futura pesquisa de doutorado, embora já estivesse inclinado a continuar

---

[6] No seu período inicial, a pesquisa foi orientada pela Prof.ª Dr.ª Helga Iracema Landgraff Piccolo, e, no seu período final, pela Prof.ª Dr.ª Sandra Jatahy Pesavento.

[7] Cf. PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-grandense e a política indigenista na República Velha*. Porto Alegre: PPG-História / UFRGS, 1997 (dissertação de mestrado).

desenvolvendo algum assunto em torno da influência do positivismo religioso no sul do Brasil. Neste sentido, as investigações realizadas em Rio Grande acabaram consolidando a idéia de desenvolver, no âmbito do doutoramento, um estudo biográfico de Carlos Torres Gonçalves, iniciado no ano de 1999.[8]

No desenvolvimento das pesquisas realizadas nestes anos mais recentes com vistas à elaboração desta tese, além de continuar a investigar nos acervos documentais e junto às fontes orais antes referidos – espalhados pelo Rio de Janeiro, Porto Alegre, Rio Grande e outras cidades do Rio Grande do Sul –, também tive a oportunidade, durante o ano de 2002, de passar cerca de cinco meses em Montpellier e em Paris, desenvolvendo estudos bibliográficos mais aprofundados sobre o pensamento de Auguste Comte.[9]

Em linhas gerais, desde suas origens até o presente momento, esta foi a trajetória do meu envolvimento com a figura de Carlos Torres Gonçalves e da pesquisa condensada nestas páginas.

*
* *

A opção pelo desenvolvimento de um estudo biográfico impõe ao historiador uma reflexão acerca das relações deste gênero discursivo com a historiografia. Por si só, esta tarefa já não seria simples. A situação torna-se ainda mais complexa quando o personagem escolhido para ser investigado é um ardoroso discípulo de Auguste Comte, caso desta pesquisa. Portanto, nas páginas seguintes me proponho a tratar das conturbadas relações existentes entre o gênero biográfico, a historiografia e o positivismo.

Ao longo da maior parte do século XX, as palavras "biografia" e "positivismo" desfrutaram de pouco prestígio entre os historiadores. Estes costumavam utilizá-las associadamente quando procuravam caracterizar de maneira pejorativa à historiografia centrada nos acontecimentos políticos, nos feitos dos "grandes homens", narrada cronologicamente e repleta de referências às datas de afirmação nacional, tão comum nas escolas.

---

[8] O ingresso no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS ocorreu em março de 1999, sendo que continuei lecionando na FURG até julho daquele ano. Num primeiro momento, a pesquisa foi orientada pela Profª. Drª. Sandra Pesavento, e, ao longo de seu desenvolvimento e de sua conclusão, pela Profª. Drª. Susana Bleil de Souza.

[9] A estada na França foi viabilizada por uma bolsa concedida pela CAPES. Em Montpellier, cidade natal de Comte, fui orientado em minhas leituras da obra do filósofo e de trabalhos de especialistas no seu pensamento pela Profª. Drª. Annie Petit (Université Paul Valéry – Montpellier III). Em Paris, as pesquisas se concentraram na Maison d'Auguste Comte.

Portanto, o propósito de estudar a vida de um indivíduo que procurou incorporar a doutrina de Auguste Comte – representante máximo daquela corrente de pensamento – nos mais variados aspectos de sua existência coloca o historiador diante de um duplo preconceito que acabou por se integrar ao senso comum.

A necessidade de estabelecer uma "sintonia fina" na caracterização do positivismo se impõe na medida em que o personagem biografado neste estudo foi contemporâneo e participante ativo de uma das mais profundas tentativas de implementar a organização institucional de uma sociedade a partir do pensamento de Comte, ocorrida no Rio Grande do Sul ao longo da República Velha.

De outra parte, visando definir o espaço de trabalho, surge inicialmente a necessidade de desfazer alguns equívocos presentes em tal vinculação entre a biografia, enquanto gênero historiográfico, e o positivismo, enquanto sistema de pensamento. Neste sentido, é preciso resgatar a trajetória das relações entre biografia e historiografia desde suas origens até o presente, destacando a influência efetivamente exercida pelo positivismo sobre o pensamento histórico, as causas do descrédito em que caiu o gênero biográfico nas primeiras décadas do século XX e as principais tendências que assinalam o seu recente revigoramento.

Para um melhor entendimento da trajetória do gênero biográfico no contexto da historiografia, optei por desenvolver a exposição em três tópicos cronologicamente sucessivos: o primeiro trata do longo período que vai das origens da historiografia, na Grécia antiga, até o século XVIII; a segunda parte aborda o momento da afirmação da história como ciência, entre o século XIX e meados do século XX, com especial atenção à influência positivista; e o terceiro tópico se detém nas tendências contemporâneas que promoveram uma revitalização do gênero biográfico no contexto da historiografia.

*
* *

Ao afirmar-se como disciplina específica, na Grécia antiga, a história se caracterizou por adotar a prosa como forma literária e por procurar separar os fatos das fantasias sobre o passado, para isto recorrendo aos testemunhos. Visava assim se distinguir da poesia épica, cujo exemplo maior para os gregos

era a *Odisséia* de Homero, que versava sobre as desventuras de um indivíduo - Ulisses - para retornar ao seu lar após a tomada de Tróia. Embora utilizando métodos investigativos distintos, tanto Heródoto como Tucídides escreveram essencialmente sobre fatos de caráter político e militar, tomando as cidades-estado gregas como centro de referência.[10] Nos textos de ambos, os indivíduos só ganhavam destaque na medida em que suas ações se relacionavam com os ideais e interesses da comunidade, desta maneira tornando-se "heróis".

Tratando da relação entre o gênero biográfico e a historiografia desde a Antigüidade Clássica até o princípio do século XX, José Luis Romero constatou que a longevidade do gênero deve-se ao fato de que o acontecer é mais palpável na existência individual do que na existência coletiva, onde escapa à percepção clara e distinta. Deste modo, o herói surge como produto de uma tendência antropomórfica do espírito, que esquece muitos elementos históricos e conserva apenas certos traços assimiláveis à sucessão de acontecimentos individuais. Portanto, a figura do herói é construída sobre dados do processo coletivo, e não sobre sua existência real, assim se tornando um indivíduo despersonalizado, um arquétipo.[11]

Abordando o mesmo tema em suas origens gregas, Arnaldo Momigliano concluiu que, em seus primórdios, a história estaria separada da biografia enquanto tal, pois esta teria um caráter meramente genealógico e instrumental, enquanto aquela possuiria um componente explicativo racional.[12]

O mesmo autor também destacou que no período helenístico, por volta do século IV antes de Cristo (a.C.), a historiografia passou a se interessar pelo indivíduo real, se afastando dos modelos arquetípicos anteriormente dominantes. De outra parte, com a decadência das cidades-estado e o desenvolvimento das monarquias, através de "confissões", "meditações" e "memórias", teria se desenvolvido o gênero autobiográfico. Tal ocorrência se deveria ao fato de que o período de domínio de um soberano se converteu em

---

[10] Sobre a metodologia de Heródoto e Tucídides ver: HARTOG, François. "Le rhétorique de l'alternité". In: -----. *Le miroir d'Hérodote*. Paris: Gallimard, 1990, p. 225-269; e GAGNEBIN, Jeanne-Marie. "O início da história e as lágrimas de Tucídides". In: -----. *Sete aulas sobre linguagem, memória e* história. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 15-37.

[11] Cf. ROMERO, José Luis. "La biografía como tipo historiográfico". In: -----. *La vida histórica*. Buenos Aires: Editorial Sudamerica, 1988. p. 107-110.

[12] Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. "Historia y biografía". In: FINLEY, Moses (org). *El legado de Grecia*. Barcelona: Editorial Critica, s.d. p. 166-170.

unidade natural da história política. Desta forma, a história gradativamente foi se fazendo biográfica.[13]

Conforme observou Romero, no século II d.C., embora ainda recorrendo a arquétipos, Plutarco e Suetônio – autores respectivamente de *Vidas* e de *A vida dos doze césares* – assinalaram o início de uma etapa em que o biógrafo procurava ocupar-se principalmente dos problemas que residiam na personalidade individual, deixando num segundo plano aquilo que na vida do indivíduo era apenas reflexo dos interesses e dos valores coletivos. Tal característica também permitiu que o estrito ordenamento cronológico, até então onipresente nas biografias, se tornasse menos rígido. De outra parte, as biografias elaboradas na época deixaram de contemplar apenas a líderes políticos e militares, passando a tratar também de outros atores sociais.[14]

O modelo biográfico estabelecido por Plutarco e Suetônio exerceu forte influência nos séculos iniciais da era cristã. Porém, esse processo de afastamento em relação ao esquema arquetípico foi interrompido durante a Idade Média, em função da hegemonia desfrutada pela Igreja Católica entre os produtores intelectuais. A partir de então, a forma característica de biografia foi a hagiografia, isto é, a descrição da vida de santos, que era apenas uma variante do gênero dominante representado pela história eclesiástica. Na hagiografia medieval, independentemente do personagem e do ambiente em que atuasse, a vida do santo era invariavelmente apresentada como exemplo de virtude, possibilitada pela superioridade de sua fé, por uma existência repleta de sacrifícios e pela presença da vontade divina através do milagre. Seguindo modelos estereotipados e normativos, na hagiografia todo traço de individualidade desaparecia.[15]

De acordo com Le Goff, uma variante da hagiografia era a epopéia de heróis medievais, também repleta de arquétipos. Uma síntese entre os dois estilos pode ser encontrada na biografia de São Luís escrita por Joinville no século XIII, onde o santo e o monarca guerreiro se combinam, criando um dos exemplos mais característicos do modelo biográfico medieval.[16]

---

[13] Cf. MOMIGLIANO, *op. cit.*, p. 179-180.
[14] Cf. ROMERO, *op. cit.*, p. 110-113.
[15] Idem, Ibidem, p. 113-114.
[16] Cf. LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 419-441.

No Renascimento, o modelo biográfico arquetípico voltou a ceder espaço, refletindo a perda da hegemonia pelo catolicismo, a ascensão da burguesia, a valorização do indivíduo e a redescoberta de doutrinas filosóficas de raízes clássicas. Mas, segundo Peter Burke, tal recuo dos arquétipos foi apenas relativo, pois eram freqüentes nas biografias do período os relatos de profecias sobre a grandeza futura do herói, tal como nas vidas dos santos medievais ou dos grandes homens da Antigüidade.[17] Se os biógrafos renascentistas não romperam definitivamente com os arquétipos, ao menos os ampliaram e diversificaram ao instituírem novas formas de vida dentro das quais procuravam enquadrar seus personagens: o sábio humanista, o artista criador, o homem de Estado, o prelado e o cortesão.[18]

Um outro aspecto que levou à proliferação de biografias a partir do século XV foi a invenção da imprensa, que possibilitou a edição de numerosos livros escritos na Antigüidade, em geral acompanhados de textos apresentando seus autores. Analisando tais biografias renascentistas, Peter Burke assinalou o grande desenvolvimento que o gênero teve na Itália, com Petrarca escrevendo sobre romanos famosos e Boccaccio escrevendo sobre mulheres famosas, assim diversificando ainda mais o universo de atores sociais estudados pelo gênero biográfico.[19]

Entre as biografias escritas no período, Romero destaca a que trata do líder político e militar Castruccio Castracani, de autoria de Maquiavel, como um exemplo de esforço no sentido de romper definitivamente com o modelo arquetípico, pois se concentrava no estudo da personalidade conturbada do referido indivíduo.[20]

Conforme assinalado por Peter Burke, o gênero biográfico não foi particularmente fecundo na Idade Moderna, em função do domínio exercido pela historiografia de afirmação das distintas nacionalidades européias, através da qual se procurava consolidar o sentimento de pertencimento às pátrias. Deste modo, mesmo em escritos pretensamente biográficos, como no caso do estudo de Voltaire sobre o monarca sueco Carlos XII, os esquemas

[17] Cf. BURKE, Peter. "A invenção da biografia e o individualismo renascentista". In: *Estudos históricos*. nº 19, 1997. p. 89.
[18] Cf. ROMERO, op. cit., p. 114.
[19] Cf. BURKE, op. cit., p. 85.
[20] Cf. ROMERO, op. cit., p. 115.

arquetípicos fundados nos caracteres nacionais acabavam por predominar.[21] Mas, apesar deste pequeno desenvolvimento do gênero no período, foi entre os séculos XVII e XVIII que o termo "biografia", surgido na Grécia antiga com o sentido de descrever a vida de uma pessoa, se difundiu pela Europa.[22]

De outra parte, em meados do século XVIII os filósofos iluministas franceses passaram a contestar a tradicional narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens. Procurando conceber a história a partir de uma perspectiva universal, os iluministas preocuparam-se também com as leis, o comércio, as artes, a moral e os costumes, ampliando os horizontes da historiografia.[23]

*
* *

Este recuo às origens do gênero biográfico permite que se perceba que muitas das características atribuídas à historiografia do século XIX – seguidamente qualificada de "positivista" –, como o recurso à exposição cronológica, o apego aos fatos de natureza política e a exaltação dos "grandes homens", na verdade são tendências muito mais antigas. Algumas delas remontam mesmo à Grécia antiga. Neste sentido, se pode dizer que tais características são próprias de uma historiografia "tradicional", e não uma contribuição específica do positivismo à historiografia.[24]

Se a historiografia do século XIX manteve algumas das características do período anterior, muitas diferenças surgiram a partir de então. De fato, na modernidade a vontade divina deixou de ser aceita como explicação para os acontecimentos, procurando-se formular leis científicas que expressassem as regularidades existentes na estrutura e no desenvolvimento da sociedade. Também nessa época ocorreu a consolidação de uma metodologia de pesquisa histórica apoiada em documentos (em geral, os documentos legitimados eram de natureza escrita e de caráter oficial). Neste contexto, a

[21] Idem, Ibidem.
[22] Cf. BURKE, *op. cit.*, p. 90-91.
[23] Cf. BURKE, Peter. "O Antigo Regime na historiografia e seus críticos". In: -------. *A Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991. p. 17.
[24] Cf. GUTFREIND, Ieda. "Historiografia sul-rio-grandense e o positivismo comtiano". In: GRAEBIN, Cleusa & LEAL, Elisabete (org). *Revisitando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998. p. 56.

historiografia passou a se afastar do campo das artes e começou a se aproximar do campo das ciências.

O "positivismo" de Auguste Comte, sem dúvida, foi uma das correntes teóricas que melhor emblematizaram esta tendência cientificizante da historiografia no século XIX. Em função da tentativa de integral adesão ao positivismo comtiano por parte do personagem biografado neste estudo, torna-se necessária uma exposição mais detalhada do pensamento do filósofo francês, principalmente no que concerne à sua filosofia da história.

Em um ensaio escrito no ano de 1822, Comte propôs-se organizar cientificamente os diferentes domínios do conhecimento humano. Tomando os princípios de generalidade decrescente e de complexidade crescente como critérios de organização hierárquica das ciências, Comte estabeleceu as seguintes disciplinas: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia (que ele fundou e a qual chamou inicialmente de "física social").[25] Posteriormente Comte procurou formular uma sétima ciência, a moral, ao fundar a "Religião da Humanidade",[26] da qual Carlos Torres Gonçalves - objeto do presente estudo - viria a ser um dos principais adeptos no Brasil.

Como base para a criação da sociologia, Comte formulou a "lei dos três estados", essência de sua filosofia da história, segundo a qual as sociedades humanas passariam em sua evolução por três estágios teóricos diferentes: o teológico ou fictício, em que a vontade de Deus (ou de vários deuses) explicaria os fenômenos ocorridos; o metafísico ou abstrato, em que outras forças e essências conteriam a explicação para os fatos; e o positivo ou científico, em que se estabelecem leis derivadas da observação dos acontecimentos.[27]

Este movimento de um estágio teórico a outro era explicado por Comte pela interação entre a estática e a dinâmica sociais, elementos constitutivos centrais de sua sociologia. A estática social estudaria as condições constantes da sociedade, enquanto que a dinâmica social investigaria as leis de seu

[25] Cf. COMTE, Auguste. "Plano dos trabalhos necessários para a reorganização da sociedade". In: ———.. *Opusculos de philosophia social (1819-1828)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1899. p. 66-202.
[26] Cf. COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista*. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1895.
[27] Idem, p. 178-182.

progressivo desenvolvimento. A idéia fundamental da estática seria a ordem; a da dinâmica, o progresso. Para Comte, a dinâmica social subordina-se à estática, pois o progresso provém da ordem e aperfeiçoa os elementos permanentes de qualquer sociedade, como a religião, a família, a propriedade, a linguagem, etc.[28]

Portanto, a sociologia tinha para Comte a função instrumental de descobrir as leis que regulariam o desenvolvimento das sociedades, sendo tal conhecimento utilizado pelos governantes para promover uma transição pacífica rumo aos regimes próprios de cada período histórico. O conservadorismo da sociologia comtiana reflete assim o momento em que esta foi concebida, marcado pela consolidação do capitalismo e pela conquista da hegemonia pela burguesia.[29] O propósito de Comte no sentido de colocar a sociologia a serviço da elite dominante fica claro em sua obra derradeira, o *Apelo aos conservadores.*[30]

Tal característica do positivismo comtiano fez com que ele fosse "demonizado" ao longo de boa parte do século XX, sendo-lhe atribuída a responsabilidade por grande parte dos problemas existentes na prática historiográfica. Parte destes problemas realmente se devia a sua influência, casos da crença na possibilidade de total isenção por parte do cientista, da utilização de um mesmo método de análise para todas as ciências, do empirismo exacerbado, do evolucionismo eurocentrista e da construção de uma sociologia completamente autônoma em relação à economia. Entretanto, a partir de um enfoque maniqueísta, muitos outros problemas da historiografia que foram atribuídos à influência positivista não encontram qualquer amparo na obra de Comte.

Neste sentido, torna-se necessário analisar de forma mais detida a percepção de Comte acerca da história – enquanto disciplina. Inicialmente, é importante destacar que a história não estava entre as ciências reconhecidas

---

[28] Cf. GIANNOTTI, José Arthur. "Comte, vida e obra". In: *COMTE*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção *Os pensadores*). p. XIII.

[29] Cf. PETERSEN, Sílvia. "Historiografia positivista e positivismo comtiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica". In: GRAEBIN, Cleusa & LEAL, Elisabete (org). *Revisitando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998. p. 34-35.

[30] Cf. COMTE, Auguste. *Apelo aos conservadores*. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1899.

pelo filósofo. Fazendo referência à situação da historiografia nas primeiras décadas do século XIX, Comte escreveu:

> "Todas as obras históricas escritas até hoje [1822], mesmo as mais recomendáveis, não tiveram (...) senão o caráter de *anais*, isto é, de descrição e de disposição cronológica de uma certa série de fatos particulares, mais ou menos exatos, mas sempre isolados entre si. Sem dúvida, as considerações relativas à coordenação e à filiação dos fenômenos políticos não foram nelas inteiramente desprezadas, principalmente desde meio século. Mas é claro que esta miscelânea não refundiu ainda o caráter deste gênero de composição, que não cessou de ser literário. (...). Não existe até hoje verdadeira *história*, concebida em um espírito científico, isto é, tendo por fim a pesquisa das leis que presidem ao desenvolvimento social da espécie humana".[31]

Como se pode perceber, Comte criticava na historiografia elaborada até o início do século XIX justamente os aspectos que as gerações posteriores atribuíram à influência do positivismo, como o caráter descritivo e o ordenamento cronológico. Notável também é a sua afirmação de que tais obras eram essencialmente literárias, isto é, que se inclinavam mais para o campo das artes do que para o campo das ciências. Indo além, Comte afirmava que tal distinção entre "anais" e "história":

> "(...) basta para explicar por que se julgou até aqui, quase universalmente, que em *história* era necessário proceder do particular ao geral, e por que, pelo contrário, se deve hoje proceder do geral ao particular, sob pena de não se obter resultado algum. (...). Porque, quando se trata unicamente de construir com exatidão *anais* gerais da espécie humana, cumpre evidentemente começar por formar os anais dos diferentes povos, e estes só podem ser fundados sobre crônicas de províncias e de cidades, ou mesmo sobre simples biografias. (...). É assim que se deve necessariamente proceder para chegar-se a compor os fatos gerais, que são os materiais da ciência política, ou antes o objeto sobre o qual as suas combinações são dirigidas. Mas uma marcha inteiramente oposta torna-se indispensável, logo que se chega à formação direta da ciência, isto é, ao estudo do encadeamento dos fenômenos". [32]

Desta maneira, o filósofo atribuía o mero caráter de "anais" aos exercícios biográficos e às "crônicas" regionais, rejeitando-lhes a caracterização de "história", isto é, de conhecimento científico sobre o passado, que ainda estaria por ser elaborado. Tal posição fica mais clara na seguinte passagem:

---

[31] COMTE, Auguste. "Plano dos trabalhos...". p. 199 (os grifos são do original).
[32] Idem, p. 200 (os grifos são do original).

> "Estou, além disto, muito convencido da utilidade e mesmo da necessidade absoluta desta classe de escritos, como trabalho preliminar. Sem dúvida não suporão que penso que pudesse haver história sem anais. Mas é igualmente certo que anais não são história, como coleções de observações meteorológicas não são física". [33]

Como se percebe, no entender de Comte caberia aos historiadores simplesmente registrar de maneira isenta os fatos sobre os quais a sociologia (ou a ciência política) iria trabalhar, formulando leis gerais a partir das quais os fatos particulares seriam interpretados. Este espaço subalterno destinado por Comte aos historiadores também ajuda a entender o desprezo que estes alimentaram pelo positivismo.

Outra afirmação corriqueira nas críticas feitas à influência do positivismo na historiografia é que esta teoria atribuiria um papel determinante aos "grandes homens" no processo histórico. Tal idéia decorre do culto religioso de Comte aos indivíduos que representariam os distintos momentos da evolução humana, conforme o "calendário positivista".[34] Mas, em uma outra passagem do mesmo ensaio seminal de 1822, o filósofo assim expôs sua perspectiva acerca do papel do indivíduo na história:

> "Tem sido a história escrita e estudada até o presente de um modo superficial (...). Esses fatos mal observados contribuem mesmo para manter ainda a crença teológica e metafísica no poder indefinido e criador dos legisladores sobre a civilização. (...). Este mau efeito resulta de que, nos grandes acontecimentos, vê-se unicamente os homens, e nunca as circunstâncias que os impelem com uma força irresistível. Em vez de reconhecer-se a influência preponderante da civilização, consideram-se os esforços desses homens previdentes como as verdadeiras causas dos aperfeiçoamentos realizados, que se teriam dado, um pouco mais tarde, sem a sua intervenção. (...). Apegam-se ao aparente, e desprezam o real, que está velado. (...). Quando o homem parece exercer uma grande ação, não é, em geral, por suas próprias forças, que são extremamente pequenas. São sempre forças exteriores que agem pelo homem, segundo leis sobre as quais ele nada pode". [35]

Como se vê, a idéia de que o positivismo exacerbaria o papel dos "grandes homens" nas transformações históricas não encontra apoio na obra de seu principal representante. Longe de incentivar a prática do gênero

---

[33] Idem, p. 199 (nota de rodapé).
[34] Explicações mais detalhadas sobre os grandes personagens do calendário positivista podem ser encontradas em COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista...*, p. 396.
[35] COMTE, Auguste. "Plano dos trabalhos...". p. 136-137.

biográfico na historiografia, Comte o entendia como uma forma superada e "metafísica" de perceber a história. Quanto ao propalado empirismo do positivismo, o próprio Comte dava margem a controvérsias, pois referia que as leis científicas devem ser formuladas a partir dos fatos observáveis, mas também escreveu que a realidade se oculta sob o véu das aparências.

Por outro lado, a própria idéia de individualidade, fundamento do pensamento liberal hegemônico no século XIX e de qualquer estudo biográfico, é contestada por Comte, um defensor intransigente do estatismo, da República ditatorial e do princípio da autoridade.[36] Em sua caracterização do "Grão-Ser", isto é, do conjunto da humanidade passada, presente e futura, Comte assim se referia à noção de direitos individuais:

> "O positivismo não admite nunca senão deveres de todos para com todos; pois que seu ponto de vista sempre social não pode comportar nenhuma noção de direito, constantemente fundada na individualidade. Nós nascemos carregados de obrigações de todo gênero, para com os nossos predecessores, os nossos sucessores, e os nossos contemporâneos. (...). Por maiores que possam ser nossos esforços, a mais longa vida bem empregada não nos permitirá jamais restituir senão uma parte imperceptível do que houvermos recebido. (...). Todo direito humano é, portanto, tão absurdo quanto imoral" .[37]

Também a exaltação dos nacionalismos, característica essencial da historiografia do século XIX,[38] não se deve especificamente ao positivismo comtiano, defensor da elaboração de uma história universal da humanidade. Da mesma forma, a tendência de centrar a análise nos fatos políticos é bem anterior, não se devendo a uma influência direta do pensamento de Comte.

Creio que fica assim demonstrado o equívoco de se conceituar como "positivista" a historiografia desenvolvida ao longo do século XIX e de boa parte do século XX, pois este é um rótulo que promove uma homogeneização inexistente na prática, além de atribuir ao pensamento comtiano idéias que são anteriores e muitas que lhe contradizem frontalmente. Da mesma forma, se o gênero biográfico manteve seu espaço na historiografia do período, isto ocorreu em função da continuidade de tendências que têm suas raízes na

---

[36] Cf. GURVITCH, Georges. *"Tres capitulos de la historia de la sociologia: Comte, Marx y Spencer*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1970. p. 81.
[37] COMTE, Auguste. *Catecismo*..., p. 351-352.
[38] Cf. HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Grécia antiga e que acabaram por conformar uma matriz historiográfica que pode ser chamada de "tradicional", e não graças a uma influência direta do positivismo.

No século XIX, outra importante corrente de pensamento que postulou pelo desenvolvimento da historiografia em moldes científicos foi o materialismo histórico. Para Karl Marx, seu principal formulador teórico, o eixo que permitiria a compreensão dos diversos aspectos da sociedade seria o modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza para produzir os bens materiais de que necessitam para viver.[39] Portanto, em meados do século XIX Marx propôs uma análise social centrada no estudo do modo de produção, acabando por privilegiar os sujeitos coletivos - as classes sociais e seus conflitos - como agentes principais das transformações que caracterizariam as distintas etapas da evolução humana.

Mas, diferentemente do que muitas vezes foi atribuído ao seu pensamento, Marx não desprezava o papel do indivíduo no processo histórico. Ao contrário, o filósofo alemão via a história como um processo de contínuo desenvolvimento do indivíduo. Rejeitando a identificação entre o individualismo do século XVIII e a natureza humana, presente nas obras de Rousseau, Adam Smith e David Ricardo, Marx procurou demonstrar a historicidade da noção de indivíduo. Assim, quanto maior o desenvolvimento das forças de produção, maior seria a liberdade do indivíduo.[40]

Porém, mesmo reconhecendo a progressiva libertação do indivíduo relativamente aos condicionamentos impostos pela natureza e pela sociedade, Marx percebia a impossibilidade de uma liberdade criadora absoluta por parte

---

[39] Cf. MANDEL, Ernest. *Introdução ao marxismo*. Lisboa: Antídoto, 1978. p. 261.

[40] Na *Crítica da economia política*, Marx assim abordou a problemática envolvendo a noção de indivíduo: "Os profetas do século XVIII (...) imaginam este indivíduo do século XVIII - produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI - como um ideal, que teria existido no passado. Vêem-no não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história, porque o consideravam como um indivíduo conforme a natureza - dentro da representação que tinham da natureza humana -, que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza. (...). Quanto mais se recua na história, mais dependente aparece o indivíduo, e portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence. (...). Só no século XVIII, na "sociedade burguesa", as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz este ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento". In: MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. In: *Marx*. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (coleção "Os pensadores"), p. 3-4.

do sujeito. Portanto, rejeitava as explicações dos acontecimentos históricos elaboradas em torno de ações e crenças individuais.[41]

Portanto, mesmo rejeitando o voluntarismo individualista, Marx não negava a possibilidade do indivíduo intervir no rumo dos acontecimentos. Apenas alertava para os limites de tal participação do indivíduo no processo histórico. Mas, assim como aconteceu com o positivismo comtiano, também alguns seguidores do pensamento do filósofo germânico acabaram por descaracterizar suas idéias. Desta maneira, apesar de Marx, gerou-se uma linha mecanicista de interpretação do materialismo histórico que negava qualquer grau de autonomia ao indivíduo ao longo do processo histórico.[42] Assim, não é de admirar que a historiografia de inspiração marxista tenha, por largo período de tempo, desdenhado o gênero biográfico.[43]

Cabe ressaltar que a influência do pensamento marxista sobre a historiografia não se fez sentir de imediato, em função da intensa resistência do "status quo" ao seu componente político revolucionário. Foi ao longo do século

---

[41] Na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx estudou as condições que permitiram ao sobrinho de Napoleão promover um golpe de estado e conquistar o poder na França, em 1851. Mas o personagem central da obra é a luta de classes, e não o indivíduo referido no título. Acerca dos condicionamentos a que o indivíduo está sujeito, Marx escreveu: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada". In: MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. In: *Marx*. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Coleção "Os Pensadores"), p, 7.

[42] Cf. CANEVACCI, Massimo. "Introdução". In: ------- (org). *Dialética do indivíduo: o indivíduo na natureza, história e cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 19.

[43] Exemplo desta leitura mecanicista da obra de Marx pode ser percebida na seguinte passagem escrita pelo historiador russo Plekhanov: "Os historiadores acostumaram-se demasiado a prestar excessiva atenção às manifestações brilhantes, ruidosas e efêmeras da atividade humana, aos grandes acontecimentos e aos grandes homens, em lugar de insistir sobre os grandes e lentos movimentos das instituições, das condições econômicas e sociais, que são a parte verdadeiramente interessante e permanente da evolução humana, aquela que pode ser analisada com certa segurança, e, em certa medida, sujeita a leis. Os acontecimentos e as personagens verdadeiramente importantes são principalmente sinais e símbolos das diferentes etapas dessa evolução, mas a maioria dos acontecimentos chamados históricos são, para a verdadeira História, o que, para o movimento profundo e constante das marés, são as ondas que surgem à superfície do mar, brilham por um momento com a sua luz viva para logo se quebrarem na costa arenosa, desaparecendo sem deixar vestígio". In: PLEKHANOV. "O papel do indivíduo na história". In: -----. *Reflexões sobre a história*. Lisboa: Editorial Presença, 1976, p. 137.

XX que, lenta mas vigorosamente, se desenvolveu no campo da reflexão histórica uma linha de interpretação calcada na obra de Marx.

Se o século XIX procurou embasar cientificamente o conhecimento sobre o passado humano, para isso deslocando o foco de análise para as estruturas sociais e para os sujeitos coletivos, também acabou por consagrar o romance ficcional como forma literária adequada para explorar os dramas individuais.

Não por acaso, o período que abrange o final do século XIX e o início do século XX viu proliferar o "romance histórico" e a "biografia novelada". Livre das amarras arquetípicas impostas pelas biografias tradicionais e da metodologia exigida pela historiografia, a biografia novelada podia aventurar-se na sondagem dos segredos da alma humana, conquistando grande sucesso popular.[44]

A "Escola dos Annales" foi uma das correntes que contribuíram para a incorporação (não ortodoxa) de algumas noções do pensamento marxista na historiografia, a partir das primeiras décadas do Século XX. Tendo a revista *Annales d'histoire économique et sociale* como veículo para a difusão de suas idéias, este grupo se caracterizou por contestar a tradicional historiografia voltada para o estudo dos acontecimentos políticos, em que situações históricas complexas eram simplificadas a uma trivial disputa de poder por parte dos grandes homens.

Com base em uma concepção da história mais abrangente e totalizante, a Escola dos Annales procurou aproximá-la de outras ciências, como a sociologia, a geografia, a demografia e a economia. Além dessa perspectiva interdisciplinar, também fomentou o ecletismo teórico-metodológico e se opôs a qualquer tipo de determinismo, propondo o desenvolvimento de investigações a partir da noção de "história-problema".

Em sua fase inicial, aproximadamente entre 1929 e 1945, a Escola dos Annales teve Marc Bloch e Lucien Febvre como principais expoentes. Não se restringindo ao desenvolvimento de estudos em torno de temas econômicos e

[44] Cf. ROMERO, op. cit., p. 115. Como exemplos de biografias noveladas de personagens históricos, de autoria de escritores ficcionais, pode-se citar: GRAVES, Robert. *Eu, Claudius, Imperador*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940; Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939; ZWEIG, Stefan. *Maria Antonietta*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1936; e WERTHEIMER, Oskar von. *Cleópatra - a mulher mais genial da história*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

sociais, procuraram eles também promover uma aproximação entre a história e a psicologia, através da criação da "história das mentalidades", assim incorporando à historiografia certas noções elaboradas por Freud na passagem do século XIX para o século XX.[45]

Embora priorizando o estudo de aspectos estruturais das sociedades humanas - que abrangem não apenas os modos de produzir os bens materiais, mas também os modos de sentir e de pensar -, em seus primeiros tempos a Escola dos Annales não rejeitou o gênero biográfico, como demonstra o livro de Febvre sobre Lutero.[46] Neste estudo, entretanto, o indivíduo foi tomado como chave para o entendimento do mundo em que viveu e que o condicionou, e não como as biografias tradicionais costumavam abordar os "grandes homens", isto é, como seres dotados de poderes excepcionais.

Fernand Braudel foi o historiador mais representativo da segunda fase da Escola dos Annales, entre 1945-1968, conforme a periodização proposta por Peter Burke.[47] Nesta fase, o ecletismo teórico característico do período anterior foi enfraquecido pela hegemonia exercida pelo estruturalismo, e os estudos concentraram-se em temas de natureza econômica, demográfica e social. Como conseqüência, os estudos quantitativos ganharam espaço em detrimento dos estudos sobre as mentalidades.

Em um artigo emblemático escrito em 1958, Braudel tratou das distintas durações do tempo histórico. No seu entender, todo trabalho histórico decomporia o tempo segundo preferências e opções mais ou menos conscientes do historiador:

> "A história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao evento, habituou-nos há muito tempo à sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto.
> A nova história econômica e social põe no primeiro plano de sua pesquisa a oscilação cíclica e assenta sobre sua duração (...). Hoje, há assim, ao lado do relato (ou do "recitativo" tradicional), um recitativo da conjuntura que põe em questão o passado por largas fatias: dez, vinte ou cinqüenta anos.

---

[45] Cf. BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991. p. 23-32. Sobre a relação entre história e psicologia, ver também os artigos publicados sobre o tema por FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa, Editorial Presença, 1985. p. 199-238.
[46] Cf. FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero - um destino*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1976.
[47] Cf. BURKE, *op. cit..,* p. 12-13.

> Bem além desse segundo recitativo, situa-se uma história de respiração mais contida ainda, e, desta vez, de amplitude secular: a história de longa, e mesmo de longuíssima duração".[48]

No entender de Braudel, portanto, o historiador deveria se ocupar do tempo médio das conjunturas e do tempo longo das estruturas, deixando o tempo curto, onde os indivíduos vivem o cotidiano, para o cronista e para o jornalista.[49]

Assim, embora sua obra principal levasse o nome de um "grande homem" no título,[50] Braudel acabou por desenvolver estudos em que o foco central estava no ambiente e nas estruturas sociais, e não nos indivíduos, vistos como seus "prisioneiros".[51]

Considerado como uma forma tradicional e mesmo reacionária de encarar a história, o gênero biográfico foi praticamente abandonado pela Escola dos Annales entre meados da década de 40 e o final da década de 60 do século XX, chegando mesmo a ser percebido como inteiramente esgotado. Sob a influência de Marx e de Durkheim (que desdobrou o pensamento sociológico de Comte), a historiografia desenvolvida no período acabou por deixar de lado o homem concreto com suas características singulares, substituído por esquemas conceituais e entidades coletivas.

Deve-se destacar que tais características não se restringiram à historiografia francesa, tendo em vista a grande influência que a Escola dos Annales exerceu sobre as historiografias de outros países da Europa, da América e de outros continentes.[52]

*
* *

Ao longo das três últimas décadas do século XX verificou-se uma intensa retomada dos estudos biográficos no contexto da historiografia. Como

---

[48] BRAUDEL, Fernand. "História e ciências sociais: a longa duração". In: ------. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 44.
[49] Idem, p. 45.
[50] Cf. BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983.
[51] Peter Burke chama a atenção para o fato de que Braudel concebeu sua obra sobre Filipe II e o Mediterrâneo na prisão, durante a ocupação nazista da França, o que teria levado a que visse o indivíduo como "prisioneiro" das estruturas. Cf. BURKE, *op. cit.,* p. 53.
[52] Acerca da influência da Escola dos Annales sobre a historiografia de outros países e continentes, ver o capítulo "Os Annales numa perspectiva global", da obra de Peter Burke acima citada.

marco dessa mudança na valoração do gênero biográfico por parte dos historiadores pode-se tomar o ano de 1968, por sua importância simbólica na transformação da cultura nos países ocidentais, principalmente na França, de onde partem as principais tendências culturais que influenciam a América Latina. A partir de então houve uma crise de paradigmas nas ciências humanas, com o progressivo desgaste das grandes teorias explicativas levando ao enfraquecimento da história quantitativa e serial, predominante até aquele momento.[53]

Esta crise dos sistemas teóricos macro-explicativos fez com que houvesse na historiografia um movimento de afastamento em relação à economia e à sociologia, ciências auxiliares hegemônicas até então, e ocorresse uma maior aproximação com outras áreas do conhecimento, como a literatura, a antropologia e a psicologia, caracterizando, deste modo, uma revalorização dos sujeitos individuais na prática historiográfica.[54]

Em seu diálogo com a literatura, mais especificamente com a teoria literária e com a literatura ficcional, historiadores e filósofos de variadas perspectivas têm contribuído para a retomada do debate em torno da localização epistemológica da história, entre as artes e as ciências. Apesar da heterogeneidade de suas perspectivas de análise, Hayden White[55], Paul Veyne,[56] Michel de Certeau[57] e Paul Ricoeur[58] parecem concordar que o trabalho do historiador se apresenta, necessariamente, como uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa acerca de acontecimentos passados[59]. Deste modo, em parte a análise histórica deslocou-se do mundo exterior e de suas estruturas para o seu próprio fazer, isto é, para as condições de produção dos discursos historiográficos, para os recursos retóricos empregados pelo historiador (qualquer que seja sua orientação teórica) para

---

[53] Cf. LEVILLAIN, Philippe. "Os protagonistas: da biografia". In: REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p. 162.
[54] Cf. SCHMIDT, Benito. "O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses e uma proposta de investigação". In: *Anos 90,* Porto Alegre, nº 6, 1996, p. 171.
[55] WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.
[56] VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.
[57] CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
[58] RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.
[59] Cf. WHITE, *op. cit.*, p. 11.

convencer o seu leitor e para as condições de recepção, de leitura e de interpretação dos textos.

Refletindo tal tendência de aproximação com relação à literatura por parte dos historiadores, muitos destes passaram a dar mais atenção aos recursos estilísticos utilizados, procurando atrair um público leitor mais amplo que aquele restrito de especialistas. Verificou-se assim uma revalorização da narrativa, do acontecimento, da história política, do factual, do específico, do indivíduo e, conseqüentemente, da biografia. Em conseqüência, nas últimas décadas não foi incomum ver obras de historiadores entre as listas dos mais vendidos.

Analisando as razões da popularidade do gênero biográfico, Pierre Bourdieu assinalou que, aos olhos do senso comum, a vida de uma pessoa aparece como um todo, como um conjunto coerente e orientado, com um começo e com um fim.[60] Assim, a racionalidade da biografia se imporia logo de saída, aproveitando-se de sua transparência funcional (o indivíduo e seu nome), da evidência existencial do vivido (os acontecimentos) e da eficácia dramática do plano (o ambiente e o contexto).[61]

Esta "ilusão biográfica" apontada por Bourdieu explicaria o enorme sucesso editorial obtido por biografias (escritas por historiadores, jornalistas, sociólogos, antropólogos, romancistas, "ghost-writers", etc.), autobiografias, memórias, diários íntimos, relatos de vida e outras formas literárias limítrofes, que têm em comum o fato de tratarem da construção do personagem.[62]

Cabe lembrar que tal mudança de perspectiva por parte dos historiadores, que voltaram a se interessar por personagens individuais e por acontecimentos, aconteceu paralelamente ao abandono destes mesmos elementos pela literatura ficcional, que deixou de contar "histórias" para converter-se em um exercício de estilo, sendo dominada por teóricos da

---

[60] BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta (org). *usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 183-184.

[61] PASSERON, Jean-Claude. "A encenação e o corpus: biografias, fluxos, itinerários, trajetórias". In: --------. *O raciocínio sociológico: o espaço não-popperiano do racionalismo natural*. Petrópolis: Vozes, 1995, cap. 8.

[62] Cf. ROBIN, Régine. "Literatura y biografía". In: *Historia y fuente oral*. Barcelona, nº 1, 1989, p. 81-82.

literatura. Deste modo a literatura ficcional teria deixado órfão um grande público interessado em heróis, intrigas, sentimentos, ações.[63]

Na revalorização de objetos de estudo antes desprezados, os historiadores acabaram por encontrar profissionais de outras áreas ocupando tais espaços de pesquisa, como jornalistas e romancistas. De acordo com Benito Schmidt,[64] a aproximação com a literatura e a preocupação com o estilo estaria presente tanto entre os historiadores como entre os jornalistas, mas estes últimos usariam a imaginação mais livremente ao recriar supostos diálogos e ao não citar suas fontes, confundindo-as com suas próprias falas.[65]

Com relação aos romances inspirados em personagens ou contextos históricos, este é um gênero que nunca desapareceu, sempre contando com certa popularidade, como evidencia a presença freqüente de obras do gênero nas listas de livros mais vendidos, tendência esta que se verifica tanto no exterior como no Brasil. Nestas obras, porém, a preocupação estética prepondera sobre a busca da "verdade". Ao tentar criar uma atmosfera de envolvimento do leitor, o romancista acaba por sacrificar a precisão e a fidelidade do relato ao sabor envolvente das palavras.

Como reflexo desta influência da literatura, parece crescer atualmente entre os historiadores a preocupação com as questões estilísticas e estéticas do texto historiográfico. A história está deixando de ser encarada apenas como uma ciência social, havendo uma redescoberta de sua face de arte literária. Deste modo, os historiadores contemporâneos estão sendo levados a perceber que seus textos, necessária e inevitavelmente, devem possuir certa capacidade evocadora, recorrendo a recursos literários para mobilizar a nostalgia e a fantasia do leitor, assim reconstruindo idealmente uma realidade desaparecida.[66] Entretanto, tal utilização por parte do historiador de recursos

---

[63] Cf. MORALES-MOYA, Antonio "Biografía y narración en la historiografía actual". In: *Acta Salmanticensia - Esdudios Históricos y Geográficos*. Salamanca, º 84, 1993. p. 231.

[64] SCHMIDT, Benito. "Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos". In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, nº 19, 1997, p. 3-21.

[65] Esta característica talvez explique o grande sucesso recentemente alcançado por jornalistas brasileiros que escreveram biografias, como CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras; MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

[66] Cf. MORALES-MOYA, *op. cit.*, p. 232-233.

literários e da imaginação para convencer ao seu leitor deve submeter-se às evidências documentais e ao domínio do razoável e do verossímil.

Também é inegável a influência exercida pela antropologia sobre o trabalho dos historiadores ao longo das últimas três décadas. De fato, percebe-se atualmente uma certa rejeição à historiografia quantitativa e serial – preponderante até pouco tempo – em que os traços singulares do indivíduo de carne e osso desaparecem completamente do processo histórico, substituídos por entidades coletivas ou abstratas e por esquemas conceituais.

A falência dos grandes sistemas explicativos despertou nos historiadores o interesse pelo homem concreto, contribuindo assim para o renascimento do gênero biográfico no âmbito da historiografia. Entretanto, não apenas os "grandes homens" receberam atenção dos historiadores. Sob o influxo da antropologia, também o indivíduo comum passou a ser tomado como objeto de estudo, pois seu modo de viver e de pensar parece mais representativo da média da sociedade a que pertence do que o indivíduo excepcional, que comumente desperta a atenção. Também os indivíduos marginalizados acabaram se tornando protagonistas de abordagens históricas, revelando os limites da normalidade em uma época.

Esta valorização do indivíduo, seja qual for sua condição social, levou o historiador a interessar-se menos pela abordagem estatística, quantitativa, e a adotar um tratamento qualitativo das fontes documentais disponíveis. Tal mudança foi possibilitada pela influência da antropologia – principalmente através de Clifford Geertz – e de sua capacidade de elaborar perguntas adequadas para obter o máximo de informações a partir de um mínimo de indícios disponíveis, propiciando uma descrição densa a partir de um conjunto de sinais significativos.[67]

Deste modo, através de um enfoque mais centralizado sobre pequenas estruturas sociais, como a família, a aldeia, ou determinado ramo profissional, o historiador pode cruzar informações oriundas de diferentes fundos documentais em busca de referências a certos indivíduos e situações em que se envolveram, perscrutando nas relações sociais os espaços de liberdade que o sujeito dispõe para reinterpretar os sistemas normativos. Assim, um pequeno

[67] Cf. LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história - novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 141.

detalhe adequadamente questionado e interpretado pode revelar-se extremamente simbólico, dizendo mais sobre um fenômeno social do que toda uma série estatística de longa duração.

Ao retirar a hierarquia das fontes documentais, dando aos registros sobre os indivíduos comuns de uma sociedade a mesma atenção dada aos registros sobre seu governante, a historiografia influenciada pela antropologia vêm contribuindo para a renovação dos métodos de pesquisa, valorizando a procura por documentos e a sua exploração intensiva.

Esta análise qualitativa em pequena escala propiciada pelos instrumentos da antropologia permite ao historiador uma aproximação com o vivido, com a realidade mais pessoal, inacessível a outros tipos de investigação. Deste modo, estruturas sociais invisíveis, como os casos marginais, funcionam como indicadores de uma realidade escondida, não apreensível através de uma documentação oficial que nada diz ou que deforma a situação dos excluídos.[68]

Diversas tendências da historiografia contemporânea refletem a influência de tal método derivado da antropologia, como demonstram os trabalhos sobre a vida privada e sobre o cotidiano. Em geral, tais estudos colocam uma lente de aumento sobre homens e mulheres comuns, estudando a formação de identidades sociais, os mecanismo de recepção e circulação cultural, a interpretação das normas, etc.

Nestes espaços sociais antes invisíveis, os indivíduos lutam para afirmar suas vontades, procurando protagonizar conscientemente a história (pelo menos as suas histórias pessoais), apesar das estruturas sociais em que estão inseridos e que os condicionam, mas não os determinam de maneira absoluta.[69]

As relações entre a disciplina histórica e a psicologia também foram alteradas significativamente ao longo das últimas décadas do século XX, contribuindo para a revalorização do indivíduo no âmbito historiográfico.

Os contatos entre os historiadores e o instrumental teórico elaborado por Freud nunca foram fáceis. Mesmo após algumas experiências exitosas em torno da aplicação de princípios da psicanálise na elucidação de

[68] Cf. MORALES-MOYA, *op. cit.,* p. 243.
[69] Idem, p. 234.

comportamentos individuais e coletivos, como aquelas feitas por Marc Bloch, Lucien Febvre e Georges Lefebvre ainda na década de 1930, durante largo tempo os historiadores tiveram fortes restrições à psicologia.

Sob o argumento de que não é possível psicanalisar os mortos, a historiografia predominante após a 2ª Guerra Mundial acabou rejeitando como fantasiosas as interpretações históricas inspiradas pelo pensamento freudiano, o que não impediu que o estudo das mentalidades, tão popular em determinado momento, fosse tributário dos conhecimentos trazidos pelo estudo dos fenômenos psíquicos individuais e coletivos. No entender de Peter Gay, todos os historiadores - e não apenas os seguidores desta tendência - utilizam, mesmo que inconscientemente, noções tomadas de empréstimo ao vocabulário freudiano, que foi progressivamente incorporado ao senso comum ao longo do século XX. Entretanto, esta mesma notoriedade adquirida pela psicologia acabou por facilitar a adulteração de seu sentido, com seus conceitos sendo utilizados de forma inapropriada na maior parte dos casos.[70]

Após 1968, com a "crise da modernidade" levando à descrença em torno dos projetos coletivos de emancipação e ao avanço do individualismo, os cientistas sociais voltaram a interessar-se pelos fenômenos inerentes ao sujeito individual, razão pela qual a psicologia foi revalorizada como uma importante parceira.

Deste modo, os fenômenos psíquicos e comportamentais de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos passaram a ser tomados como objetos de estudos, influenciando na abertura de um leque de investigações que abarca o retorno da história das mentalidades, a emergência da história do imaginário e a afirmação da psico-história, além de estudos sobre a memória individual e a memória coletiva.

Entretanto, mesmo os defensores mais apaixonados da utilização do instrumental psicanalítico na interpretação histórica mostram-se apreensivos quanto às possibilidades de simplificações excessivas. Refutando explicações monocausais, tanto as de inspiração marxista quanto as de inspiração freudiana, Gay afirma que "toda a história é em alguma medida psico-história, mas a psico-história não pode ser toda a história".[71]

---

[70] Cf. GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 25-33.
[71] Idem, p. 13.

De qualquer forma, parece hoje indiscutível que a psicologia pode auxiliar os historiadores no estudo de temas tais como a sexualidade, a infância, a família, a morte, os mecanismos de defesa, a consciência, a identidade, a memória e a imaginação.

Esta aproximação da disciplina histórica com a literatura, a antropologia e a psicologia não implicou em um rompimento com a economia e a sociologia, ciências limítrofes antes hegemônicas no âmbito das ciências humanas. Contrapondo-se aos diversos determinismos, a historiografia contemporânea parece ter como característica um saudável ecletismo teórico e metodológico, o que possibilita o ressurgimento revigorado de técnicas e objetos até pouco tempo considerados como superados como a narrativa, o acontecimento e a biografia.

É interessante observar mais de perto a forma como, ao longo das últimas três décadas, tal revitalização do gênero biográfico vem ocorrendo no campo historiográfico. Neste sentido, Benito Schmidt traçou um abrangente painel acerca das diferentes contribuições para o gênero trazidas por algumas das correntes historiográficas mais representativas dos dias atuais, casos da "nova história francesa", dos "historiadores britânicos de inspiração marxista", da "psico-história" e da "micro-história".[72]

Desta forma, tomando a análise feita por Schmidt como ponto de partida, percorri alguns dos textos em que os autores representativos dessas "escolas historiográficas" se referiram ao gênero biográfico.

Inicialmente, Schmidt analisa a "nova história francesa", isto é, a terceira geração da Escola dos Annales, que surgiu justamente no momento de crise dos paradigmas das ciências sociais, até então dominadas pelo marxismo e pelo estruturalismo, e retomou o ecletismo da primeira geração da referida vertente historiográfica.[73] Talvez a sua principal contribuição tenha sido a de constatar que a historiografia não é inteiramente estranha ao campo ficcional, pois também se depara com o problema da construção da trama e do

[72] Cf. SCHMIDT, Benito. "O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação". In: *Anos 90*, Porto Alegre, nº 6, dezembro de 1996. p. 165-192.
[73] Idem, p. 172-173.

personagem.[74] Desta forma, a emergência de disciplinas "literárias" como parceiras da historiografia influenciou o surgimento, no interior da Escola dos Annales, da chamada "história cultural".[75] De outra parte, a influência da psicologia levou à revitalização da "história das mentalidades", tal como praticada por Lucien Febvre décadas antes, através da emergência da "história do imaginário".[76]

Jacques Le Goff, um dos historiadores mais representativos da nova história francesa, assinalou que a retomada do gênero biográfico por parte dos historiadores ocorreu paralelamente à revalorização da história política e da preocupação com os aspectos narrativos do texto. De outra parte, registrou ainda que o direcionamento do olhar para o indivíduo acarretou uma maior atenção dada ao acaso, ao acontecimento e aos encadeamentos cronológicos.[77]

Dentre os historiadores nova história francesa, Le Goff não foi o único a exercitar o gênero biográfico.[78] Também Georges Duby o praticou.[79] Entretanto, deve-se observar que não se tratava de um retorno à biografia tradicional, pois não se restringia a descrever fatualmente a vida de um indivíduo. Ao contrário, as obras destes autores procuravam analisar, na dimensão da individualidade, problemas mais amplos da sociedade feudal, tais como a constituição das redes de vassalagem, o papel das mulheres da nobreza e as concepções sobre a morte.[80]

---

[74] Cf. CERTEAU, Michel de. "La historia, ciencia y ficción". In: *Historias*, México, INAH, nº 16, jan./mar. 1987. p. 19-33.
[75] Cf. CHARTIER, Roger. "O mundo como representação". In: *Estudos Avançados*, São Paulo, 11 (5), 1991, p. 174.
[76] Cf. PALATGEAN, Evelyne. "A história do imaginário". In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 291-316.
[77] Acerca da relação do retorno da biografia no campo historiográfico, Le Goff escreveu: "La biographie historique doit se faire, à un certain degré au moins, récit, narration d'une vie, (...) [puis que] une biographie non événementielle n'a pas de sens". In: LE GOFF, Jacques. "Comment écrire une biographie historique auhourd'hui?". *Le Débat*, n.º 54, 1989, p. 49. É interessante notar que, um quarto de século antes deste artigo, Le Goff foi um dos que haviam decretado a morte da narrativa e do gênero biográfico no campo da historiografia contemporânea. Cf. LE GOFF, Jacques. "Apresentação". In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História – novos problemas*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 11-15.
[78] Duas de suas obras mais recentes são estudos biográficos: LE GOFF, Jacques. *São Luís*, Rio de Janeiro: Record, 1999; e LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
[79] DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
[80] Cf. SCHMIDT, *op. cit.,* p. 173.

Os reflexos da crise dos paradigmas teóricos da modernidade também atingiram aos “historiadores ingleses de formação marxista”. Este grupo se constituiu em torno da revista *Past and present,* reunindo antigos simpatizantes do Partido Comunista Inglês que com ele romperam em função do descontentamento com o stalinismo e com as invasões soviéticas na Hungria (1956) e na Tchecoslováquia (1968). Entre seus membros mais destacados estavam Eric Hobsbawm, E. P. Thompson, Christopher Hill e Lawrence Stone.

Sem abandonar o marxismo, estes historiadores caracterizaram-se pela crítica à ortodoxia e por desenvolverem estudos sobre a história do movimento operário e sobre a cultura popular, preocupando-se em resgatar a dimensão subjetiva dos processos sociais.[81]

Também tomando o ano de 1968 como divisor de águas e fazendo um balanço das tendências recentes da historiografia ocidental, Lawrence Stone assinalou como sua principal característica o retorno à forma narrativa, por ele caracterizada como tendo uma organização cronológica das informações, um texto antes descritivo que analítico, uma preocupação maior com a leveza do texto, um ecletismo teórico em detrimento de um determinismo sectário e uma maior valorização do homem em contrapartida às estruturas. Entre as causas para tal retorno, Stone apontou a decepção com os resultados obtidos por perspectivas de análise economicistas e hierarquizadas, a percepção de que a cultura do grupo e a vontade individual podem ser agentes causais de câmbio tão importantes quanto as estruturas, a aproximação dos historiadores com a antropologia e a psicologia, o declínio dos comprometimentos ideológicos dos intelectuais ocidentais e, finalmente, a preocupação em atingir um público leitor mais amplo.[82]

Repercutindo o artigo de Stone, Eric Hobsbawm concordou que está se verificando uma diversificação de enfoques, que o acontecimento e a biografia deixaram de ser desprezados, que os historiadores contemporâneos têm uma preocupação maior com as técnicas de expressão que utilizam nos textos que produzem e que está ocorrendo uma ampliação do campo da história. No seu entender, entretanto, isto não caracterizaria uma ruptura com tendências

[81] Cf. SCHMIDT, *op. cit*., p. 174.
[82]Cf. STONE, Lawrence. “El resurgimiento de la narrativa: reflexiones acerca de una nueva y vieja historia”. *In: -------. El pasado y el presente*. Mexico: FCE, 1986. p. 95-120.

historiográficas anteriores, pois o acontecimento, a narrativa e o indivíduo não são tomados como fins em si mesmos, mas como meios para iluminar de forma mais ampla aos assuntos abordados, não havendo um abandono do esforço de produzir explicações coerentes das mudanças ocorridas no passado. Assim, a nova historiografia que contempla homens e mentes, idéias e acontecimentos, pode ser vista como algo que complementa em lugar de suplantar a análise das estruturas sócio-econômicas.[83]

O historiador desta corrente historiográfica inglesa que mais exercitou o gênero biográfico foi Christopher Hill, autor de uma obra sobre Oliver Cromwell,[84] líder da Revolução Inglesa no século XVII, e de esboços biográficos do poeta Milton e do escritor em prosa Bunyan.[85] Embora tais estudos apresentem algumas das características das biografias tradicionais, como a escolha de "grandes homens", a organização cronológica e o enfoque predominantemente político, o autor valorizou também as questões religiosas próprias do período em que os personagens estudados viveram, procurando penetrar em suas motivações psicológicas. Fiel à sua formação marxista, Hill também privilegiou o estudo das origens sociais dos seus personagens.

Acerca da "psico-história", Schmidt assinalou que ela não é uma tendência historiográfica tão recente, abarcando historiadores que, em momentos e lugares distintos, utilizaram o instrumental da psicologia e da psicanálise para explicar as ações dos homens no passado. Ainda na primeira metade do século XX, Lucien Febvre esteve entre os pioneiros na utilização de elementos da psicologia para o estudo de personagens ou momentos da história. [86]

Segundo Szaluta, a psico-história procura promover uma aproximação entre o instrumental analítico desenvolvido por Freud e a análise histórica, particularmente no estudo de indivíduos de famílias e de grupos restritos.[87]

---

[83]Cf. HOBSBAWM, Eric. "El renacimiento de la historia narrativa: algunos comentarios". In: *Historias*. Mexico, nº 14, jul./set., 1986. p. 9-13.
[84] Cf. HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 14.
[85] Cf. HILL, Christopher. "A biografia na história da Inglaterra setecentista". In: *Varia Historia*. Belo Horizonte, nº 14, set./1995. p. 124-144.
[86] Cf. SCHMIDT, *op. cit.*, p. 177.
[87] Cf. SZALUTA, Jacques. *La psychohistoire*. Paris: PUF, 1987. p. 108.

Indubitavelmente, o representante mais destacado da psico-história no momento é o historiador alemão radicado nos Estados Unidos Peter Gay. Entretanto, Gay não aceita que seu trabalho possa ser enquadrado como psico-história, preocupado que está em desvincular-se de certa tendência reducionista que percebe em alguns colegas. No seu entender, o que ele estaria fazendo seria uma ampliação dos horizontes da história das idéias. [88]

Ao propor uma aproximação da história com a psicologia, mais especificamente com a psicanálise freudiana, Gay argumenta que o historiador profissional, embora não se dê conta disso, já é um psicólogo amador, pois "atribui motivos, estuda paixões, analisa irracionalidades e constrói o seu trabalho a partir da convicção tácita de que os seres humanos exibem algumas características estáveis e discerníveis, alguns modos predizíveis de lidar com as experiências".[89] Deste modo, o historiador propõe que seus colegas se instrumentalizem para lidar adequadamente com tais questões, evitando assim a utilização grosseira e desinformada de conceitos freudianos.

Na década de oitenta, Peter Gay empregou o método psicanalítico para biografar o próprio criador da psicanálise, Sigmund Freud.[90] Para isso, analisou os sonhos registrados pelo personagem, sua correspondência e seus escritos científicos, além das associações de palavras e atos falhos ali presentes. Entretanto, Gay não se restringiu a investigar a subjetividade de Freud, procurando analisar sua inserção familiar, profissional, cultural e social.[91]

Mais recentemente, no final dos anos noventa do século XX, Gay utilizou a psicanálise para escrever uma biografia de Mozart, procurando fugir das imagens estereotipadas sobre sua genialidade e inserindo o personagem no seu contexto.[92]

A principal contribuição trazida pelos estudos de Peter Gay parece ter sido a de levar o historiador a se iniciar nos estudos da teoria psicanalítica – bem como no de outras correntes da psicologia – ou a evitar a utilização equivocada de conceitos que não dominam.

---

[88] Cf. GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 32.
[89] Idem, p. 25.
[90] GAY, Peter. *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
[91] Cf. SCHMIDT, op. cit., p. 179.
[92] Cf. GAY, Peter. *Mozart*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

Como o próprio nome indica, a "micro-história" caracteriza-se por uma redução na escala de observação, isto é, por uma análise microscópica e um estudo intensivo da documentação sobre o objeto de estudo. Segundo Giovanni Levi, a micro-história é essencialmente uma prática historiográfica, não tendo um sistema coerente de conceitos que a embase.[93]

Surgida na Itália nos anos setenta e tendo como veículo à revista *Quaderni Storici*, a micro-história se compõe de historiadores com formações bastante heterogêneas, embora a influência marxista seja um traço comum.[94] Refletindo o desgaste dos grandes sistemas explicativos, os "micro-historiadores" deixaram de lado o estudo das estruturas abstratas e se voltaram para a investigação exaustiva de situações e indivíduos concretos, acreditando que tal enfoque permite uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de abordagens e que possibilita a percepção do real funcionamento das estruturas invisíveis nas quais aquele vivido se articula.[95]

Nesta elaboração de um método de pesquisa voltado para o estudo do emblemático, do simbólico, daquilo que só é perceptível a um olhar mais atento, a micro-história valeu-se da recente aproximação da história com a literatura, a psicologia e a antropologia, principalmente através de Clifford Geertz e sua "descrição densa" dos fenômenos sociais.

O representante mais destacado da micro-história é, sem dúvida, Carlo Ginzburg. Suas contribuições para o desenvolvimento deste método de pesquisa característico da micro-história distinguem-se pela inventividade e pela perspicácia. Tais habilidades saltam aos olhos em diversos trabalhos, como aquele em que apresenta o "paradigma indiciário", comparando o trabalho investigativo do historiador ao do detetive em busca de pistas,[96] ou um outro em que compara o historiador com o juiz, visto que ambos devem analisar evidências e provas em busca da verdade.[97]

---

[93] Cf. LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história - novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 133-136.
[94] Cf. PESAVENTO, Sandra. "Esta história que chamam micro". In: GUAZELLI, Cesar et alii (org). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 214-216.
[95] GINZBURG, Carlo. "O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico". In: ------. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 169-178.
[96] GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: ------. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-179.
[97] GINZBURG, Carlo. *Le juge et l'historien*. Paris: Verdier, 1997.

Deste modo, Ginzburg preocupa-se em prender a atenção do leitor, não se constrangendo em utilizar recursos literários antes tidos como próprios da ficção. Lembrando que a atividade dos historiadores resulta em textos, Ginzburg desvenda os meios utilizados por estes profissionais para transmitir um "efeito de verdade" para quem os lê.[98]

A redução da escala de análise proposta pela micro-história faz com que a atenção do historiador se desloque das grandes estruturas para o nível da comunidade do grupo e da própria individualidade, aproximando-se assim do gênero biográfico. Diferentemente de outras tendências historiográficas contemporâneas, como a terceira geração dos Annales, a psico-história e os historiadores britânicos de formação marxista, que em seus estudos biográficos parecem preferir a análise de personagens destacados (os "grandes homens"), a micro-história volta-se para indivíduos desconhecidos, estendendo a noção de individualidade às classes subalternas.[99]

Outra contribuição trazida pela micro-história para o desenvolvimento dos estudos biográficos está na rejeição ao modelo que apresenta os atores históricos como obedientes a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Para Levi, tal perspectiva levaria à apresentação de uma personalidade sem conflitos, coerente e estável, e ao privilegiamento da dimensão pública em vez da dimensão privada,[100] criando assim uma "ilusão biográfica", para lembrar a definição de Bourdieu.

O melhor exemplo das potencialidades da micro-história para o desenvolvimento de investigações biográficas está na obra *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg. Neste livro o autor desenvolveu uma intensiva pesquisa documental sobre Menocchio, um moleiro da região italiana do Friuli que foi condenado pela Inquisição no século XVI em função de suas inusitadas crenças cosmogônicas. Entretanto, Ginzburg não se restringiu à análise dos

---

[98] Cf. GINZBURG, Carlo. "Montrer et citer". In: *Le débat*. Paris, nº 56, sept./oct. 1989.

[99] Cf. LIMA FILHO, Henrique Espada. "Biografia e microstoria: o uso da biografia na historiografia italiana contemporânea". In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA*. Belém, v. 12, nº 1/2, jan./dez. 1993. p. 3.

[100] Cf. LEVI, Giovanni. "Usos da biografia". In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 167-182.

problemas inerentes à existência de um indivíduo específico. Tomou-o como fio-condutor para um estudo mais amplo da cultura camponesa da Europa pré-industrial e de sua circularidade com a cultura de elite. Deste modo, a investigação da vida de Menocchio abriu as portas para o conhecimento do cotidiano e da mentalidade dos camponeses do norte da Itália no século XVI, além de possibilitar a percepção de seus conflitos com a nobreza e com a estrutura da Igreja Católica.[101]

Portanto a micro-história contribui para o resgate do papel do indivíduo na história, tomando-o como local em que se verifica o embate entre liberdade e condicionamento social. Entretanto o indivíduo é tomado apenas como um ponto de partida para a percepção de problemas mais amplos, que se referem ao grupo social e à cultura em que está inserido.[102]

Existem muitas diferenças entre as variadas tendências historiográficas contemporâneas que resgataram o gênero biográfico. Porém, algumas características são compartilhadas: a preocupação em situar o indivíduo estudado no seu contexto, evitando-se tanto o determinismo estrutural como o individualismo exagerado; o resgate de aspectos da vida cotidiana e da vida privada do biografado, cruzados com aspectos públicos de sua existência; e, finalmente, a percepção de que a historiografia situa-se num campo intermediário entre a ciência e a ficção, havendo em decorrência disto uma maior preocupação com os aspectos estilísticos dos textos produzidos.

De certa maneira, o retorno da biografia era inevitável, visto ser esta uma das formas possíveis da historiografia dentro de um leque de opções que apresenta seus limites. Após alguns exageros cometidos pela historiografia voltada para o estudo das estruturas e das regularidades sociais – que apontava mesmo para uma negação da própria história, visto que a "congelava" –, este retorno da singularidade é mesmo desejável.

*
* *

[101] Cf. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
[102] Cf. LORIGA, Sabina. "A biografia como problema". In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

A partir das considerações antes expostas acerca das relações entre gênero biográfico, historiografia e positivismo, particularmente tomando em conta as reflexões desenvolvidas pela historiografia contemporânea sobre o papel do indivíduo na história, passo agora a tratar das diretrizes que orientam o desenvolvimento deste estudo biográfico de Carlos Torres Gonçalves.

Antes de tudo, é preciso considerar que o protagonista escreveu muito ao longo de sua vida quase centenária. Tais registros escritos tinham as mais variadas naturezas: anotações pessoais, correspondência privada, correspondência administrativa, relatórios, memórias, textos proselitistas, manifestos políticos, poemas, necrológios, mapas, plantas, tabelas e gráficos. A condição em que produziu tais escritos também variou muito: filho, irmão, noivo, esposo, pai, amigo, colega, subalterno, chefe, confrade, correligionário, cidadão, engenheiro, funcionário público e adepto da religião positivista. A mesma variedade é encontrada entre os destinatários de seus escritos, acrescentando-se ainda os governantes e o conjunto da opinião pública. Boa parte desta imensa produção acha-se preservada em arquivos públicos e privados.

Também não se pode ignorar que a longevidade de Torres Gonçalves o retirou do "tempo curto", no qual Braudel via o indivíduo preso em seu cotidiano, e projetou sua existência no tempo médio das mudanças conjunturais, roçando a "longa duração" das mudanças estruturais. De fato, o protagonista nasceu pouco depois do encerramento da guerra do Paraguai e foi um observador atento do declínio do Império, da abolição da escravatura, da proclamação da República, da República Velha, do Estado Novo, do período de redemocratização e da ditadura militar, no âmbito da história nacional. Em termos de história universal, Torres Gonçalves nasceu numa era movida a vapor e morreu numa outra que enviava satélites artificiais à lua, passando por duas guerras mundiais e por inúmeros outros conflitos localizados. E não ficou indiferente a nada disso, escrevendo sobre vários destes assuntos.

Outro aspecto relevante que não pode ser deixado de lado é que, em linhas gerais, a vida de Torres Gonçalves (1875-1974) transcorreu mais ou menos paralelamente ao período inicial de difusão do positivismo no Brasil, ao seu apogeu e ao seu longo e lento declínio.

Para dar conta de tantas facetas de Torres Gonçalves, de uma documentação tão volumosa e variada e de um contexto histórico tão extenso e

complexo, optei por desenvolver a análise de sua vida a partir da forma como ele fez a recepção do ideário positivista, isto é, da maneira como leu e interpretou os textos de Auguste Comte – muitas vezes ressemantizados previamente por Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, os "apóstolos" da IPB –, adaptando a doutrina positivista às condições concretas de sua vida privada e de sua atividade profissional, além de utilizá-la em suas análises das conjunturas políticas e sociais de que foi contemporâneo no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo. De outra parte, também me detenho na produção e na distribuição feita por Torres Gonçalves de folhetos de propaganda da "religião da Humanidade", forma final dada pelo filósofo francês à sua doutrina. Neste sentido, o trabalho é tributário dos estudos de Roger Chartier[103] e de Robert Darnton[104] sobre a produção e a difusão de textos e de idéias, e de José Murilo de Carvalho sobre a importação de idéias no Brasil.[105] Portanto, o problema central deste estudo diz respeito à recepção de idéias.

A hipótese que norteia o trabalho é a de que a adesão de Torres Gonçalves ao positivismo permeou todos os aspectos de sua existência, tanto públicos como privados. Neste sentido pode-se mesmo pensar que ele foi "mais positivista" que o próprio Auguste Comte – que teve uma vida privada extremamente conturbada e afastada dos preceitos teóricos que formulou acerca da instituição familiar

Na medida em que o presente trabalho procura enfocar o personagem biografado a partir de diferentes pontos de observação, contemplando e tentando interpretar o que é dito, o que fica subentendido e o que é silenciado por ele, tanto no âmbito privado como no âmbito público, de modo a permitir uma utilização adequada da rica e diversificada documentação disponível, creio que o mesmo pode ser caracterizado, em termos metodológicos, como um modesto exercício de análise micro-histórica, conforme esta técnica investigativa foi caracterizada algumas páginas atrás.

---

[103] Cf. CHARTIER, Roger. "Textos, impressos, leituras". In: -------. *A história cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 121-139. e CHARTIER. "Do livro à leitura". In: ------- (org). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 77-105.

[104] Cf. DARNTON, Robert. "História intelectual e cultural". In: -------. *O beijo de Lamourette.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 175-197.

[105] Cf. CARVALHO, José Murilo de. "A ortodoxia positivista brasileira: um bolchevismo de classe média". In: *Revista do Brasil*, ano IV, n.º 8, dez. 1989, p. 50-56; e CARVALHO, José Murilo de. "O positivismo brasileiro e a importação de idéias". In: LEAL, Elisabete da Costa & GRAEBIN, Cleusa (org). *Revistando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998, p. 13-27.

Optei por desenvolver a análise a partir de diferentes escalas de observação, de modo a permitir uma exploração mais adequada das fontes.[106] Embora a documentação escrita e os depoimentos orais disponíveis o permitissem, após certa hesitação resolvi evitar o caminho mais fácil de uma exposição meramente cronológica da vida de Torres Gonçalves. Tal escolha deveu-se ao entendimento de que uma abordagem tematizada possibilitaria um maior aprofundamento das questões estudadas.

Deste modo, o trabalho se divide em três partes. Na primeira parte, "Carlos Torres Gonçalves e a família", o capítulo 1 trata das origens familiares e da infância do protagonista, destacando o seu precoce contato com o positivismo. O capítulo 2 estuda a tentativa feita por Torres Gonçalves no sentido de moldar sua vida familiar conforme o ideário positivista, através da escolha de uma esposa simpática à doutrina comtiana e através da educação conferida aos seus filhos no cotidiano do ambiente doméstico. O capítulo 3 trata dos textos escritos por Torres Gonçalves na velhice acerca da instituição familiar. Portanto, nesta primeira parte ocorre uma redução na escala de análise e uma observação mais atenta da vida privada de Torres Gonçalves, procurando nela localizar indícios da leitura e da assimilação de obras de Comte e de outros autores positivistas. Nesta primeira parte utilizo inventários de seus ancestrais, árvores genealógicas familiares, cartas trocadas entre Torres Gonçalves e seus familiares, cartas por ele escritas para Miguel Lemos e para Teixeira Mendes, anotações com memórias pessoais, necrológios de familiares e folhetos de sua autoria sobre a instituição familiar.

Na segunda parte, intitulada "Carlos Torres Gonçalves e a pátria", o capítulo 4 trata das atividades profissionais do biografado, destacando sua atuação como engenheiro, como funcionário público estadual e como responsável pela implementação da política fundiária do Rio Grande do Sul ao longo de várias décadas. O capítulo 5 aborda as análises feitas por Torres Gonçalves acerca da situação política do Estado ao longo da República Velha, ocasião em que, na condição de funcionário público de alto escalão, observou

[106] Sobre as potencialidades deste tipo de enfoque, fortemente influenciado pela antropologia, ver REVEL, Jacques. "Prefácio". In: ------- (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998; e REVEL, Jacques. "A história ao rés-do-chão", prefácio de LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 7-37.

de muito perto as trajetórias políticas de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas e outros próceres do PRR. Por sua vez, o capítulo 6 estuda as observações feitas por Torres Gonçalves acerca das transformações políticas ocorridas no Brasil entre o princípio da República e o período dos governos militares. Para a elaboração destes capítulos utilizo a correspondência administrativa e os relatórios elaborados por Torres Gonçalves na condição de funcionário público, as cartas privadas que escreveu para os diretores da IPB e os folhetos que endereçou à opinião pública e aos governantes com o objetivo de divulgar as propostas de Auguste Comte para a resolução dos problemas humanos.

Na terceira e última parte, “Carlos Torres Gonçalves e a humanidade”, no capítulo 7 trato das atividades desenvolvidas pelo engenheiro gaúcho na defesa da IPB e de seus diretores contra as críticas que lhes foram feitas, de seu empenho em difundir a literatura editada por esta instituição e em angariar fundos para desenvolver a propaganda da religião positivista no Rio Grande do Sul e no Brasil. O capítulo 8 aborda o esforço desenvolvido por Torres Gonçalves no sentido de promover a construção em Porto Alegre de um prédio destinado à propaganda da religião da Humanidade e de preservar os templos positivistas existentes no Rio de Janeiro e em Paris. Finalmente, o capítulo 9 estuda as análises feitas por Torres Gonçalves acerca da situação política mundial ao longo ao longo de grande parte do século XX. Os capítulos desta última parte utilizam documentos administrativos do núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos, a correspondência de Torres Gonçalves com a direção da IPB, cartas enviadas por ele a diversos governantes e seus folhetos sobre a situação política mundial.

Este recorte oferece a vantagem de permitir uma exploração mais diversificada da imensa quantidade de registros escritos deixados por Torres Gonçalves. Assim, tanto a carta à filha adolescente quanto o escrito sobre a chegada do homem à lua ajudam a compor um quadro mais amplo do indivíduo, de seu pensamento e de suas ações, vislumbrando paralelamente seu cotidiano doméstico e suas atividades profissionais, seus posicionamentos acerca da política nacional e suas intervenções sobre a situação mundial. Além disso, na ótica de Comte e, conseqüentemente, do próprio Torres Gonçalves, a família, a pátria e a humanidade eram os graus intermediários de ligação entre

o indivíduo e o Grão-Ser, isto é, o conjunto da humanidade passada, presente e futura. Portanto, estes eram temas centrais e recorrentes na vida e nos escritos de Torres Gonçalves.

Considerando que a produção escrita de Torres Gonçalves foi extremamente abundante e variada, mas que é muitíssimo pouco conhecida – restringindo-se a alguns poucos iniciados nos estudos sobre a colonização da região norte do Rio Grande do Sul e acerca da influência do positivismo, particularmente de sua vertente religiosa, no mesmo Estado e no Brasil – optei por fazer citações de forma abundante. Para tal decisão também contribuiu o fato de que grande parte da documentação utilizada se encontra em acervos documentais privados e com acesso restrito, bem como a percepção do caráter inusitado de muitos dos textos escritos por ele.

Finalmente, um breve esclarecimento acerca do título deste trabalho. Ao mencionar que Torres Gonçalves seria um “filho espiritual” de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux, apenas fiz alusão à passagem de uma carta que o personagem biografado escreveu a Teixeira Mendes, na qual assim se caracterizou.

Primeira Parte

Carlos Torres Gonçalves e a Família

Capítulo 1

Uma família rio-grandina no século XIX

1.1 – Ascendência e infância de Carlos Torres Gonçalves

A família em que Carlos Torres Gonçalves nasceu, no dia 30 de junho de 1875, pouco se diferenciava das demais famílias melhor inseridas socialmente na cidade litorânea de Rio Grande, no extremo sul do Brasil, próximo da fronteira com o Uruguai. Seu pai, Joaquim Antônio Gonçalves, era português, como tantos outros comerciantes estabelecidos na cidade, situada às margens do canal de ligação entre a lagoa dos Patos e o oceano Atlântico, junto ao único porto marítimo do pouco hospitaleiro litoral da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Sua mãe, Virgínia Torres Gonçalves, descendia de famílias dos primeiros colonizadores portugueses, paulistas e lagunenses que ocuparam a região em torno da lagoa dos Patos, a partir de 1737, quando a coroa portuguesa fundou o forte militar que originou a cidade e o porto de Rio Grande.

Antes de me deter especificamente no estudo das vivências e dos escritos de Carlos Torres Gonçalves, creio não ser de todo inútil tomar em consideração alguns outros dados referentes aos seus ascendentes diretos e remotos. Ainda que os resultados de estudos genealógicos devam ser vistos com alguma reserva, tendo em consideração que geralmente estes se atém apenas aos aspectos legais de sucessão, as informações por eles levantadas podem indicar algumas pistas para que melhor se possam conhecer os ofícios, as posses, as estratégias de alianças conjugais e a mentalidade do ambiente familiar em que foi gerado e educado o personagem biografado.

Em 1956, quando já estava com mais de oitenta anos, Carlos Torres Gonçalves teve sua árvore genealógica feita por um amigo muito próximo da família.[1] Nela chama a atenção a exigüidade de informações acerca do ramo paterno, referindo, além do nome de seu pai, apenas o nome de seus avós. Já pelo lado materno as informações são bem mais completas, remetendo até a oitava geração anterior a ele. Tal contraste não deixa de ser significativo.

Pela linhagem materna, entre os ancestrais mais remotos de Carlos Torres Gonçalves que constam de sua árvore genealógica está Francisco Brito Peixoto, nascido em São Vicente na segunda metade do século XVII, que teve um relacionamento com uma índia (não nomeada) do qual nasceu, em Laguna, no final do século XVII, Ana de Brito. Esta, por sua vez, já nas primeiras décadas do século XVIII, também em Laguna, casou-se com o português João de Magalhães, de cujo matrimônio nasceu Francisca Veloso de Magalhães, que mais tarde também casaria com um português (como fizera sua mãe). Francisca Veloso de Magalhães e Antônio José Viegas, seu esposo, vieram para a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul ainda nos primeiros tempos da colonização portuguesa na região, instalando-se em Viamão, onde nasceu Genoveva de Magalhães Viegas, que depois viria a ser a tataravó de Carlos Torres Gonçalves.[2]

Na década de 1740, ainda em Viamão, Genoveva de Magalhães Viegas foi desposada também por um português, como ocorrera com sua mãe e com sua avó. Do relacionamento de Genoveva com Manoel da Silva Guimarães nasceu Ana Maria da Silva. Por sua vez, Ana Maria se casou igualmente com um português, Boaventura da Costa Torres, como se tornara corriqueiro entre

---

[1] O autor do estudo genealógico, Jorge Godofredo Felizardo, era filho de Joaquim José Felizardo Júnior, que foi amigo pessoal de Carlos Torres Gonçalves, seu colega na Secretaria de Obras Públicas e na propaganda da Igreja Positivista do Brasil em Porto Alegre. Além de conhecer e conviver desde a infância com Carlos Torres Gonçalves e sua família, Jorge Felizardo era membro do Instituto Genealógico Brasileiro, em cuja revista publicou diversas pesquisas entre as décadas de 1940 e 1950. Portanto, além de contar com as informações fornecidas pelo próprio Torres Gonçalves, o autor do estudo mencionado dispunha de meios para procurar informações complementares. Este documento manuscrito integra o arquivo de Carlos Torres Gonçalves (doravante designado ACTG), que seus filhos gentilmente me confiaram no curso da pesquisa para posterior incorporação ao acervo da Capela Positivista de Porto Alegre.

[2] O mesmo pioneirismo já se percebia em Francisco Brito Peixoto (com quem o estudo genealógico de Carlos Torres Gonçalves começa) relativamente a Laguna, fundada em 1676 no litoral de Santa Catarina para servir de ponto de apoio ao projeto da Coroa portuguesa de levar seus domínios até a margem esquerda do rio da Prata, onde fundou posteriormente a Colônia de Sacramento (1680).

as mulheres da família. Deste casamento nasceu, nas últimas décadas do século XVIII, em Viamão, José da Costa Torres, trineto de portugueses pelo lado do pai e trineto de pioneiros lagunenses e viamonenses pelo lado da mãe.

Na segunda década do século XIX, José da Costa Torres desposou Maria Joaquina Fernandes.[3] Deste casamento, ocorrido na cidade de São José do Norte, situada em frente a Rio Grande, no extremo sul da estreita faixa de terra que separa a lagoa dos Patos do Oceano Atlântico,[4] nasceu, no inverno de 1818, Joaquim da Costa Torres.

A partir deste momento as fontes documentais sobre a família de Carlos Torres Gonçalves se diversificam, não mais se restringindo à sua árvore genealógica. Surgem personagens que depois conviveram diretamente com ele, sendo referidos em sua correspondência e em suas anotações, além de aparecerem citados em jornais, inventários e outras fontes. Se em relação aos ascendentes remotos de Carlos Torres Gonçalves, antes referidos, não foi possível descobrir muito mais do que o nome, o local de nascimento e que alguns dentre eles dispunham de terras (provavelmente voltadas para a criação de gado) e estiveram envolvidos nos sucessivos conflitos militares que opuseram os luso-brasileiros aos hispano-americanos na região platina e seu entorno (entre o século XVII e o século XIX), em relação aos seus ascendentes imediatos as fontes documentais são bem mais variadas, possibilitando uma análise mais detalhada do ambiente em que ele foi gerado. É verdade, no entanto, que essa generosidade das fontes vale apenas para o ramo materno de Carlos Torres Gonçalves.[5]

---

[3] Cujos pais eram o português Antônio Fernandes e a rio-grandina Ana Bernarda de Jesus. Cf. Estudo genealógico de Carlos Torres Gonçalves, por Jorge Godofredo Felizardo, ACTG.

[4] As cidades de Rio Grande e de São José do Norte estão muito próximas uma da outra, separadas apenas pelo estreito canal que liga a lagoa dos Patos ao Oceano Atlântico, numa distância de cerca de quatro quilômetros por água. Porém, a ligação por terra entre as duas localidades tem mais de quinhentos quilômetros de distância em torno da lagoa.

[5] Além de uma série de cartas em que relatou sua história familiar e suas vivências pessoais a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes, diretores da Igreja Positivista do Brasil e apóstolos da Religião da Humanidade (cujos originais estão no acervo da Igreja Positivista do Brasil - AIPB, no Rio de Janeiro), Carlos Torres Gonçalves também deixou cartas que escreveu e recebeu de familiares e diversas anotações pessoais sobre o assunto, tal como um necrológio de sua mãe (ACTG). Também obtive informações orais acerca de Carlos Torres Gonçalves e seus ancestrais com seus seis filhos – Sofia Mariana, Rozália Beatriz, Clotilde Tereza, Jorge Baiardo, Paulo Trajano e Branca Marina Torres Gonçalves -, que conviveram com ele até sua morte. Também consultei os inventários dos avós maternos de Carlos Torres Gonçalves (no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERGS -, em Porto Alegre) e os jornais editados na cidade de Rio Grande nas últimas décadas do século XIX (na Biblioteca Rio-grandense – BRG).

O nome de Joaquim da Costa Torres, que viria a ser o avô materno de Carlos Torres Gonçalves, consta como um dos 224 comerciantes, industrialistas e capitalistas que subscreveram a ata de criação da Associação Comercial de Rio Grande em setembro de 1844, poucos meses antes do término da Revolução Farroupilha (1835-1845).[6] Entre os principais objetivos dessa associação estavam os de pressionar os governos da província e do Império para que realizassem obras que facilitassem o acesso das embarcações ao porto e para que adotassem políticas tarifárias que inibissem o contrabando oriundo da região platina.[7]

Cabe destacar, entretanto, que Joaquim da Costa Torres não estava entre as figuras de maior relevância da Associação Comercial de Rio Grande, não ocupando cargo algum em suas sucessivas diretorias, formadas pelas fortunas mais representativas da cidade. Os rendimentos de Joaquim da Costa Torres eram relativamente modestos, porém diversificados. Vinham principalmente de um armazém de tecidos que possuía, do aluguel de carroças, de uma chácara onde desenvolvia atividades agropecuárias (possivelmente de subsistência) e de algum capital aplicado.

Naquele mesmo ano que precedeu o término da revolução Farroupilha, Joaquim da Costa Torres casou com sua prima Leopoldina Orsi.[8] Ela havia nascido no ano de 1828, em São Leopoldo, na região que então o governo imperial começava a colonizar com imigrantes de origem

---

[6] Cf. MUNHOZ, Cláudia. *A atuação da Associação Comercial do Rio Grande no contexto político-econômico gaúcho de transição do Império para a República (1881-1892)*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999 (monografia de conclusão do bacharelado em História).

[7] Os relatos de viajantes estrangeiros que estiveram no Rio Grande do Sul durante o século XIX são unânimes sobre as dificuldades de navegação no seu litoral, especialmente no canal de acesso ao porto de Rio Grande, o que levava as embarcações de maior calado a evitá-lo, em proveito dos portos de Buenos Aires e de Montevideo. Extratos dos relatos sobre a cidade de Rio Grande deixados por Saint-Hilaire, Arséne Isabelle, Robert Avé-Lallemant e pelo Conde D'Eu, entre outros, foram reunidos em ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (org). *Visões do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1995. Sobre a similaridade da economia platina com a economia sul-rio-grandense e sobre as desvantagens do trabalho escravo utilizado nesta em relação ao trabalho assalariado utilizado naquela, ver CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional – o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[8] A mãe de Leopoldina Orsi se chamava Francisca Bernarda Fernandes e era irmã de Maria Joaquina Fernandes, mãe de Joaquim da Costa Torres. As irmãs nasceram no Estreito entre os últimos anos do século XVIII e os primeiros anos do século XIX, filhas de Antônio Fernandes e de Ana Bernarda de Jesus (conforme a nota 3).

germânica.[9] Embora as poucas informações disponíveis indiquem apenas que o pai de Leopoldina Orsi, João Batista Orsi, nasceu na península itálica, não é impossível que ele fosse originário de uma região próxima ao Império dos Habsburgos, o que explicaria sua vinda para o sul do Brasil.

A filha primogênita de Leopoldina Orsi Torres e Joaquim da Costa Torres nasceu em 7 de outubro de 1845, apenas alguns meses após o encerramento do conflito que durante uma década opôs parte da elite pastoril sul-rio-grandense ao governo imperial. A menina foi batizada com o nome de Virgínia Leopoldina Torres.[10]

Quando se casou com o comerciante português Joaquim Antônio Gonçalves, em 9 de maio de 1868, na Igreja Matriz de Rio Grande, Virgínia já era viúva de um primeiro matrimônio.[11]

---

* Fotografia de Joaquim da Costa Torres e Leopoldina Orsi Torres, avós maternos de Carlos Torres Gonçalves, cerca de 1870. ACTG.

[9] Observe-se que além de referir a localidade de nascimento (São Leopoldo), o nome de batismo de Leopoldina Orsi remete também ao nome da imperatriz Leopoldina, esposa de D. Pedro I, que influenciou seu marido para que, a partir de 1824, a colonização da região ao norte de Porto Alegre fosse feita por colonos oriundos do Império dos Habsburgos, família da qual a imperatriz provinha.

[10] Depois o casal Joaquim da Costa Torres e Leopoldina Orsi Torres teria cinco outros filhos: Maria Leopoldina Torres, Francisca Leopoldina Torres, Adelaide Leopoldina Torres, Adolpho Leopoldo Torres e Thomaz Leopoldo Torres. Note-se que o sobrenome da mãe (Orsi) não foi incorporado ao nome dos filhos, e sim o seu nome de batismo (Leopoldina no caso das filhas, Leopoldo no caso dos filhos). Cf. Inventário de Joaquim da Costa Torres, 2º cartório de órfãos e ausentes de Rio Grande, ano de 1880, autos n.º 51, maço 4, estante 4, APERGS.

[11] A referência a este matrimônio anterior de sua mãe foi feita por Carlos Torres Gonçalves em uma carta que escreveu a Teixeira Mendes, em 1920, solicitando a admissão de Virgínia Torres Gonçalves (este último sobrenome incorporado após o casamento com Joaquim Antônio Gonçalves) na Igreja Positivista do Brasil. A carta refere que ela havia tido um filho neste casamento anterior, falecido com poucos meses. Não foi possível descobrir o nome do primeiro marido de Virgínia Torres Gonçalves nem a data da viuvez. Cf. carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 10 de agosto de 1920, Arquivo da Igreja Positivista do Brasil – AIPB. Em trabalho sobre as estratégias de matrimoniais em Rio Grande entre os séculos XVIII e XIX, Maria Luiza Queiroz assinala que no período entre 1840-49 (última década estudada) a idade média dos noivos em primeiras núpcias era de 29,5 para os homens e de 22,9 para as mulheres. Em 1868, quando ocorreu o casamento de Joaquim Antônio Gonçalves com Virgínia Torres Gonçalves (esta em segundas núpcias), ele contava com 31 anos e ela com 23 incompletos. Ao analisar os casos de viúvas que voltavam a casar, a autora observa que aquelas que não tinham filhos tinham uma probabilidade de voltar a casar muito superior àquelas que tinham filhos. E este foi o caso de Virgínia. Cf. QUEIROZ, Maria Luiza. "Nupcialidade em Rio Grande nos séculos XVIII e XIX". In: ALVES, Francisco das Neves &

Quanto a Joaquim Antônio Gonçalves, havia ele nascido no dia 1º de fevereiro de 1837, na cidade do Porto, em Portugal, filho de José Joaquim Gonçalves e de Maria Carolina Gonçalves.[12] Não foi possível descobrir a data de sua chegada ao Brasil, para onde é provável que tenha vindo só, sem os pais ou outros parentes quaisquer, visto a completa ausência de informações acerca dos ascendentes de Joaquim Antônio Gonçalves entre os seus descendentes.

Em 1869 nasceu Adolpho, o filho primogênito do casal Joaquim Antônio Gonçalves e Virgínia Torres Gonçalves (como então esta passou a assinar-se), sendo seguido por Joaquim, em 1870, por Luiz, em 1872, por Carlos, em 1875, e, finalmente, por Bruno, em 1876.

A cidade de Rio Grande tinha naquela época pouco mais de 15 mil habitantes e, juntamente com a vizinha Pelotas e com a capital Porto Alegre, era uma das mais importantes da província do Rio Grande do Sul.[13] Quando o Conde D'Eu, esposo da Princesa Isabel e genro de D. Pedro II, passou por Rio Grande com destino à região platina, em 1865, teve sua atenção chamada para a presença marcante de estrangeiros na cidade, principalmente alemães, ingleses, italianos e franceses, quase todos dedicados ao comércio.[14] Mesmo que não tenha sido assinalado pelo príncipe consorte, também era expressivo o número de escravos negros na cidade de Rio Grande e nas charqueadas existentes em suas proximidades.[15]

Além de servir como base para o escoamento da produção de charque, principal produto econômico da província, o porto de Rio Grande também era a porta de entrada para os produtos de que o Rio Grande do Sul era carente. Deste modo, idéias, usos, costumes e utensílios de origem européia passavam

---

TORRES, Luiz Henrique (org). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: Editora da FURG, 1995, p. 49-58.

[12] Cf. Árvore genealógica de Carlos Torres Gonçalves, ACTG.

[13] Segundo o censo de 1872, a população total da província de São Pedro do Rio Grande do Sul era de 434.813 habitantes, dos quais 67.748 eram escravos. Cf. MOREIRA, Igor & COSTA, Rogério. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 61

[14] *Apud*. ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (org). o*p. cit*., p. 66-71. Havia também um grande número de portugueses que, entretanto, não eram encarados propriamente como sendo estrangeiros.

[15] Cf. MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993, p. 36-48.

por Rio Grande antes de atingir Pelotas, Porto Alegre e as demais cidades, vilas e povoações da província.[16]

Embora fosse um centro comercial importante, Rio Grande ainda era uma cidade bastante acanhada nas últimas décadas do século XIX, contando com infra-estrutura deficiente. Os viajantes que por ela passaram com freqüência apontaram os obstáculos colocados pela natureza para ali se viver. Em boa parte do ano, Rio Grande era varrida por ventos que espalhavam uma areia fina que se acumulava em todos os lugares, disputando espaço com a cidade. Além disso, tinha o incômodo de ser muito fria e úmida no inverno. Seguidamente ocorriam ressacas no Atlântico que impediam por várias semanas o acesso ao porto de embarcações de maior envergadura, trazendo grandes prejuízos aos comerciantes.

Era significativo o número de funcionários públicos em Rio Grande, principalmente fiscais aduaneiros, militares e engenheiros envolvidos nas obras e atividades portuárias, constituindo assim, juntamente com os comerciantes de menor expressão e com os profissionais liberais, um importante segmento médio urbano.

E foi na cidade de Rio Grande, no dia 26 de julho de 1880, apenas dois dias antes de completar 62 anos, que morreu Joaquim da Costa Torres.[17] Não é possível avaliar que tipo de impacto a morte do avô teve sobre Carlos Torres Gonçalves, então com apenas cinco anos de idade. Mas é provável que aquele tenha sido o primeiro velório presenciado por ele.

---

[16] Cf. ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *A cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-historiográfica*. Rio Grande: Editora da FURG, 1997, p. 50.

[17] Não foi possível descobrir a causa do falecimento. De qualquer forma, sua longevidade de 62 anos foi alta para os padrões da época. No inventário de seus bens consta que ele era tenente. Nascido em 28 de julho de 1818, em São José do Norte (em frente a Rio Grande, no estreito canal de ligação entre a lagoa dos Patos e o oceano Atlântico), Joaquim da Costa Torres tinha entre dezessete e vinte e sete anos no período em que se desenrolou a revolução Farroupilha (1835-1845). Ao que parece, assim como a maior parte dos comerciantes de Rio Grande, Joaquim da Costa Torres manteve-se fiel ao governo imperial durante o conflito que este teve com parte da elite estancieira e charqueadora sul-rio-grandense. Durante os dez anos do conflito Rio Grande permaneceu todo o tempo sob domínio do Império, ao contrário de Pelotas, Porto Alegre e da maior parte das outras localidades da província. Não é provável que o avô de Carlos Torres Gonçalves tenha participado como combatente direto, pois manteve comércio e casou-se ainda antes do término do conflito. Também não consta que tivesse formação militar. É provável que o título de tenente se referisse à Guarda Nacional, onde o avô de Carlos Torres Gonçalves pode ter se engajado nas décadas subseqüentes à revolução Farroupilha, visto que, na condição de proprietário de escravos, estava interessado na manutenção da ordem, pois estes eram potenciais causadores de desordens.

No princípio de outubro daquele mesmo ano, Adolpho Leopoldo Torres, tio de Carlos e irmão de Virgínia Torres Gonçalves, comunicou ao juiz de órfãos e ausentes da cidade de Rio Grande que sua mãe, Leopoldina Torres, não havia até então procedido ao inventário dos bens de seu pai, deixando exceder o prazo legal para isso. Acrescentou ainda que, aconselhada por seus genros, interessados em que não se procedesse ao referido inventário, sua mãe teria vendido e trocado bens do casal. Neste sentido, Adolpho Leopoldo Torres solicitava ao juiz para que intimasse sua mãe para declarar os herdeiros e os bens que seu finado pai deixara.[18]

Além da viúva inventariante, os herdeiros e co-herdeiros interessados de Joaquim da Costa Torres foram seus seis filhos e seus respectivos cônjuges: Virgínia Torres Gonçalves e seu esposo, Joaquim Antônio Gonçalves; Maria Leopoldina Faria e seu esposo, Luiz dos Santos Faria; Francisca Leopoldina Torres Cramer e seu esposo, Érico Cramer; Adelaide Leopoldina Torres (solteira); Adolpho Leopoldo Torres e sua esposa, Saturnina Orsi (que também era sua prima); e Thomaz Leopoldo Torres (solteiro e menor de idade).[19] Estes eram os adultos da família extensa de Carlos e seus quatro irmãos, com os quais conviviam bastante. Mas os contatos eram ainda mais freqüentes com os inúmeros primos e primas de idades aproximadas com as suas.

Dentre os bens deixados pelo marido e que foram arrolados por Leopoldina Torres, excluindo uma infinidade de móveis e utensílios, destacavam-se os seguintes: nove escravos; uma chácara no distrito da Mangueira (arredores da cidade de Rio Grande) com residência, benfeitorias, 130 cabeças de gado, 25 cavalos e plantações; duas casas na cidade (sendo uma de residência e outra de comércio); dois outros terrenos na cidade; uma cocheira com diversos carros de aluguel e dezenove cavalos de tração; e ações de diversas empresas.[20]

Como se percebe, Joaquim da Costa Torres desenvolvia múltiplas atividades econômicas, atuando como pecuarista, comerciante, proprietário de uma empresa prestadora de serviços e acionista. Também era proprietário de diversos escravos.

---

[18] Cf. Inventário de Joaquim da Costa Torres, APERGS.
[19] Idem.
[20] Idem.

Porém, Adolpho Leopoldo Torres contestou as informações prestadas por sua mãe acerca das posses do pai, alegando ter ela omitido que suas três irmãs casadas haviam recebido escravas pertencentes ao casal inventariado quando de seus respectivos matrimônios.

Abordando especificamente o caso de sua irmã Virgínia Torres Gonçalves, Adolpho Leopoldo Torres referiu que quando ela casou-se com Joaquim Antônio Gonçalves, recebeu uma escrava de nome Constança.[21] Contestou também o fato de que Joaquim Antônio Gonçalves aparecia como credor de seu falecido sogro no valor de 1:117$500 réis (um conto, cento e dezessete mil e quinhentos réis), sem que qualquer comprovante tenha sido apresentado que comprovasse tal dívida do inventariado. Em resposta, a viúva, mãe do reclamante, alegou que a referida dívida tivera origem em fazendas que a empresa de seu finado marido tomara à empresa de Joaquim Antônio Gonçalves e que a escrava Constança fora doada à co-herdeira Virgínia para servir a ela e a seus filhos.[22]

Por sua vez, enquanto cabeça do casal, Joaquim Antônio Gonçalves alegou ao juiz Horácio Espírito Santo que a escrava Constança, dada por seu sogro, havia sido libertada recentemente pelo fundo de emancipação de Rio Grande. Acrescentou ainda que seus filhos, netos do inventariado, não tinham obrigação de trazer à colação a importância da referida escrava, visto que não sucediam ao seu finado avô.[23]

---

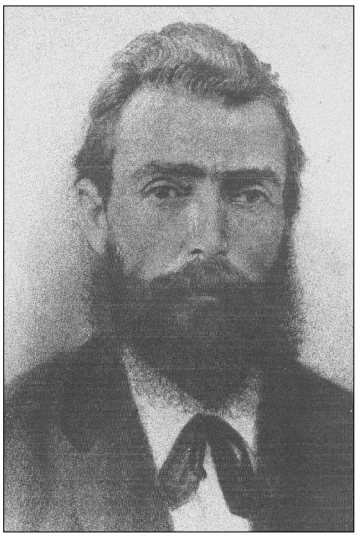
[21] Adolpho Leopoldo Torres era escrivão do auditório eclesiástico da comarca de Rio Grande. Nesta condição, localizou e juntou ao processo uma cópia do registro de batismo da escrava Constança dizendo que ela era nascida em 19 de maio de 1847, filha natural de Marcelina Nagô, escrava de Joaquim da Costa Torres e Leopoldina Torres. Observe-se que a escrava Constança nasceu menos de dois anos depois de Virgínia, a quem foi dada quando esta casou-se com Joaquim Antônio Gonçalves. Portanto, as duas praticamente cresceram juntas, embora com vivências bem diferentes. Cf. Inventário de Joaquim da Costa Torres, APERGS.

[22] Talvez a escrava Constança tenha sido dada por Joaquim da Costa Torres à Virgínia Torres Gonçalves como dote, quando de seu casamento com Joaquim Antônio Gonçalves, embora tal expressão não apareça no inventário referido. A instituição do dote já estava quase que totalmente abandonada na segunda metade do século XIX, embora sobrevivessem resquícios. Cf. NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil (1600-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 263.

[23] O juiz aceitou tal alegação, excluindo do inventário a escrava Constança e as outras escravas dadas por Joaquim da Costa Torres às suas filhas quando de seus respectivos casamentos. Portanto, em seus primeiros anos de vida Carlos Torres Gonçalves conviveu com a instituição do escravismo em seu ambiente doméstico. Fato, aliás, comum entre a elite riograndina (da qual sua família fazia parte) ainda no final da década de 1870. Não consta que o casal tivesse alguma outra escrava além de Constança, libertada por volta de 1880. Com relação aos valores que Joaquim Antônio Gonçalves alegou ser credor de seu sogro, o juiz Horácio do Espírito Santo determinou que tal cobrança deveria ser feita pelos meios ordinários, excluindo-a do inventário e determinando que a partilha dos bens tivesse prosseguimento.

Após o pagamento dos débitos de Joaquim da Costa Torres, o valor dos bens por ele deixado foi avaliado em cerca de 58 contos de réis.[24] Era um valor relativamente elevado. Porém, o número de herdeiros era grande. Após ser deduzida a parte da viúva, que ficou com metade dos bens, a cada um dos seis filhos coube a quantia de 4:814$772 (quatro contos, oitocentos e quatorze mil, setecentos e setenta e dois réis). Era uma quantia apreciável, embora estivesse muito distante de ser uma grande fortuna.[25]

Sem dúvida, na longa existência de Carlos Torres Gonçalves são os primeiros quinze anos, que praticamente coincidem com os últimos quinze anos do Império, que oferecem as maiores dificuldades para quem se detém em estudar sua vida quase centenária, dado a escassez dos registros documentais. Nenhum documento escrito por Joaquim Antônio Gonçalves, o pai de Carlos Torres Gonçalves, foi encontrado no arquivo pessoal deste, mas ele era alfabetizado, como exigia sua condição de comerciante e como indica a assinatura no inventário dos bens de seu sogro. De Virgínia Torres Gonçalves, mãe de Carlos, foram localizadas algumas cartas que atestam que ela sabia ler e escrever com desenvoltura.



Com relação aos cinco irmãos, um anúncio do colégio União publicado no jornal *Echo do Sul*, de Rio Grande, em 8 de dezembro de 1879, comunicava o nome dos alunos que haviam sido premiados por obterem as melhores notas, citando, dentre eles, Adolpho, Joaquim e Luiz Torres Gonçalves, que então tinham respectivamente dez, nove e sete anos. Entre os

* Desenho representando Joaquim Antônio Gonçalves, pai de Carlos Torres Gonçalves. ACTG.

[24] O valor exato era de 57:777$231 (cinqüenta e sete contos, setecentos e setenta e sete mil e duzentos e trinta e um réis). Para ter-se uma idéia do significado da quantia, cada uma das cabeças de gado deixadas pelo inventariado foi avaliada em 25$000, ou seja, o valor total legado era suficiente para adquirir cerca de 2.311 cabeças de gado, que era o principal produto econômico da província (sob a forma de charque, couro, cascos, chifres etc). Idem, ibidem.

[25] Virgínia Torres Gonçalves e Joaquim Antônio Gonçalves, pais de Carlos Torres Gonçalves, receberam sua parte sob a forma de créditos a cobrar no valor de 1:094$771 réis, ações da Companhia Hydraulica de Rio Grande e da Companhia Perseverança no valor de 240$000 réis e parte de um terreno localizado na cidade de Rio Grande no valor de 3:480$001 réis. Convertidos em moeda corrente, tais valores seriam suficientes para adquirir apenas 192 cabeças de gado, segundo a avaliação feita no próprio inventário referido. Idem, ibidem.

professores referidos no anúncio estava Charles Dupont, que lecionava francês, indicativo de que o estabelecimento atendia à elite rio-grandina.[26] É possível que Carlos, então com quatro anos, e Bruno, o irmão menor, com três anos, tenham passado a freqüentar esta ou outra escola rio-grandina a partir dos sete anos, como ocorreu com Luiz. Deste modo, pode-se supor que a alfabetização de Carlos Torres Gonçalves tenha ocorrido por volta de 1882. Embora não haja nenhuma evidência conclusiva sobre o assunto, também se pode depreender que o seu contato com a língua francesa remonta à infância.

Antes de começar a freqüentar a escola, o ambiente familiar em que Carlos viveu os primeiros anos não incluía apenas seus pais e seus quatro irmãos, com os quais morava em uma casa da rua da Princesa, nº 90. Abrangia também os seus avós, tios e primos maternos. Além disso, havia a presença constante dos escravos que serviam à família, principalmente na casa dos avós (localizada na rua 20 de Fevereiro, também em Rio Grande) e na chácara que estes possuíam no distrito da Mangueira. Nestes ambientes Carlos provavelmente passou os primeiros anos de vida.[27]

Como era comum entre as famílias luso-brasileiras que habitavam a cidade de Rio Grande nas últimas décadas do século XIX, aquela em que Carlos Torres Gonçalves nasceu e foi criado seguia os preceitos do catolicismo, pelo menos segundo as evidências exteriores, tal como se percebe no casamento de seus pais e no batismo cristão dele e de seus irmãos.

Uma demonstração pública do catolicismo de Virgínia Torres Gonçalves foi dada no dia 9 de julho de 1886, quando, sob a imagem de uma cruz, ela mandou publicar no jornal rio-grandino *Echo do Sul* o seguinte anúncio do falecimento de seu esposo:

> "Virgínia Torres Gonçalves, por si e por seus filhos, mãe, irmãos e cunhados, agradece do íntimo d'alma a todas as pessoas que acompanharam os restos mortais de seu esposo, Joaquim Antônio Gonçalves, da casa mortuária à Igreja Matriz e d'ali ao cemitério; e de novo as convida para assistirem a missa que em sufrágio da alma do mesmo seu esposo manda celebrar na Igreja Matriz, sábado, 10

[26] Cf. *Echo do Sul*, Rio Grande, 8 de dezembro de 1879, p. 2, BRG. Agradeço o auxílio de Vera Regina Heinz Portella e de Rebecca Enke, acadêmicas do curso de História da Fundação Universidade Federal de Rio Grande, na transcrição dos artigos de jornais pertencentes ao acervo da Biblioteca Rio-grandense aqui citados.

[27] Endereços conforme os inventários de Joaquim da Costa Torres e Joaquim Antônio Gonçalves, respectivamente avô e pai de Carlos Torres Gonçalves. APERGS.

> do corrente, às oito e meia da manhã. Por este piedoso obséquio se confessa eternamente agradecida por si e pelos seus".[28]

Observe-se que o corpo de Joaquim Antônio Gonçalves foi velado na principal igreja da cidade - onde ainda seria celebrada uma missa por sua alma - e depois levado para o cemitério católico. Portanto, a morte teria se dado em circunstâncias normais. A inexistência de um inquérito policial indicava que a morte ocorrera por causas naturais, não envolvendo ações criminosas.[29] Os jornais dos dias seguintes não voltaram a referir o falecimento.[30] O óbito de Joaquim Antônio Gonçalves foi tratado com naturalidade pela opinião pública, pelas autoridades eclesiásticas e pelos funcionários civis.

Para Virgínia Torres Gonçalves, a morte de Joaquim Antônio Gonçalves foi bem mais sentida. Aos 41 anos, ela era viúva pela segunda vez e tinha cinco filhos. Com relação a Carlos, havia ele completado onze anos em 30 de junho de 1886, apenas quatro dias antes da morte do pai. É bem provável que o impacto provocado pela morte do pai tenha sido mais intenso do que aquele causado pela morte do avô, seis invernos antes.

Adolpho e Joaquim, os dois mais velhos dos cinco irmãos Torres Gonçalves, respectivamente com dezessete e dezesseis anos, não acompanharam os últimos tempos de vida de seu pai, visto que se encontravam desde o início de 1885 em São Leopoldo, para onde haviam sido enviados para que continuassem seus estudos no Colégio Nossa Senhora da Conceição, que os jesuítas de origem alemã mantinham na cidade. Para a escolha desta escola contou o fato de que Leopoldina Orsi Torres, avó materna dos dois rapazes, havia nascido lá, onde contava com diversos parentes e para onde ia com alguma freqüência. Os três irmãos menores – Luiz, Carlos e Bruno

---

[28] *Echo do Sul*, Rio Grande, 9 de julho de 1886, p. 3. BRG. O anúncio foi repetido no dia seguinte, data da missa. O óbito de Joaquim Antônio Gonçalves ocorreu em 4 de julho de 1886, conforme publicado dois dias após no obituário do *Echo do Sul*, que acrescentou apenas que ele era branco, casado, natural de Portugal e tinha 46 anos (o jornal equivocou-se nesta última informação, pois Joaquim Antônio Gonçalves nasceu em 1º de janeiro de 1837, morrendo com 49 anos) .

[29] Não consta nenhuma referência sobre a morte de Joaquim Antônio Gonçalves entre os inquéritos policiais feitos na cidade de Rio Grande em 1886, que encontram-se no AHRGS.

[30] A partir do final da revolução Farroupilha, a cidade de Rio Grande passou a ter uma intensa vida jornalística, com o surgimento de diversos jornais diários, como o *Diário do Rio Grande* (1849-1910), o *Echo do Sul* (1859-1937) e *O Artista* (1862-1912), todos eles cobrindo o ano de 1886, aqui em questão. Coleções destes e de outros jornais, de vidas mais curtas, editados em Rio Grande e outras cidades da região, encontram-se na excepcional coleção hemerográfica da Biblioteca Rio-grandense.

- continuaram em Rio Grande e assistiram mais de perto à morte paterna, acompanhados da mãe, da avó, dos tios, tias, primos e primas.[31]

Em setembro de 1886, com o retorno para Rio Grande dos dois filhos mais velhos, Virgínia Torres Gonçalves compareceu ante o coronel Francisco Antunes Lopes, juiz de órfãos de Rio Grande, e, sob juramento aos "santos evangelhos", deu início ao inventário dos bens de Joaquim Antônio Gonçalves, declarando que "seu marido faleceu sem testemunhas no dia 4 de julho do corrente ano, deixando os filhos herdeiros que declara e (...) os bens do casal (...) que descreve".[32]

Além da própria viúva inventariante, também foram arrolados como herdeiros os filhos do casal. Os cinco filhos de Joaquim Antônio Gonçalves e de Virgínia Torres Gonçalves foram separados em dois grupos: Adolfo, Joaquim e Luiz (este tinha então quatorze anos), enquanto "herdeiros púberes", acompanharam pessoalmente aos procedimentos do inventário; Carlos e Bruno, respectivamente com onze e com nove anos de idade, considerados "herdeiros impúberes", foram representados pelo curador geral Siqueira Cavalcanti Júnior, nomeado pelo juiz de órfãos de Rio Grande.

Dentre os bens arrolados no inventário de Joaquim Antônio Gonçalves, deixando de lado os móveis domésticos e os utensílios de menor valor, destacavam-se os seguintes: uma casa na rua dos Príncipes; um armazém com quatro portas de frente localizado na rua D. Pedro II (a principal de Rio Grande), com diversos lotes de tecidos e inúmeros móveis; parte de um terreno que pertenceu a seu sogro; ações da Companhia Perseverança e da Hidráulica Rio-grandense, também herdadas do sogro; uma chácara no interior de Itaqui;

* Pintura representando Virgínia Torres Gonçalves, de autoria de Décio Villares, cerca de 1912. ACTG.

[31] Cf. "Notas biográficas sobre D. Virgínia Torres Gonçalves", manuscrito de Carlos Torres Gonçalves. ACTG. Em outras passagens o colégio dos jesuítas é chamado de Colégio São José, denominação que posteriormente recebeu.

[32] Inventário de Joaquim Antônio Gonçalves. 1º Cartório de órfãos de Rio Grande, n.º 1216, maço 56, estante 12 – ano 1886. APERGS.

e parte de uma casa em Alegrete.[33] O espólio também incluía diversos créditos a receber e muitos pagamentos a fazer, referentes às atividades de Gonçalves & Cia, razão social da empresa do pai de Carlos Torres Gonçalves. Porém, as dívidas eram em valor elevado. O armazém e os tecidos que ele possuía em estoque foram avaliados em 50:153$900 réis, enquanto que o passivo era 57:168$550 réis. Financeiramente, Joaquim Antônio Gonçalves estava falido quando morreu.

No momento da partilha dos bens apurados pelo inventário, restou à viúva e aos filhos órfãos apenas o valor irrisório de 3:150$100 réis. O valor era inferior àquele recebido pelo casal quando da morte do sogro de Joaquim Antônio Gonçalves. A casa, os armazéns, os tecidos e as ações arroladas no inventário foram vendidos para saldar as dívidas. Além disso, o pouco que sobrou não estava disponível em dinheiro, mas sim através do terreno de Itaqui e de parte da casa em Alegrete, de difícil liqüidez. Metade deste valor de improvável resgate ficou com a viúva. A cada um dos cinco filhos coube a quantia insignificante de 315$000 (trezentos e quinze mil réis).[34]

É possível ainda que algumas dívidas de Joaquim Antônio Gonçalves tenham ficado pendentes, como indica uma notícia publicada no jornal rio-grandino *Echo do Sul* alguns anos após, em agosto de 1893, dizendo que a redação do jornal recebera um "folheto de apelação civil de que são apelantes o Sr. Plínio Canarim e sua filha menor Alice, e apelados D. Virgínia Torres Gonçalves e filhos".[35]

Diferentemente de seu pai e de seu marido, os filhos de Virgínia Torres Gonçalves não seriam proprietários. Teriam de buscar por outras formas seus espaços de inserção na sociedade brasileira da transição entre o século XIX e o século XX.

Com a venda da casa em que viviam, na rua dos Príncipes, para o pagamento das dívidas, Virgínia retornou para a casa em que nasceu. Era a segunda vez, mas agora estava acompanhada dos filhos menores. Não lhe

---

[33] Não foi possível descobrir qual a relação entre o pai de Carlos Torres Gonçalves e essas duas cidades, localizadas a grande distância de Rio Grande.

[34] Quantia suficiente apenas para adquirir doze cabeças de gado, tomadas aqui como parâmetro e avaliadas à época por cerca de 25$000 cada. Cf. Inventário de Joaquim Antônio Gonçalves, APERGS.

[35] *Echo do Sul*, Rio Grande, 13 de agosto de 1893, p. 2. BRG.

restando qualquer bem que a prendesse em Rio Grande, Virgínia Torres Gonçalves voltou-se para os parentes de sua mãe em São Leopoldo, onde já estavam seus dois filhos mais velhos.

Bem mais tarde, em agosto de 1920, quando já tinha 45 anos de idade, Carlos Torres Gonçalves escreveu uma carta a Teixeira Mendes, vice-diretor da Igreja Positivista do Brasil. Na ocasião, relembrando sua infância, Torres Gonçalves assim se referiu às condições em que ocorreu a morte de seu pai e a viuvez de sua mãe:

> "A viuvez ocorreu em 1886, em condições muito dolorosas, pela trágica morte de meu Pai, afetuoso e bom, mas fraco, suicidando-se aos 49 anos, por falta sobretudo, como estou convencido, de uma doutrina em que amparar-se".[36]

Dois anos depois de haver escrito esta reveladora carta a Teixeira Mendes, poucos dias após a morte de sua mãe, em outubro de 1922, Carlos Torres Gonçalves escreveu um necrológio de Virgínia Torres Gonçalves. Nele retomou a questão da viuvez materna e do suicídio paterno, provavelmente tendo em mente a carta acima referida, pois que repetiu diversas expressões:

> "A viuvez ocorreu em condições extremamente dolorosas, pela trágica morte, voluntária, do esposo, honesto e afetuoso, mas que, em falta de fé religiosa, não conseguira resignar-se ao rápido desaparecimento da visão, no momento em que, simultaneamente, atravessava reveses comerciais".[37]

Estas notas biográficas escritas por Torres Gonçalves acerca de sua mãe serviriam de base para as palavras que o confrade positivista João Luiz de Faria Santos proferiria na "comemoração fúnebre" de Virgínia Torres Gonçalves, no terceiro domingo após seu sepultamento, de acordo com ritual instituído por Auguste Comte (1798-1857) e ratificado pela direção da IPB.[38]

---

[36] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 10 de agosto de 1920, AIPB. A única alteração que fiz ao transcrever os manuscritos de Carlos Torres Gonçalves foi de atualização ortográfica. Exceção foi feita com relação aos nomes próprios, visto que eles seguiam a ortografia positivista proposta por Comte e ratificada pela Igreja Positivista do Brasil. As letras maiúsculas nos pronomes pessoais foram mantidas conforme utilizadas por Torres Gonçalves, que assim realçava as figuras femininas, os "grandes tipos" da humanidade e os antepassados, de acordo com característica própria do pensamento positivista. Sobre o assunto ver LEMOS, Miguel. *Ortografia pozitivista*. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1888 (n.º 58).

[37] "Notas biográficas sobre D. Virgínia Torres Gonçalves", manuscrito de Carlos Torres Gonçalves. ACTG.

[38] A apreciação definitiva de um indivíduo deveria ocorrer sete anos após seu falecimento. Acerca da cerimônia celebrada quando da "transformação subjetiva" (morte), ver COMTE, Auguste. *Catecismo Pozitivista*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1934, 4ª conferência ("Culto privado"), p. 137-138.

Portanto, Torres Gonçalves foi mais comedido nas informações sobre o suicídio paterno na carta privada que escreveu a Teixeira Mendes,[39] seu superior hierárquico na Igreja Positivista do Brasil, do que nas anotações feitas para que Faria Santos, seu colega no núcleo de positivistas ortodoxos em Porto Alegre e também no serviço público estadual, realizasse a exposição oral pública em homenagem à sua mãe. Não foi possível saber se Faria Santos leu na totalidade as notas de Torres Gonçalves ou se tangenciou certos detalhes íntimos da vida familiar de seu confrade.[40]

De qualquer forma, parece ter havido uma catarse do Carlos Torres Gonçalves maduro ao escrever sobre o assunto, por tanto tempo silenciado. Tudo indica que foi sofrida a convivência com a cegueira crescente do pai, com os possíveis conflitos entre este e os filhos (que estavam na puberdade ou próximos dela), e, finalmente, com o estigma social de ter um pai suicida, atitude repreensível não apenas sob a ótica cristã, mas também sob o ponto de vista de diversas outras doutrinas que então desafiavam a hegemonia daquela no controle de corações e de mentes.

Ao lamentar a ausência de fé religiosa em seu pai, provavelmente Torres Gonçalves não estivesse se referindo à fé positivista por ele então compartilhada com Teixeira Mendes e com Faria Santos, mas à ausência mesmo de uma verdadeira fé católica, admirada pelos adeptos da Religião da Humanidade como a forma mais sublime de manifestação religiosa do monoteísmo (embora fosse vista como já superada pelo próprio positivismo).

Mas essas são apenas hipóteses. O certo é que as condições em que se produziu a morte do pai foram determinantes para que, pouco mais de um ano após o evento, em janeiro de 1888, Carlos, os irmãos e a mãe partissem de Rio Grande.

---

[39] Carlos Torres Gonçalves manteve intensa correspondência com Miguel Lemos (1854-1917) e Raymundo Teixeira Mendes (1955-1927), apóstolos da Igreja Positivista do Brasil. Nos arquivos da IPB encontrei 62 cartas escritas por Torres Gonçalves para Miguel Lemos, entre 1899 e 1916, e outras 178 cartas escritas para Teixeira Mendes, entre 1902 e 1925. Antes da carta de 10 de agosto de 1920, as referências ao seu pai feitas por Torres Gonçalves foram indiretas e passageiras na correspondência que manteve com seus chefes religiosos.

[40] Cf. “Notas biográficas...”, ACTG.

1.2 – Os Torres Gonçalves e o "fin-de-siècle"

Ao partir de Rio Grande, no princípio de 1888, Carlos Torres Gonçalves tinha doze anos e meio e estava prestes a entrar na idade púbere, segundo a conceituação jurídica da época. A viagem dele, de seus irmãos e de sua mãe até Porto Alegre foi feita por embarcação a vapor através da lagoa dos Patos. Da capital da província até São Leopoldo, Virgínia Torres Gonçalves e seus filhos seguiram de trem (cuja linha fora inaugurada em 1874, constituindo-se no primeiro trecho ferroviário do Rio Grande do Sul). Era a primeira vez que Carlos viajava para tão longe de sua cidade natal, encerrando a infância e iniciando uma nova era de aprendizado.

Carlos ingressou no colégio dos jesuítas pouco depois de chegar a São Leopoldo, tendo os irmãos Luiz e Bruno como colegas. Naquele momento o regime do padroado ainda não havia sido extinto e a sociedade brasileira continuava sendo escravocrata e tendo um governo monárquico. Nos anos seguintes, ao longo do "fin-de-siècle", Carlos Torres Gonçalves, o Brasil e o mundo passariam por grandes transformações.

Em São Leopoldo, Virgínia e os filhos menores foram viver com parentes de sua mãe, Leopoldina Orsi Torres. A situação financeira da avó permitiu que Carlos e seus irmãos tivessem acesso a uma boa educação. O colégio mantido pelos jesuítas em São Leopoldo estava entre os melhores da província. Carlos, Luiz e Bruno foram alunos externos do colégio, que também formava novos jesuítas em regime de internato. Deste modo, Carlos Torres Gonçalves foi colega de um menino chamado João Becker, que depois continuaria a formação clerical e se tornaria a autoridade máxima da Igreja Católica no Rio Grande do Sul entre 1912 e 1946, com o título de arcebispo de Porto Alegre.[41]

Nenhum escrito produzido por Carlos Torres Gonçalves no período em que estudou entre os jesuítas chegou às minhas mãos.[42] Mas ele rememorou

[41] Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 24 de abril de 1913. João Becker nasceu na Alemanha, vindo para o Rio Grande do Sul ainda na infância. Desempenhou papel político relevante na pacificação do estado após a revolução de 1923 e foi um importante aliado de Getúlio Vargas na revolução de 1930 e nos anos que se seguiram. Cf. ISAIA, Arthur César. *O cajado da ordem - catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: Dom João Becker e o autoritarismo*. São Paulo: USP, 1992 (tese de doutorado em história).

[42] Os únicos registros produzidos nessa época que localizei foram as assinaturas "Carlos Torres Gonçalves" em um livro de cálculo e em outro de gramática alemã, com datas do ano de 1889, no Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

aquela época em uma extensa carta que escreveu a Miguel Lemos, em 28 de fevereiro de 1903. Na ocasião, já próximo dos 28 anos de idade, ao solicitar formalmente sua admissão na Igreja Positivista do Brasil (IPB), Torres Gonçalves assim relatou suas vivências nos tempos que passou no Colégio Nossa Senhora da Conceição:

> "Em menino, durante quase três anos, de princípio de 1888 a fins de 1890, fui aluno externo do importante colégio de jesuítas da cidade de S. Leopoldo, deste Estado. Aí comecei a conhecer mais de perto as grandes instituições e práticas católicas. Mas então, já profundamente eivado do funesto revolucionarismo que traz convulsionada a sociedade ocidental, jamais nutri por elas a gratidão e o respeito que lhe devemos, e olhava-as com o menosprezo com que elas são hoje olhadas pela massa geral dos indivíduos, e os sacramentos da confissão e comunhão eu os tomava por mera obediência à minha Mãe e aos meus mestres".[43]

A influência dos irmãos mais velhos certamente foi preponderante para que Carlos tivesse tal desdém pelo catolicismo tão precocemente. O contexto histórico também era propício à veiculação de novas idéias, visto que a Igreja Católica perdia muitos de seus privilégios, enquanto que a escravidão e a monarquia estavam vivendo seus últimos dias. Entretanto, se não era um católico convicto, Carlos estava longe de ser ateu, como demonstra uma outra passagem da referida carta:

> "Não obstante isto, eu era dotado de uma natureza veneradora e sensível às práticas cultuais. Sempre que assistia na Capela do Colégio ou na Matriz da cidade às cerimônias católicas, não podia furtar-me a uma emoção bastante profunda para impelir-me à reza. Somente, dominado pelos impulsos revolucionários, eu não servia-me das orações consagradas pelo catolicismo, e entregava-me, nessas efusões, às minhas próprias inspirações. E sem dúvida muito contribuía para estes atos meus de culto a precoce situação afetiva em que então me encontrava".[44]

Deste modo, mesmo sem fazer as preces católicas, Carlos já mantinha uma vida interior bastante intensa. A frase final da passagem acima citada

---

[43] Carta de Carlos Torres Gonçalves para Miguel Lemos, 28 de fevereiro de 1903. AIPB. Com relação às convicções religiosas de sua mãe, no necrológio que escreveu quando da morte desta, Carlos Torres Gonçalves escreveu que Virgínia Torres Gonçalves era "católica sincera, sentindo a necessidade de amparar com a proteção religiosa a existência dos filhos, receosa de que eles se perdessem no turbilhão revolucionário que já lhe havia arrebatado o esposo, esforçando-se por incutir-lhes as crenças que haviam felicitado os nossos predecessores medievais". Acrescentou ainda que ela desejava que Bruno, seu filho mais moço, entrasse para o sacerdócio católico (o que não se concretizou). In: "Notas biográficas...". ACTG.

[44] Idem, ibidem.

contém uma alusão velada à perda precoce do pai e à necessidade de amadurecer mais rapidamente. Mais adiante, naquela mesma carta de 28 de fevereiro de 1903, Torres Gonçalves assim definiu a situação mental em que se encontrava quando aproximava-se dos quinze anos e as leituras que então realizava:

> "Eu era, portanto, um deísta a meu modo, como cada deísta o é a seu, e até a minha conversão ao Positivismo jamais deixei de rezar diariamente e mesmo freqüentemente, consistindo já nesse tempo a reza para mim principalmente em votos pelo meu aperfeiçoamento. E posso dizer que também já nessa época eu buscava com ansiedade a abençoada Doutrina que mais tarde havia de dominar a minha existência. Porque é característica a curiosidade e o interesse com que eu lia as obras filosóficas, religiosas e morais que me vinham às mãos, quase todas oriundas do meio metafísico. E se é verdade que nenhuma delas pôde, como é natural, satisfazer as aspirações inconscientes do meu coração, também é verdade que algumas lograram despertar em mim um explicável entusiasmo passageiro. Por último, pouco antes de vir ao conhecimento do Positivismo, eu havia lido algumas obras de Alan Kardec, que, felizmente, nenhuma impressão me deixaram".[45]

Não é descabido supor que esse interesse efêmero de Carlos Torres Gonçalves pelo espiritismo tenha sido influenciado pelas perdas familiares sofridas. De qualquer forma, a visão de mundo que recebera no lar e na escola já não respondia às suas inquietações, que buscava satisfazer nos livros.

Com relação aos irmãos mais velhos, Adolpho e Joaquim concluíram seus estudos no colégio dos jesuítas em 1887. A partir de então, Adolpho mudou-se para Porto Alegre e passou a trabalhar como guarda-livros no comércio local, função que exerceu pelas décadas seguintes. Joaquim, então com dezessete anos de idade, seguiu naquele mesmo ano para o Rio de Janeiro e passou a estudar na Escola Militar, tendo por objetivo tornar-se engenheiro militar. Luiz seguiu o mesmo caminho em 1890, ano em que Carlos concluiu seus estudos no Colégio Nossa Senhora da Conceição.[46]

A abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, e a proclamação da República, em 15 de novembro do ano seguinte, encontraram os irmãos Torres

---

[45] Idem, ibidem.

[46] No tempo em que Carlos Torres Gonçalves estudou no colégio dos jesuítas de São Leopoldo, este era dirigido pelo padre Luís Sarrazin, que foi seu professor de francês. Torres Gonçalves continuou a encontrá-lo ocasionalmente pelas décadas seguintes, assim como ao padre Günter, que exerceu uma grande influência entre a *intelligentsia* católica sul-rio-grandense do princípio do século XX. Cf. carta de Carlos Torres Gonçalves para Teixeira Mendes, 2 de julho de 1908, AIPB.

Gonçalves já engajados na discussão das novas teorias vindas da Europa, marcadas pelo culto à ciência e pela crítica ao pensamento teológico.

Carlos assistiu a tais transformações ainda em São Leopoldo, mas com contato freqüente com a capital do estado, que então tinha mais de 52 mil habitantes e já era um centro econômico, político e cultural de relativa importância.[47] Porto Alegre passava por um intenso processo de transformações, recebendo diversos benefícios, como calçamento, saneamento, eletricidade e obras de embelezamento. Em contrapartida, os cortiços e os becos, espaços freqüentados por "desordeiros" e "vagabundos" eram destruídos pela ação de engenheiros, arquitetos e médicos sanitaristas.[48]

Naquele momento, nos primórdios republicanos, o positivismo estava em grande evidência nos meios culturais e políticos do Rio Grande do Sul.[49] Os jornais faziam referências ao pensamento de Auguste Comte e aos seus seguidores de forma recorrente. E não apenas em Porto Alegre, onde *A Federação* - órgão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) - constantemente aludia ao positivismo, mas também no interior do Estado.[50]

Enquanto isso, nos bancos da Escola Militar do Rio de Janeiro, Joaquim e Luiz Torres Gonçalves assimilavam de forma ainda mais direta a influência comtiana e assistiam de perto aos passos iniciais da República na capital do país.[51]

A partir desses momentos iniciais da República no Brasil, pode-se analisar mais detidamente a forma como ocorreu a recepção das idéias de Auguste Comte por parte de Carlos Torres Gonçalves.[52]

---

[47] Cf. MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993, p. 75.

[48] Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano (Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p. 262-281.

[49] Acerca dos diferentes matizes da influência positivista no estado, ver BOEIRA, Nelson. "O Rio Grande de Augusto Comte". In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (org). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 34-59.

[50] Pesquisando na coleção do jornal *Echo do Sul* existente na Biblioteca Rio-grandense, em Rio Grande, localizei 160 artigos contendo referências ao positivismo e aos seus seguidores na cidade, no estado e no país, publicados entre 1890 e 1899.

[51] A influência do positivismo na Escola Militar do Rio de Janeiro deveu-se muito à presença de Benjamin Constant em seu corpo docente, onde tornou-se ídolo da juventude militar. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 40.

[52] Roger Chartier prefere o termo "apropriação" ao termo "recepção", destacando que o leitor não é passivo diante da obra que lê, e que não apenas pessoas afastadas no tempo e no espaço lêem uma mesma obra de formas diferentes, mas também pessoas situadas no mesmo contexto histórico lêem a mesma obra de maneiras diversas, a partir de suas leituras e

Carlos Torres Gonçalves completou dezesseis anos apenas duas semanas antes de entrar em vigor a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891. Redigida por Júlio de Castilhos, a constituição gerou polêmica desde sua gênese. Dentre aqueles que se rebelaram contra a constituição castilhista ainda antes de sua promulgação, muitos eram seus antigos companheiros do PRR.

Entre os fundadores do PRR, em janeiro de 1882, destacava-se a figura de Demétrio Nunes Ribeiro, que fora colega de Miguel Lemos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e com quem desenvolveu uma interessante correspondência entre 1883 e 1891. Além de manter Lemos informado sobre as discussões que se processavam no interior do PRR, Demétrio demandava-lhe conselhos. Entretanto, quando Demétrio Ribeiro passou a contestar a liderança de Júlio de Castilhos e criticou seu projeto de constituição, Miguel Lemos desautorizou-lhe, conclamando-o à subordinação, pois entendia que o texto constitucional em questão era "o mais avançado do Ocidente". Em decorrência do apoio dado pelo diretor da IPB a Castilhos, Demétrio Ribeiro afastou-se do PRR e aproximou-se de Gaspar Silveira Martins, principal liderança política do Rio Grande do Sul ao longo das últimas décadas do Império.[53]

Aqueles primeiros anos do regime republicano no Rio Grande do Sul foram extremamente conturbados. Basta dizer que ao longo de três anos, entre a proclamação da República e o final de 1892, sucederam-se dezessete governos no comando do Estado.[54]

---

vivências anteriores, de suas expectativas, de suas capacidades criadoras etc. Cf. CHARTIER, Roger. "Textos, impressos, leituras". In: *A história cultural- entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 121-139. Minha opção por utilizar o termo "recepção" em vez de "apropriação" deve-se ao fato de que Carlos Torres Gonçalves reiteradas vezes ressaltou sua inteira subordinação a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes, os apóstolos da Igreja Positivista do Brasil, tendo assim sua liberdade de interpretação dos textos de Auguste Comte limitada pela leitura feita por seus "chefes espirituais", como os chamava. Além disso, em um período anterior Carlos Torres Gonçalves fora influenciado na "recepção" do positivismo por seus irmãos mais velhos.

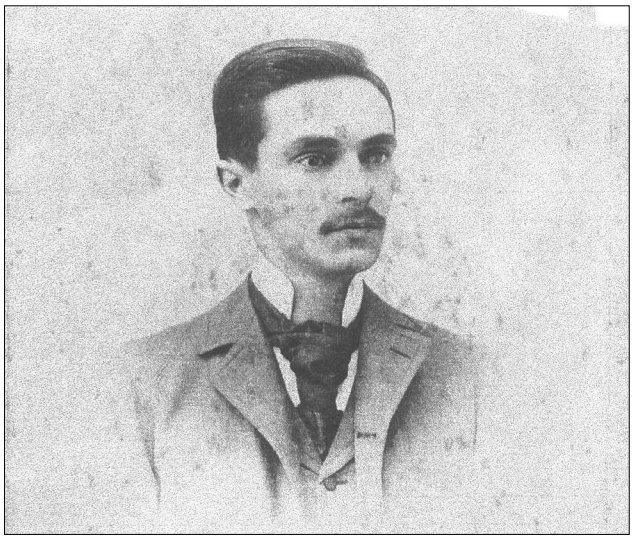
[53] A correspondência e as relações entre Demétrio Ribeiro e Miguel Lemos foram estudadas de forma mais extensa em minha dissertação de mestrado. Cf. PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-grandense e a política indigenista na República Velha*. Porto Alegre: UFRGS, 1997, p. 182-201. Voltarei ao assunto na segunda parte do presente trabalho.

[54] Cf. LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, cap. 2 e 3.

Além das perturbações de natureza política e social, o jovem Carlos e seus irmãos vivenciaram um novo abalo em seu ambiente doméstico com o falecimento de sua avó Leopoldina Orsi Torres, ocorrido em Rio Grande no mês de janeiro de 1892. Desta vez não houve conflito na partilha da herança, como ocorrera quando da morte de Joaquim da Costa Torres. Os bens que Leopoldina Torres possuía reduziam-se então a uma casa na rua 20 de Fevereiro, em Rio Grande, e a um terreno na mesma rua. Estes bens foram avaliados em 11:000$000 (onze contos de réis). Deste modo, coube a cada um de seus seis filhos herdeiros (entre os quais estava Virgínia Torres Gonçalves) uma quantia de pouco menos de dois contos de réis.[55]

Mas não apenas os assuntos de ordem financeira preocupavam Virgínia Torres Gonçalves. Ela tinha outros motivos para ficar apreensiva, pois dois de seus filhos (Joaquim e Luiz) estavam na capital federal, sacudida por agitações políticas após o fechamento do Congresso por Deodoro da Fonseca e pela posterior renúncia deste, em novembro de 1891.

Embora não se disponha de informações precisas, é bem possível que Carlos Torres Gonçalves, então com dezessete anos incompletos, tenha



acompanhado com interesse as movimentações políticas que então se verificavam no Brasil e também no Rio Grande do Sul, onde Júlio de Castilhos, acusado de tirania, foi afastado do poder por uma coalizão oposicionista no final de 1891. O "governicho", como foi chamado por Castilhos, de imediato revogou a Constituição de 14 de julho de 1891, mas não conseguiu pacificar o Estado.

* Fotografia mais antiga de Carlos Torres Gonçalves de que se tem conhecimento, feita por volta de 1892. ACTG

[55] Cf. Inventário de Leopoldina Torres, Cartório de Órfãos e Ausentes de Rio Grande, 1892, n.º 328, maço 10, estante 4, APERGS.

Uma tentativa de pacificação ocorreu com a realização de eleição para a presidência do Rio Grande do Sul, em novembro de 1892, na qual Júlio de Castilhos saiu vencedor.[56]

Naquele momento Joaquim Torres Gonçalves encontrava-se em Porto Alegre, onde publicou, sob o título "De luto", em 31 de janeiro de 1893, data da nova posse de Júlio de Castilhos, um vigoroso ataque ao líder do PRR, acusando-o de crimes cometidos contra seus opositores.[57] Voltando ao ataque alguns dias depois, sob o título "Governo do crime", o irmão de Carlos protestou contra o assassinato de um imigrante italiano na região colonial, dizendo que o regime castilhista era conivente com o crime.[58]

Em decorrência desses artigos, um mês após serem publicados Joaquim Torres Gonçalves foi intimado a apresentar-se aos seus superiores no Rio de Janeiro.[59] Entretanto Joaquim preferiu desertar, juntando-se às forças oposicionistas concentradas ao longo da fronteira com a República Oriental do Uruguai.[60]

Não tardou, porém, para que Joaquim e Luiz Torres Gonçalves (que também era alferes-aluno da Escola Militar do Rio de Janeiro) se desiludissem com os líderes da revolução Federalista, que iniciou em fevereiro de 1893, logo

---

[56] Anteriormente, em julho de 1891, quando assumira a presidência do Estado pela primeira vez, Castilhos fora eleito pelos constituintes que haviam aprovado o texto constitucional por ele redigido. A oposição acabou por abster-se na eleição de 1892. Cf. FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988, p. 104 e 136.

[57] O referido artigo foi publicado inicialmente em *O Rio Grande*, de Porto Alegre, e reproduzido no jornal *Echo do Sul*, de Rio Grande, em sua edição de 3 de fevereiro de 1893. BRG.

[58] Joaquim Torres Gonçalves, entre outras coisas, afirmou que "(...) a imprensa, não a oficial, todos os dias enumera fatos horríveis, verdadeiras barbaridades, mas a ação da justiça e do governo não se tem feito exercer nem procura punir severamente os criminosos. E, para justificar este calculado e criminoso silêncio do Estado, os jornais oficiais negam com desplante e vergonhosamente todas as acusações feitas, pretendendo iludir o público. (...). Jamais no Rio Grande campeou tão infrenemente o banditismo, e, por isso, fazemos justiça à digna colônia italiana aqui domiciliada, acreditando que ela não fará recair sobre os rio-grandenses a responsabilidade dos acontecimentos que a tem enlutado". In: *Echo do Sul*, Rio Grande, 7 de fevereiro de 1893. BRB.

[59] Em sua edição de 1º de março de 1893, o *Echo do Sul*, de Rio Grande, publicou: "O nosso distinto e valente conterrâneo Sr. alferes aluno Joaquim Torres Gonçalves, autor dos enérgicos artigos publicados pelo *Rio Grande*, de Porto Alegre, foi chamado à capital federal. O referido jornal foi o veículo criado por Demétrio Ribeiro ao afastar-se do PRR. Seu editor era Dinarte Ribeiro.

[60] Sob o título "Oficiais ausentes", em 13 de agosto de 1893 o jornal *Diário do Rio Grande* (da referida cidade) publicou artigo que dizia: "Findou no dia 9 do corrente o prazo marcado para apresentarem-se ao quartel-general o alferes do 3º regimento de cavalaria Leopoldo Itacoatiara de Senna e o alferes-aluno Joaquim Torres Gonçalves, ambos alunos da Escola Militar e que incorporaram-se ao exército revolucionário em operação na fronteira". A nota ainda nominava o major, o capitão e o 1º tenente que integrariam o conselho que estudaria a deserção de ambos. BRG.

depois da posse de Castilhos. No final daquele ano os dois irmãos exilaram-se em Buenos Aires, juntamente com outros companheiros. Por seu lado, Carlos Torres Gonçalves seguiu para Minas Gerais em meados de 1894 com o objetivo de estudar engenharia em Ouro Preto. Algumas cartas trocadas pelos irmãos naquele período sobreviveram à ação do tempo, permitindo que se perceba melhor a perspectiva com que eles se engajaram nas lutas políticas então em curso.

Em carta que escreveu de Buenos Aires para Carlos, em 9 de outubro de 1894, seu irmão Joaquim expressou sua desilusão com a dissidência republicana que antes apoiara e assim se referiu à situação política do Rio Grande do Sul:

> "Atualmente toda a nossa atividade, quer de um quer de outro lado em que está dividida a nossa sociedade, é inútil, porque não há em nenhum deles patriotismo e, portanto, toda e qualquer tentativa no sentido de modificar a situação atual é improfícua. Não quero dizer com isso que não haja indivíduos capazes e com muito patriotismo, mas são em pequeno número e em condições difíceis de vencer a coluna de ódios que se levantou entre as duas facções que se debatem. Entretanto devemos acompanhar toda a evolução que vai sofrendo nossa sociedade, para, compreendendo-a melhor, estudá-la mais e portanto sermo-lhe tão útil quanto possível. (...). Como deves saber, já se efetuou a nova invasão no Rio Grande, com a qual não tenho nada por não corresponder à causa alguma digna".[61]

Além de análises e apreciações acerca das movimentações políticas em andamento no Rio Grande do Sul e no Brasil (visto que ocorrera havia pouco, no Rio de Janeiro e em outras cidades litorâneas, a "Revolta da Armada"), as cartas trocadas entre os irmãos Torres Gonçalves também abordavam questões concernentes às leituras que faziam. Na mesma carta antes referida, Joaquim acrescentou:

> "Recomendo-te muito especialmente a leitura do *Discurso sobre o método* de Descartes e uma nova obra sobre medicina de Luis Kuhne. A primeira destas obras, ainda que muito metafísica, é um esboço bem preciso da questão importantíssima como seja o método, no estudo das ciências. A segunda é antes de tudo um livro honesto e digno, pois reduz a medicina a uma simples questão de regime alimentício e, por conseguinte, capaz de dirigir os esforços tão dispersivos da medicina atual para um novo campo onde sejam mais proveitosas suas observações. Esta obra tem sido lida aqui por quase todos nós e tem sido muito elogiada por ser mui simples a sua

[61] Carta de Joaquim Torres Gonçalves para Carlos Torres Gonçalves, 9 de outubro de 1894. ACTG.

> leitura e muito praticáveis os seus conselhos. Consta-me que, dentro em breve, o Apostolado Positivista vai publicar a *Geometria Analítica* de A. Comte e, se puderes, me remete um exemplar, pois aqui não há nem notícia de tal obra".[62]

Não apenas na encomenda da obra de Comte se percebe a influência positivista sobre o irmão de Carlos Torres Gonçalves. Também nas palavras utilizadas nota-se a ligação com a filosofia comtiana da história, tal como evidencia a crítica ao pensamento metafísico ao comentar a obra de Descartes. Não é possível saber se, naquele momento, aos dezenove anos, Carlos já tinha lido algum livro de Comte, mas é certo que estava a par da divulgação de suas obras pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.[63]

De outra parte, chama a atenção que a obra de Comte solicitada por Joaquim verse sobre matemática. É bem possível que a aproximação com a obra comtiana de Joaquim, Luiz e Carlos Torres Gonçalves, aqueles estudantes de engenharia militar e este se preparando para começar seus estudos de engenharia civil, tenha sido facilitada pelo fato de que o próprio filósofo francês tivera sua formação inicial em matemática, disciplina sobre a qual construiu sua classificação das ciências.[64]

Por sua vez, de Ouro Preto, no dia 5 de dezembro de 1894, Carlos Torres Gonçalves escreveu uma extensa carta ao seu tio Thomaz Leopoldo Torres, que vivia ainda em Rio Grande. A seguinte passagem evidencia que Carlos já era um missivista entusiasmado ainda em sua juventude:

> "Com a mais subida alegria respondo à tua última cartinha que, se por um lado me causou grande satisfação, por outro veio despertar-me as saudades de meu Estado, com recordações para mim tão caras.
> E que fartão me deu você?! Procurou imitar-me e excedeu-me! Gosto disto! Pagar-lhe-ei na mesma moeda.

---

[62] Idem, ibidem.

[63] O apostolado referia-se exclusivamente às atividades de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, respectivamente diretor e vice-diretor da Igreja Positivista do Brasil. Desde o princípio da República os dois abandonaram suas funções temporais e passaram a dedicar-se tão somente à propaganda da Religião da Humanidade, fundada por Comte.

[64] A "Geometria analítica" não consta do extenso catálogo das obras publicadas pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil entre 1881 (ano de sua fundação) e 1932 (ano da publicação do catálogo). O "Catecismo positivista" de Comte foi traduzido para o português por Miguel Lemos e editado em 1890. Em 1892 foi editado em francês a "Astronomie populaire" de Comte. Cf. Apostolado Pozitivista do Brazil. *Catálogo das publicações*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1932.

> Neste ponto sou exceção da regra; mas não só gosto imenso de receber cartas, como comprazo-me em escrever, e, quando o faço, limitar-me a poucas linhas, é-me difícil".[65]

Acostumado a viver rodeado pelos irmãos, primos, tios e demais parentes de sua extensa família, Carlos deve ter sentido bastante o afastamento. Aquele "exílio mineiro" foi a primeira vez que ele viu-se só, embora fosse relativamente grande a colônia gaúcha em Ouro Preto.[66] Deste modo, as cartas para os irmãos e outros familiares tomavam boa parte de seu tempo.

Naquela mesma carta para seu tio, que era solteiro e com poucos anos mais do que Carlos e seus irmãos, este teceu algumas considerações sobre sua vida na "república" que compartilhava com outros estudantes sul-rio-grandenses que se encontravam em Ouro Preto. Saudoso do café e dos doces preparados por suas primas, ao criticar o café requentado que era obrigado a beber, Carlos fez a seguinte referência à empregada da pensão em que vivia:

> "Entre parêntesis, lhe direi que é uma mulata de meia-idade, ressequida, esturricada, mas como aqui predomina o elemento, variante do azeviche, tem como todas as suas congêneres o tratamento de Dª. Assim é que se diz bom dia Dª Regina, Dª Regina me faz o obséquio de servir o almoço? Custou-me acomodar-me com esta fórmula de tratamento e várias vezes fui pego em flagrante, usando o nosso tradicional Sia, tão empregado em casos como este".[67]

Não é de todo improvável que Carlos tenha associado a figura de Regina com a figura de Constança, escrava que serviu a ele e a seus irmãos nos primeiros anos de vida. Deste modo, perceberia-se na passagem acima o eco da infância de Carlos e do convívio com a instituição do escravismo, então recém abolido no país.

Mais adiante, na mesma carta de 5 de dezembro de 1894, imaginando a circunstância em que seu tio Thomaz lhe responderia, Carlos fez uma referência em que demonstrava seu interesse pelo sexo oposto e onde insinuava ter deixado uma namorada no Rio Grande do Sul:

---

[65] Na mesma carta, ao despedir-se, Carlos ainda acrescentou: "Vou terminar, mas não sem prevenir-lhe que já tenho assunto para outra e que apenas espero resposta sua para pôr os manguitos de fora e começar a garatujar". Carta de Carlos Torres Gonçalves para Thomaz Leopoldo Torres, 5 de dezembro de 1894. ACTG.

[66] Carlos Torres Gonçalves referiu que a Sociedade Literária Rio-grandense, de Ouro Preto, contava com dezoito sócios. Idem, ibidem.

[67] Idem, ibidem.

> "O primo Virgínio passeia no seu quarto a espera que se disponha a largar a carta que me escreve para juntos (creio não errar) irem ver as meninas; que pena não poder acompanhá-los, mas que quer? Dois dedos de ciência valem hoje mais que dois olhares de deusa e é por isto que aqui estou eu, neste nebuloso Ouro Preto, no fundo de um buraco cavado no centro de alterosas serranias. (...).
> Muito satisfez-me a vaidade a notícia do definhamento da graciosa caçapavana, como o diz você. Comove mesmo esse fato meu coração sensível e bem será que perceba através destas palavras duas lágrimas, duas gotas de lava ardente que neste momento arremessam-se com veemência de encontro a meu coração dilacerado".[68]

Porém, a imaginação de Carlos pregou-lhe uma peça, visto que a carta acima citada não chegou às mãos de Thomaz Leopoldo Torres. Em 12 de dezembro de 1894, de Buenos Aires, seu irmão Joaquim escreveu a Carlos:

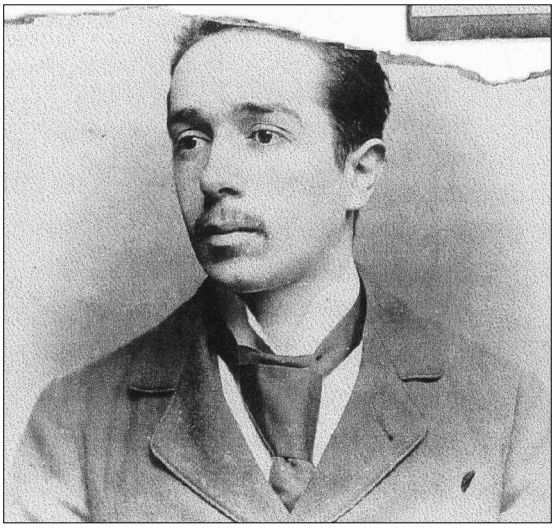
> "É sob a dolorosa e surpreendente nova do falecimento do nosso amado e querido tio e amigo Thomaz que te vou escrevendo estas linhas. (...).
> Ontem à noite fomos surpreendidos pelo telegrama que nos passou do Rio Grande o tio Luiz anunciando-nos a perda de um dos mais eminentes membros de nossa família. Calcula do pesar que nos vai n'alma aqui por casa. Não há expressões que traduzam fielmente o pesar que sentimos quando perdemos um amigo tão bom e tão nobre de sentimentos. As lágrimas que vertemos, servindo de bálsamo consolador a nossa alma, exprimem eloqüentemente o quanto nosso coração sente-se pesaroso e traduzem as afinidades que estreitamente nos ligam ao nosso caro tio Thomaz".[69]

Embora não tenha sido encontrada nenhuma outra carta escrita por Carlos Torres Gonçalves neste período, é plausível supor que mais esta morte em seu círculo familiar tenha tido reflexos em suas opções religiosas futuras.

Em Ouro Preto, Carlos acabou por não se matricular na Faculdade de Engenharia, como pretendeu inicialmente, visto que a referida instituição direcionava seus alunos para a área de engenharia de minas. Durante o segundo semestre de 1894 ele dedicou-se ao estudo de matemática, com o objetivo de preparar-se para ingressar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que formava engenheiros civis. Para manter-se em Minas Gerais, além de

[68] Não foi possível descobrir quem era a "caçapavana" (provavelmente uma alusão à localidade de Caçapava do Sul, na região da campanha do Rio Grande do Sul). Idem, ibidem.
[69] Carta de Joaquim Torres Gonçalves para Carlos Torres Gonçalves, 12 de dezembro de 1894. ACTG.

contar com alguns recursos enviados de Rio Grande por seus tios, Carlos dava lições de matemática.[70]



Em fevereiro de 1895 Carlos Torres Gonçalves transferiu-se para a capital federal. No Rio de Janeiro, Carlos recebeu uma carta escrita de Buenos Aires naquele mesmo mês por seu irmão Joaquim, na qual este fazia planos para retornar ao Brasil após a anistia aos revolucionários que então estava em discussão, pois o movimento de contestação a Castilhos estava bastante debilitado. Analisando a situação política do Rio Grande do Sul, Joaquim Torres Gonçalves escreveu:

> "Vejo com satisfação que a imprensa, a que foi amordaçada no tempo do tirano [Júlio de Castilhos], clama novamente pela pacificação da nossa infeliz e heróica pátria rio-grandense. Me parece que falta alguém que com seu prestígio e capacidade dê o golpe final nessa questão. Mas esse alguém ainda não apareceu e por isso continuará por mais tempo o sacrifício dos nobres que, sem outro recurso, continuam ainda, bem ou mal inspirados politicamente, a combater". [71]

Esta hostilidade à figura de Castilhos demonstrada por Joaquim parece ter sido compartilhada pelos demais irmãos, principalmente por Luiz e por Carlos Torres Gonçalves.

---

* Fotografia de Joaquim Torres Gonçalves, cerca de 1893. ACTG.

[70] Na carta que escreveu para seu tio Thomaz, em 5 de dezembro de 1894, Carlos referiu: "Tenho atualmente só um aluno, que está a prestar exames por estes poucos dias. Um aluno meu já tirou exame. Mas também não lecionarei mais sob responsabilidade minha, visto os grandes calotes que tenho tomado. Espero, em janeiro, ser nomeado para um lugar da imprensa oficial daqui; em todo o caso, se o não for, pouco me afligirei, por isso que breve me mudarei para o Rio, onde com grande facilidade obterei colocação conveniente". Carta de Carlos Torres Gonçalves para Thomaz Leopoldo Torres, 5 de dezembro de 1894. Abordando a situação financeira da família e a ida de Virgínia Torres Gonçalves para Buenos Aires, Joaquim antes havia escrito a Carlos: "Aqui conosco penso que nossa boa Mãe não irá fazer grandes despesas, porque saberei procurar viver com economia, gastando menos talvez do que gastávamos em Porto Alegre. (...). Assim pois, fazendo nós aqui economias, não será necessário que faças sacrifícios nem sofras faltas, e tua resolução altruística não será aproveitada porque a mim e ao Luiz cumpre mais zelar pelos nossos interesses comuns de modo que a nossa existência seja passada com iguais dificuldades e iguais prazeres". Carta de Joaquim Torres Gonçalves para Carlos Torres Gonçalves, 9 de outubro de 1894. ACTG.

[71] Carta de Joaquim Torres Gonçalves a Carlos Torres Gonçalves, 26 de fevereiro de 1895. ACTG.

Após a anistia, Joaquim e Luiz pretendiam retomar seus estudos de engenharia não mais na Escola Militar do Rio de Janeiro, mas na Escola Politécnica da mesma cidade. Neste sentido, os dois irmãos procuraram retomar seus estudos ainda em Buenos Aires, conforme indica a seguinte passagem da carta de Joaquim para Carlos acima referida:

> "Sentirei muito se demorar a nossa volta à Pátria, por isso que, tendo conseguido bons livros, pelos quais estamos, eu e Luiz, recordando, o que já estudamos, poderás com vantagem por eles iniciar os teus estudos de matemáticas superiores.
> Há grande desvantagem quando se estuda por maus compêndios e por isso desde já te aconselho, na impossibilidade em que se está de possuir a "Analítica" de Comte, por se haver esgotado a edição, procurar uns fascículos que dois alunos da Escola Militar do Rio publicaram há tempo. (...). Aqui compramos o "cálculo" de Navier e por ele, logo que voltarmos, poderás estudar".[72]

Como se percebe, além de influenciar Carlos em suas opiniões políticas, é provável que Joaquim também o tenha influenciado na opção pela formação em engenharia ao sugerir-lhe leituras. Até aquele momento, no princípio de 1895, parece que Carlos Torres Gonçalves era muito mais influenciado por seus irmãos do que propriamente pelo pensamento de Auguste Comte.

No Rio de Janeiro, Carlos Torres Gonçalves foi morar em uma "república" compartilhada por outros estudantes sul-rio-grandenses. Deste modo, no dia 28 de abril de 1895, ele pela primeira vez foi ao Templo da Humanidade, sede da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, onde assistiu à prédica realizada por Teixeira Mendes com base no *Catecismo Positivista* de Comte. Quem o levou foi seu companheiro Amaro Batista. Carlos retornou nos domingos subseqüentes, registrando o conteúdo das palestras realizadas entre os dias 5 de maio e 23 de junho daquele ano em uma pequena caderneta.[73]

As palavras então proferidas por Teixeira Mendes impressionaram o calouro da Escola Politécnica (onde Carlos ingressou em março de 1895). Mas não o suficiente para que, de imediato, aceitasse a direção espiritual dos apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Poucos anos depois, em fevereiro

---

[72] Idem, ibidem.

[73] Na capa desta caderneta consta a anotação "Minha iniciação no Positivismo – abril de 1895". Em uma anotação feita na margem da última página em 1950, Torres Gonçalves escreveu: "Fui levado ao Templo por Amaro Batista, companheiro de *república*, após muitas insistências dele. Era ainda deísta, mas perdi imediatamente a crença teológica, com surpresa minha própria" (o sublinhado é do próprio Torres Gonçalves). ACTG.

de 1903, Carlos Torres Gonçalves procurou explicar a Miguel Lemos a situação difícil em que se encontrava durante os últimos anos do século XIX, o que teria retardado sua subordinação aos apóstolos positivistas brasileiros:

> "Essa demora em libertar-me das prisões revolucionárias que impediam-me de apanhar a única atitude digna para com o Apostolado, pode, porém, ter uma explicação, além da minha insuficiência própria, nos graves embaraços que me rodeavam. Por um lado, toda a minha família estava filiada ao chamado Partido Federalista, dois irmãos mais velhos, alferes-alunos do exército (...), tendo desertado para as forças revolucionárias deste Estado [o Rio Grande do Sul], e eu mesmo tendo estado prestes a incorporar-me a elas; e, por outro lado, as preocupações escolares quase absorviam por completo a minha atenção e o meu tempo, não me permitindo o estudo e a meditação do Positivismo (...)".[74]

Nesta passagem, pela primeira vez Carlos Torres Gonçalves referiu o propósito que tivera anos antes de aderir às forças anticastilhistas em atuação no Rio Grande do Sul naqueles primeiros anos da República. Posteriormente, em diversas ocasiões Torres Gonçalves referiu oralmente a seus filhos que, antes de aderir à Igreja Positivista do Brasil, entendia que Castilhos deveria ter sido enforcado em praça pública.[75]

Em meados de 1895, após serem anistiados, Joaquim e Luiz Torres Gonçalves retornaram ao Rio de Janeiro, fazendo-se acompanhar por Bruno, o irmão menor, e por Virgínia Torres Gonçalves, a matriarca da família. Embora com a ausência de Adolpho, que permanecia em Porto Alegre trabalhando como contabilista, a família Torres Gonçalves estava novamente reunida.

Assim, a partir do segundo semestre de 1895 os irmãos Joaquim, Luiz e Carlos Torres Gonçalves foram colegas na Escola Politécnica, embora em níveis diferentes, visto que os dois mais velhos encontravam-se mais adiantados em seus estudos. É interessante notar que Adolpho, o irmão mais velho, que não realizou estudos superiores, trabalhava também numa atividade que tinha na matemática seu pilar de sustentação. Com relação a Bruno, o irmão caçula, ele também não cursou faculdade alguma, mas posteriormente exerceu o magistério de matemática.[76]

---

[74] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 28 de fevereiro de 1903. ACTG.
[75] Conforme me relatou seu filho Jorge Baiardo Torres Gonçalves.
[76] Bruno parece ter sido uma espécie de "ovelha negra" da família, com tendências acentuadas para a vida boêmia, para o que deve ter colaborado a passagem por Buenos Aires e pelo Rio de Janeiro em tenra idade. Cf. informação oral transmitida por Sofia Mariana Torres Gonçalves.

Além de estudar, os irmãos também necessitaram trabalhar para manterem-se no Rio de Janeiro.[77] Deste modo, durante o ano de 1895 Carlos trabalhou na equipe que fazia medições para a elaboração da carta cadastral do Rio de Janeiro.[78]

Tudo indica que Virgínia Torres Gonçalves e seus filhos viveram felizes no Rio de Janeiro durante o segundo semestre de 1895. Após passar por tantos momentos de aflição durante o período revolucionário, ela podia respirar aliviada, pois todos os seus filhos saíram ilesos do conflito que tantas vítimas fez.[79]

Porém, tal felicidade não durou muito. Em 18 de abril de 1896, vítima de uma perturbação gastrointestinal aguda, veio a falecer Joaquim, o irmão que tanto inspirou Carlos Torres Gonçalves.[80]

Tudo indica que a morte de Joaquim, aos 26 anos incompletos, tenha favorecido as reflexões religiosas e a aproximação de Carlos com a ortodoxia

---

[77] Quando foi para o Rio de Janeiro, Carlos passou a receber mensalmente 90$000 (noventa mil réis) enviados de Rio Grande por seus tios, por ordem de Virgínia Torres Gonçalves. Cf. carta de Luiz Torres Gonçalves para Carlos Torres Gonçalves, fevereiro de 1895. ACTG.

[78] Cf. carta de Carlos Torres Gonçalves para Miguel Lemos, 28 de fevereiro de 1903. AIPB.

[79] Segundo Joseph Love, esta foi "a guerra civil mais sanguinolenta da história do Brasil, uma guerra de 31 meses que produziu de dez a doze mil mortes, numa população, na época, de um milhão de pessoas". In: LOVE, *op. cit.*, p. 77.

[80] Poucos dias depois, o *Echo do Sul* de Rio Grande reproduziu a seguinte notícia publicada em um jornal do Rio de Janeiro por um antigo companheiro de exílio do finado (o nome do jornal e do autor do artigo não foram mencionados): "Joaquim Torres Gonçalves era um forte e largo espírito, um caráter e um coração. Como todos os republicanos que se prezam, Torres Gonçalves revoltou-se contra a ditadura castilhista e alistou-se nas forças libertadoras do federalismo, onde portou-se galhardamente. Dissentindo da direção política da revolução, Torres Gonçalves refugiou-se em Buenos Aires de onde só regressou depois da anistia. Para não perder mais dois anos de sua carreira, cruzando os braços sobre a anistia correcional, o ilustre moço matriculou-se na Escola Politécnica. Ainda ontem vinha o seu nome chamado para exame e ele já estava dormindo o sono de que já não mais se acorda. No exílio, a casa de Torres Gonçalves, que era presidida pela Exma. Sra. D. Virgínia Torres Gonçalves, mãe do finado e que exilou-se também, para não faltar aos sete [sic] filhos com o carinho material e o calor sagrado do seu amor, a casa de Torres Gonçalves foi uma tenda árabe, sem portas para todos os companheiros de infortúnio. Quando as saudades da Pátria e o sofrimento faziam com que alguns dos exilados alongassem os olhos para a Pátria, a austeridade de [Joaquim] Torres Gonçalves no cumprimento do dever fazia-lhe sentir que um soldado que revolta, ainda por uma santa causa, só volta a terra natal ou perdedor ou anistiado, isto é, com a cabeça erguida e sem mancha, nunca humilhado e confessando-se arrependido da resolução que tomou. Soldado não se arrepende, patriota não se curva. E não havia coração mais meigo, mais carinhoso, mais suave no repartir consolações. Um caráter de bronze, um coração de arminho". In: *Echo do Sul*, Rio Grande, 29 de abril de 1896. BRG. Posteriormente, em 1899, Dinarte Ribeiro dedicou à memória de Joaquim Torres Gonçalves (de quem fora companheiro no exílio em Buenos Aires) sua tradução dos *Opusculos de philosophia social* de Auguste Comte, editada pela Livraria do Globo, para a qual escreveu uma introdução em que teceu severas críticas à Miguel Lemos e à Igreja Positivista do Brasil, acusando-a de infidelidade ao filósofo francês por ter rompido com Pierre Laffitte, líder dos positivistas religiosos franceses e que fora nomeado como um de seus testamenteiros pelo próprio Comte.

positivista. É neste sentido que parece apontar a seguinte passagem da carta escrita por Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, em 28 de fevereiro de 1903:

> "Não posso silenciar aqui que em 1896 tive a ventura de travar relações na Escola [Politécnica] com o meu prezado amigo e colega Sr. Crizanto Pinto, que começava então a iniciar-se no Positivismo, e que muito devem os meus progressos ao apoio e aos estímulos que sempre recebi desse amigo, nas nossas palestras que versavam invariavelmente sobre as preocupações religiosas que então já enchiam nossas almas, e, mais tarde, em uma assídua correspondência escrita".[81]

Em fins de 1897, com 25 anos, Luiz Torres Gonçalves concluiu seus estudos de engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Por sua vez, Carlos Torres Gonçalves formou-se em abril do ano seguinte, poucos meses antes de completar 23 anos de idade.[82] Em companhia da mãe e do irmão menor, os dois engenheiros retornaram a Porto Alegre em meados de 1898, onde reencontraram Adolpho, o único dos cinco irmãos que havia permanecido no Rio Grande do Sul.[83]

Em outubro de 1898, Carlos Torres Gonçalves iniciou suas atividades profissionais através de um posto que obteve na Comissão de Estudos do Rio Jacuí, chefiada por Joaquim José Felizardo Júnior.

Felizardo Júnior também era formado em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, cidade na qual se aproximou dos positivistas ortodoxos. Em Porto Alegre, era ele o responsável pelo depósito de publicações da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, abrigado em sua residência.

Nesta condição de divulgador dos folhetos editados pela Igreja Positivista do Brasil, Felizardo Júnior desempenhou um papel essencial na conversão de Carlos Torres Gonçalves à Religião da Humanidade, forma ortodoxa do positivismo, como se percebe na seguinte passagem da já citada

---

[81] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 28 de fevereiro de 1903. AIPB.

[82] Carlos Torres Gonçalves concluiu seus estudos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em pouco mais de três anos, valendo-se de um dispositivo que permitia que os alunos prestassem os exames respectivos sem a necessidade de freqüentar regularmente todas as disciplinas.

[83] Adolpho Torres Gonçalves casou-se com Tarsila Só Gonçalves por volta dessa época. Ao retornar a Porto Alegre, Virgínia Torres Gonçalves e os filhos solteiros moraram inicialmente na rua Aurora n.º 60, transferindo-se em 1900 para a rua Voluntários da Pátria n.º 469. Cf. correspondência de Carlos Torres Gonçalves com Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

carta por ele escrita a Miguel Lemos, em fevereiro de 1903, quando solicitou seu ingresso naquela instituição religiosa:

> "(...) em meados de dezembro [de 1898] comecei a ter contatos pessoais com esse amigo [Felizardo Júnior], por intermédio de quem consegui uma coleção das circulares anuais do Apostolado e o folheto do Sr. Mendes intitulado *A direção do Positivismo no Brasil*. A leitura de uma e outra destas publicações exerceu a mais poderosa e salutar influência sobre o surto da minha subordinação para com o Apostolado, ambas iluminando a minha inteligência e estimulando o meu altruísmo (...). Esta última leitura, sobretudo, veio esclarecer muito a situação dolorosa, instável e difícil, senão impossível de manter, em que me encontrava, e comecei assim a perceber o único caminho verdadeiramente digno a seguir - o da minha inteira subordinação".[84]

Em julho de 1899, através de concurso público, Luiz e Carlos Torres Gonçalves ingressaram nos quadros da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente os dois irmãos foram destinados a servir na Diretoria de Viação Terrestre, ocupando-se da construção de estradas na região colonial ao norte do estado. Deste modo, permaneciam ambos longe de Porto Alegre na maior parte do tempo.[85]

Carlos Torres Gonçalves encontrou no serviço público estadual diversos outros funcionários que eram simpáticos ao positivismo. Isto não era surpreendente, tomando-se em consideração que Auguste Comte era o inspirador dos quadros mais importantes do Partido Republicano Rio-grandenses (PRR). Porém, havia uma peculiaridade no tipo de adesão ao positivismo dos engenheiros da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Enquanto que a cúpula do PRR, quase que integralmente formada por advogados, aceitava o positivismo apenas enquanto projeto político, os engenheiros daquela secretaria iam além, aceitando também a doutrina religiosa desenvolvida por Comte em seus últimos anos de vida, a partir do convívio com sua "esposa espiritual" Clotilde de Vaux.

---

[84] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 28 de fevereiro de 1903. AIPB. As "circulares" mencionadas nesta carta foram editadas anualmente por Miguel Lemos entre 1881 e 1898, e por Teixeira Mendes entre 1903 e 1913. Nelas eram feitos balanços das principais atividades desenvolvidas no período pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.

[85] As atividades profissionais de Carlos Torres Gonçalves serão analisadas mais detidamente na segunda parte deste trabalho.

Nos primeiros meses de 1900, quando se encontrava em viagem pelo interior do Rio Grande do Sul, Carlos Torres Gonçalves escreveu o seguinte poema, dedicado à sua mãe:

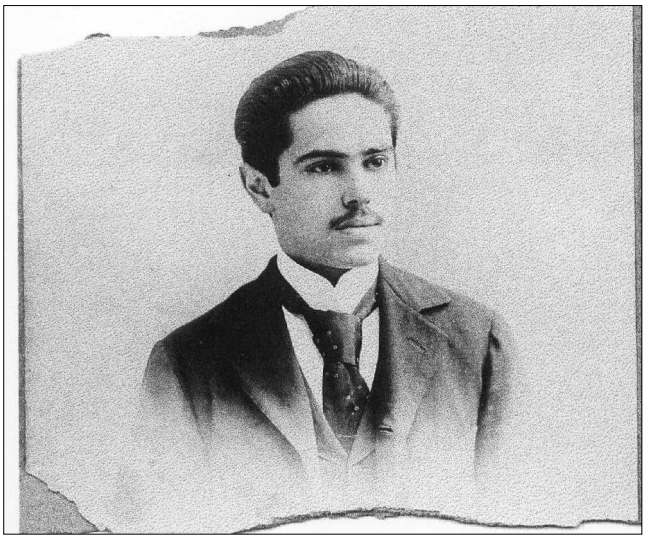
"Longe de ti, nas lides da vida,
Perto te sente meu coração
Se ao Anjo da Guarda – Mãe Querida!,
Eleva-se minh'alma em oração.
Subir até ti, considerar a dedicação,
Os cuidados, o carinho, a solicitude,
Que custou-te dos filhos a formação
Da inteligência, caráter e virtude.
Na tua imagem adorar a Humanidade,
De cujo seio por Mãe de houvemos,
E a quem por tão subida bondade
Profunda e eterna gratidão devemos.
É isso amar, pensar e agir;
É nossas forças retemperar
Para o serviço do Porvir
Que nos cumpre preparar.
É pobremente agradecer
Os sacrifícios de toda arte,
Que nosso mais longo viver
Jamais conseguirá pagar-te.
Mas, quando por este culto puro
Cada qual for inspirado,
Teremos atingido um Futuro
Mais feliz do que o Passado".[86]

Diversas alusões presentes neste poema apontam para o influxo da vertente religiosa do positivismo sobre Carlos Torres Gonçalves. No primeiro parágrafo, a identificação de sua mãe com um anjo da guarda remete à concepção de Comte de que todo indivíduo possui três "anjos" que nada têm de sobrenaturais: a mãe, a esposa e a filha, representando assim, respectivamente, o altruísmo feminino no passado, no presente e no futuro.[87] No terceiro parágrafo, a referência ao positivismo religioso é mais explícita quando o poema fala em adorar a Humanidade (e não a Deus) através da imagem da mãe. Quando Torres Gonçalves menciona os verbos amar, pensar

[86] "À minha mãe", poema de Carlos Torres Gonçalves. ACTG.
[87] Segundo Comte, "No estado normal, cada homem acha em torno de si verdadeiros *anjos da guarda*, ao mesmo tempo ministros e representantes do Gran-Ser. A adoração secreta deles, consolidando e desenvolvendo a influência contínua que lhes cabe, tende diretamente a nos tornar sempre melhores e mais felizes, fazendo gradualmente prevalecer o altruísmo sobre o egoísmo, pela expansão de um e compressão do outro". In: COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1943 (4ª conferência), p. 121.

e agir, no quarto parágrafo, alude à máxima comtiana “Pensar para agir e agir por afeição”, sintetizando assim as três capacidades presentes no ser humano.[88] Finalmente, no último parágrafo, quando prevê um futuro mais feliz do que o passado, a poesia está de acordo com a filosofia positivista da história, que vê na sucessão dos períodos históricos uma tendência ao aperfeiçoamento humano através do advento contínuo das bases para a consolidação da Religião da Humanidade.

Por seu lado, pouco mais de um ano depois de ingressar no serviço público estadual, nos meses que assinalavam o ocaso do século XIX, agravou-se em Luiz Torres Gonçalves uma moléstia neurológica que dera seus primeiros sinais ainda no Rio de Janeiro. Durante seus últimos quatorze meses de vida, Luiz passou por grandes sofrimentos físicos, permanecendo semi-consciente na maior parte do tempo. Finalmente, em 4 de novembro de 1901, aos 29 anos de idade, verificou-se o óbito daquele que fora o mais íntimo dos irmãos de Carlos Torres Gonçalves.[89]



* Fotografia de Luiz Torres Gonçalves, cerca de 1893. ACTG.

[88] Esta e outras fórmulas positivistas aparecem como epígrafes em inúmeras publicações da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.

[89] Cf. “Notas biográficas de Virgínia Torres Gonçalves”, por Carlos Torres Gonçalves. ACTG. Poucos dias depois, o *Correio do Povo,* de Porto Alegre, publicou a seguinte nota (provavelmente redigida e encaminhada por Felizardo Júnior): “Realizou-se ontem o enterramento [sic] do distinto e conceituado moço engenheiro Luiz Torres Gonçalves, prematuramente roubado aos carinhos da família, à estima dos amigos e ao serviço da Pátria. Na sua vida de acadêmico militar deixou ele um nome querido e respeitado, já pelas suas qualidades afetivas, já pela sua digna contração ao trabalho, distinguindo-se entre os bons alunos da nossa Escola Militar. Dada a revolução no Estado, levado pelo arrebatamento das grandes almas e convicto de que o objetivo daquele movimento político tinha alguma coisa de grande, de elevado, passou-se para as fileiras dos revolucionários, onde combateu com dedicação. Bem cedo, porém, desiludido, ele só veio encontrar satisfações para os ideais de seu belo coração na doutrina hoje pregada pelos discípulos de Augusto Comte. Era um convertido, um verdadeiro crente de que só na Religião da Humanidade se pode encontrar solução para os problemas que a sociedade atual nos oferece. E por isso a sua família, respeitando essa convicção tão íntima e verdadeira, não admitiu a intervenção na cerimônia fúnebre dos representantes da igreja de nossos pais, preferindo proceder sinceramente a transigir naquilo que o morto não transigia. Durante o tempo em que o cadáver esteve em casa, era a sala presidida pelo busto de Augusto Comte encimado pelo retrato de sua excelsa companheira [Clotilde de Vaux]; viam-se mais os retratos do pai do morto, dos Srs. Miguel

Mais de duas décadas após as mortes de Luiz e de Joaquim, Carlos Torres Gonçalves elaborou uma interessante interpretação das causas daqueles óbitos tão precoces de seus irmãos:

> "A morte tão prematura de (...) Joaquim e Luiz, justamente os dois que haviam tomado armas no movimento revolucionário deste Estado dos anos 105 e 106 (1893 e 1894), deve achar-se ligada ao abalo profundo por eles sofrido nesse período, como naturezas entusiásticas, mas delicadas e cheias de civismo, que não tardaram em sentir e arrepender-se da falta grave em que haviam incorrido contra a ordem social – tão certa é a influência preponderante do cérebro na saúde".[90]

Percebe-se na passagem acima a influência do pensamento de Comte sobre o diagnóstico concebido por Carlos Torres Gonçalves (quando já estava há muito convertido ao positivismo religioso) acerca das causas das doenças que levaram à morte de seus irmãos Luiz e Joaquim.[91]

Aumentaram bastante as responsabilidades familiares de Carlos Torres Gonçalves após a "transformação subjetiva" (expressão utilizada pelos positivistas para fazer referência à morte, palavra que procuravam evitar) de Luiz. Afinal, dos três filhos que restaram à Virgínia Torres Gonçalves, era ele o único com formação superior e com emprego estável. Adolpho, o primogênito, embora fosse bastante dedicado ao trabalho de guarda-livros que exercia para diversas empresas de Porto Alegre, já tinha esposa e filhos, dificultando que prestasse assistência à sua mãe. Por sua vez, Bruno, o mais novo dos irmãos, não costumava ficar muito tempo em um mesmo emprego.

Além das obrigações com sua mãe e com seu irmão menor, Carlos Torres Gonçalves tinha pesados encargos profissionais na Secretaria de Obras

---

Lemos, Teixeira Mendes e Jorge Lagarrigue. No cemitério, ao baixar o corpo à sepultura, o engenheiro Felizardo Júnior pronunciou uma breve oração efusiva dizendo o adeus da despedida em nome dos correligionários positivistas, que, como lembrança, depositaram singelo bouquet de rosas, com uma fita verde onde se liam as seguintes palavras: *Saudades de seus correligionários positivistas"*. In: *Correio do Povo*, 6 de novembro de 1901. ACPPA.

[90] In: "Notas biográficas de Virgínia Torres Gonçalves", escrito por Carlos Torres Gonçalves em 1922. ACTG. Os anos 105 e 106 referidos por Carlos Torres Gonçalves nesta passagem remetem ao calendário positivista elaborado por Auguste Comte e adotado pelos positivistas brasileiros. Por este calendário, o ano solar é dividido em 13 meses de 28 dias cada, sendo o último dia do ano isolado e dedicado ao culto dos mortos. O calendário tem como primeiro ano o de 1789, numa referência à Revolução Francesa. Cf. LEMOS, Miguel. *Calendário e bibliotéca pozitivistas*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1902.

[91] Com relação à noção positivista da influência da moral sobre a saúde, ver COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1934, p. 43-45 (primeira conferência). Ver também CARRION, Rejane. *A ideologia médico-social no sistema de A. Comte*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1977; e PETIT, Annie. "Les débats positivistes sur la notion de vie". In: *Ludus vitalis*, vol. III, n.º 4, 1995, p. 161-193.

Públicas do Rio Grande do Sul, o que o forçava a passar longos períodos afastado de Porto Alegre. Porém, ao raiar o século XX, já tendo passado dos 25 anos de idade, mais uma preocupação somou-se àquelas nos seus pensamentos, pois chegava o momento de encontrar um segundo “anjo da guarda” e assim formar sua própria família.

Capítulo 2

O positivismo em família

2.1 – Um casamento positivista no sul do Brasil

Em 1901, aos 26 anos de idade, Carlos Torres Gonçalves já apresentava os mesmos traços físicos que o acompanhariam até o final da vida. Com cerca de 1,70 m. de altura, era bastante magro. Cultivava um fino bigode que mantinha cuidadosamente aparado e, ao que parece, era bem apessoado. Precocemente amadurecido, suas características de personalidade já estavam consolidadas. Além de educado, era também muito afável. Embora não possuísse bens materiais e nem a perspectiva de herdá-los, era detentor de um capital cultural apreciável. Na condição de engenheiro e de funcionário da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, tinha a perspectiva de uma vida confortável. Portanto, provavelmente não teria dificuldade de encontrar em seu círculo social a uma moça que consentisse em se casar com ele.

Além da "caçapavana" que Carlos Torres Gonçalves havia conhecido em Rio Grande ainda antes de seus dezoito anos, nenhuma outra possível namorada foi mencionada em suas cartas para os familiares mais íntimos ou para a parentela mais extensa. Não foi possível descobrir se ele ficou cativado por alguma moça durante os quatro anos que passou fora do Rio Grande do Sul, primeiro em Ouro Preto e depois no Rio de Janeiro, entre 1894 e 1898, quando tinha entre 19 e 23 anos de idade. Porém, não seria de estranhar se isso tivesse acontecido, levando-se em consideração a idade com que contava e o ambiente em que se encontrava, principalmente no caso da capital federal. Mas isso é apenas uma conjectura.

Na extensa atividade epistolar de Carlos Torres Gonçalves, algumas poucas (porém preciosas) cartas permitem que se abandone o campo das meras suposições e que se vislumbre alguns aspectos concretos de sua vida privada e da mentalidade que lhe serviu de suporte.[1]

Deste modo, no mês de dezembro daquele primeiro ano do século XX, poucos dias após a morte de seu irmão Luiz, Carlos Torres Gonçalves escreveu uma carta à Corina Flores em que lhe manifestou o interesse por sua neta Dagmar Flores Pereira da Cunha. Certo de ser correspondido em sua afeição, ao solicitar a aprovação formal da avó de Dagmar para dela se aproximar Torres Gonçalves explicou o significado daquele pedido e explicitou sua opção religiosa:

> "Para mim, o passo que ora dou tem uma significação profundamente religiosa. Adepto do Positivismo, a doutrina em que procuro inspirações para todos os atos de minha vida, dele aprendi as santas reações morais que se deve esperar do laço preliminar para o qual peço, neste momento, a aprovação vossa e a de minha Mãe; isto é, daquelas que, para D.ª Dagmar e para mim, são, respectivamente, as melhores personificações do Ser Supremo. Animado para com essa abençoada religião, a que tantos e tão grandes benefícios devo, de uma gratidão sem limites, aceito e procuro preencher, na medida das minhas forças, todos os deveres, positivos e negativos, que ela prescreve aos seus aderentes".[2]

Como se vê, a adesão de Torres Gonçalves ao positivismo não se restringia ao seu método científico e ao seu projeto político, já bastante vulgarizados no Rio Grande do Sul e no Brasil desde os últimos anos do século XIX. Indo além, aceitava o pensamento de Comte também enquanto doutrina religiosa.

Ao referir que sua mãe e a avó de Dagmar seriam as "melhores personificações do Ser Supremo", implicitamente Torres Gonçalves aludia à idéia comtiana de que a mulher é a providência moral da espécie humana e que a maternidade é a mais sublime de todas as funções sociais. Ao mencionar

---

[1] Neste sentido, analisando as trocas epistolares intrafamiliares na França do século XIX, Michelle Perrot chamou a atenção para as fronteiras entre o dizível e o indizível e para os códigos entre o público e o privado, o individual e o social. Cf. PERROT, Michelle. "A vida em família". In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 187-188.

[2] Carta de Carlos Torres Gonçalves para Corina Flores, 6 de dezembro de 1901. ACTG. As palavras originalmente escritas por Torres Gonçalves com iniciais maiúsculas foram mantidas, mesmo contrariando as regras gramaticais, tendo em vista a preservação do sentido especial por ele conferido a determinados conceitos.

o “ser supremo”, se referia não à idéia de Deus, posto que os positivistas não acreditavam em entidades sobrenaturais, mas à humanidade passada, futura e presente (nesta ordem hierárquica), seu único objeto de culto. Daí o nome de “religião da Humanidade” conferido por Comte à vertente religiosa de seu pensamento.[3]

Ao dizer que aceitava as prescrições positivas e negativas impostas por Comte aos seus seguidores, Torres Gonçalves deixava subjacente sua subordinação à direção dos apóstolos positivistas brasileiros Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Relativamente às prescrições negativas, os positivistas religiosos estavam impedidos de ocupar cargos políticos, de exercer funções nos estabelecimentos oficiais de ensino superior e secundário (com exceção das escolas destinadas a preparar os professores primários), de integrar associações científicas, literárias ou políticas, de exercer o jornalismo (a não ser para comunicações urgentes ou para simples anúncios) e de auferir lucros com as publicações feitas (que jamais poderiam ser anônimas).[4]

Naquela mesma ocasião em que se dirigiu à avó de sua futura noiva, após esclarecer que respeitava profundamente as crenças católicas e que não pretendia impor suas próprias opiniões religiosas, Torres Gonçalves procurou justificar a razão daquela carta:

> “Mas é que, dado o ponto de vista em que me acho hoje colocado, da mais completa subordinação aos sagrados ensinamentos da Religião da Humanidade, grandes são os deveres que tenho a cumprir, e parece-me, pois, que, num momento como este, tão decisivo para o futuro de duas famílias que se virão assim a fundir numa pelo intermédio do principal sacramento social, vos devia a expressão das minhas disposições e dos meus votos. E é ainda dessa atitude que decorre, como conseqüência, a obrigação em que me acho, por mim e principalmente por D.ª Dagmar, de aguardar, em observância a uma prescrição positivista, que completemos respectivamente 21 e 28 anos para realizarmos o nosso casamento”.[5]

---

[3] Comte dedica uma das conferências (a nona) de sua exposição sumária da Religião da Humanidade ao papel da mãe na formação dos filhos e, por conseqüência, do conjunto da Humanidade. In: COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1934, p. 300-311.

[4] Conforme o artigo VII dos estatutos da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. In: LEMOS, Miguel. *O Apostolado Pozitivista no Brazil - décima-sétima circular anual (ano de 1897)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1899 (n.º 196), p. 7.

[5] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Corina Flores, 6 de dezembro de 1901. ACTG.

Quando Torres Gonçalves escreveu que o casamento era o "principal sacramento social" estava corroborando as palavras de Comte, para quem o matrimônio e a posterior educação dos filhos em moldes positivistas eram preâmbulos essenciais para a regeneração futura do conjunto da humanidade.[6]

Na ocasião em que escreveu a carta acima citada, Carlos e Dagmar tinham respectivamente 26 e 19 anos de idade. Sete anos os separavam, de acordo com o preceito comtiano. Não se pode afirmar com certeza se esta diferença de idade existente entre os noivos foi mera coincidência ou se Torres Gonçalves deliberadamente buscou uma moça com a idade apropriada para realizar um casamento positivista ideal, tal como foi concebido por Comte.[7]

De qualquer modo, os noivos deveriam esperar dois anos ainda para efetivar o casamento. Mas este período seria de transformação para ambos, como se percebe nas palavras com que Carlos Torres Gonçalves concluiu a carta à avó de Dagmar:

> "A elevação moral de vossa Família (...) me consente formar os mais ardentes votos e ao mesmo tempo nutrir as melhores esperanças de que este laço preliminar seja fecundo em progressos religiosos para D.ª Dagmar e para mim, preparando-me para o laço definitivo, o casamento, e tornando-nos assim cada vez mais aptos para o serviço da Família, da Pátria e da Humanidade".[8]

---

[6] Na "Carta filosófica sobre o casamento" que escreveu para Clotilde de Vaux, Comte assim se referiu à importância deste laço: "A nossa Humanidade é principalmente superior a toda animalidade em virtude de sua combinação característica entre a razão e a sociabilidade. Ora, desses dois atributos elementares, o primeiro é mais pronunciado no homem, e o segundo na mulher. Daí resulta a preeminência natural do casamento sobre toda e qualquer outra associação; pois que os dois sexos se acham assim colocados na disposição habitual mais favorável ao seu mútuo aperfeiçoamento, que consiste sobretudo, para cada um deles, em desenvolver melhor por esse meio as qualidades que possui menos". In: COMTE, Auguste. *Cartas filozoficas sobre a comemoração social, o batismo cristão e o cazamento*. Porto Alegre: IPB, 1912, p. 41-42. Com relação aos nove sacramentos sociais instituídos por Comte, eram eles os seguintes: apresentação (do recém-nascido), iniciação (aos 14 anos), admissão (aos 21 anos), destinação social (aos 28 anos, vinculando-se às atividades profissionais masculinas), casamento (idealmente aos 28 anos para o homem e aos 21 anos para a mulher), madureza (aos 42 anos), retiro (aos 63 anos), transformação (por ocasião da morte) e incorporação (sete anos após a morte). Cf. COMTE, *Catecismo pozitivista,* p. 129-137.

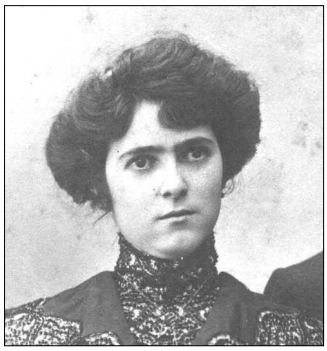
[7] Na 4.ª conferência do *Catecismo positivista*, que aborda o "culto privado", falando à catecúmena que estava doutrinando, o sacerdote positivista (o próprio Comte) assim abordou a questão da idade em que se deveria realizar o casamento: "Todavia, minha filha, cumpre fixar, em primeiro lugar, a idade normal do principal sacramento social. Pois que o casamento deve seguir, e não preceder, a destinação especial, o homem não poderá receber o sacramento respectivo antes de ter completado 28 anos. (...). Quanto às mulheres, o sacramento da destinação coincide necessariamente com o da admissão, por causa da feliz uniformidade de sua vocação sempre conhecida. Elas ficam, pois, aptas para o casamento desde a idade de 21 anos, o que, aliás, garante melhor a harmonia conjugal". In: COMTE, *op. cit.*, p. 134.

[8] Carta de Carlos Torres Gonçalves para Corina Flores, 6 de dezembro de 1901. ACTG. A idéia do título do presente trabalho veio da leitura desta passagem da carta.

Nas palavras acima fica subentendido que já estava em curso o processo de conversão ao positivismo de Dagmar por parte de Carlos Torres Gonçalves. De outra parte, é bastante emblemática a frase final, em que Torres Gonçalves referiu que seu casamento com Dagmar visaria ao "serviço da família, da pátria e da humanidade". Desta forma era reafirmada a idéia comtiana de que o indivíduo não possui direitos, mas apenas deveres com as instituições sociais de diferentes níveis que o ligam ao Grão Ser – isto é, a humanidade passada, futura e presente.[9]

Mas quem era aquela que Carlos Torres Gonçalves escolhera para juntos formarem uma família positivista e colocarem-na a serviço da pátria e da humanidade?

Dagmar Flores Pereira da Cunha nasceu em 29 de março de 1882, na cidade de Porto Alegre, filha de Edmundo Palmeiro Pereira da Cunha e de Mariana Barreto Flores. Seu pai era bacharel em direito e juiz da comarca de Porto Alegre. O avô paterno de Edmundo chamava-se Antônio Luiz Pereira da Cunha, também tinha formação na área do direito e recebera o título de Marquês de Inhambupe ainda nos primeiros anos do Império no Brasil.[10] Mariana Barreto Flores, a mãe de Dagmar, por sua vez era filha de Corina Palmeiro Barreto Flores e de Luiz da Silva Flores. Este último era médico bastante conhecido em Porto Alegre, sendo homenageado após a morte com a atribuição de seu nome à rua em que morava, no centro de Porto Alegre.[11]



A árvore genealógica de Dagmar revela que seus ancestrais mais remotos estiveram entre os pioneiros do povoamento luso-brasileiro da região litorânea de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Como era bastante

* Fotografia de Dagmar Flores Pereira da Cunha, princípio de 1903. ACTG.

[9] Uma das "máximas" formuladas por Comte no *Catecismo positivista* apregoava que "Mais do que as outras, nossa espécie precisa de deveres para gerar sentimentos", acrescentando ainda que a noção de "direito" deveria desaparecer do domínio político, pois teria uma origem sobrenatural. Cf. COMTE, *op. cit.,* p. 350-351.

[10] Conforme a árvore genealógica de Dagmar Flores Pereira da Cunha elaborada em 1956 por Jorge Godofredo Felizardo, o mesmo amigo da família que elaborou o estudo sobre a genealogia de Carlos Torres Gonçalves. ACTG.

[11] A rua Dr. Flores recebeu tal denominação por resolução da Câmara Municipal de Porto Alegre em 1873. Cf. FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2.ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992, p. 177-178.

escassa a população nos primórdios da ocupação do sul do Brasil no período colonial, não chega a surpreender a existência de antepassados comuns entre Dagmar Flores Pereira da Cunha e Carlos Torres Gonçalves. De fato, o bandeirante Francisco Brito Peixoto e a índia que ele desposou em Laguna, no sul do litoral catarinense, tiveram duas filhas no final do século XVII: Ana de Brito, que veio a ser ancestral de Carlos, e Catarina de Brito, que veio a ser ancestral de Dagmar. Os noivos do alvorecer do século XX eram primos em 13.º grau.[12]

Não creio que, no momento do noivado, Carlos e Dagmar soubessem da existência de ancestrais em comum na origem de suas respectivas famílias. O mais provável é que tenham tomado consciência deste remoto parentesco bem mais tarde, quando da elaboração das respectivas árvores genealógicas por um especialista.

Havia um outro ponto em comum entre os noivos, este bem mais significativo: ambos tinham uma origem social semelhante. Não pertenciam à elite econômica sul-rio-grandense, formada essencialmente por pecuaristas, charqueadores, comerciantes de grande porte e incipientes industrialistas. Por outro lado, também não conheciam a penúria financeira. O pai e os avós de Dagmar tinham formação educacional superior e eram profissionais liberais ou funcionários públicos. Como visto anteriormente, o pai e o avô materno de Carlos eram comerciantes de médio porte. Portanto, as famílias de ambos poderiam ser enquadradas como pertencentes aos segmentos médios urbanos, embora a família de Dagmar estivesse mais próxima dos círculos de poder.

Dagmar, que tinha belos traços, perdeu sua mãe muito cedo, com apenas quatro anos de idade, em decorrência de complicações após o parto de uma de suas irmãs. Em dezembro de 1887, pouco mais de um ano após a morte da mãe, morreu o pai de Dagmar, deixando-a órfã, juntamente com outras duas irmãs e um irmão. Coube à avó materna de Dagmar, Corina Flores, que então já era viúva do Dr. Flores, o cuidado dos quatro filhos do jovem casal prematuramente falecido. Eis a causa pela qual Carlos Torres

[12] Cf. Estudos genealógicos de Dagmar Flores Pereira da Cunha e Carlos Torres Gonçalves. ACTG.

Gonçalves dirigiu-se à avó de Dagmar para solicitar-lhe a autorização para o noivado.

Ainda em dezembro de 1901, poucos dias após ter escrito à Corina Flores para pedir sua neta em noivado, Carlos Torres Gonçalves comunicou a Miguel Lemos seu futuro casamento e sua intenção de entrar na Igreja Positivista do Brasil (IPB).[13] As duas iniciativas estavam intimamente vinculadas, como demonstra a seguinte passagem da carta que Torres Gonçalves escreveu a Miguel Lemos em 28 de fevereiro de 1903, quando se aproximava da idade prevista por Comte para o matrimônio positivista:

> "(...) hoje, apesar das minhas muitas imperfeições, não obstante o sentimento das grandes responsabilidades e de todos os minuciosos deveres a que está obrigado um membro da nossa Igreja, amparado pelo apoio dos meus Chefes e correligionários, sob a ação do influxo moralizador de minha Noiva e de minha Mãe, venho trazer-vos o meu pedido formal de entrada para a nossa Igreja".[14]

Nas palavras de Torres Gonçalves, a referência à influência moralizadora de Dagmar e de Virgínia, respectivamente sua noiva e sua mãe, estava plenamente de acordo com a teoria cerebral de Auguste Comte. Para o pensador francês, o cérebro humano estaria dividido em três zonas: afetiva, ativa e especulativa. No sexo feminino a zona afetiva seria mais desenvolvida, enquanto que no sexo masculino as capacidades de especulação e de ação seriam preponderantes, depreendendo-se daí uma maior vocação da mulher para as atividades domésticas e do homem para as atividades intelectuais e laborais. Deste modo, Comte atribuía à mulher uma superioridade moral relativamente ao homem, procurando justificar tal idéia com base na ciência biológica.[15]

Naquela mesma carta em que solicitou seu ingresso na IPB, Torres Gonçalves procurou explicar o significado que a religião fundada por Comte assumira em sua vida:

> "(...) eu sinto também que a rota da minha futura existência objetiva está definitivamente traçada, quaisquer que sejam os desvios acidentais e secundários que ela possa vir a sofrer. Só no

[13] Tal carta, datada de 24 de dezembro de 1901, não foi localizada nos arquivos da Igreja Positivista do Brasil, mas é mencionada em outra carta que Torres Gonçalves escreveu a Miguel Lemos em 28 de fevereiro de 1903.
[14] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 28 de fevereiro de 1903. AIPB.
[15] Cf. PETIT, Annie & BENSAUDE, Bernadette. "Le féminisme militant d'un auguste phallocrate (Auguste Comte, 'Système de politique positive')". In: *Revue Philosophique*, n.º 3, 1976, p. 294.

> Positivismo pude encontrar satisfações para as minhas aspirações de felicidade, e grandes, inestimáveis, são os serviços que a ele devo, como só inspirado por ele, sinto-o bem, conseguirei continuar experimentando, e cada vez mais, a felicidade relativa que hoje se pode gozar, e cuja fonte primordial reside, antes de tudo, nos *prazeres da dedicação*, conforme os generosos votos da Incomparável Inspiradora de nosso Mestre".[16]

Nesta passagem fica evidente que a adesão de Torres Gonçalves à IPB inseria-se num projeto de vida longamente meditado. Não é inteiramente impossível que os constantes cálculos matemáticos que, por dever de ofício, era obrigado a realizar, tenham influenciado no planejamento meticuloso de sua posterior trajetória enquanto esposo, pai de família, funcionário público e propagandista da religião concebida por Auguste Comte a partir da influência de sua "incomparável inspiradora" Clotilde de Vaux.

A partir desta arraigada convicção íntima de fé na religião da Humanidade, Torres Gonçalves acrescentou as seguintes palavras a Miguel Lemos na carta que lhe endereçou em fevereiro de 1903:

> "(...) vos prometo perante a imagem da Humanidade, pelos sofrimentos e a glória de nossos santíssimos Pais Espirituais, pela memória dos meus mortos queridos, presentes na lembrança os entes a quem mais amo, empenhar todos os meus esforços para conduzir-me sempre e em todos os atos de minha vida como um digno membro da Igreja Brasileira, e como um filho humilde, mas sincero e devotado, de Clotilde e de Augusto Comte".[17]

O trecho acima é extremamente significativo, pois assinala a fusão da família biológica de Torres Gonçalves com sua família ideológica, reunida em torno das figuras de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux, transubstanciados em seus "pais espirituais". Por outro lado, Torres Gonçalves explicita seu propósito de adequar todos os aspectos de sua existência às normas concebidas pelo fundador da filosofia positivista.

Concluindo aquela carta, Torres Gonçalves prometeu subordinação eterna e completa aos apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes, respectivamente o diretor e o vice-diretor da IPB, dizendo ainda que era graças a eles que se sentia "hoje restituído ao serviço para o qual todos somos consagrados ao nascer - o serviço da Família, da Pátria e da Humanidade".

---

[16] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 28 de fevereiro de 1903. AIPB. As palavras em itálico acham-se entre aspas no original manuscrito.
[17] Idem.

Carlos Torres Gonçalves foi admitido como confrade da IPB através de circular enviada por Miguel Lemos aos demais integrantes daquela agremiação religiosa em 10 de maio de 1903.[18] Esta admissão teve um caráter especial, pois ocorreu na véspera do afastamento de Miguel Lemos da direção da IPB, ocorrida em 11 de maio de 1903, exatamente 22 anos após a data em que ele fundara a instituição. De acordo com o estatuto da IPB, cabia exclusivamente ao seu diretor a admissão de novos membros naquela confraria religiosa.[19] Durante o período em que esteve à frente dos positivistas religiosos brasileiros, antes de afastar-se por motivos de saúde, Miguel Lemos admitiu apenas algumas poucas dezenas de confrades na IPB, que em nenhum momento de sua história contou com mais de cem adeptos orgânicos.[20]

Aceito nos quadros da IPB, Carlos Torres Gonçalves pôde dar andamento ao projeto de realizar seu casamento positivista com Dagmar Flores Pereira da Cunha. Neste sentido, uma carta por ele enviada à noiva em 3 de maio de 1903, quando se encontrava na região serrana do Rio Grande do Sul, envolvido com a construção de uma estrada, revelou a circulação da literatura positivista entre ambos:

> "Dos livros que trouxe, por falta de tempo, só tenho lido *O ano sem par*. E a leitura desse livro inexcedível tem para mim mais uma virtude, privilégio do exemplar que trouxe e que esteve há cerca de um ano em tuas mãos, conservando ainda bem pronunciado o perfume da gaveta em que o guardavas. Essa santa leitura, tão apta a despertar-me a tua meiga imagem, encontra assim nos meus sentidos mais um poderoso estímulo para esse consolador efeito.
> Lembro-te o projeto de lermos nos mesmos dias, às mesmas horas, um mesmo capítulo do *Ano sem par*. Proponho-te, para começar, que no próximo domingo, dia 10, pela manhã, antes do almoço, leiamos o capítulo terceiro – 'Agosto – afeição', que reli anteontem

[18] O texto da circular aos demais confrades é o seguinte: "Tenho a satisfação de comunicar-vos que em data de hoje foi admitido no seio da nossa Igreja o cidadão Carlos Torres Gonçalves, engenheiro civil, residente em Porto Alegre, cuja incorporação ao nosso grêmio religioso muito nos enche de esperança. Por este auspicioso acontecimento congratulo-me convosco, fazendo votos para que ele seja nova fonte de progressos morais para a nossa Fé". Carta-circular de Miguel Lemos, 18 de César de 115 (10 de maio de 1903). ACPPA.

[19] O artigo VIII das bases de organização da IPB diz que "ao diretor do Apostolado cabe exclusivamente deferir ou indeferir os pedidos de admissão na Igreja, baseando-se essas decisões numa escrupulosa apreciação de cada caso individual". In: LEMOS, Miguel. *O Apostolado Pozitivista no Brazil – circular anual (ano de 1891)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1892, p. III.

[20] A relação nominal dos confrades que ingressaram na IPB durante a direção de Miguel Lemos, entre 1881 e 1903, e durante o período subseqüente, entre 1903 e 1927, quando o vice-diretor Teixeira Mendes esteve à frente da agremiação, consta do volume *A Igreja Pozitivista do Brazil na hóra da transformação de R. Teixeira Mendes*, publicado pela Delegação Executiva da Igreja Positivista do Brasil em 1928.

> deliciado, e combinarmos para cada domingo a leitura de um novo capítulo".[21]

O livro referido por Torres Gonçalves, com quase mil páginas, fora editado pela IPB em dezembro de 1900. Tratava-se de uma compilação feita por Teixeira Mendes da correspondência mantida por Auguste Comte com Clotilde de Vaux entre abril de 1845 e abril de 1846, entremeada por comentários feitos pelo vice-diretor da IPB.[22]

Através da leitura conjunta desta obra, Carlos Torres Gonçalves iniciava Dagmar no conhecimento de aspectos da vida privada de Auguste Comte que são essenciais para o entendimento de seu sistema filosófico e de sua doutrina religiosa.[23]

Nas cartas que escreveu a Clotilde de Vaux, que fora abandonada pelo marido anos antes e que então estava com cerca de 30 anos de idade, Comte expôs circunstanciadamente os episódios de sua vida sentimental até aquele momento, quando já se aproximava dos 50 anos. Deste modo, o filósofo nascido em Montpellier informou à musa pela qual se apaixonara de seu infeliz casamento com Caroline Massin.[24]

---

[21] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Dagmar Flores Pereira da Cunha. ACTG.

[22] Cf. MENDES, R. Teixeira. *O ano sem par (abril de 1845 a abril de 1846) – ou meditação religioza da incomparavel União à qual os fundadores do Pozitivismo, Augusto Comte e Clotilde de Vaux, deveram o preenchimento da sua missão*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1900.

[23] Como assinalou Annie Petit no prefácio à reedição da biografia de Auguste Comte escrita por Henri Gouhier, não se pode ignorar a vida do fundador da filosofia positivista para compreender sua obra. Cf. PETIT, Annie. "Préface". In: GOUHIER, Henri. *La vie d'Auguste Comte.* (2.ª ed.) Paris: Vrin, 1997, p. 7. Neste sentido, é muito interessante a abordagem desenvolvida pela psicanalista uruguaia Raquel Capurro, autora de um estudo pioneiro em que busca esclarecer alguns aspectos ainda obscuros da obra de Comte a partir da interpretação de sua vida privada, particularmente de seus relacionamentos com as mulheres, à luz do instrumental teórico freudiano. Cf. CAPURRO, Raquel. *Le positivisme est un culte des morts: Auguste Comte*. Paris: Éditions EPEL, 2001. Comte foi um crítico da idéia da psicologia, isto é, da intenção de se criar uma ciência do homem que ficasse no âmbito da medicina. Sobre o assunto ver PETIT, Annie. "Conflits et renouveau de la psychologie comtienne". In: BOURDEAU, Michel & CHAZEL, François (org). *Auguste Comte et l'idée de science de l'homme*. Paris: L'Harmattan, 2002, p. 85-110.

[24] Comte conheceu Caroline Massin em maio de 1821 nas galerias do Palais-Royal, em Paris, onde ela exercia a prostituição. O jovem, que então ganhava a vida como secretário de Saint-Simon, gostou da acolhida e tornou-se cliente. Após um período em que perderam o contato, visto que Caroline passara a trabalhar como atendente em um gabinete de leitura que lhe fora montado pelo advogado que, anos antes, comprara o consentimento de sua mãe para desvirginá-la, Comte a reencontrou e resolveram viver juntos, mesmo contra a vontade dos pais do jovem filósofo. As reiteradas traições por parte de Caroline Massin e o desgaste provocado pelo trabalho intelectual necessário para que Comte concebesse o *Cours de philosophie politique*, que ele começou a ministrar oralmente em abril de 1826, seriam as causas do "colapso mental" que ele sofreu em maio daquele ano e que levou à sua internação na clínica psiquiátrica do Dr. Esquirol, onde ficou por mais de seis meses. Em dezembro de

Apesar da tentativa de Comte no sentido de efetivar sua união com Clotilde de Vaux, a relação entre ambos manteve um caráter platônico, obrigando o filósofo a sublimar sua paixão. A morte de Clotilde, em abril de 1846, consolidou uma mudança no pensamento de Comte, levando-o a desenvolver a idéia – esboçada já nos seus escritos da juventude – de criação de uma religião em bases científicas. A religião positivista não se centrava na figura de um ou mais deuses, como habitualmente ocorre nas doutrinas religiosas, mas no culto da humanidade de todos os tempos e lugares representada por seus "grandes homens".[25]

Deste modo, o engenheiro positivista sul-rio-grandense que doutrinava sua jovem noiva cultuava, acima de todos, seus "pais espirituais" Auguste Comte e Clotilde de Vaux. Na pequena carta que Dagmar escreveu em resposta àquela que recebera de Carlos, ela referiu a leitura que estava fazendo da obra indicada pelo noivo: "Deves imaginar com que satisfação tenho lido o *Ano sem par*, cada vez aumentam as simpatias que nutro por esta santa Religião".[26]

Ainda instalado na região serrana do Rio Grande do Sul, no dia 30 de junho de 1903, data de seu 28.º aniversário, Carlos Torres Gonçalves escreveu

---

1826, por interferência de Rosalie Boyer, mãe de Auguste Comte, este casou com Caroline Massin. Na ocasião, Comte assinou o registro de casamento como "Brutus Bonaparte", o que evidencia o estado de espírito em que se encontrava. Em meados de 1827 Comte lançou-se nas águas do Sena sem saber nadar, sendo salvo por um policial. A partir do ano seguinte, recuperado, voltou a lecionar matemática para alunos particulares e a escrever, versando o primeiro escrito justamente sobre "L'irritation et la folie". Com idas e vindas de Caroline Massin, o casamento durou até 1842, quando Comte terminou a publicação dos seis volumes do *Cours*. Muitos destes detalhes foram referidos apenas indiretamente a Clotilde de Vaux. Outros aspectos da vida privada de Comte foram exaustivamente analisados por Henri Gouhier, autor do mais minucioso estudo biográfico do filósofo. Cf. GOUHIER, Henri. *La vie d'Auguste Comte*. Paris: Vrin, 1997, p. 131-173.

[25] No "Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade", originalmente publicado em 1822, já se encontravam em estado seminal todas as idéias desenvolvidas por Comte nas obras subseqüentes. O próprio autor considerava este texto como seu "opúsculo fundamental". Ao propor a depuração das influências teológicas e metafísicas em todo o conhecimento acumulado pela humanidade até aquele momento, Comte defendeu que o saber fosse reconstruído unicamente em bases científicas. Neste sentido, as ciências que procuram dar conta dos diferentes aspectos da realidade seriam a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia e a sociologia, numa seqüência que vai da mais geral e simples para a mais específica e complexa, visto que cada ciência submete-se às leis das ciências que a antecediam. Finalmente, Comte sugeria a necessidade de instituir a moral em bases científicas, projeto que retomou e desenvolveu após sofrer a influência de Clotilde de Vaux. Cf. COMTE, Auguste. *Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société*. Paris: L'Harmattan, 2001.

[26] Carta de Dagmar Flores Pereira da Cunha a Carlos Torres Gonçalves, 1.º de junho de 1903. ACTG.

uma longa carta a Marzinha, como chamava intimamente a noiva. Nesta carta, sob a epígrafe “amar é ainda melhor do que ser amado”, lembrou o significado especial que a idade que então completava tinha para os positivistas religiosos:

> “Conforme os ensinamentos da nossa Santa Religião, inicia o homem ao completar os 28 anos uma nova fase da existência objetiva, na qual, feitos já na fase anterior, dos 21 aos 28 anos, os ensaios indispensáveis, ele deve ter normalmente fixado a escolha de sua carreira teórica ou prática, tendo então lugar a confirmação do sacramento da destinação. E, satisfeitas outras condições, fica ele apto a receber, nessa nova fase, conforme já o sabes, o mais importante dos sacramentos sociais – o casamento”.[27]

A carreira acima referida já tinha sido decidida por Torres Gonçalves bem antes, quando precocemente concluiu seus estudos de engenharia. Deste modo, naquela data coube-lhe apenas ratificar sua intenção de continuar a exercer tal ofício.

Continuando, após lamentar não poder estar em Porto Alegre para “colher o terno e puro ósculo” que estava seguro que receberia de Dagmar, Torres Gonçalves revelou à noiva que lhe escrever aquela carta era para ele uma espécie de paliativo:

> “Na impossibilidade disto [ir à capital], venho entreter contigo esta imperfeita palestra, a única que o afastamento nos permite, mas que de alguma sorte atenua a falta da tua angélica presença. Não poderei ouvir a tua doce voz, nem gozar das tuas santas carícias, mas, como pálida compensação, resta-me o prazer de renovar-te mais uma vez os testemunhos inextinguíveis do meu profundo amor”.[28]

Ao atribuir características santas e angelicais a Dagmar, Torres Gonçalves ratificava a sacralização da figura feminina, traço próprio da religião positivista.

Naquela mesma carta Torres Gonçalves reafirmou a dívida de gratidão que tinha com Dagmar, a quem atribuía a responsabilidade pelos progressos espirituais que acreditava estar realizando. Neste sentido, repreendeu-se por não lhe ter escrito uma carta em 29 de março, data do aniversário da jovem noiva:

> “(...) novamente vim a lamentar que por ocasião do teu 21º aniversário, embora por impossibilidade material, não te tivesse escrito a carta que ideara. Nela eu pensava dizer-te essencialmente

[27] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Dagmar Flores Pereira da Cunha, 30 de junho de 1903. ACTG.
[28] Idem, ibidem.

> o seguinte. Que completando o teu 21º aniversário natalício, iniciavas, conforme os ensinamentos do Positivismo, uma nova fase da tua existência, na qual, preenchidas já outros muitos e delicados requisitos de uma digna Esposa, e satisfeito agora mais este relativo à idade, ficavas apta a realizar o passo mais decisivo de toda a tua vida, como concernindo ao mais importante dos sacramentos sociais. (...). Finalmente, que o coração dizia-me que tu serias para mim Aquela que eu sempre busquei, a meiga inspiradora de todas as ações boas de minha vida, e sob cujo santo influxo eu esforçar-me-ia por patentear quanto em mim coubesse a gratidão ilimitada que me anima para com os nossos Santíssimos Pais Espirituais - Clotilde e Augusto Comte".[29]

Como se percebe, eram recorrentes nas cartas que Carlos Torres Gonçalves endereçava à sua noiva as analogias entre o futuro casal e seus "pais espirituais".

Atingida pelos nubentes a idade necessária para a realização do casamento de acordo com os preceitos comtianos, tratava-se então de consumá-lo. Neste sentido, Torres Gonçalves realizou diversas consultas a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes, respectivamente o diretor e o vice-diretor da Igreja Positivista do Brasil, solicitando-lhes o envio das normas para a celebração do casamento positivista. Na impossibilidade de os noivos irem ao Rio de Janeiro para a realização da cerimônia no Templo da Humanidade, em função das atividades profissionais de Torres Gonçalves, este cogitou da possibilidade de um dos apóstolos da IPB vir a Porto Alegre. Porém, Miguel Lemos recém havia se afastado do comando da instituição, alegando fadiga mental. Por sua vez, Teixeira Mendes encontrava-se em Paris, para onde fora com o propósito de adquirir a casa em que Clotilde de Vaux vivera seus últimos anos e onde veio a morrer.

Para a realização de seu casamento em moldes positivistas, Carlos Torres Gonçalves tinha alguns modelos a seguir. Em seus últimos anos de vida, após se auto proclamar como sacerdote da Humanidade, o próprio Comte celebrou alguns casamentos positivistas.[30] Mas os exemplos mais próximos estavam no Rio de Janeiro, onde Miguel Lemos se casou com Albertina Torres de Carvalho no ano de 1881. No ano seguinte ocorreu o casamento de Teixeira

---

[29] Idem, ibidem.

[30] Sobre as famílias positivistas surgidas na França após o início da atividade sacerdotal de Auguste Comte, ver WARTELLE, Jean-Claude. *L'héritage d'Auguste Comte: Histoire de l'Église Positiviste (1849-1946)*. Paris: L'Harmattan, 2001 (principalmente a terceira parte, intitulada "Sur quelques famillles positivistes").

Mendes com Ernestina Torres de Carvalho, irmã de Albertina. Poucos anos mais tarde, José Mariano de Oliveira, o primeiro confrade a ingressar na confraria religiosa fundada por Miguel Lemos, casou-se com Alice Torres de Carvalho. Como se percebe, além das crenças religiosas também os laços familiares uniam os poucos positivistas ortodoxos brasileiros.

É bem possível que a imaginação de Carlos Torres Gonçalves tenha sido tocada pela leitura do folheto *Um cazamento positivista no ano de 112 (1900 da era cristan)*, de autoria de Alípio Bandeira, editado pela IPB em 1901. Nesta obra o autor criou uma personagem ficcional chamada Branca, jovem meiga que tivera a desventura de ver seu namorado morrer muito cedo, o que a levou a questionar a existência de Deus. Ela teria sido levada por um amigo ao Templo da Humanidade, sede da IPB, em 2 de agosto de 1900, data em que efetivamente se realizou o casamento de Mário Barboza Carneiro e Maria Teodora de Berredo Carneiro, celebrado por Teixeira Mendes. Comovida pelas palavras do vice-diretor da IPB e pelas imagens existentes no prédio, a personagem acaba por se converter à religião da Humanidade.[31]

Outro texto que exerceu influência sobre o imaginário de Torres Gonçalves foi a "Carta filosófica sobre o casamento", que Auguste Comte escreveu para Clotilde de Vaux em janeiro de 1846, apenas três meses antes da morte de sua musa inspiradora. No referido texto Comte discorre sobre o

[31] O livreto é ocupado na maior parte de suas sessenta páginas pela descrição das palavras pronunciadas por Teixeira Mendes. Este, após abordar extensamente a evolução da instituição familiar ao longo da história e de lembrar aos noivos as obrigações peculiares do casamento positivista, proferiu as seguintes palavras: "'Em nome da Humanidade, declaro santificada a vossa união instituída pelo Amor e que as vossas famílias sancionaram e nossa Pátria já consagrou para garantia da Ordem e do Progresso. Que a identificação eterna de vossas almas, enchendo de ventura a vossa existência, vos faça compreender e sentir todo o encanto dos afetos desinteressados. E que o vosso exemplo edifique os nossos irmãos e testemunhe sempre e por toda parte a eficácia e o poder do amor da Humanidade'. Os dois novos esposos ajoelharam-se então voltados para a Humanidade [a imagem de uma mulher com os traços de Clotilde tendo ao colo uma criança, existente no altar], ela numa almofada em que se lia: *Ternura e pureza*, ele noutra com a fórmula *Viver para outrem*. O oficiante, também voltado para a Humanidade, recitou lentamente a seguinte prece: - 'Soberana Senhora, cheia de graça, de ternura e de amor; Humanidade santa, ao mesmo tempo criação e criadora de teus filhos, que desde os primeiros passos da tua existência, com amorosa sabedoria, instituíste e purificaste o laço fundamental do casamento, até dar-lhe em nossos dias a sua forma mais perfeita, como nos foi ensinado pelo teu órgão supremo, Augusto Comte, inspirado por Clotilde; aceita a expressão de nossa grata reverência por esta grande benção hoje concedida a nós e às gerações futuras, e defere os votos que fazemos para que a união que acabamos de santificar seja fonte perene de benefícios para todos e especialmente para a tua nascente Igreja, servindo assim de exemplo e de estímulo para todos os que se acolherem sob a tua égide a invocarem o teu santo nome. Amém'". In: BANDEIRA, Alípio. *Um cazamento pozitivista no ano de 112 (1900 da era cristan)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1901, p. 54-55.

significado do casamento nas sociedades teológicas e metafísicas, concluindo com a proposta de reorganização desta instituição social em moldes positivistas.[32]

Tais leituras provavelmente calaram fundo no espírito de Torres Gonçalves. Porém, foi no *Catecismo Positivista* de Auguste Comte onde ele encontrou a definição mais característica do casamento positivista e de sua importância na tarefa de regeneração social, graças à influência do altruísmo.[33]

E foi a inexistência de qualquer outra cerimônia de casamento positivista no Rio Grande do Sul, antes daquela que o uniu a Dagmar Flores Pereira da Cunha, que obrigou Carlos Torres Gonçalves a buscar conselhos com Miguel Lemos e com Teixeira Mendes, e exemplos na leitura das obras de Auguste Comte e de outros autores.

Deste modo, em 5 de julho de 1903 (ou 18 de Carlos Magno de 115, segundo o calendário positivista)[34], ocorreu a cerimônia em que foram tomados os "compromissos esponsais" de Carlos Torres Gonçalves e de Dagmar Torres Gonçalves, como esta então passou a assinar-se. Por delegação de Teixeira Mendes, a cerimônia foi presidida por Felizardo Júnior, que então era o

---

[32] Posteriormente esee foi o único texto de Comte a ser editado pelo núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos. Cf. COMTE, Auguste. *Cartas filozóficas sobre a comemoração social, o batismo cristão e o cazamento*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1912.

[33] Atribuindo à família a tarefa de regeneração social, Comte propôs a "(...) constituição altruísta do casamento humano, instituído até aqui segundo um princípio puramente egoísta, como satisfação legítima dos apetites sexuais, tendente à reprodução da espécie. (...). Só o positivismo vem estabelecer enfim, sob este aspecto fundamental, uma digna concordância entre a teoria e a prática, apoiando-se na principal descoberta da ciência moderna, quanto à existência natural dos instintos altruístas. Esta grande noção, cujo alcance é ainda tão pouco compreendido, conduz logo a regenerar o casamento humano, concebendo-o doravante como destinado sobretudo ao aperfeiçoamento mútuo dos dois sexos, abstraindo de toda sensualidade. Ela demonstra diretamente a dupla preeminência afetiva da mulher, pela menor intensidade dos pendores pessoais, sobretudo dos mais grosseiros, e pela energia superior das inclinações simpáticas. Daí resulta a teoria positiva do casamento, em que vosso sexo melhora o meu, disciplinando o impulso carnal sem o que a inferioridade moral do homem não lhe permitiria quase nunca uma suficiente ternura. Porém, esta relação fundamental é felizmente secundada por todos os outros contrastes cerebrais dos dois sexos. A superioridade masculina é incontestável em tudo o que diz respeito ao caráter propriamente dito, fonte principal do comando. Quanto à inteligência, ela oferece, no homem, mais força e extensão; na mulher, mais justeza e penetração. Tudo, pois, concorre para provar a eficácia mútua dessa união íntima, que constitui a mais perfeita das amizades, embelezada por uma incomparável posse recíproca. Fora de semelhante laço, as rivalidades atuais ou possíveis impedem sempre a plenitude de confiança que só pode existir de um sexo em relação ao outro". In: COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista*, p. 337-338.

[34] Visando facilitar a compreensão dos leitores, optei por converter para o calendário gregoriano as datas positivistas referidas na correspondência e nas publicações feitas pelos membros da IPB.

principal membro do núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos.[35] Na ocasião o casal comprometeu-se por escrito a respeitar as restrições peculiares ao casamento positivista, assinando após cada uma das questões abaixo reproduzidas:

> "1 – Reconheceis que o casamento tem por verdadeiro destino o aperfeiçoamento mútuo dos dois sexos mediante o surto pleno dos pendores altruístas e a purificação cada vez mais completa dos instintos egoístas, a renovação de nossa espécie sendo aí meramente acessória?
> 2 – Reconheceis que para satisfazer a este destino a união conjugal deve ser exclusiva e indissolúvel, mesmo pela morte?
> 3 – Prometeis, de acordo com estas convicções, conservar à vossa união um caráter inteiramente fraternal durante o trimestre que se seguir à consagração civil e preceder o casamento religioso, apesar da liberdade legal de uma completa intimidade?"[36]

Na primeira questão, acima reproduzida, está presente uma alusão ao trecho do *Catecismo Positivista* em que Comte apregoou a necessidade de moderar o apetite sexual.[37] Percebe-se também o eco de uma idéia desenvolvida por Comte após a morte de Clotilde de Vaux, quando ele reelaborou a crença cristã na virgindade de Maria e passou a acreditar que futuramente, quando os pendores altruístas subjugassem as propensões egoístas, a reprodução humana poderia prescindir da atividade sexual, surgindo assim a "utopia da virgem-mãe", como ele a denominou.[38]

---

[35] Ao contrário de Torres Gonçalves, Felizardo Júnior ainda não era confrade da IPB, talvez por estar exercendo o magistério em uma instituição de nível superior (a Escola de Engenharia de Porto Alegre), contrariando assim um dos dispositivos dos estatutos da agremiação religiosa presidida por Miguel Lemos.

[36] Compromissos dos esponsais de Dagmar e Carlos Torres Gonçalves, manuscrito de Joaquim José Felizardo Júnior, ACPPA.

[37] Segundo Auguste Comte explicou à sua catecúmena, no casamento realizado sob a influência da religião da Humanidade "os apetites sexuais não têm outro destino senão produzir ou entreter, sobretudo no homem, os impulsos adequados a desenvolver a ternura. Mas para isso cumpre que as satisfações desses apetites permaneçam muito moderadas, de outra sorte, sua natureza profundamente egoísta tende (...) a estimular a personalidade quase tanto como os excessos nutritivos, e amiúdo mesmo com mais gravidade, porque a mulher é aí odiosamente sacrificada às brutalidades do homem. Quando o meu sexo consegue ser bastante puro, como ordinariamente é o vosso, a ponto da ternura surgir assaz nele sem essa excitação grosseira, a principal eficácia do casamento desenvolve-se muito melhor". In: COMTE, *Catecismo Pozitivista*, p. 338-339.

[38] Comte assim caracterizou tal utopia, procurando dar-lhe bases na biologia: "Quand la réorganisation positive des opinions et des moeurs aura dignement placé les femmes à la tête de la sociocratie, leur action fétale se développera profondément, d'après leur aptitude croissante à subir l'ensemble des impulsions continues. Dès lors, l'utopie de la Vierge-Mère deviendra, pour les pures et les plus éminentes, une limite idéale, directement propre à résumer le perfectionnement humain, ainsi poussé jusqu'à systématiser la procréation en l'ennoblissant. Cette aptitude restera toujours indépendante de la solution réelle d'un tel problème, pourvu qu'il soit regardé comme accessible, d'après l'empire, à peine ébauché jusqu'ici, que l'espèce la plus

A segunda questão remete à concepção comtiana de que um novo matrimônio após a morte do cônjuge representaria uma espécie de "poligamia subjetiva", surgindo assim a proposição da viuvez eterna para os positivistas.

A terceira questão vincula-se à primeira, derivando da noção de que os sentimentos humanos mais elevados devem se impor sobre as exigências físicas mais instintivas.

Esta cerimônia teve um caráter essencialmente privado, reunindo apenas as famílias dos noivos e alguns poucos amigos mais íntimos.

O casamento civil entre Dagmar e Carlos Torres Gonçalves ocorreu em

7 de setembro de 1903, não por acaso a data do feriado nacional mais importante. Tratava-se de uma cerimônia de caráter público, representando que um dos objetivos da família que então se formava era o de servir à pátria. A partir de então, o casal já tinha autorização de suas famílias e do Estado nacional para a coabitação. O jovem casal passou a viver na rua Garibaldi n.º 40, próximo ao centro de Porto Alegre.

Em 17 de novembro de 1903 Torres Gonçalves escreveu uma breve carta a Teixeira Mendes, que ainda se encontrava em Paris. Nela, após comunicar-lhe a realização de seu casamento civil, levou ao conhecimento do vice-diretor da IPB a "evolução religiosa" de Dagmar nos seguintes termos:

> "Tenho o máximo prazer em comunicar-vos, e o faço cheio ao mesmo tempo da mais profunda gratidão para com os nossos Pais Espirituais [Comte e Clotilde] e para com os meus prezadíssimos Chefes [Miguel Lemos e Teixeira Mendes], que as simpatias de minha Esposa pela nossa Santa Religião tendo progredido sempre, hoje ela não só se acha liberta de quaisquer laços teológicos, mas ainda firmemente resolvida a solicitar-vos a sua incorporação sistemática na nossa Igreja. E como estas disposições morais de minha Esposa poderão talvez influir sobre o teor dos novos

---

modifiable doit exercer sur sa propre constitution, même physique. Les succès devant surtout dépendre du développement général des relations entre l'âme et le corps, sa recherche permanente instituera dignement l'étude systématique de l'harmonie vitale, en lui procurant à la fois le plus noble but et les meilleurs organes". In: COMTE, Auguste. *Système de politique positive ou Traité de sociologie instituant la Religion de l'Humanité*. Paris: Carilian-Goeury, 1854, vol. IV, p. 241.

* Fotografia de Carlos e Dagmar Torres Gonçalves, 1903. ACTG.

> compromissos que proximamente teremos de assumir perante a nossa Igreja, pareceu-me que conviria vô-las comunicar desde já".[39]

Não cabe aqui tecer suposições sobre as causas que levaram Dagmar a converter-se à religião positivista. Certamente a influência de Carlos Torres Gonçalves foi preponderante para que ela solicitasse a admissão na IPB. Mas não se pode negar que sua orfandade de pai e de mãe antes mesmo dos cinco anos de idade posteriormente possa tê-la levado a relutar em aceitar a idéia da existência de Deus.

Finalmente, em 26 de dezembro de 1903, Felizardo Júnior celebrou o casamento positivista entre Dagmar e Carlos Torres Gonçalves. Os padrinhos da noiva foram os correligionários Rita Barreto Abbott e Raul Abbott. Na impossibilidade dos padrinhos do noivo, Crizanto Pinto e sua esposa, virem a Porto Alegre, foram eles representados pelo casal João Luís de Faria Santos e Francisca de Albuquerque Faria Santos.[40]

Na ocasião, após esclarecer que aquela cerimônia era por ele celebrada em função da impossibilidade do casal ir ao Rio de Janeiro e também dos diretores da IPB virem a Porto Alegre, Felizardo Júnior lembrou o pioneirismo daquela união positivista no Rio Grande do Sul e que o casamento era o mais importante dos sacramentos sociais.[41]

Em seguida, passando a tomar de Dagmar e Carlos Torres Gonçalves os compromissos de casamento, Felizardo Júnior indagou-lhes se eles confirmavam a obediência aos compromissos feitos anteriormente, quando da

---

[39] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 17 de novembro de 1903. AIPB.

[40] Cf. Ata da reunião em que foram tomados os compromissos do casamento positivista completo por Carlos Torres Gonçalves e Dagmar Torres Gonçalves, manuscrito de autoria de Joaquim José Felizardo Júnior. 26 de dezembro de 1903. ACPPA.

[41] A minuta do discurso proferido na ocasião por Felizardo Júnior encontra-se no arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre. Antes de tomar os compromissos dos noivos, o celebrante fez o seguinte esclarecimento aos presentes: "O credo religioso a que pertencem os noivos aqui presentes determina que 3 meses após a cerimônia do casamento civil, vão os noivos cônjuges à Igreja da Humanidade assumir perante o sacerdócio respectivo os compromissos correspondentes à consagração religiosa do seu enlace. Infelizmente a situação atual do positivismo não permitiu, no caso deles, a realização dessa tocante e imponente solenidade. Porque nem eles puderam ir ao Templo da Humanidade no Rio de Janeiro, nem poude vir a P. Alegre um dos venerandos diretores da Igreja Brasileira. Nestas condições foram os noivos obrigados a substituir a majestosa cerimônia religiosa por esta modesta reunião, na qual, sob a assistência subjetiva dos fundadores da Religião da Humanidade Clotilde e Augusto Comte, eles declaram perante as testemunhas especiais e perante vós todos aceitar as responsabilidades peculiares ao casamento positivista. Tal declaração assinada por eles será oportunamente enviada ao chefe da Igreja Brasileira, conjuntamente com a ata desta reunião". In: Palavras de Felizardo Júnior no casamento religioso de Carlos Torres Gonçalves e Dagmar Torres Gonçalves, 26 de dezembro de 1903. ACPPA.

realização dos “esponsais”. Face à resposta afirmativa de ambos àquela questão prévia, o celebrante lhes fez sucessivamente as seguintes questões:

> 1 – Prometeis ambos fidelidade e dedicação mútuas, de acordo com o que manda a nossa Igreja a respeito da união conjugal?
> 2 – Prometeis ambos prolongar essa fidelidade e esse devotamento além do túmulo, de modo que aquele de vós que sobreviver ao outro se conserve em estado de perpétua viuvez?
> 3 – Prometeis renunciar voluntariamente a todo dote e a toda herança que vos possa caber, salvas as restrições que este preceito poderá sofrer em virtude das condições atuais da sociedade, consideradas quanto ao vosso caso particular?
> 4 – Prometeis à vossa Esposa todo o sustento material de que ela precisar para o digno desempenho de suas funções domésticas, de conformidade com o princípio capital de nossa Doutrina: *o homem deve sustentar a mulher*?
> 5- E, de acordo com o mesmo princípio, reconheceis a obrigação de estender, dentro dos vossos recursos, a mesma proteção material a qualquer mulher que apelar para o vosso cavalheiresco amparo?
> 6 – Prometeis respeitar e facilitar a superintendência materna da vossa Esposa na educação dos vossos filhos?
> 7 – Reconheceis ambos que as liberdades de testar e de adotar são as condições necessárias da organização normal, e prometeis fazer de tais faculdades o uso que mais aproveite ao bem geral, quando as leis do nosso país o permitirem?”[42]

Estas sete questões sintetizam as inovações peculiares do casamento religioso positivista relativamente à cerimônia católica. Observe-se que a obrigatoriedade de o homem sustentar a mulher tem como contrapartida a renúncia desta ao trabalho fora do lar e ao recebimento de qualquer tipo de riqueza material por dote ou por herança. A atuação da mulher restringe-se assim ao ambiente doméstico, onde a educação dos filhos fica sob sua incumbência.[43]

As sete indagações feitas por Felizardo Júnior foram respondidas por Dagmar e Carlos Torres Gonçalves com as seguintes palavras, pronunciadas individualmente: “Confirmo de todo o coração os compromissos que acabo de tomar e prometo esforçar-me empenhadamente por realizá-los o melhor possível”. Enquanto faziam tais juramentos, cada um dos noivos tinha sua mão

[42] Compromissos do casamento positivista de Dagmar Torres Gonçalves e Carlos Torres Gonçalves, manuscrito de Felizardo Júnior, 26 de dezembro de 1903. ACPPA.
[43] Análises críticas do papel social destinado às mulheres por Auguste Comte podem ser vistas em PETIT, Annie & BENSAUDE, Bernadette. “Le féminisme militant d’un auguste phallocrate (Auguste Comte, ‘Système de politique positive’)”. In: *Revue Philosophique*, n.º 3, 1976, p. 293-311; e em KOFMAN, Sarah. *Aberrations: le devenir-femme d’Auguste Comte*. Paris: Aubier-Flammarion, 1978.

direita sobre um mesmo exemplar do testamento de Auguste Comte, considerado o volume sagrado do positivismo. Em seguida, ocorreu a troca de alianças.[44]

Por fim, Felizardo Júnior pronunciou algumas palavras desejando felicidade a Dagmar e Carlos Torres Gonçalves.[45] Presentes à cerimônia, além do casal, do celebrante e dos padrinhos, estavam os familiares, correligionários e amigos, num total de 28 convidados. Dentre estes, destacava-se a figura de Décio Villares, o artista que executara o projeto de Teixeira Mendes para a bandeira nacional republicana. Encontrava-se ele em Porto Alegre para tratar da construção do monumento fúnebre de Júlio de Castilhos, o principal líder republicano do Rio Grande do Sul, falecido pouco antes, em 24 de outubro de 1903.

Um pequeno detalhe chama a atenção na correspondência de Carlos com Dagmar Torres Gonçalves: a fusão de ambas as famílias operada pelo casamento. De fato, a partir do matrimônio Carlos passou a se referir à avó de Dagmar, Corina Flores, da mesma forma como a neta a chamava. Em contrapartida, Dagmar chamava Virgínia Torres Gonçalves de "mãe". E, curiosamente, havia certa complementaridade, pois Carlos Torres Gonçalves perdera sua avó materna (a única que conheceu) ainda antes de seus dezoito anos, enquanto que Dagmar ficou órfã de mãe logo na primeira infância. De certa forma, o casamento ajudou a preencher tais lacunas.

---

[44] A aliança de casamento utilizada por Carlos Torres Gonçalves encontra-se em poder de seus filhos, no Rio de Janeiro, que me permitiram manuseá-la. Na aliança está gravada a máxima comtiana "L'homme doit nourrir la femme". Possivelmente uma das sete máximas de Clotilde de Vaux estivesse gravada na aliança utilizada por Dagmar, não localizada.

[45] As palavras finais pronunciadas por Felizardo Júnior foram as seguintes: "O enlace matrimonial de D. Dagmar Torres Gonçalves e do Cid. Carlos Torres Gonçalves, primeiro sancionado pelas famílias deles, e depois consagrado pela Pátria, acha-se pois, enfim, santificado pela Igreja. Nada lhes falta, portanto, para que eles sejam felizes. Unidos pelo laço mais íntimo que a sociedade tem instituído para a sua eterna conservação e encanto através do tempo, eles estão em condições de fruírem todas as venturas que nos é dado gozar nesta tormentosa fase social em que a falta de uma doutrina comum entremeia de lágrimas e dores os risos e as alegrias. Eu faço votos ardentes para que estes augúrios não sejam desmentidos e para que o novo par, na expansão crescente dos ternos sentimentos que fazem de duas almas uma alma só, possa servir de modelo aos casais verdadeiramente venturosos. E anuindo pela mesma Fé que os liga para todo o sempre, eu exprimo aos jovens noivos, em nome dos nossos correligionários, e de envolta com aqueles votos, a nossa firme esperança de que a sua união será fonte perene de benefícios para todos e especialmente para a incomparável Religião que o mais sábio e o mais santos dos homens fundou sob a inspiração da mais terna e da mais pura das mulheres". In: Palavras de Felizardo Júnior no casamento religioso de Carlos Torres Gonçalves e Dagmar Torres Gonçalves, 26 de dezembro de 1903. ACPPA.

Satisfeitas as exigências sociais feitas pelos familiares do casal, as exigências legais feitas pelo Estado nacional e as exigências religiosas feitas pela IPB, finalmente marido e mulher estavam aptos a usufruírem de todas as prerrogativas da vida em comum.

2.2 – Torres Gonçalves e a pedagogia positivista

A correspondência de Carlos Torres Gonçalves com seus familiares e com seus chefes positivistas permite que se lance um olhar para as funções pedagógicas por ele desempenhadas no cotidiano de seu ambiente doméstico. Como já foi visto, tais ações educativas começaram antes mesmo de seu casamento com Dagmar, através da iniciação desta na literatura e nos princípios da religião da Humanidade. Depois das núpcias, o ensinamento dos princípios positivistas por parte de Torres Gonçalves teve continuidade entre aqueles que compartilhavam de sua vida privada, atingindo, além da esposa, os filhos que com ela teve.

Poucos dias após o casamento com Dagmar, Torres Gonçalves voltou para Antônio Prado, na serra gaúcha, onde planejava o traçado e chefiava o grupo de trabalhadores que construía a assim denominada “Estrada Buarque de Macedo”. Deste modo, durante os primeiros tempos do casamento Torres Gonçalves passou longos períodos longe de Porto Alegre, para onde regressava aproximadamente a cada dois meses.

No dia 11 de fevereiro de 1905, em Porto Alegre, nasceu a filha primogênita de Dagmar e Carlos Torres Gonçalves. A mãe ainda não tinha completado 23 anos, enquanto que o pai aproximava-se dos 30 anos de idade. Alguns dias depois, retornando à região serrana, Torres Gonçalves anunciou a novidade em uma breve carta que escreveu a Miguel Lemos:

> “Comunico-vos que no dia 14 de Homero p. p. minha Senhora e eu tivemos o prazer do nascimento de nossa filha Sofia Mariana. Minha Senhora foi muito feliz e a nossa filha nasceu bastante sadia. Ao nome da padroeira escolhida juntamos o de Mariana, que é o da Mãe da minha Senhora, já falecida. Assim que estiverem em condições de suportar a penosa viagem para cá, irei buscá-las em P. Alegre. Em outubro deste ano pretendemos realizar a projetada visita de alguns anos aos nossos queridos Chefes espirituais. Minha Senhora espera fazer então a sua entrada solene para a nossa

> Igreja, assim como contamos realizar a Apresentação da nossa filha".[46]

Como se percebe, a escolha do nome da menina não foi aleatória, sendo objeto de uma reflexão cuidadosa. Deste modo, a "padroeira" escolhida para ela foi Sophie Bliaux, a empregada que atendeu Auguste Comte nos seus últimos quinze anos de vida e que foi por ele nomeada como um de seus "anjos da guarda", na condição de "filha espiritual".[47] Ao conferir um segundo nome à filha e escolher aquele que pertencera à falecida mãe de Dagmar – Mariana - os pais estavam lhe prestando uma homenagem e levando para o âmbito familiar o lema comtiano que afirma que "os vivos são sempre e cada vez mais necessariamente governados pelos mortos".

Ao planejar uma viagem para o Rio de Janeiro, onde a esposa e a filha receberiam os respectivos sacramentos positivistas, Torres Gonçalves pretendia estreitar ainda mais os vínculos de sua família com a IPB e com a religião da Humanidade. De outra parte, seu propósito mais imediato de levar Dagmar e a pequena Sofia Mariana para a serra, mencionado na citação acima, talvez estivesse vinculado à epidemia de varíola que se abatera sobre Porto Alegre no princípio de 1905.[48]

---

[46] Carta Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 7 de março de 1905. AIPB.

[47] Entretanto, Comte teria tido uma filha biológica. Quando tinha cerca de 19 anos, já morando em Paris, o jovem filósofo conheceu uma mulher de origem italiana chamada Pauline, que era casada. Após poucos meses de uma relação apaixonada, ela engravidou. Em junho de 1818 nasceu uma menina que recebeu o nome de Louise. Depois do nascimento da menina a relação entre Comte e Pauline esfriou. Louise morreu aos sete anos, em 1826, pouco antes do episódio que levou à internação de Comte em uma clínica psiquiátrica. Entretanto, em carta que posteriormente escreveu a Clotilde de Vaux, Comte questionou esta paternidade (que seria sua única paternidade biológica). As referências ao episódio são escassas, sendo o documento mais revelador uma carta escrita por Comte a seu amigo Valat em 17 de abril de 1818. Cf. COMTE, Auguste. *Lettres d'Auguste Comte a M. Valat*. Paris: Jouaust Imprimeur, 1870, p. 40-45. Sobre o assunto ver também GOUHIER, *op. cit.*, p. 81-97.

[48] Os positivistas ortodoxos de Porto Alegre envolveram-se numa polêmica delicada quando Faria Santos, correligionário de Torres Gonçalves e seu colega na Secretaria de Obras Públicas, teve uma de suas filhas acometida de varíola. Faria Santos impediu que sua casa fosse desinfetada e que seus filhos fossem vacinados, de acordo com a idéia difundida pela IPB de que tais medidas eram ineficazes e caracterizariam uma forma de "despotismo sanitário". A polêmica foi alimentada pela oposição e teve como personagens o responsável pela Diretoria de Higiene Protásio Alves, o presidente do Estado Borges de Medeiros, o médico Campos Velho e o próprio Faria Santos, sendo travada através das páginas da *Federação* e do *Correio do Povo*. Tais intervenções foram reproduzidas em SANTOS, João Luiz de Faria. *Contra a diffamação – artigos a proposito da variola*. Porto Alegre: Officinas Typographicas d'A Federação, 1905. O questionamento dos positivistas religiosos ao monopólio que os médicos reivindicavam em assuntos de saúde foi abordado por WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999, cap. 1.

No dia 29 de março de 1905 Carlos Torres Gonçalves se encontrava na localidade de Nova Treviso, de onde escreveu uma extensa carta à sua "adorada Marzinha", que completava 23 anos de idade naquela data. Este documento permite que se vislumbre certos aspectos do cotidiano e do imaginário de Torres Gonçalves a partir de sua forma de recepção do positivismo comtiano.

Deste modo, após lamentar a ausência de Porto Alegre em data tão significativa, o atencioso marido revelou à esposa a forma como vinha ocupando o pouco tempo que dispunha para si ao amanhecer e ao anoitecer:

> "(...) desde os últimos dias do ano passado comecei a experimentar mais a necessidade de sistematizar o meu culto íntimo. E desde então, embora como esboço ainda imperfeitíssimo, consagro diariamente, pela manhã e à noite, entre 15 e 20 minutos à comemoração de todos os benefícios que, quer direta, quer indiretamente, tenho recebido de meus Pais, e sobretudo de minha Mãe e tipos anexos a ela, de meus irmãos, de meus amigos, de meus chefes espirituais, de ti, e portanto de todos os que mais intimamente se acham ligados a ti, principalmente tua mãe e tua avó. Sigo nessa recordação dos benefícios recebidos a ordem cronológica em que vivo sentindo a influência de cada um de vós, e termino a oração, conforme toda a prece positivista, por uma ligeira efusão, na qual, a par da minha ilimitada gratidão, expando os meus desejos ardentes de aperfeiçoamento contínuo, bem como os meus votos de saber corresponder cada vez melhor a tudo quanto vos devo, empenhando todo o zelo e ardor de que sou capaz no serviço da Humanidade, como o faria um digno filho de Clotilde e Augusto Comte, os nossos eternos pais espirituais (...)".[49]

O culto aos familiares mortos, mesmo àqueles que não chegou a conhecer, como foi o caso da mãe de Dagmar, mais uma vez encontra-se presente nesta referência que Torres Gonçalves fez às meditações íntimas que realizava diariamente e através das quais procurava diminuir os efeitos do afastamento da esposa. Portanto, o afastamento provisório em relação a Dagmar serviu de catalisador para que Torres Gonçalves rememorasse também as figuras de seus avós, de seu pai, de seu tio Thomaz e de seus irmãos Joaquim e Luiz, definitivamente ausentes.

Também chama a atenção, na citação feita acima, o fervor com que Carlos e Dagmar Torres Gonçalves incorporaram a religião da Humanidade no

[49] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Dagmar Torres Gonçalves, 29 de março de 1905. ACTG.

cotidiano, levando-os a traçar um relacionamento de "filiação espiritual" em relação a Comte e Clotilde. Cabe lembrar que Dagmar era órfã de pai e de mãe e que Carlos era órfão de pai.[50]

Dando continuidade à educação religiosa de sua esposa, Torres Gonçalves pretendia que Dagmar também começasse a realizar o "culto íntimo" de seus mestres, de seus chefes espirituais e de seus parentes vivos e mortos. Neste sentido, acrescentou naquela mesma carta: "Brevemente, quando lermos juntos o *Catecismo* e relermos as *Orações* do nosso Mestre, conhecerás melhor em que consistem as três orações cotidianas às quais cada positivista deve consagrar duas horas por dia".[51]

Como se vê, Torres Gonçalves já havia anteriormente iniciado Dagmar no culto íntimo da religião da Humanidade ao fazer com que ela lesse as orações positivistas de autoria de Comte, que ele sugeria que relessem juntamente com o *Catecismo Positivista*, obra capital para a difusão do positivismo religioso entre o público feminino. Aliás, a própria forma de redação deste livro, que reproduz o diálogo imaginário entre um sacerdote positivista e uma mulher, prestava-se a uma leitura em voz alta, facilitando assim a leitura conjunta pelo casal. Era também uma oportunidade para que, melhor conhecedor do conteúdo da obra, Torres Gonçalves se colocasse no papel de Auguste Comte ao ler as falas do "mestre" e ao explicar à esposa as passagens mais obscuras do texto. Percebe-se assim, mais uma vez, a atuação pedagógica de Torres Gonçalves em relação a Dagmar.

Mais adiante, naquela mesma carta que escreveu para "Marzinha", Carlos Torres Gonçalves passou a fazer um balanço do casamento e a tratar das novas obrigações que o nascimento da filha lhes impunha:

> "São passados agora 19 meses do ato civil do nosso casamento e de feliz vida conjugal, e para o coroamento de tantos dons já

[50] Foi a partir dessa passagem, onde Carlos Torres Gonçalves manifesta a Dagmar Torres Gonçalves seu desejo de agir em relação a ela e ao mundo da maneira "como o faria um digno filho de Clotilde e Augusto Comte, os nossos eternos pais espirituais", que tomei a liberdade de caracterizar, no título da presente tese, o engenheiro gaúcho como um "filho espiritual" de Comte. Através da transferência de papéis, o casal gaúcho via suprida sua carência de amparo paterno e materno (no caso de Dagmar) pelos conselhos formulados na literatura positivista por seus "pais espirituais" franceses. Parece ser este um exemplo significativo da grande influência exercida pela cultura francesa, particularmente pelo positivismo, na sociedade brasileira da passagem dos séculos XIX e XX.

[51] Idem, ibidem. Além de meditações pela manhã e à noite, os positivistas ortodoxos deveriam fazer orações ao meio-dia. As orações concebidas por Comte encontram-se em seu testamento. In: COMTE, Auguste. *Testament d'Auguste Comte*. Paris: 1884.

> cumulados sobre as nossas cabeças, a Humanidade, vindo assim alimentar melhor as nossas esperanças e precisar mais as nossas vistas de futuro, acaba de confiar ao nosso amor e ao nosso zelo religioso um tenro rebento Seu, a fim de que o eduquemos nos Seus santos ensinamentos e para o Seu sagrado serviço. Procuremos nós, pois, corresponder a esta nova e doce missão, embora difícil, e a tantas bondades, por um devotamento constante e sinceros esforços de aperfeiçoamentos de toda a sorte, de modo a conseguirmos tornar a nossa querida Sofia Mariana digna das suas Padroeiras, isto é, fazermos dela uma zelosa e ardorosa servidora da Humanidade, a Deusa do Futuro, que um dia felicitará a espécie humana, como já hoje felicita a nós, transformando a Terra em Paraíso".[52]

Como se nota nas palavras de Torres Gonçalves, desde o início ele e a esposa tinham o propósito de ministrar uma educação positivista para a filha primogênita, vista como uma futura servidora da humanidade a partir mesmo da escolha de seu nome.

Mais adiante, Torres Gonçalves relatou à Dagmar a leitura que havia feito das cartas escritas por Comte ao seu discípulo e médico Dr. Audiffrent acerca da influência materna na gestação. No entender do filósofo, a situação espiritual da mãe durante a concepção e a gestação teria influência direta sobre as qualidades da futura criança. Deste modo, Torres Gonçalves explicou à Dagmar a importância de ela estar preparada para a maternidade:

> "(...) toda a Esposa positivista que sentindo o horror da pavorosa anarquia que domina a sociedade moderna, aliar a esse sentimento o desejo ardente de transmitir aos filhos que porventura houver de ter as qualidades necessárias para que eles venham a cooperar eficazmente no problema da reorganização social (...) mediante a vitória do Positivismo, poderá esperar ver realizada essa sua santa aspiração. Os sentimentos altruístas de tua alma, assim exaltados, devem mesmo transmitir-se aperfeiçoados às dos filhos. E tais são os votos que precisa formular a Esposa positivista, a quem cumpre esforçar-se cada vez mais pelo aperfeiçoamento de sua natureza, jamais esquecendo que *é da Mulher que provém fundamentalmente o homem*, segundo a lei que resume a teoria positivista da hereditariedade, como é da adesão dela que depende a vitória final do Positivismo, conforme o nosso Mestre o provou. A sua influência educadora é mesmo eterna, pois que começada já na concepção e continuada durante a gestação, prolonga-se em seguida objetivamente por todas as fases sucessivas da existência do filho, e perpetua-se, afinal, subjetivamente, depois da morte, pelos

[52] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Dagmar Torres Gonçalves, 29 de março de 1905. ACTG.

> aperfeiçoamentos incessantes que o culto de sua memória opera nos que ficam".[53]

Portanto Torres Gonçalves atribuía uma enorme responsabilidade à esposa, colocando-a como protagonista do processo de regeneração de toda a humanidade através de sua conversão ao positivismo e de sua atividade educativa. Em consonância com Auguste Comte, exaltava a figura feminina ao mesmo tempo em que restringia seu espaço de atuação social ao ambiente familiar. Diga-se de passagem, porém, que tal limitação do âmbito de atuação da mulher ao ambiente doméstico não estava em desacordo com o que se verificava no conjunto das famílias de mesma condição social no Brasil do início do século XX. O que havia de peculiar, neste caso, era a justificativa encontrada, inteiramente ancorada no positivismo comtiano.[54]

Naquela mesma carta que escreveu para "Marzinha" em 29 de março de 1905, Torres Gonçalves manifestou seu desejo de ser pai novamente e de que seus filhos se tornassem positivistas, outorgando à esposa parte dessa responsabilidade:

> "Na esperança de que ainda venhas a dar à nossa Deusa outros servidores, o conhecimento dos juízos do nosso Incomparável Mestre a respeito muito poderão auxiliar-te na legítima e santa aspiração de que eles venham a ser dignos da missão hoje reservada a cada positivista na solução do problema supremo da regeneração humana. Nosso Mestre dizia que *destinadas a formar homens, as mulheres devem ser, como os autores, julgadas pelas suas obras. Entretanto,* acrescentava Ele*, seria injusto responsabilizá-las pelos insucessos e mesmo não honrar a árvore independente do fruto, desde que a sua própria virtude possa ser constatada sem ele.* Pois bem, que glória maior para uma Mãe que a de produzir dignos servidores da nossa Deusa?".[55]

---

[53] A frase em itálico está entre aspas no original manuscrito. Idem, ibidem.

[54] Neste sentido é interessante traçar um paralelo entre as cartas que Torres Gonçalves escreveu para Dagmar e as cartas escritas por Júlio de Castilhos para sua noiva e depois esposa Honorina. Nas cartas deste último também se encontram indicações de leituras positivistas e se percebe o claro propósito de "moldar" a esposa, mas nas cartas do primeiro a influência de Auguste Comte é muito mais explícita e engajada. Sobre o assunto ver CASTILHOS, Júlio de. *Cartas de Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1993. Acerca das relações entre o positivismo comtiano, o castilhismo e a situação da mulher durante a República Velha no Rio Grande do Sul ver LEAL, Elisabete da Costa. *O positivismo, o Partido Republicano Rio-Grandense, a moral e a mulher (1891-1913).* Porto Alegre: PPG-História / UFRGS, 1996 (dissertação de mestrado em História) e ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

[55] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Dagmar Torres Gonçalves, 29 de março de 1905. ACTG.

Deste modo, os filhos de Carlos e Dagmar Torres Gonçalves antes mesmo de nascerem já estavam destinados ao serviço da humanidade, a "Deusa" do futuro, pelo menos no imaginário de seus pais.

Poucos meses depois de escrever a carta acima citada, Torres Gonçalves seguiu para o Rio de Janeiro em companhia de sua mãe, de sua esposa e de sua filha, além de uma empregada. Essa viagem, realizada por via marítima, foi detalhadamente projetada, pois era a primeira vez que ele retornava à capital federal após sua formatura em engenharia, sete anos antes. O objetivo central da viagem era o de promover a entrada solene de Dagmar na IPB e de realizar a cerimônia de apresentação de Sofia Mariana.

Torres Gonçalves deixou um longo diário manuscrito dos cerca de quarenta dias que passou no Rio de Janeiro com sua família, entre meados de setembro e o final de outubro de 1905. O dia mais importante foi o 22 de outubro, um domingo, quando Carlos, Dagmar, Virgínia e Sofia Mariana Torres Gonçalves assistiram Teixeira Mendes fazer a exposição do *Catecismo Positivista*, detendo-se particularmente sobre a questão do casamento e sobre a condição feminina na ótica comtiana.[56]

Em seguida foi realizada a cerimônia de admissão de Dagmar na IPB e de apresentação de Sofia Mariana à humanidade. Após lembrar que estava respondendo provisoriamente pela IPB, em função do licenciamento de Miguel Lemos, Teixeira Mendes alertou que os novos admitidos naquela agremiação religiosa não poderiam se considerar com o mesmo prestígio daqueles que foram admitidos por seu fundador. Entretanto, esclareceu que Dagmar Torres Gonçalves era esposa de um confrade admitido pelo próprio Miguel Lemos e que ela aceitou o positivismo ainda antes do casamento. Deste modo, ela já faria virtualmente parte da Igreja, devendo ser equiparada aos confrades

[56] Torres Gonçalves fez as seguintes anotações das palavras proferidas por Teixeira Mendes: "O casamento no positivismo tem por destino o aperfeiçoamento mútuo dos cônjuges. (...). Só o positivismo veio mostrar a superioridade da mulher. Ela é só inferior quanto (...) às qualidades práticas. A coragem não é senão um movimento excitado, a prudência um movimento contido e a firmeza um movimento continuado. Ora, esta diferença entre as qualidades práticas do homem e da mulher está de pleno acordo com a atividade de um e de outro, porque ao passo que o homem age sobre o mundo para melhorá-lo, a mulher age sobre o homem para aperfeiçoá-lo. A missão da mulher é formar homens, e não há missão comparável a esta, porque sem dúvida que é muito mais difícil formar um Augusto Comte do que fazer o que Augusto Comte fez (...)". Teixeira Mendes lembrou ainda que o casamento deve ser indissolúvel e que o homem deve sustentar a mulher. In: Diário da viagem ao Rio de Janeiro em 1905, manuscrito de Carlos Torres Gonçalves. ACTG.

incorporados à IPB por seu diretor afastado. Teixeira Mendes expressou ainda a satisfação que lhe causava a entrada de uma mulher na Igreja, dizendo preferir a admissão de uma senhora a de uma legião de homens, pois "o positivismo não será implantado enquanto as mulheres não forem positivistas".[57]

Passando à apresentação de Sofia Mariana, Teixeira Mendes lembrou à platéia e aos pais da menina a importância daquela cerimônia:

> "O que há de mais verdadeiro do que a Apresentação positivista? Pois não é verdade que somos filhos da Humanidade, que a Ela tudo devemos? A Mãe vem, portanto, apresentar o seu filho à Humanidade, agradecer-lhe a dádiva que lhe fez e prometer educá-lo para o serviço d'Ela. (...). No batismo positivista a criança recebe (...) dois prenomes. São os padroeiros da criança ao mesmo tempo modelos de imitação e protetores subjetivos dela. Há também o par de padrinhos, que assumem o compromisso de educar a criança na falta dos pais. Mas além deste par, há outro de testemunhas especiais, que substituirão os padrinhos na falta dos pais e destes. E além dele, todas as pessoas presentes podem subscrever-se como testemunhas, mas sendo de notar que isto importa em comprometerem-se também a proteger a criança na falta ou impedimento dos outros; não é, portanto, uma formalidade".[58]

Portanto, Sofia Mariana recebia através daquela cerimônia a garantia de proteção de todos os presentes, que assinavam como representantes da humanidade, objeto de seu culto. Além disso, a menina estaria também sob a influência subjetiva de suas padroeiras Sophie Bliaux, a criada de Auguste Comte, e Mariana Barreto Flores, mãe de Dagmar. Em contrapartida, tornava-se devedora de eterna gratidão relativamente ao conjunto da humanidade em todos os tempos, esperando-se que dela se tornasse servidora.

Concluindo, Teixeira Mendes lembrou a Dagmar a importância de sua missão educativa na condição de mãe, acrescentando que:

> "(...) não se pode dizer que a mulher não tenha profissão; tem; apenas essa profissão é uniforme, porque ela consiste em formar homens, é uma função moral, seja como mãe, esposa, filha, criada etc. De modo que quando o governo quer fazer recenseamento, (...) em vez de proceder como habitualmente se faz, escrevendo na coluna das profissões, para a mulher, que ela não tem, devemos escrever – moral – profissão moral".[59]

---

[57] Idem, ibidem.
[58] Idem, ibidem.
[59] Idem, ibidem.

Ao atribuir à mulher funções restritas aos tradicionais papéis familiares, Teixeira Mendes não promovia nenhuma alteração radical em relação aos dogmas católicos, hegemônicos na mentalidade coletiva da sociedade brasileira de então. Mas o chefe espiritual de Torres Gonçalves, com base nas formulações de Auguste Comte, procurava dar bases sólidas para a defesa da estrita atuação doméstica do sexo feminino através da tentativa de erigir a moral em sétima ciência da escala enciclopédica.

As convicções religiosas de Carlos e Dagmar Torres Gonçalves consolidaram-se ainda mais após aquela estada no Rio de Janeiro, ocasião em que puderam conviver intimamente com Miguel Lemos, Teixeira Mendes, suas respectivas famílias e demais confrades da IPB.

Boa parte do diário escrito por Torres Gonçalves durante a viagem que realizou ao Rio de Janeiro, em companhia da família, no final de 1905, foi dedicada à transcrição de discursos feitos por Teixeira Mendes abordando as vantagens do regime "vegetalista" sobre o regime "carniceiro". De fato, desde o final de 1902, após a leitura de um folheto de Miguel Lemos, Torres Gonçalves havia abolido qualquer tipo de carne de sua dieta. Na viagem à capital federal, três anos depois, o engenheiro sul-rio-grandense conseguiu convencer a esposa a seguir o mesmo regime alimentar. O tabaco e as bebidas alcoólicas também não eram apreciados por Torres Gonçalves, que sequer consumia café, considerado como um estimulante artificial.[60]

Antes mesmo daquela viagem ao Rio, constatou-se uma nova gravidez de Dagmar. No princípio de 1906, em decorrência dos casos de varíola e de tifo verificados em Porto Alegre, Carlos Torres Gonçalves levou a esposa e a filha para a localidade de Castro Alves, na serra gaúcha, onde continuava envolvido com a construção de uma estrada.

Mas Torres Gonçalves teve que retornar a Porto Alegre em meados de março, chamado que foi por Faria Santos, que lhe comunicou o grave estado de saúde em que se encontrava Joaquim José Felizardo Júnior, colega de ambos na Secretaria de Obras Públicas e na propaganda da IPB. Em 21 de

[60] Além do diário supracitado, o regime alimentar de Torres Gonçalves foi abordado nas cartas que ele escreveu para Miguel Lemos em 11 de janeiro de 1903 e em 6 de fevereiro de 1909. ACTG. A abstinência de carne na alimentação humana não era um preceito comtiano, mas um aconselhamento feito pelos diretores da IPB a partir de uma interpretação dos escritos do

março de 1906 ocorreu a morte de Felizardo Júnior, causada por tifo. Tinha então 36 anos de idade. O episódio afetou muito Torres Gonçalves, que o considerava como "um irmão – quase um pai". Deste modo, tendo em Felizardo Júnior um amigo íntimo, um colega de trabalho e um líder na propaganda da religião da Humanidade em Porto Alegre, Torres Gonçalves sentiu-se um pouco mais órfão após sua morte. Cabe lembrar que fora "Quincas" - como Torres Gonçalves se referia a Felizardo Júnior na intimidade - quem havia celebrado o seu casamento com Dagmar. A morte de Felizardo Júnior fora precedida, dez meses antes, pelo óbito da esposa, Anna Schell Felizardo, que o deixou viúvo com sete filhos pequenos.[61]

Com a morte de Felizardo Júnior, além de um "irmão na Humanidade", os positivistas religiosos de Porto Alegre perderam a sede onde ocorria a explicação dominical do *Catecismo Positivista* e onde funcionava o depósito de publicações da IPB, até então abrigados em sua residência, na rua Riachuelo n.º 244. Coube a Torres Gonçalves proporcionar um novo espaço para as reuniões do pequeno núcleo de adeptos e simpatizantes da religião da Humanidade na cidade.[62]

Retornando a Castro Alves, pequena povoação situada nas proximidades de Antônio Prado, Torres Gonçalves pôde acompanhar Dagmar

---

filósofo francês. Sobre o assunto, ver também LEMOS, Miguel. *Pozitivismo e vegetarismo*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1902.

[61] Comunicando a morte de Felizardo Júnior a Teixeira Mendes, Torres Gonçalves confidenciou: "A mim pessoalmente, que tive no Felizardo o meu melhor amigo, amigo de sete anos, poucos, mas bastantes sob a influência de uma santa Fé comum para que cada vez mais identificados sentíssemos nossas almas e para que fizéssemos reciprocamente todas as confidências cabíveis entre dois homens, que via nele o amigo, o irmão de crenças, o apóstolo espontâneo da nossa causa sacrossanta, modesto mas ardoroso, as vezes também quase um pai, podeis bem imaginar a dor que me causa a sua prematura transformação, e o vazio por ela deixado em torno de mim". Após descrever a agonia de Felizardo Júnior em seus últimos dias, contestando o diagnóstico médico de tifo, assim Torres Gonçalves explicou a causa da moléstia que o matou: "Excitado por muitas contrariedades desde antes do falecimento de d. Aninha, (...) depois desta desgraça a tensão cerebral foi cada vez aumentando mais (...). A moléstia do Felizardo foi pois essencialmente cerebral, como já o percebeste sem dúvida". Por sugestão de Torres Gonçalves, o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos instituiu uma pensão (depois assumida pela IPB) para Ermelinda Felizardo, mãe de Felizardo Júnior, que ficou com seus sete filhos. Posteriormente Torres Gonçalves seria nomeado tutor dos filhos de Felizardo Júnior. In: Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 24 de março de 1906. AIPB.

[62] Na mesma carta acima referida, Torres Gonçalves escreveu a Teixeira Mendes: "Assim que conseguir instalar-me aqui [Porto Alegre], procurarei para minha residência uma casa mais central do que a que ocupo, a fim de realizar em casa as reuniões ordinárias bem como as comemorações". Idem, ibidem.

dar à luz, no dia 22 de abril de 1906, à segunda filha do casal, que recebeu o nome de Rozália Beatriz.[63]

As padroeiras escolhidas para a menina foram Rosalie Boyer, mãe de Auguste Comte e um de seus "anjos da guarda", e Beatriz, musa inspiradora de Dante Aliguieri, um dos autores recomendados por Comte na "Biblioteca Positivista".[64]

Em busca de uma casa que servisse de residência para sua crescente família e de sede para as atividades do núcleo sul-rio-grandense de positivistas ortodoxos, no princípio de 1906 Carlos Torres Gonçalves se mudou para a rua Dr. Flores, no centro de Porto Alegre. Inicialmente alugou a casa de n.º 65, mas em meados daquele mesmo ano ocorreu uma nova mudança, desta vez para o prédio que pertencia à avó de Dagmar, no n.º 48 da mesma rua.

Carlos, Dagmar e os filhos passaram a morar no andar superior do sobrado, sendo o andar térreo alugado a um estabelecimento comercial. No andar superior, que dispunha de uma escada de acesso independente, as duas salas da frente foram destinadas respectivamente ao culto e ao depósito de publicações positivistas, ficando o restante do prédio e o pátio interno para a família. Em função da propaganda da religião da Humanidade ocorrer apenas em algumas horas da semana e estar praticamente dentro de seu ambiente doméstico, os espaços de vivência e de culto quase que se confundiam. As portas da casa de Torres Gonçalves eram abertas dominicalmente a todos aqueles que quisessem assistir às cerimônias, trazendo o público para o âmbito privado.[65] Mas as cerimônias não eram muito concorridas, raramente

[63] No princípio de maio de 1906, em Castro Alves, localidade do interior de Antônio Prado, Carlos e Dagmar Torres Gonçalves providenciaram a publicação de um pequeno cartão onde, sob a epígrafe dos lemas positivistas "O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim" e "Viver para outrem", constava a seguinte inscrição: "Temos o prazer de participar-vos o nascimento a 28 de Arquimedes último (22 de abril) da nossa filha Rozália Beatriz, que esforçar-nos-emos por educar nos ensinamentos da Religião fundada por nossos Pais Espirituais – Clotilde e Augusto Comte – para o serviço da Família, da Pátria e da Humanidade". ACTG.

[64] A "biblioteca positivista" é uma relação feita por Comte de 120 obras da literatura universal que condensariam o conhecimento acumulado pela humanidade ao longo dos séculos em quatro áreas: poesia, ciência, história e síntese (reunindo filosofia e religião). Cf. COMTE, *Catecismo pozitivista*, p. 33-37.

[65] Torres Gonçalves obteve a publicação do seguinte anúncio em *A Federação* de 13 de novembro de 1906: "Recomeçam amanhã a leitura e explicação do catecismo positivista, as quais serão repetidas em todos os domingos, às 10 ½ horas da manhã. Esses atos serão efetuados no prédio n.º 65 da rua Dr. Flores, com a entrada franca ao público". ACPPA.

atingindo vinte pessoas - incluindo os propagandistas, seus familiares e alguns poucos simpatizantes.

De qualquer modo, na sala destinada para a propaganda, desde a mais tenra infância as filhas de Carlos e Dagmar Torres Gonçalves estiveram em contato com a imagem alegórica da religião da Humanidade a partir dos traços de Clotilde de Vaux, com o busto de Comte, com as fotografias de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, com as reproduções de pinturas de Décio Villares e com outras obras da iconografia positivista. É bem possível que o imaginário de Sofia Mariana e de Rozália Beatriz tenha sido afetado por tais visões cotidianas.[66]

Em 24 de abril de 1908 nasceu a terceira filha de Dagmar e Carlos Torres Gonçalves. Foi-lhe dado o nome de Clotilde Tereza. As padroeiras homenageadas em seu nome foram Clotilde de Vaux, a musa inspiradora, esposa espiritual e um dos "anjos da guarda" de Auguste Comte, e Tereza, a santa católica.[67] Portanto, quis o destino que fossem do sexo feminino os três primeiros rebentos de Carlos Torres Gonçalves, permitindo-lhe assim atribuir às meninas os nomes dos três "anjos da guarda" - a mãe, a "esposa espiritual" e a "filha espiritual" – de Auguste Comte, o fundador da religião que o engenheiro rio-grandino assumiu e procurou encarnar de forma tão obstinada.[68]

* Fotografia de Carlos, Dagmar, Clotilde, Rozália e Sofia Torres Gonçalves. Dagmar estava grávida do quarto filho. Meados de 1909. ACTG.

[66] A primeira cerimônia positivista ocorrida na rua Dr. Flores n.º 65 foi a comemoração da "transformação subjetiva" de Felizardo Júnior, que deveria ter ocorrido três domingos após sua morte mas que acabou acontencendo apenas em 2 de novembro de 1906. O jornal *A Federação* publicou no dia seguinte uma longa descrição da decoração da sala em que ocorreu a cerimônia e das palavras pronunciadas por Torres Gonçalves na ocasião. Cf. *A Federação*, Porto Alegre, 3 de novembro de 1906. ACTG.

[67] Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 24 de abril de 1908. AIPB. Santa Tereza havia sido objeto de uma publicação anterior do Apostolado Positivista do Brasil - LEMOS, Miguel. *Santa Tereza – comemoração sumária*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1882.

[68] Assim Comte definiu, sob o ponto de vista masculino, o significado dos "anjos da guarda" na religião da Humanidade: "A mãe, a esposa e a filha devem, em nosso culto, como na existência que ele idealiza, desenvolver respectivamente em nós a veneração, o apego e a bondade. (...). O conjunto deles representa os três modos naturais da continuidade humana, em relação ao

Sofia, Rozália e Clotilde ganharam um irmão em 12 de julho de 1909. Carlos e Dagmar Torres Gonçalves deram-lhe o nome de Jorge Baiardo, tirado de dois personagens homenageados por Comte no calendário positivista. A mesma fonte serviu para a escolha do nome de Paulo Trajano, o quinto filho do casal, nascido em 17 de agosto de 1910.

Finalmente, 11 de janeiro de 1912, nasceu Branca Marina, a última dentre os seis filhos que teve o casal de positivistas sul-rio-grandenses. É provável que seu nome tenha sido influenciado por leituras feitas por Torres Gonçalves, pois Branca era o nome da personagem ficcional do folheto descritivo de um casamento realizado na IPB em 1900, e Marina era o nome de uma princesa asteca abordada em uma outra publicação dos positivistas brasileiros.[69]

Quando Branca Marina nasceu, Dagmar recém aproximava-se dos 30 anos, enquanto que Carlos se encaminhava para completar 37 anos de idade. Exatamente sete anos menos um mês transcorreram entre os nascimentos da primeira e da última filha do casal.[70] Portanto, os primeiros anos de casamento foram muito desgastantes fisicamente para Dagmar. Além das dificuldades próprias das sucessivas gravidezes, também necessitava voltar sua atenção para o cuidado dos filhos já nascidos. Para dar conta de tais exigências era fundamental o auxílio de sua avó Corina Flores e de sua sogra Virgínia Torres Gonçalves, além das empregadas que serviam à família. Mas a tarefa parece ter sido executada de forma bastante satisfatória, pois Sofia, Rozália, Clotilde, Jorge, Paulo e Branca cresceram saudáveis - sem receber qualquer tipo de vacina - em meio a um período marcado por epidemias de grande intensidade.[71]

---

passado, ao presente e ao futuro; como também os três graus da solidariedade que nos ligam aos superiores, aos iguais e aos inferiores. Mas a harmonia espontânea dos três tipos não pode ser assaz mantida senão mediante a subordinação natural deles, que deve fazer prevalecer habitualmente o anjo materno, sem que a sua doce presidência altere jamais os dois outros impulsos". In: COMTE, *Catecismo Pozitivista*, p. 120-121.

[69] Cf. BANDEIRA, Alípio. *Um cazamento pozitivista no ano de 112 (1900 da era cristan)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1901; e BIART, Luciano. *Marina (uma página da história do México)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1900.

[70] Coincidentemente, Carlos Torres Gonçalves e seus quatro irmãos também nasceram no espaço de sete anos, entre 1869 e 1876.

[71] A IPB teceu fortes críticas à obrigatoriedade das vacinas contra a febre amarela, o tifo e outras doenças que assumiram forma epidêmica no Brasil durante os primeiros anos do século XX, denunciando o ''despotismo sanitário" que estaria presente nas campanhas oficiais de

A partir de 1908 Carlos Torres Gonçalves passou a ocupar uma função de direção nos quadros da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, o que lhe proporcionou um aumento salarial e lhe permitiu que permanecesse mais tempo em Porto Alegre, junto da esposa e dos filhos. Suas viagens ao interior por motivos profissionais ainda eram freqüentes, mas de durações menores. Porém, às suas atividades profissionais somavam-se as atividades religiosas, de modo que boa parte de seu tempo era ocupado pela leitura e pela redação de cartas e de relatórios, ficando o cuidado dos filhos mais sob as vistas de Dagmar. Deste modo, novamente Torres Gonçalves ratificava em sua vida privada os preceitos pedagógicos formulados por Comte, para quem, até os quatorze anos, caberia preponderantemente à mãe educar os filhos.[72]

A partir de 1910, Torres Gonçalves começou a amadurecer a idéia de construir uma sede própria para a propaganda positivista em Porto Alegre, bem como de construir uma casa para si e para sua família, visto que o local em que ele e sua família habitavam e onde estavam abrigadas as atividades de propaganda da religião da Humanidade em Porto Alegre pertenciam à avó de sua esposa. No primeiro momento, a idéia concebida por Torres Gonçalves fundiu os dois projetos em um só, prevendo a construção de uma casa que

---

saúde pública. Cf. MENDES, R. Teixeira. *Contra a vaccinação obrigatória – a propózito do projéto do Governo*. Rio de Janeiro: IPB, 1904.

[72] Assim Comte caracterizou o processo educativo positivista, que se estenderia do nascimento até os 21 anos, em três períodos de sete anos cada: "A primeira fase, que se estende até a puberdade, deve ser dividida em duas outras de igual duração, separadas pela dentição normal. Até este termo é só a mãe que dirige uma educação inteiramente espontânea, ao mesmo tempo física, intelectual e moral. (...). O surto das afeições domésticas nesta fase leva já a criança ao primeiro esboço do culto positivo pela adoração de sua mãe, que lhe representa necessariamente a Humanidade (...). Desde a dentição até a puberdade, a educação doméstica começa a sistematizar-se pela introdução gradual de uma série de estudos regulares. Contudo, continua sempre dirigida pela mãe, que facilmente poderá guiar trabalhos puramente estéticos quando ela própria tiver convenientemente recebido a educação universal. Até então, deve ter-se vedado cuidadosamente à criança todo estudo propriamente dito, ainda mesmo de leitura ou de escrita, salvo as aquisições verdadeiramente espontâneas. Mas agora nasce o hábito do trabalho intelectual, pelo desenvolvimento regulado das faculdades de expressão (...). Semelhante estudo consiste apenas em exercícios estéticos, em que as leituras poéticas são criteriosamente combinadas com o canto e o desenho. (...)". A partir dos 14 anos de idade, o adolescente deveria começar seus estudos sistemáticos das sete ciências fundamentais: a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia, a sociologia e a moral: "É assim que, desde a geometria até a moral, cada adolescente deve efetuar sistematicamente, em sete anos, a ascensão objetiva que tantos séculos exigiu ao surto espontâneo da Humanidade". In: COMTE, *Catecismo Pozitivista*, p. 300-306 (9.ª conferência).

abrigaria tanto a sua família como as atividades do núcleo sul-rio-grandense de positivistas ortodoxos.[73]

No final de 1911, o núcleo porto-alegrense de positivistas religiosos, tendo à frente Torres Gonçalves e Faria Santos, adquiriu da municipalidade um terreno nos Campos da Redenção (atual avenida João Pessoa), projetando nele construir uma sede para as atividades de propaganda da IPB na cidade. Paralelamente, Torres Gonçalves e sua mãe adquiriram dois terrenos contíguos no mesmo quarteirão (na atual rua José Bonifácio), cujos fundos tocavam no fundo do terreno adquirido para a propaganda positivista. Posteriormente, Carlos e Virgínia Torres Gonçalves doaram os fundos de seus respectivos terrenos para que o terreno onde seria construída a sede positivista tivesse as dimensões necessárias para que o prédio pudesse ter o mesmo tamanho do Templo da Humanidade, sede da IPB, na rua Benjamin Constant n.º 74, Rio de Janeiro.

Em 19 de janeiro de 1912 ocorreu o lançamento da pedra fundamental da Capela Positivista de Porto Alegre, cuja construção efetiva só ocorreu na segunda metade da década seguinte. Poucos dias depois, Torres Gonçalves, a esposa e os filhos desocuparam o prédio de n.º 48 da rua Dr. Flores, que havia sido vendido por Corina Flores, avó de Dagmar. Em função desta venda e do precário estado de saúde de Dagmar - que ficou "anêmica e enfraquecida dos pulmões" após o parto prematuro em que nasceu Branca Marina -, a família transferiu-se para um sítio em Teresópolis, nos arrabaldes de Porto Alegre,

[73] Neste sentido, Torres Gonçalves assim expôs seu plano ao vice-diretor da IPB: "(...) desejo consultar-vos sobre um novo projeto para o conseguimento de uma sede destinada à propaganda nesta cidade. O assunto sempre me preocupou, e a perspectiva de próxima mudança da casa que ocupo mais ainda me tem feito sentir a conveniência ou mesmo a necessidade de fixidez. O projeto é essencialmente o seguinte. Adquirirmos um terreno que se preste à ereção de uma pequena Capela. Nele construirmos uma casa, onde possamos desde já contar com uma sala para o culto público, outra para biblioteca e reuniões confraternais e uma terceira para depósito de publicações. O restante da casa será aproveitado provisoriamente para residência da família de uma dos confrades, provavelmente a minha. (...). Conto que serão precisos cerca de 50 contos de réis para a aquisição do terreno e construção da casa. Eu emprestaria os vinte e poucos contos que espero apurar do que possuo, ao juro de 6%, contando obter o restante do capital ao mesmo juro e prazo indeterminado. No caso de fracassar a propaganda aqui, o prédio será alugado no todo ou vendido para resgate da dívida, proporcionalmente ao capital de cada um, se se obtiver menos que o valor do custo. Este projeto é modificação de outro anterior, segundo o qual eu é que ficaria proprietário do prédio, do qual alugaria uma parte à propaganda, posto que tornando pública a minha intenção de cedê-lo para Capela, se isto ficasse resolvido posteriormente". In: Carta de Carlos Torres Gonçalves para Teixeira Mendes, 24 de abril de 1910. AIPB.

onde o ar era mais puro e onde vivia Adolpho, irmão de Carlos Torres Gonçalves.[74]

Em meados de 1913, Torres Gonçalves deu início à construção da casa na qual ele e sua família viveriam nas décadas seguintes. A casa, cujo projeto era de sua autoria, foi concluída no princípio de 1914. No andar térreo, uma ampla sala foi destinada à propaganda positivista, cuja sede definitiva teve sua construção adiada até que fossem reunidos os recursos necessários. Uma outra sala, menor, passou a abrigar as publicações editadas pela IPB, cuja distribuição no Rio Grande do Sul era feita por Torres Gonçalves. O andar

térreo também abrigava o escritório de trabalho de Torres Gonçalves, a sala de estar, a sala de jantar e a área de serviço, com cozinha, despensa e banheiro. No andar superior, além de um banheiro, havia quatro quartos: o primeiro quarto era ocupado por Carlos e Dagmar, o segundo por Sofia e por Branca, o terceiro por Rozália e por Clotilde e o quarto por Jorge e por Paulo. Havia também uma pequena sala ocupada por imagens de Auguste Comte, de Clotilde de Vaux, de Miguel Lemos, de Teixeira Mendes e de outros personagens e temas caros aos positivistas ortodoxos, onde, pela manhã e antes de dormir, a família fazia suas orações religiosas. Deste modo, mais uma vez o ambiente doméstico de Torres Gonçalves e de sua família estava impregnado de referências aos seus "pais espirituais" e à religião da Humanidade.[75]

No terreno ao lado, Virgínia Torres Gonçalves construiu uma casa menor para si, passando a conviver mais proximamente com o filho, a nora e os netos.

---

* Fotografia de Carlos e Dagmar com os seis filhos (da esquerda para a direita, Rozália, Jorge, Sofia, Paulo, Branca e Clotilde), 1912. ACTG.

[74] Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 12 de março de 1912. AIPB.

[75] Esta casa não existe mais, pois deu lugar a um edifício no final da década de 1960. Entretanto, o projeto elaborado por Torres Gonçalves foi aproveitado por um amigo e correligionário, o capitão do Exército Gonçalo Corrêa Lima, que construiu uma casa exteriormente idêntica (mas diferente no interior) e que ainda existe, na rua José Bonifácio n.º 111. Conforme informações orais transmitidas pelos filhos de Torres Gonçalves.

A orfandade e o temperamento dócil de Dagmar possivelmente tenham favorecido seu convívio com a sogra e a aceitação da preeminência desta sobre o marido, de acordo com o preceito comtiano, mesmo que não compartilhassem o mesmo teto.[76]

Através desse convívio tão próximo, Virgínia Torres Gonçalves exerceu forte influência também sobre seus netos. No final de 1920, por intermédio de Dagmar e de Carlos Torres Gonçalves, Virgínia solicitou sua admissão como confreira da IPB, com a qual simpatizava e contribuía desde o princípio do século. A admissão se efetivou em cerimônia realizada na casa de seu filho em outubro de 1921, após autorização de Teixeira Mendes chancelada pela Delegação Executiva daquela agremiação religiosa. Pouco mais de um ano depois, em 16 de outubro de 1922, aos 77 anos de idade, ocorreu a morte de Virgínia, mãe de Carlos Torres Gonçalves.[77]

Sob a lápide em que constava a máxima comtiana "Os vivos são sempre e cada vez mais necessariamente governados pelos mortos", Virgínia Torres Gonçalves foi sepultada no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no jazigo onde já se encontravam os restos mortais de seu marido Joaquim Antônio Gonçalves, de seus filhos Joaquim e Luiz Torres Gonçalves e de uma neta, filha de Adolpho Torres Gonçalves. Fora Carlos Torres Gonçalves quem providenciara o translado para Porto Alegre das sepulturas de seu pai, enterrado em Rio Grande, e de seu irmão Joaquim, enterrado no Rio de Janeiro, e a preparação da lápide com o formato e a inscrição característicos das sepulturas positivistas.

---

[76] Com base nas considerações acerca da influência da esposa e da mãe sobre o homem feitas por Comte no *Système de politique positive*, tomo IV, capítulo 4, Teixeira Mendes teceu as seguintes considerações sobre as relações entre sogra e nora: "Quanto aos perigos por demais receados na coabitação entre a mãe e a esposa, são eles devidos sobretudo aos vícios atuais da educação universal e da constituição doméstica, que fazem freqüentemente surgir conflitos dissipados pelo estado normal. Igualmente desprovidos de um poder, e mesmo de uma riqueza, *livremente* condensados no chefe prático, elas não podem rivalizar senão em conselhos para com este, enquanto a segunda (a esposa) *administra* e a primeira (a mãe) *superintende* o lar comum, que aquele *governa* sempre. (...). A veneração cotidiana do marido para com a sua mãe o dispõe a melhor apreciar sua esposa, assim garantida contra as brutalidades por demais ligadas à ternura masculina. Por outro lado, o ascendente materno acha-se fortificado mediante um profundo conhecimento da natureza feminina, que não se pode desenvolver assaz sem a intimidade conjugal". In: MENDES, R. Teixeira. *A incorporação do proletariado na sociedade moderna e os ensinos de Augusto Comte*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1917, p. 26-27.

[77] Nas "Notas biográficas sobre D. Virgínia Torres Gonçalves", que Carlos Torres Gonçalves escreveu alguns dias após a morte dela (causada por uma doença gástrica), consta uma longa

Com relação à educação conferida aos seus seis filhos, Carlos e Dagmar Torres Gonçalves não os enviaram a nenhuma das inúmeras escolas existentes em Porto Alegre e em seus arredores. Entendendo que as escolas religiosas poderiam inculcar idéias superadas nas mentes das crianças, tal como a crença em Deus e em outras entidades sobrenaturais, e que as escolas públicas ainda estavam sob a influência da metafísica, o casal Torres Gonçalves procurou supervisionar pessoalmente a educação ministrada aos seus filhos por professores particulares.[78]

Nesse aspecto os filhos de Carlos e Dagmar Torres Gonçalves se diferenciaram nitidamente das demais crianças de sua classe social, que geralmente freqüentavam escolas privadas. Dentre os professores que freqüentaram a casa da rua José Bonifácio e lecionaram para Sofia Mariana, Rozália Beatriz, Clotilde Tereza, Jorge Baiardo, Paulo Trajano e Branca Marina, estiveram Mme. Bourlieau (francês), Miss Leives (inglês), Irene Schulman (alemão); Francisco Belanca (desenho); Octavio Saint-Jean Gomes (matemática), Gládis Ferreira (bandolim), Célia Ferreira Lassance (piano), Amália Iracema (canto) e Mr. Simm (violino).[79]

A atividade cotidiana de acompanhar as lições dos filhos era realizada por Dagmar, visto que Torres Gonçalves estava freqüentemente ausente de Porto Alegre, em viagens de trabalho pelo interior do Rio Grande do Sul. Mesmo quando estava na capital, o engenheiro passava o dia no prédio da Secretaria de Obras Públicas, no centro da cidade. Quando estava em casa também tinha de ocupar-se da correspondência, da elaboração de relatórios profissionais e das atividades relacionadas à propaganda positivista. Assim mesmo, Torres Gonçalves procurava manter-se informado acerca do andamento dos estudos realizados pelos filhos.

Cabe destacar que a questão educacional não era periférica na obra de Comte e no conjunto da filosofia positivista. Ao contrário, pode-se mesmo dizer que ao procurar “regenerar” a humanidade das concepções de mundo que

---

e minuciosa descrição da agonia final e dos preparativos feitos para o sepultamento de sua mãe. ACTG.

[78] Sobre a influência do positivismo na educação durante a República Velha no Rio Grande do Sul, ver TAMBARA, Elomar. *Positivismo e educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo*. Pelotas: Editora da UFPel, 1995.

[79] Cf. Informação oral transmitida por Sofia Mariana Torres Gonçalves.

entendia equivocadas, como o teologismo e a metafísica, o filósofo francês desenvolveu, antes de tudo, um projeto pedagógico.[80]

Algumas cartas escritas por Torres Gonçalves para Sofia Mariana, sua filha primogênita, permitem que se vislumbre certos aspectos interessantes de sua atuação pedagógica enquanto pai de família. Deste modo, no dia 4 de abril de 1917, de passagem pela localidade de "Quatorze de Julho", após relatar alguns episódios curiosos ocorridos em sua viagem, o engenheiro escreveu à menina de doze anos:

> "Agora quero saber da minha querida filhinha o que ela e seus irmãozinhos têm feito. Estou certo que todos têm sido muito bonzinhos e obedientes com sua querida Mãe; que Sofia, Rozália e Clotilde têm estudado muito música e preparado com interesse as suas lições; que Jorge e Paulo continuam fazendo progressos em leitura, ajudados pelas suas irmãzinhas, e que a Branquinha tem ajudado também a Mãezinha como uma boa doninha de casa. Daqui a dez dias estarei aí (hoje é dia 4) e terei o prazer de saber que as minhas esperanças estão confirmadas pelos meus queridos filhinhos.
> Amanhã é dia do aniversário da morte de Mamãe Clotilde, que tanto fez por nós todos. Chegando a Comandaí, o Papai vai escrever amanhã de tarde uma cartinha ao Vovô Lemos e um cartãozinho ao Vovô Mendes, pois foram eles que fizeram o Papai conhecer e poder ensinar a vocês o quanto Mamãe Clotilde e Papai Comte foram bons e trabalharam pela felicidade de todas as pessoas".[81]

Na passagem acima, chama a atenção novamente a forma como Comte, Clotilde e os diretores da IPB foram assimilados à família de Torres Gonçalves, reforçando os poderes de controle sobre os filhos. Estes não deveriam obediência apenas aos pais biológicos, devendo se comportar de modo a incorporar também aos ensinamentos de seus "pais espirituais". Esta assimilação de "Mamãe Clotilde", de "Papai Comte" e de seus "anjos da guarda" à família de Torres Gonçalves era reforçada diariamente através das orações que as crianças faziam ao amanhecer e antes de irem dormir.[82]

---

[80] Segundo Arbousse-Bastide, na condição de professor de matemática, de conferencista e, no final, de sacerdote da religião da Humanidade, Comte foi dominado pela idéia de explicar a sociedade e o mundo aos homens através de um programa de educação enciclopédica. Deste modo, seu pensamento poderia ser caracterizado como uma doutrina da educação universal. Cf. ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. *La doctrine de l'education universelle dans la philosophie d'Auguste Comte*. Paris: Presses Universitaires de France, 1957, Tomo I, p. XV.

[81] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Sofia Mariana Torres Gonçalves, 4 de abril de 1917. ACTG.

[82] A partir de proposta formulada por Teixeira Mendes, um pequeno manuscrito de Torres Gonçalves apresentava o seguinte modelo para as orações que seus filhos faziam: "O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim - A bênção, Humanidade boa; a benção,

Em 11 de fevereiro de 1919, de passagem por Comandaí, próximo da fronteira com a Argentina, Carlos Torres Gonçalves escreveu uma terna carta para Sofia Mariana, que naquela data comemorava seus quatorze anos de idade. Tendo por epígrafe a máxima de Clotilde de Vaux "Que prazeres podem exceder aos da dedicação?", o engenheiro gaúcho, após lamentar sua ausência, lembrou à filha a importância daquela data:

> "Tu terminas hoje a segunda infância e começas uma fase nova na existência. Já recebeste o primeiro sacramento positivista, que é o da Apresentação, no Templo do Rio de Janeiro. Se a situação social já fosse mais favorável, tu receberias agora o segundo sacramento, que é o da Iniciação, antes de começares, sob a direção de um sacerdote positivista, o estudo das sete ciências que dão a conhecer as leis do mundo e do homem e nos habilitam a melhor servir à sociedade, isto é, à Família, à Pátria e à Humanidade. Mas infelizmente este sacerdote não existe ainda, e terá de ser sob as minhas vistas que encetarás, um pouco mais tarde, com mais lentidão, e sobretudo com menos eficácia, o estudo sistemático das ciências".[83]

As lições que os filhos de Torres Gonçalves tiveram na infância com professores particulares foram sobretudo de atividades artísticas e de línguas. A partir da adolescência daqueles, com o estudo mais aprofundado das "sete ciências", Torres Gonçalves se tornou mais ativo no acompanhamento de seus estudos. Também é importante sublinhar, na passagem acima, a reafirmação da idéia de que o indivíduo deve servir à família, à pátria e à humanidade, tornando-se assim uma espécie de "funcionário público espontâneo".

Prosseguindo aquela mesma carta, depois de lembrar a Sofia Mariana acerca da importância de que ela se espelhasse nos exemplos de Clotilde de Vaux, de Auguste Comte e das padroeiras homenageadas em seu nome, Torres Gonçalves passou a tratar com a filha adolescente da possibilidade de um futuro casamento:

Humanidade bela; a bênção, Humanidade sábia; a bênção, Mamãe Clotilde; a bênção, Mamãe Rozália; a bênção, Mamãe Sofia; a bênção, Papai Comte; a bênção (os nomes dos avós mortos, começando pelas avós e dentre estas a materna); a bênção (os nomes dos avós vivos); a bênção (os nomes das pessoas mortas que mereçam especial menção); a bênção (o nome dos pais); a bênção (o nome dos padrinhos); a bênção (as pessoas vivas que mereçam especial menção): Minha Mãe, Santa Patrona – Que me deu a Humanidade – Para por-me no caminho – Do dever e da felicidade; Minha alma reconhecida – Dá-te graças pela vida - Que me fez capaz de amar. E pela doce cultura – Que aos prazeres da ternura – Não cessa de me elevar". In: "Oração para a infância", manuscrito de Carlos Torres Gonçalves. ACTG.

[83] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Sofia Mariana Torres Gonçalves, 11 de fevereiro de 1919. ACTG.

> "Entrando agora na adolescência, minha querida Filha, a responsabilidade dos teus atos vai ainda aumentando. Nesta nova fase a preparação das tuas faculdades de sentimento, inteligência e caráter deve conduzir-te, aos 21 anos, ao sacramento da Admissão, pelo qual confirmarás o teu nascimento positivista, aceitando voluntariamente todos os deveres a que estão sujeitos os crentes da Humanidade. E só então é que tu poderás pensar seriamente no passo mais importante na vida da Mulher, como do homem, que é o casamento. Para uma jovem, mais ainda do que para um jovem, é hoje bem difícil a realização deste passo, em virtude da desorganização profunda em que se acha a sociedade contemporânea. A nossa Doutrina consagra o casamento de um positivista com uma jovem de qualquer religião, porém não consagra o casamento de uma positivista senão com um jovem também positivista. Porque as disposições morais da Mulher, qualquer que seja a sua religião, podem sempre acabar por fazê-la simpatizar com a Doutrina que mais a dignifica, senão a aceitá-la, como aconteceu com tua Mãe; ao passo que seria difícil obter a Noiva tal resultado do noivo que previamente Ela não houvesse conseguido converter ao Positivismo".[84]

Levando-se em consideração a exigência comtiana de que a noiva tivesse 21 anos contra 28 do noivo à época do casamento e que o número de positivistas religiosos reunidos na IPB era extremamente reduzido, somando apenas algumas poucas dezenas, a possibilidade de que Sofia Mariana encontrasse um noivo adequado era bastante remota. Ao vetar o casamento com alguém que não fosse positivista, Torres Gonçalves praticamente induziu a filha a permanecer solteira.

Concluindo aquela missiva tão significativa, Torres Gonçalves ainda lembrou à filha as obrigações que, na condição de mulher, lhe cabiam:

> "Tu já revelaste possuir os germens das principais qualidades da Mulher - ternura e pureza - que a fazem superior ao homem, em um ser intermediário entre ele e a Humanidade. Mas esta mesma superioridade torna também maiores os deveres morais da Mulher. Respeitosa com os superiores, fraternal com os iguais, bondosa para com todos, em qualquer condição, deve a Mulher, como Mãe, Esposa, Filha, Irmã, Criada, constituir-se em verdadeiro Anjo da Guarda dos seres em cuja intimidade convive.
> Assim desejo eu ver-te, devotada a todos e querida de todos, como Filha verdadeira da Humanidade e sua constante servidora".[85]

[84] Idem, ibidem.
[85] Idem, ibidem.

A ternura do pai pela filha parece bem evidente na carta em questão. Não menos importante, embora mais sutil, é o aspecto limitador que a missiva apresenta ao restringir os horizontes de Sofia.

Sete anos depois, em 11 de fevereiro de 1926, na data em que Sofia Mariana completava 21 anos de idade, Torres Gonçalves voltou a lhe escrever. Começou lembrando a carta que lhe escrevera quando ela completara quatorze anos e citando algumas máximas de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux acerca da condição feminina, para depois acrescentar:

> "Especialmente desejo tratar de dois pontos:
> O primeiro é o da tua admissão, ou antes, confirmação na Igreja fundada por Miguel Lemos, onde já recebeste o sacramento inicial, da Apresentação, no Templo do Rio de Janeiro. Todo o arrastamento em semelhante assunto sendo perigoso, limitar-me-ei a dizer-te que respeitarei cuidadosamente a tua espontânea iniciativa a respeito.
> O segundo é o Casamento. Conquanto toda a mulher deva aspirar a um digno matrimônio, e hajas atingido a idade em que esse delicadíssimo problema pode ser encarado com madureza, entretanto, cumpre não esqueceres o quanto preferível é o estado de solteira, a uma escolha desacertada. Nos outros afetos, especialmente na ternura consagrada a filhos de adoção, conseguirá a mulher encontrar atenuações para a falta do apego principal.
> Possas tu, querida Sofia Mariana, no culto da nossa Deusa, das tuas Padroeiras e dos outros mortos queridos que possuímos, bem como na assistência objetiva das boas naturezas que te cercam, a começar por tua dedicada Mãe, encontrares amparo e estímulo para uma digna existência, no serviço da Família, da Pátria e da Humanidade.
> Tais são os votos do teu pai, que muito te ama.
> (a) Carlos".[86]

Portanto, além de pedir a Sofia uma definição quanto a sua plena adesão à IPB, Torres Gonçalves ratificou seu descontentamento com um eventual casamento da filha com algum rapaz que não fosse seguidor da religião da Humanidade e reafirmou o desejo de que ela dedicasse a existência ao serviço da família, da pátria e da humanidade.

Acerca do primeiro ponto, cabe ressaltar que nenhum dos seis filhos de Carlos Torres Gonçalves aderiu plenamente à IPB na idade adulta, embora todos tenham recebido o primeiro sacramento, o da apresentação.[87] Mesmo

[86] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Sofia Mariana Torres Gonçalves, 11 de fevereiro de 1926. ACTG.
[87] Sofia Mariana foi a única a ser apresentada no Templo do Rio de Janeiro, na viagem ocorrida em 1905, tendo como padrinhos positivistas José Mariano de Oliveira e sua esposa. A

assim, todos continuaram freqüentando os cultos positivistas e colaborando materialmente com aquela instituição religiosa.

Não foi possível apurar se Torres Gonçalves tomou a iniciativa de redigir para suas três outras filhas cartas semelhantes àquelas por ele enviadas para Sofia Mariana. Talvez ele se encontrasse em Porto Alegre nas datas em que

Rozália Beatriz, Clotilde Tereza e Branca Marina completaram seus 14 e 21 anos de idade, de forma que pode ter transmitido oralmente a elas os conselhos que escreveu para sua filha primogênita. O fato é que, das quatro filhas, apenas Clotilde Tereza se casou, as demais permanecendo solteiras e morando com os pais por toda a vida. Pretendentes não faltaram às belas moças de boa família. Porém, além da dificuldade de encontrar moços positivistas disponíveis e em idade de casar, como queria Torres Gonçalves, havia outro obstáculo para que suas filhas casassem. Tal empecilho decorria da imagem idealizada que elas tinham do pai, ofuscando os predicados desses possíveis pretendentes. De qualquer

---

apresentação de Rozália Beatriz ocorreu em Porto Alegre, no dia 13 de abril de 1919, tendo como padrinhos os confrades Arthur Homem de Carvalho e sua esposa Maria Clemência de Carvalho. A apresentação de Clotilde Tereza ocorreu em 7 de outubro de 1920, tendo por padrinhos os confrades gaúchos Ozório de Azambuja Cidade e sua esposa Maria Raquel Sá Brito Cidade. A apresentação de Jorge Baiardo ocorreu em 12 de julho de 1922, sendo padrinhos o confrade do Rio de Janeiro Venâncio Neiva e sua esposa. A apresentação de Paulo Trajano, em 2 de junho de 1923, teve por padrinhos o positivista pernambucano radicado em São Paulo Luciano Godofredo de Sousa Pinto e sua esposa. Finalmente, a apresentação de Branca Marina ocorreu em 10 de janeiro de 1925, sendo padrinhos Adolpho Torres Gonçalves e Tarcília Só Gonçalves, respectivamente irmão e cunhada de Carlos Torres Gonçalves. Sobre esta última cerimônia, o jornal *A Federação* publicou uma notícia descrevendo-a minuciosamente em sua edição de 13 de janeiro de 1925. Tal notícia transcreve as palavras pronunciadas por Faria Santos, oficiante da cerimônia, que outras coisas, afirmou: "a educação das crianças é uma função feminina; não há outra mais difícil e que melhor caiba à mulher do que a de formar homens, mais difícil do que as grandes coisas por estes já realizadas ou que possam vir a realizar, o que torna cada vez mais urgente a necessidade da concentração da mulher no lar".

* Fotografia de Carlos Torres Gonçalves com sua filha primogênita Sofia Mariana Torres Gonçalves diante da residência da rua José Bonifácio, em Porto Alegre. Princípio da década de 1930. ACTG.

modo, se pode depreender que as mesmas diretrizes educacionais foram ministradas a todas as filhas de Torres Gonçalves.

Se os conselhos dados por Torres Gonçalves às filhas versaram essencialmente sobre questões concernentes à família, o mesmo não ocorreu nos conselhos dados a seus dois filhos do sexo masculino. É provável que Jorge e Paulo também tenham recebido ensinamentos acerca da atitude que deveriam adotar em relação ao "sexo altruísta", mas as indicações pedagógicas de Torres Gonçalves aos seus filhos concentraram-se principalmente em assuntos de natureza política e social. Pelo menos é o que demonstra um texto que Torres Gonçalves redigiu entre agosto e outubro de 1934, enquanto se recuperava de uma operação intestinal.[88] Intitulado "Atitude dos jovens positivistas em face da militarização do País e outras aberrações contemporâneas", e com o subtítulo "Notas para J. e P.", nele o positivista gaúcho teceu uma série de considerações acerca da complexa conjuntura histórica brasileira e mundial no período de entre-guerras.

Naquela época Jorge e Paulo tinham respectivamente 25 e 24 anos, de modo que estavam em idade de serem chamados para que servissem às forças armadas em caso de conflito bélico. Deste modo, Torres Gonçalves destinou quatro das doze notas que compõem o texto em questão para aconselhar os filhos a não contribuírem para a militarização da sociedade. Assim, não deveriam eles voluntariamente servir nos "Tiros de Guerra", embora devessem se submeter ao sorteio militar. Porém, no caso de invasão do país, deveriam servir voluntariamente. Mas, ao contrário, no caso do Brasil ser o país agressor, deveriam colocar-se ao lado do país agredido, pois assim estariam correspondendo "aos destinos da Pátria própria, que não podem ser confundidos com os desvarios dos governantes de um momento". No caso de guerra civil, os jovens positivistas deveriam servir à Cruz Vermelha, sem tomar partido entre as facções em luta. Entretanto, no caso de tentativas retrógradas de restauração monárquica ou de estabelecimento de um regime fascista, tal

[88] Torres Gonçalves gozou de boa saúde ao longo de sua longa existência. Entretanto, a despeito de seu regime vegetariano, distúrbios digestivos o atormentaram em diversos momentos. A operação intestinal acima referida teria sido realizada pelo Dr. Blessmann, segundo informação oral de seus filhos. A circunstância em que foi escrito o texto em questão foi anotada na margem pelo próprio Torres Gonçalves.

como os existentes na Alemanha e na Itália, lhes caberia prestar apoio, mesmo militar, aos governos do momento.[89]

Portanto, seguindo as diretrizes comtianas que rejeitavam as transformações da ordem social por meio da força, Torres Gonçalves desaconselhava aos filhos o engajamento militar, ressalvando os casos em que o regime republicano estivesse ameaçado. De outra parte, chama a atenção o seu precoce engajamento antifascista, num momento em que os regimes políticos de Hitler e de Mussolini tinham muitos simpatizantes nos demais países ocidentais.

As cinco notas seguintes que compõem o texto que Torres Gonçalves escreveu para Jorge e para Paulo tratam de questões políticas e sociais. Em

especial, o pai alertava os filhos para a proximidade de uma revolta proletária, "em conseqüência da ignorância ou menosprezo das soluções da política científica, dando satisfação ao mais exigente programa comunista". Neste caso, Torres Gonçalves aconselhava que os jovens positivistas apontassem às massas proletárias os erros por elas cometidos, principalmente na quebra da continuidade histórica e na confusão entre os poderes temporal e espiritual. Lembrando o lema comtiano "O capital é social na origem e deve sê-lo na aplicação", Torres Gonçalves afirmava que o trabalho jamais pode faltar, caso contrário tais revoltas populares seriam inevitáveis.

O texto também chamava a atenção dos filhos para os males da intromissão do governo em toda a atividade industrial "por meio de decretos raiando com a infantilidade", assim artificializando indústrias, gerando a guerra econômica e tarifária e encarecendo a vida. Torres Gonçalves também destacou os malefícios da "pedantocracia acadêmica" instituída através de uma

* Fotografia de Carlos Torres Gonçalves com seu filho Jorge Baiardo, em Erechim, 1930. ACTG.

[89] "Atitude dos jovens positivistas em face da militarização do País e outras aberrações contemporâneas (notas para J. e P.)". Texto datilografado de Carlos Torres Gonçalves, 1934. ACTG.

ciência oficial, detentora dos ensinos secundário e superior, que distribuía privilégios. No seu entender, baseado nos dogmas positivistas, as academias ignorariam a ciência das sociedades e a ciência do homem individual - ou "moral científica". Deste modo, Torres Gonçalves conclamava os jovens positivistas a reagir contra os privilégios dispensados aos portadores de diplomas acadêmicos, mesmo com os prejuízos materiais decorrentes. Seguindo tal conselho, estariam eles contribuindo para evitar a convulsão comunista, cujo perigo decorreria do desconhecimento "da ordem universal que nos domina, constituída do conjunto das leis naturais, independentes da nossa vontade". Lembrou ainda as palavras de Comte, para quem, "se o positivismo não prevalecesse a tempo para presidir a pacífica transição derradeira do regime teológico-militar (...) para o regime normal, científico-industrial-pacífico, teríamos de suportar a luta contra um selvagem comunismo".[90]

As palavras de Torres Gonçalves não ficaram sem alguns efeitos práticos, ao menos no que diz respeito às vidas de Jorge Baiardo e de Paulo Trajano, seus filhos. De fato, ao contrário do pai, que obteve diploma de engenheiro na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Jorge e Paulo não foram incentivados a obter formação superior. Inversamente, Torres Gonçalves aconselhou-os para que ocupassem funções proletárias. Deste modo, quando tinham respectivamente dezesseis e quinze anos, em 1925, ambos seguiram para a região norte do Rio Grande do Sul, onde, sob a supervisão de Frederico Westphalen, amigo e subalterno de Torres Gonçalves na Diretoria de Terras e Colonização, iniciaram-se no mundo do trabalho realizando medições dos lotes que eram distribuídos aos colonos. Como eram menores, o pai aconselhou Westphalen a lhes pagar apenas a metade do valor que os trabalhadores normalmente recebiam.[91]

Cabe lembrar que a sociedade brasileira deixara de conviver com a instituição do escravismo havia pouco e que o preconceito contra o trabalho braçal era ainda muito grande entre a elite brasileira. Dessa forma, Torres Gonçalves agiu de maneira inversa à tendência dominante entre os demais chefes de família de sua classe social, que procuravam assegurar aos filhos

[90] Idem, ibidem.
[91] Cf. Informações orais transmitidas por Jorge Baiardo Torres Gonçalves.

uma formação superior e assim possibilitar-lhes a ocupação de posições sociais de relevo.

Também chama a atenção a crítica feita por Torres Gonçalves ao intervencionismo estatal, bastante intensificado a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder federal, em 1930.

Finalmente, as últimas quatro notas redigidas por Torres Gonçalves destacam a adequação das soluções propostas por Comte para dissipar as "ilusões comunistas" e para implementar as soluções da "política científica", além de destacar os exemplos a serem seguidos de São Paulo, de São Francisco de Assis e de Mahatma Gandhi, que teriam aplicado o altruísmo em suas lutas sociais. O texto se encerra com a afirmação de que o "destino irrevogável" do positivismo é o de promover o desfecho da evolução humana pelo conhecimento das leis naturais e pela preeminência do "sexo amante personificado em Clotilde de Vaux".[92]

Para Torres Gonçalves e para os positivistas ortodoxos, com base na formulação de Auguste Comte, o casamento e a constituição da família eram os assuntos mais importante na vida de qualquer indivíduo, pois de tais instituições sociais dependeria a regeneração de toda a humanidade. Tendo em vista que os familiares do engenheiro gaúcho procuraram agir em relação a este e a outros assuntos de modo a não desagradá-lo, a atividade pedagógica de Torres Gonçalves entre aqueles que compartilhavam de sua privacidade no cotidiano parece ter sido bem sucedida.

Embora de maneira difusa, o positivismo exerceu forte influência sobre a cultura do mundo ocidental durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Mas raros foram aqueles que levaram a adesão ao ideário comtiano tão longe quanto Torres Gonçalves, que nele buscou inspiração para constituir sua família. Portanto, podem ser considerados excepcionais o grau e a forma como nele se deu a recepção do positivismo.

[92] Cf. "Atitude dos jovens positivistas...". Texto de Carlos Torres Gonçalves. ACTG.

Capítulo 3

Torres Gonçalves, conselheiro e ancião

3.1 – A instituição familiar na ótica de Torres Gonçalves

Não foi apenas nas sucessivas condições de noivo, de marido e de pai que Torres Gonçalves refletiu e escreveu sobre a importância da família. Indo além das preocupações pessoais quanto ao tema, ele também produziu cartas em que abordou a situação familiar de amigos e de conhecidos. Na condição de propagandista da religião da Humanidade, Torres Gonçalves escreveu textos e proferiu discursos acerca da situação feminina e da instituição familiar, assim procurando participar de debates públicos de âmbito nacional.

É interessante notar que, enquanto propagandista da religião positivista e alto funcionário do governo do Estado do Rio Grande do Sul, Torres Gonçalves desfrutava de grande prestígio social. Em função da influência exercida pelo positivismo comtiano sobre a cúpula do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), o prestígio de Torres Gonçalves era grande mesmo entre os demais funcionários públicos, muitas vezes dispostos a bajulá-lo com o objetivo de obterem vantagens. Desse modo, muitos funcionários da Secretaria de Obras Públicas (SOP) freqüentavam as cerimônias promovidas pelo núcleo da Igreja Positivista do Brasil (IPB) em Porto Alegre e para ele contribuíam financeiramente. É certo que em muitos a simpatia era espontânea, mas em outros tantos era a ambição que os levava a buscar uma aproximação com os positivistas religiosos gaúchos.

Não se sabe em qual desses grupos se inseria Mário Miranda, funcionário da SOP. Mas o certo é que seu nome constava entre os contribuintes das atividades desenvolvidas pelo núcleo sul-rio-grandense de

positivistas ortodoxos. Em março de 1911 ele escreveu uma carta a Torres Gonçalves onde relatava sua intenção de separar-se legalmente de sua esposa, com quem teria se incompatibilizado. Sabedor de que estava indo de encontro ao dogma positivista acerca da indissolubilidade do casamento e, portanto, dando um "mau exemplo", Miranda justificava por esse fato sua intenção de não mais comparecer às reuniões dos simpatizantes da religião da Humanidade em Porto Alegre, com pesar seu.

Em sua resposta, dois meses depois, após lamentar a situação doméstica de Mário Miranda, Torres Gonçalves lembrou-lhe o caso particular de Auguste Comte em relação à Caroline Massin e afirmou que, em certos casos, "a separação entre esposos pode constituir até um ato de dignidade aconselhado pelas situações respectivas". Acrescentou ainda que, justamente em face das dificuldades em que seu subalterno se encontrava, mais útil seria o apoio moral proporcionado pela doutrina que ambos procuravam seguir, de modo que o aconselhou a continuar a freqüentar as reuniões dos positivistas ortodoxos.[1]

Nesse episódio do âmbito privado de um correligionário, mais uma vez houve sintonia entre a posição adotada por Torres Gonçalves e as proposições feitas por Comte, que admitia a separação do casal quando a infâmia de uma das partes acabava afetando a outra. Entretanto, assim como o viúvo não deveria voltar a se casar, o cônjuge que se separasse deveria manter-se casto, evitando assim a "poligamia subjetiva".[2]

A autoridade moral que Carlos Torres Gonçalves tinha entre seus contemporâneos transparece em um outro episódio, envolvendo Alfredo Carlos Schell Felizardo, filho de seu falecido amigo Joaquim José Felizardo Júnior. Alfredo Felizardo havia entrado para a IPB em 1922, tendo Torres Gonçalves e Faria Santos como padrinhos. Também contando com o apoio de Torres

[1] As cartas trocadas entre Mário Miranda e Carlos Torres Gonçalves foram copiadas e enviadas por este último para Teixeira Mendes em carta de 13 de maio de 1911. AIPB.

[2] Conforme escreveu Auguste Comte no *Catecismo Positivista*, "Verdadeiramente, só existe um único caso em que a união conjugal deva ser legalmente dissolvida, e vem a ser quando um dos cônjuges é condenado a uma pena infamante qualquer, que o fere de morte social. Nas outras perturbações, a indignidade suficientemente prolongada pode somente determinar a ruptura moral do laço, o que produz uma separação pessoal, mas sem permitir um novo casamento. A religião positiva impõe ao inocente uma castidade compatível com a mais profunda ternura. Ainda que esta condição lhe pareça rigorosa, deve ele aceitá-la, primeiro atendendo à ordem geral, e depois como uma justa conseqüência de seu primitivo erro". In: COMTE, *Catecismo pozitivista*. 4ª ed. Rio de Janeiro: IPB, 1934 (10ª conferência), p. 342.

Gonçalves, passou ele a trabalhar na Comissão de Terras de Erechim, onde acabou se envolvendo com uma mulher e assim gerando um escândalo naquela cidade. Em decorrência, em carta escrita em janeiro de 1926, Alfredo Felizardo solicitou a seu padrinho que rompesse as relações que mantinha com ele, de modo a evitar que sua conduta prejudicasse a propaganda positivista no Rio Grande do Sul.[3]

Não foi possível encontrar nenhuma referência a tal episódio entre os escritos de Torres Gonçalves, mas tudo indica que ele tenha conseguido contornar a situação através da transferência de seu jovem pupilo, de quem fora tutor na infância, para outra localidade. Alfredo Felizardo permaneceu trabalhando na Diretoria de Terras e Colonização, comandada por Torres Gonçalves, e permaneceu como confrade da IPB até 1931, quando voluntariamente solicitou seu desligamento.

Poucos tempo depois, em julho de 1926, Torres Gonçalves recebeu uma outra carta reveladora da imagem de moralidade ilibada que seus contemporâneos projetavam sobre ele e sobre os demais propagandistas da religião da Humanidade. Naquele mês o conhecido advogado Mário Cinco Paus, com escritório estabelecido no centro de Porto Alegre, escreveu uma carta a Torres Gonçalves, Faria Santos, Homem de Carvalho e Ozório de Azambuja Cidade, confrades gaúchos da IPB. Nela, apelando ao "alto espírito dos que dirigem a Igreja da Humanidade entre nós", o advogado denunciou a violência cometida contra "mulheres públicas" residentes na praça Marechal Deodoro que tiveram suas casas invadidas por policiais e que foram levadas à presença do sub-intendente do 1º distrito, onde foram "recriminadas por uma culpa que não é delas, por exercerem uma profissão que é a mais antiga que se conhece" e obrigadas a assinar uma intimação pela qual se comprometiam a abandonarem as casas. Criticando o sub-intendente por querer legislar sobre a moral, o que seria atribuição exclusiva do poder espiritual, Mário Cinco Paus conclamou os adeptos gaúchos da religião da Humanidade, na condição de "mais legítimos interpretadores das leis que regulam as nossas liberdades", a que manifestassem publicamente sua opinião sobre aquele tema, pois,

[3] Cf. Carta de Alfredo Felizardo para Carlos Torres Gonçalves, 9 de janeiro de 1926. ACPPA. Alfredo Felizardo havia manifestado interesse em casar com Sofia Mariana Torres Gonçalves, que não aceitou a proposta. Talvez a recusa estivesse relacionada com esse episódio.

argumentou, “entre todos os povos civilizados é princípio corrente que, quando não se pode opor o entrave da lei à prostituição, deve-se tolerá-la”.[4]

Infelizmente não foi possível localizar qualquer manifestação de Torres Gonçalves e dos demais positivistas religiosos sul-rio-grandenses acerca de tal consulta. Seria interessante saber como eles saíram desse dilema, em que os princípios positivistas que asseguram a liberdade de profissão e a separação entre os poderes temporal e espiritual foram utilizados pelo hábil advogado para tentar obter o apoio deles para a liberação do exercício da prostituição. Um detalhe relevante no caso é que a praça Marechal Deodoro, também conhecida como praça da Matriz, onde as referidas mulheres moravam, nada mais era do que a principal praça da cidade, em torno da qual se localizavam a Igreja Matriz, o Palácio Piratini (sede do governo estadual), o prédio da Assembléia dos Representantes, o prédio do Tribunal de Justiça e também o prédio da Secretaria de Obras Públicas. De qualquer modo, é adequado supor que os positivistas ortodoxos gaúchos preferiram evitar tomar partido em tal polêmica.

Porém, se optaram por se omitir no episódio acima relatado, numerosas foram as intervenções de Torres Gonçalves e de seus companheiros de propaganda em debates públicos sobre temas envolvendo a situação da mulher e da família.

A mais antiga manifestação pública de Torres Gonçalves a respeito da situação feminina e da instituição familiar ocorreu no dia 15 de agosto de 1908, data em que os positivistas religiosos comemoravam a “Festa da Mulher”. A cerimônia ocorreu em uma noite chuvosa, fazendo com que o público ficasse abaixo do esperado, apesar dos anúncios publicados nos jornais daquele dia. Entre os presentes estava o major Gonçalves de Almeida, diretor do jornal *A Federação*, que assegurou a publicação de uma pequena resenha da cerimônia no dia seguinte e, alguns dias depois, da íntegra do discurso proferido na ocasião por Torres Gonçalves.

Após a execução de algumas peças musicais pelas filhas de Faria Santos, pelas irmãs de Felizardo Júnior e algumas outras jovens de famílias simpáticas ao positivismo, Torres Gonçalves leu o poema “Hino à mulher”, do

[4] Cf. Carta de Mário Cinco Paus para Carlos Torres Gonçalves et alii, 1º de julho de 1926. ACPPA.

confrade José Mariano de Oliveira, e deu início ao seu discurso. Nele o engenheiro gaúcho lembrou que a data de 15 de agosto marcava para os católicos a entrada da "Virgem-Mãe" de Jesus no paraíso, sendo escolhida pelos positivistas para a celebração da "Festa da Mulher" como uma forma de homenagem à religião de "nossas mães", cujo culto de "Nossa Senhora" seria um preâmbulo do culto da "Virgem-Mãe" da religião positivista. Em seguida, Torres Gonçalves iniciou uma longa exposição sobre a situação da mulher nas distintas fases do desenvolvimento humano, apoiando-se na "lei dos três estados" de Auguste Comte.[5]

Deste modo, Torres Gonçalves procurou demonstrar que a poligamia era uma necessidade nas sociedades fetichistas dos primórdios, intuitivamente estabelecendo o princípio que Comte considerava fundamental para a ordem doméstica: "O homem deve sustentar a mulher". Mais tarde, nas sociedades politeístas grega e romana, a monogamia teria contribuído para o avanço da civilização, apesar da vigência do divórcio. Na Idade Média, com o advento do monoteísmo cristão e a supressão do divórcio, teria se verificado um aperfeiçoamento social mediante o surto da influência feminina. Entretanto, o cristianismo atribuía à mulher a origem da perdição do homem, o que não impediu que Comte e seus seguidores enaltecessem os códigos medievais de cavalheirismo.[6]

Entretanto, segundo discursou Torres Gonçalves à sua platéia naquela noite de 1908, a decadência do catolicismo, a fundação da sociologia por Auguste Comte em 1822 - através da formulação da "lei dos três estados – e a influência exercida por Clotilde de Vaux permitiram que o fundador do positivismo colocasse as bases da elaboração da religião da Humanidade, no entender do positivista gaúcho, a única que prestaria o devido culto à mulher.[7]

Segundo Torres Gonçalves, ao traçar um paralelo entre o catolicismo e a religião fundada por Auguste Comte:

---

[5] In: *A Federação*, Porto Alegre, 19 de agosto de 1908.
[6] Idem, ibidem.
[7] Para abordar a situação da mulher ao longo das distintas etapas da história, provavelmente Torres Gonçalves se apoiou na leitura da quarta conferência do *Discours sur l'ensemble du positivisme*, intitulada "Influence féminine du positivisme", texto escrito e publicado por Comte em 1848 e depois reproduzido como discurso preliminar ao primeiro tomo do *Système de politique positive* (1851-1854). Portanto, se pode depreender que Torres Gonçalves estivesse avançando em suas leituras do conjunto da obra de Auguste Comte, não mais se restringindo ao *Catecismo Positivista* e às cartas por esse escritas para Clotilde de Vaux.

> "(...) quando a Mulher conhecer as satisfações morais que o Positivismo dá aos seus mais caros e íntimos anelos, não poderá hesitar entre uma religião que a erige em fonte de todo o mal, causa da perdição do homem, que proclama as inclinações benévolas como alheias à nossa natureza e só devidas à graça de Deus, que desconhece a dignidade do trabalho ao ponto de fazê-lo derivar de uma maldição divina (...), repetimos, ela não poderá vacilar entre essa religião e a Religião da Humanidade, que erige a Mulher em fonte de todos os nossos aperfeiçoamentos morais, de toda a nossa felicidade, nossos verdadeiros anjos da guarda (...)".[8]

Na passagem acima, Torres Gonçalves tinha em vista o público feminino que assistia à sua exposição, onde boa parte das mulheres ainda estava sob a influência do cristianismo.

Mais adiante, dirigindo-se aos homens presentes àquela cerimônia em que os positivistas sul-rio-grandenses comemoravam a "Festa da Mulher", Torres Gonçalves procurou engajá-los no esforço para atrair o "sexo altruísta" para a religião concebida por Auguste Comte, que seria fundamental para sua vitória sobre as demais concepções religiosas:

> "Pois bem, esforcemo-nos em mostrar à mulher por todos os meios ao nosso alcance, sobretudo por um sincero apreço pela sua ternura e um profundo respeito à sua pureza e às suas veneráveis crenças católicas, a excelência da nossa Fé. E que a sua conversão ao Positivismo guarde ele o culto da Virgem medieva, pois constitui esse culto o traço da união mais decisivo entre a fé antiga e a fé nova que vem surgindo. (...).
> Mas assim como nenhuma das sínteses provisórias que o antecederam conseguiu prevalecer sem o concurso feminino, também o Positivismo não será implantado enquanto a Mulher não vier trazer-nos o apoio irresistível da sua adesão. Quando, porém, nós contarmos com esse apoio, a vitória final da Religião da Humanidade, que é a Religião demonstrável, ficará irrevogavelmente assegurada. Nesse dia também terão cessado todas as desgraças que hoje nos infelicitam, e uma aurora de amor, de paz e de felicidade terá raiado para a Humanidade".[9]

Embora com a pretensão de ser uma religião calcada em bases científicas, a religião positivista não prescindia da utopia, como se percebe nas palavras finais da citação acima, onde transparece a crença de que a vitória do positivismo coincidiria com o ápice e o término da história humana.[10]

---

[8] In: *A Federação*, Porto Alegre, 19 de agosto de 1908.
[9] Idem, ibidem.
[10] A respeito do propósito de Auguste Comte de apresentar-se como herdeiro e continuador das revoluções do passado, ao mesmo tempo em que pretendia torná-las impossíveis no futuro, Annie Petit observou que o filósofo de Montpellier elaborou um discurso que transitava entre a matriz científica da história e a profecia visionária. Cf. PETIT, Annie. "La révolution

Nas atividades do núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos, não era comum que fosse Torres Gonçalves o palestrante, como ocorreu naquela noite de agosto de 1908. Em geral, as manifestações orais nas cerimônias religiosas ficavam a cargo de Faria Santos, o mais velho dos confrades gaúchos da IPB. De outra parte, nas manifestações escritas do núcleo a iniciativa e a redação final dos textos cabiam a Torres Gonçalves, como ficava evidenciado por sua assinatura abaixo das demais, independentemente da ordem alfabética ou da idade dos subscritores.

Em junho de 1912, sob o título "Contra o divórcio", o jornal porto-alegrense *O Diário* reproduziu uma carta enviada por Faria Santos, Homem de Carvalho e Torres Gonçalves. Em tal missiva os positivistas ortodoxos cumprimentavam o redator daquele jornal pelos conceitos expressos em artigo anteriormente publicado sobre o divórcio. Na opinião de Torres Gonçalves e de seus confrades, "semelhante aberração constitui o mais grave atentado possível contra a sociedade, pois visa destruir a base fundamental desta – a Família".[11]

Após exaltar a instituição do casamento, os seguidores de Auguste Comte passaram a contestar o projeto apresentado por um deputado com o objetivo de legalizar o divórcio no Brasil, indagando:

> "Como, pois, admitir-se, sem grave infração moral, que o poder temporal venha estorvar o livre surto das nobres tendências da natureza humana, em vez delas procurando estimular o egoísmo, facilitando a inconstância e a frivolidade das afeições, mediante o estabelecimento do divórcio?"[12]

Desta maneira, Torres Gonçalves e seus confrades conclamavam os leitores do jornal a se engajarem numa "santa cruzada" contra a aprovação daquele projeto de lei por parte do poder legislativo, lembrando que positivistas e católicos deveriam estar unidos naquela causa. É interessante notar que alguns dos defensores da legalização do divórcio procuravam justificar a possibilidade de dissolver o laço conjugal e de voltar a contrair novos

---

occidentale selon Auguste Comte: entre l'histoire et l'utopie". In: *Revue de Synthèse*, IV série, n.º 1, jan.-mar. 1991, p. 21-40.

[11] In: *O Diário*, Porto Alegre, 29 de junho de 1912. Esta notícia, bem como mais de outras mil, encontra-se num dos sete cadernos em que Torres Gonçalves reuniu, entre 1896 e 1934, recortes de jornais de várias localidades do país e do mundo com notícias acerca do positivismo. ACPPA.

[12] Idem, ibidem.

matrimônios com base no preceito comtiano que afirmava a "liberdade de testar".[13]

Outra interessante intervenção pública feita por Torres Gonçalves e por Faria Santos acerca dos papéis sociais reservados às mulheres ocorreu em 1915. Naquele ano os dois engenheiros positivistas tomaram a iniciativa de enviar à Assembléia dos Representantes uma breve carta através da qual protestaram publicamente contra a concessão de auxílio financeiro para que uma jovem fosse estudar piano na Europa, alegando que assim os deputados a estariam desviando de sua "suprema função feminina", ou seja, das funções de filha, de esposa e de mãe, conforme indicara Auguste Comte.[14]

Naquele período também estava se intensificando a campanha para que as mulheres obtivessem o direito ao voto. Por uma questão de princípios, os positivistas ortodoxos eram contrários à democracia, percebida como uma forma de manifestação do pensamento metafísico. Maior ainda era sua oposição à participação das mulheres na política, seja como eleitoras, seja como candidatas, pois sua atuação social deveria se restringir ao âmbito do lar. Em decorrência, o movimento feminista teve intensa oposição dos seguidores da religião da Humanidade no Brasil.[15]

---

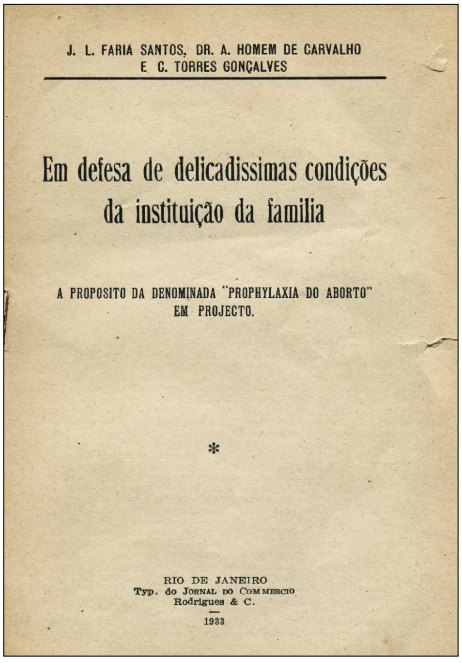
[13] Sobre tal enfoque ver o artigo "O divórcio e a liberdade de testar", do advogado Carvalho de Mendonça, inicialmente publicado em *O Paiz*, do Rio de Janeiro, e depois reproduzido em *A Federação*, de Porto Alegre, em 29 de junho de 1912. ACPPA.

[14] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres (org). *Notícia da propaganda pozitivista no estado do Rio Grande do Sul (anos 1914 e 1915)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1917, p. 22-23.

[15] Não localizei nenhuma manifestação explícita de Torres Gonçalves acerca do voto feminino e do movimento feminista. Mas em sua correspondência passiva consta um interessante recorte de jornal enviado por seu amigo Venâncio Neiva, padrinho de seu filho Jorge Baiardo. Esse confrade de Torres Gonçalves publicou em um jornal não identificado do Rio de Janeiro, no dia 28 de agosto de 1928, o artigo "O voto feminino", onde apelava para que as mulheres não se deixassem influenciar pela "perniciosa campanha" para que conquistassem o direito ao voto, argumentando: "Não é que os positivistas julguem, como outras pessoas, que a mulher não têm competência para essas funções. Pelo contrário, essas funções é que não são dignas da mulher, que tem outras mais elevadas a desempenhar, as quais não o podem ser pelos homens. Refiro-me especialmente à sua função de educadora dos filhos, de anjo tutelar do seu esposo, do seu pai e dos seus irmãos, da providência moral da sociedade, pela influência espontânea das suas virtudes". Mais adiante, dirigindo-se aos seus leitores do sexo masculino, Venâncio Neiva acrescentou: "Em benefício tanto da humanidade em geral como, individualmente, da mulher e do homem, é preciso que em vez da propaganda do feminismo, isto é, da masculinização da mulher, se faça intensa e ardorosa propaganda para que o homem auxilie a mulher a desempenhar cada vez melhor a sua santa missão de *Mater puríssima, Mater castíssima, Mater intemerata, Mater amábilis, Virgem veneranda, Virgem clemente, Espelho da justiça, Causa de nossa alegria, Rosa mística, Salvação dos enfermos, Refúgio dos pecadores, Consoladora dos aflitos,* (...) como deusa que é do lar e providência moral da espécie humana". O grifo consta do texto original.

A partir do início da década de 1930, na Alemanha e em outros países da Europa, começaram a ser tomadas medidas de eugenia em larga escala. O Brasil não ficou alheio a tal questão. Em 1933, um congresso médico realizado em Porto Alegre debateu um projeto de lei que tramitava em nível federal visando à regularização do "aborto profilático". Os positivistas religiosos gaúchos não poderiam ficar à margem de um debate de tal magnitude, tendo em vista que ele dizia respeito à família, que no entender deles era a "célula da sociedade".

Deste modo, no dia 6 de julho de 1933, sob o título "Em defesa de delicadíssimas condições da instituição da família – a propósito da denominada 'profilaxia do aborto' em projeto", os engenheiros Torres Gonçalves e Faria Santos, juntamente com o médico Homem de Carvalho, publicaram no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, um artigo abordando a idéia de regularização do aborto em determinadas situações. No entender deles, a questão envolveria um dos mais importantes problemas humanos, pois dizia respeito à procriação da espécie.


J. L. FARIA SANTOS, DR. A. HOMEM DE CARVALHO
E C. TORRES GONÇALVES

Em defesa de delicadissimas condições da instituição da familia

A PROPOSITO DA DENOMINADA "PROPHYLAXIA DO ABORTO" EM PROJECTO.

*

RIO DE JANEIRO
Typ. do JORNAL DO COMMERCIO
Rodrigues & C.
1933

O artigo começa com uma citação da décima conferência do *Catecismo Positivista*, que versa sobre o "Regime privado", na qual Auguste Comte criticava a tentativa de interferência do poder político na questão envolvendo a procriação humana, pois tal assunto deveria ser tratado exclusivamente pelo poder espiritual.[16]

* Capa do folheto que reproduziu o artigo de Torres Gonçalves, Faria Santos e Homem de Carvalho anteriormente publicado no *Correio do Povo,* criticando tentativa de legalização do aborto.

[16] A íntegra do trecho do *Catecismo Positivista* de Comte citado por Torres Gonçalves e seus companheiros foi a seguinte: "Muitas moléstias se transmitem, e mesmo se agravam, pela hereditariedade; de sorte que milhares de crianças nascem enfezadas para pouco depois morrerem, sem que sua existência tenha nunca deixado de ser um fardo. Na civilização moderna, em que todos os nascimentos são igualmente protegidos, esses tristes resultados multiplicam-se mais do que entre os antigos, que destruíam a maior parte dos descendentes débeis. Se prescutássemos suficientemente esta grande questão (da procriação humana), talvez achássemos que a quarta parte das populações ocidentais deveria sabiamente abster-se de toda a procriação, para que tal função ficasse concentrada nos pares convenientemente dotados. Quando a propagação de nossa espécie merecer os mesmos cuidados que a das

Com base nos ensinamentos do filósofo francês, Torres Gonçalves, Faria Santos e Homem de Carvalho assim se manifestaram sobre a tentativa de se criar uma legislação sobre o aborto:

> "Sem dúvida, em casos excepcionais, cuidadosamente apreciados, constitui ainda dolorosa fatalidade nos resignarmos ao sacrifício do feto em defesa da Mãe, isto é, ao sacrifício do ser que é apenas uma promessa em favor da existência que já é uma realidade cheia de responsabilidades perante a Família, a Pátria e a Humanidade. Quanto, porém, à limitação da procriação humana aos pares convenientemente dotados, cumpre aguardar-se o melhoramento das condições morais da existência da família mediante a livre aceitação da castidade, conforme a solução indicada no (...) *Catecismo Positivista*".[17]

Portanto, nos casos em que a vida da mãe corresse risco, os membros da IPB admitiam o aborto, mas não como forma de evitar o nascimento de crianças defeituosas. Com relação aos adultos portadores de doenças hereditárias, os positivistas ortodoxos também não aceitavam que o Estado tentasse impedir que eles se casassem. Lembravam apenas a conveniência de que eles se mantivessem castos.

Na continuação do artigo, após lembrarem que os seres humanos são modificáveis e que a procriação humana tendia a se aperfeiçoar através da utopia comtiana da "Virgem-Mãe", Torres Gonçalves e seus companheiros alertaram que:

> "(...) só as soluções morais dimanadas das autoridades espirituais competentes serão capazes de regular o melindroso assunto da procriação. Nenhuma interferência poderá aí ter o poder temporal sem gravíssimo desrespeito do princípio capital da política moderna, republicana: *a separação do temporal e do espiritual*.[18]

Portanto, os positivistas gaúchos protestaram contra a interferência dos políticos no debate sobre o aborto e sobre a regulamentação da procriação humana, procurando evitar também que a discussão sobre tais temas fosse

---

principais raças domésticas, há de se reconhecer a necessidade de assim regulá-la. Mas isso não pode resultar senão da livre instituição dos casamentos castos, de conformidade com a teoria positiva da união conjugal, em que as relações sexuais não são diretamente necessárias. Com efeito, a proibição legal do casamento, freqüentes vezes invocada pelos médicos contra as moléstias hereditárias, ofereceria um remédio tão odioso quanto ilusório. Nessas uniões excepcionais a verdadeira natureza do casamento se tornará bem apreciável quando as duas almas forem bem organizadas. Um amplo uso da adoção permitirá, mesmo neste caso, o surto dos outros afetos de família, aliviando, por outro lado, os casais especialmente votados à propagação". In: COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista,* p. 339-340.

[17] In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 6 de julho de 1933. ACPPA. Posteriormente o artigo em questão foi reproduzido sob a forma de folheto, no Rio de Janeiro.

[18] Idem, ibidem.

dominada pela classe médica. Também apelaram para que os assuntos em questão fossem tratados pelos poderes espirituais, isto é, pelos sacerdotes religiosos (não apenas os positivistas) agindo sob a influência moral das mulheres.

Além dessas intervenções diretas de Torres Gonçalves em questões públicas e privadas que versavam sobre a condição feminina, sobre a família, sobre o casamento e sobre a procriação humana, ele também procurou influenciar seus conterrâneos na aceitação do positivismo através da interferência para que os jornais locais reproduzissem os folhetos sobre tais temas publicados pela IPB.[19]

O que chama a atenção nas diversas manifestações escritas de Torres Gonçalves sobre a família, considerada aqui enquanto instituição social elementar, é a extrema fidelidade com que ele procurou ratificar as soluções propostas por Auguste Comte e interpretadas por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes, os apóstolos da Igreja Positivista do Brasil.

3.2 – Torres Gonçalves, o retiro e a transformação subjetiva

De acordo com a teoria comtiana, ao completar 63 anos de idade o homem deveria receber o sacramento do "retiro" e afastar-se de suas funções profissionais. No caso de Carlos Torres Gonçalves, a aposentadoria ocorreu quatro anos antes, em março de 1934, quando ele ainda não havia completado 59 anos de idade. A antecipação da aposentadoria foi motivada por motivos de saúde, em função de distúrbios no aparelho digestivo, operado em agosto de 1934. Note-se, entretanto, que ele já cumprira todos as exigências legais para a obter a aposentadoria, segundo a legislação estadual em vigor na época, pois havia 35 anos que ingressara nos quadros da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

---

[19] Diversos foram os folhetos sobre a condição feminina editados pela Igreja Positivista do Brasil, sendo que Torres Gonçalves sempre enviava exemplares para as redações dos jornais de Porto Alegre e do interior do Rio Grande do Sul, que eventualmente os reproduziam. Entre os artigos que Teixeira Mendes escreveu sobre o assunto (e que, na condição de responsável pelo depósito de publicações da IPB em Porto Alegre, Torres Gonçalves certamente leu), estão os seguintes: *Exame da questão do divórcio*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1893 (n.º 133); *A mulher, sua preeminência social e moral segundo os ensinos da verdadeira siência pozitiva – a solução da questão social.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1908 (n.º 273); e *O respeito à pudicicia e à delicadeza femininas, à liberdade espiritual, ao prestígio da*

Ao se aposentar, Torres Gonçalves já era avô de duas meninas, filhas de Clotilde Tereza e do médico Caio Fontoura Escobar, que trabalhara anos antes como funcionário da Comissão de Terras de Erechim, organismo submetido à Diretoria de Terras e Colonização, que estava sob a incumbência de Torres Gonçalves. Embora não fosse confrade da IPB, o são-borgense Escobar era bastante simpático à religião da Humanidade, de modo que a cerimônia religiosa ocorreu na Capela Positivista de Porto Alegre, no princípio de 1930.[20] Nos dois anos seguintes o casal teve suas duas filhas, as primeiras netas de Carlos e Dagmar Torres Gonçalves, cujos nomes revelavam a continuidade, embora atenuada, da influência do positivismo ortodoxo na família: Clotilde Maria e Lúcia Marina.[21]

No princípio de 1935, logo depois de se aposentar, Torres Gonçalves se transferiu com Dagmar e as três filhas solteiras para o Rio de Janeiro, onde o casal passou a integrar a Delegação Executiva da Igreja Positivista do Brasil, responsável pela direção daquela instituição religiosa após as mortes de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes. A viagem para o Rio durou uma semana e foi feita de trem, através da linha que desde 1910 unia o Rio Grande do Sul ao centro do país. Pouco depois, Jorge e Paulo também seguiram para a capital federal. Clotilde Tereza permaneceu em Porto Alegre, junto com seu esposo e suas filhas. Só algumas décadas depois ela reuniu-se aos pais e aos irmãos no Rio de Janeiro.

Na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, instituição em que seu pai estudara décadas antes, Paulo Torres Gonçalves concluiu, em 1941, o curso

---

função médica, ao decoro do poder temporal e à dignidade do público. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1912 (n.º 345).

[20] O casamento positivista entre Clotilde Tereza Torres Gonçalves e Caio Escobar foi o terceiro e último do gênero a ocorrer no Rio Grande do Sul. O primeiro foi o de seus pais, em 1903, e o segundo o de Ozório de Azambuja Cidade e Maria Raquel de Sá Brito Cidade, ocorrido em 1908.

[21] Clotilde Maria em homenagem às principais mulheres das religiões positivista e católica, respectivamente, e Lúcia Marina em homenagem ao romance "Lucie", de Clotilde de Vaux, e à personagem histórica mexicana já homenageada no nome de Branca Marina Torres Gonçalves. Clotilde Maria casou-se com o francês Etienne Pfann e teve Pascalle Escobar Pfann em Paris, no ano de 1964. Deste modo, Carlos Torres Gonçalves teve um bisneto que era compatriota de seu mestre Auguste Comte. Do casamento de Lúcia Marina com Antônio Carlos Pfeifer, Torres Gonçalves teve quatro bisnetos: Sílvia Pfeifer, Bruno Escobar Pfeifer, Cláudia Escobar Pfeifer e Luciana Escobar Pfeifer, nascidos entre o final da década de 1950 e o começo da década de 1960. Como se percebe, a atribuição de nomes positivistas não se estendeu aos bisnetos de Torres Gonçalves. Cf. Árvore genealógica dos descendentes de Carlos Torres Gonçalves. ACTG.

de engenharia civil iniciado em Porto Alegre. Por sua vez, também na então capital federal, Jorge se tornou funcionário de quadro do Ministério do Trabalho. Mas tais iniciativas foram tomadas de forma independente da vontade paterna, que preferia ver os filhos desempenhando atividades práticas mais modestas.

Também no Rio de Janeiro, Jorge e Paulo vieram a contrair casamentos no princípio da década de 1940. Paulo casou com Beatriz Gonçalves, porém o casal não teve filhos. Jorge casou com Elsa Castro, com quem teve três filhas, nascidas no final da década de 1940: Maria Virgínia, Vera Lúcia e Marina Beatriz. Como se vê, na escolha dos nomes das filhas Jorge homenageou sua avó e várias outras personagens importantes do universo positivista.[22]

Embora as esposas de Jorge e de Paulo não tivessem relações com a Igreja Positivista do Brasil, tais casamentos não contrariaram as diretrizes sobre o assunto traçadas por Torres Gonçalves com base nos preceitos de Comte. De fato, este admitia que um positivista se casasse com uma mulher não-positivista, pois sempre haveria a possibilidade de que ela se convertesse à religião que tinha na exaltação do sexo feminino um de seus pilares. Entretanto, o mesmo não ocorreria no caso de um casamento entre uma mulher positivista e um homem não-positivista, como Torres Gonçalves procurara fazer ver à Sofia Mariana em suas cartas.[23]

No Rio de Janeiro, Carlos e Dagmar Torres Gonçalves, em companhia das filhas Sofia Mariana, Rozália Beatriz e Branca Marina, inicialmente moraram em um prédio de apartamentos da rua Santo Amaro, entre os bairros

* Fotografia de Carlos e Dagmar Torres Gonçalves com os seis filhos, genro, noras e duas das cinco netas, sob a imagem da Humanidade. Rio de Janeiro, cerca de 1958. ACTG.

[22] Como Carlos Torres Gonçalves não teve netos do sexo masculino, seu sobrenome composto tende a desaparecer com os filhos.

[23] Assunto tratado no capítulo 2.2.

do Catete e da Glória, distante apenas algumas quadras do Templo da Humanidade, sede da Igreja Positivista do Brasil. Depois moraram em um edifício da rua Gustavo Sampaio, no Leme. Finalmente se mudaram para um prédio da Praia do Flamengo, onde o casal viveu suas últimas décadas contemplando o belo cenário que se estende da cabeceira da pista do Aeroporto Santos Dumont ao Morro do Pão de Açúcar.

Na segunda metade da década de 1930, Torres Gonçalves perdeu três companheiros de muitas décadas no núcleo sul-rio-grandense de propagandistas da Igreja Positivista do Brasil. Em 20 de setembro de 1936 faleceu o confrade João Luís de Faria Santos, que, assim como Torres Gonçalves, também havia se transferido para o Rio de Janeiro anos antes. Cerca de vinte anos mais velho que Torres Gonçalves, Faria Santos por mais de trinta anos realizou a leitura dominical do *Catecismo Positivista* em Porto Alegre, além de presidir a maior parte das cerimônias religiosas realizadas na cidade pelos positivistas. Foi ele o oficiante das cerimônias de "apresentação à Humanidade" de todos os filhos de Carlos e Dagmar Torres Gonçalves, com exceção de Sofia Mariana, além de ter celebrado o casamento de Clotilde Tereza Torres Gonçalves com Caio Escobar.

Em Porto Alegre, o núcleo de positivistas religiosos, quase que totalmente inativo após a partida de Torres Gonçalves e de Faria Santos para o Rio de Janeiro, sofreu dois sérios reveses em 1939. Primeiramente com a morte do médico Arthur Homem de Carvalho, em fevereiro daquele ano, e depois com a morte do major Ozório de Azambuja Cidade, em abril. Entretanto, esses dois não eram confrades, isto é, não haviam aderido integralmente à IPB. Desde a partida de Torres Gonçalves e de seus familiares para o Rio de Janeiro nenhum outro gaúcho se filiou à IPB.

Após chegarem ao Rio de Janeiro, em meados da década de 1930, Carlos e Dagmar Torres Gonçalves ainda viveram muito. Ela por quase três décadas, e ele por quase quatro décadas. Nesse período muitas coisas aconteceram, mas nada que alterasse substancialmente a rotina do casal. Torres Gonçalves passava boa parte do tempo lendo os jornais do dia, relendo as obras de Comte, de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, além de outros autores positivistas que admirava e dos textos clássicos recomendados na "Biblioteca Positivista". Outra parte do tempo era dedicada à escrita de textos

que remetia às redações dos jornais, procurando assim interferir nos debates públicos que se desenvolviam, sempre tentando que o ponto de vista do filósofo francês fosse adotado na solução dos problemas sociais abordados. Como o espaço nos jornais era cada vez menor para manifestações como aquelas que fazia, Torres Gonçalves passou a pagar pela reprodução dos textos sob a forma de folhetos. A partir de 1950, com o surgimento de canais de televisão no Rio de Janeiro, incorporou ao seu cotidiano o hábito de assistir aos noticiários, como já há algumas décadas fazia com relação ao rádio. De outra parte, cinema, teatro e outras formas "mundanas" de lazer nunca estiveram entre os seus interesses.

O nascimento de netas, bisnetas e bisnetos eventualmente quebrava a rotina, trazendo alegria ao casal de anciões que tanto apreciava crianças.

Torres Gonçalves, a esposa, as filhas e as netas também tinham o hábito de fazer viagens pela serra fluminense e pelas estâncias hidrominerais de Minas Gerais.[24] Não com a mesma freqüência, retornavam ao Rio Grande do Sul para visitar parentes, amigos e os companheiros de propaganda da religião da Humanidade que ficaram responsáveis pela preservação da Capela Positivista de Porto Alegre. Essas viagens para o sul do Brasil eram feitas de avião, sinal dos novos tempos. Em Porto Alegre viviam ainda os irmãos, cunhados e sobrinhos de Dagmar, bem como o irmão de Carlos, Adolpho Torres Gonçalves e sua família. Com relação a Bruno, Carlos e Adolpho Torres Gonçalves o enviaram para São Paulo e depois para o Mato Grosso, onde ele

* Fotografia de Dagmar e Carlos Torres Gonçalves em companhia de Sofia e de Rozália, Caxambu, Minas Gerais, década de 1940. ACTG.

[24] Numa das viagens pela serra do Rio de Janeiro, no princípio da década de 1960, ocorreu um acidente no qual Dagmar quebrou o maxilar e Carlos Torres Gonçalves quebrou uma costela. O veículo (um Skoda, fabricado na Tcheco-Eslováquia) era conduzido por Sofia Mariana, que sofreu apenas escoriações. Cf. Informação oral transmitida por Sofia Mariana e Jorge Baiardo Torres Gonçalves.

pode dar continuidade aos seus hábitos boêmios sem prejudicar a imagem pública dos irmãos.[25]

Naquela altura da vida, já um ancião, Torres Gonçalves passava boa parte de seu tempo a rememorar os entes que já haviam partido e os fatos passados. Desse modo, em outubro de 1945, sob o título “Minha Mãe”, no centenário do nascimento de Virgínia Torres Gonçalves ele escreveu um poema em sua homenagem:

> “Dos que sabem, o Mestre, inigualado,
> Programa aristotélico preenchido,
> À missão de Paulo predestinado,
> Por Beatriz rediviva conduzido,
> Todo nela a fundo era empenhado.
>
> Foi quando “Irmão Sol”, laudato tanto
> Daquele gran-fraterno Poverello d’Assis,
> Quem humanizou Natura em seu Canto,
> Sguardato já, Mãe, vos havia, feliz
> De justo ocorrer no transcurso santo.
>
> Que a meio nasceste desse “ano sem par”
> Sob o signo do maravilhoso Amor,
> Chama de Fé vetusta vindo renovar,
> Eternizando; a que viria, em fulgor,
> Aos pés vos conduzir de Clotíldeo-Altar;
>
> Da Crença do Futuro, e sem tardança,
> Pela rota dos filhos cinco seguida,
> A, do Brasil, Igreja da esperança,
> N’altruístas preceitos instituída,
> Em fidelidade, pia confiança.
>
> Igreja, de discípulos predicantes,
> Insígnes em saber e devotamento,
> Nos supremos Intérpretes confiantes,
> Sem restrições, n’altíssimo ensinamento
> - Eminentes Apóstolos venerantes.
>
> Certo, prazeres só não foi que vos tocou,
> Que cedo perdeste o esposo caro,
> Quando cru desespero quase vos levou;
> Mas, não tardou, Doutrina deu conselho claro,
> Na dor em que a morte de filhos vos deixou:
>
> Da alma resignada, e não conformada,
> Que esforçados ambos, quão ardentes,
> Conversão religiosa ultimada,

[25] Não foi possível descobrir a data e o local do óbito de Bruno Torres Gonçalves. Porém, no Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre constam diversas ordens de pagamento feitas por Carlos Torres Gonçalves para seu irmão mais novo, que se encontrava até o final da década de 1920 em Três Lagoas, no Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul). Adolpho Torres Gonçalves faleceu em 1959, em Porto Alegre, sendo sepultado juntamente com seus pais e com seus irmãos Joaquim e Luiz no jazigo da família, no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Naturezas talhadas de firmes crentes,
A do Mestre seguiam Fé sublimada".[26]

O poema faz diversas alusões que só se tornam compreensíveis à luz da história do desenvolvimento do positivismo e dos fatos que marcaram a existência da homenageada. Portanto, no primeiro parágrafo o poema alude à trajetória de Auguste Comte, que inicialmente se propôs a realizar o "programa aristotélico" de classificação dos diversos conhecimentos acumulados pela humanidade, após o que, sob a influência de Clotilde de Vaux (a "Beatriz rediviva"), ele pode dedicar-se ao sacerdócio (a missão de São Paulo) da religião positivista.

O segundo e o terceiro parágrafos do poema, bem mais obscuros, fazem referência ao fato de que Virgínia Torres Gonçalves veio à luz (do "irmão sol",

homenageado com toda a natureza por São Francisco de Assis) em 1845, o "ano sem par", segundo a denominação dada por Comte ao período (entre abril de 1845 e abril de 1846) em que ele e Clotilde de Vaux conviveram proximamente e em que trocaram ampla correspondência que marcaria o nascimento da religião da Humanidade. Seria esta nova fé que renovaria a "fé vetusta" do catolicismo, em que Virgínia nasceu. Cabe lembrar que em 1920, dois anos antes de sua morte, Virgínia aderiu à IPB e assim aceitou a religião fundada por Comte, assim sendo conduzida ao "clotíldeo-altar", pois são os traços de Clotilde de Vaux que representam a mulher que segura uma criança na pintura emblemática do positivismo religioso.

O quarto e o quinto parágrafo fazem alusão às simpatias que Adolpho, Joaquim, Luiz, Carlos e Bruno, os cinco filhos de Virgínia Torres Gonçalves,

* Fotografia de Virgínia Torres Gonçalves, cerca de 1920. ACTG.

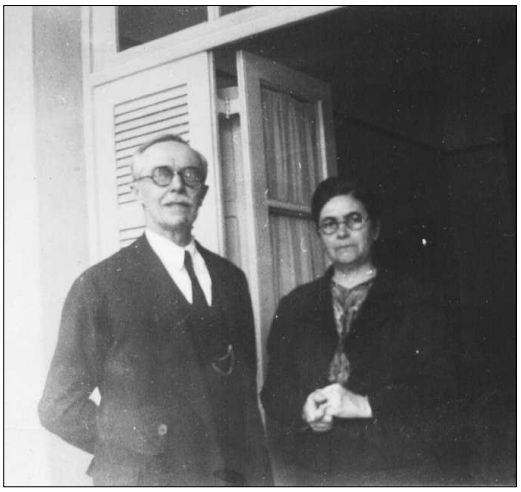
[26] Poema "Minha Mãe (no seu centenário – 1845/1945)", de Carlos Torres Gonçalves. ACTG. Posteriormente, Torres Gonçalves ampliou esse poema para mais de quatro páginas datilografadas, com notas explicativas. Na margem dessa segunda versão consta a seguinte anotação, feita por seu autor: "A primitiva redação deste humilde ensaio, de simples destino íntimo e doméstico, foi por ocasião do Centenário de Mamãe, a 7 de outubro de 1945. Foram depois introduzidos acréscimos e aperfeiçoamentos, até tomar a forma acima pelo 78º aniversário de Marzinha, a 29 de março de 1960. Carlos". ACTG.

tinham pelo positivismo, a “crença do futuro”, difundida no país pela Igreja Positivista do Brasil, que tinha “pia confiança” nos ensinamentos de Comte e era dirigida pelos “eminentes apóstolos venerantes” Miguel Lemos e Teixeira Mendes. O sexto parágrafo veladamente refere o suicídio de Joaquim Antônio Gonçalves, o “esposo caro” de Virgínia, que a deixou em situação tão delicada com tantos filhos pequenos. Aquele parágrafo também faz menção à morte prematura de Joaquim e de Luiz, sendo a dor de tais perdas superada pelo “conselho claro” da doutrina positivista. O sétimo e último parágrafo remete para a resignação de Virgínia com a perda do esposo e dos filhos, pois uma das máximas positivistas formuladas por Auguste Comte afirma que “os vivos são sempre e cada vez mais necessariamente governados pelos mortos”.

Em 1952, Torres Gonçalves realizou o sonho que acalentava havia mais de meio século: o de ir a Paris, “a Meca do Ocidente”, nas palavras de Auguste Comte. O objetivo principal da viagem era o de regularizar a situação da casa de Clotilde de Vaux, no n.º 5 da rue Payenne, que Teixeira Mendes adquirira para a IPB em 1902. A viagem ocorreu em companhia de Sofia Mariana, sua filha primogênita, e a permanência na França se estendeu por seis meses, sendo que Dagmar se uniu a eles no período final. Foi a primeira e única viagem de Torres Gonçalves à pátria de seus “pais espirituais”. Nos anos seguintes, todos os seus outros filhos também fizeram a mesma viagem, visitando as casas em que viveram e morreram Auguste Comte e Clotilde de Vaux, bem como o Cemitério de Père Lachaise, em Paris, onde ambos estão sepultados.

Saindo de seu apartamento, no bairro do Flamengo, e seguindo pelo Catete, dominicalmente Torres Gonçalves ia ao Templo da Humanidade, na rua Benjamin Constant n.º 74, no bairro Glória, assistir ao culto positivista. Na condição de integrante da Delegação Executiva da IPB, também participava das reuniões desse conselho às quartas-feiras. Lá, Torres Gonçalves encontrava-se com seus “irmãos na humanidade”, os confrades da IPB. Um aspecto interessante das relações entre os membros da confraria religiosa fundada por Miguel Lemos é que elas mantinham as bases das relações de compadrio, de longa tradição no Brasil.

Em 24 de janeiro de 1964, um golpe abalou a existência de Carlos Torres Gonçalves. Naquele dia ocorreu a “transformação subjetiva” de Dagmar,



a “eterna esposa” que o acompanhou por mais de seis décadas.[27] Confreira da IPB desde 1905, o corpo de Dagmar Torres Gonçalves foi velado no Templo da Humanidade, sendo depois sepultado no Cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. Mais uma vez, foi escrevendo que Torres Gonçalves deu vazão aos seus sentimentos e homenageou Dagmar. A forma escolhida mais uma vez foi a poesia. Em tal opção, novamente o engenheiro gaúcho estava seguindo um preceito comtiano, aquele que afirmava que cada positivista deveria ser também um poeta.[28]

Ao longo poema em homenagem à sua esposa, abaixo transcrito, foi dado o título “Em lembrança de Marzinha”, sendo que, à margem, Torres Gonçalves alertou que os versos eram uma continuação daqueles que escrevera por ocasião do centenário do nascimento de sua mãe.

> “Tua imagem à da Mãe venerada,
> Mais que em tua objetiva vida,
> Está agora sempre reunida,
> Rediviva Esposa adorada.
>
> Transformada, Amor, em epuração,
> Diminuídos impulsos d’egoísmo,
> Por reclamos instantes do Altruísmo,
> Quer alçar-se em contínua ascensão.
>
> Lenta, que nossa fraca natureza
> Dificulta altos cimos atingir;
> Mas não desistir, com afã, persistir
> E ter dos benefícios a certeza.

* Fotografia de Carlos e Dagmar Torres Gonçalves, cerca de 1936. ACTG.

[27] Segundo informação oral de seus filhos, a causa da morte de Dagmar Torres Gonçalves foi um tumor no fígado.

[28] Na terceira conferência do *Catecismo Positivista*, dedicada ao “conjunto do culto”, Auguste Comte afirma: “A poesia constitui a alma do culto, como a ciência a do dogma e a indústria a do regime. Toda oração, quer privada, quer pública, torna-se no positivismo uma verdadeira obra de arte, pois que exprime nossos melhores sentimentos. Como nada pode aí dispensar uma constante espontaneidade, cada positivista deve ser, a certos respeitos, uma espécie de poeta, ao menos para seu culto íntimo. Posto que as fórmulas devam tornar-se fixas, a fim de obtermos maior regularidade, é indispensável que elas sejam sempre originariamente compostas pela própria pessoa que as emprega, sob pena de não comportarem nenhuma grande eficácia”. In: COMTE, *Catecismo Positivista*, p. 109.

No calor de teu olhar, ao sentir Amor,
Identificação, ideal estado,
É com empenho, por nós ambos procurado,
Confiantes, animados de mesmo ardor.
Assim veio laço conjugal nos unir
Em nobilitante intimidade,
Garantia da perfeita amizade,
Embelezada na Doutrina do Porvir.
Cresceram então, sob tua proteção,
Teus estímulos de todo instante
A aperfeiçoamento incessante,
Os doces deveres de meu coração.
À tua morte, inda mais sentidos,
Resignado sempre, feliz, os cuidados,
Carinho, solicitude aumentados,
Por herança tua, os filhos queridos.
Amparados, da Fé Nova, nos ensinos,
Desse sumo bem beneficiados,
Gratos, a anunciar somos chamados,
Da Humanidade, augustos destinos;
Dos Apóstolos, a assistência
Sem par da religiosa Fundação.
E pequena que seja a contribuição,
Velarmos, da Igreja, existência,
Sinais darmos da Crença demonstrável,
Das vetustas, herdeira reconhecida,
Por nossos Pais Supremos instituída,
- A, do Amor, Doutrina insuperável.

Não cabe aqui fazer uma análise acerca das qualidades estéticas deste e dos outros poemas, antes referidos, que Carlos Torres Gonçalves escreveu. Entretanto, é interessante tentar decifrar as referências de difícil compreensão neles contidos. Neste sentido, o parágrafo inicial do poema acima coloca Dagmar e Virgínia, respectivamente a esposa e a mãe de Torres Gonçalves, num mesmo plano elevado, onde aqueles dois “anjos da guarda” reviviam através da sua imaginação e daquele mesmo poema. Observe-se que o segundo parágrafo não menciona o “céu”, enquanto metáfora do paraíso cristão, mas refere uma figura da geometria, a “épura”, que representa no plano uma figura projetada no espaço, assim estando mais de acordo com os princípios científicos de Auguste Comte.

No quarto parágrafo do poema, Torres Gonçalves remete aos contatos iniciais que teve com Dagmar e à importância de identificar-se com ela, permitindo assim o que é descrito no quinto parágrafo, ou seja, o casamento

positivista e o crescimento dos vínculos que ligavam o esposo à religião da Humanidade, descrito no sexto parágrafo. Após referir no parágrafo seguinte o consolo que eram os filhos que Dagmar lhe legou antes de morrer, no oitavo parágrafo ele exaltou o fato de tê-los educado na "fé nova" da humanidade, assim semeando "augustos destinos". Na nona e na última estrofes, Torres Gonçalves aludiu à Igreja Positivista do Brasil e aos seus apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes, aos quais o casal se subordinou espiritualmente, para finalmente reafirmar sua crença nos seus "pais supremos", Comte e Clotilde de Vaux, e sua fé na "crença demonstrável", na "doutrina insuperável", a religião positivista, herdeira do catolicismo (a "fé vetusta").

Pouco depois da morte de Dagmar, Carlos Torres Gonçalves, já com noventa anos de idade, solicitou seu afastamento da Delegação Executiva da IPB, pois já não tinha condições de acompanhar todas as reuniões. Entretanto, semanalmente solicitava aos filhos que o conduzissem ao cemitério onde a esposa estava sepultada.[29]

O abatimento provocado pela "transformação subjetiva" de Dagmar não impediu Torres Gonçalves de continuar acompanhando as transformações verificadas no país e no mundo. Mesmo sem encontrar repercussão, ele continuou escrevendo suas cartas e seus artigos acerca dos mais variados temas políticos e sociais que despertavam a atenção da opinião pública, sempre procurando fazer com que seus contemporâneos adotassem as soluções propostas por Auguste Comte.

* Fotografia de Carlos Torres Gonçalves, viúvo e acompanhado por seus seis filhos. Cerca de 1970. ACTG.

[29] Sendo o culto aos mortos um aspecto importante da religião da Humanidade, o tema dos cemitérios foi tratado de forma recorrente pelos apóstolos da IPB. Sobre o assunto, dentre outros, ver os seguintes folhetos: LEMOS, Miguel. *A secularização dos cemitérios*. Rio de Janeiro: IPB, 1890; e MENDES, R. Teixeira. *A liberdade espiritual e a secularização dos cemitérios*. Rio de Janeiro: IPB, 1887. Ver também o subcapítulo "A aliança dos positivistas e dos católicos para proteger os cemitérios de Paris", em ARIÈS, Phillipe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, vol. II, p. 589-595.

Rodeado pelos filhos, principalmente pelas três filhas solteiras que o acompanharam por toda a vida, pelos demais parentes, pelos amigos e pelos confrades da IPB, Torres Gonçalves viveu ainda por uma década na condição de viúvo. A partir de 1969, teve próximo de si o enfermeiro Francisco Batista. Naquela época quase cego, Torres Gonçalves se socorria dos olhos de Batista, que lia para ele os jornais do dia, mantendo-o informado acerca dos rumos que ia tomando a humanidade. Sempre que achava adequado, o positivista gaúcho ditava a seu enfermeiro as palavras que depois eram reproduzidas sob a forma de folhetos, procurando assim interferir no curso dos acontecimentos.

Extremamente modesto, Torres Gonçalves rejeitou inúmeras homenagens que lhe queriam prestar os prefeitos de cidades da região norte do Rio Grande do Sul, onde sua ação como engenheiro da Secretaria de Obras Públicas deixou profundas marcas. Entretanto, grandes eram as atenções que recebia no âmbito doméstico, no apartamento da Praia do Flamengo.

Neste sentido, em 30 de junho de 1973, data em que completava 98 anos de idade, talvez o presente mais significativo recebido por Torres Gonçalves tenha sido o seguinte soneto, composto e oferecido por um amigo da família:

> "Eng.º Carlos Torres Gonçalves
> (por motivo da passagem do seu 98º aniversário)
>
> Quase um século de fecunda existência
> Completa hoje este bom velhinho,
> Em meio ao amor e ao carinho
> Da família, que lhe dá toda assistência.
> A sua atividade e inteligência
> Consagrou-as, com idealismo,
> Às questões que, com mais urgência,
> Lhe indicara o Positivismo.
> Vigilante aos interesses do Estado,
> Consultado, ouvido e respeitado,
> No Rio Grande foi figura singular.
> Inflexível no cumprimento do dever,
> Tolerante e bondoso sabe ainda ser,
> Tanto dentro como fora do seu lar"[30]

[30] O autor do soneto foi Mário Martins, irmão de Alda Escobar, que por sua vez era irmã de Caio Escobar - genro do engenheiro rio-grandino. Oito anos antes, em 30 de junho de 1965, data em que Torres Gonçalves completou 90 anos de idade, sob o título "Carlos Torres Gonçalves – preito de veneração e gratidão", Martins já lhe havia oferecido o seguinte soneto: "De Augusto Comte discípulo ardoroso / E de Clotilde fiel adorador, / Torres Gonçalves, enérgico mas bondoso, / É realmente um homem superior. // Positivista convicto e valoroso, /

No dia 19 de junho de 1974, apenas onze dias antes de completar 99 anos de idade, no apartamento do Flamengo, ocorreu o óbito de Carlos Torres Gonçalves, em decorrência de infecção pulmonar e urinária.[31] Antes de ser reunido aos restos mortais de Dagmar, no Cemitério de São João Batista, o corpo de Carlos Torres Gonçalves foi velado pelos filhos, já sexagenários, pelos amigos e pelos confrades na sede da Igreja Positivista do Brasil, da qual ele fora membro por mais de sete décadas.[32]

Está muito além dos objetivos do presente trabalho saber se era correta a visão de mundo formulada por Comte e adotada por Torres Gonçalves, por intermédio da leitura feita por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes. Porém, se as idéias positivistas podem ser questionadas, não se pode duvidar da autenticidade com que Carlos Torres Gonçalves nelas acreditou e com que nelas procurou assentar a organização de sua vida privada.

Põe no seu culto todo o seu ardor, / Esposo exemplar, pai extremoso, / Por todos é admirado com fervor. // Apesar das decepções e desenganos, / Não obstante os seus noventa anos, / Trabalha ainda pra Posteridade. // Dentro sempre da sua Doutrina, / Ele nos mostra e ele nos ensina / Como servir melhor à Humanidade". ACTG.

[31] A causa do óbito consta do livro de registros do Cemitério de São João Batista.

[32] Na lápide da sepultura de Carlos e Dagmar Torres Gonçalves (onde depois foram reunidos os filhos Rozália Beatriz, falecida em 28 de maio de 1996, e Paulo Trajano, falecido em 18 de junho de 2001) consta o epitáfio "O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim", além da inscrição "Crer. Seguir". A lápide tem o formato característico das sepulturas positivistas, com o cimo arredondado.

Segunda Parte

Carlos Torres Gonçalves e a Pátria

Capítulo 4

Torres Gonçalves e a Secretaria de Obras Públicas

4.1 – Torres Gonçalves, funcionário público

Em 1898, na condição de engenheiro civil recém formado pela prestigiosa Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Carlos Torres Gonçalves tinha ao seu dispor um amplo leque de opções de trabalho.

Porém, tal valorização do trabalho exercido pelos engenheiros era uma situação nova no país, pois as elites colonial e imperial haviam se constituído no Brasil sob o marco da tradição ibérica que conferia preponderância à formação legal em detrimento da formação técnica. A existência do trabalho escravo no Brasil contribuía bastante para o desprestígio de atividades práticas, de modo que, por muito tempo, a função de engenheiro foi pouco valorizada no país. A situação começou a mudar no final do século XIX, quando os benefícios da revolução científico-tecnológica, em curso na Europa e nos Estados Unidos, se tornaram evidentes. Desse modo, em 1873 os cursos de engenharia foram desvinculados da carreira militar, a qual estavam vinculados até então, sendo criada a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Pouco depois, em 1876, consolidou-se a Escola de Minas de Ouro Preto, em Minas Gerais.[1] E foi justamente nessas duas instituições, primeiro em Ouro Preto e depois no Rio de Janeiro, que Torres Gonçalves realizou estudos visando a se tornar engenheiro, carreira profissional bastante promissora no país.

[1] Cf. DIAS, José Luciano de Mattos. “Os engenheiros do Brasil”. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 14-15.

Conforme visto no primeiro capítulo do presente trabalho, a difícil situação financeira da família de Carlos Torres Gonçalves após a morte de seu pai e de seu avô materno inviabilizava que ele e seus irmãos vivessem como comerciantes e proprietários, como haviam feito seus ascendentes. Assim, dos cinco filhos de Joaquim Antônio Gonçalves e de Virgínia Torres Gonçalves, Adolpho e Bruno optaram pela função de contabilistas, Joaquim e Luiz ingressaram na carreira militar (como estudantes da Escola Militar do Rio de Janeiro, que formava engenheiros militares) e Carlos escolheu a carreira de engenheiro civil (acompanhado depois por Joaquim e por Luiz, sendo que o primeiro morreu antes de se formar e o outro logo em seguida).

Nenhum dos irmãos Torres Gonçalves optou pelo estudo de direito ou de medicina, tradicionais profissões liberais que poderiam propiciar uma ascensão social mais fácil. De uma forma ou de outra, todos se envolveram em atividades profissionais que giravam em torno de conhecimentos matemáticos. É difícil dizer se foi tal propensão pela matemática que os levou a se aproximar da obra de Auguste Comte ou se foi o contrário que ocorreu.

No caso específico de Carlos Torres Gonçalves, sua correspondência com os irmãos e com os apóstolos positivistas Miguel Lemos e Teixeira Mendes parece indicar que ele inicialmente conheceu a *Geometria Analítica*, para só depois ler o *Catecismo Positivista*, o que indicaria uma aproximação do pensamento comtiano a partir da matemática. Mas não se pode ignorar que o positivismo já estava amplamente difundido na sociedade gaúcha quando ele foi para o centro do país, em 1894, de modo que é bem provável que sua aproximação em relação à obra de Comte tenha sido originalmente determinada pelo campo político, a partir do engajamento de seus irmãos mais velhos.

Em meados de 1898, quando se formou em engenharia, a opção ideológica de Torres Gonçalves pelo positivismo já estava plenamente consolidada. Pouco depois, quando completou 24 anos, tal adesão ao ideário comtiano ganhou contornos religiosos com sua subordinação espontânea à direção espiritual de Miguel Lemos, o fundador da Igreja Positivista do Brasil.[2]

[2] Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 30 de junho de 1899. AIPB.

A opção de ingressar no serviço público feita pelo engenheiro Torres Gonçalves logo que retornou ao Rio Grande do Sul estava estreitamente vinculada com sua opção religiosa. De fato, rejeitando tanto o liberalismo como o individualismo, Comte asseverava que "todo direito humano é imoral", pois, por mais que o indivíduo faça para si e para seus sucessores, ele sempre será devedor de tudo o que recebeu das gerações que o antecederam: a língua, a cultura, os conhecimentos, os bens materiais etc. Deste modo, o pensador francês erigiu todos os cidadãos em "funcionários espontâneos da sociedade", sendo obrigação deles trabalhar para o benefício da família, da pátria e da humanidade, órgãos intermediários entre o indivíduo e o Grão-Ser, entendido como o conjunto da humanidade passada, presente e futura.[3]

Em decorrência de tal concepção de Auguste Comte, boa parte de seus seguidores ortodoxos no Brasil eram funcionários públicos. Assim, em 1885, depois de romper com Pierre Laffitte, que o nomeara "aspirante ao sacerdócio da Humanidade", Miguel Lemos abriu mão dos recursos para o seu sustento obtidos entre os confrades da IPB e ingressou no funcionalismo público imperial, passando a exercer a função de secretário da Biblioteca Nacional. Por sua vez, também mediante concurso público, Teixeira Mendes ingressou nos quadros do Ministério da Agricultura, onde exerceu a função de secretário. É interessante notar que os dois apóstolos positivistas, mesmo na condição de funcionários públicos, não cessaram de manifestar publicamente seu apoio à República, tecendo recorrentes críticas ao regime monárquico brasileiro.[4] No final da década de 1880, com a abolição da escravidão, a proclamação da República e o fim do regime do padroado no Brasil, Miguel Lemos e Teixeira

[3] Cf. COMTE, *Catecismo Pozitivista*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1934, p. 351-352.

[4] Exemplo das intervenções públicas realizadas pela direção da IPB se encontra na carta aberta enviada por Teixeira Mendes ao senador Felipe Franco de Sá, em 1887, acerca do dispositivo da Constituição imperial que estabelecia que a admissão em cargos públicos ocorreria em função dos talentos e virtudes dos candidatos. Entendendo que o cidadão deveria ser acima de tudo um "funcionário social", o dirigente da IPB propunha que fosse adotado um grau de exigência ainda maior relativamente aos servidores públicos, defendendo a idéia de que a admissão destes deveria se basear prioritariamente nos atributos morais dos candidatos, ficando os dotes intelectuais em segundo plano. Cf. MENDES, R. Teixeira. *A nomeação para os cargos públicos – carta ao Exmo. Sr. Conselheiro Felipe Franco de Sá*. Rio de Janeiro: IPB, 1887, p. 3.

Mendes se exoneraram do serviço público para se dedicarem integralmente à propaganda da religião da Humanidade.[5]

Porém, se a cúpula da IPB se afastou do serviço público com o objetivo de poder interferir mais diretamente no rumo dos acontecimentos da nascente República brasileira, na condição de livres conselheiros dos governantes e da opinião pública, o mesmo não ocorreu com vários dos seus confrades (cujo número jamais excedeu algumas poucas dezenas). Dentre estes se destacaram o médico-militar Joaquim Bagueira Leal e diversos engenheiros militares, como Cândido Mariano da Silva Rondon, Alípio Bandeira e os irmãos Nicolau, Frederico e Luís Bueno Horta Barbosa. Estes últimos se dedicaram ao trabalho de estabelecer relações pacíficas entre o Estado nacional e as populações indígenas espalhadas pelo território brasileiro. É interessante notar que o fervor missionário desses militares que professavam a religião da Humanidade levava-os a abrir mão de posições privilegiadas no Rio de Janeiro para voluntariamente se embrenharem nas florestas. Funcionários públicos por ideologia, entendiam ser um privilégio, antes de um dever, sacrificar o conforto pessoal em prol da coletividade.

Um aspecto interessante dos positivistas ortodoxos brasileiros é que seu perfil destoava bastante daquele imaginado por Auguste Comte quando fundou a religião da Humanidade. De fato, o filósofo francês criou a vertente religiosa do positivismo com o objetivo de atrair as mulheres e o proletariado para seu sistema de pensamento. Porém, no Brasil, os positivistas religiosos eram essencialmente homens de classe média.[6]

Portanto, sendo adepto da religião fundada por Auguste Comte, não surpreende que Torres Gonçalves tenha se tornado funcionário público. Assim, após realizar concurso público, em 9 de junho de 1899 ele foi nomeado por

---

[5] Assim Teixeira Mendes justificou sua demissão do serviço público: "Praticando semelhante ato, cedo à necessidade social e moral de colocar-me em posição de completa independência em relação ao poder temporal. Como apóstolo sistemático da Religião da Humanidade, tenho atualmente de corresponder a deveres mais elevados do que aqueles que me coube desempenhar durante a ditadura monárquica. Então o esforço político da Igreja Positivista devia resumir-se em conseguir a conveniente posição do problema moderno em nossa Pátria – 'reorganizar sem Deus nem Rei pelo culto sistemático da Humanidade' -. Agora, porém, que tal problema está quase completamente posto, graças à eliminação sucessiva da escravidão, da casta real e da teologia oficial, a ação política do Positivismo exige de seus apóstolos sistemáticos maiores deveres". In: MENDES, R. Teixeira. *Officio de R. Teixeira Mendes ezonerando-se do seu cargo no funcionalismo público*. Rio de Janeiro: IPB, 1890, p. 1-2.

[6] Cf. CARVALHO, José Murilo de. "A ortodoxia positivista brasileira: um bolchevismo de classe média". In: *Revista do Brasil*, ano IV, n.º 8, dez. 1989, p. 50-56.

Borges de Medeiros para o cargo de segundo condutor da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.[7]

A opção de Torres Gonçalves pelo serviço público estadual, ao invés do serviço público federal, possivelmente estava relacionada com a influência do pensamento de Comte sobre a cúpula dirigente do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), hegemônico no Estado sulino, de modo a lhe permitir uma ação mais coerente com seus princípios ideológicos do que aquela que seria possível nos quadros do funcionalismo federal.[8]

Observe-se, entretanto, que Torres Gonçalves não foi admitido por ser engenheiro. De fato, a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891 não concedia privilégios aos portadores de títulos acadêmicos, sendo livre o exercício de todas as profissões no Estado.[9]

Torres Gonçalves encontrou nos quadros da Secretaria de Obras Públicas (SOP) diversos companheiros simpáticos ao positivismo, junto com os quais estreitou ainda mais seus vínculos com a religião da Humanidade, como demonstra a seguinte passagem de uma carta por ele escrita para Miguel Lemos:

> "Foi também nessa época, em meados de 1899, que, tendo entrado para a Secretaria das Obras Públicas deste Estado, onde se achava

---

[7] Cf. O salário anual de Carlos Torres Gonçalves ao ingressar no serviço público era de 4:560$000 réis (quatro contos e quinhentos e sessenta mil réis). Cf. Cópia da nomeação do engenheiro Carlos Torres Gonçalves para os quadros da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. ACTG.

[8] Acerca da identificação de Torres Gonçalves com o Rio Grande do Sul, é curiosa uma passagem da carta por ele escrita ao seu tio Thomaz, em 1894. Encontrando-se em Ouro Preto, onde integrava a Sociedade Literária Rio-Grandense, que reunia os estudantes sul-rio-grandenses, Torres Gonçalves manifestou seu estranhamento acerca da aplicação da palavra "gaúcho" como gentílico do indivíduo nascido no Rio Grande do Sul: "Rio-me muitas vezes do nosso espírito de bairrismo; e é interessante na realidade. É muito comum ouvir-se na Sociedade, aos domingos, 'sentimentos de rio-grandenses', 'sinceridade de gaúcho' e outras lerias. Então gaúchos, todos nós o somos e nem se abre a boca que se não profira este característico dos nossos guascas. Ao que parece todos supõem-nos uns acrobatas, quando a cavalo. Ora, eu gaúcho! Mal sabem que nem cheiro disso tenho. Mas deixo que o digam, que com isso muito me ufano e enfim quem sabe se à força de assim nos suporem, não o ficarei eu?!" In: Carta de Carlos Torres Gonçalves a Thomaz Leopoldo Torres, 5 de dezembro de 1894. ACTG.

[9] A Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891, em seu capítulo sobre as "Garantias gerais de ordem e progresso do Estado" (título IV), artigo 71, estabelecia: "§ 5.º - Não são admitidos no serviço do Estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no seu território o exercício de todas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial. § 6.º - Os cargos públicos civis serão providos, no grau inferior, mediante concurso, ao qual serão indistintamente admitidos todos os cidadãos, sem que aos concorrentes seja exigível qualquer diploma. O provimento dos cargos médios será feito em virtude de acesso por antigüidade e, excepcionalmente, por mérito. Os cargos superiores serão de livre nomeação do governo, com exclusão também da exigência de diploma".

> desde pouco tempo o Sr. Felizardo Júnior, começaram a estreitar-se mais as minhas relações com este amigo e zeloso e ardoroso positivista. E no fim deste ano, por iniciativa deste prestimoso irmão de Fé, e juntamente com outro distinto correligionário, o Sr. Faria Santos, iniciávamos a leitura em comum do *Catecismo*, feita por este último amigo. Em breve contávamos com a completa adesão de mais um digno amigo, o Sr. Raul Abbott".[10]

Além de Felizardo Júnior e de Faria Santos, que, como ele, eram engenheiros formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e propagandistas da IPB, Torres Gonçalves também era colega na SOP de Manoel Luiz Pereira da Cunha, irmão de Dagmar e, portanto, seu cunhado.

Os positivistas religiosos ocuparam destacadas funções no interior da SOP. Faria Santos chefiou a Diretoria de Viação Fluvial, órgão pertencente àquela secretaria, por quase duas décadas, entre 1896 e 1913.[11] Por sua vez, Manoel Luiz Pereira da Cunha chefiou a Diretoria de Viação Terrestre por longo tempo, a partir do final da primeira década do século XX.[12]

Quanto a Torres Gonçalves, ao ingressar no serviço público inicialmente foi destacado para supervisionar a construção de estradas na região colonial da serra nordeste do Rio Grande do Sul, atuando como ajudante de seu amigo e correligionário Felizardo Júnior, que ocupava a chefia da 2ª seção da SOP.[13]

A natureza dos trabalhos sob a incumbência de Torres Gonçalves fazia com que ele passasse longos períodos afastado de Porto Alegre. Deste modo, em abril de 1904, escrevendo a Teixeira Mendes da localidade de Antônio Prado, Torres Gonçalves lhe relatou:

---

[10] Carta de Carlos Torres Gonçalves para Miguel Lemos, em 28 de fevereiro de 1903. AIPB.

[11] João Luís de Faria Santos (1855-1936) se afastou do comando da Diretoria de Viação Fluvial no ano de 1898, quando, de janeiro a outubro, interinamente se tornou intendente de Porto Alegre. Sua adesão ao positivismo ortodoxo ocorreu posteriormente ao exercício daquela função política, pois Comte recomendava que os adeptos da religião da Humanidade não aceitassem cargos políticos, preceito ratificado pelos dirigentes da IPB.

[12] Observe-se, porém, que o cunhado de Torres Gonçalves jamais fez parte da IPB, embora tenha mantido relações muito próximas com vários de seus adeptos, inclusive se correspondendo com Miguel Lemos. Em carta que escreveu ao fundador da IPB em 1904, Manoel Luiz Pereira da Cunha relatou que havia se iniciado no positivismo quando cursava engenharia em Ouro Preto, por influência de Viriato Vargas, irmão do futuro presidente do Estado e da República. Cf. Carta de Manuel Luiz Pereira da Cunha a Miguel Lemos, 11 de agosto de 1904, AIPB.

[13] Era a segunda vez que Torres Gonçalves trabalhava como subordinado de Felizardo Júnior, pois, logo que se formou em engenharia e retornou ao Rio Grande do Sul, em meados de 1898, ele trabalhou alguns meses na Comissão de Estudos do Rio Jacuí, tendo seu correligionário como chefe. Embora tal serviço fosse feito por encomenda do Estado do Rio Grande do Sul, na época de sua realização nenhum dos dois era funcionário público.

> "Acho-me atualmente em uma antiga colônia italiana de meu Estado, dirigindo a construção de uma estrada de rodagem. Conto ter de aqui conservar-me por mais de dois anos. Lamento o meu afastamento de P. Alegre, pois acredito que lá melhores serviços poderia prestar a nossa Santa Causa; e, mais do que tudo, desejaria poder servi-la na medida das minhas forças. Não podendo fazê-lo por outra forma, procuro cada vez mais melhorar a minha conduta, com a esperança de poder assim influir pelo exemplo sobre a dos outros, no sentido principalmente de chamar a atenção deles para a nossa Doutrina".[14]

Como se percebe, Torres Gonçalves fazia uma distinção entre o trabalho prático que realizava como funcionário público e seu esforço no sentido de difundir o positivismo. Na impossibilidade de priorizar a propaganda da religião da Humanidade, procurava ao menos fazer uma ação silenciosa através de sua conduta pública. Entretanto, era bastante improvável que ele conseguisse atrair algum novo adepto para o positivismo entre os colonos italianos com os quais estava convivendo, tendo em vista que o catolicismo estava extremamente arraigado naquela população.

A 21 de março de 1906, em Porto Alegre, ocorreu a morte de Felizardo Júnior, o amigo, colega, chefe e "irmão na humanidade" de Torres Gonçalves. Apenas quatro dias depois, Faria Santos escreveu ao presidente do Estado Borges de Medeiros:

> "Sempre confiado na vossa benevolência para com todos e particularmente para comigo, venho solicitar-vos um grande favor. A morte inesperada do inolvidável Felizardo torna-me indispensável para a propaganda positivista a presença nesta capital [Porto Alegre] do meu confrade Carlos Torres Gonçalves. Por este motivo eu peço-vos que determineis as providências regulamentares para que seja posto a concurso o lugar de chefe de seção que era exercido pelo nosso malogrado amigo, a fim de que o Torres Gonçalves possa ser nomeado".[15]

Fica assim evidenciado que os positivistas religiosos sul-rio-grandenses esperavam receber o apoio do governo estadual para o desenvolvimento da propaganda da religião da Humanidade em Porto Alegre. Indo além, pode ser dito que a Secretaria de Obras Públicas era o local em que se fazia sentir mais

[14] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, em 23 de abril de 1904. AIPB.
[15] Carta de João Luís de Faria Santos a Borges de Medeiros, em 25 de março de 1906. Arquivo Borges de Medeiros / Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (ABM / IHGRGS), documento n.º 4846.

claramente a influência da ortodoxia positivista dentro do projeto político implementado pelo PRR.[16]

A solicitação feita por Faria Santos a Borges de Medeiros não ficou sem efeito, como revela uma carta escrita por Torres Gonçalves para Teixeira Mendes em 28 de março de 1906, apenas uma semana após a morte de Felizardo Júnior:

> "Vos informo que o secretário das Obras Públicas espontaneamente declarou-me entender ser eu o nomeado para a vaga do Felizardo, sem novo concurso; mas que iria ouvir primeiro o presidente. Assim é que espero de qualquer maneira ser o nomeado, e para meados de junho estar aqui".[17]

Porém, havia um problema delicado a ser resolvido. Ocorre que o regulamento da Secretaria de Obras Públicas previa a realização de concurso interno para as promoções a chefe de seção, cargo que estava em questão. Entretanto, a Constituição estadual de 14 de julho de 1891 estipulava que a escolha dos chefes de seção e dos ajudantes caberia ao presidente do Estado, dispositivo esse que era respeitado nas outras duas secretarias, a do Interior e a da Fazenda.

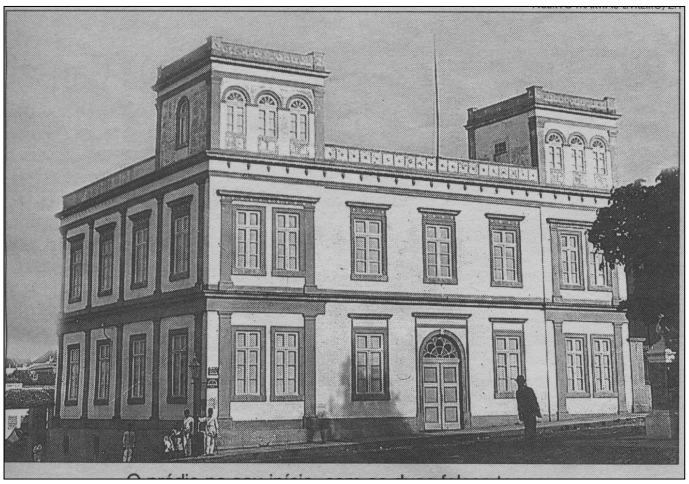
Melindrado com a situação, Torres Gonçalves fez uma consulta a Teixeira Mendes para saber se seria adequado aceitar a promoção sem a realização do concurso previsto pelo regulamento da SOP, como lhe havia proposto o titular da secretaria:

> "Com respeito à vaga deixada pelo Felizardo nas Obras Públicas, devo informar-vos do seguinte. (...). Como haja desde sempre manifestado o meu desacordo neste ponto com o nosso regulamento, não só agradeci a prova de confiança que me era dada, como confirmei o que acabava de ouvir. Nada solicitei a ninguém. Entretanto a vossa carta veio deixar-me com dúvida sobre se agi ou não bem, não obstante estes esclarecimentos que vos dou e com os quais talvez não contásseis. Porque uma vez nomeado eu sem concurso poderão porventura alegar que a alteração do regulamento deu-se justamente por ocasião da minha promoção. Esse é um assunto (o da reforma do regulamento) cuja solução cabe ao presidente; mas se achardes conveniente, não será talvez sem tempo procurar eu o secretário e francamente motivar-lhe os meus

[16] Acerca da relação entre os positivistas religiosos gaúchos e o projeto político do PRR, ver PEZAT, Paulo Ricardo. "A ortodoxia positivista sul-rio-grandense e a Secretaria de Obras Públicas". In: LEAL, Elisabete da Costa & GRAEBIN, Cleusa (org). *Revisitando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998, p. 136-148.
[17] Carta de Carlos Torres Gonçalves para Teixeira Mendes, 28 de março de 1906. AIPB.

> escrúpulos de aceitar a nomeação sem essa prova. O concurso representará para mim mais um esforço grande a fazer, apesar de que não terei competidor; mas sinto bem o alcance e a delicadeza dos motivos apresentados na vossa carta para empenhar-me por não ser ele prescindido, se assim vos parecer. O atual secretário é o engenheiro José Barbosa Gonçalves. Não há ainda dois meses que ele se acha na Secretaria; tem boas relações conosco, e mesmo simpatias pelo Positivismo".[18]

Torres Gonçalves, aconselhado por Teixeira Mendes, acabou por recusar a promoção sem que previamente fosse realizado o concurso, procurando assim evitar qualquer suspeita de que ele teria sido beneficiado pelo fato de ser membro da IPB. Aliás, esse episódio é revelador do grau de subordinação de Torres Gonçalves aos seus "chefes espirituais", aos quais consultava acerca de suas relações com seus "chefes temporais". Portanto, as ações de Torres Gonçalves como funcionário público dependiam de sua condição de adepto do positivismo religioso. Realizado o concurso, sem ter concorrentes, Torres Gonçalves foi aprovado, passando a ocupar a chefia da 2ª seção da SOP, função antes ocupada por seu amigo e correligionário Felizardo Júnior.[19]



No princípio de 1908, sucedendo a Borges de Medeiros, Carlos Barbosa Gonçalves[20] assumiu o governo do Estado do Rio Grande do Sul. Poucos meses depois, Torres Gonçalves passou a ocupar interinamente a chefia da Diretoria de Terras e Colonização, órgão da SOP responsável pela implementação da política fundiária do governo estadual. No ano seguinte, Torres Gonçalves recebeu um convite para permanecer naquele cargo na condição de titular. Entretanto, antes de aceitar definitivamente tal função

---

* Fotografia do prédio da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, no centro de Porto Alegre, local de trabalho de Carlos Torres Gonçalves por muitos anos.

[18] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, em 14 de maio de 1906. AIPB.

[19] Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, em 21 de julho de 1906. AIPB.

[20] Apesar da semelhança de nome, Carlos Torres Gonçalves não tinha nenhum parentesco com Carlos Barbosa Gonçalves.

diretiva, Torres Gonçalves hesitou, como evidencia uma carta por ele escrita para Teixeira Mendes em setembro de 1909:

> "Cumpre-me agora informar-vos que no dia 21 do corrente mês fui nomeado diretor da Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria a que pertenço. Há sete meses que, na minha qualidade de subdiretor, achava-me no exercício interino das funções por morte do respectivo serventuário. Vacilei em aceitar o cargo, considerando que assim afastava-me ainda mais da situação proletária, também que normalmente o cargo caberia a uma pessoa que já tivesse entrado na madureza, e ainda considerando correrem pela Diretoria assuntos que, se não oferecem dificuldades técnicas, acham-se, entretanto, no domínio da discussão, cada secretário das Obras Públicas tendo a respeito deles opiniões diferentes. Tem sido mesmo isso um motivo de atrito, às vezes, entre mim e o secretário".[21]

Na passagem acima, chama a atenção o argumento inicialmente utilizado por Torres Gonçalves para que hesitasse em aceitar a função de chefia que lhe fora oferecida, qual seja, o de que o novo posto o afastaria "ainda mais da situação proletária". Cabe lembrar que Comte havia fundado a religião da Humanidade justamente com o objetivo de atrair o proletariado e as mulheres para a doutrina positivista, de modo que seus propagandistas deveriam se empenhar em difundi-la prioritariamente entre aqueles dois grupos sociais. O argumento de que aquela função de chefia deveria ser ocupada "por uma pessoa que já tivesse entrado na madureza" estava de acordo com o preceito comtiano que resguardava as funções de comando às pessoas com mais de 42 anos de idade. Finalmente, o último motivo apresentado para que Torres Gonçalves vacilasse em aceitar a indicação decorria do fato de que Comte, com a chancela de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, recomendava aos positivistas religiosos que não aceitassem cargos políticos. A natureza política do cargo transparece no relato do conflito que Torres Gonçalves teve com o secretário da SOP.[22]

A continuação daquela carta de Torres Gonçalves a Teixeira Mendes revela os motivos que o convenceram a aceitar a direção da Diretoria de Terras e Colonização:

> "Pesando tudo isto, eu fiquei em dúvida se deveria aceitar o lugar; por outro lado, porém, e este foi o argumento que mais pesou na

[21] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 26 de agosto de 1909. AIPB.
[22] Este foi o motivo que levou Faria Santos a recusar a titularidade da Secretaria de Obras Públicas, que lhe fora oferecida por Carlos Barbosa no princípio de 1908. Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves para Teixeira Mendes, 13 de janeiro de 1908. AIPB.

> minha decisão final, considerei que na situação de subdiretor eu continuaria sujeito a ausências freqüentes desta cidade [Porto Alegre], sujeito também a transferências de diretoria, (...) ao passo que o lugar que me ofereciam permitia-me de agora em diante uma fixidez e estabilidade convenientes aos meus serviços da propaganda. Quanto às funções, elas não oferecem dificuldades especiais, os assuntos sendo daqueles onde a nossa doutrina mais pode concorrer para a elucidação".[23]

Indubitavelmente, a função de comando da Diretoria de Terras e Colonização apresentava componentes políticos, não se restringindo a uma simples função técnica, de modo que poderia haver um impedimento doutrinário para que Torres Gonçalves aceitasse tal função. Entretanto, foi justamente a oportunidade de por em prática as soluções propostas por Comte para a questão social que levou o engenheiro gaúcho a aceitar o cargo, além da possibilidade de dedicar mais tempo à propaganda da religião da Humanidade em Porto Alegre.

Torres Gonçalves continuou a ocupar a chefia da Diretoria de Terras e Colonização ao longo dos vinte anos seguintes, até o final de 1928. Observe-se que a SOP teve oito secretários diferentes ao longo daquelas duas décadas. Os titulares da SOP se sucederam, mas Torres Gonçalves, que deles era inferior hierarquicamente, permaneceu sólido em seu posto, ficando assim evidente que sua posição era chancelada pela cúpula do PRR.[24]

Na condição de responsável pela Diretoria de Terras e Colonização, Torres Gonçalves passou a dispor de um escritório de trabalho no prédio da SOP, no centro de Porto Alegre, além de contar com um aumento salarial.[25]

---

[23] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 26 de agosto de 1909. AIPB.

[24] Entre 1899 e 1934, durante os 35 anos em que Carlos Torres Gonçalves foi funcionário da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, foram os seguintes os titulares da pasta: João José Pereira Parobé (1899-1905); José Barbosa Gonçalves (1905-1907); Cândido José de Godoy (1908-1912); João José Pereira Parobé (1913-1915); Protásio Alves (1916-1919); Idelfonso Soares Pinto (1920-1924); Antônio Marinho Loureiro Chaves (1925); Sérgio Ulrich de Oliveira (1926); Augusto Pestana (1927) e João Fernandes Moreira (1928-1934).

[25] Ocupando a função de Diretor de Terras e Colonização, Torres Gonçalves recebeu o salário anual de 12:000$000 (doze contos de réis) em 1913. Para que se tenha um parâmetro, naquele ano o salário de Borges de Medeiros, presidente do Estado, foi de 48:000$000 réis. Em 1922, o salário anual de Torres Gonçalves foi de 13:200$000 réis (treze contos e duzentos mil réis), enquanto que o salário de Borges de Medeiros (o maior pago pelo governo estadual) foi de 72:000$000 (setenta e dois contos de réis). Ao aposentar-se, em 1934, Torres Gonçalves passou a receber anualmente 26:250$000 réis (vinte e seis contos, duzentos e cinqüenta mil réis). Cf. Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, anos de 1913 e 1922; Ato n.º 79, de 7 de março de 1934, assinado pelo interventor federal no Rio Grande do Sul José Antônio Flores da Cunha, regulamentando a aposentadoria de Carlos Torres Gonçalves. ACTG.

Diferentemente do que ocorrera no início de sua atividade profissional, quando permanecia no interior do Estado durante a maior parte do tempo, Torres Gonçalves passou a ficar sediado em Porto Alegre. Entretanto fazia longas e freqüentes viagens pela região colonial do Estado, acompanhando os trabalhos realizados sob sua direção.[26]

No princípio de 1928, após três mandatos sucessivos de Borges de Medeiros, que havia retornado ao governo estadual em 1913, Getúlio Vargas foi empossado como presidente do Rio Grande do Sul. No final daquele ano Vargas promoveu uma reforma administrativa, extinguindo a Diretoria de Terras e Colonização. Torres Gonçalves passou então a chefiar a Diretoria de Viação Fluvial, posto que ocupou até sua aposentadoria, no princípio de 1934. Embora preservando o mesmo nível na hierarquia do funcionalismo, Torres Gonçalves foi esvaziado politicamente, indício de que os novos dirigentes do PRR já não viam com bons olhos a atuação dos positivistas ortodoxos na cúpula do aparelho administrativo estadual.

Antes de abordar os trabalhos realizados por Torres Gonçalves durante o tempo em que foi empregado público, cabe chamar a atenção para algumas intervenções feitas por ele junto à presidência do Estado do Rio Grande do Sul acerca das relações do funcionalismo com o governo.

Em 1º de agosto de 1914 Carlos Torres Gonçalves teve um encontro com Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, no qual este expressou sua intenção de instituir prêmios pecuniários aos funcionários públicos com mérito excepcional. No dia seguinte Torres Gonçalves escreveu uma carta a Borges de Medeiros, iniciando por esclarecer que preferira guardar

[26] Uma carta escrita por Torres Gonçalves para Teixeira Mendes, em 1909, demonstra como eram desgastantes as viagens profissionais que realizava: “Eu estive ultimamente ausente cerca de uma semana e estou por fazer uma longa viagem que me tomará umas três semanas, devendo percorrer em diferentes vias cerca de 2.500 quilômetros”. In: Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 17 de novembro de 1909. AIPB. Poucos anos depois, escrevendo de Erechim para sua esposa, Torres Gonçalves detalhou os cansativos caminhos que era obrigado a percorrer: “Passei em Paiol Grande sábado e domingo; segunda vim para Erechim, terça seguimos de automóvel para Sananduva, de Sananduva fomos a cavalo até o novo povoado Forquilha, regressamos a Sananduva, de onde partimos e chegamos ontem de automóvel aqui. Daqui a uma hora partimos para a estação de Barro, também de automóvel a maior parte do trajeto, depois a cavalo, e lá chegaremos hoje. Amanhã, pela manhã, iremos a cavalo de Barro até a nova sede Suzana e daí regressaremos para tomarmos às 4 horas o trem para Marcelino Ramos. Passaremos o domingo em Marcelino e voltaremos segunda a Paiol Grande. Terça viremos (...) a cavalo novamente a esta sede Erechim, e daqui tomarei quarta-feira o trem de regresso a Porto Alegre. Terminada a excursão, teremos caminhado

silêncio sobre aquele assunto na véspera por entender que a linguagem escrita se prestava mais para as considerações que tinha a fazer. Lembrando ao presidente do Estado que as idéias que iria apresentar eram inspiradas na "doutrina pela qual não ocultais também as vossas simpatias", Torres Gonçalves argumentou que os vencimentos dos funcionários públicos deveriam variar conforme a importância social das funções exercidas, a partir de um mínimo indispensável à existência dos proletários. Indo além em seu raciocínio, Torres Gonçalves fez a seguinte ponderação:

> "A convicção íntima do esforço para o cumprimento do dever, só por si, é suficiente, nas almas dignas, para sustentá-las, até mesmo contra a opressão dos contemporâneos, conforme tantos exemplos do Passado, resumidos nas existências dos Fundadores do Positivismo. A consideração, a confiança e mesmo a estima dos superiores e inferiores (...) constituem outros inestimáveis apoios e estímulos. Essas satisfações morais incomparáveis seriam, entretanto, fatalmente perturbadas, no foro íntimo, pela aceitação de prêmios para a realização daquilo que é o dever, e portanto a felicidade, à vista da identificação de ambos, empiricamente apanhada por Clotilde de Vaux e sistematizada por Augusto Comte. Seria perturbadora ainda pelos sentimentos egoístas que iria (...) suscitar nos funcionários excluídos de tal vantagem pecuniária, isto é, a grande maioria, que é medíocre, porém suficientemente boa, induzindo-a à inveja e ao ódio secreto contra os colegas premiados. O zelo dos funcionários de elite tornar-se-ia suspeito; o seu mérito e o seu prestígio diminuiriam para todos; e eles próprios, quando perscrutassem a sua alma, haveriam de interrogar a si mesmos se não estavam cumprindo o dever sob os estímulos da cobiça".[27]

Primeiramente é preciso destacar que a medida imaginada por Borges de Medeiros, caso fosse implementada, provavelmente acabaria por beneficiar o próprio Torres Gonçalves, funcionário público destacado e exemplar. Neste sentido, é interessante analisar a argumentação utilizada por Torres Gonçalves para tentar convencer o presidente do Rio Grande do Sul a rever sua idéia de conceder o benefício em questão aos funcionários públicos mais destacados. Procurando se manter fiel ao ideário comtiano, Torres Gonçalves lembrava que a execução satisfatória das tarefas era um dever de todos os cidadãos, e não apenas dos empregados públicos. De outra parte, a recompensa pelo trabalho bem executado não deveria ser monetária, mas moral, através do

---

bastante". In: Carta de Carlos Torres Gonçalves para Dagmar Torres Gonçalves, 27 de novembro de 1914. ACTG.

[27] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Borges de Medeiros, 2 de agosto de 1914. ACPPA.

reconhecimento da coletividade. Por fim, chama a atenção a referência implícita a uma máxima de Clotilde de Vaux que identifica a felicidade com o cumprimento do dever.[28]

Pouco tempo depois, em 5 de outubro de 1914, em companhia de Faria Santos, Torres Gonçalves escreveu outra carta a Borges de Medeiros, motivado pela cogitação por parte do governo do Estado no sentido de reduzir os vencimentos dos funcionários públicos. Na época, Faria Santos era o responsável pela Diretoria de Viação Fluvial, enquanto que Torres Gonçalves respondia pela Diretoria de Terras e Colonização. Mas não foi apenas na condição de funcionários públicos estaduais de alto escalão que os dois se manifestaram. Fizeram-no também na condição de integrantes da Igreja Positivista do Brasil e de propagandistas da religião da Humanidade.

Reconhecendo que uma eventual redução salarial do funcionalismo por determinação do presidente teria legalidade, visto que a Constituição estadual lhe conferia competência para tanto, Torres Gonçalves e Faria Santos argumentaram que tal decisão não teria legitimidade. Entre os argumentos apresentados por Torres Gonçalves e Faria Santos para questionarem a legitimidade de uma redução dos salários dos empregados públicos estava o de que tal medida perturbaria a economia individual e que teria reflexos na situação econômica da sociedade. Entretanto, os dois signatários da carta admitiam a redução dos salários pagos ao funcionalismo no caso de penúria financeira do Estado. Alegaram ainda que:

> "(...) os vencimentos dos funcionários públicos são modestos, convindo acrescentar que o encarecimento da vida, já verificado, e o que acha-se em perspectiva, como conseqüência sobretudo da conflagração européia, torna-os ainda mais modestos; o Rio Grande do Sul está longe do caso figurado de penúria financeira, como o comprova a previsão orçamentária para 1915, constante da recente mensagem presidencial".[29]

Na mesma carta, por fim, Torres Gonçalves e Faria Santos sugeriram que, em caso de necessidade de redução de gastos, o governo poderia suspender a execução de trabalhos adiáveis, como a construção do palácio do governo e outros edifícios públicos.

---

[28] Uma das sete máximas de Clotilde de Vaux, reproduzidas à exaustão nas publicações da IPB, indaga: "Que prazeres podem exceder aos da dedicação?".

[29] Carta de Carlos Torres Gonçalves e João Luís de Faria Santos a Borges de Medeiros, 5 de outubro de 1914. ACPPA.

Em dezembro de 1914, em função da iniciativa do governo estadual de submeter à discussão pública o "Projeto de consolidação das leis orgânicas do Estado", Torres Gonçalves e Faria Santos tiveram a oportunidade de elaborar um estudo sistemático da situação do funcionalismo, apresentando diversas propostas amparadas no pensamento de Auguste Comte.

Um dos artigos do projeto governamental contestados no longo estudo de Torres Gonçalves e de Faria Santos foi o de n.º 163, que previa a realização de inspeção médica no candidato aprovado em concurso para que fosse efetivada sua nomeação. Segundo a argumentação dos positivistas ortodoxos gaúchos, tal artigo caracterizaria uma invasão do poder temporal em funções espirituais. Reconheciam, entretanto, que uma pessoa não deveria ser admitida em uma função pública que não tivesse condições de exercer. Assim, um cego não poderia ser nomeado professor. Mas tal incapacidade deveria ser evidente, não ficando a mercê de uma avaliação médica, "pois que a medicina constitui uma função sacerdotal, isto é, espiritual". Portanto, quando a avaliação das condições físicas e morais do candidato exigisse a intervenção de um médico ou de um sacerdote, o Estado não deveria interferir, devendo a responsabilidade pela contratação ficar com a consciência individual e com a opinião pública.[30]

Entre muitos outros, Torres Gonçalves e Faria Santos contestaram o artigo n.º 235 do projeto governamental, que versava sobre a aposentadoria, estabelecendo que os magistrados e funcionários públicos teriam direito a ela qualquer que fosse o tempo de exercício, mas somente nos casos de invalidez em serviço do Estado. Na emenda sugerida pelos positivistas ortodoxos gaúchos, o artigo ficaria com a seguinte redação:

> "A aposentadoria dos funcionários do Estado terá lugar no caso único de invalidez comprovada, considerando também como tal a velhice, aos 63 anos de idade. Atingido, porém, esse limite, poderá o funcionário, se quiser, continuar no exercício de suas funções".[31]

Observe-se que a idade sugerida por Torres Gonçalves e Faria Santos para a aposentadoria coincidia com a idade prevista por Comte para o

[30] In: "Emendas ao projecto de consolidação das leis orgânicas do Estado" apresentadas por João Luís de Faria Santos e Carlos Torres Gonçalves em 5 de dezembro de 1914, p. 2. ACPPA.
[31] Idem, p. 11.

recebimento do sacramento positivista do "retiro".[32] Argumentaram ainda que, adotando tal medida, o Estado estaria colaborando para o exercício da salutar influência social dos velhos.

Torres Gonçalves e Faria Santos criticaram o artigo do projeto governamental que estabelecia que os funcionários se aposentariam com as vantagens decorrentes da ocupação de algum cargo somente se permanecessem nele por, no mínimo, dois anos. No entender deles, esse artigo não estaria amparado em nenhuma razão social. Também criticaram a proporcionalidade do valor da aposentadoria de acordo com o tempo de serviço, entendendo que "a aposentadoria não deve ser considerada como um prêmio pecuniário e muito menos proporcional ao tempo de exercício, mas apenas como um dever iniludível, por parte do Estado, de assistir aos seus funcionários inválidos".[33]

Também o artigo n.º 257, que estabelecia a possibilidade do governo conceder aos funcionários públicos prêmios honoríficos ou pecuniários por notáveis serviços ao Estado, sofreu críticas de Torres Gonçalves e de Faria Santos. Observe-se que, apesar da carta que o primeiro havia dirigido a Borges de Medeiros alguns meses antes, o projeto governamental manteve a idéia de conceder tais benefícios à elite do funcionalismo público.[34]

Faria Santos e Torres Gonçalves reconheceram que a Constituição estadual de 14 de julho de 1891 permitia ao governo conceder tais premiações aos funcionários públicos, mas lembraram que ela também estabelecia que todos são iguais perante a lei, não podendo haver privilégios, e que o projeto de lei contemplava apenas o funcionalismo. Para elucidar a questão, argumentaram:

> "(...) como em outros pontos dos mais importantes, a disposição da Constituição do Rio Grande do Sul, a respeito do assunto de que nos ocupamos, reproduz as *Bases de uma constituição política ditatorial federativa para a República brasileira*, organizada pelo Apostolado Positivista do Brasil".[35]

---

[32] Cf. COMTE, Auguste. *Catecismo Pozitivista,* p. 130.
[33] In: "Emendas...", p. 13 (refere-se aos artigos 236 e 237 do projeto governamental).
[34] A carta aqui referida é a que Torres Gonçalves escreveu para Borges de Medeiros em 2 de agosto de 1914, antes analisada.
[35] In: "Emendas...", p. 17-18. ACPPA.

Portanto, mencionando a influência do projeto de Constituição elaborado por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes sobre o texto constitucional sul-rio-grandense elaborado por Júlio de Castilhos, Torres Gonçalves e Faria Santos avocavam para si um pouco da autoridade dos apóstolos da IPB, procurando assim convencer Borges de Medeiros a seguir as proposições que estavam formulando.

Torres Gonçalves e Faria Santos propuseram ainda a inclusão de um artigo não previsto no projeto preparado pelo governo. Tratando da instituição de uma pensão às famílias desamparadas dos funcionários falecidos, os dois engenheiros gaúchos escreveram:

> "A pensão é um deve iniludível, pois decorre do fato social de que o indivíduo isolado é uma abstração. A realidade é o indivíduo ligado a alguma família como pai, esposa, filhos, irmão, etc., o que equivale dizer que a célula social é a família e não o indivíduo. Desde então, sem grave perturbação da ordem social e injustiça, não pode o Estado agir como se o funcionário não tivesse família".[36]

Neste trecho, novamente se percebe o eco das palavras de Auguste Comte sobre a função social da família. Os positivistas gaúchos lembravam ainda ser uma incoerência a concessão de aposentadoria ao funcionário e a não concessão de pensão à viúva. Com relação a este ponto específico, os argumentos de Torres Gonçalves e de Faria Santos foram assimilados pelo governo. Porém, em linhas gerais, muito pouco daquilo que propuseram a respeito do funcionalismo público foi implementado efetivamente.

Seria inviável, no presente trabalho, abordar a totalidade das realizações de Torres Gonçalves ao longo dos 35 anos em que atuou como engenheiro da Secretaria de Obras Públicas. Na imensa quantidade de escritos por ele produzidos em sua longa existência, sem dúvida, a maior parte foi elaborada na condição de funcionário público. Além dos detalhados e exaustivos relatórios anuais acerca dos trabalhos realizados pelas diretorias que estiveram ao seu encargo, também foi muito grande o volume da correspondência administrativa redigida por ele. Na condição de engenheiro, ele também foi responsável pela elaboração de cálculos para a construção de obras públicas e pela realização de mapas, planos e gráficos.[37] Neste sentido, diante de tal

[36] Idem, p. 22-23.
[37] A maior parte da documentação produzida por Torres Gonçalves como funcionário público, se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Cópias de alguns

prolixidade, optei por privilegiar a análise de alguns aspectos específicos da atuação profissional de Torres Gonçalves, destacando as ações desenvolvidas relativamente à colonização da região norte do Rio Grande do Sul, à proteção de suas populações indígenas, à preservação do meio-ambiente e às obras de infra-estrutura.[38]

4.2 – Torres Gonçalves e a questão fundiária no Rio Grande do Sul

Se em relação aos aspectos íntimos de sua existência Torres Gonçalves conseguiu manter um elevado grau de fidelidade aos preceitos da religião fundada por Auguste Comte, de acordo com a interpretação que dela fizeram os apóstolos da IPB, em relação aos seus afazeres profissionais as dificuldades encontradas foram bem maiores.

Um exemplo claro dos obstáculos com que Torres Gonçalves se defrontou para implementar as propostas do filósofo francês em suas atividades como engenheiro da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul pôde ser percebido quando ele assumiu a Diretoria de Terras e Colonização, em 1908, tendo entre suas tarefas a de encaminhar uma solução para os problemas fundiários do Estado.

Entretanto, antes de tratar da atuação de Torres Gonçalves à frente da Diretoria de Terras e Colonização é necessário que se trace um histórico da ocupação territorial, da colonização e da questão fundiária no Rio Grande do Sul.

Deixada ao abandono durante os primeiros tempos da colonização ibérica da América do Sul, a região platina passou a ser valorizada no final do século XVI por ser o local por onde era escoada parte substancial da produção

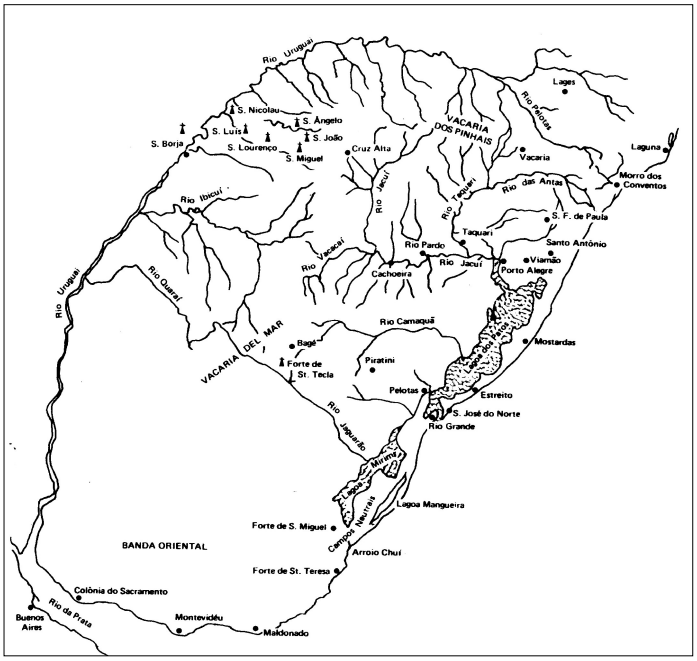
---

documentos de sua autoria foram levados para o Rio de Janeiro e se encontram entre os papéis por ele deixados para seus familiares, enquanto outros permaneceram no Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre. O Arquivo da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul possui cópias de todos os relatórios da Diretoria de Terras e Colonização e da Diretoria de Viação Fluvial elaborados por Torres Gonçalves. Também existem documentos elaborados por Torres Gonçalves espalhados por diversas cidades do norte do Rio Grande do Sul que, em suas origens, foram submetidas à Diretoria de Terras e Colonização.

[38] A influência do positivismo na atuação profissional de Torres Gonçalves, no delineamento da política fundiária do Estado do Rio Grande do Sul e na proteção aos índios foi o tema central de minha dissertação de mestrado, da qual me utilizei para redigir o presente capítulo. Cf. PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-grandense e a política indigenista na República Velha*. Porto Alegre: PPG – História / UFRGS, 1997.

de metais preciosos oriunda da cordilheira dos Andes. Posteriormente, com a proliferação do gado introduzido por missionários jesuítas, a região em torno do rio da Prata deixou de ser vista apenas como um estratégico ponto de acesso aos metais andinos. A região passou a ter atrativos próprios: o trabalho disciplinado dos índios guaranis catequizados pelos jesuítas e a proteína da carne de gado. Esses fatores somados levaram as coroas de Portugal e da Espanha, entre o final do século XVII e o início do século XIX, a travarem contínuas guerras e a entabularem sucessivos acordos diplomáticos visando à obtenção do controle sobre a região platina.[39]

A presença ibérica no atual território sul-rio-grandense data da primeira metade do século XVII, quando jesuítas a serviço da Coroa espanhola vindos do Paraguai criaram diversas missões entre os índios guaranis na região noroeste do Rio Grande do Sul (conhecida hoje em dia, não por acaso, como região missioneira). Mas a presença dos missionários jesuítas na margem esquerda do rio Uruguai nunca foi tolerada pelos bandeirantes de origem lusitana, que promoviam freqüentes ataques na região com os objetivos de escravizar os índios, de se apropriar do gado e de se apossar de outros bens de valor que encontrassem. Da mesma



* Mapa da região platina. In: PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*, p. 19.

[39] A bacia do rio da Prata é uma das mais importantes da América do Sul. Para ela confluem importantes rios que nascem em território brasileiro, como o rio Paraguai, o rio Paraná e o rio Uruguai (este último separa o Rio Grande do Sul de Santa Catarina e da Argentina), além de vários rios que descem da cordilheira dos Andes. A partir do final do século XVI, parte da produção de prata da região de Potosí, no alto Peru, passou a ser contrabandeada pelo porto de Buenos Aires. Daí o nome de rio da Prata para o estuário que banha aquela cidade. Por "região platina" entende-se a vasta área que compreende o entorno de Buenos Aires, praticamente todo o território do Uruguai e a metade sul do território do Rio Grande do Sul, caracterizada pela presença de planícies monótonas, pela topografia pouco acidentada, pelo predomínio de campos e pela escassa arborização. Por seu relevo e por seu tipo de vegetação a região também é conhecida como "campanha" ou "pampa".

forma, os espanhóis promoviam sucessivos ataques à Colônia de Sacramento, que Portugal fundara em 1680 na margem esquerda do rio da Prata, defronte a Buenos Aires. Em 1750, através do Tratado de Madrid, as duas monarquias ibéricas estabeleceram que Portugal entregaria à Espanha a Colônia de Sacramento, recebendo em troca o território das missões jesuíticas situado na margem esquerda do rio Uruguai. Pouco depois, entre 1752 e 1756, as duas coroas se uniram para lutar contra os índios guaranis e contra os jesuítas que se recusavam a cumprir os termos daquele acordo e a abandonar a região. As missões foram destruídas e os jesuítas expulsos dos territórios controlados pelas coroas ibéricas. Em 1761, através do Tratado de El Pardo, o acordo de 1750 foi desfeito, retornando a região noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul para o controle espanhol, através de uma administração leiga.

A partir da fundação de Rio Grande, em 1737, a Coroa portuguesa passou a ocupar o litoral sul do atual território do Rio Grande do Sul e a região em torno da lagoa dos Patos, progressivamente se expandindo para o interior do continente através da concessão de terras aos seus chefes militares. Desta forma, a região sul do atual território sul-rio-grandense foi progressivamente ocupada por estâncias dedicadas à pecuária (inicialmente através da apropriação dos rebanhos introduzidos pelos jesuítas que haviam se multiplicado e se espalhado livremente pela campanha, e depois através da criação). Em meados do século XVIII a Coroa portuguesa passou a introduzir colonos vindos das ilhas dos Açores, instalando-os em pequenas propriedades em torno da lagoa dos Patos e ao longo do curso do rio Jacuí, assim procurando aumentar a densidade demográfica daquela região e diminuir a influência dos estancieiros-militares. Porém, as freqüentes requisições da produção agrícola dos açorianos para abastecer as forças militares envolvidas nos conflitos com os espanhóis e o engajamento dos colonos como soldados nas referidas guerras acabaram por dificultar a prosperidade dessas pequenas propriedades dedicadas à agricultura. O padrão de ocupação da terra que acabou por se consolidar no Rio Grande do Sul meridional foi o da grande propriedade voltada para a pecuária.

Em 1777, após treze anos em que a cidade de Rio Grande e boa parte da região sul do atual território gaúcho estiveram sob o domínio espanhol, foi firmado o Tratado de Santo Ildefonso, através do qual Portugal recuperou

aquela cidade e a região de seu entorno em troca da Colônia de Sacramento. De acordo com aquele tratado, a metade oeste do Rio Grande do Sul caberia aos espanhóis, enquanto que a metade leste caberia aos portugueses. A partir de então, teve início um inédito período de paz entre luso-brasileiros e hispano-americanos na região platina, prolongando-se até o início do século XIX.

Em 1801, forças portuguesas voltaram a ocupar a margem esquerda do rio Uruguai, encontrando escassa resistência espanhola. Com o processo de independência das antigas colônias ibéricas na América do Sul, a partir de 1810, os conflitos de fronteira voltaram a se intensificar. Em 1811, aproveitando-se do enfraquecimento espanhol provocado pela independência argentina, a Coroa portuguesa (que viera para o Brasil três anos antes, fugindo do domínio de Napoleão sobre a Europa) retomou seu antigo projeto de estender seus domínios até a margem esquerda do rio da Prata, ocupando a assim chamada Banda Oriental. Porém, já no ano seguinte os luso-brasileiros foram expulsos pelas forças espanholas concentradas em Montevidéu. Em 1816 as forças luso-brasileiras voltaram a ocupar a Banda Oriental, incorporada ao Império bragantino em 1821 com o nome de Província Cisplatina. Para consolidar seu domínio na região, a Coroa fez larga distribuição de terras aos estancieiros-militares rio-grandenses que deram suporte para a conquista. Portanto, o processo de apropriação da terra na metade sul do Rio Grande do Sul foi concluído ainda antes da independência do Brasil em relação aos portugueses.

Em 1824, apenas dois anos após a independência do Brasil, o governo imperial começou a introduzir colonos germânicos na região ao norte de Porto Alegre, objetivando implementar a ocupação do Rio Grande do Sul e preparar o país para a futura abolição dos escravos de origem africana, percebida como inevitável nas décadas seguintes. Havia ainda o propósito de promover o processo de gradativo “branqueamento” da sociedade brasileira.

Até o término da revolução Farroupilha, em 1845, a região norte do Rio Grande do Sul permaneceu escassamente povoada por habitantes luso-brasileiros. Diferentemente da região meridional do Rio Grande do Sul, caracterizada pela presença de planícies extensas, sua região setentrional apresenta um relevo bem mais acidentado, alternando regiões montanhosas e de mata fechada com áreas planas e de campo. Além das dificuldades

impostas pela natureza para a ocupação daquela área, havia também a presença de grupos indígenas hostis, principalmente os kaingangs, que promoviam ataques aos colonos que tentavam se instalar nas regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul. Com relação aos índios guaranis da região noroeste anteriormente catequizados pelos jesuítas, a maior parte deles havia se fundido com as populações pobres de origem portuguesa e espanhola e se convertido em trabalhadores rurais.

A Constituição Imperial de 1824 não fez referência aos indígenas ou às suas terras. Porém, em 1845 foi criada a Diretoria Geral dos Índios e aprovado o Regulamento das Missões, estabelecendo a política para as populações indígenas que permaneceu em vigor até 1889. No Rio Grande do Sul, a retomada das missões cristãs entre os índios kaingangs e guaranis da região norte ocorreu pouco depois do término da Revolução Farroupilha, em 1845, quando o jesuíta espanhol Bernardo Parés, acompanhado de um grupo de missionários expulsos da Argentina, obteve autorização do governo provincial para atuar nos toldos indígenas de Nonoai e da Guarita, onde viviam reunidos cerca de 2.000 índios. Dentro do projeto dos governos provincial e imperial de promover a colonização da região norte do Rio Grande do Sul, então escassamente povoada, era fundamental que os indígenas fossem contidos em áreas restritas e convertidos em mão-de-obra. Observe-se, entretanto, que os missionários tinham sua atuação junto aos índios controlada por um diretor nomeado pelo presidente da Província, de modo a impedir que fosse retomada a idéia de implementar um "Império teológico" entre os silvícolas, como ocorrera com os jesuítas em relação aos guaranis do Paraguai.

Em 1850 o governo imperial criou a chamada "Lei de Terras", estabelecendo que as terras públicas deixariam de ser doadas sob a forma de sesmarias (o que, de fato, deixara de ocorrer em 1822) e que passariam a ser vendidas.[40] Tal medida favoreceu o avanço da sociedade nacional sobre as terras do norte do Rio Grande do Sul, evidenciado pela criação de diversos novos municípios.[41]

---

[40] Sobre a lei de terras de 18 de setembro de 1850 e seu respectivo regulamento de 30 de janeiro de 1854, ver CARVALHO, José Murilo de. "Modernização frustrada: a política de terras no Império". In: *Revista Brasileira de História*, n.º 1, março de 1981, p. 39-57.

[41] Antes da revolução Farroupilha, naquela região existia apenas a sede do município de Cruz Alta (criado em 1834). Após o término do conflito surgiram os municípios de Passo Fundo

A partir de 1875 os governos provincial e imperial iniciaram a introdução de colonos italianos na serra nordeste do Rio Grande do Sul. Com o rápido crescimento da população colonial, novas áreas foram ocupadas. Ao longo das décadas seguintes, tal aumento da pressão pela posse da terra fez com que se intensificassem os choques das populações indígenas com as grandes propriedades luso-brasileiras e com os minifúndios dos colonos alemães e italianos.

A Diretoria Geral dos Índios e suas representações provinciais desapareceram juntamente com o regime monárquico. Através do decreto n.º 7, datado de 20 de novembro de 1889, o governo provisório republicano estabeleceu que todas as atividades de catequese e civilização dos índios seriam de responsabilidade dos estados.

De outra parte, no princípio de 1890 o governo provisório tomou medidas visando impedir a legalização de posses de terra fraudulentas. Assim, o decreto n.º 451-B, de 31 de maio daquele ano, determinou que as negociações envolvendo terras operassem pelo "Sistema Torrens", isto é, que todas as transações envolvendo uma determinada área fossem registradas em um único título. Por outro lado, no âmbito do Ministério da Indústria e Obras Públicas surgiu a Repartição Geral de Terras Públicas, sendo criadas inspetorias em cada um dos estados da União. Através deste órgão, o governo provisório procurava articular o apoio de proprietários particulares, companhias de colonização e bancos no sentido de promover a vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil, visando com isto desenvolver a agricultura e proporcionar mão-de-obra às indústrias incipientes.[42]

Pouco depois, através de seu artigo 64, a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891 estabeleceu que as terras devolutas pertenceriam aos estados, cabendo à União apenas a porção de terras necessárias à defesa das fronteiras. Tal posição fora defendida pela Igreja Positivista do Brasil (IPB) em

---

(1857), Palmeira das Missões (1874), Soledade (1875), Lagoa Vermelha (1876) e Vacaria (1878).

[42] Cf. KLIEMANN, Luiza. *RS: Terra & poder - história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 42-44.

representação dirigida à Assembléia Constituinte, sendo referendada por Júlio de Castilhos e pelos demais membros da bancada gaúcha.[43]

Sendo a Constituição federal de 1891 completamente omissa quanto à situação dos indígenas e das terras por eles ocupadas, e tendo o decreto n.º 7 do governo provisório transferido aos governos estaduais a responsabilidade por sua "civilização", seria de esperar que Júlio de Castilhos fizesse uso de tal faculdade e, baseando-se nos princípios comtianos que o inspiraram na elaboração do conjunto da Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891, nela estabelecesse uma política protetora das populações silvícolas.

Destaque-se que o projeto de Constituição apresentado por Miguel Lemos e Teixeira Mendes aos constituintes federais, que tanto influenciou o texto de Castilhos, havia sido bastante explícito em afirmar que a nação brasileira tinha uma dívida histórica relativamente aos povos indígenas, devendo protegê-los dos ataques que vinham sofrendo da frente de expansão da sociedade nacional e respeitar suas respectivas autonomias.[44]

Ao elaborar a Constituição sul-rio-grandense, Júlio de Castilhos não ignorava os termos daquele projeto de Constituição elaborado por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes, visto que reproduziu literalmente diversas passagens do texto dos diretores da IPB. Deste modo, a omissão de Castilhos com relação aos indígenas pode ser interpretada como uma concessão feita aos "coronéis" que dominavam a política gaúcha no âmbito dos municípios e

---

[43] Cf. ROURE, Agenor de. *A constituinte republicana.* (2ª ed.) Brasília: Senado Federal/Editora Universidade de Brasília, 1979, vol. I, p. 124 e vol. II, p. 117-119.

[44] A íntegra do artigo referente aos índios contido no projeto de constituição apresentado pelos apóstolos da IPB é a seguinte: "Art. I - A República dos Estados Unidos do Brasil é constituída pela livre federação dos povos circunscritos dentro dos limites do extinto Império do Brasil. Compõe-se de duas sortes de estados confederados, cujas autonomias são igualmente reconhecidas e respeitadas segundo as formas convenientes a cada caso, a saber: I - Os Estados Ocidentais Brasileiros sistematicamente confederados e que provém da fusão do elemento europeu com o elemento africano e o americano aborígene; II - Os Estados Americanos Brasileiros empiricamente confederados, constituídos pelas hordas fetichistas esparsas pelo território de toda a República. A federação deles limita-se à manutenção das relações amistosas hoje reconhecidas como um dever entre nações distintas e simpáticas, por um lado; e, por outro lado, em garantir-lhes a proteção do Governo Federal contra qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios. Estes não poderão jamais ser atravessados sem o seu prévio consentimento pacificamente solicitado e só pacificamente obtido". In: LEMOS, Miguel & MENDES, Raymundo Teixeira. *Bazes de uma Constituição política ditatorial federativa para a República brazileira*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1890 (n. 82), p. 1-2.

que estavam na linha de frente da ocupação das terras dos silvícolas.[45] Tal idéia é confirmada pela lacuna em relação aos indígenas existente nas diferentes versões do programa do PRR, elaboradas ao longo do período de propaganda republicana e de efetivo exercício do poder.[46]

A luta pela posse das terras ocupadas pelos indígenas se tornou ainda mais acirrada no Rio Grande do Sul durante a primeira década do regime republicano, agravando-se particularmente durante a revolução Federalista, entre 1893 e 1895, quando parte da população procurou se abrigar no interior das cerradas matas existentes no norte do Estado.

Em 14 de janeiro de 1898, poucos dias antes de entregar o governo estadual a Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos apresentou a exposição de motivos para a elaboração de uma lei dispondo sobre terras públicas, colonização e preservação de florestas, visando com isto por termo às fraudes e usurpações que vinham desfalcando o patrimônio territorial do estado.

Exemplificando a situação caótica por ele herdada, Castilhos lembrava que no período compreendido entre a Lei de Terras de 1850 (acompanhada do regulamento de 1854) e 1881, mais de 50 léguas quadradas de terras públicas invadidas haviam sido legitimadas. Mantendo o respeito às disposições daquela lei, que continuava vigorando, o líder do PRR propunha no projeto de lei, que então apresentava, a facilitação da legalização de posses anteriores a 15 de novembro de 1889, desde que estas fossem morada habitual do requerente e estivessem regularmente cultivadas. De outra parte, o projeto dava especial atenção à preservação das florestas, fundamental para a manutenção de um clima salubre, para a viabilização de uma economia rural harmônica e para evitar a erosão. Lembrava ainda as conseqüências funestas resultantes do descaso com esta questão.[47]

---

[45] Acerca da relação da cúpula do PRR com os coronéis da região norte do Rio Grande do Sul, ver FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

[46] As diferentes versões do programa do PRR foram omissas quanto à situação dos indígenas que habitavam o estado. Apenas em 1930, quando Joaquim Luís Osório publicou a íntegra dos diferentes programas do partido, é que foi inserida a seguinte referência, no âmbito das "teses sociais" defendidas: *h) Proteção e defesa do íncola selvagem, garantindo-lhe a posse do território, acolhendo-o, educando-o, incorporando-o ao convívio nacional*. In OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul – período republicano*. Pelotas: Globo, 1930, p. 50.

[47] Cf. Rio Grande do Sul. *Terras públicas, colonização e florestas do estado - lei nº 28, de 5 de outubro de 1899 e regulamento approvado por decreto nº 313, de 4 de julho de 1900*. Porto Alegre: Officinas de "A Federação", 1900, p. 3-8.

De acordo com a Constituição estadual, o projeto de lei deveria receber ampla publicidade, podendo ser enviadas sugestões no sentido de seu aperfeiçoamento. Estas, no entanto, seriam assimiladas ou descartadas de acordo com o livre arbítrio do presidente. Envolvendo questão tão polêmica, o projeto foi bastante ampliado, convertendo-se em lei apenas em 5 de outubro de 1899, já no governo de Borges de Medeiros. Portanto, entre o projeto de Castilhos e o texto final da lei assinada por seu sucessor, transcorreram mais de 20 meses.

A lei de 5 de outubro de 1899 estabelecia, em quatro títulos, os critérios de identificação das terras devolutas, de legitimação de posses iniciadas ainda no Império, de discriminação e medição dos lotes e, finalmente, de venda das referidas terras. [48]

Através do decreto n.º 313, de 4 de julho de 1900, Borges de Medeiros aprovou o regulamento para a execução daquela lei. Tal regulamento, de autoria do secretário de Obras Públicas João José Pereira Parobé, estabelecia a competência daquela Secretaria, através da Diretoria de Terras e Colonização e das diversas comissões a ela submetidas, para implementar as determinações governamentais referentes às terras devolutas existentes no Rio Grande do Sul, descrevendo minuciosamente os critérios a serem observados. Percebe-se neste regulamento a preocupação em promover a ocupação do território e a formação de novas comunidades em harmonia com o meio ambiente, viabilizando a preservação de reservas florestais.[49]

Porém, entre o legal e o real existe um abismo. As dificuldades do governo estadual no sentido de fazer cumprir as determinações constantes naquela lei e seu respectivo regulamento logo vieram à tona. Estas se materializaram nos constantes conflitos entre os funcionários da Secretaria de Obras Públicas, responsáveis pela fiscalização do respeito àqueles dispositivos, e as autoridades políticas e policiais dos distintos municípios da região norte do estado, comprometidos com os interesses da oligarquia local.

De outra parte, a ausência de uma política indigenista oficial ao longo das primeiras décadas do regime republicano no Brasil permitiu que as ordens religiosas católicas retomassem o espaço perdido. No Rio Grande do Sul, a

[48] *Idem*, p. 9-12.
[49] *Idem*, p. 13-53.

partir de 1903, missionários capuchinhos começaram a atuar nas povoações indígenas – "os toldos" – existentes na região nordeste do Estado.

Os problemas decorrentes dos conflitos entre as populações indígenas e a sociedade nacional (abrangendo as diferentes esferas do poder público e o conjunto da sociedade civil) não estavam, no Rio Grande do Sul, entre aqueles que recebiam a atenção prioritária do governo estadual. As populações indígenas somavam não mais do que 4.000 indivíduos no Estado, sendo de cerca de 900 mil pessoas o conjunto de sua população no princípio da República. Deste modo, os índios representavam menos do que 0,5% do total.[50]

A situação era bem diversa em outros estados brasileiros, como o Mato Grosso e o Amazonas, por exemplo, onde as populações indígenas compunham a maioria e se constituíam em obstáculos efetivos ao avanço da sociedade nacional. Sob a tutela do poder econômico regional e sem a fiscalização de autoridades federais, as autoridades estaduais não tomaram nenhuma iniciativa no sentido de proteger aos índios da pressão exercida pela frente de expansão econômica. Os conflitos se tornaram inevitáveis, geralmente com os indígenas sendo derrotados. Em decorrência, o governo brasileiro passou a ser acusado de cumplicidade com o extermínio dos índios por diversas associações científicas européias. No Brasil, a polêmica acerca da situação dos indígenas ganhou proporções a partir da publicação de um artigo do diretor do Museu Paulista, o cientista alemão Hermann von Ihering, na revista daquela instituição, em 1908, no qual foi defendido o extermínio dos índios que vinham barrando o avanço da civilização.[51]

---

[50] Nas décadas seguintes a população indígena se manteve estável, enquanto que a população do Rio Grande do Sul cresceu rapidamente, atingindo 2.182.723 pessoas em 1920, de modo que os indígenas passaram a representar menos de 0,2% do total. Os dados populacionais sobre o Rio Grande do Sul constam em MOREIRA, Igor. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 61; os dados sobre a população indígena estão nos relatórios elaborados por Torres Gonçalves na Diretoria de Terras e Colonização.

[51] Referindo-se aos confrontos entre os colonos de origem alemã e os índios kaingangs (grupo xokléng) na região em torno de Blumenau, em Santa Catarina, von Ihering escreveu que os silvícolas "(...) não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e, como os kaingangs selvagens são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio". In: IHERING, Hermann von. "A anthropologia do Estado de São Paulo". In: *Revista do Museu Paulista*, vol. VII, 1907, p. 215 (a revista foi editada efetivamente no ano seguinte).

Naquele mesmo ano, em contrapartida, Teixeira Mendes publicou uma série de artigos nos jornais do Rio de Janeiro em que manifestou sua repulsa pelas opiniões expressas pelo diretor do Museu Paulista, lamentando a "inqualificável e bárbara teoria de um cientista estranho aos nossos sentimentos e aos nossos melhores preconceitos".[52]

Em linhas gerais, essa era a situação fundiária do Rio Grande do Sul e tais eram os contextos nacional e estadual da questão indígena no momento em que Torres Gonçalves assumiu a Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, em meados de 1908.

O primeiro documento importante produzido por Torres Gonçalves na condição de responsável pela Diretoria de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul foi um relatório intitulado "A questão de terras", escrito em setembro de 1908. Neste documento Torres Gonçalves abordou fundamentalmente o problema das terras públicas invadidas por particulares, assim enfocando a situação:

> "A chamada questão de terras, no Rio Grande, não é uma simples questão de terras. Envolve também, segundo pensamos, uma questão social. Porque nela acham-se em jogo múltiplos interesses de natureza diversa, não só interesses materiais, dos particulares e do Estado, como interesses políticos relativos à tranqüilidade e à garantia de uma parte da população do Rio Grande do Sul. E isto faz sentir desde logo que a solução de semelhante questão não pode ser obtida mediante as simples regras do direito comum". [53]

Após relatar o caráter endêmico da fraude na constituição da propriedade fundiária nos municípios de Passo Fundo, Guaporé e Soledade, onde o cartório que continha os registros fundiários havia sido incendiado durante a revolução na década anterior, Torres Gonçalves lembrou que aquelas terras não estavam mais nas mãos dos primitivos invasores, que as venderam a adquirentes de boa fé. Neste sentido, a Diretoria de Terras e

---

[52] Cf. MENDES, Raymundo Teixeira. *Ainda a República e o militarismo.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1908 (n.º 271).

[53] O relatório "A questão de terras" foi enviado para o secretário das Obras Públicas, Cândido Godoy, para o presidente do Estado, Carlos Barbosa e para Borges de Medeiros, que, mesmo afastado do governo, permaneceu no comando do Partido Republicano Rio-Grandense. Nesta e nas demais manifestações escritas, seja como funcionário público ou como propagandista da religião da Humanidade, Carlos Torres Gonçalves assinou "C. Torres Gonçalves", abreviando seu prenome, talvez inspirado exemplo do vice-diretor da Igreja Positivista do Brasil, que assinava "R. Teixeira Mendes". Cf. Relatório de Carlos Torres Gonçalves a Borges de Medeiros, 8 de setembro de 1908. ABM / IHGRGS, doc. nº 5067.

Colonização por ele comandada propunha que o Estado adotasse uma solução administrativa para o assunto, e não uma solução judicial, pois esta se arrastaria por muito tempo e jamais teria um resultado satisfatório. Nas palavras de Torres Gonçalves,

> "Como tudo deve ser referido à sociedade, para cuja própria ordem e desenvolvimento foi que o homem codificou as regras, que constituem as leis sob as quais cada povo se rege, sempre que se verificar que tais regras não consultam os interesses sociais, fica indicada, e mesmo prescrita, à legalidade das soluções, a sua legitimidade. E ainda aqui o exame de um caso extremo permite bem apanhar semelhante preceito, pois ninguém tem hoje dúvidas de que, diante de uma revolta, benemérito é o Governo que, desprendendo-se das dificuldades ocasionais da lei, sai fora dela para promover o bem público; por outro lado, criminoso seria aquele governante que, por prender-se em absoluto à legalidade, deixasse vingar a desordem e a anarquia. (...). Em questões complicadas como estas, não se pode fazer direito só com a lei, mas também com a razão e a eqüidade".[54]

Ao propor que a situação fosse resolvida administrativamente, e não por intermédio de juizes e advogados, mesmo indo de encontro à lei, a solução proposta por Torres Gonçalves estava plenamente de acordo com o pensamento de Auguste Comte, para quem o direito era uma forma de manifestação da filosofia metafísica.[55]

O ponto de vista externado por Torres Gonçalves acerca da postura que o governo estadual deveria adotar relativamente às terras públicas não contava com o respaldo de seu superior imediato, o secretário das Obras Públicas Cândido Godoy, como demonstra a seguinte passagem de uma carta escrita pelo positivista gaúcho a Miguel Lemos, em setembro de 1909:

> "No relatório relativo ao ano passado (...) eu externei com franqueza o meu modo de encarar os dois assuntos principais da diretoria [terras públicas e colonização], contrário às opiniões correntes e inspirado quanto pude na nossa Doutrina, e estava contando com uma nova tentativa do secretário, idêntica à do ano anterior, de

[54] Idem, ibidem.

[55] No 4º volume do *Système de politique positive*, onde Comte traça um panorama de como seria o futuro humano sob a égide do positivismo, assim ele caracteriza a posterior organização do sistema judiciário e o espaço profissional dos advogados: "Envers leur meilleure classe, la supression des procès philosophiques ou politiques, l´extension de l'arbitrage et des justices industrielles, permettront de réduire et simplifiquer les offices judiciaires, dont les principaux titulaires auront subi le régénération positive. L'extinction des écoles de droit ayant borné l'éducation spéciale des avocats à l'apprendissage pratique, ils disparaîtront graduellement quand on leur ôtera le monopole des défenses légales, en réalisant, dans un milieu mieux disposé, la noble tentative des juristes dantoniens". In: COMTE, Auguste. *Système de politique positive*, Paris: Carilian-Goeury, 1854, 4º tome, p. 467.

> modificação do relatório, chegando a invocar para isso a vontade presidencial, posto que talvez em falso, quando soube da minha nomeação".[56]

Como se percebe, a efetivação de Torres Gonçalves no comando da Diretoria de Terras e Colonização, que ele ocupava interinamente desde meados de 1908, ocorreu a revelia do titular da Secretaria de Obras Públicas (SOP), sendo amparada nas afinidades ideológicas existentes entre a cúpula do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e da Igreja Positivista do Brasil (IPB).[57]

Outra clara evidência da sólida posição de Torres Gonçalves na máquina administrativa do estado, apesar dos desentendimentos com seu superior imediato, pode ser percebida na seguinte passagem da carta por ele enviada a Teixeira Mendes, em maio de 1910:

> "Faz poucos dias recebi uma carta do ministro Rodolfo Miranda, em resposta aos cumprimentos que há tempos lhe dirigi pela sua digna atitude em relação aos nossos silvícolas. Na sua carta, depois de referir-se aos indígenas, acrescenta que precisamos também cuidar da sorte dos trabalhadores nacionais. A sua manifestação anima-me com a esperança de que ele será realmente capaz de melhorar a situação do proletariado, no que isso depende do governo. Infelizmente, aqui no meu estado, o nosso secretário das Obras Públicas está muito longe de tal atitude. Por vezes já me tem objetado que os nossos patrícios do interior não passam de uns vadios, merecendo, em vez de proteção do governo, que lhe tenho indicado, a expulsão das terras que ocupam e que não sabem aproveitar! No relatório anual que lhe terei de dirigir proximamente, conto retomar este assunto, que não pode deixar de interessar às almas generosas".[58]

Portanto Torres Gonçalves mantinha contato direto com o ministro da Agricultura Rodolfo Miranda, que decretaria menos de um mês depois a criação

---

[56] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 8 de setembro de 1909, AIPB.

[57] O respaldo dado pelas cúpulas da IPB e do PRR à ação de Torres Gonçalves na Diretoria de Terras e Colonização ficou claro com a publicação, no final de 1908, de um folheto através do qual Teixeira Mendes retomou as críticas ao diretor do Museu Paulista Hermann von Ihering, defensor do extermínio dos silvícolas, apresentando a ação do governo do Rio Grande do Sul relativamente aos índios como sendo exemplar. Neste sentido, o folheto reproduz matéria publicada no jornal *Correio do Povo*, em 26 de julho de 1908, noticiando que o presidente Carlos Barbosa havia recebido o líder dos indígenas que viviam próximos de Nonoai e determinado que a SOP fizesse a demarcação de suas terras e lhes desse a assistência necessária. Cf. MENDES, R. Teixeira. *O sientismo e a defeza dos indígenas brazileiros*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1908, p. 6-8. Embora o nome de Torres Gonçalves não tenha sido citado na matéria, ele procurou influenciar a decisão do presidente, encarregando-se depois de enviar a notícia para que o vice-diretor da IPB a fizesse repercutir na capital federal. Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 7 de agosto de 1908. AIPB.

[58] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 24 de maio de 1910, AIPB.

do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN).

De fato, em 20 de junho de 1910, através do decreto n.º 8072, o governo federal criou o SPILTN, ficando a cargo de Rondon a elaboração de seu regulamento e sua direção. Em decorrência deste ato, o governo estadual - que já havia se precavido contra possíveis intervenções da União no Rio Grande do Sul através da nomeação de Torres Gonçalves para tratar da questão agrária no estado - mobilizou-se para assegurar a manutenção de sua autonomia.

Neste sentido, sob o título "O problema agrícola - o decreto de 20 de junho", o jornal oficial do PRR publicou, entre os meses de julho e agosto daquele mesmo ano, uma série de doze editoriais abordando o tema. Estes artigos, publicados por *A Federação* em seu espaço mais nobre, dirigiam-se principalmente às autoridades do governo central, demonstrando que as disposições contidas naquele decreto já vinham sendo aplicadas pelo governo do Rio Grande do Sul por iniciativa própria. Enaltecendo a iniciativa federal de instituir a proteção aos índios e de criar centros agrícolas para os trabalhadores nacionais, o articulista lembrava que os estadistas anteriores dirigiram suas atenções apenas para o elemento estrangeiro, relegando os patrícios à marginalização.[59]

Outro aspecto interessante desenvolvido nesta série de editoriais diz respeito à questão da superpopulação dos países europeus, fato que os levou a incentivar a emigração. Procurando evitar que o fenômeno se repetisse no Rio Grande do Sul, *A Federação* criticava, nas entrelinhas, a vinda de imigrantes com subsídios oficiais, lembrando que a população colonial já era avultada, crescendo rapidamente. Eram abordadas também as teorias de Malthus, Leroux e Proudhon acerca das relações entre o crescimento populacional e o crescimento da produção agrícola.[60]

Por outro lado, o ano de 1908 trouxera um retrocesso relativamente ao programa de colonização e às idéias de Torres Gonçalves. Ocorre que o governo da União impôs ao governo estadual um acordo prevendo a entrada de imigrantes trazidos com subsídios oficiais, contrariando o princípio de que só a imigração espontânea deveria ser aceita (e que esteve em vigor no Rio

[59] Cf. *A Federação*, Porto Alegre, 19 de julho de 1910, p. 1.
[60] Cf. *A Federação*, Porto Alegre, 23, 26, 28 e 30 de julho; 02, 04, 06 e 09 de agosto de 1910.

Grande do Sul entre 1897 e 1907). Assim, entre 1908 e 1914 houve o convívio no estado entre a colonização subsidiada e a colonização espontânea.

Entretanto, o acordo entre os governos federal e estadual para a concessão de benefícios aos colonos europeus que se dispusessem a vir para o Rio Grande do Sul não impediu que Torres Gonçalves se manifestasse em público contrariamente a tal iniciativa. Desta maneira, no relatório da Diretoria de Terras e Colonização do ano de 1909, Torres Gonçalves assim abordou a questão:

> "É corrente se invocar como uma das causas das desgraças reais ou imaginárias que pesam sobre o país a falta de braços. Introduzir braços torna-se, pois, a preocupação dos que assim pensam. E como do que se trata é mesmo só de braços, os mais baratos são os preferíveis, e foi assim que chegou-se a preconizar a imigração japonesa ou chinesa, por contentar-se com menores salários!
> Abstrai-se portanto, do estado dos cérebros que vão governar esses braços reputados necessários, cérebros, entretanto, que precisarão sentir e pensar para concentrarem os meios desses braços agirem no sentido do bem público e não somente sob os estímulos de uma atividade sem moral".[61]

Ao criticar a introdução de novos grupos de colonos no Brasil e aludir à idéia de se promover a imigração de orientais para o país, Torres Gonçalves estava ecoando uma antiga publicação em que Miguel Lemos abordou o assunto.[62] De outra parte, quando fez referência à relação entre os braços, os sentimentos e os cérebros dos trabalhadores, implicitamente o engenheiro rio-grandino estava se referindo à teoria cerebral de Auguste Comte.[63]

Adiante, naquele mesmo relatório da diretoria sob sua responsabilidade, Torres Gonçalves teceu críticas à lógica utilizada por aqueles que justificavam a introdução de novas levas de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul pelos benefícios financeiros que eles trariam:

---

[61] In: Relatório da Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul – ano de 1909, p. 88-89.

[62] Em 1881, poucos meses após ter fundado a Igreja Positivista do Brasil, Lemos publicou um folheto em que criticava os estudos em curso para promover a imigração chinesa para o Brasil. Na opinião do apóstolo positivista, esta seria uma tentativa de dar continuidade à instituição do escravismo no país. Além disso, haveria a dificuldade de integração dos chineses na sociedade nacional. Cf. LEMOS, Miguel. *Imigração chineza – menságem a S. Ec. o Embaixador do Celéste Império junto aos governos da França e Inglatérra*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1881 (n.º 6).

[63] Comte desenvolveu a teoria positiva da natureza humana no capítulo 8 do *Catecismo* ("Ordem humana – primeiro social, depois moral"), sintetizando-a num esquema com a "classificação positiva das dezoito funções interiores do cérebro ou quadro sistemático da alma

> "Duas leis regulam a formação do capital, e são as únicas que a pretendida ciência da economia política poderia invocar: 1º) cada indivíduo produz normalmente mais do que o necessário à sua subsistência; 2º) os materiais elaborados pela indústria humana têm uma duração maior do que o tempo necessário ao seu consumo.
> Ora, é evidente, em virtude dessas duas leis, que quanto mais população, mais produção e maior riqueza. Entretanto, o mesmo não se dá relativamente ao bem estar e à felicidade das populações, pois se é verdade que a riqueza, assim como os tesouros científicos e estéticos, deve ser cada vez mais um fator de bem-estar, este não é ainda proporcional ao aumento dela, sendo até o contrário o que se verifica em nossos dias, o bem-estar diminuindo com o aumento da riqueza. (...). Se o problema do Rio Grande do Sul fosse tornar-se rico, e mais nada, então sim, um dos meios poderia ser atrair braços estrangeiros; mas o problema deste Estado, como o de qualquer país, não pode ser senão conservar melhorando as condições favoráveis que porventura possua, não se deixando fascinar pelos esplendores de uma prosperidade material enganadora. Isto não quer dizer que descuremos o progresso material; mas somente que o subordinemos sempre ao ponto de vista moral, quer dizer, só considerando verdadeiro progresso aquele que se puder traduzir em benefício da massa geral da população, da população proletária (...)".[64]

Ao contrapor a busca da felicidade para a população proletária do Estado à lógica do capital, é bem provável que Torres Gonçalves tenha causado estranheza ao secretário de Obras Públicas, seu superior imediato. Mas Cândido Godoy não permaneceria muito tempo no comando da SOP, enquanto que Torres Gonçalves ainda teria uma longa trajetória na Diretoria de Terras e Colonização.

O primeiro grande projeto executado por Torres Gonçalves à frente da Diretoria de Terras e Colonização foi a criação da colônia Erechim, inicialmente chamada de Paiol Grande, ainda na primeira década do século XX. Neste trabalho Torres Gonçalves procurou articular o povoamento do solo na região com um plano de escoamento da produção agrícola, observando o traçado da ferrovia que executaria a ligação do Rio Grande do Sul com São Paulo, a partir de 1910. Também se preocupou em fundir imigrantes recém chegados da Europa com a população luso-brasileira e com os caboclos, até então marginalizados pela estrutura fundiária estadual. Pretendia, assim, facilitar a assimilação dos colonos estrangeiros e fortalecer a noção de civismo entre os

---

humana". Tal concepção é resumida na máxima comtiana "agir por afeição, e pensar para agir". Cf. COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista,* p. 267-275.

[64] In: Relatório da Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul – 1909 (AHRGS).

nacionais. Outro aspecto importante na criação da colônia Erechim estava na preocupação em preservar as florestas nativas, impedindo o desmatamento desenfreado. Para a execução do projeto, Torres Gonçalves nomeou o engenheiro Severiano de Almeida, funcionário de quadro da SOP.[65]

Nas vésperas da 1º Guerra Mundial, finalmente cessou a introdução no Estado de imigrantes trazidos com subsídios oficiais, como ficara acordado entre os governos da União e do Rio Grande do Sul em 1908. Referindo-se aos problemas decorrentes da presença de um grande contingente de colonos de origem estrangeira no estado, Torres Gonçalves escreveu a Miguel Lemos, em agosto de 1915, relatando o seguinte:

> "Quanto às vossas oportunas reflexões sobre a influência alemã, devo dizer-vos que elas muito agradaram, e eu particularmente estimei a precisão com que tratastes o assunto, confirmando-me na maneira como o encarava. Em virtude da minha função pública, desde a proposta inicial da União, a qual coube-me informar, e depois, durante os seis anos, não cessei de chamar a atenção do governo para os graves inconvenientes do acordo celebrado para o estabelecimento neste Estado de imigrantes por aquela introduzidos. Afinal, o Estado desfez o acordo, em maio do ano passado. Mais da terça parte da população deste estado, isto é, cerca de 600 mil habitantes, são de origem alemã!… No relatório que acabo de entregar, apresento novamente algumas reflexões sobre a necessidade de não instalar mais imigrantes, particularmente os de origem muito afastadas da nossa nacionalidade".[66]

---

[65] Ao realizar o planejamento do núcleo urbano original de Erechim, Torres Gonçalves fez uma homenagem a Paris (a "Meca do Ocidente", segundo os positivistas) ao construir a praça Cristóvão Colombo, para a qual confluem seis ruas, inspirando-se no Arc du Triomphe (para onde confluem doze avenidas). O professor Ernesto Cassol, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, realizou importante trabalho acerca da influência de Torres Gonçalves na criação e no desenvolvimento de Erechim, levantando inúmeras fontes documentais inéditas. Ver CASSOL, Ernesto. *Carlos Torres Gonçalves - vida e obra*. Erechim: FAPERGS, 1996 (relatório de pesquisa datilografado). Em 1938 Torres Gonçalves escreveu ao interventor federal no Rio Grande do Sul. coronel Oswaldo Cordeiro de Farias. sugerindo que, em homenagem à passagem do centenário da morte de José Bonifácio, fosse conferido o seu nome ao município de Erechim, lembrando que esta denominação foi atribuída por ele ao estabelecer as bases da colônia, em 1907. Em 1915, quando propôs a mudança de nome ao governo estadual, este teria negado o pedido sob o argumento de que havia desproporção entre a insignificância da homenagem e a grandeza do vulto. Entretanto, argumentava Torres Gonçalves, desde então a ex-colônia havia crescido muito, sendo então um dos municípios que mais rapidamente se desenvolviam. Atendendo à sugestão, Cordeiro de Farias alterou o nome de Erechim para José Bonifácio através do decreto n.º 7210, de 5 de abril de 1938. Cabe lembrar que, juntamente com Tiradentes e Benjamin Constant, José Bonifácio era um dos personagens históricos brasileiros mais exaltados pela IPB. Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da propaganda positivista no estado do Rio Grande do Sul (ano de 1939)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1940, p. 10-12. Porém, já em 1941, o município de José Bonifácio retomou a antiga denominação de Erechim.

[66] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 12 de agosto de 1915, AIPB. O problema da dificuldade de integração dos imigrantes alemães no Brasil havia sido abordado

O trecho acima da carta que Torres Gonçalves escreveu ao chefe dos positivistas religiosos brasileiros no inverno de 1915 demonstra que não foram poucos os obstáculos encontrados em sua tentativa de aplicar as diretrizes comtianas na solução dos problemas fundiários do Rio Grande do Sul.

Ao rechaçar a entrada de novos colonos europeus no Rio Grande do Sul, entretanto, Torres Gonçalves procurou justificar tal posição a partir da preocupação com a formação da nacionalidade brasileira, rejeitando o procedimento do governo dos Estados Unidos, que bloqueava a entrada de imigrantes doentes.[67] Neste sentido, em 1916, quando a Câmara dos Deputados passou a discutir um projeto de lei visando impedir a entrada dos mutilados da guerra que estava devastando a Europa, Torres Gonçalves se opôs à iniciativa, propondo que se fizesse uma exceção e que se recebesse fraternalmente aqueles que quisessem vir para o país.[68]

Naquele mesmo ano, escrevendo a Teixeira Mendes, Torres Gonçalves voltou a fazer referência ao trabalho que vinha desenvolvendo na Diretoria de Terras e Colonização, particularmente abordando o problema do tratamento dispensado pelo governo estadual aos imigrantes estrangeiros e aos trabalhadores nacionais:

> "Individualmente, as condições da minha função especial na Secretaria das Obras Públicas tem se caracterizado por um rápido desenvolvimento dos trabalhos a meu cargo, resumidos no estabelecimento da ordem na propriedade territorial, ainda muito baralhada [sic], e na organização de novos núcleos coloniais para a instalação dos nacionais e da descendência da avultada população colonial de origem estrangeira existente no Estado. Tenho me

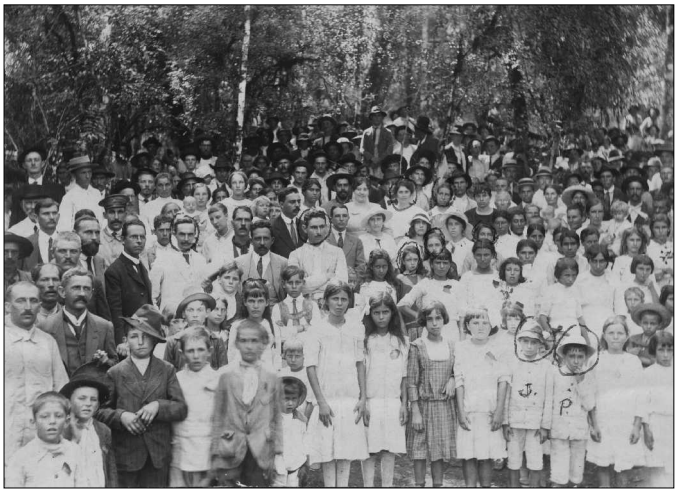
anteriormente por Torres Gonçalves, Faria Santos e Felizardo Júnior em artigo publicado no jornal *A Federação,* em 18 de novembro de 1903, no qual teceram críticas aos jornais da comunidade alemã de Porto Alegre que se opuseram ao relatório da Diretoria de Terras e Colonização por este ter feito restrições à introdução de novos colonos daquela nacionalidade no Rio Grande do Sul. Observe-se que Torres Gonçalves e seus companheiros se manifestaram enquanto propagandistas da IPB, e não como funcionários públicos estaduais.

[67] No relatório de 1914, assim Torres Gonçalves se referiu à questão: "Certamente não aludimos às restrições vexatórias da natureza das que estão em prática nos Estados Unidos da América, que impedem a entrada no território do país dos velhos, dos doentes, dos que não dispõem de um certo capital, e chegam até a indagar do grau da moralidade feminina. Tais restrições, além de vexatórias, são contrárias à fraternidade humana, e como tais condenáveis". In: Relatório da Diretoria de Terras e Colonização – 1914 (AHRGS).

[68] Segundo Torres Gonçalves, "Tais projetos esquecem que, (...) em virtude do aperfeiçoamento incessante das indústrias, estas dependem muito mais dos cérebros do que de braços. Sobretudo esquecem que pode-se ser simultaneamente moço, válido e rico, sem passar-se de um parasita ou pior do que isso; e ser-se velho, pobre e fisicamente inválido, possuindo-se a cabeça de um homem de valor, ou mesmo simplesmente de um homem digno, quer dizer, socialmente útil em qualquer parte do Mundo". In: Relatório da Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul – 1916 (AHRGS).

> esforçado para agir com civismo neste assunto, já se havendo conseguido a supressão regulamentar e efetiva do intitulado serviço de imigração e a substituição do regime de favores aos estrangeiros pelo da proteção aos nacionais".[69]

Neste sentido, procurando beneficiar a população cabocla nacional, historicamente preterida dos favores governamentais em benefício dos imigrantes estrangeiros, Torres Gonçalves fundou, no princípio de 1915, a colônia Santa Rosa, seu segundo grande projeto colonial, cuja execução ficou sob a responsabilidade do engenheiro João Dahne. Naquela época, a Secretaria de Obras Públicas estava nas mãos de João José Pereira Parobé, engenheiro simpático ao positivismo e que já ocupara aquela mesma função nos primeiros anos do século XX.



Visando proporcionar as condições para que o assentamento dos trabalhadores nacionais obtivesse sucesso, Torres Gonçalves preocupou-se em criar vantagens relativamente aos colonos estrangeiros, impedindo que se sentissem desprestigiados:

> "O fundo de nossa ação tem sido este: nunca lhes lançarmos em rosto a sua inferioridade industrial em relação aos estrangeiros, porém chamar-lhes a atenção sobre isto para lhes fazer sentir que podem chegar a obter tanto como eles; jamais induzi-los, como se costumava fazer, a abandonarem as terras para darem lugar a agricultores estrangeiros; pelo contrário, por todos os modos lhes fazer sentir que os preferimos, que nos empenhamos pela sua permanência nas terras que ocupam, o intuito do governo sendo protegê-los; como sinal disto; vender-lhes as terras com redução de 20 a 30% em relação aos preços para os outros agricultores, facilitando-lhes aos mesmos o pagamento em trabalhos, já na construção de estradas gerais e vicinais, já nos estudos e construções de povoamentos".[70]

---

* Fotografia da festa realizada no terceiro aniversário da fundação de Santa Rosa, em 1918. Carlos Torres Gonçalves, a esposa e alguns dos filhos estão em meio à multidão, assinalados por círculos.

[69] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 11 de setembro de 1916, AIPB.

[70] Relatório da excursão ao Município da Palmeira e às colônias Santa Rosa e Guarany, prestado ao Secretário de Obras Públicas, 1917.

Em 24 de fevereiro de 1918 foi inaugurada a estrada de rodagem que ligava a nova colônia ao município de Santo Ângelo, ocasião em que a Comissão de Terras e Colonização de Santa Rosa promoveu uma "Festa aos Nacionais", visto que eles eram mais de 80% dos seus 5.800 moradores. Naquela festa (iniciada com a execução da *Marselhesa* pela banda do 6º Batalhão Ferroviário do Comando de Cruz Alta - enviado pelo confrade positivista Osório de Azambuja Cidade), Torres Gonçalves representou o governo estadual e fez um discurso, reproduzido por *A Federação*, em que fez um balanço dos resultados obtidos e defendeu a iniciativa governamental de conceder terras à população cabocla:

> "A colônia foi fundada apenas há três anos, em 5 de janeiro de 1915. Organizado o plano primacial de proteção aos nossos patrícios, não faltaram manifestações (infelizmente tidas como autorizadas) de que inútil seria esta tentativa, pois apesar da bondade reconhecida deles, recusava-se-lhes capacidade para um trabalho regular. Vaticinava-se mesmo que eles não tardariam em retirar-se sucessivamente das terras da nova colônia à aproximação dos funcionários do Estado e dos agricultores de origem estrangeira que fossem sendo estabelecidos, como isso já acontecera em outras regiões. O governo do estado estava, porém, seguro do resultado que havia de colher. (…).
> Como, pois, duvidar dos resultados? Dos três aspectos da natureza humana, inteligência não é o que falta aos nossos patrícios. Menos ainda lhes falta sentimento. Particularmente como cidadãos, que colono de origem estrangeira será capaz de igual amor, ou idêntica dedicação a esta Pátria? Somente sob o aspecto da atividade torna-se sensível ainda a sua deficiência (portanto, apenas atual) em relação aos colonos de origem estrangeira. Mas a atividade é o menos importante, como o mais modificável dos três aspectos da nossa natureza".[71]

No primeiro parágrafo das palavras de Torres Gonçalves acima citadas percebe-se uma crítica velada ao ex-secretário de Obras Públicas Cândido Godoy, que era cético quanto à possibilidade de sucesso das colônias baseadas em trabalhadores nacionais.[72]

Note-se nas palavras que principiam o segundo parágrafo da citação, nova alusão feita por Torres Gonçalves à teoria cerebral de Auguste Comte,

---

[71] *A Federação*, Porto Alegre, 5 de março de 1918, p.1.

[72] Sobre a população "cabocla" da região norte-noroeste do Rio Grande do Sul, formada por descendentes dos índios guaranis miscigenados às populações pobres hispano-americanas e luso-brasileiras (incluindo as populações negras), ver MARTINI, Maria Luiza. *Sobre o caboclo-camponês: um "gaúcho a pé".* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993 (dissertação de mestrado em Sociologia).

segundo a qual a natureza humana teria essencialmente três aspectos: a inteligência, o sentimento e a atividade.[73]

Torres Gonçalves também criticou a venda de largas porções de terras públicas a companhias privadas de colonização, pois estas fundavam novas povoações sem ter qualquer compromisso com o meio-ambiente, com a população nacional e com o país como um todo:

> "Estes colonizadores particulares (estrangeiros, em regra) têm naturalmente como preocupação preponderante a consecução de bons resultados financeiros. Não realizam, nem têm na atenção devida, as estradas e caminhos. Não organizam com método os povoados. Vão dando às estradas e caminhos, aos grupos de lotes e às linhas coloniais, aos povoados, suas ruas e praças, nomes da sua escolha. Não dispõem sobre as reservas florestais indispensáveis, nem exigem dos colonos a obrigação de defesa e proteção florestal. E sobretudo não observam a proteção devida aos nacionais que encontram nas terras, e antes os vão afastando. Em vez de misturarem agricultores de diversas nacionalidades entre si e com os nacionais, organizam núcleos de uma só nacionalidade, onde a língua e os costumes do país são às vezes totalmente estranhos, com grave perturbação para a marcha de nossa evolução política".[74]

Procurando evitar a formação de novos quistos raciais no Rio Grande do Sul, como aqueles de etnias alemã e italiana surgidos no período imperial, desde o início do período republicano o PRR procurara diversificar a população estrangeira que entrava no Estado. Deste modo, além de alemães e italianos, o Rio Grande do Sul passou a receber também a grupos de imigrantes russos, poloneses, espanhóis, austríacos, suecos, holandeses, suíços e belgas, misturando-os entre si nas diversas colônias criadas para acolhê-los. Em sua ação à frente da Diretoria de Terras e Colonização, Torres Gonçalves procurou adicionar a população cabocla a esses imigrantes, cuidando sempre para que os nacionais fossem maioria em relação aos estrangeiros.

Em 1920, Torres Gonçalves colocou em execução o seu terceiro grande projeto de colonização ao criar a estância de águas minerais de Iraí, para isso tendo viajado a Minas Gerais, visando conhecer a estância existente em Poços de Caldas. Neste projeto, procurou harmonizar a estância hidro-sanitária, as condições estéticas, a urbanização e as vias de acesso à região.

---

[73] Cf. COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista,* p. 267-275.
[74] Relatório da Diretoria de Terras e Colonização – 1917, p. 20-21.

Torres Gonçalves interessou-se particularmente pelo projeto de Iraí, para onde levava sua família nos verões. Cuidou pessoalmente da escolha das denominações para as ruas da cidade, homenageando heróis nacionais, povos indígenas, líderes negros etc. Também foi sua a escolha do nome da cidade, que significa “águas do mel” no idioma guarani. A execução do projeto ficou sob a responsabilidade da Comissão de Terras de Palmeira das Missões, dirigida por Frederico Westphalen, subordinado e amigo pessoal de Torres Gonçalves.[75]

Nos meses de novembro e dezembro de 1919, portanto pouco depois do encerramento da 1ª Guerra Mundial, o jornal *A Federação* publicou uma série de editoriais sob o título “Imigração e colonização dos trabalhadores nacionais”, respondendo a uma consulta feita pelo Ministério da Agricultura ao governo do Rio Grande do Sul no sentido de saber se este desejava fornecer terras para assentar novas levas de imigrantes estrangeiros que queriam se fixar no país. Embora não fossem assinados, percebe-se nestes artigos a influência das idéias defendidas por Torres Gonçalves, que assim pautava a posição do governo estadual. Argumentava-se que o estado não podia receber novos imigrantes porque se dedicava à instalação metódica da avultada descendência de sua população colonial. Lembrava-se ainda que o assunto tinha importância não apenas imediata, para a vida econômica, mas tinha conotações que poderiam alterar a face futura do povo brasileiro. Reafirmava-se ainda a posição do governo estadual no sentido de defender o assentamento de trabalhadores

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DAS OBRAS PUBLICAS

DIRECTORIA DE TERRAS E COLONISAÇÃO

O PROBLEMA DA IMMIGRAÇÃO

Parecer sobre consulta do Ministerio Federal de Agricultura, Industria e Commercio.

(APPROVADO PELO GOVERNO DO ESTADO)

PORTO ALEGRE

1925

---

* Texto produzido por Torres Gonçalves na condição de Diretor de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul, abordando a questão da imigração. Edição do governo estadual.

[75] Inicialmente, Torres Gonçalves atribuiu o nome de “Cruzeiro do Sul” à colônia, numa homenagem à bandeira nacional, mudando depois para “Águas do Mel” (em português) e, finalmente, para Iraí (Ira = mel; hy = água). O trabalho desenvolvido por Torres Gonçalves no planejamento e construção de Iraí foi estudado com profundidade pelo professor Breno Sponchiado, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (campus de Frederico Westphalen), a quem agradeço pela indicação de diversos documentos. Ver

nacionais e a imigração espontânea, sem favores especiais aos estrangeiros por parte das autoridades públicas. Rechaçando afirmativas de que havia hostilidade contra os estrangeiros, foi lembrado que os nacionais deveriam receber sempre a prioridade.[76]

A mesma posição foi adotada posteriormente, quando o governo estadual foi sondado acerca da possibilidade de introdução de imigrantes japoneses no Rio Grande do Sul. Neste caso, Torres Gonçalves foi mais veemente ainda em seu veto à execução de tal idéia, dentro do princípio de que, se estrangeiros tivessem que entrar, que fossem de origem latina, mais facilmente assimiláveis.[77]

Através do decreto n.º 3004, de 10 de agosto de 1922, o governo do Estado do Rio Grande do Sul aprovou o "Regulamento das terras públicas e seu povoamento", de autoria de Torres Gonçalves (embora levasse a assinatura de Ildefonso Soares Pinto, o então secretário das Obras Públicas), revogando o regulamento criado em 1899/1900, até então em vigor, e institucionalizando uma série de iniciativas que o engenheiro positivista já vinha tentando aplicar na Diretoria de Terras e Colonização . O novo regulamento, além de dispositivos referentes à discriminação de terras, legitimação de posses, povoamento e conservação das matas, já existentes no regulamento anterior, tratava também das terras e proteção aos índios[78], estabelecendo ainda uma série de vantagens para que os nacionais adquirissem lotes de terra - como a possibilidade de pagamento em trabalhos nas obras do estado e redução no valor a ser pago. Outro aspecto central deste novo regulamento de terras públicas dizia respeito à tentativa de conter a especulação desenvolvida por companhias de colonização[79].

---

especialmente o capítulo 6, In: SPONCHIADO, Breno. *O positivismo e a colonização do norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PPG – História / PUCRS, 2000 (dissertação de mestrado).

[76] *A Federação*, 27 de novembro de 1919, p. 1. Ver também as edições do mesmo jornal nos dias 28 de novembro; 01, 02, 03, 04, 05, 06, 11, 12 e 18 de dezembro de 1919. Em 1925, diante de uma consulta da Sociedade Nacional de Agricultura ao governo do Rio Grande do Sul acerca de sua posição relativamente à imigração estrangeira para colonizar as terras ociosas, Borges de Medeiros novamente delegou a Torres Gonçalves a tarefa de expor a posição oficial do estado. Neste sentido, sob o título "A questão da imigração", Torres Gonçalves ratificou sua condenação da imigração oficial e seu apoio ao assentamento de nacionais. Cf. *A Federação*, 20-23 de maio de 1925

[77] Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 18 de março de 1922, AIPB.

[78] Tema que será retomado adiante.

[79] Cf. MARTINI, *op. cit.*, p. 343.

Três anos depois, através do decreto n.º 3524, de 5 de outubro de 1925, foram aprovadas as instruções especiais para a execução do Serviço Florestal. Estas instruções também eram de autoria de Torres Gonçalves (embora levassem a assinatura de Antônio Marinho Loureiro Chaves, o então secretário das Obras Públicas), e tinham por objetivo impor penalidades ao abate clandestino de madeiras e erva-mate, assim reprimindo tais atividades. Por outro lado, estas instruções estabeleciam áreas para a constituição de bosques do estado em um percentual de 25% das terras destinadas à colonização.[80]

Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas

DIRECTORIA DE TERRAS E COLONISAÇÃO

SERVIÇO FLORESTAL

INSTRUCÇÕES

Art. 54 — Além das obrigações do artigo 52, fica o concessionario do lote rural sujeito ao regimen florestal estabelecido em regulamento ou instrucções.

Art. 86 — Até que haja realisada experiencia sufficiente do serviço florestal, o Estado o fará executar mediante instrucções especiaes.

(Do Regulamento de Terras, de 10 de agosto de 1922).

PORTO ALEGRE
Officinas graphicas d'«A Federação»
1925

Apesar destas tentativas, o desmatamento das florestas da região norte do Rio Grande do Sul continuava avançando rapidamente. Deste modo, em 1915 o estado exportou (legalmente) apenas 3.000 toneladas de madeira, quantidade que subiu para 20.000 toneladas em 1920, para 38.000 toneladas em 1925 e atingiu o ápice com 54.000 toneladas em 1927.[81] Seguindo a tendência do final da década de 1920, os madeireiros começaram a se organizar, para isso realizando, em 1927, um congresso na cidade de Carazinho.[82]

Com a posse de Getúlio Vargas no governo estadual, ocorrida no princípio de 1928, as relações entre o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos e os dirigentes do PRR esfriaram bastante.

Através do decreto n.º 4063, de 11 de maio de 1928, ocorreu a reformulação do "Regulamento das terras públicas e seu povoamento", que

---

* Documento produzido por Torres Gonçalves fixando as instruções para a proteção ambiental no Rio Grande do Sul, em 1925.

[80] Rio Grande do Sul. Secretaria das Obras Públicas. *Serviço Florestal - instruções (decreto nº 3524, de 5 de outubro de 1925)*. Porto Alegre: Officinas graphicas d"A Federação", 1925, p. 6.

[81] Cf. BARCELLOS, Vanessa. *O Governo Borges de Medeiros e a indústria da madeira na região nordeste do Estado (1898-1928)*. Porto Alegre: PUCRS, 1988 (dissertação de mestrado em História), p. 115.

[82] Cf. Representação apresentada pelo Congresso de Madeireiros ao Governo do estado do Rio Grande do Sul. AHRGS - Obras Públicas - Lata 421, maço 130.

fora elaborado por Torres Gonçalves em 1922. O regulamento concebido por Torres Gonçalves foi mantido em suas linhas mais gerais, retirando-se, porém, uma série de benefícios à população cabocla no tocante às condições de pagamento dos lotes de terra.

No princípio de 1929, através do decreto n.º 4242, de 2 de janeiro, Getúlio Vargas promoveu uma reforma administrativa, extinguindo a Diretoria de Terras e Colonização, que Torres Gonçalves vinha dirigindo havia mais de duas décadas, e criando em seu lugar a Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio, anexa à SOP. Torres Gonçalves foi transferido para a Diretoria de Viação Fluvial, órgão que chefiou até se aposentar, em meados de 1934.

Nos cinco últimos anos de sua atividade profissional como engenheiro da SOP, ocupando a chefia da Diretoria de Viação Fluvial, Torres Gonçalves deu continuidade à realização de uma série de estudos técnicos que já vinha desenvolvendo no período em que foi o responsável pela implementação da política fundiária do governo gaúcho. De fato, ao planejar a criação de uma nova comunidade, Torres Gonçalves tinha de realizar o levantamento do potencial energético dos rios existentes nas proximidades e de planejar a interligação da colônia nascente com as demais povoações das redondezas. Portanto, seu trabalho também abarcava o planejamento e a construção de obras de infra-estrutura. Deste modo, ao longo dos vinte anos em que esteve no comando da Diretoria de Terras e Colonização, em inúmeras oportunidades Torres Gonçalves foi convocado pela presidência do Estado e pelos sucessivos titulares da SOP para a realização de tais estudos técnicos, onde era bem mais restrito o espaço para a aplicação de suas crenças doutrinárias.[83]

O trabalho mais importante que Torres Gonçalves desenvolveu na Diretoria de Viação Fluvial foi o estudo e a relatoria do "Plano Geral de Viação do Estado do Rio Grande do Sul", em 1931, realizado em conjunto com os engenheiros Fernando Pereira, diretor de Viação Férrea, e Manoel Luiz Pereira da Cunha, diretor de Viação Terrestre (além de cunhado de Torres Gonçalves).

[83] Dentre os principais estudos técnicos realizados por Torres Gonçalves, pode-se destacar os seguintes: estudo para a construção de uma estrada de ferro ligando Cruz Alta à foz do rio Ijuí (1915); estudo para a construção de uma linha férrea eletrificada ligando o norte do Estado ao porto de Rio Grande (1920); estudo do projeto do governo federal que previa a criação de uma faixa de proteção de 66 quilômetros de largura ao longo das fronteiras (1922); estudo para a ligação de Porto Alegre ao conjunto de lagoas existentes ao longo do litoral norte do Rio

Tal estudo definiu as diretrizes para a construção de rodovias, trechos ferroviários e canais de navegação ao longo das décadas seguintes no Rio Grande do Sul.[84]

Em função dos trabalhos realizados por Torres Gonçalves na fundação de novas cidades e na construção de obras de infra-estrutura na região setentrional do Rio Grande do Sul, em diversas oportunidades lhe foram oferecidas homenagens.

Desta forma, em 26 de junho de 1926, o intendente municipal de Lagoa Vermelha, Alberto Berthier, comunicou ao titular da Diretoria de Terras e Colonização do Estado que os moradores do distrito de Forquilha haviam decidido mudar o nome daquela localidade, por ele fundada, conferindo-lhe o nome "Torres Gonçalves". Em sua resposta, datada de 13 de setembro do mesmo ano, Carlos Torres Gonçalves recusou a homenagem, lembrando que já fizera o mesmo alguns meses antes, quando a comunidade de Guaporé quisera lhe prestar igual homenagem. Entre os motivos expostos, o engenheiro rio-grandino alegou não ser tolerável atribuir-se o nome de pessoas vivas a lugares quaisquer. Décadas depois, em 1960, quando o prefeito de Iraí Primo Teston quis dar o nome de Torres Gonçalves a um parque daquela cidade, este voltou a abrir mão da homenagem, lembrando as recusas anteriores e o exemplo de seu falecido confrade e amigo Faria Santos, que, na condição de intendente de Porto Alegre, em 1898, baixara um decreto proibindo que se desse o nome de pessoas vivas - ou mortas há pouco tempo - a logradouros públicos da capital gaúcha. Nesta atitude de Torres Gonçalves se percebe, mais uma vez, a preocupação de manter-se fiel aos princípios da religião da Humanidade.[85]

Grande do Sul (1924); projeto urbano do terrapleno-oeste da cidade do Rio Grande (1924) e estudo do potencial hidráulico do rio Jacuí e do rio das Antas (1928).

[84] Cf. Plano Geral de Viação do Estado – bases para apreciação geral apresentadas ao Secretário dos Negócios das Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul Eng. João Fernandes Moreira. Em 1915 Torres Gonçalves já havia realizado um estudo prévio sobre o mesmo assunto, embora de dimensões bem mais modestas, abrangendo apenas a região norte do Estado. Cf. carta enviada por Carlos Torres Gonçalves a Borges de Medeiros, 16 de março de 1915, ABM-IHGRGS.

[85] Auguste Comte instituiu nove sacramentos sociais que os positivistas religiosos deveriam receber. Entre o nascimento e a morte seriam conferidos oito sacramentos (apresentação, iniciação, admissão, destinação, casamento, madureza, retiro e transformação). Sete anos depois da "transformação subjetiva" (como chamavam a morte) haveria uma espécie de julgamento que prepararia a incorporação do indivíduo ao Grão-Ser, isto é, ao conjunto da humanidade passada, futura e presente. Só após tal avaliação de sua existência é que o

É possível que a modéstia e a coerência doutrinária que Torres Gonçalves demonstrou ao recusar as homenagens que lhe foram oferecidas em vida sejam responsáveis pela relativa obscuridade em que seu nome se encontra, passadas apenas três décadas de sua morte. Entretanto, se os concidadãos contemporâneos de Torres Gonçalves procuraram prestar-lhe homenagens, tais iniciativas se deveram essencialmente ao trabalho por ele desenvolvido na criação de condições para o avanço da sociedade nacional - incluindo aí tanto a população cabocla nacional quanto os imigrantes europeus - sobre as terras da região norte do Rio Grande do Sul, anteriormente ocupadas pelos indígenas. Mas não menos destacado foi o trabalho de proteção às terras e às populações guaranis e kaingangs desenvolvido pelo engenheiro positivista, embora tal iniciativa muitas vezes o tenha levado a se atritar com o poder político-econômico dos grandes proprietários e dos imigrantes.

4.3 – Torres Gonçalves e a questão indígena no Rio Grande do Sul

Quando Torres Gonçalves passou a se ocupar da formulação e da implementação da política fundiária do governo estadual, em 1908, encontrou missionários capuchinhos franceses atuando entre os índios kaingangs da região nordeste do Rio Grande do Sul. Os capuchinhos haviam chegado ao Estado em 1896 - trazidos por D. Cláudio Ponce de Leão, bispo do Rio Grande do Sul - tendo por missão principal a de promover a integração das populações italianas à comunidade nacional, sendo o trabalho entre os índios, iniciado em 1903, uma atividade secundária.[86]

---

indivíduo poderia ser homenageado. No *Système de politique positive,* o filósofo francês assim explicou o sacramento da incorporação ao Grão-Ser: “Sept ans après la consécration extrême, le sacrament subjectif complète la série des préparations objectives, en proclamant, devant le digne cercueil, une solennelle incorporation au Grand-Être. Un tel intervalle concilie la maturité du jugement qu’il exige. Pour mieux admettre le contrôle public, une décision provisoire, susceptible de rectification, doit, pendant la quatrième année, préparer l’irrevocable arrêt”. In: COMTE, Auguste. *Système de politique positive*, tome IV, p. 130.

[86] Com o fim do regime do padroado e da subvenção governamental, a Igreja Católica passou a buscar novas fontes de subsistência. Neste sentido, as doze dioceses em que o território brasileiro estava dividido até 1889 foram subdivididas, sendo criada pelo menos uma diocese por Estado da federação. Entre as incumbências das dioceses estava a negociação dos bens da Igreja com o poder político local. Daí o nome de “bispos-empresários” a esses responsáveis pelas distintas dioceses. Cf. MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica no Brasil*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988, p. 59-60. No caso do Rio Grande do Sul, o bispo Ponce de Leão assumiu a diocese (criada em 1848) em 1890, se deparando com a emergência do Partido Republicano

Inicialmente realizado de forma espontânea e independente, pouco a pouco o trabalho desenvolvido pelos missionários capuchinhos entre os kaingangs passou a receber a chancela oficial.[87] Porém, em meados de 1910 o governo do Estado do Rio Grande do Sul foi obrigado a recuar no seu apoio à catequese indígena realizada pelos capuchinhos, pois naquele momento o governo federal criou um serviço leigo de proteção aos silvícolas claramente influenciado pela doutrina positivista, sendo a direção do órgão entregue ao tenente-coronel Cândido Rondon, integrante da Igreja Positivista do Brasil.[88]

Rio-Grandense e da ideologia positivista. Quando a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891 estabeleceu que o ensino primário ministrado nos estabelecimentos públicos seria leigo, livre e gratuito, proibindo-se neles o ensino religioso (art. 71, parágrafo 10), o clero católico ficou descontente. Mas tal contrariedade não foi suficiente para impedir que se estabelecesse um *modus vivendi* harmônico entre o projeto político castilhista-borgista e a cúpula da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, unidos pelo propósito de promover a "regeneração" da sociedade. Cf. ISAIA, Artur César. "Catolicismo, regeneração social e castilhismo na República Velha gaúcha". In: *Estudo Íbero-americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, vol. XVIII, 1992, p. 5-23. Sobre a atuação dos missionários capuchinhos franceses no Rio Grande do Sul ver ZAGONEL, Carlos Albino. *Imigração italiana – capuchinhos de Sabóia e seu contributo à Igreja do Rio Grande do Sul (1895-1915)*. Porto Alegre: EST / Sulina, 1975.

[87] Em 16 de junho de 1909 o frei Bruno de Gillonnay – diretor dos capuchinhos que estavam no Rio Grande do Sul – escreveu um relatório das atividades desenvolvidas entre os índios da região de Lagoa Vermelha para Carlos Barbosa, presidente do Estado. Após descrever as condições miseráveis do toldo indígena, frei Bruno propôs as que o governo adotasse as seguintes medidas: "a) Os índios mesmo pedem ao Governo reconhecer-lhes como propriedade uma área de terra que sempre ocuparam, situada entre o rio Carazinho, a leste, e o rio Lajeado, a oeste, a superfície é de duas léguas quadradas, mais ou menos; b) O território cedido aos índios deverá ser dividido em lotes, de modo que cada um seja proprietário do lote que ocupa e cultiva; todavia, não se lhe deve conceder o direito de vendê-lo, porque o índio venderia imediatamente, para ter um dinheirinho; c) Será necessário nomear um Diretor encarregado dos índios; poderia ter o título de professor público, deveria ter as funções e ser portador de dotes diferentes dos outros professores. Os índios são volúveis, incapazes de uma atenção prolongada. A função do Diretor deveria ocupar-se com a direção, aconselhamento e a encorajar cada família no trabalho da agricultura e do cuidado dos próprios interesses. Em resumo, deveria ser o pai deste índios (...); d) O Estado deveria conceder a importância de 5 ou 6 contos de réis para a construção de uma Escola e seu mobiliário; seria também necessário fornecer as primeiras sementes. Acredito que assim se conseguirá uma verdadeira transformação neste povo. Depois poder-se-á pensar em fazer do nosso índio um cidadão consciente; teremos, então, uma colônia agrícola florescente (...)". Pouco tempo depois o governo estadual nomeou o professor Ricardo Zeni para desempenhar esse trabalho de catequese dos índios de Lagoa Vermelha. In: D'APREMONT, Bernardin & GILLONNAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1976, p. 73-74.

[88] Rondon já vinha desenvolvendo um trabalho prático de proteção aos índios em suas atividades na construção de linhas telegráficas no Mato Grosso e na região amazônica, procurando aplicar as soluções propostas por Auguste Comte para o relacionamento com as populações "fetichistas". Neste sentido, é ilustrativa a seguinte passagem da carta que Rondon enviou em março de 1910 a Rodolfo Miranda, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, aceitando o convite para formular as bases do órgão federal que seria criado para tratar da questão indígena: "Como positivista e membro da Igreja Positivista do Brasil, estou convencido de que os nossos indígenas deverão incorporar-se ao Ocidente sem passar pelo teologismo, e assim será mais tarde, quando o positivismo houver triunfado suficientemente. Acha-se, portanto, tal problema encadeado ao grande problema geral de nossos dias, cuja solução

Ainda no primeiro semestre de 1910, Torres Gonçalves visitou alguns dos principais toldos indígenas do Rio Grande do Sul. No relatório dessa viagem que apresentou ao secretário de Obras Públicas Cândido Godoy, em 9 de junho daquele ano, Torres Gonçalves disse que o professor Ricardo Zeni - nomeado pelo governo estadual para ensinar aos índios do toldo do Faxinal a pedido do frei capuchinho Bruno de Gillonnay - estava adotando medidas contrárias aos intuitos protetores do estado. Lembrava que o governo havia

prometido aos indígenas respeitar e fazer respeitar suas terras através de demarcação, medida inicial que permitiria a posterior ampliação da proteção devida pelas autoridades aos silvícolas. No entanto, Ricardo Zeni teria convidado os índios a abandonar as terras em que viviam há mais de 70 anos para que se estabelecessem nas proximidades do povoado denominado Cacique Doble, habitado por pequenos negociantes italianos, como o próprio Zeni. O cacique Faustino, líder dos índios do toldo do Faxinal, recusou-se a se transferir, mas Zeni teria corrompido com presentes um de seus ajudantes, causando assim uma dissidência entre os silvícolas. Zeni já havia começado a construir uma escola financiada por recursos públicos nas proximidades do povoado de Cacique Doble, fora da área habitada e reivindicada pelos índios.

---

penso ter sido desvendada por Auguste Comte. E o nosso governo que, reconhecendo essencialmente a situação revolucionária do Ocidente, colocou-se pelo advento da República na verdadeira atitude que lhe cabia, tanto pela abolição do teologismo oficial, como pela não adoção de qualquer outra doutrina metafísica ou científica, não poderá, dentro dos nossos moldes republicanos, levar aos indígenas a catequização sob qualquer das formas que derivam daquelas doutrinas. (...) Junto à presente resposta (...) algumas publicações do Apostolado Positivista do Brasil, por cuja leitura podereis apreciar os fundamentos de tudo que acabo de vos expor e que resumem os ensinos do passado sistematizados por Auguste Comte, os quais há cerca de vinte anos constituem a chave de meus sucessos junto aos nossos indígenas". In: MENDES, Raymundo Teixeira. *Em defeza dos selvagens brazileiros* Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1910, (n. 300), p.19-20.

* Fotografia de um grupo de índios kaingangs da região norte do Rio Grande do Sul. ACPPA.

Ao analisar a atuação daquele professor no tocante ao respeito que os civilizados deveriam ter para com os indígenas, não foram menores as críticas tecidas por Torres Gonçalves:

> "Duas preocupações parecem dominá-lo: ensinar a ler e fazer os índios trabalharem. Debalde procurarmos explicar-lhe qual deveria ser a atitude dos ocidentais em relação aos fetichistas. Em resposta, ele declarou-nos que não se conforma nem se sujeita a ter escola sem alunos, entendendo ser uma crueldade deixar os índios na ignorância da leitura e da escrita, e, bem assim, que não compreende que o governo proteja senão os índios que trabalharem, o contrário sendo fomentar a vadiagem. Como remate do seu programa, declarou-nos precisar de alguns praças de polícia, sem o quê a sua própria segurança não ficará garantida!
> Penso nada mais ser preciso acrescentar para provar que o cid. R. Zeni não se acha na altura do papel de que foi investido. Aliás isso não é para admirar quando se considera a delicadeza e a dificuldade do problema que se tem a resolver quando nos achamos diante do cérebro de um silvícola e pretendemos sobre ele agir, problema que começa por exigir o conhecimento prévio desse cérebro, o que é bem raro".[89]

A discordância de Torres Gonçalves com os métodos adotados por Zeni baseou-se principalmente na tentativa deste em desarticular o modo de vida tradicional dos indígenas. Particularmente, chama a atenção a contrariedade do diretor de Terras e Colonização com o desconhecimento por parte do professor catequista do modo como operaria o cérebro dos silvícolas. Indiretamente, Torres Gonçalves afirmava que era mais apto para desenvolver aquele trabalho e fazia alusão à filosofia da história formulada por Auguste Comte, que, no seu entender, teria decifrado as distintas etapas da evolução cerebral da humanidade.[90]

Com relação à tentativa desenvolvida por Zeni no sentido ensinar os índios a ler, Torres Gonçalves apoiou-se no testemunho do cacique do toldo indígena do Faxinal, relatando que, "em meio de uma risada maliciosa (...) disse-me que o que o cidadão Zeni ensinava era a rezar. Como prova, fez, em

---

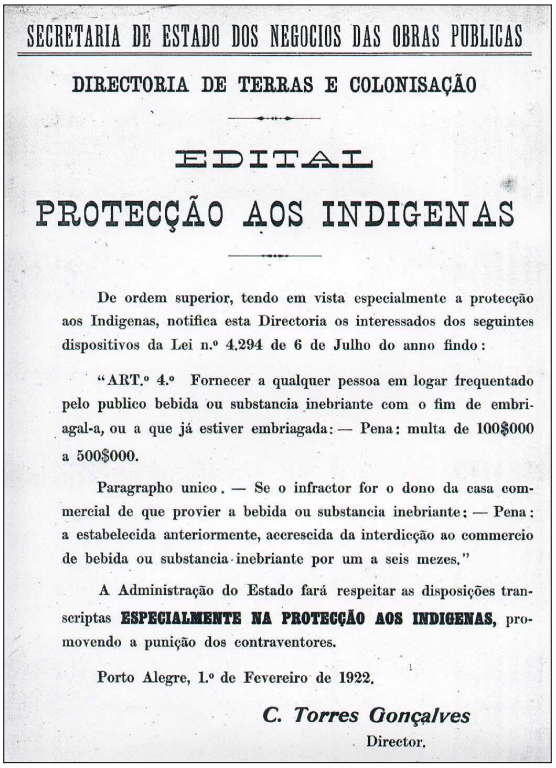
[89] In: Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1910, p. 147-157.

[90] Segundo Auguste Comte afirmou em 1822 no "Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade", em sua evolução a humanidade passaria por três níveis de especulação acerca dos fenômenos: o teológico (ou fictício), o metafísico (ou abstrato) e o positivo (ou científico), sendo que o estágio inicial se subdividiria em concepção fetichista (que seria o modo de filosofar espontâneo das sociedades primitivas), concepção politeísta e concepção monoteísta. Cf. COMTE, *Opusculos de philosophia social (1819-1828)*, p. 111-114.

seguida, um menino de dez anos papaguear um padre-nosso ininteligível. De fato, nenhuma criança vi que lesse alguma coisa".[91]

Concluindo seu relatório, Torres Gonçalves defendeu que o professor Ricardo Zeni fosse afastado dos índios e que o serviço de proteção a esses ficasse sob a incumbência da Diretoria de Terras e Colonização, através de suas comissões subordinadas.

Note-se que esse relatório é anterior ao decreto federal de 20 de junho de 1910, que criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Por um lado, se era grande o prestígio de Torres Gonçalves e dos demais membros da IPB junto aos dirigentes máximos do PRR, por outro lado estes percebiam a importância de manter um bom nível de diálogo com o bispo do Rio Grande do Sul e seus auxiliares de confiança. Deste modo, o presidente Carlos Barbosa ignorou as denúncias formuladas por Torres Gonçalves em relatório oficial contra Ricardo Zeni. No entanto, o pedido formulado ao fim de seu relatório no sentido de que o "serviço de proteção fraterna aos indígenas" do estado ficasse sob a incumbência da Diretoria de Terras e Colonização foi atendido, apesar da contrariedade da Igreja Católica.[92]



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DAS OBRAS PUBLICAS

DIRECTORIA DE TERRAS E COLONISAÇÃO

EDITAL

PROTECÇÃO AOS INDIGENAS

De ordem superior, tendo em vista especialmente a protecção aos Indigenas, notifica esta Directoria os interessados dos seguintes dispositivos da Lei n.º 4.294 de 6 de Julho do anno findo:

"ART.º 4.º Fornecer a qualquer pessoa em logar frequentado pelo publico bebida ou substancia inebriante com o fim de embriagal-a, ou a que já estiver embriagada: — Pena: multa de 100$000 a 500$000.

Paragrapho unico. — Se o infractor for o dono da casa commercial de que provier a bebida ou substancia inebriante: — Pena: a estabelecida anteriormente, accrescida da interdicção ao commercio de bebida ou substancia inebriante por um a seis mezes."

A Administração do Estado fará respeitar as disposições transcriptas **ESPECIALMENTE NA PROTECÇÃO AOS INDIGENAS**, promovendo a punição dos contraventores.

Porto Alegre, 1.º de Fevereiro de 1922.

C. Torres Gonçalves
Director.

* Edital elaborado por Torres Gonçalves determinando a proibição da venda de bebidas alcoólicas para os indígenas.

[91] In: Relatório da Secretaria de Obras Públicas – 1910, p, 150.

[92] Em carta que enviou ao superior geral dos Padres Capuchinhos, em 1913, o frei Bernardin D'Apremont assim se referiu à situação das missões entre os indígenas no Rio Grande do Sul: "Uma forma de laicização que tomou vulto ultimamente é o que se chama de *catequese de índios*. Até o presente, os únicos a se dedicarem aos índios, seguidamente, com o apoio do governo, foram os membros das Congregações e Ordens Religiosas. Os partidários do positivismo e das lojas maçônicas acharam que os monges deviam ser substituídos por apóstolos de fraque, e a catequese religiosa por algo mais condizente com o progresso moderno. Daí diversos ensaios, muito dispendiosos para o Estado e também muito hostis à obra abnegada dos missionários, e de resultados quase nulos". In: D'APREMONT & GILLONNAY, *op. cit.,* p. 75-76.

A partir de 1912, com a criação de três novas dioceses católicas no Rio Grande do Sul, a região norte do Estado ficou sob a responsabilidade do bispado de Santa Maria. No ano seguinte, com o retorno de Borges de Medeiros ao governo estadual, Ricardo Zeni foi dispensado e deixou de constar no orçamento público a concessão de subsídio para o desenvolvimento da catequese católica dos índios. Entretanto, o bispo de Santa Maria D. Miguel de Lima Valverde passou a financiar o trabalho desenvolvido pelos missionários capuchinhos com recursos obtidos entre os fiéis de sua diocese, além de tecer críticas ao posicionamento do governo estadual.[93]

Atento às tentativas de restabelecer a catequese católica entre os índios, Torres Gonçalves procurava evitar que o governo estadual se omitisse. Em carta que dirigiu a Borges de Medeiros em agosto de 1917, Torres Gonçalves abordou o desejo expresso pelo bispo de Santa Maria no sentido de colaborar com o "serviço de proteção aos índios do Estado". Na ocasião, o diretor de Terras e Colonização lembrou ao presidente do Estado:

> "Em conseqüência do ponto de vista absoluto do catolicismo (aliás de todo o teologismo), o seu sacerdotismo não poderá separar essa colaboração da tentativa de catequese**,** isto é, de conversão dos índios à sua doutrina. (...). A política científica, essencialmente relativa, veio felizmente patentear que, longe de tentar atualmente a catequese, por meio seja de que doutrina for, inclusive o positivismo, cumpre respeitar e fazer respeitar as suas ingênuas e poéticas crenças fetichistas, que foram originalmente as da totalidade de nossa espécie, e serão sempre, ainda no mais remoto futuro, as de cada homem na sua infância, pois que o indivíduo reproduz na sua evolução a da espécie".[94]

---

[93] Na Carta Pastoral relativa ao ano de 1917, D. Miguel de Lima Valverde escreveu: "Do governo republicano se não pode dizer que tenha sido indiferente à sorte dos índios; mas, infelizmente, julga-se inibido de recorrer ao único meio eficaz de reduzi-los à vida social. Falamos da catequese, e esta palavra (...) não significa outra coisa senão a primeira instrução religiosa, ou o ensino da doutrina cristã aos neófitos ou catêcumenos. Com efeito, é doutrinando, assistindo com o conselho e mais com o exemplo, fortificando a vontade com o socorro da graça divina, que só se poderá conseguir que homens embrutecidos renasçam para a vida civil. Porque a instrução religiosa ilumina a inteligência fazendo conhecer a verdade e o bem (...). Sendo, pois, por excelência uma obra patriótica esta que visa a assistência espiritual aos nossos índios, não podemos duvidar que o ilustre e acatado governo do estado não lhe facilite a execução, no que estiver da sua parte, prestigiando os missionários aos quais incumbirmos dessa difícil e delicada missão, e facilitando-lhes por meio de escolas apropriadas o desempenho dela." In: *Boletim mensal da diocese de Santa Maria*, ano V, nº 2, fevereiro de 1917, p. 19.

[94] Carta de Carlos Torres Gonçalves para Borges de Medeiros, Porto Alegre, 22 de agosto de 1917. ABM-IHGRS.

Nesta carta de caráter privado, portanto, Torres Gonçalves pôde ser mais explícito na indicação da doutrina que o orientava na caracterização do estado mental das populações indígenas. Aliás, também chama a atenção a conceituação de que essas populações seriam "fetichistas", numa clara alusão à "lei dos três estados", base da filosofia comtiana da história.

Torres Gonçalves também lembrou ao presidente do Estado que o programa que elaborara para a proteção aos indígenas havia contado com a sua aprovação. Tal programa afirmava dever o governo republicano demarcar e proteger as terras dos índios, além de auxiliá-los no preparo de suas lavouras e na construção de suas casas. Na opinião do responsável pela Diretoria de Terras e Colonização, tal situação se prolongaria

> "(...) até que a regeneração da sociedade ocidental (para a qual o teologismo é impotente, conforme a justa observação de uma de vossas últimas manifestações públicas) autorize a tentativa da sua conversão. Sem dúvida que, até lá, deverão ficar livres as tentativas espontâneas dos diversos sacerdócios (sempre, porém, sob a iniciativa e responsabilidade de cada um e sem constrangimento para os silvícolas) de incorporação aos respectivos credos".[95]

Portanto, Torres Gonçalves rechaçava a possibilidade de haver colaboração entre o Estado e a Igreja Católica no tocante ao trabalho entre os indígenas, pois os poderes públicos não poderiam patrocinar os poderes espirituais. Assim, caso a diocese de Santa Maria quisesse desenvolver um trabalho de catequese entre os índios, deveria recolher os recursos necessários para isso entre os seus próprios fiéis.

Procurando demonstrar que era equivocado o propósito de realizar uma aliança entre governo estadual e o sacerdócio católico no trabalho de assistência aos índios, Torres Gonçalves lembrou a Borges de Medeiros que uma tentativa neste sentido havia sido feita alguns anos antes, quando os missionários capuchinhos indicaram um professor leigo para atender aos índios do toldo do Faxinal. Referindo uma conversa que mantivera alguns dias antes com o frei capuchinho Bruno de Gillonnay, Torres Gonçalves relatou:

> "(...) o que essencialmente pretendem, ele e o bispo de Santa Maria, é fazer a conversão ao catolicismo dos nossos indígenas, ignorando ambos talvez que, no regime republicano, especialmente em face da organização política deste estado, nenhuma participação pode ter nisto o poder temporal. Soube também por frei Bruno que o cidadão

[95] Idem.

> Ricardo Zeni, que em 1910 achava-se encarregado do toldo do Faxinal e cuja ação apresentei (...) como pertubadora, tendo feito a cisão entre os índios, agiu nisso sob sua inspiração. Frei Bruno confessou-me reconhecer hoje o seu erro (...)".[96]

Em 1920 os missionários capuchinhos conseguiram autorização do governo do Estado para instalar outra escola em um toldo indígena de Passo Fundo, embora sem contar com recursos públicos. Portanto, na busca do respaldo governamental para agir sobre a mente das populações indígenas do Rio Grande do Sul, Torres Gonçalves foi apenas parcialmente bem sucedido no combate ideológico que travou com os missionários católicos.

Quando o governo federal criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em junho de 1910, Torres Gonçalves passou a contar com maior respaldo para a linha de atuação leiga que vinha procurando imprimir nas relações do poder público com as populações indígenas do Rio Grande do Sul. Entretanto, não foram pequenas as áreas de atrito entre o órgão federal e o órgão estadual encarregados da proteção aos índios.

De fato, o decreto que criou o SPILTN atribuiu ao governo da União a prerrogativa de fundar postos indígenas e centros de treinamento para a população cabocla nos seus estados constitutivos. No caso do Rio Grande do Sul, tal possibilidade de atuação do governo federal em seu território era vista como um atentado contra o princípio da autonomia, que era sagrado para os dirigentes do PRR.

Deste modo, talvez a principal razão para que Torres Gonçalves fosse indicado e permanecesse por duas décadas no comando da Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul tenha sido o fato de que ele era correligionário de Rondon, mentor e diretor honorário do SPILTN. Ressalte-se, porém, que Torres Gonçalves era um quadro técnico plenamente habilitado para ocupar aquele posto, sua indicação não tendo apenas um caráter político.

Torres Gonçalves começou a agir no sentido de impedir que o SPILTN atuasse no Rio Grande do Sul antes mesmo da criação daquele órgão, como demonstra a seguinte passagem de uma carta por ele escrita a Teixeira Mendes, em fevereiro de 1910:

---

[96] Idem.

> "Fiz uma grande distribuição (...) da publicação última a propósito dos projetos do Ministério da Agricultura em relação aos indígenas. (...). Quanto ao Ministro da Agricultura, fiquei muito agradavelmente surpreendido com as notícias dos seus projetos em relação aos indígenas, transcrita na vossa publicação. Pelos termos dessas notícias verifica-se a inspiração positivista das suas disposições. Escrevi-lhe apresentando as minhas congratulações e informando-o das disposições equivalentes dos governantes aqui do Rio Grande do Sul".[97]

Como se vê, procurando consolidar a posição que ocupava no aparelho estatal, Torres Gonçalves trabalhava em duas frentes distintas. Em relação ao governo do Rio Grande do Sul, se empenhava em distribuir entre as lideranças do PRR as publicações de Teixeira Mendes acerca do encaminhamento que deveria ser dado ao relacionamento da sociedade nacional com as populações indígenas.[98] Em relação ao governo federal, procurava demonstrar que as iniciativas deste em relação aos índios já haviam sido antecipadas pelo governo estadual, dispensando assim que o órgão da União se estabelecesse no Rio Grande do Sul.

De outra parte, temendo a instalação de uma representação do SPILTN no Rio Grande do Sul, o presidente do Estado escreveu ao ministro da Agricultura informando-lhe acerca dos progressos feitos pelo governo estadual na proteção aos índios, destacando a existência em Lagoa Vermelha de uma escola para os silvícolas que era supervisionada pelos missionários capuchinhos e a intenção de criar outros estabelecimentos similares nas vizinhanças de outros toldos.[99]

A mensagem do presidente Carlos Barbosa ao ministro Rodolfo Miranda estava em desacordo com as indicações de Comte, para quem os governantes dos "povos centrais" não deveriam interferir no estado mental das populações

---

[97] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 17 de fevereiro de 1910, AIPB.

[98] Trata-se do folheto *A civilização dos indígenas brazileiros e a política moderna – a propózito dos projétos neste assunto atribuídos ao Dr. Rodolfo Miranda, Ministro da Agricultura*, no qual Teixeira Mendes relatou a visita do ministro à seção de antropologia e etnografia do Museu Nacional, ressaltando que a sua iniciativa de criar um órgão público federal de proteção aos índios lembrava a iniciativa de mesmo teor tomada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul dois anos antes. De outra parte, o folheto reproduz passagens do texto de José Bonifácio sobre os "Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil", elaborado em 1823, e dos escritos de Auguste Comte sobre a política científica que deveria conduzir as relações das sociedades ocidentais com os "povos fetichistas".

[99] A carta de Carlos Barbosa para Rodolfo Miranda foi reproduzida em *A Federação* no dia 23 de março de 1910.

"fetichistas", restringindo-se a protegê-las de agressões e a aguardar que naturalmente evoluíssem para o estado positivo.[100]

Neste sentido, Torres Gonçalves escreveu a Teixeira Mendes em abril de 1910, relatando-lhe que o presidente do Estado enviara uma carta ao ministro da Agricultura na qual:

> "(...) a sua preocupação maior parecia ser a de fundar escolas entre os índios. E chegaram até a dar-me como tendo endereçado ao presidente uma carta de congratulações pela fundação de uma escola, quando o cartão de cumprimentos que tive a ocasião de endereçar-lhe (...) foi pela sua promessa de respeitar o território dos indígenas e o regime sob o qual vivem. Mas, por uma conversa do presidente com o nosso correligionário Dr. Homem de Carvalho, parece já haver ele caído em si".[101]

A passagem acima é reveladora do empenho de Torres Gonçalves e dos demais membros do núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos em convencer o presidente do Rio Grande do Sul a agir de acordo com os preceitos comtianos, não apoiando a instalação de escolas católicas entre os índios sem que estes as solicitassem.

Poucos dias após a edição do decreto de criação do SPILTN, através das páginas da *Federação*, sob o título "O problema agrícola – o decreto de 20 de junho, o governo do PRR iniciou a publicação de uma série de editoriais em

---

[100] No *Catecismo pozitivista*, Comte definiu da seguinte maneira a forma como os positivistas deveriam relacionar-se com os povos fetichistas: "A Mulher: Quanto aos fetichistas, aliás pouco numerosos, seu estado parece-me, meu pai, por tal forma afastado do nosso que não concebo a possibilidade de os trazer rapidamente ao nível final do Ocidente. O Sacerdote: Apesar de seu pequeno número, minha filha, eles ocupam, no centro da África, uma vasta região completamente inacessível ainda à nossa civilização, que não poderá penetrar aí senão sob o impulso prolongado do sacerdócio positivo. Nossos dignos missionários acharão aí o caso mais apropriado para estimular os esforços teóricos e o zêlo prático, propondo-se estender diretamente a religião universal por essas ingênuas povoações, sem lhes impor nenhuma transição monotéica, nem mesmo politéica. A possibilidade de semelhante sucesso resulta da profunda afinidade do positivismo com o fetichismo, que não difere daquele, quanto ao dogma, senão em confundir a atividade com a vida, e, quanto ao culto, em adorar os materiais em vez dos produtos. Em toda iniciação humana, espontânea ou dirigida, o fetichismo constitui o único modo do regime fictício verdadeiramente inevitável, porque ele surge em uma época em que a espécie e o indivíduo são incapazes de reflexões quaisquer. (…). Se tivéssemos empenho em preservar nossos filhos do politeísmo, poderíamos conseguí-lo prolongando o estado fetíchico até que, por modificações graduais, ele fosse terminar no positivismo. Mas este esforço careceria então de oportunidade, sem falar de sua tendência a perturbar o surto natural da imaginação humana. O caso é muito diverso tratando-se da evolução coletiva da África central, onde tais transformações comportam a mais salutar eficácia, tanto local, como universal". In: COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista*, p. 385-386. Embora Comte não tenha se referido em suas obras diretamente às populações indígenas da América, é lícito supor que ele as enquadrava no mesmo nível especulativo em que se encontravam as populações africanas, caracterizando-se ambas pelo semi-nomadismo tribal e pela concepção "fetíchica" dos fenômenos que observavam.

[101] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, em 20 de abril de 1910, AIPB.

que elogiou a iniciativa da União, embora criticasse a tentativa desta em sobrepor-se aos estados no encaminhamento de soluções para o problema indígena.[102]

Apesar do empenho do governo estadual no sentido de manter a autonomia na formulação e implementação de sua política em relação aos indígenas, uma das treze inspetorias do SPILTN foi instalada no Rio Grande do Sul. Porém, refletindo a eficácia da estratégia do governo estadual, o inspetor nomeado foi o engenheiro João José Pereira Parobé, ex-secretário de Obras Públicas, contribuinte da IPB e um positivista notório. Deste modo, o órgão federal acabou tendo seu âmbito de atuação no Rio Grande do Sul reduzido e reconhecendo o trabalho desenvolvido por Torres Gonçalves na Diretoria de Terras e Colonização.[103]

---

[102] Neste sentido, no editorial do dia 11 de agosto de 1910 consta o seguinte: "No decreto de 20 de junho é evidente que o governo federal avocou a si a prerrogativa exclusiva de organizar e dirigir os serviços que vão ser fundados nos estados. Ora, no regime vigente, caracterizado pela mais ampla autonomia local, penhor do princípio federativo, de nenhum modo nos parece lícito excluir-se a interferência estadual em assuntos que, se bem de interesse nacional, todavia tem ligações estreitas com o organismo político e administrativo de cada um dos estados. (...). Os índios domiciliados em qualquer dos estados da República fazem parte integrante da família estadual. Toda reforma, pois, que tenha por objeto modificar suas condições de vida, suas relações para com a sociedade, em geral, e particularmente para com o Estado, venha donde vier, não pode escapar à influência deste em tudo o que interesse ao problema administrativo. Há, pois, nesse sentido, um serviço iniciado pelo governo do estado, maioria de razão para que, dentro dos moldes de sua orientação política e com a competência administrativa que lhe é proverbial, seja ele o depositário dos benefícios constantes do novo decreto para distribuí-los convenientemente aos destinatários, que estão vivendo regularmente à sombra das garantias das leis estaduais. (...). Ora, se é da competência dos estados organizar os serviços de proteção aos índios, muito razoável e consentâneo à essência do regime é o governo federal auxiliar, com os benefícios constantes do regulamento, os governos estaduais para a manutenção e desenvolvimento das instituições por eles já organizadas, do que tentar a criação de novos serviços sem a cooperação do estado que, porventura, como sucede com o Rio Grande do Sul, já de longa data haja nesse sentido tomado a iniciativa". In: *A Federação*, Porto Alegre, 11 de agosto de 1910, p.1.

[103] O relatório do SPILTN referente ao primeiro ano de suas atividades, publicado em meados de 1911, assim abordava a atuação de sua inspetoria no estado sulino: "De todos os estados, é o Rio Grande do Sul aquele em que mais simples se apresenta o problema indígena. Território batido por revoluções e atravessado em todos os sentidos, bem se pode dizer que não há nele tribos que não estejam em contato com os civilizados, vivendo muitas delas em promiscuidade com estes. É bem conhecida ali a denominação de "toldo" dada ao aldeamento indígena, não havendo índios nômades. O período é, pois, de franca transição de índio para o trabalhador nacional. Até a terminação do exercício não pode o inspetor, que era o Dr. João José Pereira Parobé, realizar a primeira expedição à zona habitada pelos índios". In: Ministério da Agricultura Indústria e Commercio. *Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, no ano de 1911.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, vol. II, p. 301. Nesta passagem percebe-se que, para o governo central, a população indígena do Rio Grande do Sul estava prestes a confundir-se com a população nacional. De fato, segundo Alípio Bandeira, confrade da IPB e responsável pelo SPILTN no Amazonas, os índios dividiriam-se em quatro classes: a) os selvagens que não têm relações com os civilizados; b) os selvagens que já receberam violências dos civilizados; c) os que já estando domiciliados na civilização, formam sociedade à parte; e d) os que vivem em inteira promiscuidade com os

Parobé pediu exoneração em março de 1911, menos de seis meses depois de haver sido empossado na inspetoria do SPILTN no Rio Grande do Sul. O cargo foi então ocupado por Raul Abbott, amigo íntimo de Torres Gonçalves e simpatizante da religião da Humanidade, sendo um dos subscritores dos manifestos públicos do núcleo sul-rio-grandense da IPB. Assegurou-se desta maneira a continuidade da sintonia entre o órgão federal de proteção aos índios e a política que o governo estadual vinha desenvolvendo em relação ao assunto.[104]

Tal afinidade entre a Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul e a inspetoria federal do órgão de proteção aos índios, respectivamente sob a direção dos correligionários Torres Gonçalves e Raul Abbott, levou o governo federal a promover a fusão das inspetorias do SPILTN em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Como as relações entre os colonos estrangeiros e os indígenas era bem mais complexa em Santa Catarina, onde ocorreram os conflitos que levaram o governo federal a sair de sua passividade e a criar o SPILTN, a sede da inspetoria do órgão nos dois estados meridionais do país ficou em Florianópolis.

---

civilizados. Deste modo, passa a fazer sentido a integração em um único órgão do serviço federal de proteção aos índios com o serviço responsável pela localização de trabalhadores nacionais, pois, com o passar do tempo, aqueles deveriam converter-se nestes. Na interpretação de Antonio Carlos de Souza Lima, o "destino final" da população indígena seria, pois, o mercado de trabalho rural, sob a rubrica de "trabalhador nacional", expressão que encobria uma vasta gama de produtores destituidos da propriedade da terra e vagamente identificados aos libertos da escravidão e seus descendentes, ou dos casamentos com nativos. Compunham o que a historiografia mais recente chamou de "pobres livres", e a produção sociológica e etnológica denominou de sertanejos, caipiras, roceiros ou caboclos (...)".In: LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz - poder tutelar e indianidade no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1992 (tese de doutorado), p. 84.

[104] É o que demonstra a seguinte passagem do relatório escrito por Raul Abbott acerca de suas relações com o governo do Rio Grande do Sul: "Esta inspetoria tem recebido apoio do Exmo. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, benemérito presidente do estado, e sem ele não teríamos conseguido as terras demarcadas para os índios, nem a retirada dos intrusos dessas terras. O secretário de Obras Públicas, igualmente por intermédio de seu diretor engenheiro C. Torres Gonçalves, tudo tem invidado para que o serviço de discriminação de terras tenha a urgência necessária. Enfim, parece que todos sentem a necessidade de prolongar-se aos índios e de por termo às perseguições sofridas, e as que sofrem ainda essa população de infelizes irmãos. Cumpre-nos reparar as faltas cometidas até hoje, reerguendo os índios da situação em que se acham saldando assim uma dívida de honra com os descendentes dos primitivos ocupantes das terras por nós conquistadas pela violência! Assim teremos honrado a atividade do nosso digno chefe Cândido Mariano da Silva Rondon e a memória sempre augusta do Patriarca da nossa nacionalização José Bonifácio de Andrada e Silva". In: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Bezerra Cavalcanti, diretor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais pelo Inspetor no Estado do Rio Grande do Sul Raul Abbott. Museu do Índio, filme 66, planilha 738, documento 0218.

A partir daquele momento, as atividades do SPILTN no Rio Grande do Sul restringiram-se a apenas um dos doze toldos indígenas existentes no Estado: o toldo do rio Ligeiro, cuja direção coube ao engenheiro Lila da Silveira, ex-funcionário da Diretoria de Terras e Colonização, com quem Torres Gonçalves mantinha boas relações.[105] Em janeiro de 1918, através da lei n.º 3454, o governo federal desmembrou o SPILTN, transferindo a tarefa de assentamento de trabalhadores nacionais para um órgão específico. Em decorrência, o órgão de assistência aos indígenas passou a atender apenas pela sigla SPI. A partir de 1920, a povoação indígena do rio Ligeiro passou a ser dirigida pelo paranaense Paulino de Almeida, que nenhum vínculo tinha com o governo estadual e com o positivismo. Assim mesmo, invariavelmente o funcionário federal fazia referências à Diretoria de Terras e Colonização e a seu responsável em termos elogiosos, ressaltando o empenho do governo estadual em auxiliá-lo. Para isso deve ter contribuído o fato de que o SPI continuava sendo dirigido por um positivista ortodoxo, o engenheiro-militar Luís Bueno Horta Barbosa (Rondon permanecia como diretor nominal, mas distante da burocracia da capital federal, continuando suas atividades práticas nos sertões do Mato Grosso).

Mas as relações de Paulino de Almeida com Torres Gonçalves não foram inteiramente harmônicas. Visando fortalecer sua autoridade entre os índios, o inspetor do SPI criou uma escola e aplicou-se em conseguir a nomeação de um professor leigo como contraponto à escola mantida no toldo do rio Ligeiro pela diocese de Santa Maria. Indo além, Paulino de Almeida procurou instalar o regime de internato para as crianças indígenas, separando-as dos seus pais, com o que não concordou Torres Gonçalves. Visando obter a aprovação deste, Almeida escreveu para Alípio Bandeira - importante quadro do SPI e confrade de Torres Gonçalves na IPB - pedindo-lhe que intercedesse no assunto:

> "Não me recordo se lhe referi, quando aí estive, que o Sr. Dr. Torres Gonçalves também me disse que se devia consultar o Sr. Teixeira

[105] Como demonstra a seguinte passagem da carta por ele escrita para sua filha Sofia Mariana, em 1917, relatando um sarau de que participou numa de suas viagens de visita aos toldos indígenas do Rio Grande do Sul: "As irmãs do Dr. Lila tocaram violino, Dr. Lila cantou com uma voz muito boa, D. Júlia, mãe do Dr. Lila e a quem a Vovó conhece desde menina do Rio Grande, tocou ao piano". In: Carta de Carlos Torres Gonçalves a Sofia Mariana Torres Gonçalves, 4 de abril de 1917. ACTG.

> Mendes a propósito da internação de menores indígenas. Creio que, se o Sr. Mendes estiver de acordo, o Sr. Torres também acabará concordando, quiçá aplaudindo (...). E o Sr. Dr. Torres, apesar do seu exagero teórico, é, como o senhor sabe, um devotado e sincero amigo da causa dos índios (...).”[106]

Portanto, pretendendo manter-se fiel ao pensamento de Auguste Comte, na interpretação dada pela IPB, Torres Gonçalves ratificou sua posição contrária à existência de escolas nos toldos indígenas. Também chama a atenção que Torres Gonçalves tenha recorrido à autoridade de Teixeira Mendes para vetar o funcionamento de escolas em aldeamentos, embora este não fosse funcionário público e menos ainda tivesse ingerência sobre as decisões do SPI. Por outro lado, o funcionário federal Paulino de Almeida aceitava a situação e via no convencimento do vice-diretor da IPB uma forma de dobrar Torres Gonçalves, percebido como ainda mais ortodoxo do que o próprio chefe da ortodoxia positivista brasileira.

Além dos conflitos com a Igreja Católica e com o governo federal na disputa para obter a legitimidade no encaminhamento da política indigenista desenvolvida no Rio Grande do Sul, Torres Gonçalves também encontrou dificuldades para impor o seu ponto de vista ao governo estadual. De outra parte, o quadro que ele encontrou ao assumir a incumbência de implementar a política estadual em relação aos indígenas também não era nada animador. Deste modo, em 1910, no relatório que enviou ao secretário de Obras Públicas, Torres Gonçalves teceu as seguintes considerações:

> ”(…) a impressão que se tem dos indígenas que atualmente ainda existem no Rio Grande do Sul é de uma raça abatida, deprimida, decadente: que nada lucrou com o contato com os ocidentais, antes perdeu. Entregues a si próprios, à sua evolução natural, teriam mantido a sua incipiente indústria, teriam conservado os seus costumes e toda a sua feição fetichista. Os contatos com os ocidentais (…) corromperam, porém, os seus hábitos domésticos, quebraram-lhes a energia, e estimularam a sua natural indolência. (…). Cumpre-nos reerguê-los dessa situação, no que isso depende de nós, pois temos uma dívida de honra a saldar com os descendentes dos primitivos ocupantes das terras por nós conquistadas pela violência”.[107]

---

[106] Carta de Paulino de Almeida a Alípio Bandeira reproduzida em carta de Alípio Bandeira a Carlos Torres Gonçalves, 10 de junho de 1926. ACPPA.

[107] Relatório da Secretaria das Obras Públicas ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul - 1910, p. 153.

O argumento utilizado por Torres Gonçalves de que a nação brasileira teria uma "dívida de honra" com a populações indígenas foi apresentado inicialmente por José Bonifácio, sendo resgatado depois por Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Rondon em seus escritos.[108] De outra parte, a caracterização da cultura material e intelectual dos indígenas como tendo feição "fetichista" ancorou-se evidentemente no pensamento de Auguste Comte.

Na continuação de seu relatório, a partir da consideração de que as populações indígenas do Rio Grande do Sul mantinham estreito contato com a sociedade nacional – incluindo-se aí os colonos de origem européia -, Torres Gonçalves passou a sugerir a adoção das seguintes medidas:

> "a) Demarcar com escrupulosa lealdade os territórios de que são proprietários, punindo qualquer violação por parte dos civilizados;
> b) Facilitar a instituição da vida sedentária, aperfeiçoando as habilitações, desenvolvendo os hábitos e processos industriais, sobretudo agrícolas. Para esse fim será preciso que o governo forneça a ferramenta mais usual de carpintaria e oficiais de carpinteiro para auxiliar e guiar na construção de casas de madeira; bem assim, que forneça-lhes o material essencial de lavoura e sementes;
> c) Respeitar todas as livres tentativas de transformação da cultura moral e mental, mediante os esforços espontâneos dos fiéis de qualquer religião ou dos adeptos de qualquer doutrina. Cumpre, para isso, que os missionários quaisquer fiquem exclusivamente entregues ao seu prestígio próprio, não podendo em caso algum, solicitar a intervenção violenta do governo, sob o pretexto de reprimir ou impedir atrocidades de selvagens. Quanto ao estabelecimento de aulas públicas nos aldeamentos dos índios, acha esta Diretoria que deve o governo eximir-se dessa tarefa e reservar-se para prestar-lhes esse auxílio quando ele for diretamente reclamado pelos índios. Em resumo, pensa esta Diretoria que o que cumpre essencialmente fazer é respeitar a vida e a propriedade dos selvagens, bem como o regime sob o qual vivem".[109]

Com relação à segunda proposição, no sentido de criar as condições que facilitassem a sedentarização dos índios, cabe destacar que ela estava de

[108] Os diversos folhetos escritos por Teixeira Mendes acerca da situação dos indígenas no Brasil invariavelmente começavam com a citação de trechos dos "Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil", de José Bonifácio. Vide, entre outros, MENDES, R. Teixeira. *Ainda os indígenas do Brazil e a política moderna – a propózito dos recentes telegramas dos engenheiros Gastão Sanges e Candido Rondon*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1908 (n.º 253).

[109] Relatório da Secretaria das Obras Públicas ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul – 1910.

acordo com a política implementada nacionalmente pelo SPILTN, que previa a futura transformação dos indígenas em trabalhadores rurais. Mas havia uma contradição entre esse objetivo e o que era afirmado no final do terceiro item, quando se afirmava que se deveria respeitar o "regime" em que os índios viviam. De fato, o semi-nomadismo e a subsistência baseada na caça, pesca e coleta eram características fundamentais da cultura dos índios kaingangs de princípios do século XX. Neste sentido, revela-se aqui o intuito principal da iniciativa governamental de demarcar terras para os índios: a liberação de áreas para possibilitar o avanço da frente de expansão da sociedade nacional.

Torres Gonçalves ocupou-se de maneira recorrente das tentativas de se instalar escolas nos toldos e assim se modificar a cultura própria dos indígenas. É neste sentido que aponta a seguinte passagem do relatório que o diretor de Terras e Colonização encaminhou ao secretário de Obras Públicas no ano de 1910:

> "Desejo agora abordar o ensino da leitura e escrita aos indígenas. Posto que eles manifestem por palavras interesse nisso, entendo que se deverá aguardar a modificação das condições atuais para atendê-los. A primeira enorme dificuldade é obter professores na altura do delicado problema de agir sobre cérebros fetichistas. Ao mesmo tempo, convém ponderar que, não obstante a utilidade da leitura e da escrita, outras coisas há mais úteis, das quais os nossos índios muitíssimo carecem (...). Não é demais também recordar que dos nossos patrícios do interior do estado, muitos há que não sabem ler, nem escrever, e que, entretanto, revelam mais perspicácia, mais bom senso e moralidade, e, em uma palavra, são mais úteis socialmente do que bom número dos nossos letrados".[110]

Na passagem acima, além de uma crítica indireta à iniciativa dos missionários capuchinhos de instalar escolas entre os índios, também há uma crítica velada ao "academicismo" e ao "cientificismo", alvos de constantes ataques de Auguste Comte e de seus seguidores no Brasil.[111]

No mesmo relatório, Torres Gonçalves indicava também a existência de doze toldos indígenas no estado, mencionando que a Diretoria de Terras e Colonização estava tomando as providências para demarcá-los. Destes doze toldos, quatro localizavam-se no município de Palmeira das Missões (toldos do

[110] Idem, p. 156-157.
[111] O filósofo francês elegeu a "pedantocracia acadêmica" como um dos alvos prediletos de suas críticas. Em sua obra, este assunto relaciona-se com sua condenação da exigência de diploma para o exercício de qualquer profissão. Cf. COMTE, Auguste. *Système de politique positive*, tomo III, p. 207-211.

Inhacorá, de Nonoai, da Serrinha e da Guarita), cinco em Passo Fundo (toldos do Ligeiro, do Carreteiro, da Ventarra, do Erechim e do Votouro), dois em Lagoa Vermelha (toldos do Faxinal e de Caseros) e um em Soledade (toldo do Lagoão). A população total desses toldos era de 2.940 indígenas.[112]

Relativamente às demarcações das terras indígenas, os funcionários da Diretoria de Terras e Colonização do governo estadual encontraram grandes obstáculos para realizá-las, face à oposição de pretensos proprietários e das lideranças políticas locais.[113]

De fato, a elite política e econômica da região norte do Rio Grande do Sul pressionava o governo estadual no sentido de salvaguardar seus interesses. Tal situação levou Torres Gonçalves a desanimar quanto às reais possibilidades de promover, no Rio Grande do Sul, o resgate da dívida histórica que os brasileiros teriam para com os indígenas. No mês de agosto de 1910, escrevendo a Teixeira Mendes, Torres Gonçalves fez o seguinte diagnóstico da política indigenista implementada pelo governo estadual:

> "Quanto à proteção aos indígenas, penso que ficaremos reduzidos à demarcação das suas terras. Nisso mesmo nenhum empenho por atos tem o governo manifestado. O que se tem conseguido é com esforço, e graças ao valioso concurso dedicado do chefe de uma comissão discriminadora de terras, simpático à nossa causa religiosa, o que nos tem permitido realizar de preferência a demarcação das terras dos indígenas. As promessas do Dr. Carlos Barbosa de dois anos atrás estão sem cumprimento, e não vejo disposição disso, apesar das luzes que se têm feito sobre o assunto de então para cá. Parece que iludi-me sobre o resultado que pensei ter conseguido com o meu relatório sobre os indígenas".[114]

Uma clara evidência de que a proteção às populações indígenas não era prioritária para o governo estadual encontra-se nas verbas por este destinadas

---

[112] Cf. Relatório da Secretaria das Obras Públicas ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul – 1910, p. 155.

[113] Neste sentido, o engenheiro Serafim Terra, chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo (que também contribuía financeiramente com a IPB), relatou a Torres Gonçalves: "Voltei há alguns dias da Lagoa Vermelha (…). A nossa excursão por aquele município foi mal olhada, bastante falada e explorada, principalmente pelo sr. cel. Heleodoro Branco, intendente municipal. Dizia ele abertamente na vila da Lagoa Vermelha que fomos levar a rebelião no toldo do Faxinal, e repetiu em minha presença levando o troco imediato. Parece-me que ele ficou ofendido em seu amor próprio de protetor dos índios, qualidade que tanto alardeia, mas deixa os seus sequazes e companheiros praticarem toda a sorte de tropelios e imoralidades contra os índios. A pedra de toque de sua indignação contra a nossa viagem é o Fachinal ou campo em que está o gal. Faustino [o cacique], pois um seu genro diz ter parte nele (…)". In: Ofício de Serafim Terra a Torres Gonçalves, em 15 de agosto de 1910. AHRGS - Obras Públicas - Lata 412, maço 113.

[114] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, em 16 de agosto de 1910, AIPB.

ao atendimento das necessidades dos toldos. Em ofício enviado ao secretário das Obras Públicas em 12 de setembro de 1910, Torres Gonçalves solicitou a destinação de 50:000$000 (cinqüenta contos de réis) no orçamento do estado para o ano seguinte visando ao pagamento de despesas que seriam realizadas com os índios.[115] Tal quantia representava menos de 3% do total solicitado para as despesas da Diretoria de Terras e Colonização, assim mesmo sendo recusada. De fato, a verba destinada aos doze toldos indígenas atendidos pelo estado foi de apenas 10:000$000 em 1911[116], quantia mantida ao longo dos dois anos seguintes, após os quais a rubrica desapareceu do orçamento votado pela Assembléia dos Representantes.

No relatório da Secretaria das Obras Públicas ao presidente Carlos Barbosa Gonçalves, em 1911, era referido que a Comissão de Terras de Passo fundo já havia demarcado as terras dos toldos do Ligeiro (4.552 hectares), do Faxinal (5.676 ha), de Caseros (1.004 ha), e do Carreteiro (607 ha), enquanto que estava em andamento o trabalho de demarcação do toldo de Nonoai. Por sua vez, a Comissão da Colônia Erechim havia demarcado os toldos de Ventarra e do Erechim, fundindo-os em um só (com 753 ha). Portanto, dos doze toldos identificados pelo governo estadual, sete estavam demarcados, ou em vias de o ser, já no ano de 1911.[117]

Por outro lado, a decisão do governo estadual no sentido de assegurar a propriedade dos índios sobre as áreas que ocupavam acabou por incentivar a invasão dessas por parte de colonos sem terra, que assim forçavam o Estado a conceder-lhes lotes mais rapidamente.[118]

Outro ponto relevante no relatório das atividades do serviço estadual de proteção aos índios, no ano de 1911, diz respeito à retificação acerca da competência para desenvolver tal assistência. Neste sentido, Torres Gonçalves corrigia sua afirmação anterior de que ao governo estadual caberia a iniciativa de proteger os indígenas:

---

[115] Cf. ofício de Carlos Torres Gonçalves ao secretário das Obras Públicas, em 12 de setembro de 1910. AHRGS - Obras Públicas - Lata 411, maço 111.
[116] Cf. Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul - ano 1910, p. 79
[117] Relatório da Secretaria das Obras Públicas ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul - 1911, p. 154. AHRGS - Obras Públicas - Relatório nº 25.
[118] Como indica a correspondência enviada pela Comissão de Terras de Passo Fundo à Diretoria de Terras e Colonização em novembro de 1911. Cf. AHRGS – Obras Públicas, lata 413, maço 114.

> "Em primeiro lugar é preciso reconhecer que os índios são os legítimos proprietários do território que nós ocupamos pela violência, como já reconhecia o fundador da nossa Independência José Bonifácio. De sorte que, enquanto existirem índios, por pequenas que sejam as frações de território por eles ocupadas, o que a moral republicana prescreve é respeitá-las como nações autônomas, que apenas se acham naturalmente sob a nossa proteção contra os abusos de que possam ser vítimas por parte dos ocidentais, o que aliás esta Diretoria sempre reconheceu. E, desde então, a presidência das nossas relações para com elas cabe, como no caso das outras nações, ao Governo Federal. Em segundo lugar (..), não há motivo para querer acautelar a realização dessa proteção contra a eventualidade de uma possível má direção dos serviços por parte da União e que o estado pudesse porventura realizar melhor. Porque, em assuntos dessa natureza e magnitude, a desconfiança torna-se ainda mais anti-social, com a agravante, no caso vertente, de haver o Governo Federal organizado para a realização da proteção instituída um regulamento edificante.
> O que cumpre, pois, ao Rio Grande do Sul, é esforçar-se por assegurar a plena execução desse regulamento instituído para todo o país, e cuja unidade o Rio Grande do Sul não deve quebrar".[119]

Tal recuo no princípio de que os estados deveriam ter autonomia para traçar a política indigenista em seus territórios pode ser explicado de diferentes formas. Tanto pode ter sido ocasionado por pressão do governo federal, temeroso de que a anterior postura de auto-suficiência do governo do Rio Grande do Sul enfraquecesse a autoridade do SPILTN sobre os demais estados da União, como também pode ter sido motivado pela insatisfação de Torres Gonçalves com a timidez da política indigenista proposta pelo governo estadual, que assim ficava sob a ameaça de uma intervenção mais decidida do órgão federal de proteção aos índios. De qualquer forma, em carta enviada a Teixeira Mendes em 8 de agosto de 1911, Torres Gonçalves assim explicava tal alteração:

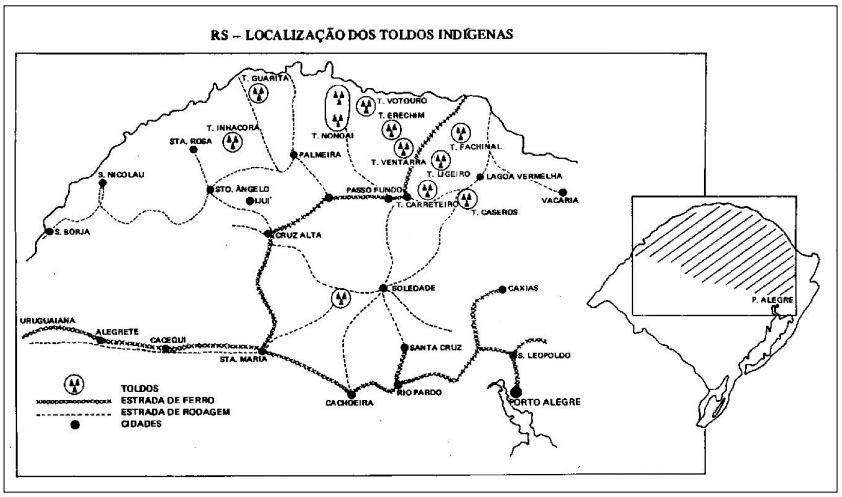
> "No relatório deste ano procuro reparar francamente o erro cometido no anterior, quando opinei para que o estado realizasse ele próprio a proteção aos nossos índios. O relativismo da nossa Doutrina permitindo tirar proveito das nossas próprias faltas, proporcionou-me a ocasião de fornecer esclarecimentos a respeito que talvez não tivesse oportunidade de fazê-lo de outra forma".[120]

---

[119] Relatório da Secretaria das Obras Públicas ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul - 1911, p. 156. AHRGS - Obras Públicas - Relatório nº 25.
[120] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 8 de agosto de 1911.

Tudo indica que Torres Gonçalves tinha razão em adotar uma atitude pessimista relativamente à ação indigenista do governo estadual. De fato, na correspondência que enviou a Teixeira Mendes ao longo dos quinze anos seguintes não se encontra qualquer outra referência a esta questão, revelando que ela não era prioritária para o projeto político do PRR e que não era a principal tarefa de Torres Gonçalves à frente da Diretoria de Terras e Colonização.

No relatório apresentado pela Secretaria das Obras Públicas ao presidente Carlos Barbosa, em meados de 1912, era referido que mais dois toldos indígenas acabavam de ter suas terras demarcadas pela Diretoria de Terras e Colonização: o da Serrinha, com 11.950 ha, e o de Nonoai, com



34.907 ha. Deste modo, já estavam demarcados oito dos doze toldos existentes no Rio Grande do Sul, faltando a demarcação das terras dos seguintes toldos: do Inhacorá e da Guarita, no município de Palmeira das Missões; de Votouro, em Passo Fundo; e do Lagoão, em Soledade.[121] Os índios de todos esses toldos eram kaingangs, com exceção dos que habitavam o toldo do Lagoão, que eram guaranis nômades da nação M´bya, vindos do Paraguai.

No relatório enviado ao secretário das Obras Públicas Protásio Alves, em meados de 1916, Torres Gonçalves apresentou um projeto de reforma ao Regulamento de Terras e Colonização aprovado pelo decreto n.º 313, de 4 de julho de 1900, que não fazia qualquer menção aos índios e suas terras. O projeto previa a inserção de um novo capítulo em que, sob o título “Das terras e proteção aos índios”, se propunha:

> “Art.18 - São consideradas terras dos índios as que se acham por eles ocupadas.

* Mapa com a localização das áreas indígenas demarcadas por Torres Gonçalves.

[121] Relatório da Secretaria das Obras Públicas ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul - 1912, p. 151. AHRGS - Obras Públicas - Relatório nº 29.

> Art.19 - O Estado as considera tais independente de qualquer título especial de domínio, e simplesmente em virtude da prioridade de ocupação por eles .
> Art.20 - O Estado prosseguirá na demarcação das áreas dos toldos, realizando-a com largueza, tanto quanto possível segundo linhas naturais, consultando sempre previamente o desejo dos índios.
> Art.21 - As terras dos toldos não serão utilizadas para a construção de estradas de ferro, linhas telegráficas ou qualquer fim de utilidade pública, sem prévio consentimento dos índios.
> Art.22 - Não serão reconhecidas como boas e válidas as compras feitas por particulares de terras dos toldos.
> Art.23 - O Estado auxiliará por todos os meios ao seu alcance a realização do serviço republicano de proteção leiga aos silvícolas, conforme se acha instituído atualmente pelo Governo Federal, ao qual deixará entregue - como serviço nacional - enquanto este assim o realizar.
> Parágrafo Único - Em falta de tal serviço da União, o Estado o estabelecerá, igualmente seguindo as tradições de José Bonifácio - fundador da nossa nacionalidade - subordinado às seguintes disposições gerais: a) garantia das terras que ocupam; b) garantia da vida, protegendo-os contra a perseguição e exploração dos ocidentais; c) auxiliando-os e guiando-os na construção de suas habitações, lavouras (…), permitindo-lhes, o mais cedo possível viverem dos seus próprios recursos".[122]

Entretanto, tal alteração no regulamento de terras e colonização do Estado ainda levaria alguns anos para ser efetivado em sua totalidade. Assim mesmo, alguns passos tímidos foram dados neste sentido através das "Instruções para o Serviço Estadual de Proteção aos Índios", aprovadas por decisão presidencial de 15 de fevereiro de 1917.[123]

No ano de 1918, a Comissão de Terras de Palmeira das Missões, sob a direção do engenheiro Frederico Westphalen, realizou a demarcação das terras

---

[122] Relatório da Diretoria de Terras e Colonização à Secretaria das Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul - 1916, p. 165-166. AHRGS - Obras Públicas - Relatório nº. 41.

[123] Tais instruções tinham a forma seguinte: 1) Junto a cada toldo será admitido um carpinteiro, de comprovada moralidade, casado, que saiba ler, escrever e conheça as regras práticas sobre as culturas mais necessárias à alimentação; 2) Esses carpinteiros auxiliarão aos índios: a) na construção de suas habitações, segundo projetos fornecidos pelas comissões de terras e colonização; b) na construção do mobiliário mais indispensável; c) na organização das lavouras de milho, feijão, mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar; d) em trabalhos domésticos e ensino às crianças dos rudimentos de leitura, escrita e contagem; e) na proteção contra os exploradores e opressores quaisquer; 3) Serão fornecidos aos índios as ferramentas e sementes necessárias; 4) Os encarregados dos toldos ficam diretamente subordinados às comissões de terras e colonização; 5) Será assegurada aos índios a mais completa liberdade de organização, respeitando-se escrupulosamente o regime e as autoridades que quiserem. In: Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul Dr. A. A. Borges de Medeiros à Assembléia dos Representantes em 20 de setembro de 1917. *A Federação*, 21 de setembro de 1917, p. 7. O fato de que tal regulamento previa o ensino de leitura e escrita às

dos toldos indígenas de Inhacorá, que ficou com uma área de 8.023 hectares, e de Guarita, que atingiu os 23.183 hectares. De outra parte, a Comissão de Terras de Erechim demarcou uma área de 3.053 hectares para o toldo do Votouro.[124] Assim, ao final de 1918 faltava ser demarcado apenas o toldo do Lagoão, habitado sazonalmente por índios guaranis.

No tópico referente à "proteção fraterna aos índios" constante do relatório apresentado pela Secretaria das Obras Públicas a Borges de Medeiros, em 1919, Torres Gonçalves assim apresentava a situação que a Diretoria de Terras e Colonização pretendia criar para os indígenas do Rio Grande do Sul:

> "De acordo com este programa, a situação que com o tempo se criará para os índios neste estado, será a seguinte: ao lado e dentro por vezes das regiões coloniais de vida intensa, aparelhadas gradualmente de todos os elementos e manifestações da existência industrial contemporânea, ter-se-ão, em simpático contraste, os pequenos aldeamentos - os toldos - dos restos dos antigos silvícolas que dominaram outrora como senhores exclusivos as terras que hoje ocupamos, porém, respeitados nas suas ingênuas e poéticas crenças fetichistas, assistidos pelo governo republicano sobretudo para a efetividade desse respeito (…). E tal situação se prolongará naturalmente até que a marcha incessante da evolução social e o estabelecimento de uma melhor situação sobre a Terra, a venha modificar gradual e humanamente, sem dores como sem repulsas por parte dos nossos infelizes irmãos fetichistas, de cujo longo martírio passado (…) iremos assim apagando a memória dolorosa".[125]

Ingenuamente, Torres Gonçalves ainda acreditava que as terras e as crenças dos indígenas seriam respeitadas pelos poderes públicos e pelos colonos instalados no entorno dos toldos, de modo que, lentamente, os silvícolas se incorporariam à sociedade nacional. Na descrição desta lenta e pacífica assimilação dos índios, indiretamente o engenheiro rio-grandino fazia alusão à transição para o positivismo, quando a doutrina criada por Auguste Comte se imporia sobre todo o mundo ocidental, conforme a crença de seus seguidores.

---

crianças indígenas leva a supor que sua autoria não seja de inteira responsabilidade de Torres Gonçalves.

[124] Relatório da Secretaria das Obras Públicas ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul - 1918, p. 311. AHRGS - Obras Públicas - Relatório nº 50.

[125] Relatório da Secretaria das Obras Públicas ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul - 1919, p. 435. AHRGS - Obras Públicas - Relatório nº 54.

Ainda no ano de 1919, consultado pelo Ministério da Agricultura se aceitaria receber colonos estrangeiros, o governo do PRR rejeitou tal proposta, ratificando a idéia de que os colonos nacionais e os descendentes de colonos estrangeiros já fixados no país deveriam ser privilegiados. Indo além, argumentava que o governo estadual mantinha um serviço próprio de proteção aos índios, zelando por sua incorporação à sociedade civil e política.[126]

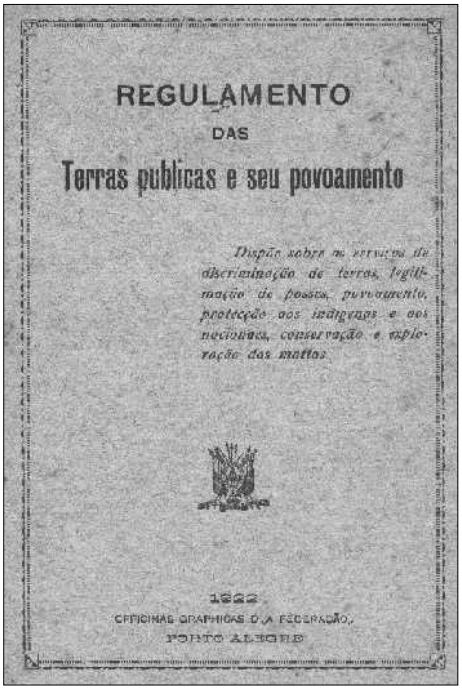
Procurando capitalizar o fato de manter com recursos próprios a maior parte dos toldos indígenas existentes no Rio Grande do Sul, o PRR utilizou seu jornal oficial para passar à ofensiva e criticar as políticas que o governo federal vinha desenvolvendo relativamente aos indígenas e à colonização. Neste sentido, *A Federação* publicou, nos dias 12 e 18 de dezembro de 1919, o artigo intitulado " O Serviço de Proteção aos Índios". Na primeira parte do referido artigo era reproduzida a argumentação do oficial do Exército e confrade da IPB Alípio Bandeira, que criticava o fato de que o Congresso Nacional liberava quantias elevadas para que ordens religiosas desenvolvessem a catequese religiosa dos indígenas, ao passo que mantinha o serviço oficial à míngua. Após reproduzir alguns exemplos do descaso com que a assistência aos índios era conduzida em outros estados, o articulista ressaltava:

> "Mas, afortunadamente, descendo aos detalhes, ver-se-á que, no que diz respeito ao Rio Grande do Sul pelo menos, o serviço oficial de proteção aos aborígenes não incorre nessas lamentáveis características de incoerência doutrinária e nesses sinais inequívocos de uma ação mal-conduzida e, por isto mesmo, de efeitos contrários na sua finalidade prática.
> No Rio Grande do Sul, o serviço de proteção aos indígenas não se pauta por essas evidências gerais de abandono mal-disfarçado colimando num extermínio completo, mais ou menos certo, dos nossos silvícolas".[127]

[126] Cf. *A Federação*, 5 de dezembro de 1919, p.1.
[127] *A Federação*, 12 de dezembro de 1919, p.1. Na continuação do artigo, uma semana depois, a defesa da política indigenista implementada pelo governo do Rio Grande do Sul através de Torres Gonçalves foi retomada nos seguintes termos: "Constitui o serviço estadual de proteção fraterna aos indígenas, tanto sob o ponto de vista moral como social, um dos maiores e mais significativos títulos de benemerência da nossa esclarecida administração estadual. Ao empirismo inócuo e à balbúrdia contraproducente que assinalam os trabalhos de catequese por quase todo o país (…), contrapõe o governo do estado uma orientação metódica e segura no sentido de operar gradualmente a incorporação dos silvícolas à nossa vida civil e política. (…) E deve-se registrar, a propósito, o auspicioco fato de já haverem desaparecido, há muito, das nossas crônicas, os relatos de encontros sangrentos entre os colonos ocidentais e os silvícolas, tão comuns em outras partes do território nacional (…). Assim se explica que os habitantes das nossas florestas, atraídos pela cordura das nossas autoridades que não lhes procuram impor

Desta forma o governo estadual valia-se das dificuldades enfrentadas por Rondon em fazer com que seus princípios doutrinários fossem aceitos nos demais estados da União, onde o SPI enfrentava cerrada oposição por parte da Igreja Católica, interessada em retomar o monopólio da assistência aos povos indígenas. Contraditoriamente, era no Rio Grande do Sul, onde o SPI tinha um espaço de atuação bastante restrito, que as diretrizes da política indigenista pensada por Rondon mais se aproximavam de sua concretização, graças à atuação de Torres Gonçalves na Diretoria de Terras e Colonização.

Através do decreto n.º 3.004, de 10 de agosto de 1922, finalmente foi aprovado o novo regulamento das terras públicas e seu povoamento, incluindo na íntegra o título "Das terras e proteção aos índios", proposto por Torres Gonçalves em seu relatório ao secretário das Obras Públicas, em 1916. Assim, ratificava-se a disposição de que seriam consideradas terras indígenas aquelas por eles ocupadas, independentemente de qualquer título, simplesmente em virtude da sua prioridade de ocupação. Neste sentido, tais terras seriam demarcadas com largueza pelo governo estadual, não sendo reconhecida nenhuma transação que as envolvessem.[128]


REGULAMENTO
DAS
Terras publicas e seu povoamento
Dispõe sobre os serviços de discriminação de terras, legitimação de posses, povoamento, protecção aos indigenas e aos nacionaes, conservação e exploração das mattas
1922
OFFICINAS GRAPHICAS D'A FEDERAÇÃO,
PORTO ALEGRE

Deste modo, a política indigenista desenvolvida pelo estado passava a basear-se em uma lei específica, deixando de apoiar-se apenas em instruções administrativas. Por outro lado, foram integradas a esta lei as disposições contidas nas "Instruções para o Serviço Estadual de Proteção aos Índios" , baixadas em 1917, através das quais se estabelecia o quadro funcional que atenderia aos toldos indígenas.

---

obediência pela força, vão abandonando rapidamente os seus costumes nômades e procurem fixar-se ao solo, constituindo a sua propriedade e entregando-se aos trabalhos regulares da lavoura e da pequena criação". In: *A Federação*, Porto Alegre, 18 de dezembro de 1919, p. 1.

[128] Rio Grande do Sul. Regulamento das terras públicas e seu povoamento - decreto nº. 3004, de 10 de agosto de 1922. Porto Alegre: Officinas d´A Federação, 1922, p. 8-9.

* Capa do regulamento de Terras elaborado por Torres Gonçalves em 1922.

Em abril de 1922, envolvido com o combate à revolta do Contestado, no oeste catarinense, Rondon visitou os toldos indígenas de Nonoai e da Serrinha, localizados no extremo norte do Rio Grande do Sul. Foi a primeira vez em que o diretor do SPI esteve entre os índios do estado, ratificando seu apoio às medidas de proteção adotadas pelas autoridades sul-rio-grandenses e implementadas por seu confrade Torres Gonçalves.[129]

Por outro lado, o relatório apresentado pela Secretaria das Obras Públicas ao presidente Borges de Medeiros, em meados de 1923, trouxe uma notícia inusitada acerca da proteção que o governo estadual oferecia aos indígenas. Sob o título "Atentado contra os índios de Inhacorá", aparecia o seguinte:

> "Sobre esse atentado brutal, ocorrido em janeiro de 1920, do qual resultou a morte do cacique do toldo do rio Inhacorá, Tibúrcio Fongue, e um outro índio, podemos felizmente registrar agora o seguinte. Dos dois assassinos, Getúlio Dornelles Vargas e Soriano Serra, presos em flagrante pelo encarregado do toldo, cidadão João de Oliveira Machado, e que fugiram dias depois, foi novamente preso, afinal, em 22 de julho de 1922, o segundo, e entregue novamente às autoridades policiais do município de Palmeira, ao qual pertence o toldo. O outro assassino continua foragido".[130]

O inusitado neste relatório impresso da Secretaria das Obras Públicas, então ocupada por Ildefonso Soares Pinto, é que Getúlio Vargas era uma figura pública conhecida, havendo sido líder do PRR na Assembléia dos Representantes. Como integrante da comissão eleitoral que deu a vitória a Borges de Medeiros na eleição de 1922, era ele um dos mais próximos colaboradores do presidente gaúcho. Em 1923, enquanto o estado mergulhava na guerra civil, Vargas foi indicado para ocupar a liderança da bancada gaúcha no Rio de Janeiro, função estratégica naquele momento em que as oposições gaúchas voltavam a solicitar a intervenção federal no Rio Grande do Sul. Além disso, a ida para a capital federal teve a vantagem de afastá-lo das

---

[129] Na ocasião, Torres Gonçalves enviou a Rondon o seguinte telegrama: *"*Apresento prezado confrade cordiais boas vindas, testemunhos reconhecimento seus esforços excepcionais na instituição prática proteção aos índios, magno problema cívico e moral, importante reconhecimento independência mínimas cabildas silvícolas, conforme princípio fundamental política internacional respeito menores nacionalidades, e resgate nossas faltas com indígenas, segundo programa José Bonifácio, incomparável fundador Igreja Positivista Brasil, nosso inolvidável Diretor Miguel Lemos" (cópia). Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, em 8 de abril de 1922, AIPB.

[130] Relatório da Secretaria das Obras Públicas ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul - 1923, p. 593. AHRGS - Obras Públicas - Relatório nº 65.

conseqüências daquele episódio no toldo de Inhacorá. Cinco anos depois, Vargas conquistaria o poder estadual e, logo em seguida, o poder nacional.

De qualquer forma, neste último mandato de Borges de Medeiros, iniciado no princípio de 1923, Torres Gonçalves continuou ocupando a chefia da Diretoria de Terras e Colonização. Entretanto, no orçamento votado pela Assembléia dos Representantes para o ano de 1924, houve uma redução para 24:000$000 nos valores destinados à assistência aos toldos indígenas, metade do que vinha sendo concedido nos anos anteriores.[131] Mesmo atribuindo-se tal diminuição aos gastos extraordinários decorrentes da guerra civil ocorrida naquele ano, após a pacificação do estado a recuperação de tais recursos não foi total, ficando as verbas de assistência aos índios fixadas em 36:000$000 anuais até o término do mandato de Borges de Medeiros.[132]

Através do decreto nº. 3.524, de 5 de outubro de 1925, o governo estadual aprovou as "Instruções para o Serviço Florestal", visando complementar o regulamento de terras de 1922 no tocante à proteção das matas que lhe pertenciam. Neste sentido, o referido decreto impedia a concessão de terras para colonização nas encostas, matas, pinhais e ao longo dos cursos d´água, além de determinar que nas áreas destinadas à colonização fossem destinadas reservas de 25% do total para a constituição de bosques públicos, *de preferência constituídas das melhores matas e dos terrenos mais acidentados, além disto, apanhando sempre que possível áreas de toldos silvícolas.*[133]

Esta passagem do decreto, oriundo da Diretoria de Terras e Colonização, daria margem para a extinção de reservas indígenas e a criação em seu lugar de reservas florestais, o que se verificou a partir da década de 1940, quando todos os toldos do estado já se encontravam sob a administração federal. Entretanto, sua intenção original era a de atribuir aos índios a vigilância dessas reservas florestais, possibilitando-lhes a manutenção de seus hábitos de caça, pesca e coleta.

---

[131] Cf. Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul - ano 1923, p, 278.
[132] Cf. Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul - ano 1927, p, 610.
[133] Rio Grande do Sul. Instruções para o serviço Florestal - decreto nº. 3.524, de 5 de outubro de 1925, p. 6.

Além dos danos decorrentes da Revolução de 1923, a região norte do estado foi afetada, no ano seguinte, pelo confronto que opôs os militares rebelados comandados pelo tenente Luís Carlos Prestes às forças militares do Estado e da União. Assim, os relatórios apresentados neste período pela Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul foram bastante lacônicos ao se referirem à situação dos toldos indígenas que estavam sob sua responsabilidade. De qualquer modo, o trabalho de demarcação das terras indígenas no Estado era dado como concluído desde o final da década anterior.

Com a posse de Getúlio Vargas no governo estadual, em janeiro de 1928, o espaço de atuação desfrutado por Torres Gonçalves foi imediatamente restringido. Através do decreto n.º 4063, de 11 de maio de 1928, foram revogados os artigos do regulamento de terras de 1922, de autoria de Torres Gonçalves, que conferiam vantagens aos colonos nacionais na compra de terras públicas. Porém, foram mantidas as disposições anteriores acerca da proteção aos índios e suas terras. Finalmente, em janeiro de 1929, Getúlio Vargas afastou Torres Gonçalves do comando da Diretoria de Terras e Colonização. Este ato marcou o divórcio definitivo entre o projeto político desenvolvido pelo PRR e o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos. Embora tenha continuado a desempenhar funções relevantes na administração pública estadual, Torres Gonçalves foi esvaziado politicamente.

Em sua tentativa de aplicar praticamente os preceitos de Auguste Comte no relacionamento do governo do Rio Grande do Sul com a população indígena que vivia nos diversos toldos espalhados pelo norte do estado, Torres Gonçalves atingiu apenas parcialmente seus objetivos. Por um lado, se conseguiu realizar a demarcação das terras indígenas com generosidade, por outro lado enfrentou inúmeros obstáculos decorrentes dos compromissos firmados pela direção do PRR com as lideranças coronelistas da região setentrional do Estado. Assim, o atendimento proporcionado pelo governo estadual às reivindicações dos índios ocorreu dentro dos limites necessários à manutenção da hegemonia pelo PRR.

De fato, esteve longe de realizar-se o propósito de estabelecer um tratamento dos povos indígenas de acordo com os princípios que norteiam as relações internacionais, segundo fora aconselhado por Auguste Comte. O

reconhecimento dos povos indígenas como sendo independentes e autônomos era impossível no contexto em que ocorreu a atuação de Torres Gonçalves, pois estes eram em número muito reduzido e viviam rodeados pela sociedade nacional, da qual dependiam para obter os recursos necessários à sua subsistência. Por outro lado, o desmatamento e o avanço da frente de expansão da sociedade nacional tornavam cada vez mais difícil a manutenção do *modus vivendi* tradicional, caracterizado pelo semi-nomadismo. De outra parte, fracassou a tentativa de transformá-los em pequenos proprietários (a Diretoria de Terras e Colonização demarcou cerca de 91.000 hectares para uma população de cerca de 2.500 índios, numa média de 36 hectares *per capita*), pois a escassez de ferramentas, as dificuldades em negociar a produção e os maus negócios que faziam com a população colonial que vivia nas proximidades dos toldos dificultavam a obtenção de melhores resultados.

Porém, se a condição dos índios no Rio Grande do Sul continuou degradada após os vinte anos em que Torres Gonçalves ocupou-se de sua "proteção fraterna", não é descabido supor que a situação deles seria ainda mais delicada se o engenheiro rio-grandino não tivesse se empenhado com tanto zêlo em realizar adequadamente seu trabalho de funcionário público, sempre procurando manter-se fiel às diretrizes dadas por Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Cândido Rondon na aplicação dos preceitos formulados por Auguste Comte para o relacionamento com os "fetichistas".

Capítulo 5

Torres Gonçalves e a política gaúcha na República Velha

5.1 – Torres Gonçalves e o castilhismo

Na condição de quadro técnico do alto escalão do funcionalismo estadual do Rio Grande do Sul, Torres Gonçalves conheceu intimamente os bastidores do governo ao longo do período em que o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) foi hegemônico, nas primeiras quatro décadas que se seguiram à proclamação da República. De outra parte, sua condição de positivista ortodoxo e de membro da Igreja Positivista do Brasil (IPB) permitiu-lhe observar os acontecimentos a partir de um ponto de vista privilegiado, em função do prestígio desfrutado pelo pensamento de Auguste Comte na cúpula do PRR.

Júlio de Castilhos foi a figura mais destacada da política sul-rio-grandense ao longo das décadas iniciais do regime republicano no Brasil.[1] As simpatias de Castilhos pela filosofia de Auguste Comte datam do final da década de 1870, quando ele realizou seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo.[2] No princípio de 1882, de volta ao Rio Grande do Sul após se

[1] Júlio de Castilhos está entre as figuras históricas do Rio Grande do Sul que mais foram estudadas. Ver, dentre outras, as seguintes obras: FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988; FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1998. RODRIGUEZ, Ricardo Velez. *Castilhismo – uma filosofia da República*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1980. ROSA, Othelo. *Júlio de Castilhos – perfil biographico e escriptos políticos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928; e SOARES, Mozart Pereira. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: IEL, 1990.

[2] A influência do pensamento de Comte sobre Castilhos já se fazia sentir quando este tinha dezenove anos, em 1879, ocasião em que o jovem estudante gaúcho publicou um artigo no jornal *A Evolução* – criado pelos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo –, no qual era explícita a referência à filosofia da história do pensador francês, utilizada na defesa da República e na crítica às instituições monárquicas, responsabilizadas pelo atraso do Brasil: "O

bacharelar em direito, Júlio de Castilhos foi um dos fundadores do PRR, juntamente com Demétrio Ribeiro, Apeles Porto Alegre e Ramiro Barcellos, dentre outros jovens que haviam obtido formação superior no centro do país. A preponderância de Castilhos sobre o conjunto do partido começou a se firmar a partir da criação, em 1884, do jornal *A Federação*, órgão de imprensa oficial do PRR. Já naquela época o PRR diferenciava-se dos partidos republicanos das demais províncias do Brasil, geralmente estruturados em torno da ideologia liberal. Para que os republicanos gaúchos organizassem suas diretrizes programáticas a partir do positivismo foi determinante, além da influência do próprio Castilhos, a atuação de Demétrio Ribeiro, engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde foi colega de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, que depois viriam a ser os líderes da vertente religiosa do positivismo no Brasil.[3]

Apenas nove meses separaram a fundação do PRR, em fevereiro de 1882, da criação da IPB, em maio de 1881. Uma característica importante diferenciava os membros destas instituições: os diretores e os confrades mais destacados da IPB, em geral, eram oriundos da classe média urbana, atuavam como funcionários públicos e tinham formação em engenharia (civil ou militar),

---

grande movimento que, vindo do fundo da história, gerou as admiráveis criações modernas; a dilatada evolução das sociedades que, na percepção nítida do olhar de águia de Augusto Comte - o imortal criador da Sociologia -, começou a acentuar-se com o aparecimento do cristianismo que, triunfando do paganismo, deitava abaixo a organização antiga; que deteve-se no século XVI para com o protestantismo por instrumento produzir o primeiro destroço da perigosa unidade católica, que a ascendência exclusivamente preponderante do cristianismo sobre as consciências havia criado; que com a revolução destruidora do regime 'católico feudal' que, no desempenho do seu destino, havia enchido a Idade Média e que devia desaparecer, por incompatível com o estado dos espíritos; essa vasta evolução - que sintetiza os progressos da Humanidade operados até princípios deste século - pouco ou quase nada tem agido em relação a este país". Apud. ROSA, Othelo. *op. cit.*, p. 33.

[3] Evidenciando a influência do programa doutrinário defendido pela IPB sobre o PRR, na "Advertência" que Miguel Lemos e Teixeira Mendes escreveram como preâmbulo do projeto de Constituição federal que apresentaram aos constituintes, em janeiro de 1890, consta: "Podemos afirmar que, graças a uma ativa e incessante propaganda que dura há mais de nove anos, as nossas idéias acerca da organização republicana adaptável à fase presente são bem conhecidas do público brasileiro. Podemos mesmo acrescentar que o nosso movimento operou no seio do partido republicano importante modificação, fazendo com que grande número de seus membros se divorciassem das fórmulas democráticas e adotassem francamente a política ditatorial. Semelhante transformação é sobretudo notável entre os nossos correligionários do Rio Grande do Sul e Pernambuco, as duas ex-províncias em que o espírito republicano se conservou sempre vivaz. De modo que não é temerário afirmar que em um futuro bem próximo surgirá possante e irresistível o partido republicano ditatorial, fruto desses fecundos germens lançados pela nossa propaganda". In: LEMOS, Miguel & MENDES, Teixeira. *Bazes de uma Constituição política ditatorial federativa para a República brazileira*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1890, p. I.

enquanto que as principais lideranças do PRR eram bacharéis em direito e provinham de famílias de grandes proprietários de terras da região centro-norte do Rio Grande do Sul (de ocupação mais recente, seus donos não dispondo de títulos de nobreza e de escravos). Ambas as instituições tinham em Auguste Comte sua principal referência teórica, mas em graus e perspectivas diferentes. Enquanto que a adesão da IPB ao ideário de Comte era total, pois todos os confrades aceitavam sua filosofia da história, seu método científico, seu projeto político e sua doutrina religiosa, a adesão do PRR era parcial, restringindo-se a poucos membros de sua cúpula e aos aspectos políticos e filosóficos do positivismo, não sendo aceita sua vertente religiosa.

Assim, não é de estranhar que Demétrio Ribeiro, republicano gaúcho com formação em engenharia civil (um tipo híbrido, portanto), tenha servido de elo entre as duas instituições nascentes. A correspondência mantida entre Demétrio Ribeiro e Miguel Lemos ao longo da década de 1880 demonstra que este aconselhava àquele acerca da forma como o movimento republicano deveria ser conduzido no Rio Grande do Sul. [4]

Com a proclamação da República, em fins de 1889, Demétrio Ribeiro passou a ocupar o Ministério da Agricultura e Obras Públicas do governo provisório. Ao lado de Benjamin Constant, que então se reaproximou de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes (com os quais havia rompido em 1881, por não aceitar se submeter às suas opiniões), Demétrio Ribeiro passou a atuar como interlocutor da IPB junto ao novo governo. Desta forma, diversos projetos formulados pelos diretores da IPB foram implementados, como o de laicização do Estado e o de oficialização da bandeira nacional republicana com o lema positivista "Ordem e Progresso", idealizada por Teixeira Mendes e executada por Décio Villares.[5]

---

[4] Cabe esclarecer que Comte aconselhava seus seguidores a absterem-se de participar do jogo político-partidário, entendendo que este somente fomentava o aumento da "anarquia espiritual" e que o positivismo acabaria por se impor naturalmente, graças a sua adequação às leis que regeriam a história. A pressão exercida pelo fundador da IPB sobre seus simpatizantes transparece na carta que Demétrio Ribeiro enviou a Miguel Lemos em junho de 1884, quando aquele justificava que apenas um caso de doença em família o estava impedindo de tornar pública sua adesão à Religião da Humanidade, acrescentando que "(...) a organização partidária na qual colaborei (...) colocou os republicanos em condições , não direi de aceitar, mas de respeitar sempre as soluções positivistas (...). Se não houver degeneração, creio que os republicanos rio-grandenses poderão merecer sempre a distinção do nosso auxílio". In: Carta de Demétrio Ribeiro a Miguel Lemos, em 12 de junho de 1884. AIPB.

[5] Acerca do empenho dos positivistas ortodoxos brasileiros em agir sobre o imaginário coletivo através dos símbolos nacionais e da resistência à bandeira republicana concebida por Teixeira

Porém, não chegou a três meses o tempo de permanência de Demétrio Ribeiro no governo provisório republicano, do qual afastou-se em razão do descontentamento com a crescente preponderância de Ruy Barbosa nas decisões tomadas. Por outro lado, o ex-ministro viu seu espaço político ser diminuído em função do predomínio de Júlio de Castilhos sobre o órgão de imprensa do PRR e, por conseqüência, sobre o conjunto da estrutura partidária. Júlio de Castilhos e Demétrio Ribeiro elegeram-se deputados em maio de 1890, passando a representar o Rio Grande do Sul na Assembléia Nacional Constituinte que iniciou seus trabalhos em novembro do mesmo ano. Ao contrário de Demétrio Ribeiro, que na condição de constituinte em nível nacional apresentou aos seus pares diversas propostas elaboradas pelos diretores da IPB, Castilhos não se empenhou em aplicar o ideário comtiano na configuração jurídica do Brasil, por entender que tal seria impossível.[6]

Promulgada a Constituição federal de 24 de fevereiro de 1891, fortemente influenciada pela constituição norte-americana, de perfil liberal, uma comissão composta por Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Ramiro Barcellos passou a elaborar um projeto de constituição para o Rio Grande do Sul. Conforme foi admitido depois por esses dois últimos, o trabalho foi inteiramente realizado por Castilhos. A partir da liberdade assegurada pelo texto federal para que os estados organizassem suas instituições políticas de acordo com suas peculiaridades, Castilhos elaborou um projeto de constituição estadual fortemente influenciado pelo pensamento de Auguste Comte, através da reprodução de boa parte das idéias apresentadas aos constituintes federais por Miguel Lemos e Teixeira

Mendes, ver. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, capítulos 5 (“Bandeira e hino: o peso da tradição”) e 6 (“Os positivistas e a manipulação do imaginário”).

[6] Cf. LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 45-49.

* Fotografia de um busto de Júlio de Castilhos feito por Décio Villares. ACPPA.

Mendes nas *Bases de uma Constituição política ditatorial federativa para a República brasileira*.[7]

Na sua adaptação do positivismo comtiano ao contexto histórico e social do Rio Grande do Sul, o projeto de constituição elaborado por Castilhos tinha as seguintes características principais: o presidente seria eleito diretamente, com mandato de cinco anos e possibilidade de reeleição mediante obtenção de ¾ dos votos; concentração dos poderes de legislar e executar nas mãos do presidente, com a Assembléia dos Representantes reunindo-se somente em dois meses do ano e com poderes apenas para votar o orçamento; livre nomeação dos integrantes do poder judiciário pelo presidente, a partir de lista de aprovados em concurso; concessão de poderes ao presidente para intervir nos municípios, fundindo ou desmembrando seus territórios; liberdade de exercício de toda e qualquer profissão, sem a exigência de diplomas acadêmicos; ampla separação entre os poderes temporal e espiritual; e, finalmente, ensino leigo, livre e gratuito, ficando o ensino secundário e superior entregues à iniciativa privada. Em linhas gerais, esta constituição era derivada de uma reinterpretação feita por Castilhos do positivismo comtiano, adaptado ao contexto histórico e social do Rio Grande do Sul.[8]

É importante destacar que, na impossibilidade de instituir claramente um poder ditatorial, a constituição castilhista previa mecanismos que asseguravam a perpetuação do PRR no poder, como o voto aberto e a inexistência de uma justiça eleitoral independente. Por outro lado, não pertencendo a democracia ao ideário positivista, o projeto político do PRR não vacilaria em recorrer à fraude eleitoral, quando necessário. Embora rejeitasse decididamente a intervenção federal nos estados (eco do ideal comtiano das pequenas pátrias),

[7] A semelhança entre a constituição castilhista e o projeto de constituição federal apresentado pelos diretores da IPB foi assinalada anteriormente por PINTO, Celi. *Positivismo – um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 36; e TRINDADE, Hélgio. "O jacobinismo castilhista e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul". In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: UFRGS, 1986-1990, vol. 14, p. 97.

[8] É interessante notar a peculiaridade do caso sul-rio-grandense. Apesar da grande distância existente entre a organização social proposta por Auguste Comte e aquilo que efetivamente tomou forma no Rio Grande do Sul ao longo da República Velha, o caso gaúcho foi a tentativa mais aprofundada e duradoura de moldar as instituições de uma sociedade a partir da teoria sociológica do pensador francês. Neste sentido, guardadas as proporções e feitas as atenuações necessárias, se poderia traçar um paralelo e dizer que o Rio Grande do Sul da República Velha esteve para a obra de Auguste Comte como a União Soviética esteve para a obra de Karl Marx. Obviamente, os dois pensadores europeus negariam tais filiações, mas o

o PRR criou mecanismos que possibilitavam a intervenção do governo estadual nos municípios.[9]

De outra parte, em janeiro de 1891, havia sido criado na cidade de Rio Grande o Clube Cooperador Positivista Sul-rio-grandense, que visava auxiliar a propaganda positivista naquela cidade, subordinando-se para isso à direção da IPB. Quase todos os seus 24 sócios eram funcionários públicos de alto escalão envolvidos nas obras do porto local. Em abril do mesmo ano foi fundado o Clube Cooperador Positivista de Porto Alegre, contando com dez integrantes, entre os quais estava Demétrio Ribeiro.[10]

Excluído do centro das decisões no PRR, Demétrio Ribeiro passou a contestar Castilhos abertamente e o projeto de constituição por este elaborado, unindo-se à oposição liderada pelo liberal Gaspar Silveira Martins. Porém, Miguel Lemos apreciou positivamente o referido projeto, chegando a enviar um telegrama de congratulações a Castilhos, posteriormente publicado pela

---

fato é que Castilhos e Lênin se inspiraram respectivamente nas teorias sociológicas de Comte e de Marx, tirando-as dos livros para organizarem as sociedades em que viviam.

[9] É importante lembrar que a lembrança da revolução Farroupilha, através da qual o Rio Grande do Sul procurou se tornar independente em relação ao Império do Brasil, entre 1835 e 1845, ainda estava bem viva entre as lideranças do PRR. Não por acaso, chamava-se "20 de Setembro" (data do início do movimento farroupilha) o clube criado por Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Alcides Lima, dentre outros, para reunir os alunos gaúchos da Faculdade de Direito de São Paulo, no final da década de 1870. Acerca do ideal das pequenas pátrias, Comte assim se manifestou sobre o assunto no *Catecismo*: "Na ordem final, os estados ocidentais não terão uma extensão normal superior à que nos apresentam agora a Toscana, a Bélgica, a Holanda, e em breve a Sicília, a Sardenha, etc. Uma população de um a três milhões de habitantes, na proporção ordinária de sessenta por quilômetro quadrado, constitui, com efeito, a extensão que convém aos estados verdadeiramente livres; porque só devem ser assim qualificados aqueles cujas partes todas acham-se reunidas, sem nenhuma violência, pelo sentimento espontâneo de uma solidariedade ativa. O prolongamento da paz ocidental, dissipando os temores sérios de invasão exterior e mesmo de coligação retrógrada, fará sentir em breve por toda parte a necessidade de dissolver pacificamente agregações factícias daqui por diante destituídas de verdadeiros motivos. (...) É a pátrias assim restritas que deve ser aqui aplicada a apreciação normal do regime público. Então o sentimento nacional torna-se um verdadeiro intermediário entre a afeição doméstica e o amor universal". In: COMTE, *Catecismo pozitivista*, p. 356-358.

[10] A fundação desses dois clubes de propaganda positivista levou Miguel Lemos a modificar os estatutos da IPB, acrescentando um artigo estabelecendo que "Os clubes cooperadores da propaganda positivista já fundados nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Rio Grande do Sul [sic], e os que vierem a fundar-se com o mesmo fim em outras localidades, ficam considerados elementos coletivos da liga religiosa, compostos de pessoas que já simpatizam em graus diversos com as soluções oferecidas pelo positivismo, mas sem nenhuma filiação sistemática ao Apostolado". In: LEMOS, Miguel. *O Apostolado Pozitivista do Brazil – undécima circular anual (1891)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1892, p. V. Porém, pouco depois Miguel Lemos se arrependeu de ter aceito a contribuição desses clubes, pois eles começaram a tomar iniciativas sem consultá-lo. Sobre os dois clubes gaúchos, mais especificamente sobre o clube positivista de Rio Grande, ver PEZAT, Paulo Ricardo. "O Clube Cooperador Positivista Sul-rio-grandense e a propaganda da religião da Humanidade na cidade de Rio Grande (1891-1894)". In: *Biblos*, Rio Grande, n.º 11, 1999, p. 107-117.

Federação. A partir dessa aproximação entre Castilhos e a direção da IPB, Demétrio Ribeiro rompeu suas relações com Miguel Lemos.[11]

O projeto de constituição elaborado por Castilhos foi referendado com poucas modificações pela Assembléia Constituinte estadual, que promulgou o texto em 14 de julho de 1891. Na ocasião, Miguel Lemos mais uma vez manifestou publicamente sua simpatia pela constituição elaborada por Castilhos, considerando-a "a mais avançada do Ocidente".

Em novembro de 1891, Júlio de Castilhos - presidente do Estado do Rio Grande do Sul eleito pela Assembléia Constituinte - foi deposto pela oposição comandada por Silveira Martins, com o apoio da dissidência republicana liderada por Demétrio Ribeiro. Apenas em junho de 1892 Castilhos voltou ao poder, pondo fim ao período conhecido como "governicho". Em resposta, a oposição pegou em armas no princípio de 1893, dando início à Revolução Federalista. Neste momento, a direção da IPB mais uma vez veio a público defender Castilhos e sua constituição, conclamando o governo federal a enviar tropas ao Rio Grande do Sul para lutar ao lado das forças castilhistas, e não para apoiar a oposição. No entender de Miguel Lemos, não era a constituição

[11] Em conseqüência do telegrama de apoio enviado por Miguel Lemos a Júlio de Castilhos e publicado no jornal do PRR, Demétrio escreveu ao diretor da IPB protestando. Em resposta, Miguel Lemos escreveu: "Se *A Federação* está tirando proveito do meu telegrama ao governador a culpa é tua, porque em vez de receberes a constituição com os aplausos a que ela tinha direito, (...) caíste no erro de recebê-la de lança em riste, decidido a não dar-lhe quartel, e a só esmiuçar as suas imperfeições ou lacunas, sem proclamar e aprovar o que ela tem de bom, e que é muito. (...). Como, pois, querer condenar em absoluto a obra dos teus adversários só porque eles não fizeram tudo quanto está no programa positivista? Eles também te poderiam replicar do seguinte modo: 'Aceitamos o terreno em que vos colocais de uma completa submissão à doutrina positivista. Vamos então examinar, sob este ponto de vista, a vossa conduta. Como é que sois político, deputado, chefe de partido, quando Augusto Comte, fundado em muito boas razões, proibiu aos seus discípulos (...) que ocupassem cargos políticos durante a transição? Como é que sois jornalista, quando Augusto Comte não têm expressões assaz severas para condenar semelhante ocupação? ' (...). Estou convencido que não poderias responder nada de valioso a semelhantes argüições, dado o ponto de vista intransigente em que te queres colocar para julgá-los. (...). Perguntas-me: que confiança pode inspirar quem neste momento arma força pública para oprimir cidadãos? Respondo: tanta, e até mais, do que merecem os gasparistas e outros politiqueiros antigos com quem te coligaste para a luta eleitoral. (...). A auréola de inteireza política que até há pouco tempo circundava o teu nome está prestes a desaparecer. Vejo todos inclinados já a não ver em ti senão um "politiqueiro" como outro qualquer. É bem doloroso para nós assistirmos ao teu descrédito político e vermos assim murchar tantas esperanças! (...). Ainda uma vez apelo para tua retidão e para o teu patriotismo. Rompe esses laços indignos das grandes esperanças que em ti depositamos (...), renuncia por ora ao mando político, como ensina o nosso Mestre, e sacudindo a poeira verminosa com que te cobriste nessa arena empestada (...), dedica-te, por meio de uma propaganda leal, sincera, coerente e alheia às intrigas eleitorais, a preparar a situação que de futuro poderá permitir o teu predomínio político". In: LEMOS, Miguel (org.) *O Apostolado Pozitivista no Brazil - décima-terceira circular anual (1893).* Rio de Janeiro: Igreja Pozitivista do Brazil, 1894, p. 64-72.

sul-rio-grandense que deveria ser modificada para adaptar-se à constituição federal, mas, ao contrário, esta é que deveria espelhar-se naquela.[12]

Como já foi visto anteriormente, por influência de seus irmãos Joaquim e Luiz, Carlos Torres Gonçalves chegou a cogitar a possibilidade de se engajar no movimento revolucionário que opôs a aliança entre liberais e republicanos dissidentes às forças lideradas por Júlio de Castilhos, entre 1893 e 1895.[13] Na época, Torres Gonçalves chegou mesmo a defender que, caso fosse derrotado, Castilhos deveria ser executado em praça pública.[14] Os irmãos de Carlos Torres Gonçalves, engajados nas forças revolucionárias em função de suas relações com Demétrio Ribeiro, abandonaram o movimento antes mesmo de seu término, exilando-se em Buenos Aires.

Contando com o apoio das forças federais enviadas pelo marechal Floriano Peixoto – além do respaldo ideológico da IPB -, Castilhos conseguiu, em 1895, derrotar a oposição e manter intocada a Constituição de 14 de Julho de 1891. A revolução Federalista estendeu-se de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, sendo caracterizada pela violência utilizada por ambos os lados. Em 31 meses de conflito morreram mais de 12 mil pessoas, sendo a população do Rio Grande do Sul na época de cerca de um milhão de habitantes. Com a vitória, Castilhos cimentou a base de apoio necessária à manutenção do poder pelo PRR ao longo das décadas seguintes através do controle estabelecido sobre os "coronéis", ou seja, os chefes políticos e militares de diversas regiões do Estado, retirando a autonomia que estes até então desfrutavam e enquadrando-os na disciplina partidária, para isso contando com os instrumentos fornecidos pela Constituição de 14 de julho de 1891.[15]

Findo o conflito e superada a instabilidade política que se prolongava desde 1889, Castilhos passou a se ocupar da reorganização do Estado. De acordo com a Constituição de 14 de julho, o governo tinha três secretarias como instrumentos de ação: do Interior, da Fazenda e das Obras Públicas.

---

[12] Sobre a correspondência e a opinião de Miguel Lemos acerca da revolução Federalista, ver os interessantes documentos transcritos em LEMOS, Miguel. *O Apostolado Pozitivista no Brazil – décima-terceira circular anual (ano de 1893)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1894, p. 48-82.

[13] Conforme foi desenvolvido no capítulo 1.2 do presente trabalho.

[14] Segundo informou-me oralmente seu filho Jorge, Carlos Torres Gonçalves reiteradas vezes referiu a seu anti-castilhismo juvenil, postura revista posteriormente, quando aderiu à Igreja Positivista do Brasil.

[15] Cf. LOVE, *op. cit.*, p. 77-78.

Com base nestes organismos, Castilhos começou a por em prática uma política visando promover a diversificação econômica do Rio Grande do Sul, evitando o favorecimento a um setor específico. Assim, o PRR conseguia captar a simpatia do complexo econômico da região colonial e dos setores urbanos ligados à indústria e ao comércio, formando uma base de apoio não-oligárquica. Não quer isso dizer que sua ação fosse antioligárquica, mesmo porque os principais dirigentes do PRR eram, em sua maioria, oriundos de famílias de estancieiros da região centro-norte do estado, onde a ocupação era mais recente e a acumulação de capital era menor. Em 1897, ao aproximar-se o final de seu mandato, Castilhos decidiu não concorrer à reeleição, além de descartar a possibilidade, então aventada pela direção da IPB, de candidatar-se à presidência da República.[16]

De acordo com o princípio comtiano de que o "ditador republicano" deve nomear seu sucessor,[17] Castilhos indicou Antônio Augusto Borges de Medeiros para sucedê-lo na presidência do Estado. Borges de Medeiros era alguns anos mais jovem que Castilhos, ambos sendo originários da região central do Rio Grande do Sul e oriundos de famílias de proprietários de terras. Como Castilhos, Borges também era formado em direito, cujo estudo iniciou em São Paulo, concluindo o curso em Recife. Retornando ao Rio Grande do Sul, imediatamente Borges aderiu ao PRR. Eleito deputado tanto para a constituinte federal quanto para a constituinte estadual, teve atuação discreta em ambas, sempre à sombra de Castilhos. Este, quando assumiu o governo estadual, em julho de 1891, nomeou Borges de Medeiros como desembargador do Supremo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Ao término da revolução Federalista, retomando o poder, Castilhos nomeou Borges de Medeiros como chefe de polícia do Estado, função de alta importância naquele contexto político conturbado. Nos anos seguintes Borges elaborou o projeto de reorganização

[16] Abordando a sucessão ao presidente Prudente de Morais, em 1897, Miguel Lemos assim se manifestou: "Conquanto nos conservemos muito cuidadosamente afastados da agitação dos partidos, julgamos que era do nosso dever, à vista da gravidade de nossa situação política, responder às instantes consultas de nossos amigos e correligionários que solicitavam nossa opinião sobre os diversos candidatos à presidência da República. Colocando-nos num ponto de vista inteiramente relativo, aconselhamos a candidatura do Sr. Júlio de Castilhos, por ser este, entre os nossos chefes políticos, o que parece oferecer mais garantias à opinião republicana". In: LEMOS, Miguel. LEMOS, Miguel. *O Apostolado Pozitivista no Brazil - décima-sétima circular anual (1897).* Rio de Janeiro: Igreja Pozitivista do Brazil, 1899, p. 42.

[17] Cf. COMTE, Auguste. *Apelo aos conservadores*, Rio de Janeiro: IPB, 1899, p. 99.

das forças de segurança do estado, as leis de organização judiciária, a lei eleitoral que instituiu o voto a descoberto e o código de processo penal.

Enquanto liderança máxima dos republicanos gaúchos, mesmo não ocupando a presidência do Estado, Júlio de Castilhos continuou a dominar o PRR e a exercer sua doutrinação política baseada no positivismo comtiano. Evidência disto foi sua recusa em apoiar, enquanto líder político, a criação da Escola de Medicina de Porto Alegre, iniciativa do Dr. Protásio Alves, seu liderado no PRR. Em carta publicada em *A Federação,* no mês de agosto de 1898, Castilhos lembrava que a Constituição sul-rio-grandense estabelecia que o governo não poderia privilegiar determinada religião ou ciência, apenas cabendo-lhe zelar pela livre concorrência das doutrinas. Assim, o único ensino oferecido pelo estado seria o primário, leigo e gratuito, cabendo o ensino secundário e superior à iniciativa particular, como havia ocorrido alguns anos antes, quando da criação da Escola de Engenharia de Porto Alegre.[18]

Após a extinção dos clubes cooperadores positivistas de Porto Alegre e de Rio Grande, ainda durante a revolução Federalista, a IPB só voltou a contar com um núcleo estável de propaganda no Rio Grande do Sul em maio de 1899, quando os engenheiros João Luís de Faria Santos, Augusto Pestana, Ildefonso Borges Toledo da Fontoura, João Simplício Alves de Carvalho e Joaquim José Felizardo Júnior lançaram uma carta-circular na qual afirmavam:

> "Positivistas incompletos em graus diversos, prestando ardoroso apoio ao eminente estadista rio-grandense cid. Júlio de Castilhos, nos julgamos moralmente obrigados, não só a auxiliar aquela propaganda [do Apostolado Positivista do Brasil], como a pedir o vosso apoio para ela, porque acreditamos que sua utilidade social está perfeitamente comprovada. A nossa organização política, cuja orientação positivista seu benemérito autor proclamou (…), prova evidentemente o que afirmamos. (…). À vista do que vos expomos, acreditamos que concorrereis doravante para aumentar os recursos financeiros em que se assentam a vida e o desenvolvimento do

[18] Castilhos procurou justificar seu posicionamento recorrendo à autoridade de Comte, como se vê na seguinte passagem: Ao mesmo tempo, vejo mais e mais ratificada a minha intuição política e social haurida nas soluções positivamente demonstradas (...) segundo os inexcedíveis ensinamentos do incomparável filósofo Auguste Comte, que recomendo à mocidade estudiosa, pois lá ela poderia encontrar a reconciliação do presente com o passado (...). In: *A Federação*, 22 de agosto de 1898. Outro momento em que Castilhos expôs publicamente sua simpatia pelo positivismo foi na carta que escreveu ao secretário da confraria católica da "Devoção do Menino Deus", que havia lhe convidado para integrar sua diretoria. Em sua recusa, Castilhos lembrou que não poderia aceitar o convite por não compartilhar das crenças dos demais confrades, visto que muito cedo havia sido seduzido pelos "livros portentosos do mestre dos mestres Augusto Comte". Cf. *A Federação*, 22 de agosto de 1900.

> Apostolado Positivista do Brasil. A vitória do positivismo marcará a volta da felicidade humana, e por essa vitória devem, pois empenhar-se todos aqueles que contemplam com pesar o triste quadro que nos apresenta hoje o mundo".[19]

É interessante observar que quase todos esses engenheiros que assinaram a publicação eram funcionários da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, que assim procuravam servir de elo entre a IPB e o PRR, consolidando ainda mais as ligações que existiam entre as duas instituições desde suas origens. De fato, se pode dizer que havia uma aliança informal entre ambas.

Observe-se que o apoio era dado a Castilhos, Borges de Medeiros sequer sendo citado na carta-circular acima transcrita, evidenciando-se assim que aquele continuava dominando o partido e o governo. De fato, Borges de Medeiros notabilizava-se mais por sua fidelidade a Castilhos do que por sua capacidade de liderança.

Carlos Torres Gonçalves não figurou entre os subscritores daquela primeira publicação em que os simpatizantes gaúchos da religião da Humanidade ratificaram seu apoio a Júlio de Castilhos. É lícito supor que Torres Gonçalves não tenha assinado a manifestação apenas em virtude de seus afazeres profissionais no interior do Rio Grande do Sul. Mas é possível também que, antes de tomar uma posição pública em favor de Castilhos, ele tenha preferido esclarecer sua situação com a direção da IPB, pois eram notórias em Porto Alegre as relações de sua família com o movimento revolucionário que procurara depor Júlio de Castilhos poucos anos antes.[20]

---

[19] In: FELIZARDO JÚNIOR, Joaquim José et alii. *Carta-circular dirigida a todos quantos sympathizão com a missão do Apostolado Pozitivista do Brazil - 21 de maio de 1899*. Porto Alegre: Igreja Pozitivista do Brazil, 1899. Este apelo do grupo sul-rio-grandense de simpatizantes da IPB não passou despercebido pelos oposicionistas, como revela o artigo publicado no dia 2 de junho de 1899 no jornal *A Reforma*, de Porto Alegre, onde o "grupo de doutores comtistas" era acusado de promover uma seita criada matematicamente a partir da ciência, utilizando de astúcia para captar a simpatia popular.

[20] Neste sentido, pouco depois do lançamento daquela carta-circular pelos simpatizantes da IPB em Porto Alegre (referida na nota anterior), no dia em que completava 24 anos de idade, em 30 de junho de 1899, Torres Gonçalves escreveu a Miguel Lemos, ocasião em que referiu sua crescente convicção na doutrina positivista e esclareceu a razão de não ter aderido à IPB ainda quando vivia no Rio de Janeiro: "(...) não posso agora furtar-me de exprimir-vos o quanto lamento hoje que a insuficiência de minha própria natureza, acrescida do peso das fortes simpatias que nutriu minha Família pelo nosso último movimento revolucionário, tenha retardado de alguns anos a demonstração que ora vos faço". In: Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 30 de junho de 1899. AIPB.

Satisfeito com a atuação e com a fidelidade de Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos voltou a indicar seu nome para concorrer à presidência do Estado pelo PRR, em 1902. Sendo novamente o único candidato, face à desarticulação da oposição, Borges de Medeiros não teve dificuldade em obter os votos de que necessitava para reeleger-se, iniciando seu segundo mandato no princípio de 1903.

Ainda em 1902, Júlio de Castilhos contribuiu financeiramente em favor do projeto desenvolvido por Teixeira Mendes para adquirir a casa que pertencera a Clotilde de Vaux, na rue Payenne, em Paris, e lá continuar a desenvolver sua atividade apostólica.[21]

Em 24 de outubro de 1903, aos 43 anos de idade, Júlio de Castilhos morreu, vítima de câncer na garganta. Seu funeral transformou-se em um grande ato político, com as lideranças republicanas exaltando as qualidades de estadista daquele que era chamado de "patriarca da República no Rio Grande do Sul".[22]

Quando ocorreu a morte de Castilhos, Teixeira Mendes recém chegara de Paris, onde estivera para tratar da aquisição da casa de Clotilde de Vaux, a musa inspiradora de Auguste Comte. Em prédica que realizou no Templo da Humanidade do Rio de Janeiro, sede da IPB, Teixeira Mendes fez uma longa exposição acerca da trajetória de Castilhos, destacando seus méritos e também apontando o que considerava suas falhas, principalmente o fato de que o político gaúcho jamais reconheceu publicamente a dívida que teria com os positivistas religiosos e as concessões feitas às "oligarquias burguesocratas da República".[23]

---

[21] Na lista de subscrição havia uma coluna para que se indicasse o título sob o qual se prestava o auxílio, de modo que, ao lado de sua assinatura, Castilhos referiu: "estuda sempre as obras do Mestre dos Mestres, desde a adolescência". Logo abaixo constava a contribuição de Borges de Medeiros, que se caracterizou como "simpático em elevado grau". Entre os demais contribuintes estavam Manuel do Nascimento Vargas e Protásio Vargas, respectivamente pai e irmão de Getúlio Vargas, que depois seria presidente do Rio Grande do Sul e do Brasil. Cf. "Subscrição em favor do projeto de transferência do Vice-Diretor do Apostolado Pozitivista do Brazil, Sr. Teixeira Mendes, para Paris, a fim de continuar a exercer ali a sua atividade apostólica". ACPPA.

[22] Cf. FRANCO, *op. cit.*, p. 178-181.

[23] A íntegra das críticas feitas por Teixeira Mendes a Júlio de Castilhos é a seguinte: "A primeira dessas faltas foi a sua atitude dúbia em relação à Religião da Humanidade, a cujas luzes deveu todos os seus sucessos políticos, e a qual nunca teve a franqueza de aderir. Ainda ultimamente, subscrevendo para a construção de um Templo da Humanidade em Paris, segundo o apelo público que fiz, ele figurava simplesmente como simpático do positivismo, declarando entretanto na respectiva lista 'que estudava sempre as obras do Mestre dos

As observações negativas feitas pela direção da IPB relativamente a alguns aspectos da conduta de Castilhos repercutiram em Porto Alegre através de transcrição feita pelo jornal *Correio do Povo*. Em contrapartida, o governo estadual saiu em defesa do líder recém falecido através das páginas da *Federação*, o que levou o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos a rebater as críticas feitas no jornal oficial do PRR às observações feitas por Teixeira Mendes. A seguinte passagem de uma carta enviada a Teixeira Mendes por Torres Gonçalves, em junho de 1904, revela a batalha sutil desenvolvida por positivistas políticos e positivistas religiosos em torno da avaliação da conduta de Castilhos:

> "Provavelmente já tiveste conhecimento das pretendidas retificações opostas pelo órgão oficial do governo [*A Federação*] em P. Alegre à transcrição feita por um jornal da mesma cidade do trecho da última circular do Apostolado referente ao Dr. Júlio de Castilhos. E também já deveis ter lido a carta dos nossos amigos srs. Faria Santos e Felizardo Júnior em resposta àqueles reparos. Parece-me que o pequeno incidente só teve bons resultados. O jornal que fez a transcrição [*Correio do Povo*], conquanto visando com ela satisfazer a uma antiga rivalidade jornalística e a sua má vontade para com o chefe político extinto, em oposição às exageradíssimas e diárias

---

mestres desde a adolescência'. Essa dubiedade deu ocasião a que um enterro duplamente sacrílego desrespeitasse o seu corpo exânime e o catolicismo que o positivismo lhe ensinara a acatar devidamente. De sorte que, em vez de oferecer aos seus concidadãos o patético resumo da sua vida, o seu funeral o confundiu com o vulgo dos burgueses abastados e céticos, inculcando falsamente que ele havia renegado as suas convicções filosóficas. Desse erro decorreram as outras faltas que apoucaram a influência que a posição política de Júlio de Castilhos lhe permitia exercer. De fato, foi essa ambigüidade religiosa que permitiu-lhe tornar-se o representante mais saliente desse grupo de politistas que entretém entre nós os preconceitos dos revolucionários, iludidos ou malévolos, acerca do positivismo. Para fazer prevalecer os ensinos políticos do nosso Mestre, ocultam eles a origem desses ensinos ou contrariam as suas mais terminantes recomendações, já calando de todo o seu nome, já citando-o de envolta com mediocridades contemporâneas, já procurando amalgamar a nova fé com as aberrações metafísicas, como se o positivismo fosse destinado a galvanizar a democracia, após um século de putrefação desta. O resultado foi que Júlio de Castilhos teve a sorte dos estadistas modernos, grandes ou pequenos, desde o século XIV, não deixando organizado um verdadeiro partido para sustentar e continuar a sua obra. Porque os que se agrupavam em torno dele eram ligados pela preponderância da sua vontade, e não pela comunhão das suas convicções. Como Floriano Peixoto, ele tinha entusiastas que o seguiam; mas não possuía, salvo raríssimas exceções, subordinados que estivessem animados pelos mesmos ideais que ele. Sujeitando-se desde então a servir-se dos tristes expedientes rotineiros que as oligarquias burguesocratas da República herdaram dos seus antecedentes imperiais, Júlio de Castilhos planejou concentrar a sua ação sobre a regeneração do seu estado natal, abandonando integralmente a sorte do Brasil inteiro aos seus adversários. Ele não percebeu que, dada a federação brasileira, o único meio de garantir a evolução do Rio Grande do Sul (…) contra as tendências retrógradas e anárquicas dos chefes atrasados dos outros estados, especialmente dos maiores, era dominar o governo da União, apoiando-se na parte ativa do povo brasileiro que nele depositava as suas esperanças". In: MENDES, Raymundo Teixeira. *O Apostolado Pozitivista no Brazil - circular anual de 1903.* Rio de Janeiro: Igreja Pozitivista do Brazil, 1904, p.32-35.

> manifestações elogiosas do órgão oficial, veio, de fato, prestar um serviço à propaganda contribuindo muito, neste Estado, para a oportuna divulgação de uma apreciação justa e relativa de Júlio de Castilhos, cujo grau de positivismo precisa não ser confundido com o positivismo religioso como a nossa Igreja o preza e pratica".[24]

Em 15 de novembro de 1906, na data em que se comemoravam os quinze anos da República no Brasil e pouco mais de três anos após a "transformação subjetiva" de Castilhos, o "patriarca da República no Rio Grande do Sul", segundo os positivistas religiosos gaúchos, estes foram ao cemitério da Santa Casa de Misericórdia e, diante do túmulo do líder morto, realizaram uma cerimônia em sua homenagem. Cabe lembrar que Comte, através do sacramento da incorporação, afirmou que o exame público da conduta do falecido deveria ocorrer sete anos após a morte, precedido por uma decisão provisória durante o quarto ano[25]. Este, portanto, era o sentido da cerimônia. Tomando a palavra, Faria Santos – o mais idoso dos positivistas religiosos gaúchos e aquele que mais havia convivido com Castilhos, pois fora intendente de Porto Alegre no ano de 1898 – teceu largos elogios ao político sul-rio-grandense, embora tenha mencionado também as restrições feitas por Teixeira Mendes alguns anos antes, o que motivou nova polêmica através dos jornais porto-alegrenses.[26]

---

[24] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 23 de junho de 1904. AIPB.

[25] Segundo Comte, "(...) pour y mieux admettre le contrôle public, une décision provisoire, susceptible de rectification, doit, pendant la quatrième année, préparer l'irrévocable arrêt". In: COMTE, Auguste. *Système de politique positive*, tomo IV, p. 130.

[26] O trecho mais importante do discurso de Faria Santos, reproduzido no dia seguinte pelo jornal oficial do PRR, é o seguinte: "É inegável a comparticipação do Apostolado Positivista do Brasil nos serviços políticos que Júlio de Castilhos prestou à pátria brasileira e ao Ocidente. Desde o início da sua carreira pública, este inspirou-se, em todos os atos que o imortalizaram, no Positivismo, que ministrou-lhe os princípios sobre os quais assenta a grande construção política. Mas é também inegável que sem a propaganda sistemática e perseverante do Apostolado Positivista, feita com inexcedíveis competência e abnegação por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, Júlio de Castilhos não teria adquirido os conhecimentos suficientes para fortalecer as suas convicções políticas. Em opúsculos daqueles acham-se expostas as bases da Constituição rio-grandense e das emendas apresentadas à Comissão dos 21. Mas cumpre observar que semelhante filiação em nada diminui o mérito do nosso inesquecível compatriota. Ele não foi nem disse que era um filósofo, encarregado de elaborar e vulgarizar concepções sociológicas. Como político, que sempre foi, coube-lhe unicamente adotar à nossa situação social as soluções oferecidas pela política positiva. O regime que por este meio ele estabeleceu no Rio Grande do Sul é incontestavelmente a mais bela aplicação política do Positivismo. (...). A sua grande obra política merece aplausos dos discípulos de A. Comte e os votos que eles fazem para que a posteridade o julgue como eles o consideram, um benemérito servidor da Pátria, cuja glorificação será inseparável da Doutrina em que ele bebeu sãs inspirações. Mas conjuntamente com esta justa homenagem à sua benfeitora ação social, é igualmente nosso dever, penoso embora, reconhecer que a sua vida pública não foi isenta de erros que ensombraram o brilho da sua existência, sem contudo ofuscá-lo, da mesma maneira que nuvens dispersas na abóbada celeste encobrem apenas uma parte do esplendor do astro que

Note-se que havia uma contradição na cobrança feita pelos membros da IPB para que Castilhos tivesse sido mais fiel aos ensinamentos de Comte. De fato, caso houvesse aceitado o positivismo em sua totalidade, inclusive sua vertente religiosa, o líder gaúcho teria de abandonar a política, pois o pensador francês aconselhava seus seguidores a se absterem de ocupar qualquer função executiva durante o período de transição para o positivismo. Neste sentido, Castilhos foi muito mais influenciado pelo *Apelo aos conservadores* do que pelo *Catecismo positivista*.[27]

Apesar dessas críticas, a apreciação geral que os positivistas religiosos brasileiros fizeram de Castilhos continuou sendo extremamente favorável, principalmente no caso dos membros do núcleo sul-rio-grandense da IPB, em função da Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891. Dentre os positivistas ortodoxos gaúchos, Faria Santos e Felizardo Júnior foram os que tiveram relações mais próximas com Castilhos, havendo mesmo troca de correspondência entre eles.[28] Especificamente no caso de Torres Gonçalves, suas relações com Júlio de Castilhos foram distantes, pois, antes de 1906 o engenheiro rio-grandino trabalhava no interior, passando pouco tempo em Porto Alegre. Além do mais, o envolvimento de seus irmãos com a revolução que tentou depor Castilhos possivelmente o impedia de tentar uma maior aproximação.

Após a morte de Castilhos, a cúpula da IPB e o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos desempenharam um papel importante na construção

---

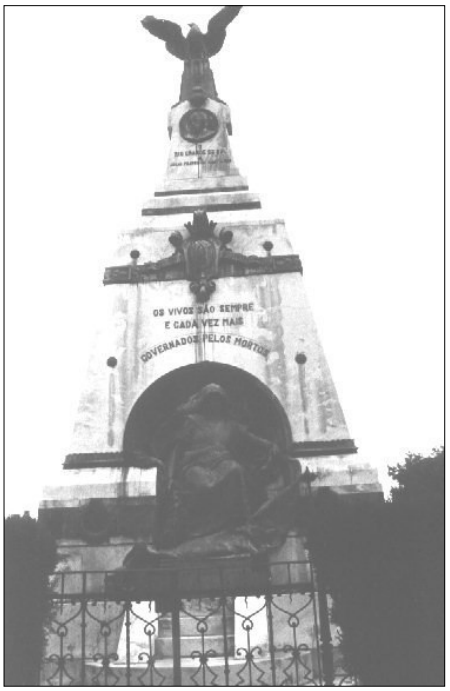
nos ilumina e aquece. O Sr. Teixeira Mendes em sua tribuna apostólica já expôs francamente a sua opinião sobre o nosso malogrado compatriota e eu também, imitando-o como um dos meus guias espirituais, há dois anos neste mesmo lugar externei sinceramente as impressões que a sua vida objetiva deixou-me". In: *A Federação*, 16 de novembro de 1906. Depois Faria Santos foi levado a fazer uma auto-crítica, reconhecendo que o julgamento dos indivíduos não estaria ao seu alcance, sendo ele uma função sacerdotal. Cf. GONÇALVES, Carlos Torres (org). *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1906)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1907, p. 5-6.

[27] O *Appel aux conservateurs* guarda uma analogia com *O príncipe* de Maquiavel, no sentido de haver sido elaborado com o propósito de guiar os governantes de seus respectivos tempos na conquista e preservação do poder. Porém, no caso de Comte, a conquista do poder não era um fim em si mesmo, mas um meio para a imposição do positivismo. No prefácio da obra, escrita em 1855 e traduzida por Miguel Lemos em 1899, assim o pensador francês a caracterizou: "Este opúsculo (...) dirige-se essencialmente aos estadistas ocidentais, a fim de iniciá-los na única síntese que os pode guiar. Deve preencher em relação a eles um ofício equivalente ao do *Catecismo positivista* para com as mulheres e os proletários, com as diferenças naturalmente peculiares a cada caso (...)". In: COMTE, Auguste. *Apelo aos conservadores*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1899, p. V.

[28] Documentos existentes no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre e no acervo pessoal de Carlos Torres Gonçalves.

do mito em torno da figura do líder republicano gaúcho. Deste modo, ainda no ano de 1903, logo depois da morte de Castilhos, o artista Décio Villares - executor do projeto de bandeira nacional republicana concebido por Teixeira Mendes, oficializado pelo governo provisório através do decreto n.º 4, de 19 de novembro de 1891, e autor de uma série de obras que decoram o Templo Positivista do Rio de Janeiro – foi contratado pelo governo gaúcho para criar o monumento fúnebre em homenagem a Júlio de Castilhos.[29]

Posteriormente Décio Villares foi contratado pelo governo estadual para criar os bustos de Júlio de Castilhos que seriam afixados nas praças centrais de cada um dos 63 municípios em que então se dividia o território do Rio Grande do Sul. A partir de 1907, após a inauguração do monumento fúnebre de Júlio de Castilhos no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Décio Villares passou a trabalhar no projeto para a construção do monumento cívico em homenagem ao líder gaúcho. Na fase de montagem do monumento, após a fundição em Paris de suas partes metálicas, o artista fluminense e sua esposa estiveram hospedados na residência de Torres Gonçalves. Localizado na Praça Marechal Deodoro (Praça da Matriz), centro de Porto Alegre, o monumento foi inaugurado em 25 de janeiro de 1913.[30]



* Reprodução de fotografia do monumento fúnebre de Júlio de Castilhos no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, inaugurado em 1907. Concepção de Décio Villares.

[29] A maquete elaborada por Décio Villares para a execução desse monumento fúnebre se encontra no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre. A parte estrutural do monumento fúnebre foi realizada por Joaquim José Felizardo Júnior, na condição de engenheiro da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. As cadernetas com os cálculos feitos por Felizardo Júnior encontram-se no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre.

[30] Quando da inauguração desse monumento cívico, o governo estadual encomendou a Décio Villares a elaboração de um texto explicativo do mesmo. Em companhia de Torres Gonçalves, a quem solicitou ajuda para a preparação do documento, assim Villares explicou a forma como o líder gaúcho foi representado: "Júlio de Castilhos, sentado, a fronte contraída, o olhar de quem medita ainda na leitura do livro que segura a mão esquerda, a destra apoiada no braço da cadeira, o pé firmando o solo, tem a atitude resoluta de quem está prestes a erguer-se para agir com a energia que a situação requer. É o momento supremo em que, passadas em revista todas as construções políticas, como estadista, isto é, como tipo eminentemente prático que não tem doutrinas a construir, mas doutrinas que escolher, entre as que vê em torno de si,

O castilhismo tomou forma no Rio Grande do Sul quando Júlio de Castilhos ainda se encontrava vivo. De fato, sua personalidade carismática e seu projeto político autoritário, somados a sua vitória sobre os revolucionários que o combateram entre 1893 e 1895, criaram em torno dele uma aura intensa.[31] Cabe lembrar que Borges de Medeiros estava iniciando seu segundo mandato qüinqüenal na presidência do Estado quando Júlio de Castilhos morreu, embora este tenha permanecido no comando do PRR e do governo estadual até o final de sua vida.

Porém, com a morte de Castilhos, aflorou entre os positivistas ortodoxos gaúchos o temor de que houvesse um retrocesso político, com o arrefecimento dos laços que ligavam a cúpula do PRR à doutrina positivista. Neste sentido, em 24 de outubro de 1904, primeiro aniversário do falecimento de Castilhos, em companhia de Raul Abbott, Faria Santos e Felizardo Júnior, Torres Gonçalves escreveu uma carta-circular aos simpatizantes do positivismo no Rio Grande do Sul com o seguinte teor:

> "(...) o prematuro desaparecimento objetivo do eminente chefe, cuja morte inesperada enlutou a República, veio, não obstante os altos predicados, sobretudo de coração e de espírito, do seu sucessor, anuviar o horizonte político do nosso Estado natal, em conseqüência da brusca ruptura do *único laço que prendia entre si os membros do partido republicano*. Esperar que semelhante vínculo se renove em relação ao atual diretor político do Rio Grande é por certo uma fantasia".[32]

---

decide-se a aceitar os fundamentos da política científica fundada por Augusto Comte". In: VILLARES, Décio & GONÇALVES, Carlos Torres. *O monumento a Julio de Castilhos – inaugurado a 25 de janeiro de 1913*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1913, p. 17.

[31] Tais aspectos da personalidade de Castilhos foram destacadas por Sérgio da Costa Franco em *Júlio de Castilhos e sua época*. Para uma apreciação que destaca o despotismo de Castilhos, ver a obra *O homem que inventou a ditadura no Brasil*, de Décio Freitas.

[32] In: GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Carta-circular a todos quantos simpatizão com o Pozitivismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IPB, 1904, p. 3. O grifo é do texto original.

* Detalhe do monumento cívico em homenagem a Júlio de Castilhos concebido por Décio Villares, inaugurado em 1913. Praça da Matriz, centro de Porto Alegre.

Percebe-se nessa passagem a insegurança do núcleo da IPB em Porto Alegre em relação a Borges de Medeiros, presidente do Estado e sucessor de Castilhos na liderança do PRR. Deste modo, visando consolidar a construção política de Castilhos, Torres Gonçalves e seus companheiros propuseram a conversão ao positivismo religioso dos políticos republicanos gaúchos, argumentando da seguinte maneira:

> "As opiniões meramente políticas, não se fundando assaz nas crenças religiosas, carecem de firmeza. Daí a estéril agitação que se observa, estimulada em alguns pelo mal velado desejo de derrocar a obra do extinto e glorioso chefe republicano, agitação que perturba a evolução progressiva do nosso Estado, preparando-nos quiçá dias revoltosos. (...). É por isso que um dos pretextos mais invocados pelos democratas contra a organização política estadual é a orientação positivista dela. (...). Mas nós desafiamos a esses demolidores inconseqüentes a que citem um só princípio positivista que, tendo sido aplicado por Júlio de Castilhos, desse mau resultado. Por nossa parte obrigamo-nos a provar (...) que, pelo contrário, só foram perturbadoras as medidas adotadas em desacordo com os ensinos da Doutrina regeneradora, quaisquer que tenham sido os motivos de semelhante afastamento, cuja apreciação não nos compete agora. Praticando o Positivismo dentro das restritas atribuições políticas e na medida da sua situação social e individual, Júlio de Castilhos recomendou-se à benemerência pública. Pelo Positivismo ele conquistou a imortalidade. Ao passo que os seus incoerentes adversários, francos ou hipócritas, marcham, por entre a indiferença do público, para a vala comum, onde os aguarda o olvido, se não o estigma da posteridade".[33]

Observe-se, entretanto, que se tal conversão à religião da Humanidade por parte dos membros do PRR simpáticos ao positivismo se concretizasse, eles teriam de abandonar a política, conforme aconselhado por Auguste Comte.[34] Em boa parte, confirmaram-se os temores de Torres Gonçalves e de seus confrades positivistas em relação à diminuição da fidelidade aos preceitos comtianos por parte da cúpula do PRR, após a morte de Castilhos. Mas esse aspecto será desenvolvido mais adiante.

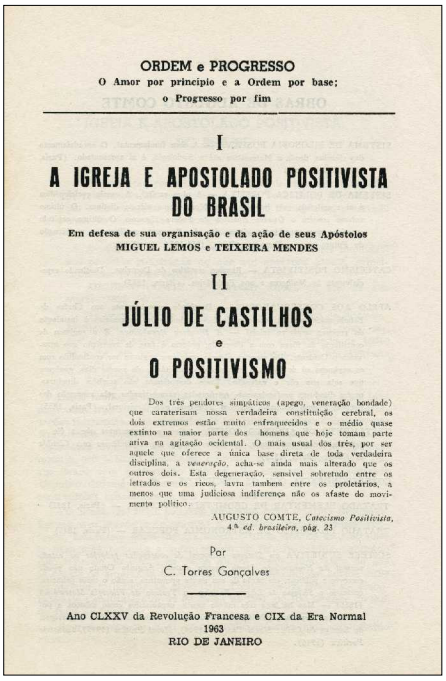
Nas décadas seguintes, após sua aposentadoria, Torres Gonçalves retomou a abordagem da figura de Júlio de Castilhos em diversas oportunidades. Neste sentido, durante o Estado Novo, após a revogação da Constituição federal de 24 de fevereiro de 1891 e das constituições estaduais

[33] Idem, p. 3-4.
[34] A conduta aconselhada aos positivistas durante o período de transição foi abordada por Comte na 13ª conferência do *Catecismo pozitivista* ("Transição peculiar ao Ocidente").

do mesmo período, inclusive da Constituição castilhista de 14 de julho de 1891, Torres Gonçalves publicou um folheto em que rechaçou vigorosamente a analogia feita - em uma conferência realizada no Departamento de Imprensa e Propaganda e depois reproduzida no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro - entre a Constituição federal de 10 de novembro de 1938 e a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891, reafirmando o parecer de Miguel Lemos de que esta seria "a mais avançada do Ocidente".[35]

Em 29 de junho de 1960, a propósito do centenário de nascimento de Júlio de Castilhos, Torres Gonçalves voltou a escrever um texto em sua homenagem, destacando a importância de sua obra política para a consolidação da República no Rio Grande do Sul e no Brasil.[36]

Em 1963, por solicitação de Adel Carvalho, jornalista do *Correio do Povo* de quem era amigo, Torres Gonçalves retomou a avaliação do grau de adesão de Júlio de Castilhos ao positivismo. Contestando a afirmação feita por Ivan Lins - na sua *História do positivismo no Brasil* - de que Castilhos assimilara diretamente os ensinamentos de Auguste Comte, sem recorrer às publicações de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, Torres Gonçalves lembrou que o político gaúcho, quando era constituinte federal, assistiu às conferências realizadas pelo vice-diretor da IPB no Instituto Nacional de Música, no final de 1890. Passando à análise do líder dos republicanos sul-rio-grandenses e insistindo na influência



ORDEM e PROGRESSO
O Amor por princípio e a Ordem por base;
o Progresso por fim

I

A IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL

Em defesa de sua organisação e da ação de seus Apóstolos
MIGUEL LEMOS e TEIXEIRA MENDES

II

JÚLIO DE CASTILHOS
e
O POSITIVISMO

Dos três pendores simpáticos (apego, veneração bondade) que caraterisam nossa verdadeira constituição cerebral, os dois extremos estão muito enfraquecidos e o médio quase extinto na maior parte dos homens que hoje tomam parte ativa na agitação ocidental. O mais usual dos três, por ser aquele que oferece a única base direta de toda verdadeira disciplina, a *veneração*, acha-se ainda mais alterado que os outros dois. Esta degeneração, sensível sobretudo entre os letrados e os ricos, lavra também entre os proletários, a menos que uma judiciosa indiferença não os afaste do movimento político.

AUGUSTO COMTE, *Catecismo Positivista*, 4ª *ed. brasileira*, pág. 23

Por
C. Torres Gonçalves

Ano CLXXV da Revolução Francesa e CIX da Era Normal
1963
RIO DE JANEIRO

* Folheto de Carlos Torres Gonçalves sobre Júlio de Castilhos publicado em 1963. ACPPA.

[35] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *As constituições de 14 de julho e de 10 de novembro*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1940. Neste e em outros folhetos publicados por Torres Gonçalves após sua ida para o Rio de Janeiro não consta explicitamente que eram publicações da IPB, visto que apenas a Delegação Executiva da mesma poderia falar em nome da instituição após a morte de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, seus apóstolos. Entretanto, em função dos laços orgânicos longamente mantidos por Torres Gonçalves com a IPB e do fato de que o conjunto dos exemplares de tais folhetos encontra-se depositado nos acervos da referida instituição (no Templo da Humanidade do Rio de Janeiro e na Capela Positivista de Porto Alegre), optei por considerá-los como edição da Igreja Positivista do Brasil.

[36] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *I – O centenário de Júlio de Castilhos; II – Brazília; III – O dezarmamento militar das nações colombo-latinas*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1960, p. 3-6.

que ele teria recebido dos apóstolos positivistas brasileiros, assim Torres Gonçalves o avaliou:

> "Júlio de Castilhos, cérebro de estadista, tipo prático portanto, não tinha por missão inteirar-se de teorias. Tinha a de escolher entre patinar nos preconceitos democráticos, variáveis, flutuantes com as cabeças e os momentos, ou adotar a política de previsão, fundada nas leis sociológicas, desvendadas por Augusto Comte, e vulgarizadas pelo Apostolado Positivista do Brasil. A este, sim, cabia penetrar no íntimo dessas teorias para poder erigir-se em intérprete autorizado da Doutrina. E é o haver Júlio de Castilhos adotado a solução aconselhada pelo mesmo que testemunha seu tino político, como seu excepcional civismo, servidos por altas qualidades práticas, coragem prudência, perseverança. Sem esse conjunto raro de condições, não teria sido conduzido à feliz adaptação que fez ao caso do Rio Grande do Sul. Há males que vêm para bem - afirma o ditado popular. O que forçou-nos à presente refutação poderá ter a compensação da oportunidade que assim oferece para que fiquem esclarecidos os que não estejam bastante ao par da ação de Júlio de Castilhos. Da alta sabedoria com que ele, tipo prático eminente, soube utilizar a doutrina do Apostolado Positivista do Brasil para, com glória, aplicá-la politicamente ao caso do Rio Grande do Sul, organizando a Constituição de 14 de Julho de 1891, no conceito de Miguel Lemos, *a mais avançada do Ocidente*".[37]

Portanto, apesar de algumas críticas pontuais, Torres Gonçalves, em companhia dos demais positivistas ortodoxos gaúchos e da cúpula da IPB, desenvolveu um sistemático trabalho no sentido de enaltecer a figura de Júlio de Castilhos, insistindo no débito de gratidão que esse teria com a obra de Auguste Comte (e com seus propagadores no país) para pressionar os seus herdeiros políticos a manter a sua linha de atuação política.

5.2 – Torres Gonçalves e o borgismo

Com a morte de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros assumiu efetivamente a direção do governo e do PRR, se valendo do fato de haver sido escolhido pessoalmente por aquele para sucedê-lo. Embora não possuísse o carisma de Castilhos, Borges de Medeiros apresentava alguns traços em comum com seu antecessor, como o fato de levar uma vida austera e de possuir uma personalidade autoritária. Porém, Borges era mais talhado para as

[37] In: GONÇALVES, Carlos Torres. I – A Igreja e Apostolado Positivista do Brasil: em defesa de sua organização e da ação de seus apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes; II – Júlio de Castilhos e o Positivismo. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1963, p. 32-35 (o grifo é do texto original).

exigências burocráticas da administração, enquanto que Castilhos possuía mais desenvoltura nos debates ideológicos, principalmente através da palavra escrita.[38]

Embora morto, a sombra de Castilhos continuou presente, de modo que as comparações dele com Borges de Medeiros eram freqüentes, em prejuízo deste último. É o que demonstra a análise feita por Torres Gonçalves acerca da situação política do Rio Grande do Sul em carta que escreveu a Teixeira Mendes, em setembro de 1904:

> "O meu Estado, preservado em vida de Júlio de Castilhos da confusão de poderes [poder espiritual e poder temporal], cada vez o está menos agora, desde a sua lamentável morte. Porque o sucessor nominal dele, não obstante as suas qualidades morais apreciáveis, que o levam a simpatizar intimamente com a nossa Fé talvez mais mesmo do que Castilhos, não é, infelizmente, dotado do conjunto raro de qualidades práticas necessário ao difícil papel (...) de governante. (...). Fraco para resistir às sugestões e solicitações dos exploradores que o cercam, o Governo atual cada vez vai tomando uma cor mais indeterminada".[39]

Mais adiante, na mesma carta, Torres Gonçalves passou a se referir aos rumos tomados pelo PRR, questionando a direção dada ao partido por Borges de Medeiros e lamentando a aceitação incoerente de novas adesões, inclusive de antigos adversários que rejeitavam os termos da Constituição castilhista:

> "Por outro lado, animado de um prurido de reconciliação, na ingênua esperança de transformar o partido chamado republicano, já de si extremamente insubsistente, num colosso artificial, e aliás em menosprezo das opiniões e conduta do chefe extinto, tem entrado ultimamente em combinações, em virtude das quais todos os diversos grupos adversos, e até elementos reconhecidamente maus, alijados por Castilhos, já se acham dentro dele. O último a entrar foi o da antiga dissidência de Demétrio Ribeiro, que acaba de o fazer com todas as honras para si e vergonha para o Governo; nas conferências preparatórias tendo ficado acordado que "a revisão da Constituição da União, como do Estado, seria uma questão de oportunidade, mas aberta e livre no seio do partido! (...). Por tudo isto, sente-se que o meu Estado vai retrogradando a passos acelerados, e que não está longe o dia em que o veremos na triste situação das outras pátrias brasileiras, perdidas as conquistas políticas que lhe davam um papel proeminente".[40]

---

[38] Acerca das características pessoais de Borges de Medeiros, ver as seguintes biografias: ALMEIDA, João Pio de. *Borges de Medeiros - subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928; e PESAVENTO, Sandra. *Borges de Medeiros*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

[39] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 17 de novembro de 1904. AIPB.

[40] Idem.

A primeira contestação séria ao poder de Borges de Medeiros ocorreu em 1907, ano do encerramento de seu segundo mandato. Reunida em torno de Assis Brasil, a oposição se articulou pela primeira vez desde a derrota da revolução Federalista, se organizando em torno do Partido Republicano Democrático e apresentando a candidatura de Fernando Abbott à presidência do Rio Grande do Sul. Fernando Abbott - irmão de Raul Abbott, companheiro de Torres Gonçalves na propaganda da religião da Humanidade em Porto Alegre - era médico e republicano histórico, havendo rompido com o PRR por não aceitar o controle de Borges de Medeiros sobre o partido.

Em meio a tal conjuntura, Borges optou por não se candidatar à reeleição, indicando para sua sucessão o nome de Carlos Barbosa Gonçalves, médico que, naquele momento, ocupava a presidência da Assembléia dos Representantes, havendo anteriormente presidido a Assembléia Constituinte estadual que promulgou a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891.[41]

Em junho de 1907, escrevendo a Teixeira Mendes, Torres Gonçalves discorreu longamente acerca das movimentações de ambas as candidaturas, tecendo os seguintes comentários:

> "Com respeito à intitulada agitação política aqui do Estado, a meu ver, não é ela nem tão grande, nem tão perigosa quanto se afigurava. Quer mesmo parecer-me que de certa maneira há nela até um bem. Porque os republicanos que, de anos para cá, cada vez mais vinham perdendo a cor, foram forçados a retomá-la e a definirem-se como os partidários da ordem e da obra de Júlio de Castilhos, congregando-se em torno da Constituição de 14 de julho, aos oposicionistas só restando então invocar a necessidade da demolição justamente das conquistas verdadeiramente republicanas já realizadas, como causa dos males que nos infelicitam.
> São características as manifestações do Pinheiro Machado e do Fernando Abbott a propósito desta agitação. Ao passo que o primeiro, estimulado pela própria situação em que se viu colocado, teve aqui manifestações acordes, as mais elevadas que dele

* Fotografia de Borges de Medeiros na primeira década do século XX.

[41] Carlos Barbosa Gonçalves era neto do líder farroupilha Bento Gonçalves e irmão do engenheiro José Barbosa Gonçalves, que foi secretário de Obras Públicas no segundo mandato de Borges de Medeiros e depois integraria o ministério nos governos de Afonso Pena e de Hermes da Fonseca.

> conheço, o Fernando Abbott, de concessão em concessão, depois de se declarar revisionista, num arroubo democrático, exclama que aceitaria a monarquia, se tal fosse a vontade popular! ... No fundo só existindo dois partidos, um da ordem, outro da desordem, é fácil constatar onde estão eles neste caso.
> Acredito que sem necessidade da pressão nem de fraude os republicanos serão facilmente vitoriosos no próximo pleito eleitoral".[42]

Portanto, Torres Gonçalves via a contestação oposicionista à hegemonia política do PRR como uma forma de mantê-lo fiel aos princípios instituídos por Castilhos, impedindo que o partido se descaracterizasse. Também chama a atenção o empenho com que os positivistas ortodoxos defendiam a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891, sequer aceitando a idéia de pô-la em discussão.

Acerca da referência feita por Torres Gonçalves ao senador Pinheiro Machado, cabe lembrar que a morte de Castilhos pôs fim a um período de relativo isolamento do Rio Grande do Sul em relação à política nacional. A partir de então, Borges de Medeiros delegou a Pinheiro Machado a liderança da bancada do PRR no Congresso Nacional, fazendo com que o Estado adotasse uma política mais agressiva em nível nacional.

Dispondo da terceira economia dentre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul também contava com uma bancada significativa. A partir dessa situação, o senador Pinheiro Machado passou a liderar as bancadas das demais oligarquias periféricas em contraposição à política do "café com leite", através da qual os estados de São Paulo e de Minas Gerais, com o auxílio do Rio de Janeiro, dominaram a política brasileira ao longo das primeiras quatro décadas do regime republicano. Tendo suas economias fortemente vinculadas à cafeicultura, São Paulo e Minas Gerais sofriam constantes abalos em suas economias, decorrentes das oscilações do mercado internacional. Por outro lado, como recebiam em libra esterlina, tinham interesse em promover a desvalorização da moeda nacional, aumentando assim seus recursos na conversão. O Rio Grande do Sul, por sua vez, dispunha de uma economia diversificada, mais estável que a dos estados hegemônicos.

---

[42] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 2 de junho de 1907 (os grifos constam do original, restando saber se foram feitos pelo remetente ou pelo destinatário).

Porém, tanto por suas idéias, que mudavam ao sabor dos acontecimentos e em função de sua sobrevivência política, como por seu estilo de vida, marcado pela ostentação, Pinheiro Machado estava longe de ser um positivista.

Pouco depois de escrever aquele relato a Teixeira Mendes acerca da situação política do Rio Grande do Sul, Torres Gonçalves tomou a iniciativa de publicar um folheto em que, sem citar nomes, deixou evidente o apoio dos positivistas religiosos sul-rio-grandenses ao candidato do PRR, que havia se comprometido a preservar a Constituição castilhista em sua integralidade.[43]

Contando com o voto aberto, com o controle exercido pelas autoridades policiais e com o domínio sobre o processo de apuração, o PRR não teve dificuldades em assegurar a vitória eleitoral de Carlos Barbosa, que foi empossado em janeiro de 1908. Entretanto, o controle sobre o partido continuou nas mãos de Borges de Medeiros, que fazia as articulações com os "coronéis" que dominavam a política nos municípios do interior.[44]

Nascido em Jaguarão, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, Carlos Barbosa era amigo do médico baiano Arthur Homem de Carvalho, ex-deputado do PRR que se transferira para aquela cidade havia muito tempo e que estava se aproximando da IPB graças à influência de Faria Santos, igualmente natural daquela cidade fronteiriça e também amigo do novo presidente do Rio Grande do Sul. Deste modo, o núcleo sul-rio-grandense de positivistas ortodoxos se aproximou ainda mais do governo estadual. Em decorrência desses vínculos, Faria Santos foi convidado para ocupar a Secretaria de Obras Públicas (SOP), rejeitando o cargo em função de conselho dado por Teixeira Mendes, que se baseou na determinação de Comte para que os positivistas não ocupassem cargos políticos.[45]

---

[43] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Carta-circular dirigida a todos os republicanos rio-grandenses – 14 de julho de 1907*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1907.

[44] Acerca dos mecanismos utilizados por Borges de Medeiros para manter o controle sobre as lideranças políticas do interior, ver LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975; e FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. As duas obras têm em comum o fato de ampararem-se na avultada correspondência mantida por Borges de Medeiros, preservada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

[45] É interessante que, antes de convidar Faria Santos para ocupar a SOP, Carlos Barbosa se aconselhou com Borges de Medeiros. Por sua vez, antes de recusar a oferta, Faria Santos consultou Teixeira Mendes, ficando assim demonstrada a subordinação do novo presidente do Estado ao antigo, e a subordinação do positivista gaúcho ao vice-diretor da IPB. As cartas trocadas no episódio foram reproduzidas em GONÇALVES, Carlos Torres (org). *Notícia da*

Mesmo sem participar do governo de Carlos Barbosa em cargos de primeiro escalão, os positivistas religiosos gaúchos acompanharam de perto o seu desenvolvimento, tendo em vista que estavam solidamente instalados em funções diretivas da SOP.[46] Neste sentido, escrevendo a Teixeira Mendes alguns dias antes da transferência do cargo de Borges de Medeiros para Carlos Barbosa, Torres Gonçalves manifestou um moderado otimismo com a situação política do Rio Grande do Sul:

> "Aqui no Estado as disposições dos principais representantes da política castilhista parecem ir melhorando. Ao mesmo tempo que fazia a sua confissão relativa à filiação da Constituição estadual [à proposta de Constituição apresentada pela IPB], o Dr. Medeiros contou ao nosso confrade Sr. Faria Santos que o Pinheiro Machado, que por muito tempo foi infenso a essa constituição e aos positivistas, manifestava-se agora partidário decidido dela e faz boas referências ao positivismo. A situação da política partidária aqui no Estado e as próprias necessidades da conservação do poder devem ter reagido para facilitar-lhe o reconhecimento do seu erro. (...).
> No dia 25 o Dr. Medeiros passará o governo ao seu sucessor legal. Lembrei ao nosso confrade sr. Faria Santos, que aceitou a idéia, oferecermo-lhe nesse dia um exemplar do "Ano sem par" com a seguinte dedicatória: *Ao nosso ilustre concidadão Dr. A. A. Borges de Medeiros, como sinal da nossa estima e dos nossos votos para que se familiarize com a Vida e a Obra dos Fundadores da Religião demonstrável e altruísta*".[47]

Portanto, Torres Gonçalves acreditava que a propaganda do positivismo estava fazendo progressos no Rio Grande do Sul, principalmente na cúpula do PRR, levando o engenheiro rio-grandino a procurar iniciar Borges de Medeiros nos detalhes da relação mantida por Auguste Comte com Clotilde de Vaux, através da obra de Teixeira Mendes.[48]

Em 4 de fevereiro de 1908, poucos dias após Carlos Barbosa ser empossado, Torres Gonçalves escreveu uma carta a Miguel Lemos. Nela fica claro que os positivistas ortodoxos monitoravam as palavras e as ações dos governantes, procurando impedir que eles se posicionassem em desacordo com a doutrina comtiana:

---

propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1908). Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1909, p. 6.

[46] Conforme visto no capítulo anterior.

[47] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 13 de janeiro de 1908. AIPB.

[48] Cf. MENDES, R. Teixeira. *O ano sem par (abril de 1845 a abril de 1846) – ou meditação religioza da incomparavel União à qual os fundadores do Pozitivismo, Augusto Comte e Clotilde de Vaux, deverão o preenchimento da sua missão*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1900.

> "Vos remeto juntamente o discurso proferido pelo atual Presidente do Estado no dia da posse, a 25 do mês passado. Não contávamos com manifestações tão orientadas da sua parte e que crescem de valor por partirem de uma natureza franca e leal. Acredito mesmo que se não fôra a sua elevação à Presidência, ele jamais as teria equivalentes. Mas nas circunstâncias do poder, aceitando como programa a Constituição de 14 de Julho, preocupado em acertar, ele só poderia mesmo apelar para a nossa Doutrina. (...). Entretanto, eu não espero, a exemplo do que se deu com o próprio Júlio de Castilhos e com Borges de Medeiros, que ele seja capaz de realizar o programa que se traçou, não obstante as facilidades para realizá-lo se irem tornando cada vez maiores e nos acharmos em uma situação já suficientemente amadurecida para levá-lo, com surpresa geral, até das pessoas que mais o conheciam, a manifestações tão orgânicas".[49]

Como Carlos Barbosa era médico, Torres Gonçalves e os demais positivistas religiosos gaúchos se preocuparam particularmente com as ações do governo estadual relativamente ao exercício da medicina. Lembrando o empenho de Teixeira Mendes e do confrade Bagueira Leal no combate ao "despotismo sanitário" e à obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, a febre amarela e o tifo, em carta ao vice-diretor da IPB Torres Gonçalves assim se manifestou sobre a conduta do presidente do Estado no assunto em questão:

> "Aqui quiseram inventar ultimamente uma epidemia de varíola, mas ficou tudo reduzido a casos de varicela e dois apenas de varíola caracterizados, segundo os próprios inventores... A verdade é que, além do descrédito geral em que essas coisas já caíram para o conjunto do público, graças às luzes oferecidas pelo Positivismo, parece não terem os representantes do medicalismo, resumidos no Correio do Povo, que é o órgão pestoso, encontrado apoio no Presidente, que é médico, e em cuja dependência eles se colocaram por causa da vida arriscada da Escola de medicina aqui existente. Nós aproveitamos uma notícia contraditória pelo órgão da peste, extraída de jornais daí, para fazermos uma intervenção em favor da liberdade espiritual. O jornal oficioso do governo, em contrário do que supus, nenhuma dificuldade pôs na inserção do artigo, que até agora não interrompeu o silêncio medicalista. Eu acredito mesmo que tenha sido consultado na inserção o Dr. Carlos Barbosa. A ser assim, constitui isso mais uma confirmação das suas boas disposições, conquanto não se possa confiar muito na orientação deles, nem na firmeza".[50]

[49] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 4 de fevereiro de 1908. AIPB.
[50] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 17 de abril de 1908. AIPB.

A alusão feita na passagem acima acerca da "vida arriscada" da Escola de Medicina de Porto Alegre remonta ao afrouxamento ideológico ocorrido após a morte de Castilhos, que rejeitou prestar auxílio governamental às instituições superiores de ensino, embora o fizesse enquanto indivíduo.[51] De fato, desde o segundo mandato de Borges de Medeiros o governo estadual passou a contribuir financeiramente com as escolas superiores de ensino de engenharia e medicina, contrariamente às disposições da Constituição de 14 de julho de 1891 e aos conselhos da direção da IPB.

Em função da ascendência de Homem de Carvalho sobre Carlos Barbosa, aquele correligionário de Torres Gonçalves se transferiu de Jaguarão para Porto Alegre, onde se encontrava freqüentemente com o presidente do Estado, aconselhando-o acerca de assuntos do governo. Tal proximidade fez mesmo com que Homem de Carvalho auxiliasse Carlos Barbosa na redação de seu discurso de posse. Segundo Torres Gonçalves escreveu a Teixeira Mendes, a empatia entre o novo presidente e os positivistas ortodoxos gaúchos era tanta que, nos encontros, "o Dr. Carlos Barbosa (...) declara amor ao positivismo e desejar governar de acordo com ele".[52]

Porém, apesar das boas disposições do presidente do Rio Grande do Sul relativamente à doutrina positivista, Torres Gonçalves acreditava que muito pouco se poderia avançar, tendo em vista que a maior parte das pessoas que o cercavam eram ignorantes ou mesmo hostis ao pensamento de Auguste Comte. Neste sentido, Torres Gonçalves assim se referiu ao secretariado de Carlos Barbosa em carta que escreveu a Teixeira Mendes, em junho de 1908:

> "(...) o secretário da Fazenda [Otávio Rocha], que é o mais ativo e enérgico, médico, é uma alma pequenina e divergente. Afastado pelo Castilhos, a fraqueza do Borges fê-lo agora Secretário. O das Obras Públicas [Cândido Godoy], que é a nossa Secretaria, é um tipo estreito, 'especialista', sem vistas de conjunto e sobretudo sem preocupações sociais. (...). Entretanto, as disposições do meio social, de que só agora, estimulado pela sua posição atual, ele se vai dando conta, absorvido como sempre esteve pela sua

[51] É o que demonstra a carta enviada por Júlio de Castilhos ao dr. Protásio Alves, então diretor da Faculdade de Medicina e Farmácia, em 22 de agosto de 1898. Este documento foi anexado como uma das peças justificativas das razões pelas quais Castilhos deveria ser homenageado com um monumento público. Cf. VILLARES, Décio & GONÇALVES, Carlos Torres. *O monumento a Julio de Castilhos – inaugurado a 25 de janeiro de 1913*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1913, p. 26-34.

[52] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 21 de outubro de 1908.

> engenharia, já o tem modificado. É assim que as suas tendências anteriores à discussão vão sendo substituídas por um empenho em ouvir-nos, ao nosso confrade Faria Santos e a mim. Nos assuntos da minha diretoria, que é a de terras e colonização, pode isto provir em grande parte da sua ignorância deles, conjuntamente com a necessidade de prestar contas ao Presidente, que procura tomar uma parte real em todos os trabalhos. (...). O terceiro secretário é o do Interior [Protásio Alves], médico também. Ainda ele tem se manifestado sensível à influência do Positivismo. Mas sem energia, nem atividade, não o creio suscetível de uma modificação profunda. (...). Tais são os auxiliares do Presidente. E o que se tem passado com eles é de natureza a patentear a influência que a nossa abençoada Doutrina está destinada a exercer um dia sobre todas as naturezas, mesmo as mais medíocres".[53]

Ressalte-se o caráter privado de tal correspondência, o que permitia a Torres Gonçalves ser franco em suas opiniões acerca de seu superior direto e sobre os demais membros da cúpula do governo estadual. Aliás, a opinião emitida acerca do secretário das Obras Públicas Cândido Godoy evidenciou que este nenhuma relação teve na indicação de Torres Gonçalves para a Diretoria de Terras e Colonização.

Outra forte evidência do prestígio desfrutado pelos positivistas religiosos durante o governo de Carlos Barbosa foi demonstrada quando da escolha do vice-presidente do Rio Grande do Sul. Segundo a Constituição estadual, a escolha do nome seria feita livremente pelo presidente. Abordando o assunto em carta que escreveu a Teixeira Mendes, Torres Gonçalves revelou as circunstâncias da indicação do engenheiro-militar Juvenal Miller para ocupar a função:

> "Em continuação das minhas notícias anteriores, vos informo que o 'positivismo' do Juvenal não foi sem influência sobre a sua escolha para a vice-presidência, o Dr. Homem de Carvalho o tendo lembrado ao Dr. Carlos Barbosa numa ocasião em que este manifestou-lhe dificuldade de escolha pela carência de gente. Quando o Dr. Homem contou-me isto, eu chamei a sua atenção para as faltas do Juvenal, sem os atenuantes daqueles que desconhecem a Doutrina, tendo ele então caído em si e me contado várias fraquezas do Juvenal do tempo em que eram companheiros de deputação. Mas, além disto, o Juvenal convém muito ao Dr. Borges por não temer nele um competidor. Pela nossa Doutrina, acredito que o Juvenal jamais dará um só passo além do Dr. Borges, e nós sabemos o que este tem feito. A sua atitude será sempre a de quem procura o equilíbrio necessário para manter as altas posições. É fácil que ele venha a

[53] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 1º de junho de 1908. AIPB. As inserções entre chaves são minhas.

> assumir o governo em virtude das condições precárias da saúde do Presidente".[54]

Como se vê, foi Homem de Carvalho quem indicou a Carlos Barbosa o nome de Juvenal Miller para a vice-presidência do Rio Grande do Sul, para isso contanto o fato de que este era iniciado no positivismo. Porém, Torres Gonçalves não concordou com a indicação de Miller, a quem considerava oportunista. Em uma carta que escreveu a Teixeira Mendes em novembro de 1908, Torres Gonçalves relatou: "Juvenal Miller acha-se aqui e procurou-me na Secretaria. Informou-me ser contribuinte por intermédio do nosso correligionário Ovídio Loureiro do Rio Grande e pareceu-me mesmo empenhado em fazer-me sabedor disso".[55] Portanto, o vice-presidente do Estado e intendente de um de seus mais importantes municípios se preocupava em bajular um funcionário de segundo escalão pelo fato de que este era o principal representante da IPB no Rio Grande do Sul, demonstrando assim o prestígio dos positivistas religiosos no governo estadual. E esse não foi um caso isolado. Também os assessores próximos a Carlos Barbosa procuravam se aproximar dos positivistas ortodoxos, possivelmente visando se consolidarem nas funções que ocupavam.[56]

---

[54] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 2 de junho de 1908. AIPB. Juvenal Miller conhecia Teixeira Mendes de longa data. Quando da criação da Escola de Engenharia de Porto Alegre, em 1896, Miller escreveu a Teixeira Mendes, solicitando que o vice-diretor da IPB escrevesse os estatutos e o programa de ensino da nova instituição. Entretanto, o referido projeto não foi implementado em sua totalidade, pois alguns colegas de Miller colocaram obstáculos a determinados pontos. O referido programa foi reproduzido na *Circular anual* do Apostolado Positivista do Brasil referente ao ano de 1896. Posteriormente, Miller foi intendente de Rio Grande, sua cidade natal, por dois mandatos consecutivos. Em 1898, Miller publicou o "romance positivista" (como o caracterizou) *Os professos*, entabulando no ano seguinte uma intensa polêmica com Dinarte Ribeiro acerca de críticas por este feitas à ação apostólica de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes. Em 1900, Miller realizou uma palestra no Teatro São Pedro, em Porto Alegre, acerca do 4º centenário da descoberta do Brasil. Em setembro do mesmo ano, no mesmo local, palestrou em homenagem ao 78º aniversário da independência do Brasil. Ambas as palestras foram assisitidas pela cúpula do PRR, incluindo Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, sendo depois impressas em folheto pelo núcleo da IPB em Porto Alegre. Adoentado, Juvenal Miller seguiu para o Rio de Janeiro em meados de 1909, vindo a falecer no dia 9 de setembro daquele ano, sendo sepultado no cemitério São João Batista. Um dos condutores de seu caixão foi Teixeira Mendes, que proferiu um breve discurso na ocasião. Sobre Juvenal Miller ver PEZAT, Paulo Ricardo. "Juvenal Miller e a difusão do positivismo nos primórdios da República". In: ALVES, Francisco das Neves (org). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999, p. 187-194.

[55] In: Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 17 de novembro de 1908.

[56] Neste sentido, Torres Gonçalves referiu o seguinte a Teixeira Mendes: "Tive há dias a surpresa de ouvir do secretário da Fazenda, que é médico, e de quem já vos falei em uma das minhas últimas cartas, palavras de muita simpatia pela nossa Doutrina, manifestando a intenção de contribuir pecuniariamente e dizendo-me que se algum dia houver de ter religião será a Religião da Humanidade. É verdade que essas manifestações foram feitas de mistura

Em defesa dos preceitos constitucionais e da doutrina positivista, os positivistas ortodoxos gaúchos também intervinham em outros órgãos da administração pública estadual. É o que se deduz da seguinte passagem de carta enviada pelo engenheiro rio-grandino a Teixeira Mendes, em 17 de novembro de 1908:

> "O chefe de polícia pretendeu fazer aqui a repressão da mendicidade. Eu estava ausente, mas o Sr. Faria Santos interveio particularmente junto ao Presidente e junto ao próprio chefe de polícia e parece-me que tudo não passará de uma cochilada do chefe de polícia, para não empregar uma expressão mais forte que a gravidade do caso comporta".[57]

Além de realizarem uma fiscalização ideológica dos demais organismos do governo estadual, os positivistas ortodoxos gaúchos se empenhavam ainda em garantir que as medidas propostas por Auguste Comte e referendadas pela direção da IPB fossem adotadas pelos órgãos por eles dirigidos na SOP. Este foi o caso de Torres Gonçalves na Diretoria de Terras e Colonização relativamente aos indígenas.[58]

Em muitos casos, porém, Torres Gonçalves e seus correligionários não obtiveram sucesso em suas tentativas de convencimento do governo estadual para que este agisse de acordo com o ideário positivista. Neste sentido, em julho de 1908, o presidente Carlos Barbosa determinou a realização de exame médico em cada novo funcionário público estadual, mantendo a decisão apesar dos protestos de Torres Gonçalves, Faria Santos e Homem de Carvalho.[59]

Da mesma forma, também fracassou a tentativa de Torres Gonçalves no sentido de que o governo estadual deixasse de subsidiar o ensino superior, como demostra a seguinte passagem da carta por ele enviada, em junho de 1910, a Teixeira Mendes:

> "Vos remeto um exemplar d'*A Federação* contendo uma carta que fomos levados a endereçar ao Dr. Borges, e por ele mandada publicar. Faz poucos meses, em um parecer oficial, a propósito de um auxílio pedido pela Escola de Engenharia, eu já havia mostrado que o governo deveria recusá-lo enquanto essa escola mantivesse o regime do academicismo. Estamos por dirigir-nos novamente ao Dr. Borges e ao Presidente [Barbosa] incitando-os a realizarem a

---

com outras bem revolucionárias". In: Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 17 de novembro de 1908.

[57] Idem.

[58] Assunto abordado no capítulo 4 do presente trabalho.

[59] Cf. carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 20 de julho de 1909. AIPB.

> Constituição, particularmente suprimindo o que há ainda de tirania no regulamento de higiene e acabando com a distinção entre funcionários jornalistas e do quadro. No relatório último da minha Secretaria, tive ocasião de chamar a atenção para a infração da Constituição a respeito dos funcionários, e o farei todos os anos até que desapareça essa injusta e antipática distinção".[60]

Observe-se que Torres Gonçalves se dirigiu a Carlos Barbosa da mesma forma que a Borges de Medeiros, embora este, oficialmente, não ocupasse cargo algum na máquina administrativa estadual.[61] De outra parte, mesmo não seguindo os conselhos dados por Torres Gonçalves, Borges de Medeiros encarregou-se de tornar pública a opinião expressa pelo positivista ortodoxo gaúcho.

Os positivistas ortodoxos também defendiam o livre exercício de qualquer profissão, independentemente de diploma acadêmico, como estava consagrado na Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891. Entretanto, as autoridades policiais insistiam em desobedecer a esse princípio, prendendo curandeiros e cartomantes.[62]

Na eleição à presidência do Estado do Rio Grande do Sul, em 1912, a oposição novamente não apresentou candidatura. Controladas as dissidências internas que haviam se manifestado em 1907, Borges de Medeiros decidiu retomar a presidência estadual que havia confiado a Carlos Barbosa durante cinco anos.

Naquele momento, Torres Gonçalves já não tinha o mesmo entusiasmo de alguns anos antes relativamente à influência dos positivistas religiosos sobre o governo estadual. Na carta que escreveu a Teixeira Mendes em

---

[60] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 24 de junho de 1910.

[61] A íntegra das cartas enviadas a Borges de Medeiros e Carlos Barbosa por Torres Gonçalves, Faria Santos e Homem de Carvalho se encontra em GONÇALVES, Carlos Torres (org). *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1910)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1910, p. 7-14.

[62] Evidência disso se encontra na seguinte passagem de carta enviada por Torres Gonçalves e Faria Santos à redação do jornal *A Federação*: "*A Federação* (...) noticia que a polícia de Bagé está processando uma parda por exercer a cartomancia e a medicina ilegalmente. Em face das garantias de plena liberdade espiritual, asseguradas pela Constituição federal e especialmente pela Constituição política deste Estado, custa acreditar que haja ainda autoridades que cometam semelhantes gravíssimos atentados. Porque pelo regime da separação do temporal do espiritual, legalmente estabelecido em nossa Pátria, especialmente no Rio Grande do Sul, é livre a qualquer pessoa intitular-se doutor, médico, padre, etc., tanto como intitular-se engenheiro, carpinteiro ou qualquer outra função prática, salvo os casos de crime previstos em lei, cometidos no exercício dessas profissões". In: GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano 1911)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1913, p. 6-7.

meados de 1912, Torres Gonçalves discorreu longamente sobre as relações que Borges de Medeiros mantinha com o positivismo, referindo mesmo a presença de imagens de Auguste Comte em seu ambiente de trabalho:

> "Eu ouvi, faz poucos dias, manifestações muito boas do Dr. Borges de Medeiros, ao mesmo tempo em relação aos aspectos mais delicados e discutidos da Diretoria a meu cargo, como (...) em relação à nossa Doutrina e a nós positivistas, acabando por dizer-me, ao separar-nos, precisar elevar-se até nós.
> Na sua saleta de audiências fui encontrar, além das duas imagens do nosso Mestre [Comte] que ali existiam, das quais uma é o busto que um grupo de correligionários lhe oferecemos, há cerca de 12 anos, mais um medalhão de nosso Mestre, em bronze. E são estas as únicas imagens que se vê na saleta, a não ser uma 'cabeça' da República, a óleo, com que o nosso correligionário Décio [Villares] o presenteou ultimamente. Entretanto, quanto estão longe os seus atos do ambiente criado por essas imagens! E não é somente a fraqueza de caráter, conforme a explicação corrente, que prejudica a carreira política do Dr. Borges, parecendo-me haver também falta de civismo, naturalmente agravada pelas deficiências do caráter. A contribuição pecuniária para a propaganda que nessa ocasião prometeu-me enviar no dia imediato, ainda não a recebi, e desconfio que não a receberei, bem como a relação das publicações do Apostolado que lhe faltam".[63]

Como se percebe, Torres Gonçalves entendia que havia falsidade no comportamento de Borges de Medeiros com ele e com os demais confrades da IPB. De fato, sendo notória a influência de Auguste Comte sobre a Constituição castilhista de 14 de julho de 1891, o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos se transformou numa espécie de "reserva moral" do PRR, razão pela qual o governo estadual procurava tê-lo como aliado. Deste modo, naquela mesma carta a Teixeira Mendes, Torres Gonçalves assim se referiu ao tema:

> "Considerando todos os fatos, chego muitas vezes a concluir que o Dr. Borges, como os demais 'positivistas políticos', mais nos odeia do que nos ama. Os antecedentes políticos deste Estado, resumidos na Constituição de 14 de Julho, fazendo, porém, consistir a aceitação (...) desse programa em condição de conservação do poder, eles são levados a tratar-nos com contemplações, na esperança de conseguirem de nós, já que não podem obter o apoio partidário, pelo menos o silêncio".[64]

Com o retorno de Borges de Medeiros ao governo estadual, os positivistas religiosos deixaram de ter a mesma influência usufruída durante a

[63] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 18 de junho de 1912. AIPB.
[64] Idem.

gestão de seu antecessor. A partir de então, Torres Gonçalves passou a ser mais ponderado nas críticas que tecia ao governo através de suas cartas a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes. Vários motivos podem ter levado a essa mudança, como o temor de que sua correspondência estivesse sendo violada ou alguma observação dos diretores da IPB no sentido de que ele moderasse suas opiniões. De qualquer forma, é nítido o contraste no teor das cartas escritas por Torres Gonçalves após o retorno de Borges de Medeiros ao poder com aquelas escritas no período anterior. Porém, mesmo com o espaço junto ao poder decisório restringido, Torres Gonçalves e Faria Santos continuaram ocupando as mesmas funções diretivas no interior da SOP.

De outra parte, em nível nacional, através da articulação política do senador Pinheiro Machado e do Partido Republicano Conservador, o marechal Hermes da Fonseca venceu Ruy Barbosa na eleição presidencial de 1910. Essa aproximação entre o PRR e os militares não foi casual. Ao contrário, havia entre os republicanos gaúchos e a cúpula do Exército uma grande identidade. Desde os tempos do Império, uma parcela significativa das forças militares brasileiras estava concentrada no Rio Grande do Sul, em função dos conflitos platinos. Em decorrência, mais de um terço da oficialidade era gaúcha. O próprio Hermes da Fonseca havia nascido no Rio Grande do Sul, pois seu pai - que também era militar - esteve envolvido na ocupação do Uruguai, em 1851. Os laços entre o PRR e os militares se consolidaram nos anos finais do Império, quando Castilhos franqueou as páginas da *Federação* para que os oficiais, proibidos de se envolver em polêmicas jornalísticas, se manifestassem. Nos primórdios da República, durante os episódios da revolução Federalista e da revolta da Armada, novamente os republicanos gaúchos estiveram ao lado dos militares. No período seguinte, entre 1895 e 1910, o PRR e a elite militar estiveram quase ausentes da administração federal, voltando ao primeiro plano justamente com a eleição de Hermes da Fonseca. Deste modo, a aliança de São Paulo e Minas Gerais foi momentaneamente derrotada. No poder, Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado articularam intervenções em vários estados do país, destituindo os governantes e nomeando, em substituição, militares

identificados com o projeto de fortalecimento do poder nacional em detrimento das oligarquias regionais, excetuando o caso sul-rio-grandense.[65]

Em carta a Teixeira Mendes, abordando o papel desempenhado por Pinheiro Machado na intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, Torres Gonçalves lamentou que a ação do senador gaúcho não tenha sido desautorizada por Borges de Medeiros e por Carlos Barbosa:

> "Isto, junto ao concurso atribuído ao Pinheiro Machado no mais recente atentado da deposição do governador do Amazonas, e bem assim junto ao apoio por ele prestado a um tiranete do interior deste Estado, destituído pelo governo das funções de chefe local, tem feito meio mundo perder para com aquele os resguardos de antes e fala-se abertamente contra ele. Infelizmente o Dr. Borges e o Dr. Carlos Barbosa, embora discordando do Pinheiro Machado, continuam sem a coragem cívica para recusar o seu apoio aos planos pessoais deste, sem sentirem que tudo isto vai enfraquecendo-lhes o poder, que, afinal, pode bem escapar-lhes das mãos, de nada lhes valendo essa cega e exagerada preocupação de conservá-lo".[66]

Entendendo que a ação agressiva desenvolvida por Pinheiro Machado na política nacional poderia comprometer a sólida posição que os republicanos desfrutavam no Rio Grande do Sul, Torres Gonçalves propunha um retorno ao isolamento anterior. Deste modo, escrevendo a Teixeira Mendes em maio de 1913, Torres Gonçalves analisou o papel que o Rio Grande do Sul deveria ter na eleição presidencial que deveria ocorrer no final daquele ano:

> "Estamos assistindo daqui ao desencadear das lutas políticas pela sucessão presidencial, receosos de uma agravação ainda maior da presente difícil situação social. Dados os candidatos em jogo, nenhum interesse temos no caso. Somente por causa dos antecedentes políticos do Rio Grande, parece-me que ser-nos-ia útil a cessação do ascendente que os políticos deste Estado estão tendo na política nacional, com sacrifício da propaganda republicana e o risco de levantarmos a ira dos outros estados contra nós".[67]

Os "candidatos em jogo" aludidos por Torres Gonçalves eram Wenceslau Brás, apoiado na aliança de São Paulo e Minas Gerais, e Ruy Barbosa, lançado pela Bahia e por outros estados periféricos. Sendo este um liberal e aquele um político comprometido com os interesses da cafeicultura, se

---

[65] Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 233-234 e 269; e LOVE, Joseph. *op. cit.,* p. 70-74 e 145-175.
[66] In: Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 12 de outubro de 1910. AIPB.
[67] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 16 de maio de 1913. AIPB.

entende a razão do desinteresse que a eleição presidencial de 1914 despertou no Rio Grande do Sul.

Em maio 1915, Borges de Medeiros se afastou da presidência do Rio Grande do Sul por motivo de doença, transferindo o cargo para seu vice-presidente Salvador Pinheiro Machado, irmão do senador José Pinheiro Machado. Este, por sua vez, embora não gozando do mesmo poder que desfrutou nos tempos em que Hermes da Fonseca presidiu o país, continuava controlando a bancada gaúcha no Congresso Nacional e influenciando as bancadas de estados menores. De outra parte, Borges de Medeiros deixou a liderança do PRR nas mãos de Protásio Alves, embora continuasse a acompanhar os acontecimentos.

Estava previsto para agosto de 1915 a realização de eleição para uma vaga do Rio Grande do Sul no senado. Pinheiro Machado resolveu lançar a candidatura do ex-presidente Hermes da Fonseca, contando com o respaldo de Borges de Medeiros. Descontente, o ex-senador Ramiro Barcellos - republicano desde os tempos da propaganda e antigo companheiro de Júlio de Castilhos - rompeu com Borges de Medeiros para disputar a eleição com Hermes da Fonseca, acusando este de ser apenas um veículo da ambição de Pinheiro Machado. A repulsa popular pelo nome do ex-presidente era grande, levando à realização de um comício em que morreram sete pessoas. Porém, contando com o respaldo dos coronéis do PRR, fiéis a Borges de Medeiros, Hermes da Fonseca foi eleito.[68]

Pouco depois da eleição senatorial, escrevendo a Miguel Lemos, Torres Gonçalves relatou-lhe os acontecimentos que marcaram aquele pleito e o comportamento do candidato derrotado:

> "Quanto ao Ramiro Barcellos, não conhecemos nenhuma manifestação sua de simpatia pelo Positivismo. Pelo menos de 1901 para cá, não tem ele perdido ocasião de atacar, por vezes grosseiramente, o Positivismo e os positivistas, o que provocou algumas respostas dos nossos confrades Felizardo e Faria Santos. Se não fora a sua manifesta intenção de subverter a ordem no Estado, aproveitando-se da repulsa geral pela infeliz candidatura Hermes, não teria este conseguido a grande votação que teve".[69]

[68] Cf. LOVE, *op. cit.*, p. 181-183.
[69] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 12 de agosto de 1915. AIPB.

Alguns dias depois, em nova carta a Miguel Lemos, respondendo a uma consulta, Torres Gonçalves retomou a análise do comportamento de Ramiro Barcellos, se detendo particularmente nas referências por ele feitas ao pensamento de Auguste Comte:

> "A impressão do que tenho lido dos seus escritos é que nas suas referências contra os positivistas ele nos confunde com os políticos que manifestam simpatias pela nossa Doutrina, preocupado essencialmente com destruir, sem discriminar os atos de uns e de outros. Dos seus três últimos escritos, o do meio traz a transcrição de alguns períodos da *Síntese Subjetiva*, e aí ele trata nosso Mestre de digno filósofo, ao passo que nos escritos anterior e posterior refere-se aos nossos Fundadores em tom humorístico".[70]

Em 8 de setembro de 1915, menos de um mês após a realização da eleição, o senador José Pinheiro Machado foi assassinado no Rio de Janeiro.[71] A partir de então, houve um novo retraimento na ação dos republicanos gaúchos em âmbito nacional. Além disso, Borges de Medeiros não voltou a delegar tantos poderes ao líder sobre a bancada do PRR.

De outra parte, a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, trouxe grandes mudanças para o Rio Grande do Sul. Com uma produção agrícola diversificada, o Estado tinha uma economia auto-suficiente. Além disso, estava passando por um processo de industrialização baseado na transformação da produção primária. Com tal organicidade entre os diversos setores produtivos, a economia sul-rio-grandense parecia estar bastante sólida.

Com a elevação dos preços dos gêneros alimentícios, em decorrência da crise européia, os produtores gaúchos passaram a investir no aumento e melhoria de sua produção. Como não dispunham de capital, contraíram empréstimos, aproveitando-se da migração de capitais ocasionada pela guerra.

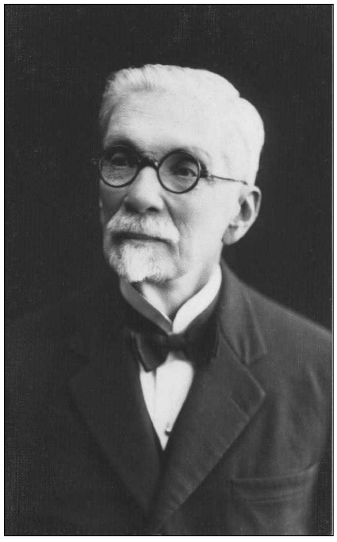
---

[70] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 1º de setembro de 1915. AIPB. Não foi possível descobrir quais são todos os textos referidos por Torres Gonçalves. Porém, um dos textos humorísticos mencionados é o *Antônio Chimango – poemeto campestre*, que Ramiro Barcellos publicou com o pseudônimo de Amaro Juvenal à época daquela eleição. Nesta obra, Barcellos satiriza Antônio Augusto Borges de Medeiros, retratado como um tirânico capataz de estância ocupado em dominar seus peões. Chimango é uma ave de rapina da região pampeana que se alimenta de animais mortos, sendo a forma como os federalistas chamavam os membros do PRR. Cf. JUVENAL, Amaro. *Antônio Chimango – poemeto campestre*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999 (prefácio de Marcelo Backes).

[71] O autor do assassinato foi o padeiro gaúcho desempregado Manso de Paiva Coimbra. Apesar das fortes suspeitas de que ele foi apenas o braço armado de um mandante oculto, Manso de Paiva sempre afirmou ter agido só. De outra parte, Pinheiro Machado era extremamente impopular no Rio de Janeiro, onde os jornais o atacavam freqüentemente, de modo que não é impossível que o assassino tenha agido espontaneamente. Cf. LOVE, *op. cit.,* p. 184-185.

Neste contexto ocorreu, em 1917, a instalação dos primeiros frigoríficos no estado, através de iniciativas de empresas norte-americanas.

Por outro lado, ocorreu uma greve geral em Porto Alegre no ano de 1917, ocasião em que o governo estadual comportou-se de acordo com a doutrina comtiana, que colocava como um dos problemas centrais da sociedade contemporânea a incorporação do proletariado à sociedade. Neste sentido, Borges de Medeiros – que reassumiu a presidência do Rio Grande do Sul no final de 1916 - reconheceu o direito de greve e pressionou a classe patronal a conceder aumentos salariais, além de fixar o tabelamento dos produtos básicos de subsistência.[72] Da mesma forma, na greve dos empregados da viação férrea, então arrendada pela União a uma empresa belga, o governo estadual, após desgastá-la perante a opinião pública, mediou uma solução para o conflito.[73] De outra parte, em carta aberta à Federação Operária do Rio Grande do Sul datada de 2 de agosto de 1917, Torres Gonçalves e Faria Santos lembraram que Auguste Comte considerava os movimentos grevistas como um recurso normal utilizado pelo proletariado contra a opressão de seus superiores, ressalvando apenas que não deveria haver violência.[74]



Durante o ano de 1917 também ocorreram incidentes envolvendo a numerosa comunidade alemã de Porto Alegre e a população de origem luso-brasileira, ainda em maioria no Estado e dominante politicamente, o que levou Torres Gonçalves e Faria Santos a escreverem uma carta - reproduzida no jornal *A Federação* de 2 de maio de 1917 – em que conclamaram a população

* Fotografia do engenheiro João Luís de Faria Santos, colega de Carlos Torres Gonçalves na Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, na propaganda da Igreja Positivista do Brasil em Porto Alegre e na autoria de diversos textos.

[72] Acerca da precocidade do Rio Grande do Sul no tocante à legislação trabalhista (relativamente ao país), ver BOSI, Alfredo. "A arqueologia do Estado-Providência: sobre um enxerto de idéias de longa duração". In: ———. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 294-300.

[73] Cf. PESAVENTO, *op. cit.*, p. 44

[74] A carta foi reproduzida em GONÇALVES, Carlos Torres (org). *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (anos de 1916 e 1917)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1918, p. 48-49.

de origem alemã a se desarmar e as autoridades a garantir o respeito às propriedades dela.[75]

Na eleição para a presidência do Rio Grande do Sul ocorrida no final daquele mesmo ano, Borges de Medeiros se reelegeu com tranqüilidade para seu quarto mandato (o segundo consecutivo), tendo em vista que a oposição novamente se absteve de apresentar candidatura. As relações de Borges de Medeiros com o núcleo sul-rio-grandense de positivistas ortodoxos permaneceram inalteradas. Torres Gonçalves e Faria Santos continuaram prestigiados nas diretorias que ocupavam no interior da SOP, apesar das constantes ressalvas que publicamente faziam às ações do governo estadual. Como "reserva moral" do PRR, os adeptos da IPB contavam com a anuência do governo para fazer tais observações, pois reiteradamente as publicaram nas páginas do jornal oficial. Porém, freqüentemente o governo estadual ignorava os conselhos dos positivistas religiosos.[76]

Com o final da Primeira Guerra Mundial e a conseqüente recuperação da economia européia, ocorreu uma diminuição na procura aos artigos alimentícios produzidos pelo Rio Grande do Sul. O setor mais atingido foi o de criação e abate de gado, que havia se endividado para modernizar seus métodos de produção. Neste sentido, os pecuaristas e charqueadores passaram a exigir ações protecionistas ao governo estadual. Este procurou manter-se fiel ao princípio positivista de que o Estado não deve intervir na

---

[75] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres & SANTOS, João Luís de Faria. "Pela ordem e a fraternidade". In: GONÇALVES, Carlos Torres (org). *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (anos de 1916 e 1917)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1918, p. 35-41.

[76] Um exemplo das boas relações mantidas, ainda naquele momento, entre os republicanos gaúchos e os positivistas religiosos, está na doação feita por Borges de Medeiros à IPB, em 1918, de uma carta escrita por Auguste Comte que lhe fora ofertada pelo governo francês. A propósito dessa doação, em agosto de 1918, Teixeira Mendes escreveu a seguinte carta a Torres Gonçalves: "Só hoje posso comunicar-vos que no domingo, 20 de Dante p. p. (4 de agosto de 1918), depois da prédica, a nossa irmã D. Heloísa Farias entregou-me, no Templo da Humanidade, a carta do nosso Mestre a Joseph Garnier, diretor do *Journal des Économistes*, remetendo-lhe dois exemplares do *Discurso sobre o conjunto do Positivismo*, carta que o governo francês ofereceu ao Dr. Borges de Medeiros, e que este, a 20 de março p. p., nos dera para ser guardada no Templo da Humanidade do Rio. (...). Peço-vos agradeceis a sua benévola confiança em nossa piedade religiosa, e que lhe comuniqueis que a preciosa relíquia foi imediatamente colocada no cofre do Templo da Humanidade, ao lado dos outros autógrafos do nosso Mestre que temos a felicidade de guardar. Oxalá as provações que a Humanidade terá ainda de sofrer nesta cidade não impeçam que tão santas relíquias cheguem intatas à Posteridade regenerada". In: GONÇALVES, Carlos Torres (org). *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (1918-1920)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1921, p. 21.

economia para proteger um segmento específico, e sim para promover o desenvolvimento conjunto da sociedade. Assim, em 1919 ocorreu a encampação por parte do governo estadual do porto de Rio Grande, que até então vinha sendo administrado por uma companhia francesa. No ano seguinte ocorreu a encampação da viação férrea. Deste modo, o governo de Borges de Medeiros procurou diminuir o custo do transporte, assim favorecendo às exportações e ao conjunto das classes produtoras.[77]

Para a realização dessas encampações, Borges de Medeiros se valeu da dívida política que o presidente Epitácio Pessoa (oriundo da Paraíba) tinha com o PRR. De fato, com a morte do presidente recém empossado Rodrigues Alves, em 1919, houve uma nova eleição, ocasião em que os republicanos gaúchos apoiaram a candidatura oposicionista ao pacto do "café com leite", mantido por São Paulo e Minas Gerais.[78]

No ano de 1922 ocorreram eleições para a substituição de Epitácio Pessoa, ocasião em que São Paulo e Minas Gerais uniram-se em torno da candidatura do mineiro Arthur Bernardes, enquanto que o PRR lançou e fomentou a candidatura de Nilo Peçanha, político fluminense que havia ocupado a presidência da república entre 1909 e 1910, quando da morte do então presidente Afonso Pena. A candidatura de Nilo Peçanha tinha como bandeira principal a estabilização da economia através do fim da política de valorização artificial do café, assim recebendo o apoio dos estados periféricos e de importantes setores militares. De outra parte, cada vez mais enfraquecidos relativamente à emergente economia da serra e do planalto, os tradicionais pecuaristas da campanha gaúcha reorganizaram-se durante o ano de 1922, apresentando a candidatura de Assis Brasil à presidência do Rio Grande do Sul. Como não poderia deixar de ser, a Aliança Libertadora se articulou em

[77] Cf. PINTO, *op. cit.*, p. 68-69. Carlos Torres Gonçalves já havia se ocupado do assunto alguns anos antes, como demonstra a seguinte passagem de uma carta que escreveu a Teixeira Mendes: "O caso da barra e porto do Rio Grande, francamente denunciados na mensagem do Presidente do Estado, e no qual a conduta da União tem sido para entregar toda a viação do Rio Grande, por terra e por água, quer dizer todo este Estado, nas mãos de uma poderosíssima empresa mercantil estrangeira, já aqui com fundas raízes, muito tem também concorrido para abrir-lhes os olhos. O nosso confrade Sr. Faria Santos, graças aos elementos fornecidos pelo nosso confrade Sr. Otero, tem podido intervir com certa eficácia neste assunto, sendo de presumir que fracasse esse atentado, o qual, me parece, não seria sem graves inconvenientes políticos". In: Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 21 de outubro de 1908. AIPB.

[78] Cf. LOVE, *op. cit.,* p. 197-199.

nível nacional com a candidatura de Arthur Bernardes, face ao apoio dado a Nilo Peçanha pelo PRR.

Deste modo, a eleição para a presidência do Rio Grande do Sul ocorrida em 1922 esteve intimamente relacionada com a situação política nacional. Percebendo a derrota iminente de Nilo Peçanha, Borges de Medeiros retirou o apoio que lhe conferia, visando assim se resguardar de uma possível intervenção federal no Rio Grande do Sul, como era pedido por Assis Brasil, o que seria fatal para o projeto político do PRR. De outra parte, controlando inteiramente o processo eleitoral, Borges de Medeiros obteve os ¾ dos votos necessários para que conquistasse seu quinto mandato presidencial, gerando a revolta da oposição gaúcha.

Logo depois da divulgação do resultado do pleito, a oposição derrotada passou a denunciar a existência de fraude no processo eleitoral. Pressionado, Borges de Medeiros foi forçado a sugerir que um juízo arbitral julgasse acerca da normalidade da eleição, imediatamente recebendo o apoio de Torres Gonçalves e de Faria Santos.[79] Em janeiro de 1923, escrevendo a Teixeira Mendes acerca dessa proposta de arbitramento feita por Borges de Medeiros, Torres Gonçalves relatou:

> "O Dr. Borges resgata assim, no que é possível, o seu erro arrastando o País à agitação eleitoral, por ocasião da última sucessão presidencial. Presumo que tenha ele hoje consciência da extensão desse erro, para o que deve ter contribuído as ponderações dos vossos escritos, confirmadas pelos sucessos posteriores".[80]

Portanto, Torres Gonçalves atribuía a mudança de opinião de Borges de Medeiros à influência dos escritos de Teixeira Mendes, que ele se encarregava de fazer chegar às mãos do presidente gaúcho. A referência feita por Torres Gonçalves de que Borges teria arrastado o país à "agitação eleitoral" alude ao

[79] Neste sentido, respondendo a uma carta em que Torres Gonçalves e Faria Santos elogiaram Borges de Medeiros por sua tentativa de encontrar uma solução negociada, este, em carta datada de 26 de dezembro de 1922, respondeu-lhes nos seguintes termos: "Tenho a satisfação de acusar o recebimento de vossa carta de 22 do corrente, em que me apresentais cívicas congratulações por motivo da minha proposta no sentido de submeter-se ao juízo arbitral o julgamento definitivo de eleição presidencial do Estado. Agradecendo efusivamente as vossas honrosas expressões, que me sensibilizaram, pelo apreço e acatamento que me merece a vossa opinião, como autorizados intérpretes que sois da doutrina destinada a presidir futuramente a reorganização universal, apraz-me reiterar-vos as seguranças de minha distinta consideração". A carta foi reproduzida em correspondência enviada por Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 12 de janeiro de 1923. AIPB.

[80] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 7 de janeiro de 1923. AIPB.

apoio por este dado à candidatura derrotada de Nilo Peçanha contra Arthur Bernardes.

Naquela mesma carta a Teixeira Mendes, em janeiro de 1923, Torres Gonçalves também discorreu longamente sobre a possibilidade de uma intervenção federal no Rio Grande do Sul e suas conseqüências:

> "Os oposicionistas, coligados, (...) têm tentado todos os meios de destruir a ordem existente. Desde muito, correm notícias de que o governo federal interviria aqui militarmente. Refletindo no interesse que tem o atual Presidente da República de assegurar a ordem aqui, como garantia da própria estabilidade do seu governo, acreditei que ele respeitaria a autonomia do Rio Grande do Sul, apesar das suas preferências partidárias pelos oposicionistas. Porém, a estranha intervenção com que iniciou-se na política internacional, a sua atitude no caso do Estado do Rio, e o seu desconhecimento da força que conquistaria se tivesse suspendido o sítio e feito a anistia, fazem-me recear que a imprudência e falta de civismo sobretudo permitam ainda a consumação do atentado anunciado neste Estado. Anteontem tive notícias alarmantes pelo comandante da Brigada Militar. Ontem, porém, o Procurador geral do Estado, pessoa de mais civismo e mais informada, em conversa que tivemos, reduziu muito o valor dessas notícias. Não há fatos claros, segundo informou-me, que permitam concluir-se que o governo federal intervirá, e o que parece é que, por enquanto, o Presidente da República não sabe que partido tomará... Como quer que seja, a situação é delicada, e pode agravar-se. Tudo depende da atitude do Presidente. Se o governo federal fizer surgir a revolução intervindo, alimentará a revolta nos demais estados, desprestigiando-se e enfraquecendo-se. Resta ainda a hipótese do exército recusar-se a atear a revolução no Rio Grande".[81]

Observe-se que a revolução imaginada por Torres Gonçalves seria resultado da ação dos republicanos gaúchos contra a intervenção federal, caso esta se concretizasse, pois seria um atentado contra um princípio considerado sagrado, o da autonomia. Borges de Medeiros, porém, provisoriamente conseguiu afastar a possibilidade de intervenção federal ao aceitar a idéia de se constituir uma comissão de arbitramento entre as partes.

No princípio de 1923, céticos quanto ao resultado de um julgamento do processo eleitoral, os oposicionistas gaúchos, sob a liderança de Assis Brasil, pegaram em armas visando impedir que o líder do PRR iniciasse seu quinto mandato. Contestando a lisura da eleição, as forças assisistas reunidas na Aliança Libertadora esperavam forçar o governo de Arthur Bernardes a

[81] Idem.

abandonar a neutralidade e a intervir no Rio Grande do Sul para destituir Borges de Medeiros e revogar a Constituição estadual. Segundo se alegava, Borges de Medeiros teria conseguido ¾ dos votos válidos, mas não do total de votos, colocando uma situação não prevista pela Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891. As forças assisistas adotaram táticas de guerrilha, tendo em vista a disparidade entre suas reduzidas forças e o pesado armamento bélico com que a Brigada Militar do governo estadual contava.

No final de abril de 1923, em meio aos combates entre forças governistas e oposicionistas, Torres Gonçalves e Faria Santos, em companhia dos correligionários Homem de Carvalho, Azambuja Cidade e Alfredo Felizardo, publicaram um folheto intitulado *Pelos interesses supremos da ordem – a propósito da luta fratricida que neste momento vitima o Rio Grande do Sul.* Na publicação, os positivistas ortodoxos lembraram os avanços da Constituição sul-rio-grandense, marcada pela liberdade profissional, pela liberdade espiritual e pela laicidade do ensino. No entender deles, o problema maior que deveria ser resolvido dizia respeito à incorporação do proletariado na sociedade. Sob esse prisma, Torres Gonçalves e seus colegas assim analisaram as causas da guerra civil no Estado:

> "(...) o exame da situação do Rio Grande do Sul faz logo reconhecer, na sedição atual, como fator que muito influiu, (...) a funesta influência da intensa agitação eleitoral promovida no País, por ocasião da última sucessão presidencial da República. E propagada a agitação, não mais bastou, para deter o seu curso anárquico, o ato elevado do Chefe do poder temporal neste Estado, aceitando em condições dignas de ambas as partes o apelo ao arbitramento.
> Essa solução republicana pela fraternidade, portanto dentro inteiramente do regime da Constituição federal e da Carta Política do Rio Grande do Sul, ficou mesmo afastada, no momento.
> Ainda esse exame faz constatar acharmo-nos, na realidade, no Rio Grande do Sul, em face de uma manifestação de superexcitação coletiva, perturbação cerebral cada vez mais freqüente e mais grave, desde o início do esgotamento da fé católica, especialmente desde a última hecatombe fratricida, isto é, trata-se de nova crise aguda local da moléstia crônica universal. De armas na mão, intenta-se o resgate de imaginárias desgraças, ao passo que os males reais, afetando sobretudo as camadas proletárias, são ignorados ou esquecidos!...".[82]

[82] GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Pelos interesses supremos da ordem – a propózito da luta fratricida que neste momento vitima o Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1923, p. 6.

Na passagem acima fica evidente o apoio dado pelo núcleo sul-rio-grandense de positivistas ortodoxos a Borges de Medeiros. De outra parte, chama a atenção a linguagem médica de inspiração comtiana utilizada para explicar o conflito que estava em curso no Estado, percebido como reflexo da Primeira Guerra Mundial e da decadência do catolicismo.[83]

Em carta que escreveu a Teixeira Mendes logo depois da publicação do folheto antes referido, Torres Gonçalves pôde se aprofundar mais na análise da situação política do Rio Grande do Sul. No seu entender, os seguintes desfechos eram possíveis:

> "1º O governo do Estado consegue restabelecer a ordem material: vantagem do prestígio do princípio da autoridade e de continuidade.
> 2º A revolta triunfa: ameaça de desordem material por muito tempo, pelas disputas para a partilha do poder entre os diversos representantes das oposições coligada agora, e pelas tentativas para reposição violenta dos republicanos engrossados pelos desiludidos da vitória revolucionária, tudo à semelhança do ocorrido neste Estado, na crise análoga de 1891 e 1892.
> 3º O governo do Estado mantém-se no propósito de encaminhamento à solução pacífica, de acordo com o precedente da aceitação da arbitragem pelo Presidente: a) poder-se-á proceder à nova eleição, com a condição de deporem as armas os revoltosos, e continuando à testa do governo o presidente; b) ou proceder-se à nova eleição, passando o presidente o governo ao vice-presidente. Tudo tentado sem estado de sítio nem interventor federal".[84]

Portanto, o pior cenário concebido por Torres Gonçalves era o da vitória do movimento liderado por Assis Brasil, que implicaria no aumento da desordem. Embora não tenha sido explicitado pelo engenheiro rio-grandino, o triunfo oposicionista também acarretaria na alteração da Constituição estadual e, com certeza, no afastamento dos positivistas religiosos das posições diretivas que ocupavam na Secretaria de Obras Públicas.

No final de 1923 o clima político no Rio Grande do Sul já estava mais tranqüilo. Tentativas de pacificação estavam em curso, através da mediação do Arcebispo de Porto Alegre D. João Becker – que fora colega de Torres Gonçalves no colégio dos jesuítas em São Leopoldo - e de enviados do governo federal. Neste sentido, escrevendo a Teixeira Mendes em outubro

---

[83] Sobre a função médica na perspectiva de Auguste Comte, ver CANGUILHEM, Georges. "La philosophie biologique d'Auguste Comte et son influence en France au XIX siècle". In: ———. *Études d'histoire et de philosophie des sciences*. 5ª ed. Paris: Vrin, 1983, p. 63-74.
[84] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 28 de abril de 1923. AIPB.

daquele ano, Torres Gonçalves relatou a pacificação iminente do Estado, além de tecer considerações acerca dos equívocos que, no seu entender, o PRR havia cometido:

> "Parece-me que nos encaminhamos, afinal, para a cessação da crise aguda que atravessa este Estado. (...). Infelizmente (...), apesar do programa constitucional do Estado, não é em torno dos seus princípios que os republicanos convergem, e essa constitui falta em grande parte imputável a Castilhos e Borges, e tanto mais perigosa quanto deixa os republicanos expostos às mais estranhas flutuações e contradições. A revolta que sofremos resultou do enfraquecimento dos republicanos, promovendo enorme agitação eleitoral em todo o país pela veleidade de terem candidato na presidência da República. Entretanto, justamente o contrário é que poderia fortalecê-lo, limitando-se a aceitarem ou recusarem o candidato escolhido, e prestarem-lhe apoio maior ou menor, conforme sua atitude na presidência, em vez de arriscarem-se a criar atmosfera favorável às sedições militares e às revoltas. Ainda que conseguissem a eleição e reconhecimento do Nilo, o enfraquecimento dos republicanos daqui se daria, uma vez que ele havia de fazer um mau governo. Castilhos sequer desejava rio-grandenses no ministério".[85]

Na passagem acima se percebe que Torres Gonçalves atribuía os conflitos em curso no Rio Grande do Sul basicamente à tentativa do PRR em interferir na política nacional. No seu entender, o isolamento pregado por Castilhos era a melhor forma de assegurar a autonomia do Estado em relação ao governo federal, afastando a ameaça de intervenção.

Pressionado pelo governo federal, representado pelo ministro da Guerra Setembrino de Carvalho, Borges de Medeiros aceitou os termos de pacificação do "Tratado de Pedras Altas", assinado, em dezembro de 1923, na estância da Assis Brasil. O tratado impôs uma alteração na Constituição de 14 de julho de 1891, impedindo a reeleição do presidente do Estado. Deste modo, Borges de Medeiros foi obrigado a abrir mão de um preceito positivista fundamental e que norteava a Carta política estadual, qual seja, o da conservação do poder por um "ditador republicano". No mesmo sentido, o tratado impunha que o vice-presidente fosse eleito juntamente com o titular, e não mais fosse por este indicado, como previa a Constituição estadual. De outra parte, a revolução assisista levou o PRR a convocar seu primeiro congresso desde a proclamação

[85] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 25 de outubro de 1923. AIPB.

da República, demonstrando assim a gravidade da ameaça ao seu projeto político configurada naquela conjuntura.[86]

Em janeiro de 1924, Torres Gonçalves escreveu a Teixeira Mendes acerca da situação política do Rio Grande do Sul após sua pacificação. De modo específico, criticou a postura do PRR em relação ao presidente Arthur Bernardes, pois o partido teria abandonado uma postura de sedição em relação ao seu governo para passar a apoiá-lo de modo servil, mesmo em atos reprováveis.[87] Em junho do mesmo ano, retomando a análise das relações entre os governos estadual e federal, Torres Gonçalves insistiu nas críticas a Borges de Medeiros:

> "A atitude progressivamente subserviente do chefe dos republicanos deste Estado em relação ao Bernardes, justamente depois das mais graves faltas deste, o vai cada vez mais anulando e enfraquecendo. A esperança de que outro, dotado da cívica energia necessária, o substitua, é bem incerta, no momento. Durante a crise do Estado, mais de uma vez, examinando a possibilidade de que tivesse ele, civicamente, de deixar o governo, imaginava a aproximação que isso poderia determinar para conosco, e cheguei mesmo a admitir que o desapontamento político o pudesse induzir à plena conversão religiosa, o que representaria para ele a verdadeira vitória, como para nós".[88]

Como se percebe na passagem acima, Torres Gonçalves imaginava a possibilidade de que Borges de Medeiros se convertesse à religião da Humanidade e ingressasse na IPB.[89] Se tal possibilidade não era inteiramente descabida para Torres Gonçalves, menos ainda o era para a opinião pública. Neste sentido, em discurso pronunciado na Assembléia dos Representantes em 1927, o deputado oposicionista Simões Lopes Filho declarou que, não fossem os revolucionários de 1923, "o Rio Grande do Sul estaria se preparando para as bodas de ouro de Borges de Medeiros com Clotilde de Vaux".[90]

---

[86] Cf. LOVE, *op. cit.,* p. 294-295.
[87] Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 5 de janeiro de 1924. AIPB.
[88] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 22 de junho de 1924. AIPB.
[89] Na velhice, porém, Borges de Medeiros se converteu ao catolicismo, recebendo funerais cristãos quando morreu, em 1961.
[90] In: Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, 1927, p. 197. Sabedores da afinidade ideológica existente entre Borges de Medeiros e Teixeira Mendes, os deputados oposicionistas já sistematicamente tentavam incompatibilizá-los. Deste modo, em meio à guerra civil, em junho de 1923, o deputado federal Francisco Antunes Maciel escreveu uma carta ao vice-diretor da IPB com as seguintes considerações: "Como o Sr. Borges de Medeiros, conforme é público e notório, tem procurado sempre acobertar-se sob o prestígio filosófico da Religião da Humanidade, de que sois digno apóstolo, entendi que seria agora oportuno fazer-vos um apelo, pedindo vossa intervenção no caso. O sangue de nossos irmãos,

Permitindo o acordo de Pedras Altas que Borges de Medeiros terminasse seu quinto e último mandato, manteve ele o poder até o final de 1927, embora pressionado pela complexa conjuntura nacional. De fato, em 1924 ocorreu o levante tenentista em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Tal levante ocorreu em solidariedade aos jovens oficiais punidos por promoverem a "revolta do Forte de Copacabana", em julho de 1922, contra a posse de Arthur Bernardes. Os militares rebelados em Santo Ângelo, região nordeste do Rio Grande do Sul, estavam sob a liderança do tenente gaúcho Luís Carlos Prestes - filho de um militar positivista[91] - e receberam o apoio de setores da oposição gaúcha descontentes com o desfecho da Revolução de 1923.

Por outro lado, o aguçamento da crise econômica levou, a partir de 1926, à organização de uma série de sindicatos de produtores que receberam o apoio do governo estadual. Neste sentido se formaram o Sindicato Arrozeiro (1926), a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, o Sindicato do Vinho (ambos em 1927), o Sindicato dos Charqueadores e o Sindicato da Banha (1928). Cumpria-se assim a indicação de Auguste Comte no sentido de que as classes produtoras se organizassem de modo a evitar o domínio do

---

derramado nas coxilhas gaúchas, onde o sobressalto das famílias chegou ao auge, reclama uma palavra de justiça. Não é possível que a religião que tem o amor por principio, a ordem por base, e o progresso por fim, esteja sendo bem interpretada e bem cumprida por um homem opressor e violento, cuja conduta pública sublevou contra ele todo o seu estado, espalhando em derredor só ódios e desesperos. Desde que lhe falta prestígio moral, pode e deve ele sustentar luta armada, a ferro e fogo, ferindo e matando seus patrícios, para manter-se num cargo obtido por manifestas infrações das leis, contra o voto de seus contemporâneos?". In: Carta de Francisco Antunes Maciel a Teixeira Mendes, 27 de junho de 1923, AIPB. Em sua resposta, Teixeira Mendes fez as seguintes considerações ao deputado gaúcho: "Devo dizer-vos, fraternalmente, que não me julgo com os elementos para saber se o sr. Borges de Medeiros tem contra si a maioria dos seus coestadinos. Está claro que não é lícito a ninguém manter-se num posto de governo desde que não dispuser do apoio de uma massa de seus concidadãos assaz considerável para tornar impossíveis verdadeiras insurreições. (...). Devo ponderar-vos que, sejam quais forem as simpatias do sr. Borges de Medeiros pela Religião da Humanidade, e sejam quais forem as medidas políticas aconselhadas por Augusto Comte já adotadas pelo sr. Borges de Medeiros, é sabido que o sr. Borges de Medeiros só em parte acha conveniente cumprir essas medidas. A posteridade julgará o mérito que há nesse cumprimento incompleto dos conselhos políticos de Augusto Comte; bem como avaliará a culpa que houver em se afastar da inteira observância de tais conselhos". In: MENDES, Raymundo Teixeira. *Mais um appelo à concórdia política - a propózito da situação política no Brazil e, especialmente, no Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro: Igreja Pozitivista do Brazil, 1923, p.19-22.

[91] O porto-alegrense Luís Carlos Prestes, nascido em 1898, era filho do capitão de engenheiros Antônio Pereira Prestes e de Leocádia Felizardo Prestes, irmã de Joaquim José Felizardo Júnior - o fundador do núcleo da IPB em Porto Alegre, no ano de 1899. Antônio Pereira Prestes foi um dos sócios do Club Cooperador Positivista de Porto Alegre, fundado em 1891 e ativo até 1894. Posteriormente, durante algum tempo foi ele o responsável pelo depósito de publicações da IPB na capital gaúcha.

mercado.[92] Entretanto, tais organizações visavam a pressionar o governo estadual para que concedesse créditos aos produtores, o que contrariava a dois outros preceitos comtianos: o do equilíbrio orçamentário e o da não proteção a setores específicos da economia.

Em nível nacional, no ano de 1926 o PRR apoiou a candidatura presidencial de Washington Luís, proposta por São Paulo e por Minas Gerais. Deste modo, os republicanos gaúchos procurava superar a crise de relacionamento com o governo federal, que perdurava desde 1922, quando o partido fez oposição à candidatura oficial de Arthur Bernardes. Nesta aproximação com as forças políticas dominantes, Getúlio Vargas - então líder da bancada do PRR no Congresso Nacional - exerceu um papel preponderante, em decorrência obtendo uma vaga no ministério do novo governo. Entre 1926 e 1927, Vargas foi o ministro da Fazenda de Washington Luís.[93]

Quando se aproximava o final de seu último mandato como presidente do Rio Grande do Sul, no final de 1927, Borges de Medeiros indicou para sucedê-lo Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura, respectivamente para a presidência e para a vice-presidência do Estado. Os dois eram advogados formados pela Faculdade de Direito de Porto Alegre e haviam integrado o "Bloco Acadêmico Castilhista", surgido em 1907 para apoiar a candidatura oficial de Carlos Barbosa ao governo do Estado. Vargas era natural de São Borja, enquanto que Neves da Fonseca havia nascido em Cachoeira do Sul, ambos oriundos de famílias de republicanos históricos.

Havia uma diferença fundamental entre os antigos republicanos sul-rio-grandenses e a nova geração: o fato de que estes se formaram politicamente dentro da fidelidade ao projeto político castilhista-borgista, enquanto que aqueles tinham como referência central à obra de Auguste Comte. Além de Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura, a nova geração do PRR apresentava nomes como João Antônio Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Lindolfo Collor.

---

[92] Cf. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 93-94.
[93] Cf. RODRIGUEZ, Ricardo Velez. *op. cit.*, p. 65-66.

A oposição que havia pego em armas, no ano de 1923, justamente por entender que havia sido derrotada de maneira fraudulenta na eleição presidencial, não apresentou candidato na eleição ao governo do Rio Grande do Sul ocorrida em 1927, de modo que Getúlio Vargas se elegeu com tranqüilidade. Naquele mesmo ano, em 28 de junho, no Rio de Janeiro, Teixeira Mendes faleceu, deixando Torres Gonçalves e os demais positivistas religiosos sul-rio-grandenses bastante fragilizados.

Em 25 janeiro de 1928, dia em que Borges de Medeiros transmitiu a presidência do Rio Grande do Sul, cargo que ocupou por 25 anos, Torres Gonçalves e Faria Santos lhe enviaram uma carta em que fizeram um balanço do longo período de colaboração, estando presente, nas entrelinhas, a percepção de que uma era estava se encerrando:

> Temos presentes os resultados atingidos nos negócios administrativos, podendo ser apreciados pelo encerramento dos exercícios financeiros normalmente sem déficit (...) e no respeito às liberdades públicas (...). E, desde então, é de se contar que o exemplo de continuidade governamental do Rio Grande do Sul, depois da República, contribua para que se vão dissipando os cegos preconceitos contra a mesma, para que se vá formando a opinião sobre as vantagens inestimáveis da vitaliciedade, condição de responsabilidade e garantia, portanto, de melhor preenchimento das funções (...). Aliás, já esse era o voto de Bolívar - mais estadista do que general, e que Augusto Comte sistematizou, mediante a fundação da política baseada na ciência.[94]

Portanto, Torres Gonçalves e Faria Santos elogiavam a longa permanência de Borges de Medeiros no poder, lamentando apenas que as vantagens da "vitaliciedade" ainda não tivessem sido reconhecidas, o que permitiria que Borges de Medeiros permanecesse indefinidamente no poder.

A posse de Getúlio Vargas na presidência do Rio Grande do Sul assinalou o final da aliança longamente mantida entre o PRR e a IPB, através de seu núcleo em Porto Alegre. A morte de Teixeira Mendes e a saída de Borges de Medeiros da presidência estadual, ocorridas em curto espaço de tempo, fizeram com que diminuísse bastante o prestígio e a influência do

[94] Carta de Carlos Torres Gonçalves e João Luís de Faria Santos a Borges de Medeiros, 25 de janeiro de 1928, ABM-IHGRGS (documento n.º 6.640). Na ocasião, Torres Gonçalves e Faria Santos ofereceram a Borges de Medeiros os quatro volumes publicados pela IPB, em 1916, reunindo documentos acerca de Auguste Comte e Clotilde de Vaux (publicações de números 388, 388 a, 388 b e 389).

núcleo de positivistas religiosos junto ao governo do Rio Grande do Sul, o que ficou evidenciado pela drástica redução no espaço reservado por *A Federação* à reprodução de notícias referentes à propaganda da Religião da Humanidade.

Na tentativa de influenciar Getúlio Vargas, Torres Gonçalves enviou-lhe diversas publicações da IPB. Porém, em resposta, recebeu apenas um agradecimento formal, de modo que ficou claro que o novo presidente não pretendia se socorrer dos conselhos dos seguidores da religião da Humanidade para governar.[95]

Quando Getúlio Vargas assumiu o governo do Estado, Borges de Medeiros se recolheu para sua fazenda, nas proximidades de Cachoeira do Sul. Deste modo, distante do centro dos acontecimentos, o ex-presidente já não tinha o mesmo controle sobre a máquina partidária. Porém tendo laços íntimos com Neves da Fontoura, Borges continuava gozando de alguma influência dentro do governo, além de permanecer desfrutando de certo prestígio nas bases partidárias. Porém, ao contrário de Carlos Barbosa, que se manteve sob a órbita de Borges de Medeiros quando governou o Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas logo passou a agir de forma independente em relação ao antigo líder dos republicanos. Em pouco tempo, Vargas conquistou a preponderância no PRR e no seu jornal. Como já foi referido, a reforma administrativa promovida por Vargas no começo de 1929 removeu Torres Gonçalves do cargo longamente ocupado na Diretoria de Terras e Colonização, reduzindo bastante o poder que o propagandista da religião da Humanidade possuía na administração estadual.

* Fotografia da posse de Getúlio Vargas no governo do Estado do Rio Grande do Sul, em janeiro de 1928. In: BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 79.

[95] O cartão datilografado enviado a Torres Gonçalves por Getúlio Vargas, em 7 de maio de 1928, dizia apenas: "Acusando o recebimento do seu cartão de 4 do corrente mês, agradeço-lhe as publicações do Apostolado Positivista do Brasil e o respectivo catálogo geral que teve a gentileza de oferecer-me. Apraz-me enviar-lhe cordiais saudações. Getúlio Vargas". ACPPA.

Ainda em 1928, Vargas criou o Banco de Estado do Rio Grande do Sul, concedendo aos pecuaristas crédito fácil, juros baixos e longo prazo de pagamento. Assim, abrindo mão de um preceito comtiano até então sagrado para o PRR - o de não proteger um setor específico da sociedade -, Vargas conseguiu cooptar a oposição, então reunida no Partido Libertador, levando à criação da Frente Única Gaúcha, que reunia os libertadores e o PRR. Superadas as divergências históricas entre os distintos segmentos das classes dominantes gaúchas, foram estabelecidas as bases que permitiram ao Rio Grande do Sul intervir decisivamente na política nacional, o que se concretizou através da revolução de 1930, pondo fim à Primeira República.

Na condição de funcionário público e de propagandista da religião da Humanidade, Torres Gonçalves continuou desenvolvendo suas atividades em Porto Alegre até 1935, quando se transferiu para o Rio de Janeiro. Deste modo, o engenheiro rio-grandino acompanhou à distância as primeiras ações do governo de Vargas, como a revogação da Constituição federal de 24 de fevereiro de 1891 e, conseqüentemente, das constituições estaduais, inclusive a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891, considerada pelos positivistas ortodoxos brasileiros como “a mais avançada do Ocidente”. A partir de então, Torres Gonçalves deixou de acompanhar o dia-a-dia do governo de Flores da Cunha, nomeado como interventor federal no Rio Grande do Sul. Voltando sua atenção para a política nacional, Torres Gonçalves se tornou um crítico implacável de Getúlio Vargas. Mas este é um assunto para o próximo capítulo.

Capítulo 6

Torres Gonçalves e o Brasil republicano

6.1 – A Primeira República na percepção de Torres Gonçalves

Carlos Torres Gonçalves presenciou muitas transformações na sociedade brasileira ao longo de sua vida, entre 1875 e 1974. Obviamente, o presente capítulo não tem a pretensão de historiar todas as mudanças políticas, econômicas, tecnológicas, culturais e sociais que ocorreram no Brasil entre o final do Império e a ditadura militar, passando pela República Velha, pela revolução de 1930, pelo Estado Novo e pelo período de democratização após a 2ª Guerra Mundial. Do mesmo modo, também não pretende abarcar o conjunto das relações exteriores do país no período referido. Deixando este longo processo em segundo plano – mas sem perdê-lo de vista -, com objetivos bem mais modestos, neste capítulo me concentro no estudo da forma pela qual Torres Gonçalves analisou os acontecimentos políticos e sociais dos quais foi contemporâneo e como neles tentou interferir, procurando perceber a influência exercida sobre seus escritos pela interpretação da história brasileira feita por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes a partir da aplicação da *lei dos três estados*, base da filosofia da história de Auguste Comte.[1]

[1] No *Catecismo,* Auguste Comte explicou a lei dos três estados e o desenvolvimento da história humana dizendo: "(...) essa marcha consiste (...) na passagem necessária de toda concepção teórica por três estados sucessivos: o primeiro, teológico, ou fictício; o segundo, metafísico, ou abstrato; o terceiro, positivo, ou real. O primeiro é sempre provisório, o segundo é puramente transitório, e o terceiro é o único definitivo. Este último difere sobretudo dos outros dois pela sua substituição característica do relativo ao absoluto, quando o estudo das leis toma enfim o lugar da pesquisa das causas". In: COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1934, p. 178-179. Comte ainda subdividiu o estado teológico em três modos peculiares de explicar o mundo: o fetichismo, que seria o modo de filosofar espontâneo das sociedades humanas; o politeísmo, característico das civilizações

Neste sentido, é interessante perceber a maneira como, desde suas origens, a Igreja Positivista do Brasil (IPB) passou a desenvolver uma interpretação da história brasileira. Em 1882, Miguel Lemos teceu as seguintes considerações:

> "(…) é preciso introduzir na história de nossa pátria o método positivo e fazer suceder a apreciação científica às preocupações dinásticas dos escritores oficiais. (…). Neste sentido, o Sr. Teixeira Mendes deve fazer um trabalho sobre o fetichismo brasileiro, quer dizer, sobre a civilização das populações selvagens que habitavam o país quando de sua descoberta pelos portugueses. (…). Apenas o positivismo tem uma teoria científica do fetichismo para resolver o problema destas populações. Os escritos sobre os indígenas foram feitos por viajantes desprovidos de uma visão sistemática sobre essa fase inicial da evolução humana, atribuindo aos selvagens suas próprias idéias e preconceitos. As investigações modernas relegaram a um segundo plano as investigações filosóficas sobre o estado político, social e religioso destes povos, atirando-se sobre a cranologia, crendo que isso lhes revelaria a chave do enigma. (…). Tal estudo [o de Teixeira Mendes] permitiria uma interessante verificação do fetichismo brasileiro relativamente à lei da evolução descoberta por Comte, fornecendo a base de uma política racional e proporcionando a incorporação das populações selvagens que escaparam da destruição colonial".[2]

Como se percebe, a direção da IPB criticava a vertente historiográfica dominante no Brasil durante o século XIX, marcada pelo enfoque eurocêntrico dos viajantes estrangeiros e pela condescendência própria dos trabalhos encomendados pelos governantes. Propondo a adoção do "método positivo" e da "apreciação científica" na análise da história do Brasil, Miguel Lemos entendia que apenas a filosofia da história elaborada por Auguste Comte estava em condições de fornecer o instrumental teórico necessário para o estudo das populações indígenas do país, pois tomaria em consideração o estado mental em que elas se encontravam. De outra parte, também chama a

---

antigas; e o monoteísmo, que se impôs no Ocidente a partir da desagregação do Império Romano. Comte estudou o fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo respectivamente nas lições de números 52, 53 e 54 do *Cours de philosophie positive* (tomo V); o estado metafísico foi estudado na lição n.º 55 do mesmo volume. Finalmente, o estado positivo foi estudado nas lições de números 56, 57, 58, 59 e 60, no tomo VI do *Cours*. No *Système de politique positive* (1851-1854), a análise dos períodos históricos caracterizados pelas crenças teológicas (nas suas fases fetichista, politeísta e monoteísta) e pelas crenças metafísicas foi desenvolvida no tomo III, sendo reservado para o tomo IV o estudo do "regime positivo".

[2] In: LEMOS, Miguel. *O Apostolado Pozitivista no Brazil (Circular anual de 1882)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1884, p. 20-24.

atenção que o fundador da IPB recusava a validade dos estudos frenológicos, à época percebidos por muitos como garantia de cientificidade.

Através do conjunto dos folhetos editados pela IPB, Miguel Lemos e Teixeira Mendes lentamente erigiram uma interpretação da história nacional que exaltava a presença de três etnias distintas no Brasil. Aplicando a teoria cerebral de Auguste Comte e destacando as três manifestações características da humanidade – o sentimento, o raciocínio e a ação -, os diretores da IPB afirmaram reiteradamente a superioridade afetiva das populações de origem africana, a superioridade laborativa dos indígenas e a superioridade intelectual dos europeus. Não deixava de ser uma perspectiva eurocêntrica, mas com a especificidade de reconhecer méritos nas populações indígenas e africanas, seguidamente responsabilizadas pelo atraso do país.[3]

Na construção de uma interpretação positivista da história brasileira, era

fundamental a escolha de tipos históricos representativos dos distintos momentos da formação da nacionalidade. Neste sentido, ainda nos anos finais do Império, a IPB publicou diversos folhetos em que fez a elegia de Tiradentes e de José Bonifácio, respectivamente vistos como o fundador da nacionalidade brasileira (ainda no período colonial) e como o patriarca da independência do país (no princípio do período imperial).[4] Em decorrência do destaque obtido por Benjamin Constant nos momentos iniciais da República e de sua reaproximação de Miguel Lemos e

* Fotografia de um busto de Tiradentes feito por Décio Villares. Acervo da Capela Positivista de Porto Alegre.

[3] Na concepção das populações humanas feita por Comte, essas são divididas em populações européias, asiáticas e africanas, não havendo referência às populações indígenas do continente americano. A identificação entre as populações asiáticas e as populações ameríndias foi feita por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, baseando-se nas características físicas. Porém, quanto à mentalidade, os apóstolos da IPB equipararam os indígenas brasileiros aos "fetichistas" africanos, conforme haviam sido caracterizados por Comte. Sobre a forma de recepção do pensamento de Auguste Comte pelos positivistas ortodoxos brasileiros e acerca do fenômeno de importação de idéias, ver CARVALHO, José Murilo de. "O positivismo brasileiro e a importação de idéias". In: LEAL, Elisabete da Costa & GRAEBIN, Cleusa (org). *Revistando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998, p. 13-27.

[4] Sobre o assunto ver OLIVEIRA, José Mariano de. *À Tiradentes – 21 de abril*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1884 (n.º 16); e LEMOS, Miguel. *O túmulo de José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1886 (n.º 37). Acerca do papel dos positivistas ortodoxos na construção do mito de Tiradentes, ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – o*

Teixeira Mendes, em 1891, quando da sua morte, a IPB se engajou na mitificação de sua atuação, caracterizando-o como o "patriarca da República".[5]

Portanto, foi em torno de Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant – vistos como heróis nacionais - que os positivistas religiosos brasileiros construíram sua perspectiva da história nacional, reservando para si um papel essencial na instauração do regime republicano no país.[6]

O acaso fez com que a abolição da escravidão e a proclamação da República no Brasil ocorressem justamente no momento em que Carlos Torres Gonçalves entrava na adolescência. Efetivamente, em novembro de 1889 o jovem rio-grandino tinha quatorze anos, idade em que a realidade social e os fatos políticos começam a despertar maior atenção. De outra parte, o suicídio paterno e a influência dos irmãos mais velhos contribuíram para o seu amadurecimento precoce. Deste modo, no dia quinze daquele mês, quando se sucederam no Rio de Janeiro os acontecimentos que levaram à deposição de D. Pedro II,[7] Carlos Torres Gonçalves já era um republicano de convicções arraigadas. E não apenas por identificação com os irmãos. O contexto histórico e a conjuntura política também eram extremamente propícios para que um jovem da classe média urbana, como era o seu caso, se posicionasse em defesa do regime republicano. Além da tradição que remontava à revolução Farroupilha, cinqüenta anos antes, o movimento

---

imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (capítulo 3 – "Tiradentes: um herói para a República").

[5] Teixeira Mendes colaborou para a construção do mito em torno de Benjamin Constant ao publicar uma biografia dele logo após a sua morte. Cf. MENDES, R. Teixeira. *Esboço biográfico de Benjamin Constant*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 2 vols., 1892-1894.

[6] Acerca da hegemonia conquistada pelos positivistas religiosos na explicação da influência exercida pelo pensamento de Auguste Comte no Brasil, ver ALONSO, Ângela. "De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro". In: *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.º 42, 2º semestre 1996, p. 109-134.

[7] Sobre as articulações políticas que precederam e sucederam à proclamação da República, e acerca da ausência de participação popular no movimento, ver CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

* Reprodução em formato de cartão postal, feita pela IPB, de uma pintura representando Benjamin Constant, "o partiarca da República", de autoria de Eduardo de Sá.

republicano contava no Rio Grande do Sul com um partido organizado e com um eficiente órgão de imprensa.

Conforme antes foi visto, a partir da ascendência que o engenheiro Demétrio Ribeiro tinha sobre Joaquim e Luiz Torres Gonçalves, em 1893 Carlos Torres Gonçalves chegou a pensar em se unir aos irmãos e aderir ao movimento revolucionário que procurava depor Júlio de Castilhos do governo do Estado e revogar a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891. Embora fossem republicanos e simpáticos ao positivismo, os três irmãos não concordavam com a política desenvolvida por Castilhos e com o apoio que a IPB lhe dava. À época, na correspondência trocada entre os familiares, Castilhos era retratado como um déspota sanguinário. Conseqüentemente, os irmãos Torres Gonçalves não simpatizavam com o governo do marechal Floriano Peixoto, pois este apoiou Castilhos na luta contra a revolução Federalista, recebendo apoio do líder gaúcho para sufocar a revolta da Armada.[8]

Em dezembro de 1894, quando tinha dezenove anos de idade e morava numa *república* de estudantes em Ouro Preto, Carlos Torres Gonçalves escreveu uma carta ao seu tio Thomaz Leopoldo Torres, que morava em Rio Grande. Após abordar assuntos familiares, o missivista tratou da posse de Prudente de Morais como primeiro presidente civil do Brasil. Relatando ao parente distante o que dizia a imprensa do Rio de Janeiro acerca do novo governo, Carlos Torres Gonçalves teceu os seguintes comentários:

> "Pelos jornais uma infinidade de mentores, todos amigos sinceros do Sr. Prudente e da Pátria, todos enxergando unicamente na adoção das medidas por eles indicadas a salvação do país: Que o Dr. Prudente de Moraes devia fazer política de fraternização; que não olhasse as cores políticas de seus auxiliares na administração, mas que tão somente olhasse o seu caráter e aptidões; que não se deixasse levar por falsos profetas; que estivesse sempre de sobreaviso com os conselheiros; que devia continuar a política do Marechal [Floriano Peixoto]; que não se deixasse levar por generosidades mal cabidas; que fosse enérgico contra os inimigos da República; enfim, conselhos na maioria desencontrados, variando na razão dos sentimentos dos mentores.
> O que é real em tudo isso é que, contra as minhas previsões, assumiu em paz o governo do Sr. Prudente. Por enquanto nada podemos adiantar sobre sua pessoa; esperemos fatos, para então

[8] As relações de Joaquim e Luiz Torres Gonçalves com Demétrio Ribeiro e os seus reflexos sobre as posições políticas de Carlos Torres Gonçalves foram referidas nos capítulos 1.2 e 5.1.

> bem o julgarmos. Que imprima uma boa direção à nossa administração interna, eis o que desejo; que levante o nosso Brasil".[9]

No momento em que Carlos Torres Gonçalves escreveu essa carta, seus irmãos Joaquim e Luiz se encontravam exilados em Buenos Aires, após terem abandonado o movimento revolucionário e rompido com Demétrio Ribeiro, em função de declarações ambíguas que este fez acerca de uma possível restauração monárquica. De outra parte, a partir do final de 1894, após a turbulência que marcou os anos iniciais da República no Brasil e no Rio Grande do Sul, o novo regime se consolidou, restando apenas a oposição dos seguidores de Antônio Conselheiro, no sertão baiano. Daí o clima de relativa tranqüilidade política relatado por Torres Gonçalves.

Mais adiante, na mesma carta que escreveu a seu tio em dezembro de 1894, Carlos Torres Gonçalves passou a tratar dos festejos realizados em Ouro Preto no dia 15 de novembro daquele ano, data do quinto aniversário da proclamação da República:

> "Aqui, por assim dizer, festas não houve, nem sequer foguetes soltaram, a não ser os que nós, rio-grandenses, fizemos estrugir nos ares. O que se deu foi unicamente um baile em palácio, para o qual a colônia teve convite especial. Assim, quem mais festejou o 15 de novembro aqui foi a Sociedade Literária Rio-grandense, que apenas conta 18 sócios. Mesmo assim a colônia se faz representar em toda a parte: no Rio, no palácio; vai à redação dos jornais fluminenses, é acatada, elogiada, todos supõem-na um colosso pela sua atividade e no entanto são dúzia e meia de rapazes, mas dúzia e meia de rio-grandenses, que, quando o governo de Minas deixa passar desapercebida a data gloriosa da nossa emancipação política, sabe com os poucos sócios que lhe resta (porque mais de uma terça parte tem de representar diversas comissões), fazer sessão solene e embandeirar o edifício da Sociedade. Salve Rio Grande!".[10]

Portanto, na comemoração daquela data cívica nacional, Torres Gonçalves encontrou motivos para exaltar ao Rio Grande do Sul e aos sul-rio-grandenses, contrapondo-os aos mineiros e aos fluminenses, percebidos como republicanos menos ardorosos. Observe-se também que, antes mesmo dos vinte anos de idade, Carlos Torres Gonçalves já se expressava com bastante fluência acerca de assuntos políticos.

---

[9] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Thomaz Leopoldo Torres, 5 de dezembro de 1894. ACTG.
[10] Idem.

No princípio de 1895, pouco depois de se transferir para o Rio de Janeiro, levado por um colega da Escola Politécnica, Carlos Torres Gonçalves assistiu a algumas prédicas de Teixeira Mendes no Templo da Humanidade. Segundo seu relato posterior, datam de então as suas simpatias pela religião da Humanidade.[11] Porém, em função do envolvimento de sua família com o movimento revolucionário de 1893/94, apenas um pouco mais tarde, quando retornou ao Rio Grande do Sul, foi que o jovem engenheiro rio-grandino iniciou o estudo sistemático da religião da Humanidade e das publicações da Igreja Positivista do Brasil (IPB), passando a aceitar a interpretação feita por Miguel Lemos e Teixeira Mendes da história nacional – inclusive do papel que Júlio de Castilhos desempenhou na consolidação do regime republicano.

O núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos, do qual Torres Gonçalves logo se tornou um dos principais articuladores, se caracterizou desde o início pela extrema fidelidade com que se subordinou à direção de Miguel Lemos e Teixeira Mendes.[12] Deste modo, eram freqüentes as consultas feitas por Torres Gonçalves, Felizardo Júnior e Faria Santos – os principais adeptos da religião da Humanidade em Porto Alegre – aos diretores da IPB antes de se posicionarem publicamente sobre os debates públicos em andamento. De maneira geral, os positivistas ortodoxos gaúchos tomavam a iniciativa de intervir apenas nas polêmicas ocorridas no Rio Grande do Sul. Nas polêmicas de âmbitos nacional e internacional, se limitavam a reiterar as opiniões expressas pelos *apóstolos* Miguel Lemos e Teixeira Mendes nos folhetos editados pela IPB. De outra parte, também se empenhavam para que os escritos dos diretores da IPB repercutissem na opinião pública do sul do país através do envio de exemplares dos folhetos às redações dos jornais, muitas vezes conseguindo que os mesmos fossem reproduzidos gratuitamente. Quando o assunto em questão era importante e os jornais não franqueavam

[11] Conforme Carlos Torres Gonçalves escreveu na caderneta em que, sob o título "Minha iniciação do pozitivismo", relatou as suas primeiras incursões ao templo positivista do Rio de Janeiro, em abril de 1895. ACTG.

[12] Neste sentido, o núcleo de propagandistas da IPB fundado por Felizardo Júnior se diferenciou dos clubes cooperadores positivistas surgidos em Rio Grande e em Porto Alegre no ano de 1891, que se incompatibilizaram com Miguel Lemos durante a revolução de 1893/94. O mesmo ocorreu em relação ao núcleo paulista de positivistas religiosos. Cf. PEZAT, Paulo Ricardo. "O Clube Cooperador Positivista Sul-Rio-Grandense e a propaganda da religião da Humanidade na cidade do Rio Grande (1891-1894). In: *Biblos*, Rio Grande, n.º 11, 1999, p. 107-117.

suas páginas aos escritos da IPB, Torres Gonçalves e seus colegas pagavam pela publicação.

Portanto, em 1901, na comemoração do décimo aniversário da Constituição federal de 24 de fevereiro de 1891, Carlos Torres Gonçalves subscreveu a *Carta-circular dirigida a todos os republicanos rio-grandenses* publicada pelo núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos. Dentre os catorze subscritores, quase todos engenheiros ou militares, o seu nome aparece em penúltimo lugar, sucedido apenas pelo nome de Felizardo Júnior, que então era o principal membro do grupo. Pode-se depreender disso que a participação de Torres Gonçalves não foi passiva, havendo auxiliado Felizardo Júnior na redação do texto. Lembrando a influência do positivismo no Rio Grande do Sul e o apoio prestado pelos adeptos da religião da Humanidade a Júlio de Castilhos, a carta-circular apontava como principal mérito daquela Constituição o seu caráter federativo, que propiciara a elaboração da Constituição estadual de 14 de julho de 1891.[13]

De outra parte, passando a analisar a situação no Brasil no contexto global, Torres Gonçalves, Felizardo Júnior e os demais simpatizantes gaúchos da religião da Humanidade fizeram as seguintes considerações:

> "Devemos (...) considerar que não é só a situação interna do Estado rio-grandense e da União brasileira que nos faz sentir a urgência da resolução definitiva do problema humano. Uma imprevidência perigosa, embora peculiar à época anárquica em que vivemos, nos tem impedido de perceber o perigo externo, cada vez maior, que nos ameaça. É efetivamente com o espírito intranqüilo que contemplamos o espetáculo que ora nos apresenta a Europa e mesma a América do Norte, onde os governos das grandes potências, impulsionados por uma desenfreada cobiça, abusam da superioridade da sua força material para oprimir os povos indefesos da Ásia e África, a pretexto de levar-lhes uma civilização que eles não pedem e da qual não precisam para serem felizes. Nada nos autoriza a crer que estejamos isentos de iguais depredações quando a partilha daqueles continentes estiver consumada. Cumpre-nos, portanto, meditar muito sobre a nossa situação, tanto interna como externa, a fim de preparar-nos para as eventualidades futuras".[14]

Portanto, se referindo à partilha da África e de porções do território asiático por parte das potências européias e dos Estados Unidos da América,

---

[13] GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Carta-circular dirigida a todos os republicanos rio-grandenses (24 de fevereiro de 1901)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1901, p. 1. Essa carta-circular foi reproduzida pelo jornal *A Federação* naquela mesma data.
[14] Idem.

os positivistas ortodoxos gaúchos temiam que o Brasil fosse o próximo alvo do colonialismo.[15]

Neste sentido, em 24 de outubro de 1904 – data do primeiro aniversário da morte de Júlio de Castilhos -, após conclamarem os republicanos gaúchos para que colaborassem com a IPB, Felizardo Júnior, Faria Santos, Raul Abbott e Torres Gonçalves passaram a analisar os reflexos das movimentações políticas em curso na Europa sobre as populações germânicas concentradas no sul do Brasil:

> "(...) as manifestações pan-germanistas, na Europa e sobretudo em nossa Pátria, começam a alarmar o espírito público, que se vai lentamente tornando apreensivo com o chamado 'perigo alemão'. Inspirados pela Religião da Humanidade, nós não participamos nem do pessimismo dos que acreditam na possibilidade da conquista violenta do Brasil pelas potências européias, como tem sucedido na Ásia e na África, nem do otimismo dos que, em sentido contrário, vêem nos europeus, e principalmente nos alemães domiciliados entre nós, os nossos melhores amigos, incapazes de fazer-nos qualquer mal, e imprescindíveis colaboradores de todos os nossos progressos. Na verdade, nós só lhes devemos a cooperação industrial que, conquanto útil, não nos é indispensável. E os benefícios que assim recebemos são incomparavelmente menores do que os que, com rara generosidade, lhes prestamos".[16]

Como se percebe, Torres Gonçalves e os demais positivistas religiosos gaúchos temiam que os colonos instalados no Rio Grande do Sul se aliassem ao governo alemão na tentativa de interferir na vida política brasileira. Cabe destacar que, enquanto funcionários da Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul (embora ainda não ocupassem funções de chefia naquela época), Torres Gonçalves e Felizardo Júnior mantinham freqüentes contatos com essas populações de origem européia instaladas na região colonial do Estado, que muitas vezes eram melhor tratadas do que os trabalhadores nacionais.

Na mesma carta-circular de 1904, os adeptos da religião da Humanidade em Porto Alegre acrescentaram as seguintes considerações acerca da situação

---

[15] Acerca dos conflitos entre as nações imperialistas européias pelo controle político e econômico das regiões periféricas do mundo, ver HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

[16] In: GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Carta-circular a todos quantos simpatizão com o Pozitivismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1904, p. 5.

do Brasil e das demais nações do continente americano relativamente à ameaça vinda da Europa:

> "Nós sabemos, por outro lado, que as nações americanas não são mais do que apêndices das nações ocidentais, de cuja civilização participam integralmente, ao passo que os povos asiáticos e africanos são destroços das decadentes civilizações teocráticas e fetíchicas que os dominavam em época recente. Esta circunstância basta para impedir a conquista da América pelos mesmos processos empregados no velho continente. Existem porém outros meios, indiretos e mais indignos, para conseguir semelhante conquista. A ameaça de intervenção em nossos negócios internos, a qual motivou a enérgica resposta - à bala – do imortal Floriano, e as recentes impertinências de alguns alemães aqui residentes, que, a pretexto de imaginárias ofensas aos seus compatriotas, tiveram a audácia de exigir a demissão de um secretário de Estado, - são exemplos dos múltiplos recursos de que podem dispor os governos das grandes potências para reduzir-nos a simples colônias com aparência de povos livres".[17]

Ao dizer que "as nações americanas não são mais do que apêndices das nações ocidentais", Torres Gonçalves e seus amigos estavam aludindo à filosofia da história de Auguste Comte.[18] Rechaçando a possibilidade de uma ocupação militar do Brasil pelas potências européias, os positivistas gaúchos temiam um outro tipo de domínio, baseado em métodos mais sutis. Como exemplo, citaram a pressão feita pela comunidade alemã sobre a opinião pública para que o secretário estadual de Obras Públicas fosse demitido.[19] De outra parte, Torres Gonçalves e seus companheiros aproveitaram a ocasião para enaltecer Floriano Peixoto e para criticar a oposição sul-rio-grandense, que preparou a guerra civil de 1893/94 a partir do território uruguaio.

---

[17] Idem, ibidem.

[18] De fato, ao analisar a evolução histórica das sociedades européias, o filósofo concluiu que a França seria o primeiro país a aceitar o *espírito positivo*, assim superando inteiramente as crenças teológicas e metafísicas. Deste modo, a França seria a nação central e Paris seria a capital do Ocidente. Ela seria primeiramente seguida pelos dois países meridionais, Itália e Espanha, marcados por uma maior afetividade de seus povos, e depois pelos dois países setentrionais, Alemanha e Inglaterra, caracterizados por uma maior atividade prática. Embora não cite a Portugal, é lícito supor que Comte o percebia como um apêndice da Espanha. De outra parte, com relação às antigas colônias espanholas na América, o filósofo francês assinalou que a antiga metrópole continuaria lhes servindo de guia. Cf. COMTE, Auguste. *Apelo aos conservadores*, Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1899, p. 186-190.

[19] No relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul referente ao ano de 1903, seu titular - João José Pereira Parobé, positivista científico e amigo de muitos dos positivistas religiosos gaúchos – havia exposto seu temor com a grande concentração de colonos alemães em áreas desabitadas, o que facilitaria a formação de 'quistos' raciais. Criticado por jornais editados em alemão que pediam sua demissão a Borges de Medeiros, Parobé foi defendido por Torres Gonçalves, Faria Santos e Felizardo Júnior através de carta publicada no jornal *A Federação* do dia 18 de novembro de 1903.

Se Torres Gonçalves e os demais positivistas religiosos brasileiros chamavam a atenção para as ameaças externas que pesavam sobre o país, de outra parte também se manifestavam nos casos de política internacional em que era o Brasil que se constituía como ameaça imperialista para outros países. Um exemplo claro dessa situação estava presente nas relações do Brasil com o Uruguai. De fato, quando da independência uruguaia em relação ao Império brasileiro, em 1828, as fronteiras entre os dois países não foram delimitadas. Ao longo das décadas seguintes, em diversas oportunidades o Brasil interveio na política uruguaia, sendo freqüentes as articulações entre as lideranças daquele país e as lideranças sul-rio-grandenses. Pouco depois do término da revolução Farroupilha ocorreu uma nova ocupação militar do país vizinho por forças brasileiras, ocasião em que lhe foram impostos acordos comerciais que beneficiavam enormemente os sul-rio-grandenses lá instalados. Além disso, na ocasião também foram estabelecidas as fronteiras entre os dois países.

No seu item mais polêmico, o tratado de fronteiras de 1851 previa que, em sua parte sul, os limites seriam a lagoa Mirim e o rio Jaguarão, sendo que ao Brasil caberia a exclusividade do direito de navegação sobre as suas águas. Como o regime da lagoa variava de acordo com os períodos de cheias e de secas, além de também ser influenciado pelo vento, o limite entre o Uruguai e o Brasil acabava sendo móvel. O governo uruguaio nunca se conformou com os termos do tratado, alegando que ele atentava contra os princípios do direito internacional. O governo brasileiro só aceitou discutir a questão seis décadas depois, em 1909, durante o mandato de Afonso Penna. Neste sentido, repercutindo uma intervenção feita por Teixeira Mendes acerca da iniciativa do governo brasileiro de conceder ao Uruguai o condomínio das águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, Torres Gonçalves escreveu ao vice-diretor da IPB acerca da manifestação dele:

> "Três dias antes da vossa carta havia recebido o vosso escrito do *Jornal do Commercio* do dia 7 de maio, a propósito do condomínio da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, que agradou-me imensamente, parecendo-me haverdes aproveitado muito bem a oportunidade para patenteardes ao mesmo tempo que a excelência das soluções altruístas o relativismo da nossa Doutrina, no justo louvor da iniciativa governamental, qualquer que seja a mescla de egoísmo que haja nela, como é lícito suspeitar-se confrontando-a com outros

> recentes atos, denunciando uma política estreita e nacionalista por parte do nosso governo".[20]

Como se percebe nas palavras de Torres Gonçalves, os positivistas religiosos tinham uma visão crítica acerca da motivação que levara o governo brasileiro a tomar a iniciativa de compartilhar com o Uruguai as águas que assinalavam os limites entre os dois países. De fato, o governo argentino acusava o Brasil de pretender conquistar a supremacia sobre a bacia do rio da Prata, sendo o acordo com o Uruguai apenas uma forma de obter o seu apoio.

Cabe lembrar que Carlos Barbosa, então presidente do Rio Grande do Sul, era natural da cidade de Jaguarão, situada justamente às margens do rio de mesmo nome que limitava o Estado e o Brasil com o Uruguai. Neste sentido, em carta escrita a Teixeira Mendes, Torres Gonçalves assinalou certa reserva de Carlos Barbosa em se posicionar sobre o assunto, talvez reflexo de algum interesse contrariado.[21] De outra parte, também Faria Santos e Homem de Carvalho - companheiros de Torres Gonçalves no núcleo sul-rio-grandense de propagandistas da IPB - eram oriundos daquela cidade, porém se posicionaram de modo diferente, logo apoiando a iniciativa do governo federal.

Procurando convencer Carlos Barbosa e Borges de Medeiros para que apoiassem o condomínio brasileiro e uruguaio sobre as águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, em 25 de maio de 1909 Torres Gonçalves, Faria Santos, Homem de Carvalho e outros dezoito simpatizantes da IPB enviaram cartas àqueles dois líderes gaúchos com o seguinte teor:

> "Os abaixo-assinados vêm trazer-vos as suas entusiásticas congratulações pelo digno encaminhamento da gloriosa iniciativa da

---

[20] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 25 de maio de 1909. AIPB. O escrito referido foi depois reproduzido em folheto editado pela IPB, que voltou a abordar o tema do condomínio das águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão em diversas ocasiões. Sobre o assunto ver os seguintes folhetos de Teixeira Mendes: *Brazil-Uruguai: a digna reparação de uma gravissima culpa da diplomacia brazileira (a propózito dos limites do Brazil com o Uruguai, mediante o reconhecimento, por parte do Brazil, do comum domínio do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim).* Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Pozitivista do Brazil, 1909 (n.º 283); *Uruguay-Brazil: necessidade da immediata reparação de uma gravissima culpa que a diplomacia brazileira acaba de commeter (a proposito da convenção entre o Brazil e a Republica Oriental do Uruguay, assignada nesta capital, a 7 de maio de 1913, modificando, no arroio S. Miguel, a fronteira estabelecida pelo Tratado de 15 de maio de 1852 e accordo de 22 de abril de 1853).* Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1914 (n.º 369); *Uruguay-Brasil: Tratado Mirim-Jaguarão (7 de maio de 1910) - a proposito do quarto anniversario da ratificação do tratado Mirim-Jaguarão.* Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1914 (n.º 375); *Uruguay-Brasil: Tratado Mirim-Jaguarão (7 de maio de 1910) - a proposito do quinto anniversario do tratado Mirim-Jaguarão.* Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1915 (n.º 387).

[21] Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 30 de novembro de 1909. AIPB.

> nossa Pátria relativamente ao condomínio da lagoa Mirim e rio Jaguarão, representando desde já uma vitória espontânea da sociabilidade humana, e encaminhando-nos para a completa fraternidade sul-americana e universal, quando, enfim, for o altruísmo aplicado direta e sistematicamente às relações internacionais. Ao Rio Grande do Sul, como confinante por essas duas divisas naturais da irmã República do Uruguai, (...) cabem as manifestações de intenso júbilo por medida de tão grande alcance político e moral. E por isto fazemos ardentes votos para que a representação do nosso Estado no Congresso Federal promova entusiasticamente a pronta promulgação da reparação dessa gravíssima falta dos nossos antepassados, bem acentuando o acolhimento generoso que ela teve por parte do governo rio-grandense e de toda a população deste Estado".[22]

Portanto Torres Gonçalves e seus companheiros se engajaram na tentativa de convencer as lideranças do PRR a mobilizar a bancada gaúcha para a aprovação no Congresso Nacional do condomínio Mirim-Jaguarão. Por outro lado, ao proporem que as relações externas mantidas pelo Brasil se baseassem no altruísmo, estavam de acordo com a campanha promovida pela IPB no sentido de estabelecer as relações do país com as nações platinas em bases pacíficas e cordiais, segundo os preceitos comtianos.

Em outubro daquele mesmo ano, através de telegrama enviado ao ministro Rio Branco – responsável pelo Ministério das Relações Exteriores –, Torres Gonçalves e os demais membros do núcleo da IPB em Porto Alegre foram adiante em seu empenho no sentido de interferir nas relações que o Brasil mantinha com seus vizinhos. Neste sentido, defenderam o cancelamento das dívidas de guerra que o Uruguai e o Paraguai tinham com o país.[23]

Em fevereiro de 1910, escrevendo a Teixeira Mendes acerca da iminência da aprovação pelo Congresso Nacional da alteração nos limites entre o Brasil e o Uruguai, Torres Gonçalves assim se referiu à atuação diplomática

---

[22] In: GONÇALVES, Carlos Torres (org). *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1909)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1910. p. 2-3.

[23] O teor do telegrama ao ministro Rio Branco foi o seguinte: "Positivistas Rio Grande do Sul congratulam-se convosco pela parte preponderante vos coube gloriosa iniciativa condomínio lagoa Mirim, rio Jaguarão, confiando empregareis vosso prestígio conseqüente restituição troféus guerra, cancelamento dívidas repúblicas irmãs Paraguai e Uruguai". In: GONÇALVES, Carlos Torres (org). *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1909)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1910. p. 3. A sugestão de perdoar a dívida de guerra do Paraguai foi depois encampada pelo deputado Otávio Rocha, do PRR, que apresentou projeto neste sentido ao Congresso Nacional. O telegrama de congratulações enviado por Torres Gonçalves e Faria Santos ao deputado, bem como a resposta deste, acham-se reproduzidos em *A Federação* de 28 de setembro de 1912.

do ministro brasileiro das Relações Exteriores: “Parece-me que ninguém se acha mais em condições aqui na América do Sul do que o nosso ministro Rio Branco para promover a paz. Infelizmente ele acha ainda como conciliar o condomínio com preocupações militaristas contraditórias...”.[24] Nesta crítica velada, o positivista gaúcho fazia alusão à compra de armamentos feita pelo Brasil com o intuito de fortificar suas fronteiras, principalmente com a Argentina.

De outra parte, além de se preocupar com a presença de posturas militaristas nas relações do Brasil com os países limítrofes, Torres Gonçalves também temia o crescimento interno da classe militar. Neste sentido, em carta que escreveu a Teixeira Mendes no mês de novembro de 1909, o positivista rio-grandino teceu o seguinte comentário acerca da articulação dos republicanos gaúchos em torno da candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República:

> “Vejo o que dizeis da confiança que possam inspirar-nos os políticos que vemos em torno de nós. O que conheceis por telegrama de um discurso do Borges de Medeiros a respeito da candidatura Hermes bem mostra isso, sobretudo partindo de um político que não só conhece a nossa Doutrina, mas revela-se um positivista completo quando conversa conosco”.[25]

Como se percebe na alusão feita por Torres Gonçalves, Teixeira Mendes e os demais membros da IPB estavam desiludidos com o apoio dado pelos republicanos sul-rio-grandenses à candidatura de Hermes da Fonseca, que fora articulada pelo senador Pinheiro Machado e vinha sendo sustentada por Borges de Medeiros.[26]

---

[24] In: Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 17 de fevereiro de 1910. AIPB. Quando da aprovação da alteração nos limites entre os dois países pelo Congresso, em abril de 1910, Torres Gonçalves e diversos outros simpatizantes da religião da Humanidade enviaram um telegrama em que parabenizaram o presidente uruguaio Claudio Williman. Este, por sua vez, lhes respondeu nos seguintes termos: “Quedo muy agradecido a los positivistas de Rio Grande del Sul por sus entusiastas congratulaciones con motivo de la sanción tratado Mirim-Jaguaron. En nombre del pueblo del Uruguay y nel mio las retrybuo complacido, con la satisfación de poder senalar en los firmantes de esas congratulaciones la doble circunstancia de serem hijos del Estado en que queda modificada nustra linea fronterisa y tambien representantes de la escuela filosofia que ha dado nombres gloriosos al Brasil”. In: GONÇALVES, Carlos Torres (org). *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1909)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1910. p. 4.

[25] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 30 de novembro de 1909. AIPB.

[26] Em uma carta anterior, também abordando a sucessão do presidente Nilo Peçanha (vice-presidente que concluiu o mandato de Afonso Pena, morto naquele mesmo ano), Torres Gonçalves fez o seguinte comentário acerca das articulações políticas em curso e da possibilidade de Borges de Medeiros se candidatar: “Daqui estamos assistindo ao jogo das ambições aí no Rio a propósito das candidaturas presidenciais. A República nada tem a esperar daí. Ao mesmo tempo, quanto se sente que estamos já preparados para um governo

Mesmo contrários ao processo democrático para a escolha dos governantes, no qual viam uma forma de manifestação do "espírito metafísico", os positivistas ortodoxos não se furtavam de se posicionar quando da realização de eleições (embora não votassem). É o que demonstra a seguinte passagem de uma carta escrita a Teixeira Mendes por Torres Gonçalves, em fevereiro de 1910:

> "Desejo fazer-vos uma consulta. Em uma de vossas cartas do ano passado, a propósito de candidaturas presidenciais, me havieis informado de que o nosso Diretor [Miguel Lemos] achava preferível um candidato civil a um militar como o Hermes. Essa preferência se estende também ao Ruy Barbosa?".[27]

Deste modo, na eleição presidencial os positivistas religiosos brasileiros ficaram diante de um dilema: apoiar Ruy Barbosa, *apóstolo* do liberalismo político e econômico, além de inimigo histórico da IPB desde os tempos do Governo Provisório Republicano e da Assembléia Nacional Constituinte de 1890/91, quando conseguiu impor ao país um modelo constitucional baseado no exemplo norte-americano em detrimento da proposta apresentada por Miguel Lemos e Teixeira Mendes; ou apoiar Hermes da Fonseca, um candidato militar (distante dos ideais de Benjamin Constant), e assim contribuir para o aumento do espírito belicoso no país.

Comentando a resposta de Teixeira Mendes à consulta feita na carta antes citada,[28] Torres Gonçalves fez as seguintes considerações sobre a posição adotada por Miguel Lemos e acerca das opiniões dos demais simpatizantes da IPB em Porto Alegre acerca das candidaturas postas na disputa eleitoral:

---

verdadeiramente republicano! A falta de homens fez com que se falasse também no Dr. Borges, referindo-se talvez a ele o pouco de bom que há aqui. Apesar de não ser ele inferior aos outros candidatos indicados ou falados, parece-me que seria uma má solução. Porque penso que ele nada conseguiria fazer aí no Rio e iria comprometer esse pouco que aqui está feito e o que ele fez ou poderá vir a fazer ainda para o futuro se, mantendo as disposições melhores que já manifestou, no tocante sobretudo à liberdade espiritual, fizer-se suceder ao Dr. Carlos Barbosa, como acredito que seria preferível, procurando realizar primeiro aqui no Rio Grande o programa constitucional antes de qualquer ação direta sobre o Rio, aliás acima inclusive da sua pouca energia". In: Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 25 de maio de 1909. AIPB.

[27] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 17 de fevereiro de 1910. AIPB.

[28] Relativamente às mais de duzentas cartas escritas por Torres Gonçalves para Teixeira Mendes (que se encontram nos arquivos da Igreja Positivista do Brasil, no Rio de Janeiro), poucas são as respostas deste encontradas no arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre e no arquivo pessoal de Carlos Torres Gonçalves. Deste modo, a carta de Teixeira Mendes acima aludida não foi localizada.

> "Vejo o que me respondeis sobre a preferência do Sr. Lemos mesmo pela candidatura do Sr. Ruy Barbosa à candidatura de um militar como o marechal Hermes. À exceção do nosso correligionário Dr. Homem de Carvalho, a todos aqui nos parecia que este último seria preferível, apesar do seu militarismo. Mas depois que recebi a vossa resposta, tenho refletido que as fantasias subversivas de Ruy Barbosa encontrariam mais resistências no nosso meio social, além da sua versatilidade própria, do que os planos militaristas do marechal Hermes, apesar das resistências que também estes vão sofrendo da parte do público, oferecendo assim este último candidato um perigo mais certo".[29]

Como demonstra a passagem acima, a opinião defendida por Miguel Lemos - e referendada por Teixeira Mendes - a favor de Ruy Barbosa baseava-se no pressuposto de que este candidato teria menores chances de ser bem sucedido na aplicação de sua política do que Hermes da Fonseca. Pelo menos foi assim que Torres Gonçalves interpretou a posição assumida pelos diretores da IPB.

Com a vitória eleitoral do marechal Hermes da Fonseca, os temores dos positivistas religiosos de que o governo federal adotaria medidas militaristas não tardaram a se concretizar. É neste sentido que aponta a seguinte passagem de uma carta enviada por Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, em dezembro de 1910:

> "Estivemos aqui alguns dias bem alarmados com a greve dos marinheiros contra o desumano e aviltante tratamento dos seus superiores. Assim vão as camadas dirigentes recebendo lições, às vezes tremendas, mas que não aproveitam ou cuja significação não chegam a apanhar. Felizmente a existência em nossa Pátria de uma propaganda fiel do Positivismo vai ligando esses movimentos à evolução social, auxiliando assim a formação da verdadeira opinião pública. Algumas municipalidades deste Estado fundaram-se nisto para recusarem contribuir para a subscrição do novo 'Riachuelo'. Antes desse acontecimento, a Assembléia dos Representantes do Estado, após algumas vacilações, segundo estou informado, resolveu não contribuir para essa subscrição; mas em vez de resolvê-lo por um ato de recusa expressa e fundamentada, (...) limitou-se a não tomar conhecimento da solicitação dos delegados da Liga Marítima".[30]

Fica claro que Torres Gonçalves simpatizou com a rebelião dos marinheiros contra as punições físicas que recebiam de seus superiores – no episódio que ficou conhecido como "revolta da chibata" -, dentro do princípio

[29] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 23 de março de 1910. AIPB.
[30] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 6 de dezembro de 1910. AIPB.

comtiano que reconhece o direito de greve e que afirma que o proletariado deve ser integrado à sociedade moderna.[31] De outra parte, a posição contrária à aquisição de um navio de guerra por parte do governo brasileiro já havia sido exteriorizada por Torres Gonçalves alguns anos antes.[32]

No princípio de 1912, com a morte do ministro Rio Branco - que era o chanceler brasileiro desde 1902 -, o Ministério das Relações Exteriores do país passou a ser dirigido por Lauro Müller. A partir de então, refletindo os acontecimentos em curso na Europa, houve uma alteração da política exterior do país, com a tendência de acirramento da rivalidade com a Argentina.

Abordando a militarização crescente do Brasil e da Argentina, em abril de 1912 Torres Gonçalves e Faria Santos enviaram uma carta ao jornal *A Federação* na qual propuseram um acordo para a redução recíproca dos armamentos:

> "(...) não podemos deixar de aplaudir muito o patriótico apelo do órgão do partido republicano do Rio Grande do Sul [*A Federação*] ao ministro das relações exteriores de nossa pátria, no sentido de promover o Brasil um acordo com o governo argentino para a redução dos armamentos. (...). Semelhante iniciativa haveria logo de reagir sobre as nações do continente europeu, todas elas há muitos anos preparadas para essa solução, completamente amadurecida, e somente adiada pela cegueira e os preconceitos das classes governamentais.
> (...) quando mesmo o governo da nossa irmã, a República Argentina, julgasse inoportuno o referido acordo, o nosso governo deveria francamente, confiantemente, iniciar a obra da emancipação militarista, certo das bençãos da Posteridade, como dos aplausos unânimes das demais nações ocidentais, que não tardariam a seguir um tal exemplo".[33]

Cabe lembrar que boa parte da linha de fronteira da Argentina com o Brasil - num trecho superior a 700 quilômetros, ao longo do rio Uruguai - se dá com o território do Rio Grande do Sul. Deste modo, a possibilidade de conflito entre os dois principais países da América do Sul afetaria diretamente ao Estado natal de Torres Gonçalves.

---

[31] Cf. COMTE, *op. cit.,* p. 138.
[32] Cf. *A Federação*, 28 de dezembro de 1908.
[33] *A Federação*, Porto Alegre, 22 de abril de 1912. Sob o título "Militarismo – uma carta dos pozitivistas", o jornal *O Diário*, de Porto Alegre, publicou em sua edição de 5 de janeiro de 1913 uma outra intervenção de Torres Gonçalves e de Faria Santos em prol da desmilitarização do Brasil e da Argentina.

Com o desencadeamento da 1ª Guerra Mundial, as atenções de Teixeira Mendes e dos demais positivistas ortodoxos brasileiros se voltaram para a Europa.[34] De sua parte, além de se empenhar para que os textos produzidos pela direção da IPB fossem reproduzidos pelos jornais gaúchos, Torres Gonçalves também elaborava suas próprias intervenções escritas em que abordava os efeitos que o "dilaceramento fratricida" em curso no continente europeu tinham no Brasil (e no Rio Grande do Sul).

Neste sentido, juntamente com Faria Santos, Torres Gonçalves escreveu um texto que foi publicado pelo jornal *A Federação,* em sua edição de 3 de outubro de 1916, sob o título "Os extravios do militarismo – a liga de defesa nacional". Criticando a vinda a Porto Alegre de um representante da Liga de Defesa Nacional e o crescimento do sentimento belicoso entre a população, os dois positivistas ortodoxos gaúchos lembraram que o pesado armamento de que a Bélgica e outras nações européias dispunham não as impediram de serem subjugadas. Acerca da militarização crescente do Brasil, Torres Gonçalves e Faria Santos fizeram as seguintes considerações:

> "Cumpre ainda considerar que o preparo militar que se quer desenvolver em nossa Pátria, sob o pretexto de defender-nos dos ataques das outras nações, em particular das nações vizinhas, irá despertar nestas, como tem acontecido, a suspeita de que o Brasil, imitando as nações européias de grande extensão territorial, alimenta também pretensões imperialistas. E o nosso passado histórico, infelizmente, não é de natureza a isentar-nos dessa suspeita. Tal política, portanto, só poderia induzir as Repúblicas irmãs deste continente a desenvolverem igualmente o seu poder militar, cada uma na proporção dos seus recursos financeiros e das suas desconfianças, política cujo menor mal seria o esbanjamento dos dinheiros públicos em preparativos militares sem aplicação, porém podendo levar-nos até a própria guerra, como conseqüência da atmosfera irritante que criaria. Entretanto, num país como o nosso, de indústrias rudimentares, com meios de comunicação

[34] Entre 1914 e 1918 Teixeira Mendes publicou inúmeros folhetos acerca do conflito que se desenrolava na Europa. Ver, entre outros, o seguintes: *Pela Humanidade I – Os ensinamentos de Augusto Comte sobre o horrível dilaceramento fratricida que está vitimando a República Ocidental*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1914 (n.º 379); *Pour l'Humanité III – Les enseignements d'Auguste Comte sur les plus féroces abominations résultées de l'horrible dechirement fratricide qui, depuis août 1914, victime la République Occidenteale, et sur les monstrueux ravages du matérialisme scientifique, que cette lutte sacrilège est venue mettre au grand jour*. Rio de Janeiro: Église Positiviste du Brésil, 1915 (n.º 391); e *Pela Humanidade VIII – Da neutralidade ao estado de guerra*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1917 (n.º 413). Note-se que muitos desses folhetos foram escritos em francês, evidenciando a intenção de interferir diretamente no centro das discussões e dos acontecimentos.

> deficientes, as cidades por sanear, etc., não faltam aplicações realmente úteis e mesmo urgentes para o capital".[35]

É interessante notar a perspectiva crítica que Torres Gonçalves e os demais membros da IPB tinham acerca da história nacional, entendendo que o país tinha uma dívida não apenas com as populações de origem africana e com as populações indígenas (conforme foi visto anteriormente), mas também com seus vizinhos, como era o caso do Uruguai e do Paraguai, em relação aos quais, no passado, adotara políticas imperialistas. Portanto, a aquisição de armamentos e a mobilização militar do Brasil acarretariam movimentos no mesmo sentido entre os demais países sul-americanos, gerando um clima de instabilidade.

Passando das críticas às propostas, Torres Gonçalves e Faria Santos sugeriram que as seguintes medidas fossem tomadas pelo governo brasileiro no sentido de assegurar sua defesa contra possíveis ameaças vindas do exterior:

> "A defesa nacional, para nós positivistas, por um lado, precisa de algumas medidas de cívica prudência, como o dever de não confiar cargos de direção a estrangeiros, e o de não alimentar a imigração, admitindo someste a espontânea, e em grau que permita a rápida assimilação dos estrangeiros pelos nacionais, tendo em vista a sua procedência.
> Por outro lado, o meio mais eficiente consiste, internamente, em cultivar nos adolescentes e nos moços os bons sentimentos, por intermédio da poesia, da ciência e da indústria, nas quais se baseiam o culto, o dogma e o regime da Religião da Humanidade; externamente, em prestigiar e desenvolver os sentimentos de amizade com os diferentes povos, sobretudo por atos de simpatia e confiança internacional".[36]

Relativamente à medida proposta no sentido de não se incentivar a entrada de novos grupos de imigrantes no país, cabe lembrar que Torres Gonçalves, na condição de responsável pela implementação da política fundiária do governo estadual, a estava pondo em prática, cuidando também para que os estrangeiros estivessem sempre em contato com a população cabocla nacional.[37]

---

[35] *A Federação*, Porto Alegre, 3 de outubro de 1916.
[36] Idem.
[37] Conforme foi visto no capítulo 4 do presente trabalho.

De outra parte, ao sugerirem que os adolescentes e os moços cultivassem os "bons sentimentos" através de atividades estéticas, teóricas e práticas (cultivando a poesia, a ciência e a indústria), Torres Gonçalves e Faria Santos estavam ecoando os escritos de Teixeira Mendes em oposição ao serviço militar obrigatório, que então estava começando a ser discutido no país.[38]

Além das intervenções em favor da paz e contra a militarização do país, Torres Gonçalves continuava chamando a atenção das autoridades quando entendia que algum preceito constitucional havia sido ferido. Neste sentido, em diversas oportunidades enviou cartas às redações dos jornais acerca de atos que atentavam contra a liberdade espiritual, como a concessão de subsídios às escolas superiores, a repressão à cartomancia e à feitiçaria, a exigência de diploma profissional, a obrigatoriedade da vacina e outras formas de "despotismo sanitário".

O término da 1ª Guerra Mundial, em 1918, não acarretou na diminuição do clima de tensão existente nas relações entre o Brasil e os países com os quais tinha fronteiras. Neste sentido, em manifesto publicado pelo jornal *A Federação* no mês de março de 1922*,* Torres Gonçalves, Faria Santos e Homem de Carvalho abordaram as manobras militares realizadas por forças brasileiras nas proximidades das fronteiras com a Argentina e com o Uruguai, entendendo que tais ações se chocavam com o regime de fraternidade imaginado por Benjamin Constant quando da fundação da República no país.[39]

O ano de 1922 foi especial para os positivistas ortodoxos brasileiros. Além do centenário da independência do país, naquele ano eles também comemoraram o centenário da fundação da "ciência das sociedades", que teria sido desvendada por Auguste Comte através da formulação da "lei dos três estados".[40] Para marcar a passagem de tais acontecimentos, Torres Gonçalves

---

[38] Sobre o assunto, ver os seguintes folhetos de autoria de Teixeira Mendes: *A actual agitação militarista pelo serviço militar obrigatorio e a regeneração humana.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1917 (n.º 398); e *Ainda contra o serviço militar obrigatorio*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1917 (n.º 408).

[39] Cf. *A Federação*, Porto Alegre, 25 de março de 1922. A carta foi publicada sob o título "Pela fraternidade (a propósito das manobras militares neste Estado)", sendo depois reproduzida em folheto.

[40] Trata-se de uma referência à primeira edição do "Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade", considerado por Comte como seu "opúsculo fundamental". O texto foi incluído, juntamente com outros escritos produzidos na sua juventude, no tomo IV do *Système de politique positive* (1854). Foi traduzido para o português por Dinarte Ribeiro, em

e Faria Santos publicaram um folheto intitulado *Pela fraternidade: a propósito do centenário da Independência*, no qual homenagearam o filósofo francês juntamente com José Bonifácio, visto como sendo o "patriarca da Independência". Utilizando como epígrafe a sentença de José Bonifácio que afirmava que "a sã política é filha da moral e da razão", os positivistas religiosos gaúchos lembraram que os projetos de abolição da escravidão e de catequese dos indígenas elaborados por ele no princípio do século XIX exerceram grande influência sobre as propostas de mesmo teor apresentadas pela IPB no final daquele mesmo século.

Lamentando que as propostas intuitivamente formuladas por José Bonifácio não tivessem sido aplicadas no Brasil a partir da fundação da sociologia por Auguste Comte, Torres Gonçalves e Faria Santos ponderaram:

> "Perante a Sociologia, fácil seria a previsão sistemática da Independência, da Abolição, da República, etc. Entretanto, que de dores, que de martírios custaram essas conquistas! A alma estóica e magnânima de Tiradentes resume as torturas dos antepassados, como o sacrifício inútil do povo paraguaio culmina esses erros!...
> Não devemos afastar a recordação deles, pelo mesmo motivo que não precisamos esquecer as faltas dos entes caros para os querermos. Ao contrário, cumpre recordá-los, pois que o verdadeiro amor da Pátria é inseparável do escrupuloso exame e reconhecimento dos erros (que Pátria é deles isenta?) e do desejo ardente de repará-los".[41]

Como se percebe nas palavras de Torres Gonçalves e de Faria Santos, os membros da IPB cultivavam uma perspectiva relativamente crítica da história nacional. Além da política agressiva em relação ao Paraguai, eles também censuravam o passado escravagista do Brasil e o tratamento dispensado às populações indígenas. Entretanto, entendiam que tais foram atenuados através de medidas como a abolição da escravidão, a criação de um serviço de proteção aos indígenas e a adoção de uma "verdadeira política republicana internacional de fraternidade", no caso da alteração dos limites entre o Brasil e o Uruguai.[42]

1899. Cf. COMTE, Auguste. *Opusculos de philosophia social (1819-1828)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1899 (em 1972, na passagem do sesquicentenário do texto em questão, a Editora do Globo publicou uma nova tradução, feita por Ivan Lins).

[41] GONÇALVES, Carlos Torres & SANTOS, João Luís de Faria. *Pela fraternidade – a propósito do Centenário da Independência*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1922, p. 3.

[42] Idem, p, 3-5.

Porém, não satisfeitos, Faria Santos e Torres Gonçalves acreditavam ser necessário que, na comemoração do centenário de sua independência, o Brasil praticasse outros atos internos e externos de fraternidade. Mas bem diferente era a política implementada pelo governo federal, que acabara de obter do Congresso Nacional um aumento de verba para a marinha de guerra, assim contribuindo para o crescimento da insegurança na América do Sul. Passando a abordar a situação política brasileira, os dois engenheiros gaúchos fizeram as seguintes considerações:

> "Internamente, uma atmosfera pesada oprime o povo brasileiro. Pela inquisição sanitária, as notificações obrigatórias, a aplicação de tratamentos oficiais, especialmente a vacina antivaríolica, viola-se o físico e o moral de seres humanos; pelo serviço militar obrigatório, ao mesmo tempo que sistematiza-se a desconfiança internacional, perturba-se a existência doméstica de milhares de brasileiros, sobretudo proletários, e a vida econômica e industrial do país; (...) e pelas leis de repressão do anarquismo e da imprensa procura-se sufocar os próprios pensamentos. Todas essas violências são praticadas invocando-se regulamentos arbitrários, destituídos de força legal, pois que são contrários à letra e ao espírito da lei básica, que é a Constituição da República".[43]

No momento em que Torres Gonçalves e Faria Santos escreveram esse manifesto, o país se encontrava sob estado de sítio, situação que perdurou ao longo de todo o mandato de Artur Bernardes, entre o começo de 1922 e o princípio de 1926. De outra parte, cabe ressaltar que o projeto político ditatorial formulado por Comte e adotado pelos positivistas ortodoxos brasileiros coadunava-se com a preservação das liberdades individuais, assim tornando compreensível a insatisfação de Torres Gonçalves e de Faria Santos com as medidas repressivas adotadas pelo governo federal.[44]

---

[43] Idem, p. 6.

[44] Neste sentido, no aniversário da proclamação da República, em 15 de novembro de 1922, Torres Gonçalves, Faria Santos, Homem de Carvalho e Alfredo Felizardo enviaram ao presidente Artur Bernardes um telegrama em que constava: "Urge maior respeito manifestação opiniões, não impondo ciência, ensino, doutrinas médicas ou outras, nem impedindo exercício profissões, pelos mesmos motivos governos não mais impõem religião. Tudo for verdadeiro, bom, belo, tende prevalecer espontânea irresistivelmente. Urge extinção militarismo, sistematizando desconfiança, preparando atmosfera lutas fratricidas, perturbando existência proletariado, vida econômica País. Apelamos não deixeis findar ano Centenário sem atos prestigiem regime governo republicano. Preliminarmente, extinção estado sítio, concessão anistia ampla última revolta, (...) e na política internacional cancelamento dívida guerra Paraguai e restituição troféus conquistados deplorável luta. Tudo for pela fraternidade é pela República, tudo for contra fraternidade é contra República". Em seu telegrama de resposta, no dia 23 daquele mês, Artur Bernardes afirmou apenas: "Sinceros agradecimentos pelos votos formulados no vosso telegrama". Idem, p. 14.

Em 1925 Torres Gonçalves e Faria Santos manifestaram-se acerca da revisão da Constituição federal de 24 de fevereiro de 1891, então em discussão. Observando que a mesma comportava aperfeiçoamentos, desde que se subordinasse às leis naturais do mundo, da sociedade e do homem, estas sim imutáveis, no seu entender, os adeptos gaúchos da IPB criticaram o estado de sítio em que o país vivia desde a posse de Arthur Bernardes, argumentando que, naquele momento, uma revisão constitucional aumentaria ainda mais a anarquia em que a sociedade brasileira estava afundada:

> "E, pelos desapontamentos resultantes, especialmente se prevalecerem as tendências revisionistas no sentido da redução da autonomia dos Estados, a exemplo da revolução de 1835, neste Estado [Rio Grande do Sul], motivada sobretudo na excessiva centralização, novas calamidades poderão surgir. Uma seria a separação prematura dos Estados, quer dizer violenta, com prejuízo dos laços de fraternidade que devem estreitar as Pátrias brasileiras (...). Outra, incomparavelmente mais grave, seria o caos da revolução proletária, com perigo de completa subversão da ordem já existente, na ânsia de reparar desgraças contra as quais tenham sido impotentes os expedientes das camadas dominantes atualmente, inclusive reformas constitucionais".[45]

Destaque-se aqui a defesa de uma ampla autonomia para os Estados, dispositivo constitucional que possibilitou o desenvolvimento do projeto político castilhista-borgista. É importante recordar o ideal comtiano das "pequenas pátrias", que, no seu entender, não deveriam ter mais de 3 milhões de habitantes. No projeto de Constituição apresentado pelos apóstolos da IPB aos constituintes de 1891 já havia referência a uma futura fragmentação do território brasileiro, embora isso só devesse ocorrer quando fosse atingido o "estado positivo". No escrito acima citado de Torres Gonçalves e de Faria Santos, a idéia é reafirmada, embora sua execução seja novamente protelada para o momento adequado, evitando a repetição de movimentos como a revolução Farroupilha.

Também se percebe nas palavras dos engenheiros positivistas o eco da revolução russa, ocorrida pouco tempo antes. Portanto, mesmo reconhecendo que as reivindicações do proletariado eram justas, Torres Gonçalves e Faria Santos temiam que ele se mobilizasse para a tomada do poder, "com perigo de

---

[45] GONÇALVES, Carlos Torres et alli. *O regímen republicano ou da fraternidade (intervenções a propózito da agitação revizionista, do estado de sítio e da anistia)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1925, p.10-11.

completa subversão da ordem já existente". Neste sentido, é importante lembrar que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) fora fundado três anos antes, tornando ainda mais iminente aquela ameaça.

O que se percebe nos textos escritos por Torres Gonçalves e por seus correligionários a partir do final da 1ª Guerra Mundial é uma crescente desilusão quanto às possibilidades de realizar avanços em direção à "verdadeira política republicana". Ao contrário, as antigas conquistas estavam sendo contestadas pelos novos tempos. Entre 1922 e 1926, diversas insurreições militares comandadas por jovens oficiais – como a revolta do Forte de Copacabana e a Coluna Prestes - contestaram a política oligárquica vigente no país, reivindicando a modernização de suas instituições e a alteração da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891. Em 1927, com a morte de Teixeira Mendes – precedida dez anos antes pela morte de Miguel Lemos -, Torres Gonçalves perdeu sua principal referência na interpretação dos acontecimentos. A partir de então, não podendo mais aguardar as diretrizes vindas do Rio de Janeiro, o engenheiro gaúcho teve de se voltar para os antigos escritos dos apóstolos da IPB e de Auguste Comte, tentando neles encontrar alguma orientação para seu posicionamento relativamente aos fatos que presenciava na cena política nacional e internacional.

Apesar das turbulências que caracterizaram o governo do mineiro Artur Bernardes, sua sucessão, no princípio de 1926, ocorreu sem maiores incidentes. Dentro da política do "café com leite", que previa a alternância de São Paulo e de Minas Gerais na presidência da República, o eleito foi Washington Luís, indicado pelo Partido Republicano Paulista. Relativamente ao mandato anterior, a presidência de Washington Luís deu-se sem grandes conflitos internos. Porém, a partir da crise na bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, a situação política e econômica do Brasil agravou-se rapidamente, levando a uma cisão entre as elites dos grandes Estados. Interessado em impedir que a crise da cafeicultura atingisse proporções ainda maiores, os republicanos paulistas insistiram na candidatura de um paulista à sucessão de Washington Luís, o que causou o descontentamento dos mineiros.

No Rio Grande do Sul, a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao governo estadual, no princípio de 1928, a histórica divisão política entre o PRR e a oposição liberal – organizada a partir daquele ano no Partido Libertador –

começou a ceder espaço ao entendimento. Aproveitando a cisão entre Minas Gerais e São Paulo, Vargas promoveu a união entre os republicanos e os libertadores gaúchos na Frente Única Gaúcha, criando as condições para uma intervenção mais intensa do Estado na política nacional. Incentivado pelos republicanos mineiros e pelas oligarquias de outros Estados que estavam descontentes com a situação política nacional, através da Aliança Liberal, Getúlio Vargas lançou sua candidatura à presidência da República, tendo o paraibano João Pessoa como candidato à vice-presidência em sua chapa. Em seu programa, a Aliança Liberal propôs algumas medidas de proteção aos trabalhadores, procurando assim atrair o eleitorado urbano, além de defender a necessidade de se promover a produção nacional em geral, e não apenas a cafeicultura. A crise da bolsa de valores de Nova Iorque acabou alavancando a candidatura de Vargas. Entretanto, a vitória no pleito realizado em 1º de março de 1930 coube a Júlio Prestes, candidato apresentado pelos republicanos paulistas.[46]

Insatisfeitos com a derrota eleitoral,[47] setores da Aliança Liberal passaram a cogitar da possibilidade de promover a mudança política através de um movimento armado, para isso se valendo da experiência de luta acumulada pelo movimento tenentista. Apesar da dissidência de Luís Carlos Prestes - líder de maior prestígio no movimento da jovem oficialidade –, que aderiu ao socialismo revolucionário e recusou apoio às oligarquias dissidentes, as articulações para a deposição do governo cresceram em todo o país. A partir do final de julho de 1930, com o assassinato de João Pessoa – governador da Paraíba e candidato derrotado à vice-presidência do país pela Aliança Liberal -, as conspirações revolucionárias ganharam força.[48]

Em 3 de outubro de 1930, simultaneamente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, teve início o movimento revolucionário. Naquele mesmo dia, nas páginas do *Correio do Povo*, Torres Gonçalves e Faria Santos publicaram um manifesto intitulado “As agitações políticas e a regeneração humana – o

[46] Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 319-321.
[47] No processo eleitoral de 1930 ocorreram fraudes de ambos os lados, como era comum nos pleitos realizados durante a Primeira República. Cf. TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
[48] O assassinato de João Pessoa por João Dantas foi motivado por questões da política local e por questões pessoais, mas foi utilizado pelos revolucionários para colocar a opinião pública nacional contra as forças vencedoras na eleição presidencial. Cf. FAUSTO, *op. cit.*, p. 322-323.

positivismo e o recurso às insurreições", no qual conclamaram a população do Rio Grande do Sul a não contribuir para o movimento insurrecional, seguindo os preceitos comtianos de respeito à ordem.[49]

Entretanto, o apelo dos positivistas gaúchos não surtiu efeito. Ao longo dos dias seguintes, a insurreição se alastrou pelos Estados nordestinos. O principal líder militar do movimento era o tenente-coronel Góes Monteiro. Embora fosse natural de Alagoas, sua carreira militar estava ligada ao Rio Grande do Sul, onde, no princípio do século XX, quando estudava na Escola Militar de Porto Alegre, conheceu Getúlio Vargas e os principais líderes políticos da revolução. Em 24 de outubro, Washington Luís – que se preparava para transmitir a presidência a Júlio Prestes – foi deposto por militares da cúpula do Exército, sendo constituída uma junta provisória de governo. Esta junta tentou permanecer no poder, mas foi demovida pela pressão dos revolucionários. Deste modo, Getúlio Vargas tomou posse no dia 3 de novembro de 1930, marcando o término da Primeira República.[50]

6.2 – Torres Gonçalves e o varguismo

Um mês após Getúlio Vargas ser empossado na presidência do Brasil, Torres Gonçalves e Faria Santos voltaram a publicar um manifesto acerca da situação política do país. Tendo em vista que o jornal *A Federação* estava engajado na campanha pela legitimação de Vargas, os positivistas sul-rio-grandenses pagaram ao *Correio do Povo* pela publicação do texto intitulado "À nação: pelo desenvolvimento do caráter republicano da união federativa brasileira", veiculado em sua edição de 4 de dezembro de 1930.

No artigo referido, Faria Santos e Torres Gonçalves lamentaram a supressão da Constituição federal de 24 de fevereiro de 1891 e das constituições estaduais - particularmente da Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho do mesmo ano - que durante quarenta anos haviam regulamentado a sociedade brasileira. Entretanto, diante de um fato consumado, os engenheiros gaúchos não desejavam um simples retorno à antiga ordem constitucional, pois entendiam que os códigos políticos eram perfectíveis.

---

[49] Cf. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 de outubro de 1930.
[50] Cf. FAUSTO, *op. cit.*, p. 34-325.

Deste modo, propuseram a implementação de muitas medidas sugeridas por Miguel Lemos e Teixeira Mendes à constituinte de 1891 através das "Bases de uma Constituição política ditatorial federativa para a República brasileira". Passando a apresentar sugestões concretas, Torres Gonçalves e Teixeira Mendes argumentaram:

> "A República brasileira deve continuar a ser federativa. Quer dizer, continuar sendo político o laço que liga os Estados, conforme o regime da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, preparatório da livre emancipação futura, isto é, voluntária e pacífica. Cumpre, porém, que se torne efetivo o respeito à autonomia das diferentes unidades da Federação, cuja fraternal aliança, resultante da comum evolução passada e dos sentimentos e interesses presentes, deve ser consolidada pela mais completa independência local. (...).
> A independência local dos Estados repele toda a preocupação empírica de manter a uniformidade de legislação em nosso imenso país. As tentativas nesse sentido, como violando as leis naturais da organização humana, só poderão contribuir para a separação prematura, isto é, violenta dos Estados".[51]

Portanto Torres Gonçalves e Faria Santos ratificaram a sugestão de implementar um regime federalista radical no país, com amplo espaço para a futura dissolução dos laços que mantinham a integralidade do território nacional. Deste modo, os engenheiros gaúchos refletiam as propostas dos apóstolos da IPB e o ideal comtiano das "pequenas pátrias". Passando a analisar a forma de governo que deveria ser instituída no país, propuseram:

> "A República federativa deve ser ditatorial, pela reunião no Poder Executivo da faculdade legislativa, a perpetuidade da função, e a transmissão desta a sucessor livremente escolhido pelo Ditador sob a sanção da opinião pública, a cuja apreciação será submetida a escolha, com sete anos de antecedência".[52]

Neste ponto, mais uma vez, o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos manteve sua fidelidade às diretrizes traçadas por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes. Entretanto, em um outro trecho do manifesto referido, Torres Gonçalves e Faria Santos sentiram a necessidade de fazer um esclarecimento acerca do sentido que davam à palavra ditadura:

> "Não só é preciso não confundir a Ditadura republicana, regime da responsabilidade, com o governo despótico como, por outro lado,

[51] O manifesto referido foi depois reproduzido em folheto. A passagem citada encontra-se em GONÇALVES, Carlos Torres & SANTOS, João Luís de Faria. *I - À nação: pelo desenvolvimento do caracter republicano da União federativa brasileira; II – O regímen constitucional – pelo verdadeiro retorno ao mesmo.* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1932, p. 5.
[52] Idem, p. 7.

> não pode, hoje, haver mais receio de se ver à testa dos mesmos um Calígula ou um Nero; e sendo que as vantagens da continuidade superam muito os inconvenientes dos governos insuficientes que se vão sucedendo, atenuando-lhes as faltas".[53]

Como se percebe, diferentemente do que ocorria entre a opinião pública, Torres Gonçalves e os demais positivistas ortodoxos não conferiam um sentido pejorativo à expressão "ditadura", percebida como sendo o regime político adequado para superar a "anarquia" própria dos tempos que antecederiam à vitória final do positivismo. Entretanto, prevendo que os preconceitos impediriam o estabelecimento de uma ditadura republicana naquele momento, os membros da IPB sugeriram o aumento do tempo dos mandatos e a possibilidade de reeleição. No mesmo manifesto, Faria Santos e Torres Gonçalves propuseram diversas outras medidas, entre elas: a supressão das assembléias legislativas, substituídas pela livre colaboração de todos os cidadãos; a instituição de assembléia orçamentária formada por representantes dos setores bancário, comercial, fabril e agrícola; a redução dos impostos de importação; a extinção das indústrias artificiais; e a inelegibilidade dos "teoricistas" (filósofos, cientistas, artistas, médicos e todos aqueles que exercessem funções espirituais).[54]

Os rumos políticos do país, porém, iam em sentido oposto ao das propostas que Torres Gonçalves e Faria Santos apresentavam à opinião pública. A centralização política foi a característica principal do regime instituído por Getúlio Vargas. Neste sentido foram nomeados interventores federais em todos os Estados do Brasil (boa parte dos quais eram antigos adeptos do movimento tenentista), assim enfraquecendo o poder das oligarquias regionais. Em São Paulo, a nomeação do ex-tenente pernambucano João Alberto como interventor despertou a ira da elite local. Ele, porém, durou apenas oito meses no cargo, demitindo-se em julho de 1931. Até meados do ano seguinte, três outros interventores passaram pelo governo do Estado mais poderoso do país. A elite paulista defendia a reconstitucionalização do país a partir dos princípios da democracia liberal, sensibilizando amplos setores da classe média e do proletariado com essa bandeira. Pressionado, Vargas promulgou um código eleitoral visando à realização de pleito para a escolha dos constituintes.

---

[53] Idem, p. 8.
[54] Idem, p. 10-28.

Acerca deste código eleitoral, Torres Gonçalves e Faria Santos publicaram no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, um manifesto intitulado "O regime constitucional – pelo verdadeiro retorno ao mesmo", no qual teceram as seguintes considerações:

> "Triunfante uma revolta, o recurso mais pronto para atenuar os seus males inevitáveis consiste em uma atitude de confiança dos triunfadores do momento para com a massa do público, assegurando todas as liberdades. (...).
> Em que podem novos congressos e uma nova máquina eleitoral concorrer para isso? Ao contrário, o menor mal deles serão as despesas que acarretarão.
> Por outro lado, a cessação dos incitamentos à rebeldia; a volta à calma social possível, em meio da tormentosa fase de transição que atravessamos; o restabelecimento da confiança dos outros países em nós; tudo isso, em nada também depende de congressos e leis eleitorais. De sorte que, enquanto os mesmos não se tornarem objeto de reclamo público, melhor será permanecermos libertos de tais instrumentos de perturbação, continuando os que estiverem no governo (...) enquanto for isso compatível com a calma social".[55]

Das palavras de Torres Gonçalves e de Faria Santos se depreende que, embora defendendo o restabelecimento das liberdades individuais, eles não eram favoráveis à democratização do país, entendendo que o processo eleitoral seria oneroso aos cofres públicos e que traria novas perturbações da ordem social. Portanto, mesmo havendo desencorajado a adesão ao movimento liderado por Getúlio Vargas, com quem tinham profundas divergências, o núcleo da IPB em Porto Alegre era de parecer que, uma vez triunfante a insurreição liderada por ele, naquele momento o melhor seria a sua permanência no poder.

No princípio de 1932, através de seus principais líderes – Borges de Medeiros João Neves da Fontoura pelo PRR, Assis Brasil e Raul Pilla pelo Partido Libertador -, a Frente Única Gaúcha rompeu com Vargas, descontente com os rumos dados à revolução.[56] Enfrentando oposição crescente no Rio

---

[55] O manifesto foi reproduzido pelo *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em sua edição de 19 de dezembro de 1931, sendo depois publicado sob a forma de folheto em GONÇALVES, Carlos Torres & SANTOS, João Luís de Faria. *I - À nação: pelo desenvolvimento do caracter republicano da União federativa brasileira; II – O regímen constitucional – pelo verdadeiro retorno ao mesmo.* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1932, p. 31-35.

[56] A historiografia brasileira das últimas décadas debateu muito acerca do significado do movimento de 1930. Edgar de Decca, no livro *O silêncio dos vencidos*, publicado em 1981, defendeu a tese de que em 1930 houve uma contra-revolução preventiva contra uma genuína revolução feita pelos trabalhadores, então em vias de se concretizar. Sem pretender polemizar em torno do sentido da palavra, neste trabalho aplico o termo "revolução" da forma genérica

Grande do Sul, em Minas Gerais e em São Paulo, Vargas procurou acelerar o processo de reconstitucionalização do país. Porém, as forças paulistas já não tinham mais interesse em negociar, pois a idéia de radicalização do processo já ganhara corpo. Deste modo, a 9 de julho de 1932, teve início em São Paulo a revolução contra o governo federal.[57]

Menos de uma semana depois, Torres Gonçalves e Faria Santos publicaram na seção "a pedidos" do *Correio do Povo* um manifesto intitulado "Pela concórdia nacional – a propósito da nova revolta que vem de estalar no Estado de São Paulo", no qual responsabilizaram a demora no retorno ao regime constitucional pela agitação em andamento. Após sugerirem que os demais Estados se manifestassem contra a revolta armada em curso no Estado de São Paulo, os positivistas gaúchos apresentaram as seguintes medidas para que, sem vencidos ou vencedores, se pusesse fim aos conflitos que se arrastavam desde 1930:

> "a) cessação do governo discricionário e retorno imediato do País ao regime constitucional, pelo meio possível, isto é, mediante a Constituição de 24 de fevereiro e as constituições dos diversos Estados, adiada a revisão das mesmas para momento oportuno;
> b) quaisquer que sejam as divergências que subsistam, desistência irrevogável, por ambas as partes, de todo o procedimento militar como só suscetível de aumentar as desgraças; e sendo certo, em face da moral e da razão, perante a Posteridade, a cujo julgamento não escaparemos, que triunfa em realidade quem fica com a fraternidade, não quem obtém a vitória com armas cuja aplicação deve ser reservada contra os malfeitores propriamente ditos". [58]

Mais uma vez se percebe no posicionamento dos positivistas ortodoxos gaúchos a preocupação em evitar o uso de meios violentos para a realização de mudanças na ordem política, na ótica deles sendo sempre preferível o convívio com a ordem estabelecida, qualquer que fosse ela.

O plano dos revolucionários paulistas acabou falhando, pois não encontrou adesão em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Deste modo, o movimento ficou restrito ao Estado de São Paulo, onde teve apoio da força pública e de amplos setores da classe média. Na visão que era propagada

---

como, preponderantemente, a historiografia o tem utilizado (o mesmo se aplica em relação a outras "revoluções", como a Farroupilha e a Federalista, ambas no Rio Grande do Sul).

[57] Cf. CAPELLATO, Maria Helena. *O movimento paulista de 1932 e a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 18.

[58] *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 de julho de 1932.

pelos revolucionários, o Estado de São Paulo era associado a uma locomotiva que puxava vinte vagões vazios, numa alusão aos demais Estados da Federação. Isolado, em outubro de 1932 o movimento paulista se rendeu às forças federais, que contaram com o apoio de tropas enviadas pelos governos de outros Estados. Mesmo vencedor, Vargas percebeu ser impossível ignorar a elite paulista, enquanto que os derrotados compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de acordo com o governo federal.[59]

Em 17 de novembro de 1932, Torres Gonçalves e Faria Santos publicaram um manifesto intitulado "Pela República" nas páginas do *Correio do Povo*. Depois de lembrar que os "movimentos subversivos" ocorridos no Brasil ao longo dos dez anos anteriores se constituíam em atentados de "lesa-humanidade", o artigo contestava a oportunidade das eleições que estavam sendo chamadas para o ano seguinte. Na opinião dos positivistas sul-rio-grandenses, longe de trazer a pacificação, o processo eleitoral levaria ao acirramento dos conflitos. Passando a expor o ponto de vista dos adeptos da religião da Humanidade acerca da democratização do país, afirmaram:

> "(...) o recurso eleitoral representa simples concessão a um dos maiores preconceitos contemporâneos. Porque, se dependesse de nós, os governos seriam, na fase atual da transição (1ª fase, em que os chefes do governo político são indiferentes ou mesmo hostis ao Positivismo), ditaduras republicanas. Isto é, seriam governos vitalícios, de um só, mas sujeitos à lei. Quer dizer, sujeitos tanto às leis naturais, independentes das vontades, como não menos voluntariamente sujeitos aos códigos políticos, regulamentos, etc., ou seja, à legislação complementar das leis naturais, instituída pelos homens. Portanto, seriam governos cheios de responsabilidade, que não poderiam ser confundidos com os governos mais ou menos discricionários, atuais ou passados, da nossa e das demais pátrias ocidentais (...)".[60]

Como se percebe, longe de ver em Getúlio Vargas um ditador, Torres Gonçalves entendia que ele não era digno daquele título – caro à Auguste Comte -, caracterizando-o apenas como um governante discricionário.

A posição contrária dos positivistas ortodoxos não impediu que se realizassem as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, em maio de 1933. De fato, as posições defendidas pelos adeptos da religião da Humanidade estavam cada vez mais em desacordo com o pensamento

[59] Cf. FAUSTO, *op. cit.*, p. 346-350.
[60] *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 de novembro de 1932.

dominante na opinião pública. Antes do início do trabalho dos constituintes, foi formada uma comissão com a incumbência de preparar um projeto de constituição que servisse de base para as discussões. Sempre vigilantes em relação às discussões em andamento no país, diante da notícia de que a referida comissão estudava a possibilidade de legalizar a prática do aborto em determinadas situações, Torres Gonçalves, Faria Santos e Homem de Carvalho publicaram, em julho de 1933, no jornal porto-alegrense *Correio do Povo*, um texto intitulado "Em defesa de delicadíssimas condições da instituição da família – a propósito da denominada 'prophylaxia do aborto', em discussão", no qual reafirmaram a oposição dos positivistas à interrupção voluntária da gestação.[61]

A Assembléia Nacional Constituinte que se reuniu em novembro de 1933 contava com 214 deputados eleitos e com 40 representantes classistas, sendo 18 empregados, 17 empregadores, 3 profissionais liberais e 2 funcionários públicos. Os representantes classistas, deste modo, contrabalançavam o peso dos maiores Estados, onde se concentravam as maiores oposições ao governo de Getúlio Vargas.

O texto da Constituição promulgada a 14 de julho de 1934 se assemelhava, em linhas gerais, ao texto da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, embora tenha exacerbado os dispositivos de centralização do poder. O poder legislativo bicameral e a eleição direta à presidência também foram mantidos. O casamento permaneceu sendo indissolúvel, mas não por sugestão dos escassos positivistas ortodoxos brasileiros, e sim pela pressão dos católicos.[62]

De outra parte, diversas inovações ocorreram relativamente ao código político que esteve em vigor ao longo da Primeira República. Dispositivos de caráter social asseguraram a pluralidade e a autonomia dos sindicatos, garantindo também benefícios aos trabalhadores, entre os quais a fixação da jornada de trabalho, a previsão de um salário mínimo e as férias anuais. Além disso, pela primeira vez foi assegurado o direito de voto às mulheres. Na

[61] Assunto abordado no capítulo 3.

[62] Acerca da influência da Igreja Católica durante a era Vargas, particularmente através de Dom João Becker, arcebispo do Rio Grande do Sul, ver ISAIA, Arthur César. *O cajado da ordem - catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: Dom João Becker e o autoritarismo*. São Paulo: USP, 1992 (tese de doutorado em história).

Constituição de 1934 também estavam presentes as preocupações com o sistema educativo e com as instituições culturais. Outra inovação foi a criação do Conselho Superior de Segurança Nacional, dirigido pelo presidente da República e integrado pelos comandantes militares. A Assembléia Nacional Constituinte estabeleceu que o primeiro presidente seria eleito de forma indireta pelos deputados, assim assegurando a permanência de Vargas no poder até maio de 1938, quando deveria ser eleito democraticamente o seu substituto.[63]

A década de 1930 foi marcada por uma intensa radicalização política no Brasil. Para isso muito contribuiu a fundação, em São Paulo, no final de 1932, da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento caracterizado pelo nacionalismo e pela identificação com a ideologia fascista. Os integralistas identificaram o liberalismo, o socialismo, o comunismo, o judaísmo e o capital financeiro internacional como os principais inimigos do país.[64]

De outra parte, no princípio de 1935, no Rio de Janeiro, foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), integrada por comunistas e por antigos integrantes da ala esquerda do movimento tenentista. A presidência de honra da entidade foi entregue a Luís Carlos Prestes, então plenamente identificado com o proscrito PCB. A formação de frentes populares não institucionalizadas em partidos políticos seguia as diretrizes da Internacional Comunista. Entre as bandeiras da ANL estavam a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e a constituição de um governo popular. Em poucos meses a ANL obteve cerca de 100 mil adesões em todo o país. Em seus comícios a ANL conclamava a população a derrubar Getúlio Vargas, o que forneceu a justificativa para que o governo decretasse a sua ilegalidade, em 11 de julho de 1935, e prendesse suas principais lideranças.[65]

Naquele mesmo período, depois de se aposentar, já sexagenário, Torres Gonçalves estava se transferindo para o Rio de Janeiro. Em agosto de 1935,

---

[63] Cf. IGLÉSIAS, Francisco. *Constituintes e constituições brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 38-50.

[64] Acerca do movimento integralista ver TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

[65] Cf. FAUSTO, *op. cit.,* p. 359-360. Acerca da ANL ver também HERNANDEZ, Leila. *Aliança Nacional Libertadora: ideologia e ação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

juntamente com Bagueira Leal, Faria Santos, Geonísio Curvello de Mendonça, Nicolau Horta Barbosa, Frederico Horta Barbosa e Amaro da Silveira, em nome da Delegação Executiva da IPB – que passou a dirigir a instituição religiosa após a morte de Teixeira Mendes -, Torres Gonçalves publicou um folheto intitulado "A ordem social e o comunismo – a propósito do fechamento compulsório da Aliança Nacional Libertadora". Sem se deter especificamente no fechamento da ANL, mas procurando vincular tal iniciativa governamental com situações análogas de repressão ao comunismo abordadas por Auguste Comte e pelos apóstolos da IPB, o manifesto fazia as seguintes observações:

> "Toda compressão das opiniões, violando o princípio capital da política moderna republicana (separação do poder temporal da autoridade espiritual), só pode gerar novas desgraças. (...). O que é preciso é convencer o proletariado de que o problema da sua incorporação na sociedade - onde ele se acha apenas acampado, no conceito de Augusto Comte -, problema cada vez mais premente e que resume os esforços da propaganda positivista, não pode ser resolvido pelo comunismo. (...).
> Qualquer ação policial que se intente contra a propaganda comunista será contraproducente. Importará em juntar mais uma às justas queixas do proletariado.
> Ao contrário, tal propaganda, como aliás a de qualquer dos chamados partidos extremistas, não pode ser considerada caso de *polícia*, mas de *providências políticas*. De repressão policial devem ser os atentados contra a ordem material da sociedade, partam de onde partirem, e por melhores que sejam as intenções de seus autores".[66]

Como se percebe, embora não respaldassem as idéias defendidas pelos comunistas, os positivistas ortodoxos brasileiros eram contrários à repressão governamental da propaganda feita pela ANL. Porém, indiferente à manifestação dos positivistas, o governo de Vargas deu continuidade às suas medidas de cerceamento das atividades da ANL. Após uma fracassada tentativa de levante popular promovida por membros da ANL no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, em novembro de 1935, as medidas repressivas aumentaram. Utilizando o fantasma da conspiração comunista internacional, Vargas obteve do Congresso Nacional a aprovação de

[66] GONÇALVES, Carlos Torres & alii. *A ordem social e o comunismo: a propósito do fechamento compulsório da Aliança Nacional Libertadora*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1935, p. 2; 7 (os grifos são do texto original). O manifesto também foi publicado pelos jornais *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, respectivamente em suas edições de 15 e 18 de agosto de 1935.

uma série de medidas que ampliavam o seu poder. Deputados que haviam apoiado a ANL foram presos sem que houvesse qualquer protesto por parte de seus colegas. No princípio de 1936 foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e foi instituído o Tribunal de Segurança Nacional.[67]

Por outro lado, em função do crescente agravamento da situação política internacional, o governo federal passou a entabular negociações para o arrendamento de navios de guerra junto ao governo norte-americano. Em agosto de 1937, abordando o assunto, Torres Gonçalves publicou um folheto intitulado *Pela fraternidade universal, especialmente americana – a propósito do arrendamento de navios de guerra ao Brasil*, no qual reafirmou sua posição contrária à militarização do país, lembrando que a aquisição de armamentos geraria um movimento similar nas demais nações americanas, formando um círculo vicioso. Em conseqüência, "o aparelhamento militar da América viria contribuir para retardar, ainda mais, o reconhecimento pela Europa do delírio armamentista em que patina; ao passo que cumpre à América, pelo seu exemplo, auxiliar a Europa a libertar-se da infernal obsessão".[68]

No princípio de 1937, as candidaturas à sucessão presidencial que deveria ocorrer um ano depois já estavam sendo definidas. Em São Paulo, o interventor federal Armando de Salles Oliveira foi lançado pelo Partido Constitucionalista e pelo Partido Democrático, enquanto que o candidato oficial era o paraibano José Américo de Almeida, ministro das Obras Públicas de Getúlio Vargas, apoiado pelos Estados nordestinos e por Minas Gerais. Havia ainda a candidatura de Plínio Salgado, líder dos integralistas brasileiros. Com a disputa política em andamento, foi concedida maior liberdade política, sendo revogado o estado de guerra que estava em vigor desde 1935. Entretanto, Vargas não estava disposto a abandonar o poder, passando a articular um golpe de estado a partir da própria cúpula do governo. Deste modo, valendo-se

---

[67] Cf. FAUSTO, *op. cit.,* p, 360-362. Sobre a tentativa de golpe promovida por setores da ANL, ver SODRÉ, Nelson Werneck. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

[68] GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela fraternidade universal, especialmente americana – a propózito do arrendamento de navios de guérra ao Brazil.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1937. Abaixo de seu nome, ao final do texto, Torres Gonçalves introduziu uma nota em que disse que aquele escrito era de sua iniciativa e responsabilidade individual, pois desde a morte de Teixeira Mendes ninguém poderia falar em nome da Igreja Positivista do Brasil. Porém, em função da longa e profunda vinculação de Torres Gonçalves com tal instituição (além do fato de que a tiragem do folheto ficou armazenada no seu depósito), considerei os textos editados por Torres Gonçalves no Rio de Janeiro como sendo edições da IPB.

de um suposto plano de insurreição comunista – o Plano Cohen -, Vargas obteve apoio do Congresso para a decretação de estado de guerra e para a suspensão dos direitos constitucionais por noventa dias. Para impedir a resistência ao golpe ensaiada por Flores da Cunha, Vargas determinou a federalização da Brigada Militar sul-rio-grandense, obrigando o governador gaúcho a se exilar no Uruguai. Argumentando que não existiam condições políticas para a realização das eleições, Vargas obteve o apoio de vários governadores, assim criando as condições para a dissolução do Congresso Nacional e para a revogação da Constituição de 1934, que vigorou por apenas três anos.[69]

No dia 10 de novembro de 1937, poucas horas após o fechamento do Congresso, Getúlio Vargas anunciou a entrada em vigor da constituição outorgada - elaborada pelo ministro Francisco Campos - que assinalou o início do "Estado Novo". Através das disposições transitórias da Carta de 1937, Vargas assegurou poderes para confirmar ou não o mandato dos governadores eleitos, para emitir decretos-lei e para decretar o estado de emergência em todo o país, assim suspendendo as liberdades civis garantidas em outros capítulos da mesma constituição. A independência dos poderes deixou de existir, os partidos políticos foram extintos e os sindicatos foram submetidos à tutela do Estado. A realização de um plebiscito nacional para referendar a Constituição de 10 de novembro de 1937, conforme estava previsto, nunca se realizou. Da mesma forma, também não foram feitas as eleições para o Congresso Nacional, para as Assembléias Estaduais e para as Câmaras Municipais, de modo que Vargas governou durante todo o Estado Novo através de decretos e apoiado nos interventores que nomeou para os Estados. Portanto, através da concentração de amplos poderes nas mãos do presidente da República, o princípio federativo ficou completamente descaracterizado. A Constituição estado-novista foi inspirada em experiências corporativas e autoritárias então em desenvolvimento na Europa, especialmente na "Carta del lavoro" italiana e na constituição polonesa – daí ter recebido o apelido de "polaca".[70]

---

[69] Cf. FAUSTO, *op. cit.,* p. 362-364.
[70] Cf. FAUSTO, *op. cit.,* p. 364-366. Ver também IGLÉSIAS, *op. cit.,* p. 51-59.

Em julho do ano seguinte Torres Gonçalves publicou um pequeno livro intitulado *O regímen republicano e a Constituição Federal de 10 de novembro*, no qual fez um estudo detalhado dos diversos artigos da Carta política do Estado Novo, apontando uma série de infrações ao princípio federativo que nela estariam presentes. Ao criticar a abolição das bandeiras e dos hinos estaduais, o engenheiro gaúcho observou:

> "De modo geral, a tendência dos indivíduos, das famílias, das cidades, das pátrias e das igrejas a terem divisas e símbolos é espontânea. E todos esses sinais, pelas imagens e emoções que são adequados a despertar em nossos cérebros, longe de enfraquecerem a veneração, a estimulam, por graus sucessivamente ascendentes".[71]

Torres Gonçalves também fez restrições à prerrogativa de intervenção federal nos Estados, ao estabelecimento de taxas uniformes para as exportações estaduais e ao controle da União sobre as forças policiais das unidades da Federação. De outra parte, abordando os direitos sociais, o adepto da religião positivista criticou os atentados à liberdade profissional, caracterizado pela exigência de diploma acadêmico, e à liberdade industrial, através da tentativa estatal de dirigir a economia. Acerca da "economia dirigida", Torres Gonçalves a caracterizou como sendo:

> "(...) em realidade, misto de ignorância e de charlatanismo. O só conhecimento real da complexidade dos fenômenos econômicos seria suficiente para patentear o quanto é vão a pretensão do poder temporal político de neles intervir, seja para dirigir a economia interna de cada país, seja a internacional. Nas suas mais funestas reações, a pretendida 'economia dirigida' assume mesmo o caráter de *guerra econômica* permanente entre os povos. E, em qualquer caso, sempre é das principais causas do encarecimento da vida por toda a parte. Porque tal aberração introduz arbitrariamente fatores artificiais nos já complexos fenômenos econômicos, impossibilitando as previsões e embaraçando toda a atividade industrial, na produção das utilidades, na sua circulação e na sua troca. E, pior do que isso tudo, alimenta ainda, como conseqüência do mal-estar resultante, a atmosfera ou pretextos para a guerra militar".[72]

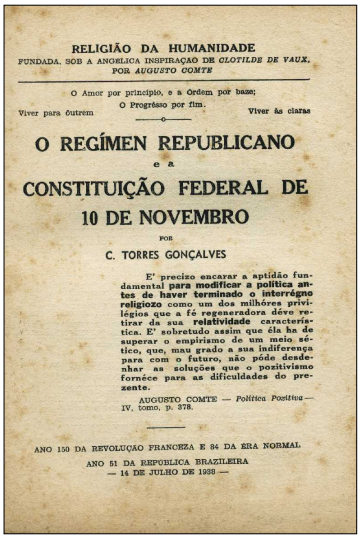
A passagem acima demonstra que os positivistas religiosos, em termos econômicos, não se diferenciavam tanto do ideário defendido pelo liberalismo

---

[71] GONÇALVES, Carlos Torres. *O regímen republicano e a Constituição federal de 10 de novembro*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1938, p. 6.

* Reprodução da capa do folheto em que Torres Gonçalves fez um estudo comparativo entre a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891 e a Constituição do Estado Novo.

[72] Idem, p. 30-31. Os grifos são do original.



RELIGIÃO DA HUMANIDADE
FUNDADA, SOB A ANGELICA INSPIRAÇÃO DE *CLOTILDE DE VAUX*,
POR *AUGUSTO COMTE*

O Amor por principio, e a Ordem por baze;
O Progresso por fim.
Viver para outrem — Viver ás claras

O REGÍMEN REPUBLICANO
e a
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE
10 DE NOVEMBRO
POR
C. TORRES GONÇALVES

E' preciso encarar a aptidão fundamental **para modificar a politica antes de haver terminado o interrégno religioza** como um dos milhôres privilégios que a fé regeneradora déve retirar da sua **relatividade** caracteristica. E' sobretudo assim que élla ha de superar o empirismo de um meio sético, que, mau grado a sua indiferença para com o futuro, não póde desdenhar as soluções que o positivismo fornéce para as dificuldades do prezente.

AUGUSTO COMTE — *Política Positiva* — IV, tomo, p. 378.

ANO 150 DA REVOLUÇÃO FRANCEZA E 94 DA ÉRA NORMAL
ANO 51 DA REPUBLICA BRAZILEIRA
— 14 DE JULHO DE 1938 —

clássico, apesar da máxima comtiana de que "o capital é social na origem e deve sê-lo na aplicação". De outra parte, as palavras de Torres Gonçalves refletem o crescente intervencionismo estatal na economia brasileira, de acordo com o que também ocorria naquele momento em países da Europa ocidental, nos Estados Unidos da América e na União Soviética. O texto de Torres Gonçalves igualmente rejeitava o uso da força para reprimir movimentos grevistas, vistos como um direito legítimo dos trabalhadores.[73]

Passando a abordar os dispositivos da Constituição de 10 de novembro de 1937 para a organização política do país, Torres Gonçalves criticou o estabelecimento de Assembléias Legislativas (embora elas não tenham saído do papel), lembrando que tais instituições apenas colaborariam para o aumento da anarquia do país. Porém, se defendia um poder executivo forte, o positivista também reconhecia a necessidade de se permitir a organização das forças oposicionistas. Neste sentido, afirmou o seguinte:

> "Os positivistas não somos filiados a partido político algum. Temos, é natural, preferência, em qualquer parte, pelos partidos políticos de cor mais republicana, quer dizer, cujos programas se aproximem mais, embora empiricamente, das soluções de base científica. Mas não obstante esse alheamento nas lutas partidárias, e mesmo da repugnância que elas nos inspiram, não podemos admitir que os detentores de governo algum imponham o seu partido como *único*. Semelhante imposição, por si só, é já suficiente para patentear ignorância do regime republicano, desconhecimento da situação social, da imensa evolução que tem ainda a espécie a realizar antes de atingir a uniformidade de opiniões em assuntos políticos".[74]

As palavras acima indicam a distinção feita por Torres Gonçalves entre uma ditadura republicana – tal como foi prevista por Auguste Comte e defendida pelos apóstolos positivistas Miguel Lemos e Teixeira Mendes – e um regime totalitário de partido único, como aqueles que então existiam na Alemanha, na Itália e na Rússia, como ele mesmo assinalou. De outra parte,

---

* Reprodução da capa do folheto em que Torres Gonçalves analisou a Constituição do Estado Novo de 10 de novembro de 1937, publicado em 1938.

[73] Idem, p. 29-34.

[74] Idem, p. 48. O grifo é do original.

mesmo sem citar o nome de Getúlio Vargas, Torres Gonçalves fez críticas veladas ao seu comportamento político ao assinalar a "ignorância do regime republicano" e o "desconhecimento da situação social" revelados na Constituição estado-novista.[75]

Observe-se que as críticas feitas por Torres Gonçalves ocorreram num momento em que o controle sobre os meios de comunicação era intenso e no qual inúmeros opositores de Vargas estavam presos por muito menos. Entretanto, suas restrições ao Estado Novo foram toleradas. Em parte, isso ocorreu porque a tiragem do livro foi pequena, não repercutindo nos grandes veículos impressos. Por outro lado, também se pode especular que o prestígio desfrutado pelo engenheiro rio-grandino, aposentado após décadas de convívio íntimo com os bastidores da política gaúcha, conferia-lhe certa imunidade.

O Estado Novo caracterizou-se também pelo aumento das funções do aparelho estatal. Em curto espaço de tempo foram criados o Conselho de Segurança Nacional, o Conselho Nacional do Petróleo e o Conselho Federal de Comércio Exterior. De outra parte, esse aumento de suas atribuições levou à ampliação da burocracia civil e militar. Aliás, a aliança da burocracia estatal com a burguesia industrial forneceu uma das bases de sustentação do Estado Novo, criando as bases para a industrialização do país. A partir de novembro de 1937 o país passou a estabelecer uma indústria de base, criando as condições para a substituição crescente das importações pela produção interna.[76]

Um aspecto fundamental para a sustentação do regime varguista foi a implementação de uma política trabalhista em grande parte influenciada pela legislação da Itália fascista. As greves foram proibidas e foram instituídos o princípio da unidade sindical e o imposto sindical – instrumento de financiamento dos sindicatos e de subordinação deles ao Estado. O governo

[75] Em função da reconhecida influência do positivismo sobre Júlio de Castilhos e sobre a cúpula do PRR, quando Getúlio Vargas se projetou na política nacional muitos viram em suas ações o reflexo do pensamento de Auguste Comte, principalmente pela forma ditatorial que seu governo assumiu. Em entrevista que concedeu ao jornalista Décio Freitas em 1946, questionado acerca de sua identificação com a obra de Comte, Vargas afirmou ter lido algumas de suas obras, mas que na verdade se identificava como "saint-simoniano", tendo importado da França uma edição de suas obras completas. Cabe lembrar que o primeiro emprego de Comte, pouco depois de chegar a Paris, foi como secretário de Henri de Saint-Simon. A entrevista referida foi reproduzida em SILVA, José Luís Werneck da (org). *O feixe e o prisma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

[76] Cf. FAUSTO, *op. cit.,* p. 366-369.

criou a Justiça do Trabalho em maio de 1939 e, em junho de 1943, organizou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Previsto desde a Constituição de 1934, somente em maio de 1940 surgiu um decreto-lei estabelecendo as bases para o estabelecimento de um salário mínimo. Tais medidas serviram de fundamento para a construção da imagem de Vargas como "pai dos trabalhadores", amplamente difundida através dos meios de comunicação, principalmente através das emissoras de rádio.[77]

Um instrumento fundamental para o exercício da censura sobre os meios de comunicação e para formar uma ampla opinião pública a favor do governo foi a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – o DIP -, diretamente subordinado a Vargas, que escolhia seus dirigentes. As atividades do DIP abarcavam uma ampla gama de setores, incluindo cinema, rádio, teatro e os veículos impressos. O instrumento mais importante para a propaganda do governo era a "Hora do Brasil", cadeia obrigatória de rádios que divulgava as obras oficiais. Através da aplicação dos princípios da psicologia de massa desenvolvidos pelos regimes totalitários europeus, o Estado Novo desenvolveu o culto à personalidade de Vargas.[78]

Em agosto de 1940, o DIP promoveu uma conferência de Pedro Vergara – reproduzida no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro – em que foi estabelecida uma série de afinidades entre a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891 e a Constituição federal de 10 de novembro de 1937, sendo insinuado ainda que esta última também teria recebido influência da filosofia de Auguste Comte. Como não poderia deixar de ser, Torres Gonçalves, mais uma vez, manifestou-se publicamente sobre o assunto. Neste sentido, em 29 de setembro de 1940, apareceu nas páginas daquele mesmo jornal a sua contestação intitulada "As constituições de 14 de julho e de 10 de novembro" (depois reproduzida sob a forma de um folheto). No texto, após

* Fotografia de desfile realizado em um dia 1º de maio, refletindo o culto à personalidade de Getúlio Vargas. In: BORGES, *op. cit.,* p. 87.

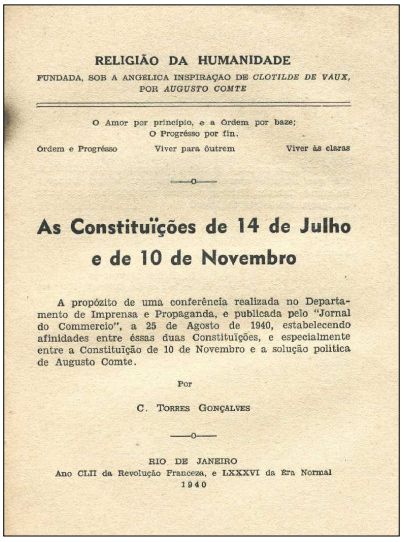
[77] Idem, p. 373-375.

[78] Idem, p. 375-376.

reafirmar sua filiação filosófica, política e religiosa ao pensamento de Auguste Comte, difundido no Brasil pela IPB, o positivista rio-grandino fez a seguinte distinção inicial entre os princípios que, respectivamente, guiavam o governo varguista e o governo castilhista:

> "Os governos totalitários, como revivescência incoerente e monstruosa de períodos históricos encerrados, têm caráter absoluto, sem restrições no espaço e no tempo, pois se consideram como regimes definitivos a serem impostos pela violência, no interior e no exterior.
> Em contraste, a política positiva, baseada no conhecimento científico do Passado, donde a previsão do Futuro – sempre relativa, como tudo quanto é realmente positivo, isto é, subordinado à Moral – apresenta para o Presente das nações ocidentais, soluções provisórias, apropriadas a progressivamente encaminhá-las para o regime normal, de Fé demonstrável".[79]

Embora feita de maneira velada, sem citar nomes, tal comparação deu a tônica do paralelo feito nas páginas seguintes entre a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891, a Constituição Federal de 10 de novembro de 1937 e, ainda, a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891. Enaltecendo o "espírito republicano" presente nos códigos políticos brasileiro e gaúcho de 1891, Torres Gonçalves apontou uma série de "retrocessos" na Constituição estado-novista. Relativamente ao sistema educacional, foi lembrado que o princípio da separação entre os poderes temporal e espiritual impedia que o governo legislasse sobre o assunto, sendo seu dever apenas assegurar a gratuidade e a laicidade do ensino primário. Neste sentido, Torres Gonçalves criticou a inserção de um capítulo relativo às "Diretrizes da educação nacional" na Constituição federal de 1937, amparando-se em citações de trechos escritos por Comte.[80]



RELIGIÃO DA HUMANIDADE

FUNDADA, SOB A ANGELICA INSPIRAÇAO DE *CLOTILDE DE VAUX*, POR *AUGUSTO COMTE*

O Amor por principio, e a Ordem por baze;
O Progrésso por fin.

Ordem e Progrésso — Viver para ôutrem — Viver às claras

—o—

As Constituïções de 14 de Julho e de 10 de Novembro

A propózito de uma conferência realizada no Departamento de Imprensa e Propaganda, e publicada pelo "Jornal do Commercio", a 25 de Agosto de 1940, estabelecendo afinidades entre éssas duas Constituïções, e especialmente entre a Constituïção de 10 de Novembro e a solução politica de Augusto Comte.

Por

C. TORRES GONÇALVES

—o—

RIO DE JANEIRO
Ano CLII da Revolução Franceza, e LXXXVI da Era Normal
1940

* Reprodução da capa do folheto em que Torres Gonçalves fez um estudo comparativo entre entre a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891 e a Constituição federal de 10 de novembro de 1937, publicado em 1940.

[79] GONÇALVES, Carlos Torres. *As constituições de 14 de julho e de 10 de novembro*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1940, p. 4-5.

[80] Idem, p. 9-10.

Em relação à liberdade de imprensa, após lembrar que os códigos de 1891 estabeleciam que não haveria censura de espécie alguma, Torres Gonçalves ressaltou que as disposições da Constituição estado-novista acerca do assunto eram totalitárias. Também as diferenças relativas ao respeito à liberdade profissional e à liberdade industrial foram assinaladas, de modo que o positivista gaúcho afirmou:

> "Pensamos haver deixado claro (...) que as grandes afinidades existem, especialmente sob o aspecto preponderante – a separação do temporal e do espiritual – entre as soluções políticas aconselhadas por Augusto Comte e a Constituição de 14 de julho, do Rio Grande do Sul; e mesmo em relação à Constituição de 24 de fevereiro; porém, que nenhuma afinidade apresenta com aquelas soluções a Constituição de 10 de novembro".[81]

Portanto, Torres Gonçalves permanecia vendo a Constituição castilhista como um modelo para a organização política do país, entendendo que ela fora a tentativa mais aproximada de aplicação das soluções propostas por Comte para os problemas sociais do Ocidente.

De outra parte, com o início da 2ª Guerra Mundial, a atenção de Torres Gonçalves se voltou para a política internacional, tema da maior parte de seus escritos posteriores.[82]

Empenhado em promover a industrialização do país, desde 1930 Vargas manteve uma política externa ambígua, assim procurando jogar com os interesses das grandes potências. Enquanto que a Inglaterra – a grande potência ocidental do século XIX – estava em declínio, os Estados Unidos e a Alemanha emergiam como novas forças no cenário político internacional. Alternadamente, o Brasil se aproximava de um e de outros desses países, sem alinhar-se com nenhum. Após o golpe de 1937, apesar da maior proximidade ideológica do governo brasileiro com a Alemanha nazista, contraditoriamente ocorreu um afastamento entre os dois países. De fato, a partir do Estado Novo o Brasil passou a reprimir os grupos nazistas existentes no sul do Brasil e as forças integralistas concentradas em São Paulo. Com a eclosão da 2ª Guerra, o bloqueio inglês do oceano Atlântico fez com que o comércio com a Alemanha sofresse um recuo. De outra parte, os Estados Unidos realizaram uma ofensiva econômica, política e ideológica sobre a América do Sul, procurando colocá-la

[81] Idem, p. 8.
[82] Este assunto será desenvolvido no capítulo 9.

definitivamente em sua área de influência. Deste modo, em fins de 1941, tropas americanas instalaram uma base na região nordeste do Brasil. Em contrapartida, o Brasil recebeu financiamento norte-americano para a instalação de uma usina siderúrgica em Volta Redonda, criando as bases para a aceleração da industrialização do país. Outro aspecto significativo da aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos foi a entrada maciça da indústria cultural de língua inglesa no país, suplantando a influência francesa, até então preponderante.[83]

A ambigüidade brasileira foi definitivamente superada em agosto de 1942, quando diversos navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães. Naquele mesmo mês, através das páginas do *Correio da Manhã,* do Rio de Janeiro, Torres Gonçalves e seus confrades Geonísio Curvello de Mendonça e Ernesto de Otero publicaram um comunicado intitulado "Pela Humanidade! Da neutralidade ao estado de guerra – a propósito dos mais recentes atentados do governo alemão diretamente contra o Brasil" (depois reproduzido em folheto). No texto referido, após transcreverem uma passagem escrita por Teixeira Mendes em abril de 1917, quando um submarino alemão igualmente torpedeara um navio brasileiro, os positivistas ortodoxos brasileiros afirmaram:

> "Na catástrofe fratricida atual, desencadeada (...) pelas camadas dirigentes da Alemanha, desde pelo menos o torpedeamento do 'Buarque', (...) essas camadas dirigentes colocaram-se, de fato, mais uma vez, em *estado de guerra* contra o Brasil. Isso diretamente, porquanto seus anteriores atentados contra outras nações, sendo, em realidade, contra a Humanidade, afetando o Ocidente e a Terra, indiretamente já eram contra o Brasil. E não podem mais os povos se alhearem à sorte uns dos outros em suas desgraças, sem contribuírem para estendê-las e prolongá-las, agravando-as. (...).
> Se na catástrofe fratricida anterior [a 1ª Guerra Mundial], desde o início, era essa a atitude indicada, igualmente agora, neste momento angustiosíssimo, só nos cumpre *constatar o estado de guerra contra o Brasil* por parte do governo alemão e seus associados, e reagir em conseqüência, com os recursos de que já dispúnhamos e os mais que venhamos a obter. Colaborarmos na defesa comum, gloriosamente presidida pela Inglaterra, com decisão inquebrantável, desde o temporário esmagamento militar da Nação espiritualmente Diretora, a França.
> É também como poderemos alcançar prestígio para participar na construção difícil da Paz vindoura, a fim de que seja estabelecida na

[83] Cf. FAUSTO, *op. cit.,* p. 379-382.

> Fraternidade, a começar pelo escrupuloso respeito à independência política e econômica das Nações quaisquer".[84]

Portanto, baseado na posição adotada por Teixeira Mendes em uma situação idêntica, Torres Gonçalves e seus companheiros chancelaram a entrada do Brasil na guerra após o ataque que o país sofreu de submarinos alemães. É interessante observar ainda a perspectiva sugerida de uma efetiva participação brasileira no restabelecimento da ordem mundial após o término do conflito.

Em maio de 1943, finalmente se concretizou uma medida que a IPB defendia havia mais de meio século: o cancelamento da dívida de guerra que o Paraguai tinha com o Brasil desde 1865. Na ocasião, Torres Gonçalves e Curvello de Mendonça publicaram um manifesto na seção "a pedidos" do *Jornal do Commercio*, lembrando a histórica luta dos positivistas religiosos brasileiros pela implantação de relações fraternas entre as nações ocidentais.[85]

Mais em função da inserção do Brasil no plano das relações internacionais do que por condições políticas internas, o Estado Novo passou a ser questionado a partir de 1943. De fato, havia uma contradição entre a ditadura de Vargas e o apoio dado pelo país às democracias ocidentais na luta contra o nazi-fascismo. Boa parte da cúpula militar que dera sustentação a Vargas passou a retirar-lhe o apoio, começando por Góes Monteiro, um dos baluartes dos movimentos de 1930 e de 1937. Também a classe média urbana passou a reivindicar a redemocratização do país. Entretanto, Vargas alegava que o país não poderia passar por um processo eleitoral enquanto o país estivesse em guerra. Cabe lembrar que, em meados de 1944, seguiu para a Itália a Força Expedicionária Brasileira, com o objetivo de lutar junto com os Aliados contra as forças do Eixo. Em fins daquele mesmo ano, foi lançada a candidatura à presidência da República do brigadeiro Eduardo Gomes, deixando o governo numa situação difícil. A imprensa começou a desafiar

---

[84] GONÇALVES, Carlos Torres et alii. Pela Humanidade! Da neutralidade ao estado de guérra – a propózito dos mais recentes atentados do governo alemão dirétamente contra o Brazil. Rio de Janeiro: igreja Positivista do Brasil, 1942, p, 2-4. No manifesto em questão, chama a atenção os novos parceiros (também confrades da IPB) que subscrevem o escrito de Torres Gonçalves, que continuava sendo o redator preponderante – como indica a sua assinatura em último lugar, independentemente da ordem alfabética e do critério de idade.

[85] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. Pela fraternidade: Paraguai-Brazil – a propózito do recente ato do cancelamento da dívida de guerra do Paraguai não impedindo o prosseguimento das comemorações oficiais de vitórias militares alcançadas em luta com a caríssima República Irman. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1943.

abertamente a censura, que já não tinha forças para deter o movimento pela redemocratização. Deste modo, em fevereiro de 1945, Vargas baixou um decreto em que fixava um prazo de noventa dias para a marcação da data das eleições. Entretanto, a oposição, que então começava a se rearticular, não aceitava que o processo eleitoral fosse presidido por Vargas.[86]

Neste sentido, em 25 de março de 1945, na seção "a pedidos" do *Jornal do Commercio*, Carlos Torres Gonçalves e Geonísio Curvello de Mendonça publicaram uma conclamação intitulada "Nenhum recurso à insurreição! – a propósito da agitação política do momento". Embora continuasse a não fazer referência explícita ao nome de Vargas, as críticas feitas ao seu governo foram ásperas. Os termos do manifesto de Torres Gonçalves – pois, sem dúvida, Curvello de Mendonça teve apenas um papel secundário na redação do texto – evidenciam que o país vivia um novo momento, em que já não havia o temor da repressão da polícia varguista:

> "A intensa agitação em curso, após o longo impedimento à livre manifestação das opiniões, pode (...) acabar conduzindo a mais uma insurreição. Cumpre, a quantos tenham qualquer parcela de autoridade governamental ou de influência social, contribuírem ativamente para evitar semelhante desgraça. Quando menos, seria novo fermento para a revolta proletária em longuíssima gestação, como resultado de faltas acumuladas sem conta. Especialmente os que participaram da insurreição triunfante de 1930, grandes culpas têm para resgatar, só excedidas pelas dos que cometeram o atentado de 1937 ou a ele aderiram, impondo ao País o mais nefasto regime. (...). Acaso pode haver, no terreno político, mais claro testemunho de ausência de veneração para com os grandes antepassados da Espécie e da Pátria, de menosprezo pelos progressos espirituais delicadíssimos cuja penosa conquista lhes devemos. Interromperam-se nossas tradições de liberdade e de fraternidade, vindas dos antecedentes lusitanos, corporificados na Constituição Imperial, devida essencialmente a José Bonifácio e seus irmãos, e ampliadas, embora ainda não completadas, na Constituição de 24 de fevereiro, obra de um momento de *élan* republicano".[87]

Como se vê, indiretamente Torres Gonçalves sugeria que Vargas e seus colaboradores, na condição de artífices dos "atentados" de 1930 e de 1937, se

[86] Cf. FAUSTO, *op. cit.,* p. 382-384.
[87] O artigo publicado no *Jornal do Commercio* depois foi editado sob a forma de um folheto.: GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. *Nenhum recurso à insurreição! – a propósito da agitação política do momento*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1945, p. 1.

afastassem do poder, pois teriam muitas culpas a purgar. Entretanto, caso não tomassem tal iniciativa, o positivista gaúcho desaconselhava o recurso à insurreição para depô-lo, entendendo que isso atentaria contra "os supremos interesses da Pátria e da Humanidade", pois se constituiria em um mal maior. De qualquer forma, no seu entender, ninguém mais – sequer o futuro presidente eleito – poderia impedir a livre manifestação das opiniões.

Adiante, no mesmo texto, Torres Gonçalves fez um balanço dos seus posicionamentos ao longo dos quinze anos anteriores, isto é, durante o tempo em que Getúlio Vargas esteve no poder, reafirmando ainda os ideais políticos dos positivistas religiosos:

> "Nós, que nos manifestamos em público contra a revolta de 30, cheios de temores por suas conseqüências, e nos manifestamos contra o regime de 10 de novembro de 37, mostrando, igualmente em público, o seu caráter anti-republicano e totalitário, temos sabido nos resignar a ambos, aguardando uma melhora, sem revoltas. (...). Fomos sempre alheios às lutas partidárias. Contrários às revoluções. (...). Somos também isentos de preconceitos parlamentares, democráticos, legistas; mas sabendo respeitá-los ou resignarmo-nos a eles. (...). Somos, ainda em termos, pela continuidade governamental, desde que uma maioria dirigente esteja por ela. (...). Para nós, só o caráter liberal, fraterno, das instituições políticas as pode legitimar. Porque são as liberdades que definem a República. Como o que define o governo republicano é a conciliação da liberdade (República) com a força (Ditadura)".[88]

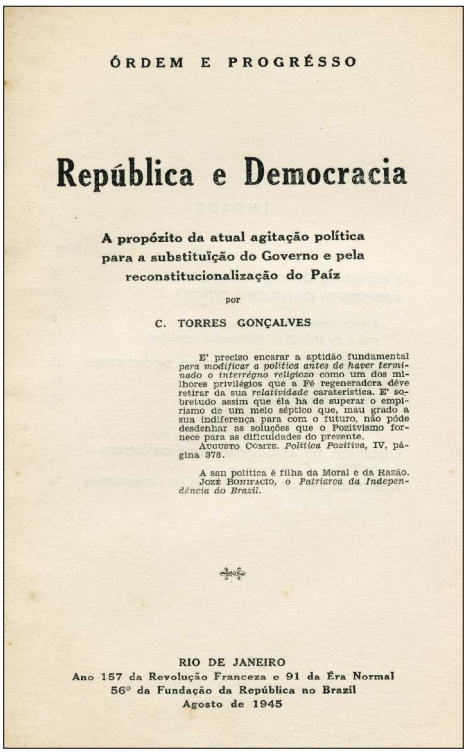
Indiferente aos apelos para que renunciasse, Vargas procurou manter-se no poder. Enquanto que a antiga oposição liberal, no princípio de 1945, organizou a União Democrática Nacional (UDN), em junho do mesmo ano Vargas e seus colaboradores mais próximos criaram o Partido Social Democrático (PSD). De outra parte, três meses depois, surgiu o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também sob a inspiração de Vargas e reunindo a burocracia sindical vinculada ao Ministério do Trabalho. A eleição presidencial foi marcada para o dia 2 de dezembro de 1945, à revelia da Constituição de 1937, que não previa a escolha direta do chefe do Executivo federal.

Enquanto que a oposição liberal não aceitava a idéia de que o chefe do governo autoritário promovesse o processo de redemocratização, Luís Carlos Prestes e o PCB, surpreendentemente, aderiram à campanha "queremista", ou seja, daqueles que "queriam" que Vargas permanecesse no poder até que uma

[88] Idem, p. 4.

Assembléia Nacional Constituinte elaborasse um novo código político para o país. Cabe lembrar que Prestes esteve preso durante todo o período do Estado Novo, sendo libertado apenas naquele momento.[89]

A UDN ratificou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, articulada desde o final do ano anterior. Por sua vez, o PSD lançou o nome do general Eurico Gaspar Dutra, que havia sido auxiliar direto de Vargas ao longo do Estado Novo. Diante deste quadro, através das páginas do *Jornal do Commercio*, em sua edição de 19 de agosto de 1945, Torres Gonçalves publicou um manifesto intitulado "República e Democracia – a propósito da atual agitação política para a substituição do Governo e pela reconstitucionalização do País" (depois reproduzido em folheto). Após fazer uma longa explanação distinguindo entre o regime republicano e o regime democrático, confundidos por muitos, Torres Gonçalves reafirmou sua crença na superioridade da ditadura republicana. Porém, diante da proximidade da eleição presidencial, não deixou de se posicionar em relação às duas candidaturas:



ÓRDEM E PROGRÉSSO

República e Democracia

A propózito da atual agitação política para a substituïção do Governo e pela reconstitucionalização do Paíz

por

C. TORRES GONÇALVES

E' preciso encarar a aptidão fundamental *para modificar a política antes de haver terminado o interrégno religioso* como um dos milhores privilégios que a Fé regeneradora déve retirar da sua *relatividade* caracteristica. E' sobretudo assim que ela ha de superar o empirismo de um meio séptico que, mau grado a sua indiferença para com o futuro, não póde desdenhar as soluções que o Pozitivismo fornece para as dificuldades do presente.
AUGUSTO COMTE. *Política Positiva*, IV, página 378.

A san política é filha da Moral e da Razão.
JOZÉ BONIFACIO, *o Patriarca da Independência do Brazil.*

RIO DE JANEIRO
Ano 157 da Revolução Franceza e 91 da Éra Normal
56º da Fundação da República no Brazil
Agosto de 1945

> "Por princípio, não nos envolvemos em agitações políticas; mas não somos indiferentes a elas e nem à escolha de candidatos aos postos de Governo. Entre concorrentes admissíveis, nossa preferência tem de ser pelo que professe maior número de postulados republicanos: maior sentimento de fraternidade internacional; mais respeito pelas liberdades civis e políticas; mais interesse pela incorporação do proletariado nas sociedades; em particular, maior consideração pela posição social da Mulher e da Família, esta a verdadeira célula elementar das sociedades, de cuja dignificação depende a elevação da Pátria, sua participação da vida da Humanidade.
> Neste momento, dos dois candidatos, um sendo co-responsável do regime liberticida estabelecido em 1937, está excluído pelos princípios republicanos. O outro, dando-nos a esperança da restauração de nossas tradições de liberdade, herdadas da

* Reprodução da capa do folheto em que Torres Gonçalves tratou do iminente fim do Estado Novo e da perspectiva de instalação de um regime democrático no país, publicado em agosto de 1945.

[89] Cf. FAUSTO, *op. cit.*, p. 385-388.

> monarquia e desenvolvidas com o 15 de novembro de 1889, é o que desperta a nossa simpatia".[90]

É interessante lembrar que os positivistas religiosos gaúchos já haviam tomado partido em pleitos anteriores, dando sustentação ao PRR. O mesmo procedimento foi adotado na eleição presidencial de 1945, quando a opção de Torres Gonçalves foi pelo candidato cujas propostas menos se distanciavam do ideário republicano de Auguste Comte. Deste modo, das palavras do positivista gaúcho se depreende que a sua preferência era pela candidatura de Eduardo Gomes. Cabe destacar que a candidatura de Dutra, embora não tivesse respaldo popular, contava com o apoio de Vargas.

Em outubro de 1945, menos de dois meses antes da eleição presidencial que escolheria o sucessor de Getúlio Vargas, este foi deposto pelos militares. Além de causas mais indiretas - como a influência norte-americana sobre parte da cúpula do Exército que combateu o nazi-fascismo na Europa -, a queda de Vargas foi motivada por sua decisão de afastar João Alberto da chefia de polícia da capital federal, indicando seu irmão Benjamin Vargas para o cargo. Sem resistir, o ex-ditador retirou-se para sua fazenda em São Borja, na região missioneira do Rio Grande do Sul. Nesta deposição pacífica foi importante o papel desempenhado pelo general Góes Monteiro, o mesmo que dera sustentação militar a Vargas em 1930 e em 1937, sendo seu braço direito ao longo dos quinze anos em que permaneceu no poder.[91]

6.3 – O período democrático e o regime militar observados por Torres Gonçalves

Já septuagenário, Torres Gonçalves continuou a acompanhar a vida política do país ao longo do período que sucedeu à queda do Estado Novo. Apesar de sua simpatia pela candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, foi o

---

[90] GONÇALVES, Carlos Torres. República e Democracia – a propósito da atual agitação política para a substituição do governo e pela reconstitucionalização ao País. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1945, p. 23.

[91] Cf. FAUSTO, *op. cit.,* p. 388-389. Acerca da deposição de Vargas, Torres Gonçalves publicou uma pequena nota intitulada "A substituição do governo da República – a propósito do feliz desfecho alcançado" na edição de 11 de novembro de 1945 do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, reproduzida no *Correio do Povo* de Porto Alegre em sua edição do dia 18 do mesmo mês (seção "a pedido"). A nota parabenizava as forças armadas por sua "atitude cívica", que permitira, sem luta, "a eliminação do nefasto Governo que surgiu e se manteve por golpes contra a República durante quinze anos, e que prosseguia opondo-se à pacífica reconstitucionalização urgente do País".

general Dutra quem saiu vencedor da eleição presidencial ocorrida no final de 1945. O resultado mostrou a força da máquina eleitoral montada por Vargas em torno do PSD e do PTB. Na mesma ocasião, também foram eleitos os deputados e senadores que deveriam elaborar uma nova Constituição política para o país. O trabalho dos constituintes teve início em fevereiro de 1946, logo em seguida à posse do general Dutra na presidência da República. Dentre os 320 parlamentares, 177 eram do PSD, 87 pertenciam à UDN, 24 integravam o PTB, 15 estavam vinculados ao PCB e 17 outros representavam partidos menores. Vargas foi o grande vencedor da eleição, pois, além de impedir que seus opositores chegassem ao poder, conseguiu se eleger senador por dois Estados e deputado federal por outros sete, de acordo com a possibilidade pela legislação eleitoral então em vigor.[92]

A primeira decisão tomada pela Assembléia Nacional Constituinte foi a de manter a Constituição de 10 de novembro de 1937 em vigor até que o novo código político fosse concluído. Deste modo, em 7 de março de 1946, em companhia de seu confrade sergipano Curvello de Mendonça, Torres Gonçalves publicou no *Jornal do Commercio* um manifesto intitulado "Pela República – a propósito da manutenção provisória da Constituição de 1937", no qual criticou fortemente a decisão:

> "A decisão que acaba de tomar a maioria da atual Assembléia Constituinte de manter, posto que em caráter transitório, a Constituição totalitária-liberticida de 37, é a confirmação de que continuaremos, provisoriamente pelo menos, sem princípios republicanos de governo. Alega-se não podermos viver sem Constituição. Sem dúvida. Mas assim não se pensou em 30. Então, essencialmente os mesmo homens que hoje continuam dominando, começaram pela destruição imediata das Constituições republicanas da União e dos Estado, substituindo-as pelo que eles próprios qualificavam de 'governo discricionário'! E também não pensaram os que destruíram em 37 a de 34, e impuseram a totalitária, que agora mantém, com lógica fascista".[93]

---

[92] Cf. FAUSTO, *op. cit.,* p. 397-399; e IGLÉSIAS, *op. cit.,* p. 60-71.

[93] O artigo foi depois reproduzido em folheto: GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. *Pela República – a propósito da manutenção provisória da Constituição de 1937*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1946. Aqui, mais uma vez, a autoria do texto é exclusiva de Torres Gonçalves, como indicam as alusões a escritos anteriores, feitos no Rio Grande do Sul com Faria Santos. Segundo o relato de Jorge Torres Gonçalves, seu pai elaborava o texto e o mostrava aos confrades positivistas, que simplesmente o subscreviam, eventualmente com algumas observações.

Como se percebe, Torres Gonçalves estava desiludido com a situação política do país. Embora Vargas não estivesse mais no poder, este permanecia nas mãos de seus auxiliares mais próximos ao longo do período anterior. A solução proposta pelo positivista gaúcho era o retorno à Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, ou mesmo à Carta de 14 de julho de 1934, mas em hipótese alguma aceitava que a Constituição de 10 de novembro de 1937 permanecesse em vigor até a elaboração do novo código político do país.

A nova Constituição finalmente foi promulgada em 18 de setembro de 1946. Getúlio Vargas, que assumira o mandato de senador pelo Rio Grande do Sul, não a assinou. Na mesma época, o ex-presidente rompeu com o general Dutra, presidente em exercício. Contraditoriamente, a Constituição reafirmou os princípios liberais e democráticos das constituições de 1891 e de 1934, mas incorporou a legislação social elaborada durante o Estado Novo.[94]

Ainda no primeiro ano do mandato do general Dutra, começaram a se intensificar as atitudes repressivas contra os comunistas. De fato, o PCB emergiu das urnas em 1945 como o quarto maior partido do país, assustando os militares que estavam sob a influência norte-americana. Em maio de 1947, o Supremo Tribunal Federal cassou o registro do PCB, alegando que o partido contrariava a Constituição ao defender um programa contrário ao regime democrático baseado na pluralidade de partidos. No mesmo dia da decretação da ilegalidade do PCB, o Ministério do Trabalho interveio em diversos sindicatos controlados por comunistas. O objetivo principal era desestruturar as organizações dos trabalhadores contrárias à orientação do governo.[95]

Na ocasião, através do *Diário de Notícias*, em sua edição de 3 de dezembro de 1947, Torres Gonçalves publicou um texto intitulado “Pela República – a propósito da cassação de mandatos dos parlamentares comunistas”, onde fez as seguintes considerações:

> “Positivistas, portanto republicanos, pela livre manifestação das opiniões, ainda as mais desregradas, como pela liberdade de organização partidária, ainda a mais retrógrada, não podemos deixar de reprovar esse novo atentado, em preparação. Na aparência, é ele somente contra deputados comunistas ou antes bolchevistas, quer dizer, fanáticos do atual regime totalitário russo. No fundo, porém, como violação do capital princípio da política moderna – a separação

[94] Cf. IGLÉSIAS, *op. cit.,* p. 63-64.
[95] Cf. FAUSTO, *op. cit.,* p. 401-403.

> do Temporal do Espiritual – é contra todos. Acontece que, sendo o menosprezo por esse princípio a característica comum dos totalitários de todas as cores, em realidade trata-se de atentado de evidente cunho bolchevista-fascista. Se hoje atinge A ou B, amanhã, quando convier aos detentores da força material, atingirá a quantos forem pelas liberdades, pela República".[96]

Apesar do protesto de Torres Gonçalves, em janeiro de 1948 o governo ratificou as medidas que colocaram o PCB na ilegalidade, situação que perdurou ao longo das quatro décadas seguintes. Na mesma oportunidade, o Congresso Nacional aprovou uma lei que determinou a cassação dos mandatos dos senadores, deputados e vereadores eleitos pelo partido.

Ainda antes da metade do mandato de Dutra, as manobras para sua sucessão tiveram início. Getúlio Vargas comparecia ao senado esporadicamente. Em geral, permanecia na maior parte do tempo em São Borja, onde os políticos vinculados ao PSD e ao PTB iam visitá-lo com freqüência. No início de 1950 já estavam postas as principais candidaturas à eleição presidencial que deveria ocorrer em 3 de outubro. Getúlio Vargas lançou-se candidato pelo PTB, enquanto que a UDN novamente apresentou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Como Dutra se negou a apoiar Vargas, o PSD lançou a candidatura do desconhecido advogado Cristiano Machado, mas os principais líderes do partido fizeram campanha para o ex-presidente.[97]

Na ocasião, Torres Gonçalves publicou nas páginas do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em sua edição de 21 de abril de 1950, um texto intitulado "A sucessão à presidência da República (a propósito das próximas eleições)", no qual fez a seguinte análise acerca das circunstâncias que haviam levado o general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República:

> "Com a derrota militar, em 1945, dos principais regimes totalitários europeus, houve uma forte reação interna e foram restabelecidas algumas liberdades, entre elas a da imprensa. Não tardou, porém, que aparecessem sintomas de novo golpe liberticida, em início mesmo de execução pelo próprio Governo. Preveniu-o o contragolpe das forças armadas, de 29 de outubro de 1945. Mas tão sem

---

[96] *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1947. Na edição de 12 de setembro de 1945 de *O Globo*, do Rio de Janeiro, Torres Gonçalves já havia publicado uma carta defendendo a "Liberdade de associação para os comunistas". De forma similar, na edição de 27 de abril de 1945 deste mesmo jornal, o positivista gaúcho publicara uma carta sob o título "Liberdade de associação para os integralistas". ACTG.

[97] Cf. FAUSO, *op. cit.*, p. 403-405.

> objetivo restaurador foi, da política republicana, que manteve a Constituição de 37, em vez de a substituir, imediatamente, por uma das anteriores (a de 1891 ou a de 1934); como manteve, por toda parte, a mesma engrenagem organizada para sustentar a situação existente.
>
> A conseqüência foi assistir-se, no pleito que se seguiu, à eleição para a presidência da República do principal co-autor militar do golpe de 37 e co-autor também do contragolpe de 45. A ausência de objetivo regenerador político, na reação de 29 de outubro, havia induzido a colaborar naquela vitória eleitoral todos os elementos reacionários, inclusive os partidários do governo deposto, interessados todos em colocar no supremo posto alguém co-responsável do *Estado Novo*".[98]

Como se nota, Torres Gonçalves percebia no governo Dutra uma continuidade do Estado Novo, pois os mesmos artífices deste apoiavam àquele. Em outra parte do mesmo texto, o engenheiro gaúcho passou a analisar as candidaturas à sucessão presidencial e os partidos que as apresentaram. Novamente sem citar nomes, Torres Gonçalves teceu o seguinte comentário:

> "Para a ação cívica (...) importa a presença à frente dos governos de homens capazes. Não podem ser personagens vindos do *totalitarismo*, e nem de *tendências totalitárias*. E também não podem ser simples democratas. Esse só título nada garante. (...). Chamam-se hoje a si mesmos *democracias* governos os mais despóticos.
>
> Semelhantemente, o qualificativo *trabalhista* nada diz sobre o que é essencial para a ordem, como para o progresso, quer seja este material, quer principalmente moral; o respeito à liberdade, à dignidade dos cidadãos, proletários ou outros. (...).
>
> Dos partidos que, entre nós, se qualificam de *trabalhistas*, um já deu provas, quando no governo, do seu espírito retrógrado-liberticida, confundindo ordem com o silêncio da compressão das opiniões. É a concepção retrógrado-corruptora do governo político que se tem alastrado nos últimos decênios por diversas nações totalitárias. É das maiores calamidades sociais. É a matriz dos *totalitarismos* de cores várias. Deprimentes todos na moralidade".[99]

Como se percebe, dentro do espectro político que se formou após o término do Estado Novo, Torres Gonçalves identificava o populismo do PTB com as tendências totalitárias presentes no regime varguista, da mesma forma

---

[98] O artigo foi reproduzido também nas páginas do *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em sua edição de 6 de maio de 1950. Posteriormente, o texto foi publicado sob a forma de folheto, com o acréscimo de notas explicativas. In: GONÇALVES, Carlos Torres. *A sucessão à presidência da República (a propózito das próssimas eleições"*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1950, p. 7-8 (o grifo é do original).

[99] Idem, p. 13.

que o PSD, associado com os setores oligárquicos e militares que haviam lhe dado sustentação. Relativamente ao PCB, como já foi visto, o engenheiro rio-grandino defendia a legalização de suas atividades, mas era contrário à sua plataforma política. Portanto, por exclusão dos demais partidos, a identificação maior de Torres Gonçalves era com a UDN, apesar de seus princípios liberais. Deste modo, em outra parte do mesmo texto, o positivista gaúcho lembrou a existência no país de um "partido espontâneo" que desejava o retorno do país às suas "melhores tradições", como havia demonstrado a significativa votação obtida no pleito anterior pelo candidato derrotado Eduardo Gomes (não referido nominalmente). Nas suas palavras, este candidato, "pelo seu civismo, energia, experiência administrativa e isenção de paixões partidárias, dava esperanças de um governo mais efetivo".[100]

De outra parte, o período que sucedeu à 2ª Guerra Mundial foi marcado por uma intensa polêmica entre os nacionalistas, defensores de uma política econômica que privilegiasse a busca da auto-suficiência do país e de uma posição de não-alinhamento do país no plano internacional - identificados principalmente com o PTB -, e os partidários de uma maior abertura econômica do país e de um alinhamento político com os Estados Unidos - reunidos na UDN. Refletindo tal polêmica e contestando a posição adotada pelos adeptos da candidatura de Getúlio Vargas, Torres Gonçalves escreveu:

> "Também houve, há mais de meio século, quem tentasse exacerbar o nosso *nacionalismo*, e igualmente contra a grande Pátria de Jefferson e de Washington. Mas deu ocasião à memorável opúsculo de Teixeira Mendes, sob o título *A questão do nativismo* (1896). Aí, apoiando-se em responsáveis argumentos, mostrava o apóstolo como os Estados Unidos haviam sido no Passado, e continuavam sendo no Presente, a principal garantia da liberdade das nações americanas".[101]

Portanto, além da relativa simpatia que tinha pela UDN, Torres Gonçalves também se posicionou de forma favorável a uma aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. O positivista gaúcho, seguindo o exemplo de Teixeira Mendes, admirava as arraigadas convicções republicanas dos norte-americanos, além de ser grato a eles pela libertação de Paris – a "Meca do Ocidente", segundo os adeptos da religião da Humanidade – do jugo nazista.

---

[100] Idem, p. 8.
[101] Idem, p. 11 (os grifos são do original).

Cabe lembrar que as críticas de Torres Gonçalves ao nacionalismo eram antigas e estavam baseadas em suas crenças políticas e religiosas.

Certamente, foi com desalento que Torres Gonçalves assistiu o retorno de Getúlio Vargas à presidência da República, eleito com 49% dos votos contra 30% dados a Eduardo Gomes e 21% recebidos por Cristiano Machado. Ao longo dos anos seguintes, o adepto da religião da Humanidade não voltou a tratar da situação política nacional, voltando sua atenção para a Guerra Fria que se desenvolvia no plano político internacional.

A UDN ainda tentou, sem sucesso, impedir a posse de Vargas, alegando que ele não havia obtido maioria absoluta, ou seja, a metade mais um dos votos válidos. Apesar do moralismo presente nos discursos das lideranças udenistas, em diversas ocasiões, ao longo dos anos seguintes, o partido deixou de lado seu programa liberal-democrático para solicitar a intervenção militar contra o governo populista de Vargas. Este, por sua vez, procurava se manter na posição de árbitro e de conciliador diante das diversas forças sociais em conflito. Porém, a partir de 1953, com o aumento da mobilização dos trabalhadores, a política conciliatória de Vargas começou a apresentar seus limites, obrigando-o a voltar-se para o atendimento das reivindicações populares, em detrimento dos interesses dos setores mais conservadores.[102]

Vargas realizou uma reforma ministerial em meados de 1953, colocando o gaúcho – de São Borja, como ele – João Goulart no Ministério do Trabalho, assim tentando conter a crescente influência comunista nos sindicatos. Logo Goulart virou o alvo preferencial da UDN, que o acusava de querer instalar uma "república sindicalista" no país. Entre os críticos mais ácidos do populismo varguista estavam Carlos Lacerda – ex-comunista que lançara a candidatura de Prestes à presidência da ANL, em 1935 -- e seu jornal *Tribuna da Imprensa*. A propaganda anticomunista da UDN ecoava fortemente entre a classe média urbana e entre setores das forças armadas. Alias, era grande a agitação no Clube Militar e nos quartéis. A crise política se agravou quando Goulart foi substituído no Ministério do Trabalho, não sem antes apresentar uma proposta para que fosse concedido um aumento de 100% no salário mínimo. A medida foi confirmada por Vargas em seu habitual pronunciamento de 1º de maio,

[102] Cf. D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 18.

provocando protestos da classe empresarial e da classe média urbana. Cada vez mais sem apoio entre os militares e entre os políticos, Vargas buscou ampliar seu apoio entre os trabalhadores.

No círculo mais próximo do presidente se formou a convicção de que Carlos Lacerda era o principal obstáculo à sua permanência no poder. Deste modo, assessores de Vargas teriam sugerido ao chefe da guarda presidencial do Palácio do Catete – o gaúcho Gregório Fortunato, fiel servidor do presidente desde a década de 1920 – que eliminasse a causa das preocupações de seu patrão. Na madrugada do dia 5 de agosto de 1954, Fortunato e um pistoleiro de aluguel tentaram matar Lacerda a tiros, quando ele chegava no prédio em que residia, na rua Toneleiros, em Copacabana. Porém, o tiro disparado acabou acertando no major da Aeronáutica Rubens Vaz, que acompanhava o jornalista. A partir de então, investigações realizadas pela polícia e pela Aeronáutica começaram a revelar os bastidores do governo Vargas. Antigas histórias começaram a vir à tona. O movimento pela deposição do presidente ganhou fôlego, tornando insustentável a sua situação. Mesmo os militares que sempre haviam sido fiéis a Vargas passaram a solicitar o seu afastamento.[103]

Curiosamente, Torres Gonçalves era vizinho de Getúlio Vargas, seu antigo desafeto a quem sempre se recusou a nomear em seus escritos. Ambos moravam no mesmo grande quarteirão situado entre a rua do Catete (onde estava situado o Palácio do Catete) e a Praia do Flamengo (onde Torres Gonçalves vivia), ladeado pelas ruas Silveira Martins e Ferreira Viana.

Como último movimento na tentativa de impedir sua deposição, na manhã de 24 de agosto Getúlio Vargas suicidou-se. Em sua carta-testamento,

---

[103] Cf. FAUSTO, *op. cit.,* p. 406-418. Acerca das denúncias feitas contra o presidente, em seu livro *Agosto,* Rubem Fonseca reconstituiu (de forma "romanceada") os acontecimentos verificados no Rio de Janeiro no mês em que Getúlio Vargas suicidou-se. Retomando a intensa polêmica veiculada pelos jornais da então capital federal em agosto de 1954, Fonseca mencionou o caso envolvendo o assassinato de um índio que teria sido cometido por Vargas décadas antes: "Em janeiro de 1920, segundo os jornais, Getúlio Vargas, com o seu cúmplice Soriano Serra, teria assassinado o cacique Tibúrcio Fongue, da tribo dos Inhacorá. O inquérito aberto teria sido abafado. Fac-símiles das folhas dos vários inquéritos eram reproduzidas nos jornais. Em 1923, Vargas, ainda com a cumplicidade de Soriano Serra, teria assassinado o engenheiro Ildefonso Soares Pinto, secretário das Obras Públicas do então governador Borges de Medeiros. 'Soriano foi preso, mas o outro assassino, Getúlio Vargas, continua solto até hoje'". In: FONSECA, Rubem. *Agosto.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 153. Relativamente ao suposto assassinato do secretário das Obras Publicas Ildefonso Soares Pinto, as fontes pesquisadas indicam que as notícias veiculadas pelos Jornais do Rio de Janeiro eram equivocadas.

habilmente, Vargas apontou seus inimigos políticos como aliados dos grupos internacionais que estariam contra as conquistas sociais dos trabalhadores. Deste modo, Vargas conseguiu reverter as expectativas, fazendo com que as massas urbanas saíssem às ruas e depredassem as redações dos jornais antigetulistas e as sedes das empresas multinacionais. Com seu gesto, de algoz passou à vítima, fazendo com que as forças golpistas se retraíssem.

O vice-presidente Café Filho assumiu a presidência para concluir o mandato de Vargas, que se encerraria no final de 1955. Durante a crise que marcou os meses que precederam o suicídio, Café Filho havia ficado ao lado da oposição. Deste modo, não surpreendeu quando ele formou um ministério de maioria udenista. Com vistas à eleição que ocorreria em outubro, o PSD apresentou a candidatura do governador mineiro Juscelino Kubitschek, que conseguiu obter também o apoio do PTB. Por sua vez, a UDN apresentou a candidatura do general Juarez Távora, antigo líder tenentista. Surgiu ainda a candidatura do ex-governador paulista Ademar de Barros, através do Partido Social Progressista (PSP). Por fim, através do Partido de Representação Popular (PRP), apareceu a candidatura do líder integralista Plínio Salgado. A eleição de 3 de outubro concedeu a vitória à chapa composta por Juscelino Kubitschek e por João Goulart (vice-presidente indicado pelos trabalhistas). Porém, a maioria foi escassa. A chapa do PSD e do PTB obteve 36% dos votos contra 30% dados para Távora, 26% recebidos por Ademar de Barros e 8% dados a Plínio Salgado.

Após a vitória de Juscelino, que tinha o trabalhista João Goulart como vice, a UDN iniciou uma campanha para impedir a sua posse, alegando que a vitória havia sido obtida contra o desejo da maioria dos eleitores. Setores das forças armadas chancelaram a posição udenista, de modo que a transmissão do cargo de Café Filho para Juscelino ficou ameaçada. A situação se complicou ainda mais quando Café Filho sofreu um ataque cardíaco, no princípio de novembro de 1955, três meses antes da posse do novo presidente eleito. A Constituição de 1946 determinava que, em casos como este, assumisse o presidente da Câmara dos Deputados, então ocupada pelo deputado Carlos Luz. Ocorre que Luz era da UDN e compartilhava a idéia de que Juscelino deveria ser impedido de assumir. Por iniciativa do ministro da Guerra – general Lott –, ocorreu um “golpe preventivo” através da mobilização

do Exército para garantir a posse de Kubitschek. Por outro lado, os ministros da Marinha e da Aeronáutica denunciaram a ação como ilegal, evidenciando a divisão entre os militares. Carlos Luz e os líderes udenistas ainda tentaram organizar a resistência ao movimento liderado pelo general Lott, mas sem sucesso. Diante do vácuo de poder, o Congresso Nacional transmitiu a presidência da República a Nereu Ramos, presidente do Senado. Em seguida, para garantir a sucessão, o Congresso aprovou o estado de sítio até 31 de janeiro de 1956, data da posse do novo presidente.[104]

Torres Gonçalves se manteve em silêncio nos meses seguintes à morte de Vargas. Em novembro de 1955, porém, quando da crise deflagrada pelo "golpe preventivo" do general Lott, o engenheiro rio-grandino – que se encontrava em Porto Alegre – escreveu um texto intitulado *O respeito à ordem material das sociedades – a propósito do recente atentado de 11 de novembro*. É interessante observar o enfoque dado por Torres Gonçalves ao suicídio de Vargas e aos acontecimentos que ocorreram a partir do afastamento de Café Filho:

> "O próprio golpe militar de 24 de agosto do ano passado não tardou em patentear seus graves inconvenientes. O primeiro foi emprestar aparência de martírio ao ato de desespero do Chefe do Governo, abalando profundamente o sentimento popular em seu favor. Quer dizer, mesmo nesse caso, dever-se-ia ter aguardado que as últimas desconcertantes ocorrências, vindas a público, o induzissem, espontaneamente à renúncia, independentemente do ultimato militar que a precipitou tragicamente.
> E agora, em face do golpe deste momento, o que cumpre é resignarmo-nos à fatalidade do novo governo, *de fato,* conquanto ilegal que resultou. Não criar-lhes obstáculos, a não serem os exigidos por digna reação cívica permanente, em enérgica defesa da República; quer dizer, dentro sempre da ordem, por procedimentos políticos e morais, nas disposições de livres auxiliares dos governos quaisquer".[105]

Como se percebe, o octogenário positivista sul-rio-grandense atribuiu à tentativa oposicionista de promover um golpe contra Getúlio Vargas, em agosto de 1954, o fato de que este, embora morto, tenha saído como o grande vencedor do embate político. De outra parte, Torres Gonçalves aconselhava a

---

[104] Cf. FAUSTO, *op. cit*., p. 418-422.
[105] O texto, datado de 25 de novembro de 1955, foi publicado no ano seguinte. GONÇALVES, Carlos Torres. *O respeito à ordem material das sociedades – a propósito do recente atentado de 11 de novembro*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1956, p. 3.

subordinação ao governo de Nereu Ramos, apesar da ausência de base constitucional para ele.[106]

A velhice fez com que diminuísse o ritmo da produção escrita de Torres Gonçalves, mas não o impediu de se manifestar, sempre que julgava necessário, na defesa das soluções políticas propostas por Comte e pelos apóstolos positivistas Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Neste sentido, em 1960, respondendo ao economista liberal Eugênio Gudin, que nas páginas de *O Globo* havia atribuído aos positivistas a responsabilidade pela idéia de transferir a capital do país para o planalto central do país, o engenheiro rio-grandino lembrou que, nas inúmeras publicações feitas por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes entre 1881 e 1927, nenhuma alusão pública havia sido feita ao assunto. Após esclarecer que a idéia era de José Bonifácio e que os diretores da IPB, em suas manifestações orais aos familiares, sempre haviam se manifestado contrariamente à transferência da capital do país, Torres Gonçalves expôs sua opinião pessoal sobre a questão:

> "Quanto, em particular, ao signatário, que fala em seu nome individual, reprova ele inteiramente o açodamento com que se está construindo Brasília, produto de arrastamento da vaidade, complicado de ignorância sobre os grandes e graves problemas da Pátria (Nordeste, favelas, águas e esgotos do Rio, transportes costeiros e ferroviários, etc.), ao mesmo tempo que de indiferença pela agravação resultante para a situação financeira e econômica do país, especialmente das imensas massas proletárias, mergulhadas assim em miséria crescente. Mas não só isso. É também contrário à própria mudança. Rio de Janeiro atenderia sempre incomparavelmente melhor à Pátria, como capital, do que Brasília. A esta falta e faltarão sempre as importantes ligações marítimas com quase todos os Estados. (...). Falta-lhe a organização social, que depende não somente dos dirigentes, mas também dos dirigidos, em todos os setores da existência humana. E falta-lhe – de tudo o mais importante e que não se obtém por decreto – a tradição espiritual. Rio de Janeiro é a sede espiritual do Brasil, como Paris o é da

[106] Em 15 de novembro de 1955, Torres Gonçalves enviou o seguinte telegrama ao presidente deposto Carlos Luz e ao candidato udenista derrotado Eduardo Gomes: "Queiram aceitar cívicas congratulações pela desistência final toda reação armada contra inesperado golpe militar triunfante dia onze. Cumpre respeitar resultados pleitos eleitorais por maiores sejam erros na escolha candidatos funções governamentais. Resta sempre recurso digna enérgica reação contra infrações se verifiquem da República, regime da Fraternidade. Mas, de acordo ensinamentos *Política Positiva* Augusto Comte, processos políticos e morais são únicos admissíveis, como únicos resguardam ordem material das sociedades, condição de todo melhoramento possível instituições pátrias e sua observância". Idem, p. 4.

> França. É a espiritualidade pátria que a mudança da capital não arrastará consigo".[107]

Como se nota, Torres Gonçalves atribuía a idéia de construir Brasília à vaidade de Juscelino Kubitschek, alertando ainda para os inconvenientes financeiro, social e espiritual da transferência da capital do Rio de Janeiro. Através de seu plano de metas, pelo qual pretendia que o país "avançasse cinqüenta anos em cinco", Juscelino acelerou o processo de industrialização do país, para isso se baseando em uma estreita colaboração entre o Estado, o capital nacional e o capital internacional. Os resultados vieram rapidamente, assim como a inflação.[108]

A situação econômica do país se degradou antes mesmo do final do mandato de Juscelino. Ainda no curso de 1959, as primeiras candidaturas foram lançadas para o pleito presidencial de outubro do ano seguinte. Jânio Quadros, governador de São Paulo, lançou sua candidatura pelo inexpressivo PTN, contando com o apoio de Carlos Lacerda. Ademar de Barros voltou a se candidatar pelo PSP, como fizera na eleição anterior. O PSD e o PTB uniram-se mais uma vez, lançando o general Lott para a presidência e, novamente, João Goulart para a vice-presidência. A UDN acabou por se unir à campanha de Jânio Quadros, abstendo-se de lançar candidato próprio. Carismático entre a população pobre, Jânio acabou vencendo as eleições com 48% dos votos contra 28% dados ao general Lott e 23% dados a Ademar de Barros. Como a eleição à vice-presidência era desvinculada da eleição à presidência, João Goulart reelegeu-se para aquela função ao superar os candidatos apresentados pelos demais partidos.

Jânio Quadros assumiu a presidência da República em janeiro de 1961, implementando uma direção inusitada ao governo. Na política exterior, procurou manter uma linha de independência, chegando a condecorar o líder revolucionário Che Guevara, um dos artífices da revolução Cubana, assim desagradando os conservadores que o haviam eleito. De outra parte, no plano

---

[107] O escrito de Torres Gonçalves sobre a transferência da capital federal para Brasília foi publicado no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 20 de fevereiro de 1960, sendo depois reproduzido em folheto: GONÇALVES, Carlos Torres. *I – O centenário de Júlio de Castilhos; II – Brazília; III – O dezarmamento militar das nações colombo-latinas*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1960, p. 8

[108] Cf. MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 44-67.

interno, Jânio enfrentou uma inflação crescente. Além disso, não contava com uma base de apoio sólida no Congresso Nacional. Em 25 de agosto daquele mesmo ano, pouco mais de seis meses após ser empossado, de maneira inesperada, Jânio Quadros renunciou à presidência.[109]

A Constituição de 1946 estabelecia que o vice-presidente deveria assumir o cargo vago. Entretanto, setores militares viam João Goulart com extrema desconfiança, principalmente em função de seus vínculos com o sindicalismo. Além disso, por um acaso pleno de simbolismo, Goulart estava em viagem diplomática à China comunista. Enquanto o presidente da Câmara dos Deputados assumia interinamente a presidência, os ministros militares se mobilizaram para impedir o retorno e a posse de Goulart. Em contrapartida, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola – que era cunhado de João Goulart – conseguiu o apoio do comando do 3º Exército, sediado em Porto Alegre, e mobilizou a população para evitar o iminente golpe de estado.

Naquele momento, Torres Gonçalves mais uma vez se manifestou publicamente acerca dos rumos políticos tomados pelo país. Através das páginas do jornal carioca *Correio da Manhã* - em sua edição de 1º de setembro de 1961 –, publicou um manifesto intitulado "Pela ordem! – o respeito à Constituição política da pátria", no qual apresentou as seguintes considerações:

> "A ordem material das sociedades é a condição fundamental de vida das Pátrias. Todo desrespeito às disposições constitucionais que a asseguram, atentado gravíssimo. Inútil tentar justificá-lo como preventivo contra atentados futuros maiores. Golpe preventivo é inadmissível.
> Não vale invocar o perigo comunista, melhor dito, bolchevista. O bolchevismo é uma aberração político-econômica, totalitária-liberticida, entravadora da evolução espiritual, retardadora do progresso material-econômico. (...). O nazismo e o fascismo, profundamente afins com o bolchevismo, no que é fundamental – opressão interna e avassalamento externo – desapareceram com a derrota militar que sofreram na última hecatombe fratricida por eles desencadeada. Ao Ocidente cabe empenhar esforços incessantes para que a extinção do bolchevismo se verifique, não pelo mesmo processo militar, mas por evolução".[110]

---

[109] Cf. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

[110] O texto foi reproduzido espontaneamente pelo *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em sua edição de 12 de setembro de 1961. ACTG.

Portanto, mais uma vez o positivista gaúcho se manifestou contra a quebra da ordem constitucional, independentemente de sua natureza. De outra parte, não deixou de manifestar seu desacordo com o comunismo, embora não admitindo que fosse combatido através de medidas atentatórias à liberdade de expressão.

Para evitar um conflito armado, o Congresso Nacional rapidamente aprovou uma mudança constitucional, instituindo o parlamentarismo no país. Deste modo, com menores poderes, João Goulart tomou posse na presidência do país em 7 de setembro de 1961. Torres Gonçalves escreveu então um "aditamento" ao texto anterior, abordando os acontecimentos posteriores ao movimento pela legalidade liderado por Brizola:

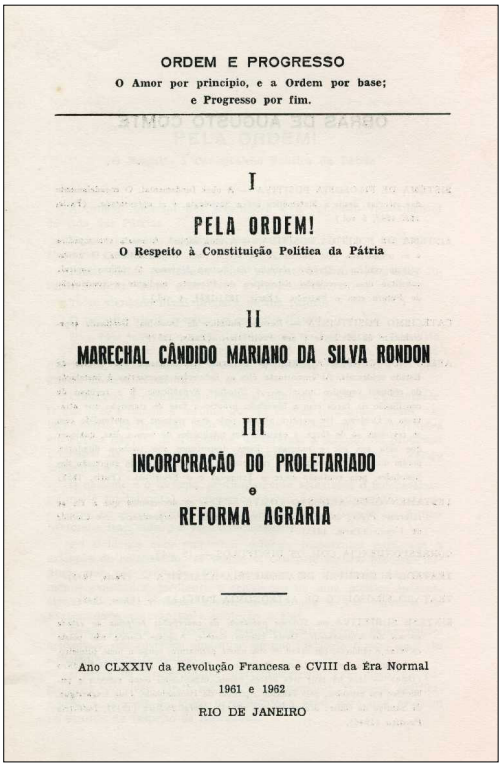
> "Felizmente, o golpe militar então em preparação não se consumou, em falta de apoio da grande maioria das populações civis e da maioria também das forças armadas. Se se houvesse consumado, teríamos tido a guerra civil. Mas, infelizmente, invocando o intuito de afastá-la, julgou necessário o Congresso Legislativo, para que se desse posse ao substituto legal do Presidente, estranhamente resignatário, proceder-se a uma prévia reforma institucional, no sentido de diminuir a força política do chefe da nação. Não obstante a retrogradação que isso representa, cumpre evitar, neste momento delicado, toda agitação para repor a situação anterior. Muito acima dos homens de governo e mesmo dos regimes políticos, está a segurança da ordem material das sociedades. Considerando esta, só em situação de maior tranqüilidade se justificará o restabelecimento do regime alterado, e para melhorá-lo, pelo aumento da força e responsabilidade do chefe de governo.
> Evidente é que as dificuldades em que nos encontramos, com suas graves repercussões sobre a ordem, são oriundas essencialmente da desordem administrativa, em particular dos esbanjamentos e abusos na aplicação dos dinheiros públicos, incluídas emissões sem fim de papel-moeda inflacionário. Enorme a participação em tudo isso da inventiva presidencial perturbadora da ereção de nova Capital Federal, com a agravante de no sertão".[111]

Como demonstra a passagem acima, Torres Gonçalves congratulou-se com o fato de que o golpe militar em preparação tivesse sido evitado pela mobilização popular. De outra parte, manifestou-se contrariamente à alteração constitucional que restringiu os poderes do presidente, mostrando-se surpreso com o fato de que Goulart se resignou com tal situação. Também não deixou

[111] O aditamento ao texto foi incluído na edição em folheto: GONÇALVES, Carlos Torres. *I -– Pela ordem! – o respeito à Constituição política da pátria; II – Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon; III – Incorporação do proletariado e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1962, p. 5.

de lembrar a herança amarga deixada por Kubitschek, visto como responsável pela difícil situação econômica em que o país se encontrava.

Como estava previsto para o início de 1963 a realização de um plebiscito popular para decidir acerca do sistema de governo, nos primeiros tempos João Goulart adotou uma linha moderada, procurando demonstrar seu respeito aos princípios democráticos. Assim mesmo, a maior parte dos candidatos que lhe davam apoio foram derrotados nas eleições realizadas no final de 1962 para o Congresso Nacional e para os governos estaduais. Porém, no plebiscito ocorrido em janeiro de 1963, o parlamentarismo foi derrotado, fazendo com que o presidente da República tivesse seus poderes anteriores restituídos. Mas Goulart permanecia sem maioria no Congresso e sem o apoio das principais forças econômicas do país, de modo que promoveu uma reforma ministerial com perfil de esquerda e se viu forçado a buscar sustentação política junto aos estudantes, aos trabalhadores urbanos, em grande parte simpáticos ao PTB, e aos trabalhadores rurais, reunidos nas ligas camponesas. Deste modo, começou a ser discutido e implementado um programa de "reformas de base" que previa, entre outras coisas, a realização de uma reforma agrária no país. De fato, enquanto que o proletariado urbano havia sido beneficiado por uma série de políticas públicas nas décadas anteriores, o proletariado rural havia permanecido à margem. Com essa bandeira de atender as reivindicações dos camponeses, Goulart acabou perdendo o apoio do PSD, que tinha boa parte de sua base entre os grandes proprietários rurais.[112]



ORDEM E PROGRESSO

O Amor por principio, e a Ordem por base;
e Progresso por fim.

I

PELA ORDEM!

O Respeito à Constituição Politica da Pátria

II

MARECHAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON

III

INCORPORAÇÃO DO PROLETARIADO
e
REFORMA AGRÁRIA

Ano CLXXIV da Revolução Francesa e CVIII da Era Normal
1961 e 1962
RIO DE JANEIRO

Como o assunto da política fundiária do Estado brasileiro afetava particularmente Torres Gonçalves, que durante duas décadas fora o respon-

* Reprodução da capa de um folheto em que Torres Gonçalves tratou do projeto de reforma agrária discutido pelo governo de João Goulart, publicado em 1962.

[112] Cf. FAUSTO, p. 443-457.

sável pela Diretoria de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul, ele tomou a iniciativa de publicar no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, em sua edição de 22 de março de 1962, um artigo intitulado "Incorporação do proletariado e reforma agrária". No texto, após transcrever a máxima comtiana que afirma que "o trabalho jamais pode faltar", o engenheiro gaúcho apresentou um conjunto de onze diretrizes que deveriam guiar o governo federal na realização da reforma agrária, lembrando a obrigação que os poderes públicos tinham de amparar o proletariado dos campos através da criação de colônias agrícolas. Neste sentido lembrou a experiência que ele mesmo havia tido no Rio Grande do Sul durante as primeiras décadas do século XX, quando tivera a oportunidade de verificar a "excelência dos nacionais (luso-afro-aborígenes)".[113]

O crescimento da inflação levou ao aumento da pressão sindical por aumentos salariais e pela implementação das "reformas de base" prometidas pelo governo. As invasões de terras por parte das ligas camponesas avançaram, bem como os movimentos grevistas por parte do proletariado urbano. De outra parte, nos quartéis se conspirava abertamente pela derrubada de Goulart. Com minoria no Congresso, o presidente tentou implementar as reformas através de decretos, gerando ainda mais insatisfação entre a oposição.

Foi neste clima político conturbado que Torres Gonçalves publicou, em janeiro de 1964, o folheto intitulado *Reforma agrária – ordem social e proletariado*. Após ratificar a defesa do modelo de colonização desenvolvido pelo Rio Grande do Sul durante as décadas iniciais do século XX, conforme já fizera em publicação de dois anos antes, Torres Gonçalves esclareceu que aquilo que o governo federal pretendia fazer não merecia o qualificativo de "reforma agrária", pois esta dependeria da aceitação generalizada do princípio comtiano que afirma que "o capital é social em sua origem e deve ter destino

[113] O artigo foi depois reproduzido em folheto: GONÇALVES, Carlos Torres. *I –Pela ordem! – o respeito à Constituição política da pátria; II – Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon; III – Incorporação do proletariado e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1962, p. 9-15. A política fundiária implementada por Torres Gonçalves na Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1908 e 1928, foi analisada no capítulo 4 do presente trabalho.

social na aplicação". Em seguida, a partir desta máxima positivista, o engenheiro gaúcho apresentou o seguinte prognóstico acerca do desenvolvimento econômico futuro das sociedades ocidentais:

> "É o princípio que determinará um dia mudança radical na instituição, não somente da indústria agrícola, como, simultaneamente, nas demais, fabril, comercial e bancária. Então cada grande chefe de indústria, à indispensável capacidade diretora, (...) aliará o alto sentimento cívico de sua condição de simples depositário do capital, com o grau de apropriação individual reclamado pelos pesados encargos, as graves responsabilidades decorrentes, e tendo por compensação única a felicidade e o mérito da aplicação ao serviço social".[114]

Na utopia positivista, portanto, a motivação dos detentores do capital e dos meios de produção não seria a conquista de lucro financeiro, mas a busca da felicidade de servir à sociedade. Ou seja, o motor da ação deixaria de ser egoísta para se tornar altruísta.

De outra parte, como demonstram as palavras de Torres Gonçalves, a organização econômica concebida pelos positivistas ortodoxos para o estágio final da evolução humana não era tão diferente daquela imaginada pelos marxistas. Porém, se havia certa semelhança nos objetivos finais, os meios utilizados para conquistá-los e os caminhos percorridos eram completamente diferentes.

Passando a analisar o projeto político implementado por João Goulart – sem fazer menção direta ao presidente –, Torres Gonçalves afirmou que "as *reformas de base*, sem definição, tão freqüentemente invocadas, se forem no espírito das anteriores, só conduzirão à agravação da desordem". No caso, as reformas anteriores aludidas foram as de 1930 e 1937, "caracterizadas pelo espírito totalitário-liberticida de inspiração nazi-fascista confessada", conforme as palavras do positivista rio-grandino.[115]

Mais adiante, naquele mesmo folheto, referindo-se às greves, às movimentações políticas e à situação econômica do país, Torres Gonçalves apresentou as seguintes considerações:

> "Quanto a nós, continuaremos no caminho da retrogradação, a prosseguirem as intermináveis greves político-demagógicas, geradoras da indisciplina do proletariado civil, entorpecedoras das

[114] GONÇALVES, Carlos Torres. *Reforma agrária – ordem social e proletariado*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1964, p. 2.
[115] Idem, p. 3.

> atividades produtivas, encarecedoras da vida para todos. Em particular para as massas, cujos aumentos salariais são logo superados por maior custo das utilidades. Assim, (...) cada vez mais os déficits orçamentários reclamarão emissões de moeda inflacionária. Junte-se um nacionalismo estreito, perturbador das relações com as nações de mais afinidades espirituais conosco e maior intercâmbio comercial.
> Urge pôr termo aos incitamentos à demagogia, de que natureza for, sempre de objetivos e efeitos retrógrados. Simultaneamente, cessarem os esbanjamentos habituais dos dinheiros públicos, aplicados a satisfações de vaidade nacional ou da cobiça, sintomas, sob outros aspectos, da desordem político-administrativa".[116]

A polarização política no país cresceu continuamente ao longo do governo de João Goulart. Por um lado, os sindicatos urbanos e rurais desejavam a aceleração e o aprofundamento das reformas prometidas pelo presidente; por outro lado, contando com a simpatia do governo norte-americano, grupos católicos e a classe média acusavam o governo de estar implementando um regime comunista no país. Com sua legitimidade cada vez mais questionada, João Goulart foi deposto por um golpe militar entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964.[117]

Embora fosse contrário às ações políticas sem bases constitucionais e às insurreições, como demonstrara em diversas ocasiões anteriores, Torres Gonçalves não protestou contra a deposição de João Goulart pelos militares. Ao contrário, no folheto intitulado *Ordem social*, publicado em julho de 1964, após lembrar a necessidade suprema de se manter a ordem, o engenheiro sul-rio-grandense alertou para o fato de que o desprezo ao atendimento das justas reivindicações dos proletários permitia que fossem levados:

> "(...) a aceitar doutrina que eles não conhecem, mas que apresenta-se com nome que seduz (comunismo), que parece prometer o que aspiram. Esquecem ou ignoram que, nos países de regimes totalitários, a conquista mais preciosa, mais fecunda – a das liberdades – é como se não existisse. Tudo nas mãos do Estado, desde a educação (...) até as atividades materiais, trabalho, indústria, comércio (...)".[118]

Fica evidente, portanto, o temor que Torres Gonçalves tinha de que o proletariado brasileiro tomasse o poder e implantasse um regime comunista no

---

[116] Idem, p. 4.
[117] Cf. TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 99-109.
[118] GONÇALVES, Carlos Torres. *Ordem social*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1964, p. 1.

país, de acordo com o modelo soviético. Depois de criticar o caráter totalitário dos regimes em vigor na Rússia, na China e em Cuba, o positivista gaúcho alertou:

> "Análogo regime – para nós, retrogradação imensa – estavam tentando arrastar-nos os atentados contra a ordem, perpetrados ou tolerados pelo próprio governo da Pátria. O perigo do qual vem de afastar-nos a reação das forças armadas, em quase unanimidade, com apoio da população civil. Não pode tal reação ser equiparada aos golpes de 1930 e 1937, ambos de instituição de regimes totalitários. Nem ao duplo golpe de 1955, de substituição de A por B no governo.
> Desta vez foi a reação à desordem, às intermináveis greves demagógico-governamentais, estendidas do proletariado, por fim, ao militar, geradoras de indisciplina por toda parte. Era a intranqüilidade permanente instalada no País, mantendo cada dia mais perturbadas internamente as atividades produtoras e comprometidas as relações externas com os países de mais afinidades conosco e maior intercâmbio econômico".[119]

As palavras de Torres Gonçalves demonstram que ele assistiu com alívio ao movimento de 1964. Não qualificou-o de golpe, mas de reação contra a desordem em que o governo deposto estaria lançando o país. Neste sentido, dentro da polarização mundial que caracterizou a Guerra Fria, ratificou sua simpatia pelo bloco liderado pelos Estados Unidos contra o bloco liderado pela União Soviética. Por outro lado, no plano interno, reafirmou sua maior identificação com o programa político da UDN do que pelo PTB e pelo PSD, criados por Vargas.

Quando escreveu este folheto acerca do movimento militar que depôs João Goulart, Torres Gonçalves estava quase atingindo os noventa anos de idade e recém havia ficado viúvo. Nos anos seguintes, com perda progressiva da visão e alquebrado pela idade, sua produção escrita diminuiu bastante. Por outro lado, quando se animava a ditar algumas palavras a seu enfermeiro, que exercia também a função de secretário, preferia abordar questões referentes à situação política internacional.

Embora não se disponha de base documental para afirmar com certeza, tudo indica que Torres Gonçalves apreciou o governo de Castelo Branco, primeiro dos presidentes militares, que ficou no poder entre abril de 1964 e março de 1967. Através do Ato Institucional n.º 1, baixado poucos dias após o

[119] Idem, p. 1-2.

golpe militar, a Constituição de 1946 foi mantida em suas linhas gerais, mas fortaleceu os poderes do presidente – eleito indiretamente pelo Congresso Nacional -, autorizou a cassação de mandatos de qualquer nível e permitiu o expurgo de funcionários públicos. No primeiro momento, a repressão não foi tão intensa nos centros urbanos, concentrando-se nas áreas rurais. As eleições para os governos de alguns estados foram mantidas, ocorrendo no final de 1965. Em função da vitória dos trabalhistas em vários estados importantes, Castelo Branco baixou o Ato Institucional n.º 2, estabelecendo que as eleições futuras à presidência da República e aos governos estaduais seriam realizadas de forma indireta, extinguindo os partidos políticos existentes e instalando o bipartidarismo. Deste modo, a maior parte dos políticos da UDN se filiaram à Aliança Renovadora Nacional (Arena), que dava sustentação ao regime militar. Os políticos vinculados ao PTB ingressaram no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia oposição ao governo. Por sua vez, os membros do PSD se dividiram entre os dois novos partidos. Ainda no ano de 1966, o Ato Institucional n.º 4 fechou o Congresso Nacional para a realização de novos expurgos e para aprovar o texto da nova Constituição, imposta pelos militares.[120]

Com a posse de Costa e Silva na presidência da República, em março de 1967, o regime militar se tornou ainda mais opressivo. Por outro lado, a partir do ano seguinte a oposição começou a se organizar de forma mais efetiva, refletindo os movimentos de contestação ao autoritarismo e ao militarismo que haviam eclodido nos Estados Unidos, na França e em outros países da Europa. Alguns grupos de esquerda começaram a desenvolver ações armadas utilizando táticas de guerrilha. Nos grandes centros urbanos também ocorreram manifestações de rua que reivindicavam a redemocratização do país. Em resposta, o governo militar baixou o Ato Institucional n.º 5, através do qual o governo concedeu a si mesmo poderes quase ilimitados.

Naquele momento Torres Gonçalves abandonou o silêncio e voltou a se manifestar, reafirmando seu apoio à várias medidas impostas pelos militares - embora com algumas restrições à ação governamental - através do folheto *A fase tormentosa, de transição, que atravessa a Terra (sumárias considerações,*

[120] Cf. FAUSTO, *op. cit.,* p. 465-475.

em particular, sobre o Brasil). Após lembrar que a crise em que a humanidade estava mergulhada era característica do período de transição entre o "passado teológico militar" e o "futuro científico-industrial-pacífico", de acordo com a filosofia da história de Auguste Comte, Torres Gonçalves elencou uma série de medidas que deveriam ser tomadas internamente. Dentre as proposições feitas, o positivista sul-rio-grandense defendeu: o aumento dos períodos de governo para sete anos, com possibilidade de reeleição; o voto facultativo e a descoberto, sendo as mulheres "libertas" de tal exercício; a transformação das Assembléias Legislativas em orçamentárias, sendo o poder de legislar entregue aos governos; a plena autonomia dos Estados; a instituição de polícia preventiva e repressiva, com a proibição de agrupamentos em vias públicas para manifestações coletivas, salvo com prévia autorização; e a liberdade de imprensa, com obrigação de assinatura pelos autores de escritos quaisquer.[121]

Como se percebe, com alguns acréscimos – como era o caso da reivindicação de uma polícia repressiva para as aglomerações populares -, eram as mesmas bandeiras defendidas desde o princípio do século em suas sucessivas manifestações escritas. Porém, com o passar do tempo, os textos de Torres Gonçalves encontraram cada vez menor repercussão entre a opinião pública.

Em agosto de 1969, após sofrer um derrame que o deixou paralisado, Costa e Silva foi substituído na presidência da República. Como o vice-presidente Pedro Aleixo – um civil – havia se oposto ao Ato Institucional n.º 5, os ministros militares resolveram impedir a sua posse, sendo formada uma junta militar que governou provisoriamente. Diante da impossibilidade de Costa e Silva se recuperar, a cúpula militar determinou que o Congresso Nacional procedesse a uma nova eleição. Deste modo, no final de outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici – gaúcho, como seu antecessor – foi eleito presidente da República, com mandato até março de 1974. A repressão política atingiu o auge durante este período, com o esmagamento da oposição armada. No plano econômico, o mandato de Médici coincidiu com o "milagre brasileiro",

[121] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *A fase tormentosa, de transição, que atravessa a Terra (sumárias considerações, em particular, sobre o Brasil).* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1969, p. 5-7.

período de relativo crescimento econômico que se esgotou com a crise do petróleo, em 1973.[122]

Durante o governo Médici, Torres Gonçalves escreveu – ou melhor, ditou – poucos textos. Quando o fez, abordou, preferencialmente, a situação planetária e o problema da relação entre o Estado e as populações indígenas.[123] Porém, se não interveio nos debates públicos com a mesma intensidade de outros tempos, ao menos procurou acompanhar os acontecimentos, pedindo ao seu enfermeiro e aos seus familiares que lessem jornais e revistas em voz alta, além de escutar as notícias veiculadas pelo rádio e pela televisão. Embora não tenha escrito sobre a evolução dos acontecimentos políticos do país durante os primeiros anos da década de 1970, seu silêncio indica que continuou pensando que os governos militares eram um mal necessário para impedir um mal maior. Quando Torres Gonçalves faleceu, em junho de 1974, o general Médici recém havia transmitido a presidência da República ao general gaúcho Ernesto Geisel, que lentamente começou a encaminhar o processo de abertura política no país.

Como já foi observado em outro momento, a existência de Torres Gonçalves ocorreu paralelamente ao período de crescimento, ao auge e ao longo declínio da influência do positivismo comtiano no Brasil. Mas a grande longevidade do positivista rio-grandino criou um abismo entre a sua percepção dos acontecimentos políticos e sociais de que era testemunha e a percepção que as novas gerações tinham dos mesmos fenômenos. Deste modo, progressivamente suas posições foram sendo entendidas como anacrônicas. Porém, se perdeu o poder de interferir no rumo dos acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul e do Brasil, de outra parte Torres Gonçalves se manteve estritamente fiel aos princípios que abraçou ainda em sua juventude.

---

[122] Cf. FAUSTO, *op. cit.,* p. 481-482.

[123] Sob o título *Proteção aos indígenas*, em 1972, Torres Gonçalves publicou seu último folheto, defendendo que o governo federal retomasse os princípios que guiaram a ação de Rondon em relação aos silvícolas. Os folhetos acerca da situação política internacional que ele publicou no final da década de 1960 e no início da década de 1970 serão analisados no capítulo 9 do presente trabalho.

Terceira Parte

Carlos Torres Gonçalves e a Humanidade

Capítulo 7

Torres Gonçalves, propagandista da Religião da Humanidade

7.1 – O subsídio positivista e a difusão de publicações da Religião da Humanidade no Rio Grande do Sul

Quando o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos organizou-se, em 1899, a primeira carta-circular por ele divulgada deixava clara a sua subordinação à direção de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, "apóstolos" da Igreja Positivista do Brasil (IPB), solicitando a contribuição de todos que simpatizassem ou simplesmente achassem útil a ação religiosa desenvolvida pela instituição.[1]

Dentre as funções do "subsídio positivista", instituído por Miguel Lemos logo após haver fundado a IPB, estavam os de angariar recursos para custear

[1] No texto, após assinalarem o apoio que prestavam a Júlio de Castilhos e lembrarem que a constituição estadual fora influenciada pelo positivismo, os subscritores acrescentavam: "Esta verdade [a influência positivista] já é reconhecida por muitos compatriotas nossos, que todavia não contribuem para o subsídio positivista por suporem que tal concurso importa em completa adesão à doutrina regeneradora. Enganam-se os que assim pensam. Com efeito, o cid. Miguel Lemos, digno diretor do Apostolado brasileiro, tem-se expressado a este respeito da seguinte maneira: 'O simples concurso pecuniário não significa adesão à doutrina, nem reconhecimento de nossa autoridade; ele pode até ser também prestado por dignos adversários, que, divergindo de nossas soluções, julgam contudo socialmente úteis e sinceros os nossos esforços no sentido de chamar a atenção pública para o problema religioso. Não há quota nem época previamente determinada para esta cooperação, podendo cada qual concorrer quando e com quanto quiser'. (...). À vista do que vos expomos, acreditamos que concorrereis doravante para aumentar os recursos financeiros em que assentam a vida e o desenvolvimento do Apostolado Positivista do Brasil. Cumprireis assim um verdadeiro dever social, que nos é imposto pelas vossas crenças republicanas". In: FELIZARDO JÚNIOR, Joaquim José et alii. *Carta-circular dirigida a todos quantos sympathizam com a missão do Apostolado Positivista do Brazil*. Porto Alegre: IPB, 1899. Torres Gonçalves já mantinha relações com o grupo gaúcho de positivistas religiosos – quase todo formado por engenheiros, funcionários da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul – e com a direção da IPB quando a carta-aberta foi publicada. Tudo indica que deixou de subscrevê-la por estar ausente da capital.

a impressão dos folhetos editados pela instituição e para cobrir os custos com a publicação em jornais de manifestos mais urgentes. Com a proclamação da República, em 1889, Miguel Lemos e Teixeira Mendes abandonaram os cargos públicos que ocupavam, respectivamente de secretários da Biblioteca Nacional e do Ministério da Agricultura e Obras Públicas, para dedicarem-se exclusivamente à ação de propaganda da religião positivista e de livres conselheiros dos governos e da opinião pública. Neste sentido, o subsídio positivista passou a destinar parte dos recursos arrecadados para a manutenção dos dois apóstolos e de suas famílias.[2] Com o passar dos anos, o subsídio positivista também passou a cobrir outras despesas. Deste modo os recursos passaram a ser divididos em diversos fundos, prevendo a construção de uma sede própria para a IPB,[3] a aquisição de um prédio em Paris para a propaganda, a execução do testamento de Auguste Comte e a contribuição para a manutenção do culto católico na França – conforme o filósofo havia recomendado que fosse feito até que a religião positivista se tornasse hegemônica no Ocidente) –, além de outros fundos excepcionais de curta duração (geralmente destinados a auxiliar a família de algum confrade positivista que estivesse em dificuldades ou para custear a construção de monumentos cívicos ou fúnebres).

Por outro lado, em 1900 Felizardo Júnior tomou a iniciativa de criar o "fundo positivista rio-grandense", com o objetivo de angariar recursos para cobrir as despesas feitas pelo grupo porto-alegrense de adeptos da religião da Humanidade com a aquisição de livros, a edição de folhetos e o pagamento pela publicação de manifestos na imprensa local.[4]

---

[2] Em 1904, o subsídio individual anual recebido por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes era de 5:400$000 réis (cinco contos e quatrocentos mil-réis). Cf. MENDES, R. Teixeira. *O Apostolado Pozitivista no Brazil – circular anual (1904).* Rio de Janeiro: IPB, 1905, p. 57. Para se ter um termo de comparação, este rendimento eqüivalia ao salário de Carlos Torres Gonçalves no mesmo ano (recebido na condição de 1º condutor da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul). Cf. Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, ano de 1905.

[3] Trata-se do "Templo da Humanidade", localizado na rua Benjamin Constant n.º 74, Rio de Janeiro. O tema da construção e da preservação deste e de outros prédios positivistas será desenvolvido no próximo capítulo deste trabalho.

[4] A lista de contribuintes do fundo positivista rio-grandense em 1900 contou com a seguinte relação de nomes: Joaquim José Felizardo Júnior, João Luís de Faria Santos, Raul Abbott, Carlos Torres Gonçalves, Augusto Pestana, Ildefonso Fontoura, W. Iolinsky, Luiz Debire, Octavio Rodrigues da Silva, Francisco Ávila Silveira, Evaristo do Amaral, Carlos Alberto Miller, Manoel Luiz Pereira da Cunha, Gonçalo Corrêa Lima, Vespasiano Corrêa, Benito Ilha Elejalde, João Leivas de Carvalho, Luciano de Almeida, Lindolpho Silva, José da Costa Gama, Attílio A.

Em 1906, com a morte de Felizardo Júnior, a responsabilidade pela coleta de contribuições para a IPB e pela administração do depósito de publicações da instituição no Rio Grande do Sul passou para as mãos de Carlos Torres Gonçalves. No princípio do ano seguinte, Torres Gonçalves tomou a iniciativa de publicar uma notícia circunstanciada dos recursos captados pelo núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos entre 1899 e 1906, período correspondente à administração do correligionário e amigo recentemente falecido.[5]

A partir de então e até o final da década de 1930, Torres Gonçalves publicou diversos relatórios financeiros referentes à coleta de recursos para a IPB feita pelo núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos.[6] Cruzando os dados fornecidos por Torres Gonçalves acerca das contribuições recolhidas no Rio Grande do Sul para o "subsídio positivista brasileiro" com as informações mencionadas nos relatórios financeiros da IPB em âmbito nacional, pode-se obter alguns indícios interessantes acerca do grau de importância que os confrades gaúchos tinham no contexto geral da propaganda da religião da Humanidade no país. Da mesma forma, tais informações permitem que se acompanhe as oscilações verificadas na simpatia que a opinião pública gaúcha e brasileira tinha pelo positivismo comtiano.[7]

Frebbi, J. Parobé, João Simplício Alves de Carvalho, A Predel, Victor Leães, Alfredo Borges, Salvador Caparelli, Gabriel Bello e M. Cavalheiro, além de três nomes ilegíveis. Conforme documento depositado no Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre (ACPPA).

[5] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1906) – rezumos financeiros relativos à propaganda desde o ano 1899*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1907.

[6] Tais informações constam da série de títulos publicados com o título "Notícia da propaganda positivista no Estado do Rio Grande do Sul", feita entre 1907 e 1939, conforme o exemplo acima. Inicialmente tais publicações eram anuais e continham relatos de outras atividades realizadas pelos propagandistas da IPB no Estado. A partir de 1914 elas passaram a agrupar vários anos em um mesmo folheto. Depois de 1920 foram publicados apenas quatro relatórios, contemplando períodos de tempo mais amplos e deixando de reproduzir as intervenções realizadas em debates públicos.

[7] A movimentação financeira da IPB era relatada nas últimas páginas das "Circulares anuais", relatório anual da vida da instituição feita por seus diretores. Entre 1881 e 1898, tais circulares foram elaboradas por Miguel Lemos. Entre 1899 e 1902 elas deixaram de ser editadas, sendo retomadas em 1903 por Teixeira Mendes, que as publicou até 1913. As informações referentes à vida financeira posterior da IPB acham-se nos boletins de números 36P, 37P e 38P (a letra indica que os referidos folhetos pertenciam a uma série publicada em português, para diferenciar de uma série paralela publicada na língua francesa), publicados entre 1926 e 1926, além de uma "circular" excepcional publicada pela Delegação Executiva da IPB em 1930. Para detalhes da movimentação financeira da IPB entre 1899 e 1930, bem como da participação do Rio Grande do Sul no "subsídio positivista brasileiro", ver a tabela n.º 1, na página seguinte.

Tabela n.º 1 – Movimentação financeira anual da Igreja Positivista do Brasil entre 1899 e 1930, com a indicação das contribuições oriundas do Rio Grande do Sul.[8]

Ano	Receita total da IPB no país	Subsídio para a IPB recolhido no RS	%	N° total de contribui-ções para a IPB no país	N° total de contribui-ções para a IPB obtidas no RS	%
1899	---------	2:100$000	-------	208	33	15,87%
1900	---------	5:036$000	-------	224	73	32,59%
1901	---------	7:000$000	-------	243*	87	35,80%
1902	41:757$940	6:000$000	14,37%	263*	79	30,04%
1903	29:522$640	10:278$000	34,81%	228*	53	23,25%
1904	38:729$390	6:749$000	17,43%	202	64	31,68%
1905	31:375$781	5:700$000	18,17%	226	78	34,51%
1906	44:230$591	5:417$900	12,25%	222	85	38,29%
1907	27:233$241	9:589$700	35,21%	203	78*	38,42%
1908	30:269$100	8:963$270	29,61%	235	90	38,30%
1909	27:448$660	6:935$200	25,27%	200	75	37,50%
1910	28:204$000	6:034$220	21,39%	208*	64	30,77%
1911	36:637$720	4:970$300	13,57%	191*	41	21,47%
1912	34:908$890	3:872$800	11,09%	163*	43	26,38%
1913	28:489$600	4:649$000	16,32%	158*	46	29,11%
1914	---------	4:347$300	-------	164	44	26,83%
1915	---------	4:344$000	-------	156	41	26,28%
1916	---------	2:934$000	-------	137	35	25,55%
1917	18:732$730	4:207$000	22,46%	234	44	18,80%
1918	27:345$670	3:539$100	12,94%	149	40	26,85%
1919	29:516$120	3:313$000	11,22%	133	39	29,32%
1920	35:499$960	3:364$000	9,48%	131	33	25,19%
1921	28:634$540	3:195$100	11,16%	132	-------	-------
1922	21:146$800	3:574$400	16,90%	114	-------	-------
1923	19:730$882	3:328$700	16,87%	120	-------	-------
1924	18:249$687	4:378$000	23,99%	110	-------	-------
1925	26:587$868	4:516$400	16,99%	142	-------	-------
1926	25:995$712	3:899$000	15,00%	101	-------	-------
1927	29:993$360	4:551$800	15,18%	114	-------	-------
1928	27:861$800	4:223$700	15,16%	102	-------	-------
1929	31:168$300	4:400$000	14,12%	141	-------	-------
1930	28:481$800	3:612$000	12,68%	96	-------	-------

* Os asteriscos indicam que uma das contribuições recebidas naquele ano foi feita de maneira coletiva. Os traços indicam que os dados em questão não foram publicados.

[8] As fontes utilizadas para a elaboração deste quadro foram mencionadas nas duas notas anteriores.

Analisando a tabela acima se percebe que, excluindo o ano de 1899 – quando a coleta começou a ser feita no mês de maio –, o percentual de contribuições à IPB recolhidas no Rio Grande do Sul manteve-se em níveis superiores a 30% do total durante toda a primeira década de atividade do núcleo gaúcho de adeptos da religião positivista, exceção feita ao ano de 1903, quando o número de contribuintes gaúchos caiu para 53, contra 79 no ano anterior. A diminuição do número de contribuintes gaúchos à IPB justamente no ano da morte de Júlio de Castilhos é digna de nota, pois os membros do núcleo porto-alegrense reiteravam com freqüência o vínculo existente entre a instituição religiosa e o projeto político implementado pelo "patriarca da República" no sul do Brasil. O fato é tanto mais surpreendente quando se considera que Castilhos foi o primeiro a assinar, no princípio daquele ano, a lista de subscrição que visava recolher recursos entre os gaúchos para a aquisição da casa de Clotilde de Vaux, em Paris.[9] O reflexo desta campanha financeira para adquirir um imóvel em Paris se reflete nos valores enviados de Porto Alegre para o Rio de Janeiro, que em 1903 foram quase 60% maiores do que os recursos do ano anterior. De outra parte, em 1904 os valores remetidos voltaram aos níveis de 1902. A primeira década de atividades do núcleo da IPB em Porto Alegre se encerrou, em 1908, com 90 contribuintes, o número máximo de toda a sua história.

Considerando o volume percentual dos valores remetidos pelo núcleo positivista sul-rio-grandense para o subsídio positivista nacional entre 1899 e 1908, a oscilação foi bem maior, variando de um mínimo de 12,2%, em 1906, para um máximo de 35,2%, em 1907. Tal variação pode ser explicada pelo fato de que algumas contribuições feitas individualmente por positivistas mais abastados acabavam criando algumas distorções. Dentre os confrades da IPB que em diversas oportunidades fizeram contribuições vultosas para a instituição, pode-se referir Amaro da Silveira (comerciante que trabalhava com importação e exportação), Trajano de Medeiros (engenheiro que tinha uma construtora responsável por muitas obras públicas) e Ernesto de Otero (engenheiro gaúcho radicado no Rio de Janeiro). De outra parte, alguns

[9] A campanha para a aquisição do prédio de n.º 5 da rua Payenne, em Paris, é abordada no capítulo 8 desta tese. O reflexo desta campanha financeira se reflete nos valores enviados de Porto Alegre para o Rio de Janeiro, que em 1903 foram quase 60% maiores do que os valores do ano anterior. De outra parte, em 1904 os valores remetidos voltaram aos níveis de 1902.

simpatizantes da IPB residentes no Rio Grande do Sul enviavam suas contribuições diretamente para o Rio de Janeiro. Em termos de valores absolutos, a quantia máxima enviada em um mesmo ano de Porto Alegre para a capital federal foi verificada em 1903 (justamente o ano em que o número de contribuintes atingiu seu nível mais baixo na década considerada), quando foram remetidos 10:278$000 réis.[10]

Já na década seguinte, entre 1909 e 1918, o número de contribuintes gaúchos caiu progressivamente, com pequenas recuperações isoladas. Deste modo, em 1909 foram verificadas 75 contribuições, atingindo o número de 40 em 1918. Em relação ao número de contribuições recebidas pela IPB oriundas de todas as partes do país, o percentual caiu de 37,5%, no início do período, para 26,8%. De maneira geral, com exceção do ano de 1917 – o pior em todas as décadas estudadas, com exceção do ano de 1899 –, quando o percentual caiu para 18,8% do total, o número de contribuições à IPB recolhidas no Estado manteve-se na faixa de 20 a 30%. A queda abaixo deste nível justamente no ano da morte de Miguel Lemos, fundador da IPB, é ao mesmo tempo emblemática e intrigante, pois seria de esperar um volume maior de contribuições, em sinal de solidariedade com Torres Gonçalves e com os demais membros do núcleo sul-rio-grandense de adeptos da religião da Humanidade. Porém, a mesma tendência de queda foi verificada naquele ano em nível nacional.

Considerando o volume de recursos enviados do Rio Grande do Sul para a sede da IPB, no Rio de Janeiro, verificou-se a mesma oscilação já constatada na década anterior relativamente ao seu significado diante dos volumes totais arrecadados pela agremiação religiosa. O percentual máximo foi conquistado em 1909, quando chegou a 35,2%, e o percentual mínimo ocorreu em 1912, quando as contribuições gaúchas para a IPB representaram apenas 11,9% do total. Para esta variação tão grande se pode arriscar uma explicação semelhante àquela formulada para analisar a oscilação verificada na década anterior, isto é, as contribuições elevadas eventualmente feitas por alguns confrades e correligionários. No Rio Grande do Sul, o confrade Ozório de Azambuja Cidade e o correligionário Arthur Homem de Carvalho – mais

[10] A título de exemplo, o valor de 10:278$000 é lido da seguinte forma: dez contos e duzentos e setenta e oito mil-réis.

abonados que seus companheiros de propaganda – costumavam fazer doações elevadas. Em termos absolutos, o valor máximo remetido se verificou em 1909, quando a IPB recebeu 6:935$200 réis do Rio Grande do Sul, caindo progressivamente ao longo do restante da década até atingir o valor de 3:539$100 réis. É interessante notar que a queda nos valores absolutos arrecadados no sul do Brasil para a IPB ocorreu paralelamente a um período de inflação crescente, motivada pela 1ª Guerra Mundial. Porém, o percentual de participação do Rio Grande do Sul no subsídio positivista brasileiros não caiu tanto porque a mesma redução de receita se verificou em âmbito nacional (o máximo recolhido foi de 44:230$591, em 1906, e o mínimo foi de 18:732$730 réis, em 1917). Neste período deve-se considerar que o núcleo da IPB no Estado esteve envolvido com a campanha para a aquisição de um terreno visando à construção de uma sede para a propaganda positivista em Porto Alegre, o que acabou fazendo com que os recursos enviados para o Rio de Janeiro fossem menores.[11]

Para a terceira década de atividades do núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos, iniciada em 1919, não existem informações completas acerca do percentual de contribuintes gaúchos da IPB em relação ao total. Porém, em relação aos dois primeiros anos do período se percebe que o número de contribuintes caiu abaixo de 40 indivíduos, o nível mais baixo desde o início das atividades do grupo. Apesar da queda, em nível nacional o número de contribuintes sul-rio-grandenses do subsídio positivista brasileiro manteve-se na faixa dos 20%, pois igual redução se verificou em âmbito nacional.

Em termos de valores percentuais, os valores recolhidos no Rio Grande do Sul para a IPB mantiveram-se na faixa entre 11 e 20% durante o período que vai de 1919 a 1930 (último ano considerado na tabela n.º 1), oscilando entre um mínimo de 9,4%, em 1920, e um máximo de 23,9%, em 1924. Considerando os valores absolutos, os valores enviados para o Rio de Janeiro oscilaram entre um mínimo de 3:195$100 réis, em 1921, e um máximo de 4:516$400 réis, em 1925. Ressalte-se, entretanto, que a redução dos valores médios enviados de Porto Alegre para o Rio de Janeiro acompanharam a tendência de queda da receita da IPB verificada em nível nacional. De fato, em

[11] A campanha para a aquisição do terreno e para a construção de uma da propaganda positivista no Rio Grande do Sul será analisada no capítulo seguinte.

1930 o número de contribuintes da IPB atingiu o menor nível do período republicano, ficando abaixo de 100 contribuições, mostrando uma tendência irreversível.

Financeiramente, Torres Gonçalves nunca esteve entre os maiores contribuintes individuais do subsídio positivista brasileiro. Os livros de registro da movimentação financeira do núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos indicam pormenorizadamente as contribuições recebidas pelo grupo para serem enviadas para a direção da IPB, no Rio de Janeiro. Deste modo, através da tabela n.º 2 (reproduzida na próxima página), se pode acompanhar o desembolso pessoal feito pelo engenheiro rio-grandino entre 1901 e 1931.

Considerando que seus rendimentos no posto de 1º condutor da Secretaria de Obras Públicas giravam em torno de 5:400$000 réis (cinco mil e quatrocentos mil-réis) anuais no princípio do século XX,[12] se nota-se que suas contribuições para a IPB ficavam abaixo de 10% do total de seus ganhos, exceção feita ao ano de 1903, quando a campanha para a aquisição da casa de Clotilde de Vaux em Paris acabou exigindo sacrifícios extras dos adeptos da religião positivista.

A partir do ano de 1908, com sua efetivação no cargo de encarregado pela Diretoria de Terras e Colonização, seus proventos anuais se elevaram para 9:000$000. Entretanto, suas contribuições para a IPB mantiveram-se nos mesmos níveis de antes. É provável que a manutenção de suas contribuições em um mesmo nível se devesse ao fato de que naquele ano nasceu sua terceira filha. Outros três filhos nasceriam ao longo dos quatro anos seguintes. Cabe lembrar que Torres Gonçalves não possuía uma fortuna familiar que lhe permitisse a realização de desembolsos extras.

Comparando-se os valores doados anualmente por Torres Gonçalves para a IPB com o conjunto das contribuições remetidas pelos positivistas gaúchos para a mesma instituição e com o total arrecadado (estas duas últimas informações constam da tabela n.º 1), percebe-se que, até 1910, a sua contribuição pessoal girava em torno de 10% dos valores arrecadados no Estado, representando menos de 2% do total arrecadado pela IPB.

[12] As informações acerca dos salários anuais recebidos por Torres Gonçalves encontram-se nos Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul divulgados ao longo do período em questão.

Tabela n.º 2 – Contribuições financeiras para a Igreja Positivista do Brasil feitas por Carlos Torres Gonçalves entre 1901 e 1931.[13]

Ano	Subsídio positivista geral	Conservação da casa de Clotilde de Vaux em Paris	Execução do testamento e resgate da casa de Auguste Comte	Subsídio ao culto católico em Paris	Subsídio da Orquestra	Total
1901	265$000	---	---	---	---	265$000
1902	300$000	---	---	---	---	300$000
1903	300$000	270$000	---	---	---	570$000
1904	300$000	90$000	---	---	---	390$000
1905	350$000	130$000	---	---	---	480$000
1906	392$000	120$000	---	---	---	512$000
1907	312$000	120$000	---	12$000	48$000	492$000
1908	312$000	120$000	---	12$000	48$000	492$000
1909	312$000	120$000	---	12$000	48$000	492$000
1910	312$000	120$000	---	12$000	48$000	492$000
1911	300$000	120$000	12$000	12$000	48$000	492$000
1912	300$000	120$000	12$000	12$000	48$000	492$000
1913	320$000	120$000	60$000	12$000	60$000	572$000
1914	340$000	120$000	52$000	12$000	60$000	584$000
1915	360$000	120$000	48$000	12$000	60$000	600$000
1916	360$000	120$000	48$000	12$000	60$000	600$000
1917	360$000	120$000	48$000	12$000	60$000	600$000
1918	180$000	120$000	24$000	12$000	24$000	360$000
1919	180$000	120$000	24$000	12$000	24$000	360$000
1920	170$000	120$000	24$000	12$000	24$000	350$000
1921	276$000	120$000	24$000	12$000	12$000	444$000
1922	276$000	120$000	24$000	12$000	12$000	444$000
1923	276$000	120$000	60$000	12$000	12$000	480$000
1924	300$000	120$000	60$000	12$000	12$000	504$000
1925	300$000	120$000	60$000	12$000	12$000	504$000
1926	300$000	120$000	60$000	12$000	12$000	504$000
1927	330$000	120$000	60$000	12$000	12$000	534$000
1928	360$000	120$000	110$000	12$000	12$000	614$000
1929	360$000	120$000	60$000	12$000	12$000	564$000
1930	360$000	120$000	60$000	12$000	12$000	564$000
1931	360$000	120$000	60$000	12$000	12$000	564$000

[13] Tabela elaborada a partir dos livros de registro dos subsídios enviados para a Igreja Positivista do Brasil pelo núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos, onde constam informações anuais detalhadas mês a mês, com a indicação do nome de todos os contribuintes. Tais livros acham-se depositados no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre.

A partir de 1912, o salário anual de Torres Gonçalves foi elevado para 12:000$000 réis. Refletindo tal aumento, já no ano seguinte o valor de suas contribuições para a IPB aumentou para 572$000 réis, o valor máximo até então. Entretanto, o valor equivalia a menos de 5% de seus proventos. Ao longo dos anos seguintes suas contribuições se elevaram até atingir o patamar de 600$000 réis anuais, valor que se manteve estável entre 1915 e 1917. Em 1918 houve uma queda brusca no valor de suas doações para a IPB, que se reduziram a 360$000 réis, mantendo-se neste nível (com leve oscilação) até o ano de 1920.

Em 1922 o salário de Torres Gonçalves na Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul estava fixado em 13:200$000 réis anuais, além de uma gratificação de 3:000$000. Deste modo, suas contribuições à IPB, estáveis em 444$000 réis ao longo daquele ano e do anterior, elevaram-se em 1923 para 504$000 réis, mantendo-se assim até 1926. Em 1928 ocorreu a doação anual máxima de Torres Gonçalves para a IPB, no valor de 614$000 réis, voltando a cair nos anos seguintes e estabilizando-se em 564$000 réis.

Embora relativamente modestas, as contribuições financeiras feitas por Torres Gonçalves à IPB caracterizaram-se pela constância e pela meticulosidade. Deste modo, observando a tabela n.º 2, percebe-se que apenas em 1901 e 1902 suas contribuições foram feitas de forma genérica ao subsídio positivista brasileiro. A partir de então, suas contribuições anuais foram divididas em diversos fundos específicos, contemplando a conservação da casa de Clotilde de Vaux em Paris, a conta criada para promover a execução do testamento de Auguste Comte – que, entre outros itens, previa a união de sua sepultura com a de Clotilde de Vaux, sendo seus restos mortais colocados lado a lado, com as mãos unidas – e a aquisição de sua casa,[14] a contribuição para a manutenção do culto católico em Paris[15] e a preservação da pequena orquestra que executava peças musicais durante as cerimônias religiosas realizadas no Templo da Humanidade do Rio de Janeiro.

[14] O capítulo 8 deste trabalho aborda de forma mais detalhada a relação dos positivistas religiosos brasileiros com as casas de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux.

[15] Este é outro dispositivo do testamento de Auguste Comte, que entendia que antes da "vitória final" do positivismo seria melhor que a população ocidental se mantivesse fiel ao catolicismo do que exposta aos "perigos da metafísica". Sobre o assunto ver: COMTE, Auguste. *Testament d'Auguste Comte.* Paris: Édition de l'Éxecution Testamentaire, 1884.

Com relação às contribuições feitas por Torres Gonçalves para o subsídio positivista geral, que incluía o auxílio para a subsistência dos apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes e para a impressão das obras editadas pela IPB, entre 1902 e 1917 não houve grande oscilação, ficando sempre na casa dos trezentos mil-réis anuais. A morte de Miguel Lemos fez com que, a partir de 1918, se verificasse uma redução para menos de duzentos mil-réis anuais, situação que perdurou até 1922. A partir de então, as contribuições para aquele fundo geral voltaram aos níveis anteriores, passando a abranger verbas destinadas especificamente ao financiamento da edição de obras de Teixeira Mendes (a partir de 1921).

Acerca da conservação da casa de Clotilde de Vaux em Paris, a tabela n.º 2 revela a constância das contribuições anuais de Torres Gonçalves. Salvo a oscilação verificada nos três anos iniciais de existência deste fundo, entre 1903 e 1905, ao longo dos 26 anos seguintes o valor ficou estável em 120$000 réis anuais. A mesma estabilidade se percebe em suas contribuições para a manutenção do culto católico em Paris, fixadas em 12$000 réis anuais. No tocante ao subsídio para a execução do testamento de Auguste Comte e para uma eventual aquisição de sua casa, na rua Monsieur-le-Prince n.º 10, em Paris, houve grande variação nos montantes anuais destinados por Torres Gonçalves, como demonstra a referida tabela. Deste modo, o valor mínimo com que ele contribuiu foi de 12$000 réis, em 1911 e 1912. Em 1928 a sua contribuição para esta finalidade atingiu o seu máximo: 110$000 réis. Por fim, relativamente às suas contribuições para a manutenção da pequena orquestra que tocava no Templo da Humanidade do Rio de Janeiro, sua contribuição anual foi fixada em 48$000 réis entre 1907 e 1912, se elevando para 60$000 réis ao longo do qüinqüênio seguinte. No triênio posterior, entre 1918 e 1920, tal contribuição foi reduzida para 24$000 réis anuais, sendo novamente reduzida em 1921, quando foi fixada em 12$000 réis anuais, assim se mantendo até 1931, último ano de que se dispõe de tais informações detalhadas.

Além dessas contribuições regulares (sintetizadas na tabela n.º 2), Torres Gonçalves também realizou doações excepcionais em alguns anos. Deste modo, em 1911 destinou 30$000 réis para a construção de um pequeno templo positivista em Liverpool, Inglaterra, e em 1920 enviou 100$000 réis para

auxiliar especificamente à reedição de uma obra de Auguste Comte. De outra parte, entre 1907 e 1912 destinou 120$000 réis anuais para o pagamento de uma pensão à mãe de Felizardo Júnior, seu companheiro precocemente falecido.

Um dado interessante nas contribuições de Torres Gonçalves é que elas eram feitas em parcelas mensais, de acordo com o aconselhamento feito por Miguel Lemos, que preferia a constância de pequenas contribuições à eventualidade de grandes doações. Esta também seria uma forma de reafirmação permanente da fé.[16]

Mais importante do que as contribuições financeiras individuais de Torres Gonçalves à IPB, que nunca foram excepcionalmente elevadas, foi o seu empenho em recolher doações entre os simpatizantes do positivismo no Rio Grande do Sul. Em muitos casos as contribuições eram feitas mais por simpatia pelo próprio Torres Gonçalves do que propriamente por identificação ideológica com a doutrina criada por Auguste Comte. Ressalte-se, entretanto, que o número de "contribuintes do subsídio positivista brasileiro" no Rio Grande do Sul nunca atingiu uma centena.

Além das contribuições financeiras que eram enviadas para o Rio de Janeiro (e, parte delas, de lá para Paris), Torres Gonçalves também contribuía para o "fundo positivista rio-grandense", instituído por Felizardo Júnior no ano de 1900 para cobrir as despesas com a publicação de folhetos editados pelo núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos. A tabela n.º 3 (reproduzida na página seguinte) revela o montante arrecadado por este fundo entre o ano de sua criação e 1939, último ano em que houve arrecadação para este fim. As informações disponíveis acerca dos contribuintes para o fundo são escassas e fragmentadas, de modo que não é possível ter uma idéia clara acerca do percentual, em relação ao total, das contribuições de Torres Gonçalves. O certo é que as maiores contribuições, mais uma vez, partiram de Arthur Homem de Carvalho e Ozório de Azambuja Cidade, casados com herdeiras de fazendas e, no caso do primeiro, sem filhos.

[16] Um pequeno panfleto da IPB em que eram solicitadas contribuições para a instituição referia: "Não há quota nem época determinadas para esta cooperação material, sendo, porém, muito conveniente regularizar as contribuições, de modo a torná-las mensais, por diminutas que sejam". Cf. LEMOS, Miguel. *Subsídio pozitivista*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, s.d.

Tabela n.º 3 – Valores arrecadados pelo subsídio positivista rio-grandense para cobrir as despesas da propaganda da religião da Humanidade no Estado.[17]

Ano	Valor arrecadado	Ano	Valor arrecadado
1900	180$000	1920	671$200
1901	1:069$600	1921	445$000
1902	117$100	1922	591$400
1903	102$600	1923	566$000
1904	68$500	1924	645$000
1905	84$000	1925	710$000
1906	452$050	1926	889$000
1907	517$800	1927	1:040$000
1908	289$300	1928	1:770$000
1909	371$800	1929	1:645$000
1910	1:078$500	1930	1:267$000
1911	760$000	1931	2:222$000
1912	477$710	1932	1:815$700
1913	533$400	1933	1:950$000
1914	931$300	1934	1:346$000
1915	406$200	1935	1:956$000
1916	412$800	1936	1:060$100
1917	623$400	1937	1:266$000
1918	615$600	1938	1:141$000
1919	554$200	1939	1:404$255

Os dados da tabela acima revelam uma situação excepcional no ano de 1901, quando o valor arrecadado pelo "subsídio positivista rio-grandense" superou um conto de réis, enquanto que no ano anterior e nos anos subseqüentes a arrecadação foi girou em torno de cem mil-réis. Segundo informação prestada por Torres Gonçalves, aquele valor elevado se deveu à necessidade de fazer um investimento inicial para a compra de livros indicados por Comte para a formação de uma "biblioteca positivista" e para a aquisição de objetos e móveis necessários ao culto religioso. De outra parte, o ano de 1906 marcou uma elevação de mais de 400% em relação ao ano anterior, provavelmente motivada pela morte de Felizardo Júnior e pela conclamação

[17] Tabela elaborada a partir dos dados divulgados através da série "Notícia da propaganda positivista no Estado do Rio Grande do Sul, cujo primeiro número foi publicado por Torres Gonçalves em 1907 (com informações referentes ao movimento financeiro entre 1899 e 1906) e o último em 1939.

feita para que os simpatizantes do positivismo e os amigos do falecido contribuíssem para a cobertura dos gastos com sua sepultura.[18]

A partir da "transformação subjetiva" de Felizardo Júnior, Torres Gonçalves passou a ser o administrador do fundo positivista rio-grandense, do mesmo modo que do subsídio positivista brasileiro no Estado, antes referido. Sob sua direção, o nível de arrecadação do fundo rio-grandense jamais voltou aos níveis reduzidos que predominaram durante a gestão de seu antecessor. Entretanto, ao contrário da arrecadação geral da IPB, que oscilava menos e mais lentamente, o fundo positivista rio-grandense sofreu grandes variações ano a ano. Provavelmente a causa desta maior instabilidade é que as atividades do núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos eram mais reduzidas e ocasionais, de modo que a edição ou não de um folheto implicava um custo que necessariamente não se repetiria no ano seguinte.

Em 1910 a arrecadação do fundo positivista rio-grandense voltou a superar a casa de um conto de réis, provavelmente sob motivação da campanha iniciada por Torres Gonçalves em dezembro daquele ano para angariar os recursos necessários à construção de uma sede para a propaganda da religião da Humanidade em Porto Alegre.[19] A partir do ano seguinte foi estabelecido um fundo específico para esta finalidade, o que pode explicar a queda verificada nos anos seguintes. Entre 1911 e 1926, os valores doados ao fundo positivista rio-grandense variaram entre um máximo de 931$300 réis, em 1914, e um mínimo de 406$800 réis, logo no ano seguinte. A partir de 1927 até 1939, final do período para o qual se dispõe de dados, os valores recolhidos sempre ficaram acima de um conto de réis, sendo que em 1931 atingiu o montante de 2:222$000 réis, recorde de arrecadação. É provável que esta elevação dos valores arrecadados a partir do final da década de 1920 estivesse relacionado com os custos com a manutenção da Capela Positivista de Porto Alegre, concluída em 1928. Por outro lado, também não se pode ignorar a existência de inflação durante este longo período de quatro décadas abrangido pela tabela referente à arrecadação do fundo positivista sul-

[18] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1906) – rezumos financeiros relativos à propaganda, desde o ano 1899*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1907, p. 11.
[19] Tema que será desenvolvido no próximo capítulo.

rio-grandense. Entretanto, embora tais informações não estejam disponíveis, nada indica que tenha havido aumento no número de contribuintes.

Acerca do perfil geral dos contribuintes do subsídio positivista brasileiro e do fundo positivista rio-grandense, os registros existentes nos livros de registro permitem afirmar que um número significativo deles era constituído por engenheiros e por funcionários públicos, colegas de profissão de Torres Gonçalves e de Faria Santos. Os mencionados registros são bastante incompletos acerca da profissão dos doadores, de modo que fica inviabilizada a elaboração de uma tabela demonstrativa. Porém, tomando-se o ano de 1913 como exemplo, dos 46 colaboradores para o subsídio positivista brasileiro, 14 eram engenheiros, representando mais de 30% do total. Também houve contribuições naquele ano de quatro funcionários públicos estaduais, três intendente municipais, três advogados, dois agrimensores (que prestavam serviços à Diretoria de Terras e Colonização), dois comerciantes, um guarda-livros (Adolpho, irmão de Carlos Torres Gonçalves), um militar, um tipógrafo e um operário, além do presidente do Estado Borges de Medeiros (suas contribuições eram raras). Apenas duas mulheres contribuíram naquele ano, Virgínia e Dagmar Torres Gonçalves, respectivamente mãe e esposa do responsável pela administração do subsídio positivista brasileiro no Rio Grande do Sul. Portanto, todos os doadores faziam parte do círculo de relações de Torres Gonçalves, seja pessoalmente, seja profissionalmente.

Um item relevante dos gastos de Torres Gonçalves e de Faria Santos relacionados com a adesão ao positivismo é aquele que se refere à compra de livros. Embora tais informações não constem dos relatórios impressos e nem dos livros de registros, pois eram dispêndios pessoais, algumas notas de compra depositadas no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre[20] demonstram a encomenda freqüente de obras positivistas ao livreiro parisiense Émile Blanchard, que durante algum tempo também foi o responsável pela administração da casa de Clotilde de Vaux. Quando ambos os confrades

[20] Sobre o acervo em questão, ver PEZAT, Paulo Ricardo & LEAL, Elisabete da Costa. *Capela Positivista de Porto Alegre: acervo bibliográfico, documental e iconográfico*. Porto Alegre: Fumproarte - Secretaria Municipal de Cultura / Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS, 1996; e ––––– & –––––. "A Capela Positivista de Porto Alegre e seu acervo". In: *Anos 90,* Porto Alegre, n.º 11, julho de 1999, p. 172-185.

gaúchos se transferiram para o Rio de Janeiro, em meados da década de 1930, suas bibliotecas pessoais foram doadas ao referido acervo, pois na capital federal teriam acesso à biblioteca do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro.

Como já foi mencionado, a função essencial do subsídio positivista brasileiro, além de manter os apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes, era a de cobrir as despesas com a impressão dos folhetos editados pela IPB e com a publicação de intervenções na imprensa do Rio de Janeiro. Aliás, a posterior reprodução de tais intervenções sob a forma de folhetos era o meio encontrado para fazer com que jornais de outras partes do país também divulgassem as propostas apresentadas pela IPB à opinião pública acerca dos mais variados temas de debates.[21] Portanto, tal edição de livros e de folhetos e as publicações em jornais constituíram elementos importantes para a difusão do ideário comtiano – na interpretação a ele dada pela IPB – no país.

Os relatórios anuais acerca das contribuições financeiras recolhidas no Rio Grande do Sul para a IPB mais uma vez fornecem dados interessantes sobre a participação do Estado no conjunto dos recursos arrecadados pela instituição para cobrir as despesas tipográficas e jornalísticas com a veiculação dos escritos de Miguel Lemos, Teixeira Mendes e outros confrades positivistas, principalmente o médico Joaquim Bagueira Leal, autor de diversos textos em que criticou o "despotismo sanitário" de Oswaldo Cruz e das autoridades públicas brasileiras.[22] Deste modo, contemplando o período entre 1899 e 1930, a tabela n.º 4 (na página seguinte) apresenta os dados relativos às despesas anuais da IPB com a manutenção da tipografia própria onde eram impressos os seus folhetos e com o pagamento aos jornais do Rio de Janeiro (preferencialmente ao *Jornal do Commercio*) para a publicação dos mesmos, além de apresentar a receita obtida nacionalmente pela IPB com a venda de suas edições e a participação do Rio Grande do Sul neste montante.

---

[21] Acerca do conjunto das obras editadas pela IPB entre 1881 e 1932, ver o catálogo APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL *Catálogo das publicações*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1932.

[22] Sobre a influência no Rio Grande do Sul das publicações da IPB acerca de assuntos relacionados com a higiene pública e com o exercício da medicina, ver WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999 (principalmente o primeiro capítulo).

Tabela n.º 4 – Despesas da Igreja Positivista do Brasil com a impressão de folhetos em sua tipografia e com a publicação de textos de seus diretores em jornais do Rio de Janeiro, com a contribuição para este fim feita pelo núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos. Receita obtida pela IPB com a venda de folhetos e participação do Rio Grande do Sul neste montante.[23]

Ano	Despesas da IPB com tipografia e publica-ções em jornais	Recursos enviados do RS para custear as publi-cações da IPB	%	Receita da IPB com a venda de folhetos	Receita da IPB com a venda de folhetos no RS	%
1899	---------	---------	-------	---------	385$550	-------
1900	---------	---------	-------	---------	1:326$05	-------
1901	---------	---------	-------	---------	1:778$16	-------
1902	---------	---------	-------	---------	568$400	-------
1903	3:950$000	---------	-------	---------	197$400	-------
1904	14:170$860	---------	-------	1:779$726	219$400	12,33%
1905	7:898$060	---------	-------	1:629$360	186$100	11,42%
1906	10:114$200	---------	-------	1:563$460	248$800	15,91%
1907	8:324$000	---------	-------	2:080$780	599$200	28,80%
1908	13:142$600	---------	-------	2:468$800	839$970	34,02%
1909	8:850$200	---------	-------	2:059$700	432$200	20,98%
1910	9:133$300	---------	-------	1:821$460	367$220	20,16%
1911	12:461$000	---------	-------	2:528$400	359$300	14,21%
1912	13:408$100	---------	-------	1:221$020	123$800	10,14%
1913	10:529$650	---------	-------	1:419$400	104$000	7,33%
1914	---------	---------	-------	---------	143$800	-------
1915	---------	---------	-------	---------	105$000	-------
1916	---------	---------	-------	---------	71$000	-------
1917	4:574$500	---------	-------	537$000	100$000	18,62%
1918	12:266$900	---------	-------	1:212$640	240$100	19,80%
1919	7:565$300	---------	-------	896$800	81$000	9,03%
1920	6:837$800	---------	-------	1:175$100	308$000	26,21%
1921	7:994$950	881$170	11,02%	871$000	200$300	23,00%
1922	7:623$010	1:984$000	26,03%	1:500$800	108$000	7,20%
1923	8:302$580	1:831$000	22,05%	1:127$200	68$100	6,04%
1924	6:243$750	1:751$000	28,04%	1:329$100	108$000	8,13%
1925	4:863$400	2:113$200	43,45%	2:070$400	278$400	13,45%
1926	5:511$200	1:524$000	27,65%	980$000	72$000	7,35%
1927	3:377$000	1:958$000	57,98%	1:103$200	257$200	23,31%
1928	6:462$800	1:361$000	21,06%	2:883$600	101$200	3,51%
1929	3:440$000	1:739$000	50,55%	3:062$500	84$000	2,74%
1930	3:180$000	1:227$000	38,58%	2:557$000	128$000	5,01%

[23] As informações para a elaboração desta tabela encontram-se na série "O Apostolado Positivista no Brasil" (as circulares anuais), publicadas pela IPB, e nas "Notícias da propaganda positivista no Estado do Rio Grande do Sul", publicadas por Torres Gonçalves.

Ao interpretar as informações da tabela n.º 4, cabe previamente informar que as despesas da IPB com a veiculação dos textos através dos jornais do Rio de Janeiro eram muito inferiores aos custos tipográficos da edição dos folhetos. Como nem sempre a distinção entre os dois tipos de gastos era divulgada nos relatórios financeiros anuais, a inserção de uma coluna especial para as despesas com jornais ficou inviabilizada. Porém, pode-se calcular em não mais do que 25% os gastos desta natureza. Tal esclarecimento ganha sentido quando se considera que os custos com os jornais não tinham retorno financeiro, enquanto que o dispêndio com a edição de folhetos sempre poderia ser recuperado através da venda dos mesmos.

Para os anos iniciais, entre 1899 e 1903, os dados disponíveis remetem apenas aos montantes anuais obtidos no Rio Grande do Sul com a venda das

publicações da IPB, não sendo possível estabelecer qualquer tipo de relação. Observe-se, entretanto, que durante os anos de 1900 e 1901 os valores resultantes da venda dessas publicações no Estado atingiram números elevados – acima de um conto de réis – provavelmente causada pela aquisição de coleções dos folhetos por parte de Torres Gonçalves, Faria Santos, Felizardo Júnior e outros adeptos da religião da Humanidade. Entre 1904 e 1906, período em que o depósito de publicações positivistas no Rio Grande do Sul foi administrado por Felizardo Júnior,[24] o montante recolhido com a venda das publicações no Estado girou em torno de duzentos mil-

* Reprodução de gravura editada pela IPB representando Auguste Comte escrevendo sua obra sob a inspiração de Rosalie Boyer, Sophie Bliaux e Clotilde de Vaux, seus três "anjos da guarda". ACPPA.

[24] Antes da criação de um depósito de publicações da IPB em Porto Alegre por Felizardo Júnior, em 1899, um outro depósito funcionou por algum tempo em Pelotas, onde o confrade e médico-militar Bagueira Leal esteve durante a revolução Federalista. Em 1896 foi criado um outro depósito em Bagé, administrado pelo correligionário João Lucas de Lima, igualmente de curta duração. De outra parte, os clubes cooperadores positivistas de Porto Alegre e de Rio Grande também fizeram a distribuição das referidas publicações durante o curto tempo em que existiram, entre 1891 e 1894. Cf. PEZAT, Paulo Ricardo & LEAL, Elisabete da Costa. "La propagande de la religion de l'Humanité dans le sud du Brésil". In: *Imprévue*, Montpellier, 1997, n.º 1 / 2, p. 153-154.

réis, representando pouco mais de 10% das vendas realizadas nacionalmente pela IPB.

Em 1907, quando a administração do depósito de publicações da IPB em Porto Alegre passou a ser realizada por Torres Gonçalves, os valores obtidos praticamente dobraram em relação ao ano anterior. Da mesma forma, o percentual com que a venda de publicações no Rio Grande do Sul participou no conjunto das vendas nacionais subiu para 28,8% do total, contra 15,9% no ano anterior. Em 1908 as vendas no Rio Grande do Sul atingiram o valor de 839$970 réis, valor máximo de todo o período considerado, excluindo-se os anos de 1900 e 1901, pelos motivos já apresentados. Naquele ano as vendas no Rio Grande do Sul atingiram o percentual de 34% do total das vendas da IPB, igualmente assinalando um recorde que não seria superado posteriormente. Nos dois anos seguintes, 1909 e 1910, o percentual do Rio Grande do Sul caiu para cerca de 20% do total, reduzindo-se ainda mais em 1911 e 1912, quando ficaram abaixo de 15% do total obtido pela IPB com a venda de folhetos. Em 1913 o percentual de participação do Rio Grande do Sul ficou em 7,3% o nível mais baixo desde a criação do depósito de publicações positivistas em Porto Alegre, em 1899. O valor absoluto arrecadado pela venda de publicações da IPB no Rio Grande do Sul oscilou bastante a partir da 1ª Guerra Mundial, com forte tendência de queda, como demonstra a tabela referida. Em termos percentuais se verificou a mesma variação e a mesma tendência de queda relativamente ao total arrecadado pela instituição em nível nacional, indo de um máximo de 23,3%, em 1927, a um mínimo de 2,7%, dois anos depois.

Por outro lado, a partir de 1921 o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos passou a destinar, dentro de sua contribuição para o subsídio positivista brasileiro, um valor especificamente destinado a auxiliar na cobertura dos gastos com a edição de folhetos de autoria de Teixeira Mendes e de Bagueira Leal. A partir de então e até 1930, ano final do período contemplado pela tabela n.º 4, pode-se perceber que a contribuição enviada do Rio Grande do Sul para esta finalidade apresentou uma tendência de crescimento, variando de um mínimo de 11% do total dos gastos tipográficos da IPB, em 1921, a um máximo de 57,9%, em 1927, um índice notável.

A discrepância entre o total dos gastos tipográficos da IPB (excetuando-se os gastos com jornais, feitos a "fundo perdido") e os valores obtidos com a venda de folhetos também merece algumas considerações. De fato, boa parte dos livros e dos folhetos editados pela IPB[25] era distribuída gratuitamente entre os governantes e os "formadores de opinião pública" – como os jornais – de todo o país, na perspectiva de fazer com que os ensinamentos da "sã doutrina" fossem acatados. Geralmente tais oferecimentos se faziam acompanhar de um catálogo geral das publicações da IPB, na expectativa de que os destinatários se interessassem por algumas outras obras editadas pela instituição e que as encomendassem (e por elas pagassem). Neste sentido, o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos costumava enviar publicações aos sucessivos presidentes do Estado.[26] De outra parte, muitas vezes os jornais do Rio Grande do Sul reproduziram gratuitamente os folhetos editados pela IPB. Em especial, tal situação foi freqüente quando José Gonçalves de Almeida e Carlos Penafiel dirigiram o jornal porto-alegrense *A Federação*, em distintos momentos das duas primeiras décadas do século XX.[27] Entretanto, com raras exceções, boa parte da tiragem dos folhetos editados pela IPB – que variavam de 500 a 1000 exemplares – acabava

* Reprodução de gravura editada pela IPB representando Clotilde de Vaux lendo uma das tantas cartas que recebeu de Auguste Comte. ACPPA.

[25] A maior parte das obras editadas pela IPB não tinham mais do que 15 ou 20 páginas, tratando-se, portanto, de folhetos. Mas também foram editados diversos livros, alguns com mais de mil páginas, como foi o caso da seguinte obra: MENDES, R. Teixeira. *O ano sem par (abril de 1845 a abril de 1846) – ou meditação religioza da incomparavel União à qual os fundadores do Pozitivismo, Augusto Comte e Clotilde de Vaux, deverão o preenchimento da sua missão*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1900.

[26] As publicações e cartas depositadas no arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre mostram que todos os presidentes do Rio Grande do Sul ao longo da República Velha (Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Carlos Barbosa e Getúlio Vargas) receberam folhetos editados pela IPB, através de ofertas feitas por Felizardo Júnior, Faria Santos e Torres Gonçalves.

[27] Neste sentido ver, por exemplo, a carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, em 25 de agosto de 1908. AIPB.

"encalhada" nos depósitos do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro e da sede positivista em Porto Alegre.

De outra parte, além da contribuição para a edição dos folhetos no Rio de Janeiro, o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos também realizava suas próprias publicações, em número próximo de 50 entre 1899 e 1939, custeadas pelo fundo positivista rio-grandense.[28]

Os dados acerca das contribuições pessoais de Torres Gonçalves para a IPB após sua ida para o Rio de Janeiro não foram pesquisados de forma exaustiva,[29] mas em diversos folhetos editados pela Delegação Executiva da instituição constam referências às suas contribuições e às de seus filhos. De outra parte, a partir de 1935 Torres Gonçalves editou pessoalmente inúmeros folhetos na então capital federal, cobrindo inteiramente os seus custos (salvo aqueles feitos conjuntamente com outros confrades e membros da aludida direção da agremiação religiosa).[30]

É interessante ressaltar também o trabalho realizado por Torres Gonçalves no sentido de organizar e promover a publicação das cartas enviadas pelo apóstolo positivista chileno Jorge Lagarrigue para Miguel Lemos durante os últimos anos do século XIX. O volume possui 430 páginas mais alguns anexos. Entretanto, o nome de Torres Gonçalves não consta da capa ou do frontispício, aparecendo apenas uma vez, numa discreta nota de rodapé.[31] A mesma situação se repetiu quando ele organizou e promoveu a publicação de uma série de cartas remetidas por Miguel Lemos a Teixeira Mendes quando o primeiro se achava em Paris, por volta de 1880. O livro também é volumoso, com mais de 250 páginas, mas novamente o nome do positivista gaúcho apareceu apenas uma vez, numa simples nota.[32]

Parece claro, portanto, que Torres Gonçalves realizou um intenso e prolongado esforço no sentido de promover a difusão do ideário positivista nas sociedades gaúcha e brasileira, para isto se valendo da produção e da

[28] Tais publicações feitas pelo núcleo da IPB no Rio Grande do Sul foram largamente utilizadas nos capítulos 4 e 5 do presente trabalho.
[29] Tudo indica que tais registros acham-se nos livros acerca da movimentação financeira da IPB, depositados no acervo do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro, sede da instituição.
[30] Estes folhetos foram analisados nos capítulos 6 e 9 desta tese.
[31] Cf. LAGARRIGUE, Jorge. *Cartas de Jorge Lagarrigue a Miguel Lemos*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1957, p.XXIX.
[32] Cf. LEMOS, Miguel. *Cartas de Miguel Lemos a Teixeira Mendes*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1965, p. XXXV.

distribuição de textos de propaganda da religião da Humanidade, além de seu financiamento. Apesar do evidente insucesso da IPB na tentativa de conquistar novas adesões à forma religiosa do positivismo, Torres Gonçalves e os seus poucos confrades não fraquejaram na fé que tinham na "doutrina regeneradora" que Auguste Comte elaborou sob a influência de Clotilde de Vaux.

7.2 – Torres Gonçalves e a defesa da ortodoxia positivista brasileira

Desde o seu ingresso formal na confraria dos positivistas religiosos brasileiros, em 10 de maio de 1903, Torres Gonçalves se caracterizou pela ortodoxia com que defendeu a IPB e seus apóstolos. Inúmeras foram as suas demonstrações de fervor religioso ao longo dos 71 anos seguintes, até sua morte. O relato de todos os momentos em que isso ficou evidente seria exaustivo, razão pela qual optei por me deter em alguns episódios específicos.

Antes disso, porém, é preciso considerar que a adesão de Torres Gonçalves à interpretação dada por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes à obra de Auguste Comte estava de acordo com o perfil geral dos positivistas religiosos brasileiros, que geralmente eram funcionários públicos civis ou militares com formação em engenharia, diferentemente dos bacharéis em direito, que tendiam a aceitar o positivismo apenas enquanto método científico, filosofia da história e projeto político.[33] De outra parte, o fato de haver sido impregnado por um meio familiar e social simpático ao positivismo durante a adolescência – que coincidiu com os momentos finais da monarquia e com o período inaugural do regime republicano no país –, pode ter contribuído para que a crença de Torres Gonçalves na religião da Humanidade tenha se arraigado tão profundamente. Também podem ter contribuído para isso a precoce orfandade por parte de pai – bem como as circunstâncias do falecimento deste –, a morte prematura de dois de seus irmãos, a natureza da propaganda feita por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes e a diferença de idade que o separava destes dois apóstolos (cerca de vinte anos). É possível,

[33] Cf. CARVALHO, José Murilo de. "O positivismo brasileiro e a importação de idéias". In: LEAL, Elisabete da Costa & GRAEBIN, Cleusa (org). *Revistando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998, p. 19-22.

portanto, que Torres Gonçalves tenha encontrado nos apóstolos positivistas brasileiros substitutos para o pai e para os irmãos.

Além da ascendência dos irmãos mais velhos e do contexto histórico e social em que viveu sua adolescência, o ingresso de Torres Gonçalves na IPB também foi influenciado por sua extração social, que pode ser caracterizada como de "classe média". De fato, não havendo herdado bens que lhe permitissem viver da administração dos negócios familiares – embora fosse originário de uma família de comerciantes relativamente bem situada –, Torres Gonçalves viu-se forçado a buscar no aprendizado de uma profissão liberal a forma de assegurar sua subsistência.[34]

De outra parte, não se pode ignorar que o positivismo comtiano se constituía num sistema de idéias sedutor, procurando dar conta de todas as áreas do saber (através da "classificação geral das ciências") e de toda a história humana (através da "lei dos três estados"), assim oferecendo uma explicação de mundo coerente para o indivíduo. Tal sistema explicativo ainda tinha a vantagem de apresentar-se como um avanço em relação à visão de mundo cristã, hegemônica até então.[35] De fato, a doutrina positivista pretendia oferecer uma visão de mundo científica, racional, lógica e baseada na observação empírica dos fenômenos, rejeitando tanto as explicações sobrenaturais como as explicações metafísicas. Porém, o positivismo comtiano, principalmente em sua vertente religiosa, procurava submeter os resultados da observação ao principio da superioridade do sentimento sobre as outras capacidades humanas. Daí a máxima comtiana: "Prever para prover, e agir por afeição".[36]

Relativamente à ação desenvolvida pela IPB no sentido de promover a difusão do positivismo no país, outra questão importante a ser levantada é a que remete à forma como Miguel Lemos e Teixeira Mendes se relacionavam com as outras correntes positivistas do Brasil e do exterior. Deste modo, cabe

---

[34] Cabe lembrar que Auguste Comte criou a religião da Humanidade com o objetivo central de atrair as mulheres e os proletários para o positivismo. No Brasil, entretanto, os positivistas religiosos congregados na IPB eram principalmente homens de classe média com formação em áreas técnicas. Cf. CARVALHO, José Murilo de. "A ortodoxia positivista brasileira: um bolchevismo de classe média". In: *Revista do Brasil*, ano IV, n.º 8, dez. 1989, p. 50-56.

[35] Cf. PETIT, Annie. "História de um sistema: o positivismo comtiano". In: TRINDADE, Hélgio (org). *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, p. 13-47.

[36] Esta e outras frases de Auguste Comte eram seguidamente citadas nas publicações da IPB, sendo também reunidas em um cartão postal editado pela instituição no princípio do século XX.

lembrar que Miguel Lemos foi nomeado "apóstolo da Humanidade" por Pierre Laffitte, um dos treze testamenteiros nomeados por Comte para dar continuidade à propaganda da religião positivista após sua morte. Entretanto, em 1883 – apenas dois anos após a fundação da IPB – ocorreu a ruptura entre Lemos e Laffitte. A causa do rompimento teria sido a recusa do positivista francês em se pronunciar contra um antigo presidente da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro que possuía escravos. Além disso, Lemos também criticava o fato de que Laffitte havia aceitado uma cátedra no Collège de France, contrariando uma determinação de Comte.[37]

Miguel Lemos e Teixeira Mendes, após o rompimento com os líderes da propaganda da religião da Humanidade em Paris – reunidos na Societé Positiviste domiciliada na casa de Auguste Comte –, estabeleceram alianças com outros positivistas religiosos dissidentes, como os franceses Audiffrent e Robinet (que também haviam sido nomeados por Comte como seus testamenteiros, mas que em seguida romperam com a liderança de Laffitte), o inglês Richard Congreve, o irlandês Henry Dix-Hutton e o chileno Jorge Lagarrigue.

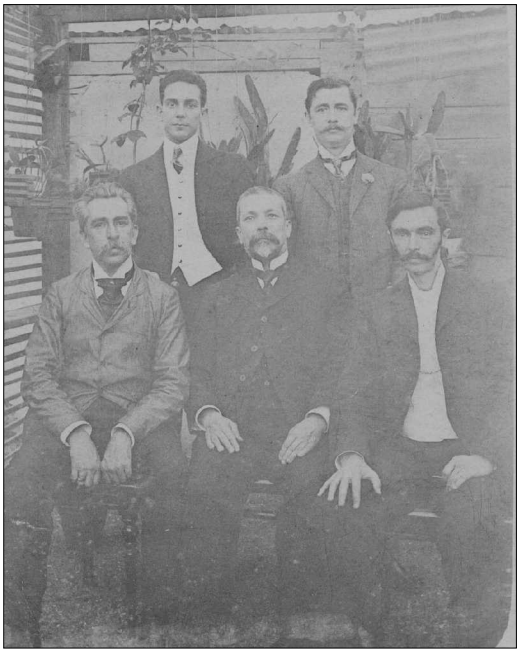
No plano interno, a direção da IPB esforçou-se por caracterizar sua interpretação da obra de Auguste Comte como a única legítima e verdadeira, de modo que os outros grupos de positivistas brasileiros que não se submetiam à sua autoridade eram vistos como "incompletos". Neste sentido, Miguel Lemos e Teixeira Mendes insistiam no fato de que aceitavam o pensamento de Auguste Comte em sua totalidade, incluindo a religião da Humanidade, enquanto que os "positivistas incompletos" aceitavam apenas parcialmente a doutrina criada pelo filósofo francês. A partir deste empenho em desenvolver uma versão da história da influência do positivismo no Brasil que colocava a Igreja Positivista do Brasil no centro dos acontecimentos, se consolidou a idéia

[37] Em várias oportunidades Comte procurou obter sua nomeação para uma cátedra de história das ciências na École Polytechnique de Paris ou no Collège de France, sendo invariavelmente malsucedido. No final de sua vida, amargurado, aumentou o tom de suas críticas à "pedantocracia acadêmica", recomendando aos adeptos da religião da Humanidade para que se abstivessem de exercer o magistério em instituições de ensino superior. Quando o Collège de France criou a referida cátedra, Pierre Laffitte foi o primeiro professor nomeado. Sobre o assunto ver PETIT, Annie. "L'héritage du positivisme dans la création de la chaire d'histoire générale des sciences au Collège de France". In*: Revue d'Histoire des Sciences*, Paris, n.º XLVIII/4, 1995, p. 535-547.

de que a ação apostólica de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes seria "ortodoxa".[38]

Passando agora a tratar concretamente da atuação desenvolvida por Torres Gonçalves no sentido de difundir a religião positivista no Rio Grande do Sul, o primeiro caso que pretendo abordar diz respeito às condições internas de organização do núcleo de propaganda da IPB em Porto Alegre.

Sendo Faria Santos o mais idoso dos positivistas religiosos sul-rio-grandenses, durante os primeiros anos de propaganda da religião da Humanidade no Estado coube a ele realizar a exposição dominical do *Catecismo positivista* - obra elaborada por Comte para popularizar o positivismo –, enquanto que Felizardo Júnior ficou encarregado do depósito de publicações da IPB na cidade e da coleta de contribuições financeiras. Durante os anos iniciais do século XX, como passava a maior parte do tempo realizando trabalhos no interior, Torres Gonçalves acabou por ficar num segundo plano no tocante às atividades desenvolvidas pelo grupo sul-rio-grandense de positivistas ortodoxos. Porém, foi ele o primeiro dos correligionários gaúchos a aderir formalmente à IPB, passando à condição de "confrade".



* Reprodução de fotografia de membros e de freqüentadores das reuniões do núcleo sul-rio-grandense de positivistas ortodoxos. Sentados, da esquerda para a direita, estão Raul Abbott, João Luís de Faria Santos e Carlos Torres Gonçalves. ACTG.

[38] Em um artigo bastante arguto, Ângela Alonso demonstrou a forma como a IPB construiu o discurso de que seria dela a única interpretação legítima da doutrina positivista no Brasil, questionando a idéia de que este grupo seria "ortodoxo". Cf. ALONSO, Ângela. "De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro". In: *Bib – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.º 42, 2º semestre de 1996, p. 109-134. Entretanto, levando em consideração a fragmentação e a falta de continuidade das atividades desenvolvidas por outras vertentes positivistas existentes no Brasil, bem como a longevidade e a intensa produção editorial da agremiação religiosa fundada por Miguel Lemos, optei por continuar a me referir ao grupo reunido em torno da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil como sendo "ortodoxo". O uso desta expressão para caracterizar a IPB já foi consagrada por Riolando Azzi e por José Murilo de Carvalho. Cf. AZZI, Riolando. *A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1980; e CARVALHO, José Murilo de. "A ortodoxia positivista brasileira: um bolchevismo de classe média". In: *Revista do Brasil*, ano IV, n.º 8, dez. 1989, p. 50-56.

Nesta condição, em 3 de setembro de 1903 – menos de quatro meses após ingressar na confraria positivista brasileira – Torres Gonçalves escreveu uma extensa carta a Miguel Lemos acerca do andamento da propaganda da religião da Humanidade em Porto Alegre. Tratando especificamente da exposição dominical do *Catecismo positivista*[39] por parte de Faria Santos, Torres Gonçalves fez a seguinte apreciação:

> "A leitura do *Catecismo*, que continuamos a fazer regularmente, tem estado até hoje a cargo do nosso correligionário Sr. Faria Santos. O zelo comprovado deste digno amigo pelos progressos da nossa Causa, a sua situação prática mais favorável (...) e o seu maior conhecimento de detalhe da nossa Fé fizeram-nos esperar que, com o tempo, ele se colocasse em condições de atenuar de certo modo, neste Estado, a falta de um propagandista sistemático do Positivismo. Infelizmente, estas esperanças bem cedo dissiparam-se (...). E para isto, sem dúvida, muito deve ter contribuído a circunstância de jamais ter ele ouvido as prédicas do nosso venerando Vice-Diretor. Hoje estamos reduzidos nas nossas reuniões ordinárias ao nosso pequeno grupo íntimo de 5 ou 6 amigos, e cada vez mais o Sr. Faria Santos limita-se à simples leitura do Catecismo, talvez por entender que isto bastará, tratando-se de pessoas já iniciadas no Positivismo. E inutilmente lhe temos dirigido algumas observações no sentido de ampliar as suas explicações. Porque entendemos que seria necessário que o encarregado de semelhante tarefa a ela se consagrasse o mais possível, e que fizesse as suas exposições como se se tratasse de um auditório inteiramente alheio ao assunto, em uma palavra, seria preciso procurar imitar o exemplo do nosso Vice-Diretor. Com isto lucraríamos todos, o expositor e os ouvintes".[40]

Observe-se que Torres Gonçalves, então com 30 anos, era exatos vinte anos mais jovem que Faria Santos. Além disso, este havia sido intendente de Porto Alegre cinco anos antes e ocupava posições de chefia na Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul (SOP), onde aquele ainda ocupava funções subalternas. Entretanto, deixando de lado a hierarquia profissional e a submissão aos mais idosos, Torres Gonçalves não se furtou de fazer sérias críticas à forma como Faria Santos vinha realizando a propaganda oral da religião da Humanidade, parcialmente responsabilizando-o pela escassa assistência das reuniões promovidas na casa de Felizardo Júnior.

---

[39] Cf. COMTE, Auguste. *Catecismo Pozitivista - ou sumária espozição da religião universal* (1852). 4ª ed. Rio de Janeiro: Apostolado Pozitivista do Brazil, 1934 (tradução de Miguel Lemos).

[40] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 2 de setembro de 1903. AIPB.

De outra parte, ao assinalar que Faria Santos jamais havia tido a oportunidade de assistir a peroração dominical de Teixeira Mendes no Templo da Humanidade do Rio de Janeiro, implicitamente Torres Gonçalves insinuou que ele e Felizardo Júnior estariam em melhores condições de realizar a exposição do *Catecismo Positivista*.[41]

Neste sentido, visando promover a substituição de Faria Santos na propaganda oral da religião da Humanidade em Porto Alegre, Torres Gonçalves assim relatou a Miguel Lemos o problema que a questão encerrava:

> "O Sr. Faria Santos não tendo correspondido às nossas esperanças, desde muito tenho as minhas vistas voltadas para o Sr. Felizardo Júnior. Conversei assim, com este amigo sobre o assunto, tendo-se ele mostrado resolvido a tomar a si a leitura explicada do *Catecismo*. Isto posto, resta-nos conseguir a substituição de maneira que não fossemos melindrar o nosso digno correligionário. Parece-nos isto desde logo muito difícil. Porque a diferença de idade entre nós e o Sr. Faria Santos, e seu gênio reconcentrado nunca consentiram que se estabelecesse entre nós uma certa intimidade, que nos permitisse abordar com inteira franqueza semelhante assunto. Conquanto tenhamos a maior confiança na profundeza da sua adesão, da qual constitui um atestado frisante a completa subordinação que ele mantém em relação à nossa Igreja, não nos julgamos inteiramente garantidos de ser bem recebida uma explicação franca de nossa parte. E na dúvida, não desejando por forma alguma arriscar-nos a melindrar o nosso amigo, parece-nos imprudente qualquer abertura maior da nossa parte".[42]

Note-se que, em seu relato ao fundador da IPB, Torres Gonçalves também se colocou numa posição de direção em relação a Felizardo Júnior, cinco anos mais velho que ele, seu superior hierárquico na SOP e responsável pela iniciativa de criação de um depósito de publicações positivistas em Porto Alegre. Esta situação se revela na passagem em que o engenheiro rio-grandino referiu que Faria Santos havia frustrado suas expectativas, levando-o a voltar sua atenção para Felizardo Júnior. Tal preeminência de Torres Gonçalves sobre os dois correligionários e colegas se devia exclusivamente ao fato de haver se "incorporado" à confraria religiosa da IPB.

---

[41] Anotações feitas por Torres Gonçalves numa caderneta que intitulou "Minha iniciação no positivismo" demonstram que suas primeiras visitas ao Templo Positivista do Rio de Janeiro ocorreram entre abril e junho de 1895, quando teve a oportunidade de ouvir Teixeira Mendes expor o *Catecismo positivista* de Auguste Comte. ACTG.

[42] Idem, ibidem.

Desta maneira, temendo ferir a suscetibilidade de Faria Santos, Torres Gonçalves escreveu a Miguel Lemos para pedir-lhe conselhos acerca da maneira como deveria proceder naquela situação. Aliás, tais consultas eram freqüentes e se estendiam também a Teixeira Mendes. Deste modo, a 7 de março de 1905, em carta que escreveu ao vice-diretor da IPB, Torres Gonçalves assim se referiu à forma como vinham ocorrendo a exposição do *Catecismo Positivista* e os demais estudos da obra de Comte promovidos pelos positivistas ortodoxos gaúchos:

> "Tenho (...) o prazer de comunicar-vos uma boa notícia relativa à propaganda em Porto Alegre. O nosso digno confrade Sr. Faria Santos tendo sentido espontaneamente a conveniência de também outros ensaiarem na leitura do *Catecismo*, e valendo-se do exemplo dos nossos confrades do Rio que se reúnem para a leitura da *Política*, propôs-nos ultimamente ficar o nosso confrade Felizardo Júnior encarregado do *Catecismo*, aos domingos, e ele da leitura das *Últimas Concepções*, nas nossas reuniões das quartas-feiras de noite. Durante a minha permanência em Porto Alegre assisti a duas leituras do nosso amigo Felizardo que bastante me agradaram e muito prometem. O defeito do nosso confrade Sr. Faria Santos consistia principalmente na escassez das suas explicações, aliás sempre feitas em linguagem precisa, e parece poder-se atribuir isto em parte ao fato de ter de falar para um auditório que não existia, o que devia obrigar o expositor a maiores esforços para substituir o auditório real por outro subjetivo e conseguir falar como se se dirigisse a mulheres e proletários. Além de que este nosso amigo nunca teve a fortuna de freqüentar a Capela. Fica assim sanada naturalmente a dificuldade que desejávamos vencer, e espero que nos iremos agora aparelhando melhor para atenuar a falta em meu Estado de um apostolado sistemático".[43]

Como se percebe, entre a constatação inicial da inadequação da forma como Faria Santos fazia a leitura do *Catecismo Positivista* para um "subjetivo" auditório feminino e proletário e a sua efetiva substituição, quase dois anos se passaram. Entretanto a leitura do *Catecismo* por Felizardo Júnior teve curta duração. Abatido com a morte da esposa e com a responsabilidade de criar sete filhos menores sem uma companheira, ainda antes do final de 1905 Felizardo Júnior devolveu a responsabilidade pela exposição oral da

[43] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 7 de março de 1905. AIPB. Além do *Catecismo positivista*, já referido, as outras obras mencionadas que os positivistas gaúchos estavam estudando eram as seguintes: COMTE, Auguste. *Système de politique positive ou Traité de sociologie instituant la Religion de l'Humanité*. Paris: Carilian-Goeury, 1851-1854, 4 tomos; e MENDES, R. Teixeira. *As ultimas concepções de Augusto Comte ou ensaio de um complemento ao 'Catecismo Positivista'*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1898.

propaganda positivista em Porto Alegre para Faria Santos. No princípio do ano seguinte Felizardo Júnior morreu de tifo, enfraquecendo bastante o núcleo da IPB no Rio Grande do Sul.

A partir de então, salvo em situações excepcionais, a exposição oral do *Catecismo* foi feita de forma ininterrupta por Faria Santos. Por seu lado, Torres Gonçalves assumiu a responsabilidade pela coleta de recursos para a IPB e pela distribuição dos folhetos por ela editados. Porém, mais importante do que isso, foi o fato de que o engenheiro rio-grandino passou a ser o responsável pela redação das intervenções feitas na imprensa e dos folhetos editados pelo núcleo sul-rio-grandense de adeptos da religião positivista. Portanto, nas atividades desenvolvidas por este grupo, João Luís de Faria Santos encarregou-se da palavra falada, enquanto que Carlos Torres Gonçalves encarregou-se da palavra escrita.

Em agosto de 1908, através de uma carta que escreveu a Miguel Lemos, Torres Gonçalves voltou a fazer referência à propaganda oral do positivismo feita em Porto Alegre por Faria Santos:

> "A par das melhoras nas disposições gerais do meio social, é com prazer que vos assiná-lo os progressos ultimamente realizados pelo nosso digno confrade Sr. Faria Santos nas suas explicações do *Catecismo*. Ele acaba de terminar com bastante felicidade a explicação da parte mais difícil, iniciando com a mesma felicidade e agrado geral o *Regime*. Isto sempre preocupou-me, tendo eu chegado em 1903 a escrever-vos sobre a deficiência das suas leituras; e torna-se, por outro lado, tanto mais apreciável esse progresso quanto o nosso pequeno auditório das prédicas dominicais tem aumentado, regulando uma média superior a 20 pessoas, das quais algumas senhoras".[44]

---

* Reprodução de fotografia mostrando Carlos Torres Gonçalves junto a um livro, companhia constante ao longo de sua existência. A fotografia foi feita na primeira década do século XX. ACTG.

[44] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 23 de agosto de 1908. AIPB. Não foi possível identificar a obra referida como *Regime* na carta citada.

Como se pode perceber, Torres Gonçalves parecia entusiasmado com as cerca de vinte pessoas que estavam freqüentando as reuniões do grupo sul-rio-grandense de positivistas religiosos. De fato, embora fosse uma audiência pequena, representava um aumento de mais de 300% em relação à audiência de cinco anos antes, quando tivera a iniciativa de escrever para Miguel Lemos para relatar-lhe as deficiências da exposição oral feita por Faria Santos. De outra parte, na mesma carta ao fundador da IPB, Torres Gonçalves externou sua opinião de que era a ausência de uma "direção espiritual" em Paris que impedia os progressos da propaganda da religião da Humanidade no Rio de Janeiro e em Porto Alegre.[45]

Deste modo, com um público composto essencialmente por seus familiares e por alguns poucos correligionários – como Raul Abbott, Arthur Homem de Carvalho e Ozório de Azambuja Cidade –, além de um reduzido número de simpáticos ao positivismo, as cerimônias religiosas presididas pelos confrades positivistas Faria Santos e Torres Gonçalves continuaram se realizando no Rio Grande do Sul até 1935, quando ambos, já aposentados da SOP, se transferiram para o Rio de Janeiro.

Em meados de 1911 ocorreu um outro episódio que retrata bem o controle ideológico realizado por Torres Gonçalves sobre os demais confrades e correligionários positivistas do Rio Grande do Sul, conforme demonstra a seguinte passagem da carta por ele escrita a Teixeira Mendes:

> "Desejo agora fazer-vos uma comunicação e uma consulta. O nosso correligionário Raul Abbott teve infelizmente a lembrança de comprar um bilhete de loteria e este foi premiado com 40 contos. Ontem recebi um cartão dele do interior, onde se acha em objeto da sua função de Inspetor do serviço de proteção aos indígenas, dando-me a notícia e acrescentando que não faltará em que aplicar utilmente esse capital. Isso faz-me supor, o que eu já antes suspeitara, que ele queira aplicar parte do capital à propaganda. Parece-nos, porém, ao confrade sr. Faria Santos e a mim, que, sob a nossa responsabilidade, não podemos aceitar nenhum auxílio dessa origem para a propaganda e apenas podemos continuar a receber auxílios compatíveis com a situação financeira anterior do nosso correligionário. O concurso que ele quiser prestar à propaganda com esse capital, pensamos que deve ser sob a sua responsabilidade, por exemplo, fazendo-se editor de alguma publicação. E se ele quisesse reparar, no que é possível o seu erro, parece-me que o

[45] Idem, ibidem.

> meio seria aplicar todo o capital a uma obra de utilidade geralmente aceita, por exemplo, à sustentação do clero católico em França, onde ele foi despojado dos seus bens".[46]

Note-se que o valor ganho por Raul Abbott era muito elevado, superando a arrecadação total da IPB naquele ano e a soma de três anos de salário de Torres Gonçalves. Pode-se assim ter uma idéia da intensidade do seu fervor religioso, capaz de motivar a rejeição da oferta de doação daquela pequena fortuna para a propaganda positivista pelo fato de que sua origem se chocava com um preceito comtiano.[47] De outra parte, sugeria que a quantia em questão fosse doada ao clero católico francês, pois Comte sugeriu que os positivistas colaborassem com seu sustento até que o positivismo se tornasse hegemônico naquele país. Entretanto, a esposa de Raul Abbott a isto se opôs, exigindo que os recursos fossem destinados ao bem-estar da família, ao que ele se submeteu.

Deste modo, em carta que escreveu a Teixeira Mendes no final de junho de 1911, Torres Gonçalves assim se manifestou sobre a decisão de Raul Abbott no sentido de ficar com o dinheiro ganho em um jogo de azar:

> "Não será possível (...), daqui por diante, continuar o nosso correligionário a subscrever as nossas intervenções públicas. E assim vai a nossa Doutrina lentamente instalando-se, através de dilaceramentos e desapontamentos de toda a sorte, apesar da sua excelência e oportunidade cada vez maior".[48]

Este caso é emblemático do rigor com que a direção da IPB controlava a vida pública e privada de seus adeptos, exigindo-lhes um alto padrão de moralidade para assim dar maior credibilidade à propaganda da religião da Humanidade.

Um terceiro episódio emblemático do empenho com que Torres Gonçalves defendeu a forma como Miguel Lemos e Teixeira Mendes interpretaram o pensamento de Auguste Comte ocorreu em 1912, por ocasião

---

[46] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 13 de maio de 1911. AIPB. A atuação de Raul Abbott como inspetor no Rio Grande do Sul do serviço federal de proteção aos índios (referida na carta citada), assim como a relação profissional que então se estabeleceu entre ele e Torres Gonçalves, responsável pelo serviço estadual de proteção aos índios, foi desenvolvida no capítulo 4 do presente trabalho.

[47] Aliás, o preceito comtiano que condenava a exploração de jogos de azar por parte dos poderes públicos constava da Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891, conforme estabeleceu o art. 71, parágrafo 18: "Ficam abolidas as loterias, não sendo lícito ao estado transformar o vício em fonte de receita". Porém, tal dispositivo acabou sendo burlado após a morte de Júlio de Castilhos.

[48] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 27 de junho de 1911. AIPB

da vinda a Porto Alegre do ex-padre católico chileno Juan José Julio y Elizalde. Em carta que escreveu a Raymundo Teixeira Mendes em 12 de março daquele ano, Carlos Torres Gonçalves indicou haver recebido uma missiva de um brasileiro residente no Uruguai que lhe relatou o sucesso das "conferências positivistas" feitas no país por Elizalde e solicitou o auxílio dos positivistas sul-rio-grandenses para a realização de outras palestras dele em Porto Alegre, que também poderiam ser subsidiadas pela cobrança de entradas ou ainda pela contribuição da maçonaria.[49]

Pode-se imaginar a indignação causada em Torres Gonçalves pela idéia de se cobrar para expor a doutrina formulada por Auguste Comte para promover a "regeneração humana", bem como pela sugestão de associar o positivismo à maçonaria. Neste sentido, o positivista gaúcho referiu ao vice-diretor da IPB:

> "Respondi ao nosso compatriota verificar com pesar, pelas informações da sua carta, continuar o Sr. Elizalde no ponto de vista negativista do seu manifesto de anos atrás, e que, entretanto, o Sr. Elizalde tem na sua própria pátria o exemplo de fidelidade religiosa (...) em Jorge Lagarrigue. Forneci-lhe alguns esclarecimentos mais e remeti-lhe algumas publicações chilenas e brasileiras".[50]

Portanto os positivistas religiosos brasileiros já conheciam Elizalde de uma ocasião anterior, não possuindo a seu respeito um conceito favorável. Quando o ex-padre chileno chegou a Porto Alegre, na segunda quinzena de maio de 1912, logo procurou Torres Gonçalves para ver se obtinha o seu apoio para as palestras que pensava em realizar na cidade. No dia 18 de maio o positivista gaúcho enviou uma série de publicações editadas pela IPB ao seu correligionário chileno, acrescentando um cartão em que apresentou os seus votos para que a leitura dos folhetos e a meditação das obras de Comte auxiliassem a "(...) desenvolver, no grau indispensável ao apostolado para o

* Reprodução de fotografia do vice-diretor da IPB Raymundo Teixeira Mendes. ACPPA.
[49] Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 12 de março de 1912. AIPB.
[50] Idem, ibidem.

qual vos sentis com vocação, os vossos conhecimentos do Positivismo, ainda deficientes, conforme com franqueza e lealdade fraternais tive ocasião de declarar-vos verbalmente (...)".[51]

No dia 22 de maio de 1912, data da primeira conferência que Elizalde realizaria em Porto Alegre, Torres Gonçalves e Faria Santos publicaram uma carta no jornal *O Diário* em que fizeram questão de deixar claro que nenhuma relação tinham com a iniciativa do chileno, cujo conhecimento da doutrina comtiana entendiam ser deficiente. Acerca de um livro escrito por Elizalde – o *Catecismo de la Religión de la Humanidad para uso del Proletariado* – com o propósito de sintetizar a obra em que Auguste Comte estabeleceu as bases da religião positivista, os dois confrades gaúchos ainda acrescentaram:

> "(...) qualquer apostolado da Religião da Humanidade deve ter por base a exposição do *Catecismo Positivista*, complementada pela das últimas concepções do nosso Mestre, conforme os seus próprios conselhos, não podendo consistir em conferências avulsas, realizadas hoje aqui, amanhã ali".[52]

Três dias depois, repercutindo as notícias veiculadas pela imprensa porto-alegrense acerca do relativo sucesso obtido pela primeira de uma série de conferências que Elizalde realizaria no Salão Leopoldina, Torres Gonçalves e Faria Santos voltaram a publicar uma carta no jornal *O Diário* ratificando que nada tinham a ver com as palestras de Elizalde, que não comungavam de seu anticatolicismo e que reconheciam apenas a obra de Comte como veículo autorizado para promover a exposição dos princípios da religião positivista:

> "Se o dr. Julio y Elizalde, das vezes que nos falou, se tivesse apresentado como autor de tal obra, e lealmente houvesse declarado (...) no programa das suas conferências não aceitar integralmente a obra de Augusto Comte, ter-nos-ia poupado qualquer observação sobre a nossa declaração prévia. Porque esta não teria então cabimento, sendo livre inteiramente a qualquer um mutilar a obra de Augusto Comte, aceitando a parte que lhe agrada, porém sempre sob a sua responsabilidade individual, e não procurando acobertar-se com o prestígio do nome do nosso Mestre para a conquista de glórias fáceis, em conferências literárias".[53]

---

[51] O bilhete de Torres Gonçalves a Elizalde foi reproduzido em GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano 1912)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1914, p. 14-15.
[52] *O Diário*, Porto Alegre, 22 de maio de 1912. ACPPA.
[53] *O Diário*, Porto Alegre, 25 de maio de 1912.

Fica evidente, portanto, o choque entre a ortodoxia de Torres Gonçalves e de Faria Santos e a heterodoxia de Elizalde. Em jogo estava a legitimidade para tratar publicamente da obra de Auguste Comte, cujo monopólio era reivindicado pela IPB e seus adeptos no Rio Grande do Sul.

De modo surpreendente, Elizalde interrompeu suas conferências antes da conclusão do programa inicialmente previsto, partindo de Porto Alegre nos primeiros dias de junho de 1912. Quando Torres Gonçalves imaginava ter conseguido impedir que Elizalde propagasse um "positivismo desvirtuado" em Porto Alegre, foi surpreendido pela publicação de um artigo intitulado "El positivismo – positivismo estrecho, que esclaviza, y positivismo amplio, que redime", de autoria de Elizalde e veiculado pelo *Correio do Povo* em sua edição do dia 8 de junho (embora trouxesse a data do dia 29 de maio). Abaixo do título constava a indicação de que o texto era dirigido pessoalmente a Carlos Torres Gonçalves, "jefe oficial del positivismo en Porto Alegre". Defendendo a forma heterodoxa como procurava difundir o positivismo religioso, Elizalde argumentou que suas conferências tinham audiências muito maiores do que aquelas feitas pelos apóstolos positivistas brasileiros.[54]

O artigo teve continuidade no dia seguinte, quando se tornou ainda mais ácido em relação a Torres Gonçalves, descrito como apóstolo de um positivismo estreito, mesquinho, egoísta, escravizador e estéril, oposto ao positivismo de Elizalde, que, inspirado nos "verdadeiros" ensinamentos de Auguste Comte, seria libertador.[55]

---

[54] O artigo de Elizalde assim descreveu a propaganda do positivismo desenvolvida pela IPB, assinalando os seus resultados insatisfatórios: "El ejemplo de los apostolados positivistas que V. S. menciona y los cuales apenas se reducen à leer y explicar el *Catecismo Positivista* ante un pequeño número de adeptos, solo demonstra que la Gran Doutrina, si habia de seguirse sistema tan raquítico, siempre estaria oculta à los ojos del mundo, no avanzaria nunca un solo paso en el camino del progreso, no saldría jamás de las cuatro paredes de un bufete, o de un templo, y el Globo que habitamos llegaria à sun fin sin que el positivismo saliera de sua cuna. (...) Vos asseguro, con perdón de V.S., que una sola de mis disertaciones, pronunciada ante miles de personas, produce mayor fruto y mayor éxito que el de todas las conferencias de vuestros apostolos sistematicos, incluso el de Porto Alegre" . In: *Correio do Povo*, Porto Alegre. 8 de junho de 1912.

[55] O artigo de Elizalde foi escrito em espanhol e publicado num "portunhol" um tanto confuso, repleto de erros tipográficos. Apesar da dificuldade em entender certas passagens, optei por reproduzir algumas de suas palavras acerca de Torres Gonçalves: "El espiritu del Positivismo que fundó Augusto Comte es generoso y amplio: redime y emancipa a los humanos. Pero el Positivismo que a vosotros inspira, como lo habeis acreditado en esta malhadada controversia buscada por vosostros, es mezquino y estrecho: ofusca y esclaviza a las consciencias. Lo que esplicitamente se deduce de la actitud de V. S. es que a pesar de conocer a fondo la Religión de la Humanidad, a pesar de que V.S. figura en Porto Alegre como 'Maestro' del Positivismo, a un no se há verificado en su alma el triunfo del Altruísmo. Todavia en el fondo de su espíritu

Não podendo deixar aquele ataque pessoal ficar sem resposta diante da opinião pública sul-rio-grandense, Torres Gonçalves – em companhia de Faria Santos – publicou, em 15 de junho de 1912, no *Correio do Povo,* uma carta em que rebateu as acusações "virulentas" feitas por Elizalde e reproduziu uma série de documentos na tentativa de mostrar que o positivista chileno havia falseado suas palavras. Inicialmente, Torres Gonçalves esclareceu que não era "chefe oficial do positivismo" em Porto Alegre, pois as atividades do núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos se subordinariam inteiramente à direção da IPB. De forma especial, o engenheiro rio-grandino fez referência às posições anticlericais adotadas por Elizalde, um ex-padre, ressaltando que elas se chocavam com o projeto formulado por Auguste Comte no sentido de promover uma aliança religiosa entre positivistas e católicos.[56]

Torres Gonçalves remeteu esta notícia do *Correio do Povo,* que reproduzia sua carta acerca da manifestação de Elizalde, para diversos jornais do interior do Rio Grande do Sul, preocupado com as repercussões negativas que as críticas do positivista chileno poderiam ter sobre a propaganda da religião da Humanidade no sul do Brasil.

No dia 14 de julho de 1912, em carta que escreveu a Teixeira Mendes, Torres Gonçalves fez um balanço final da polêmica pública em que esteve envolvido com o positivista chileno Juan José Julio y Elizalde acerca da

---

dominan los instintos egoistas, lo que está comprobado plenamente por el texto de sus declaraciones, en que abundan la envidia y la ironía, tan contrarias al optimo carácter de nuestra sacrosanta Religión. Sois, por lo tanto, indigno de la dirección espiritual que ejerceis como jefe del Positivismo! (...). El Positivismo, como vuestra hermenéutica lo entiende, sin salir de las cuatro paredes de un bufete, dificultando su conocimiento, que es de V. S. privilegio exclusivo, y formando carneros, esclavos sometidos al querer absoluto de unos quantos *oráculos divinos*, jamás será aceptado por los pueblos, fallecerá en su cuna y jamás triunfará. (...). Nuestros campos están bien deslindados: vos con vuestra sonada Jefatura representais el Positivismo estrecho que entenebrece y esclaviza, y yo, con mi modesto apostolado, represento el Positivismo amplio que ilumina y redime". In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9 de junho de 1912.

[56] A respeito da aliança entre positivistas e católicos, inúmeras foram as publicações feitas pela IPB com sugestões neste sentido. Além de contribuir para a manutenção do culto católico em Paris (conforme visto algumas páginas atrás), Torres Gonçalves e o fundo positivista sul-rio-grandense também fazia doações anuais para a arquidiocese do Rio Grande do Sul. Neste sentido, em 1º de setembro de 1916, Torres Gonçalves enviou ao arcebispo de Porto Alegre D. João Becker algumas publicações da IPB e a contribuição de 25$000 réis, além uma breve carta em que lembrou que haviam "sido condiscípulos no antigo colégio jesuíta de São Leopoldo, de grata recordação pela salutar influência religiosa a que ali estive sujeito e tanto aproveitou à minha evolução posterior". Cópia desta carta foi reproduzida na carta que Carlos Torres Gonçalves enviou a Teixeira Mendes em 14 de setembro daquele ano. Não houve resposta do arcebispo de Porto Alegre a Torres Gonçalves.

legitimidade para se realizar a propaganda da religião fundada por Auguste Comte:

> "Quanto às conferências do Sr. Elisalde, lamento muito que, apesar das preocupações que tivemos em limitar-nos, nas nossas intervenções, ao estritamente necessário aos grandes interesses da nossa Doutrina, a nossa personalidade tivesse entrado demais nessas intervenções, conforme fez-nos sentir a leitura da vossa carta. (...) Já demos publicidade pelo *Correio do Povo* do dia 13, ontem, aos tópicos da vossa carta relativos ao caso, conforme exemplar que nesta data vos remeto do referido jornal. O único proveito (...) desse lamentável incidente, foi o testemunho público que vos permitiu dar da nossa humildade, graças sobretudo à vossa delicadeza moral, além do aviso à nossa prudência, que, na verdade, quanto a mim, é a que mais me falta das qualidades de caráter".[57]

A carta de Teixeira Mendes referida por Torres Gonçalves, que foi reproduzida pelo *Correio do Povo*, continha uma série de observações acerca dos equívocos cometidos pelos positivistas gaúchos na polêmica com Elizalde.[58] Deste modo, o positivista gaúcho mais uma vez reafirmou publicamente sua submissão à interpretação dada por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes ao pensamento de Auguste Comte.

Um outro episódio em que ficou evidente a ortodoxia de Torres Gonçalves ocorreu no princípio de 1922, por ocasião da ida do general Cândido Mariano da Silva Rondon a Porto Alegre. Rondon era então o militar brasileiro com maior prestígio no país e no exterior, graças à sua ação entre os índios. O momento era difícil, pois na eleição à presidência da República ocorrida no final de 1922, o candidato oficial Arthur Bernardes havia derrotado Nilo Peçanha, que fora apoiado pelo PRR. Deste modo, quando Rondon encontrou-se com Borges de Medeiros, em 31 de março daquele ano, havia rumores de que uma revolução estava sendo articulada por setores militares e que Rondon estaria conspirando juntamente com o presidente gaúcho.[59]

---

[57] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 14 de julho de 1912. AIPB.

[58] Reproduzida em GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano 1912)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1914, p. 26-32.

[59] Esta acusação foi feita pelo senador Muniz Sodré na sessão do Senado federal de 18 de maio de 1925. Em sua biografia ditada à confreira Esther de Viveiros, Rondon relatou que naquele encontro com Borges de Medeiros, ao ser aventada a possibilidade de uma revolução por uma terceira pessoa, ele disse ao presidente gaúcho: "V. Ex.. sabe, mesmo porque nos inspiramos na mesma doutrina, que não nos é permitido tomar parte em movimentos subversivos". Cf. VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida.* Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958, p. 477.

Mesmo que tal boato não tivesse procedência, o fato é que algumas atitudes recentes de Rondon haviam causado estranheza aos seus confrades da IPB, como o seu auxílio à missão francesa que procurava reformular as diretrizes organizacionais do Exército. Em carta enviada por Torres Gonçalves a Rondon no dia 5 de abril de 1922, após referir o caráter excepcional do trabalho de proteção aos índios desenvolvido por este, o confrade gaúcho escreveu:

> "(...) considero dever de fraternal lealdade exprimir-vos o pesar profundo com que vou sendo informado do concurso que vindes prestando à militarização do país. O caso é tanto mais grave, individual como socialmente, quando possuis a Doutrina que patenteia o militarismo como um dos flagelos da sociedade contemporânea (...). Que vale o aplauso dos contemporâneos desorientados perante o juízo conhecido de Augusto Comte, ou, em caso de dúvida, diante de um parecer de Teixeira Mendes, o autorizado intérprete objetivo da Doutrina?".[60]

Rondon e Torres Gonçalves eram confrades desde os primeiros anos do século, ambos estando envolvidos no trabalho de proteção oficial aos indígenas. Mas aquela foi a primeira oportunidade em que se encontraram pessoalmente, como relatou Torres Gonçalves em carta a Teixeira Mendes:

> "Estive aqui com o nosso confrade o sr. Rondon, no dia 5 à noite. Era a primeira vez que o via. Pela manhã havia lhe endereçado a carta de que vos remeto cópia. Apenas viu-me, começou a referir-me como fora levado à tradução da apologia de Napoleão. Ele se excusara, explicando ao general [ilegível] ser isso contrário aos seus princípios e não ter competência, mas que insistindo este, aceitou a incumbência, para não parecer indelicado. Disse-me não ser militarista, nem estar trabalhando pelo militarismo, mas que julgou necessário estarmos preparados para a defesa, e que as minhas objeções eram teorias. Que os militares positivistas, todos, sem exceção, deviam demitir-se do Exército, que estava por fazer isso, para consagrar-se ao seu plano da mocidade, de promover o progresso do seu Estado. Passando a falar da manifestação prestes a receber [no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul], dentro de poucos minutos, declarou-me não desejá-la, pois a julgava sem sinceridade, como exploração política (...).
> Compungiu-me o que ouvi do nosso confrade. Quando a sua idade e os seus longos serviços lhe permitiriam prestar concurso mais decisivo na implantação do Positivismo, voluntariamente passa a apoiar a onda dos revolucionários, que está acumulando diariamente desgraças sobre desgraças".[61]

[60] Esta carta de Torres Gonçalves a Rondon foi reproduzida em carta do primeiro a Teixeira Mendes, em 8 de abril de 1922, AIPB.
[61] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 8 de abril de 1922, AIPB

Nesta passagem percebe-se novamente a vigilância mútua existente entre os confrades da IPB acerca de suas atitudes públicas, visando à manutenção da fidelidade aos preceitos comtianos. No caso dos militares positivistas, a situação tendeu a complicar-se naquele contexto de aguçamento dos conflitos políticos, sendo difícil manter coerência entre a doutrina adotada e as exigências profissionais na defesa de um governo que mantinha o país em estado de sítio.[62]

Também chama a atenção neste episódio o fato de que Torres Gonçalves era mais jovem e desfrutava de menor prestígio social que Rondon, o que não o impediu de criticá-lo por seus "desvios" relativamente aos ensinamentos de Auguste Comte. Deste modo, pode-se afirmar que Torres Gonçalves era ortodoxo na ortodoxia, ou seja, que adotava uma linha fundamentalista de subordinação à doutrina comtiana, conforme esta foi interpretada por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes, mesmo em relação aos demais confrades da IPB – que congregava a ortodoxia positivista brasileira.

Na década de 1950, muito tempo depois das mortes de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, já há muito tempo vivendo no Rio de Janeiro, Torres Gonçalves presenciou a difusão de um grande número de trabalhos acadêmicos acerca do positivismo e de sua influência no Brasil. O velho positivista gaúcho viu tal produção intelectual com desconfiança, externando-a em um folheto que publicou em 1959. Neste texto, escrito quando já havia passado dos 80 anos de idade, Torres Gonçalves assinalou que as obras em questão muitas vezes até continham alguns elogios ao positivismo, mas com o único objetivo de demonstrar isenção. No seu entender, os seus autores liam a

[62] A partir de 1921, Rondon passou a trabalhar com a missão militar francesa que visava modernizar o Exército brasileiro, além de ocupar-se de uma série de trabalhos especiais. Em 1922 Rondon inspecionou obras contra a seca no nordeste, seguindo em 1924 para Santa Catarina com a incumbência de resgatar a desgastada imagem dos militares na perseguição aos tenentes que haviam iniciado um levante militar. Entre 1925/26, Rondon retomou a construção de linhas telegráficas. Em 1927 deu início ao trabalho de percorrer toda a extensão das fronteiras do Brasil, estudando suas condições de povoamento e de segurança. Em setembro de 1930, após percorrer a fronteira com a Argentina, estava entrando no Rio Grande do Sul, através da ferrovia que ligava o estado a Santa Catarina, quando o movimento revolucionário eclodiu. Cf. VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro, São José, 1958, p.453 -505

obra de Comte de maneira equivocada, com espírito essencialmente crítico, quando ela deveria ser lida com "veneração".[63]

Deste modo, refiro agora um derradeiro episódio em que a ortodoxia de Torres Gonçalves se manifestou de forma evidente. Foi por ocasião da publicação, por parte de Ivan Lins, entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, de uma série de textos acerca da influência do positivismo no Brasil. Em especial, Torres Gonçalves ficou descontente com um pequeno livro intitulado *Decimália*, no qual Ivan Lins utilizou uma ironia ferina para criticar a direção que Miguel Lemos e Teixeira Mendes deram para a propaganda do positivismo no Brasil. Inicialmente, a defesa da ortodoxia positivista brasileira por parte de Torres Gonçalves ocorreu através das páginas do *Correio do Povo*. Porém, desejando alcançar um público mais amplo, espalhado por todo o país, o positivista gaúcho publicou um folheto em que, sob o título *A Igreja e*

* Reprodução de fotografia de Miguel Lemos diante do altar do qual pregava a religião da Humanidade na rua do Ouvidor, Rio de Janeiro, durante a década de 1880. ACPPA.

[63] Assim Torres Gonçalves expressou-se acerca das principais obras de Comte, da produção acadêmica que procurava analisá-la e da forma como deveria ser feita a leitura da obra do filósofo francês: "Tous ces extraordinaires enseignementes sur ce qui importe le plus à l'existence humaine se trouvent dans les ouvrages d'Auguste Comte, spécialement dans sa *Politique Positive* (le 4º volume, en particulier), dans son *Cathécisme Positiviste,* qui est un résumé de la Doctrine, et dans son *Appel aux conservateurs*, que est destiné principalement aux hommes d'État occidentaux, à ceux qui sentent la continuité sociale, le plus noble des attribuitions humains, celui qui subordine le Présent au Passé comme condition de préparer l'Avenir, d'où la devise *Conserver, en améliorant*. Mais, certainement, de tels ouvrages ne peuvent être simplement lus, pour être plus ou moins critiqués, parfois avec des éloges destinés à affecter l'imparcialité. Malheureusement c'est avec une telle superficialité que généralement son appréciés ces ouvrages, dans des articles ou même des livres, chaque jour plus nombreux. Leurs auteurs oublient ou ignorent que la Sociologie et la Morale, étant plus près de l'homme, sont des sciences encore plus que la Mathématique ou quelqu'une des autres. Il faut les étudier, méditer, assimiler, dans le même esprit de s'instruire qu'avec les autres. En voulant les critiquer on ne fait que des expositions entretenues par le défaut ou même l'absence de vénération et l'excés de vanité, sinon par l'instinct destructeur au même temps. En réalité, les auteurs de ces écrits ne veulent pas voir dans la Sociologie et la Morale se caractére de sciences en raison de la discipline qu'elles imposent et qui leur répugne". In: GONÇALVES, Carlos Torres. *L'aggravation de la situation internationale – occupons-nous de la Terre!* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1959, p. 16.

Apostolado Positivista do Brasil: em defesa de sua organização e da ação de seus apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes, refutou longamente os argumentos apresentados por Lins.[64]

O primeiro ponto abordado por Torres Gonçalves foi a observação feita por Lins de que Teixeira Mendes não teria um estilo de escrita adequado à popularização do positivismo, pois utilizaria uma linguagem hermética. Deste modo, o positivista gaúcho redargüiu argumentando que a preocupação predominante do vice-diretor da IPB não era com o estilo, mas com a defesa imediata do regime republicano (na versão propugnada por Comte) contra os ataques a ele desferidos, assim sacrificando a forma à urgência das intervenções. Torres Gonçalves também contestou as acusações feitas por Lins de que o Templo da Humanidade do Rio de Janeiro seria um "claustro" e que os adeptos da IPB viviam em "catacumbas", alheios à realidade. [65]

Em 1964 Ivan Lins publicou o livro intitulado *História do positivismo no Brasil*, no qual ratificou as críticas feitas aos diretores da IPB. Torres Gonçalves já conhecia diversos tópicos do livro, anteriormente publicados em artigos de jornais, de modo que não se interessou por sua leitura integral. Porém, em função da repercussão encontrada pela obra – que se tornou uma referência obrigatória para os interessados no estudo da influência exercida pelo positivismo no país –, alguns anos depois o positivista gaúcho publicou um folheto sobre o livro.[66] Aos 96 anos de idade e quase que completamente cego, Torres Gonçalves não pode ler o livro de Lins. Mas pediu a seu enfermeiro que lesse em voz alta para ele. De outra parte, seu folheto acerca da obra de Lins também foi ditado ao enfermeiro. Nessas condições, é natural que este folheto do positivista gaúcho apresente alguns equívocos formais e gramaticais, pois não foi produzido nem revisado diretamente pelo autor.

Acerca das condições em que tomou conhecimento da obra de Ivan Lins e do seu teor, assim se manifestou Torres Gonçalves:

> "A história do Dr. Lins é contada (...) em um volume de mais de 600 páginas, do qual só conhecemos passagens que nos foram lidas.

[64] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. I – A Igreja e Apostolado Positivista do Brasil: em defesa de sua organização e da ação de seus apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes; II – Júlio de Castilhos e o positivismo. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1963, p. 3-27.
[65] Idem, p. 5-9.
[66] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *A Igreja Positivista do Brasil: Miguel Lemos – Teixeira Mendes*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1971.

> Nem nessas passagens, nem na sua *Decimália* e em outros numerosos artigos de jornal, que conhecemos, nos lembramos de haver lido nada sobre os graves problemas que trazem a Terra convulsionada, sequer sobre o problema premente da incorporação do proletariado às sociedades. Não faltam, porém, as críticas aos Apóstolos, e tentativas de ridicularizá-los. Diletantismo positivista – oportunista. Vanitite aguda, destruidora".[67]

Passando a tratar do conteúdo do livro e contestando a passagem da *História do positivismo no Brasil* em que Ivan Lins escreveu que Miguel Lemos era tão intransigente como a Inquisição,[68] Torres Gonçalves argumentou que o fundador da IPB apenas não tolerava que indivíduos inescrupulosos tentassem se acobertar sob o prestígio da doutrina elaborada por Auguste Comte. Acerca das críticas feitas por Lins a Teixeira Mendes, Torres Gonçalves assim se manifestou:

> "Conta o Dr. Lins, tentando mais uma outra vez ridicularizar Teixeira Mendes, que, achando-se alguém na nave do Templo Positivista, ao ver subir o Apóstolo à tribuna, em vestimenta apostólica, 'teve de conter uma gargalhada'. Esse ridículo, porém, não o estende aos órgãos de diversas instituições sociais que, permanentemente ou em determinadas ocasiões, usam vestimentas especiais como símbolos das respectivas investiduras. Em particular, na obsessão em ridicularizar os apóstolos, esquece seu *fardão acadêmico*".[69]

---

[67] Idem, p. 14.

[68] Assim Ivan Lins caracterizou Miguel Lemos e Teixeira Mendes: "Descendente, pelo lado materno, de espanhóis, possuía Miguel Lemos intransigências de Torquemada em sua natureza árdega e orgulhosa. (...). A subordinação total que exigia dos aderentes à sua direção espiritual arrastou-o freqüentemente a atitudes intolerantes, a condenações sem apelo e a conflitos que profundamente perturbaram a missão apostólica a que se devotava. (...). Empolgado, como ninguém, pelas idéias de Augusto Comte em todos os seus aspectos e em todas as suas fases, era Teixeira Mendes temível e torrencial argumentador, sempre pronto a enfrentar qualquer adversário e a sustentar discussões de horas a fio, ou de volumes inteiros, em defesa das doutrinas do Mestre a que jurara inalterável fidelidade. Identificado cada vez mais com a vida e a obra de Augusto Comte, ufanava-se em ser apenas um eco do pensamento do filósofo, não admitindo a menor tergiversação quanto aos dogmas do *Sistema de Política Positiva*, mesmo quando tudo indicasse que o próprio Augusto Comte não hesitaria em revê-los e corrigi-los... Da doutrina estendeu-se o seu fervor à vida pública e à vida íntima do fundador do Positivismo, a cuja biografia consagrou longas pesquisas, várias viagens e volumosos escritos. Figura predominante na existência afetiva de Augusto Comte, passou Clotilde de Vaux a presidir também à vida interior de Teixeira Mendes. Suas homenagens de filial admiração transbordaram, porém, do culto íntimo que o apóstolo brasileiro votava à *angélica inspiradora* do fundador do positivismo, convertendo-se em *leit-motiv* de todas as suas manifestações verbais e escritas. Pode-se assim, com certa razão, enxergar, nesse culto quase obsessivo de Clotilde, um desvirtuamento das homenagens a serem por todos prestadas à Humanidade em seu conjunto. Católico fervoroso em sua adolescência, transferiu Teixeira Mendes (inconscientemente talvez) à imagem de Clotilde as preces e louvores que outrora dirigira à figura imaculada de Maria...". In: LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 414--415.

[69] GONÇALVES, *op. cit.,* p. 16 (o grifo é do original).

Portanto, em sua defesa da ortodoxia positivista brasileira, Torres Gonçalves também desferiu ataques, ironizando o fato de que Ivan Lins pertencia à Academia Brasileira de Letras. De fato, Lins dizia-se simpático à filosofia criada por Auguste Comte, mas aceitava fazer parte de associações literárias e científicas, contrariando uma determinação do pensador de Montpellier.

Concluindo sua argumentação, Torres Gonçalves referiu que o fato de Ivan Lins não aceitar a Igreja Positivista do Brasil era um assunto que não lhe dizia respeito. Acrescentou, porém, que não poderia silenciar quando o acadêmico escrevia em detrimento dos apóstolos positivistas brasileiros, tentando ridicularizá-los.

Deste modo, mesmo na velhice e com grandes dificuldades físicas, Torres Gonçalves não esmoreceu, continuando a defender ardorosamente a orientação dada por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes para a propaganda no Brasil da religião fundada por Auguste Comte. Neste sentido, pode-se dizer que manteve estrita coerência com a opção ideológica feita ainda na juventude.

Capítulo 8

Torres Gonçalves, a Capela Positivista de Porto Alegre e outros templos da Religião da Humanidade

8.1 – O projeto de uma sede para a propaganda da Religião da Humanidade em Porto Alegre

Em 28 de abril de 1895, quando Carlos Torres Gonçalves – então com dezenove anos de idade – foi pela primeira vez ao Templo da Humanidade do Rio de Janeiro, na rua Benjamin Constant n.º 30 (atual n.º 74), este ainda não fora inteiramente concluído.[1]

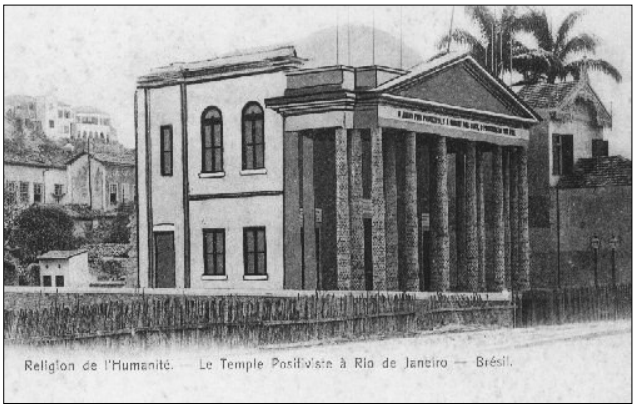
Graças ao prestígio obtido pelo positivismo no país durante os momentos iniciais da República, a Igreja Positivista do Brasil obteve um aumento no número de contribuintes e nos valores arrecadados a partir de 1890, permitindo a materialização da antiga idéia alimentada por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes no sentido de construir uma sede definitiva para a instituição, que até então ocupava uma sala alugada na Travessa do Ouvidor n.º 7, centro da capital federal.[2] Deste modo, as obras do templo positivista do Rio de Janeiro tiveram início em 12 de outubro de 1890, data comemorativa da chegada de Cristóvão Colombo à América.[3] Em 1895 o prédio ainda tinha

[1] Cf. "Minha iniciação no Pozitivismo", caderneta de Carlos Torres Gonçalves manuscrita entre abril e junho de 1895, no Rio de Janeiro. ACTG.

[2] Uma evidência do crescimento verificado pela Igreja Positivista do Brasil entre os anos finais do Império e os iniciais da República pode ser percebido no aumento do número de contribuintes: 1887- 49; 1888 – 52; 1889 – 53; 1890 – 159; 1891 – 174; 1892 – 220. Portanto, houve um crescimento de 200% entre o último ano do Império e o primeiro ano da República. Cf. MENDES, R. Teixeira. *O Apostolado Pozitivista no Brazil (circular de 1910)*. Rio de Janeiro: IPB, 1912, p. 102.

[3] Cf. OLIVEIRA, J. Mariano de. *Noticia da fésta da inauguração da Capéla da Humanidade no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1891.

medidas reduzidas, constituindo-se apenas de uma pequena capela, onde eram realizadas as cerimônias, e, no subsolo, dos escritórios do diretor e do vice-diretor da Igreja e de uma sala onde operava a tipografia – inaugurada dois anos antes – que imprimia os folhetos editados pela agremiação religiosa.



Em 1º de janeiro de 1897 ocorreu a inauguração da nave principal do templo, que passou a ter as dimensões atuais.[4] Embora modesto relativamente às dimensões e ao aspecto que deveria ter um prédio destinado ao culto da religião da Humanidade, de acordo com o projeto concebido por Auguste Comte,[5] o Templo da Humanidade do Rio de Janeiro destacou-se como a primeira e uma das únicas tentativas implementadas em todo o mundo no sentido de materializar o sonho do filósofo francês.[6]

---

* Reprodução de cartão postal editado pela IPB na última década do século XIX com a imagem da Capela da Humanidade do Rio de Janeiro antes de sua ampliação e transformação em templo.

[4] A nave principal do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro tem 32 metros de extensão por 11 metros de largura, enquanto que a capela possuía 10 metros de comprimento por 11 metros de largura. A partir de 1897, o espaço da antiga capela originou as duas salas (situadas sob o mezanino) existentes junto ao corredor que conduz à nave do templo, abrigando o escritório e a sala de relíquias da instituição (respectivamente à direita e à esquerda da entrada). Cf. LEMOS, Miguel (org). *Bulletin de l'Apostolat Positiviste du Brésil – 28 janvier 1897*. Rio de Janeiro: IPB, 1897 (n.º 1F), p. 1.

[5] O templo positivista projetado por Comte tinha 80 metros de comprimento por 40 metros de largura e 50 metros de altura, podendo abrigar 5.000 homens e 1.000 mulheres, sendo ladeado por um bosque sagrado com 22.000 árvores ou por um cemitério com 5.000 túmulos de pessoas eminentes, além de escola, conforme a planta reproduzida em COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista*. 4ª ed. Rio de Janeiro: IPB, 1934, p. 469.

[6] Auguste Comte pensou que, no período inicial de propaganda da religião da Humanidade, antes que ela se tornasse hegemônica no Ocidente e permitisse a construção de templos positivistas, podería-se utilizar os templos católicos que fossem caindo em desuso. Neste sentido, pouco antes de sua morte, chegou a reivindicar a Catedral de Notre Dame para suas atividades sacerdotais. Cabe lembrar que durante a Revolução Francesa, a Catedral de Notre Dame foi confiscada da Igreja Católica e rebatizada como "Templo da Razão". Tratando da separação entre os poderes temporal e espiritual, o filósofo de Montpellier assim se manifestou sobre o destino de Notre Dame (sem nomeá-la diretamente) no *Apelo aos conservadores*: "Deve-se somente pedir aos governos bem dispostos uma concessão plenamente conciliável com o respeito universal da liberdade espiritual, a fim de proporcionar ao culto público da Humanidade os templos exigidos pelo seu desenvolvimento. Sem construir edifícios especiais, ele pode conceder ao positivismo alguns dos que se tornarem naturalmente vagos por efeito do desuso crescente das outras fés, quando a supressão do orçamento teórico permitir que se manifeste o verdadeiro estado das almas ocidentais. Limitando-me ao caso mais decisivo, ouso pedir aqui, como indício de regeneração, que se me entregue o templo solenemente votado, desde o início da crise final, ao culto dos grandes homens, que só eu sistematizarei de maneira

Quando Carlos Torres Gonçalves começou a freqüentar as reuniões do núcleo sul-rio-grandenses de adeptos da religião da Humanidade, em 1899, estas ocorriam na residência de Joaquim José Felizardo Júnior, na rua Riachuelo n.º 244, centro de Porto Alegre, onde também estava abrigado o depósito das publicações da Igreja Positivista do Brasil (IPB) na cidade. Entretanto, em função de suas atividades profissionais no interior, o jovem engenheiro rio-grandino não assinou a carta-circular de 21 de maio daquele ano emitida por seus colegas João Luís de Faria Santos, Augusto Pestana, João Simplício Alves de Carvalho e Ildefonso Borges Toledo da Fontoura e Joaquim José Felizardo Júnior, funcionários da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Na referida carta, os engenheiros se afirmavam apoiadores de Júlio de Castilhos e solicitavam contribuições financeiras para a missão apostólica desenvolvida no Rio de Janeiro por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes, diretores da IPB, pois entendiam que "a vitória do positivismo marcará a volta da felicidade humana".[7]

O apelo dos simpatizantes gaúchos da religião da Humanidade não passou despercebido pela oposição liberal ao castilhismo no Rio Grande do Sul. Deste modo, poucos dias após a divulgação da mencionada carta-aberta, o jornal *A Reforma* publicou dois artigos em que ironizou "esse grupo de pobres seitistas que se arrogam ignorantemente o título de positivistas".[8] Desta forma, após criticar "esse punhado insignificante de rio-grandenses (...) presos aos dogmas de uma religião feita matematicamente", o artigo de 8 de junho de 1899 publicado pelo jornal sugeriu aos subscritores da mencionada carta-

---

a permitir seu surto continuo. A inscrição atual deveria subsistir, substituindo apenas a Pátria pela Humanidade, para indicar a universalidade necessária de um culto que, desde seu começo, abraça todo o Ocidente, e deverá em seguida estender-se gradualmente a todos os países. Este edifício constituiu sempre um programa sociocrático, cuja realização não podia pertencer senão à religião positiva. Quando o catolicismo tentou apropriar-se dele, a opinião pública censurou sempre essa usurpação aos governos que a autorizaram: viu-se nisso um sinal de retrogradação mais decisivo do que indicava a vã interdição de um ofício ainda impossível. Não há, pois, nenhum escrúpulo que possa impedir que esse templo seja consagrado a seu verdadeiro destino, visto como todas as condições de doutrina e de culto que ele exigia acham-se agora preenchidas". In: COMTE, Auguste. *Apelo aos conservadores*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1899, p. 177-178.

[7] Cf. FELIZARDO JÚNIOR, Joaquim José et alii. *Carta-circular dirigida a todos quantos sympathizam com a missão do Apostolado Pozitivista do Brazil - 21 de maio de 1899*. Porto Alegre: Igreja Pozitivista do Brazil, 1899.

[8] Cf. *A Reforma*, Porto Alegre, 2 de junho de 1899 (este e outros artigos de jornal referidos neste capítulo encontram-se na coleção de recortes de notícias sobre a propaganda positivista no Rio Grande do Sul e no Brasil existente no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre).

circular que, em vez de solicitar recursos à população sul-rio-grandense, os solicitassem ao líder republicano Júlio de Castilhos, que pouco antes, quando deixara o governo do Estado, fora agraciado com um palacete por seus correligionários. Neste sentido, o jornal oposicionista sugeria que Castilhos retribuísse a gentileza que recebera e ofertasse o palacete para as atividades da propaganda positivista na capital gaúcha.[9] Entretanto, tal situação não se configurou, de modo que a propaganda da religião da Humanidade em Porto Alegre continuou operando na residência de Felizardo Júnior até a sua morte, ocorrida no princípio de 1906.

De outra parte, em 1902, quando Teixeira Mendes divulgou o projeto de transferir-se para Paris e lá desenvolver sua atividade apostólica, pois entendia que Pierre Laffitte – diretor dos positivistas ortodoxos franceses – desvirtuara os ensinamentos de Auguste Comte e deixara a "Meca do Ocidente" acéfala, os sul-rio-grandenses que simpatizavam com a religião da Humanidade logo se mobilizaram para auxiliar o vice-diretor da IPB. De fato, na circular sobre o assunto, que publicou em novembro daquele ano, Teixeira Mendes revelou a intenção de obter contribuições na quantia "indispensável para a construção, em Paris, de um edifício nas proporções do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro".[10] Neste sentido, Felizardo Júnior tomou a iniciativa de passar uma lista de subscrição entre os demais simpatizantes gaúchos da religião da Humanidade – inclusive Carlos Torres Gonçalves – e entre a cúpula do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), recolhendo as contribuições para a ação de propaganda que Teixeira Mendes pretendia desenvolver na "capital da Terra".[11] Além dos recursos para a construção de um templo positivista em

[9] Ironicamente, o jornal liberal sugeriu que Felizardo Júnior e os demais subscritores da carta-aberta de 21 de maio de 1899 - através da qual solicitaram contribuições para a Igreja e Apostolado Positivista do Brasil – enviassem uma outra carta para Júlio de Castilhos com o seguinte teor: "Os abaixo assinados, tendo em vista a necessidade de expansão da propaganda comtista, iniciada pelo apostolado positivista, ao qual prestam, como vós, incondicional apoio, vêm, submissos como sempre, lembrar-vos a idéia de, em nome da família, da pátria e da humanidade, fazerdes doação ao mesmo apostolado, do soberbo palacete que recebestes como dádiva do *povo* rio-grandense, que por tal modo quis patentear-vos o altíssimo valor em que vos tem". In: *A Reforma*, Porto Alegre, 8 de junho de 1899. O referido palacete doado a Júlio de Castilhos abriga, desde a década de 1920, o Museu Estadual Júlio de Castilhos (situado na rua Duque de Caxias, centro de Porto Alegre).

[10] MENDES, R. Teixeira. A propaganda do Pozitivismo em Pariz – circular dirigida a todos os que conhécem a ação ao Apostolado Pozitivista do Brazil e aspirão pela regeneração social, tanto política como moral. Rio de Janeiro: IPB, 1902, p. 17.

[11] Além de Joaquim José Felizardo Júnior, João Luís de Faria Santos e Carlos Torres Gonçalves, que eram os membros mais ativos do núcleo sul-rio-grandense de positivistas

Paris, a subscrição também pretendia recolher o montante necessário para o pagamento do salário de uma família proletária (que ficaria encarregada da conservação do prédio), para o fundo tipográfico, para as despesas com o culto e a manutenção do referido prédio e para a manutenção de Teixeira Mendes na França.[12]

Como os recursos arrecadados foram insuficientes para a viabilização do projeto inicial de Teixeira Mendes, que era de construir um templo, voltou-se ele, em abril de 1903, para a idéia de adquirir uma construção preexistente.[13] Outro obstáculo ao projeto inicial do vice-diretor da IPB surgiu quando Miguel Lemos, fundador da instituição, manifestou sua contrariedade com o projeto de Teixeira Mendes, alegando que os recursos já eram escassos para a propaganda no Brasil, sendo inviável desenvolver uma atividade eficaz em Paris. Pouco depois, em 11 de maio de 1903, Miguel Lemos afastou-se da direção da agremiação religiosa dos positivistas brasileiros, alegando motivos de saúde.[14] Desta forma, Teixeira Mendes foi obrigado a uma nova mudança

---

religiosos, contribuíram para a ação apostólica que Teixeira Mendes pretendia desenvolver em Paris as seguintes pessoas: Júlio de Castilhos (que, ao lado da assinatura, anotou: "estuda sempre as obras do Mestre dos Mestres desde a adolescência") (líder do Partido Republicano Rio-Grandense), Borges de Medeiros (que, ao lado da assinatura, indicou ser "simpático em elevado grau") (presidente do Rio Grande do Sul), José Montaury (intendente de Porto Alegre), Ildefonso Borges Toledo da Fontoura, Alfredo Leal, Benito Ilha Elejalde, José Gonçalves de Almeida (diretor de *A Federação*), Nelson Coelho Leal, Vespasiano Rodrigues Correia, Donário Lopes de Almeida, Sérgio Ulrich de Oliveira, Protásio Vargas (irmão de Getúlio Vargas), Ozório de Azambuja Cidade, Manuel do Nascimento Vargas (pai de Getúlio Vargas, que depois seria presidente do estado e do país), Germano Petersen, João Parobé (secretário de Estado das Obras Públicas), Cap. Luiz Manuel de Souza Filho, Coronel Cherubim da Costa, Dr. João Pitta Pinheiro, Mário Ribeiro, João Simplício Alves de Carvalho e Evaristo do Amaral (além de três nomes ilegíveis). Cf. "Subscrição em favor do projeto de transferência do vice-diretor do Apostolado Pozitivista do Brazil, Sr. R. Teixeira Mendes, para Paris". ACPPA.

[12] Cf. MENDES, R. Teixeira. *A propaganda do Pozitivismo em paris – 4ª circular, dirigida a todos os que conhécem o apelo feito para instituir em paris uma tentativa de propaganda sistemática, e especialmente aos que tiverão a benevolencia de responder-lhe*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do brasil, 1903, p. 5.

[13] Teixeira Mendes orçou em 160 contos de réis o valor necessário para a compra de um terreno e para a construção do prédio, mas obteve apenas a metade do valor no prazo previamente estipulado para a duração da campanha financeira. Dos cerca de 80 contos de réis obtidos, 20 contos de réis foram oferecidos pelo confrade gaúcho (residente no Rio) Ernesto de Otero. Cf. MENDES, R. Teixeira. *A propaganda do Pozitivismo em Pariz – 3ª circular dirigida a todos os que conhecem o apelo feito para instituir em Pariz uma tentativa de propaganda sistematica da Religião da Humanidade.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1903, p. 11-12.

[14] O licenciamento de Miguel Lemos da direção da Igreja Positivista do Brasil ocorreu no dia seguinte à admissão de Carlos Torres Gonçalves como confrade da mesma.

em seus planos, passando a cogitar da possibilidade de passar seis meses do ano no Rio de Janeiro e os outros seis meses em Paris.[15]

Assim, em julho de 1903, ainda na capital francesa, Teixeira Mendes adquiriu a casa de n.º 5 da rue Payenne (no bairro do Marais, 3º arrondissement de Paris), onde se acreditava que Clotilde de Vaux, a musa inspiradora de Auguste Comte, havia passado seus últimos momentos de vida.[16] No princípio de novembro daquele mesmo ano – poucos dias após a morte de Júlio de Castilhos – Teixeira Mendes retornou ao Brasil, deixando em andamento uma reforma na "maison de Clotilde de Vaux", visando transformá-la numa capela para abrigar a propaganda da religião da Humanidade na capital francesa. Teixeira Mendes ainda retornou a Paris no princípio de 1905, realizando a cerimônia de consagração da casa de Clotilde de Vaux ao culto da religião fundada por Auguste Comte. Porém, face à carência de recursos e às crescentes exigências da propaganda positivista no Brasil – principalmente após o afastamento de Miguel Lemos da direção da IPB –, Teixeira Mendes foi obrigado a abandonar o projeto de passar uma parte do ano no Rio de Janeiro e a outra parte na França. Deste modo, a Capela da Humanidade de Paris raríssimas vezes foi utilizada para o culto religioso positivista, permanecendo silenciosa na maior parte do tempo. Mesmo assim, os positivistas ortodoxos brasileiros ficaram satisfeitos com a preservação de um lugar sagrado para os adeptos da religião da Humanidade, aguardando que, no futuro, aparecesse em Paris um novo intérprete autorizado dos ensinamentos de Auguste Comte.[17]

Deste modo, modestamente e sem saber o destino que teriam os recursos que enviou para Teixeira Mendes através da subscrição iniciada por

---

[15] Cf. MENDES, R. Teixeira. *A propaganda do Pozitivismo em paris – 4ª circular, dirigida a todos os que conhécem o apelo feito para instituir em paris uma tentativa de propaganda sistemática, e especialmente aos que tiverão a benevolencia de responder-lhe*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1903, p. 4.

[16] Posteriormente surgiu uma polêmica entre os positivistas ortodoxos, pois alguns documentos indicavam que a casa em que Clotilde de Vaux havia vivido seus últimos anos e onde teria vindo a morrer seria a de n.º 7 da rue Payenne, e não a de n.º 5, como outros tantos documentos davam a entender. Tal questão foi motivo de sérias divergências nas décadas seguintes, como se verá mais adiante.

[17] Cf. MENDES, R. Teixeira. *La Chapelle de l'Humanité à Paris (rue Payenne, 5) – circulaire adressée aux occidentaux qui ont contribué à racheter, pour être consacrée au culte de l'Humanité, la Maison où est morte Clotilde*. Rio de Janeiro: Église Positiviste du Brésil, 1906. Este volume reproduz diversas fotografias da maison de Clotilde de Vaux, antes e depois da reforma.

Felizardo Júnior, o engenheiro Carlos Torres Gonçalves contribuiu para o resgate da casa de Clotilde de Vaux, um dos "lugares santos do positivismo", concretizado em meados de 1903. Da mesma forma, quando visitou o inconcluso templo positivista do Rio de Janeiro, em abril de 1895, o jovem rio-grandino também contribuiu financeiramente para a sua conclusão, de acordo com as modestas posses de estudante afastado de casa. Alguns anos depois, quando a IPB criou um fundo visando recolher recursos suficientes para a aquisição do apartamento onde Auguste Comte viveu seus últimos anos e onde veio a morrer, situada na rua Monsieur-le-Prince n.º 10, em Paris, Torres Gonçalves também prestou sua colaboração financeira.[18]

Portanto, não surpreende que, pouco depois da "transformação subjetiva" de Felizardo Júnior, em março de 1906, Torres Gonçalves tenha tomado a iniciativa de abrigar em sua residência o depósito de publicações positivistas e de destinar uma sala da mesma para a celebração das cerimônias religiosas. Deste modo, por alguns meses as atividades do núcleo porto-alegrense da IPB funcionaram na rua Dr. Flores n.º 65, no centro de Porto Alegre. Logo depois, em meados de 1907, percebendo que o imóvel que ocupava era pequeno para abrigar sua família juntamente com as atividades religiosas, Torres Gonçalves, a esposa e a filha primogênita se mudaram para a casa de n.º 48 daquela mesma rua.[19] Ao longo dos anos seguintes, lá ocorreram a exposição dominical do *Catecismo Positivista* e as demais cerimônias religiosas, bem como o nascimento de outros filhos do engenheiro rio-grandino.

Porém, Torres Gonçalves percebeu a precariedade da situação e passou a cogitar a hipótese de construir uma sede definitiva para a propaganda da religião da Humanidade em Porto Alegre. Deste modo, quando a avó de sua esposa, proprietária do prédio situado na rua Dr. Flores n.º 48, decidiu vendê-

[18] O apartamento em que Auguste Comte morreu foi adquirido por Pierre Laffitte, um dos treze testamenteiros do filósofo, ainda antes do final da década de 1850, passando a abrigar a Societé Positiviste. No decorrer das décadas seguintes, todos os outros apartamentos do prédio foram adquiridos pela sociedade, de modo que o prédio ficou conhecido como "Maison d'Auguste Comte". Em função da ruptura de Miguel Lemos com Pierre Laffitte, ocorrida em 1883, os positivistas ortodoxos brasileiros passaram a considerar que aquele "lugar sagrado" estava em "mãos sacrílegas". Esta foi a razão da criação de um fundo para a aquisição do imóvel.

[19] O compartilhamento do espaço doméstico e do espaço religioso na residência de Torres Gonçalves foi discutido no capítulo 2 do presente trabalho.

lo, a questão da sede do núcleo sul-rio-grandense de positivistas ortodoxos se tornou premente. Assim, em 4 de março de 1910, em companhia de Faria Santos, Homem de Carvalho e Raul Abbott, Torres Gonçalves lançou uma carta-circular em que alertou para a necessidade de ser instituído um subsídio para o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos distinto daquele que recolhia valores para serem enviados para a IPB, no Rio de Janeiro. Lembrando que as despesas no estado sulino vinham sendo cobertas por um pequeno número de correligionários, a carta-aberta também assinalou: "(...) a nossa propaganda ressente-se da falta de uma sede onde possamos dispor de uma sala exclusivamente destinada ao culto público, outra para as nossas reuniões confraternais e do espaço indispensável ao nosso depósito de publicações".[20]

De outra parte, Torres Gonçalves – juntamente com os demais subscritores da carta-circular – reafirmou mais uma vez que a ação do núcleo porto-alegrense de seguidores de Auguste Comte subordinava-se inteiramente às diretrizes traçadas por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes, os apóstolos positivistas brasileiros.

Deste modo, em 24 de abril de 1910 Torres Gonçalves escreveu uma longa carta a Teixeira Mendes, expondo pormenorizadamente o projeto que havia desenvolvido para a construção de uma sede positivista em Porto Alegre:

> "O projeto é essencialmente o seguinte. Adquirirmos um terreno que se preste à ereção de uma pequena Capela. Nele construirmos uma casa onde possamos, desde já, contar com uma sala para o culto público, outra para biblioteca e reuniões confraternais e uma terceira para depósito de publicações. O restante da casa será aproveitado provisoriamente para residência da família de um dos confrades, provavelmente a minha. Futuramente, quando as condições permitirem a consagração de todo o prédio para o culto público, transformar-se-á a casa numa miniatura da Capela do Rio de Janeiro, com uma fachada de 8 metros, seja 1/5 do Templo projetado por nosso Mestre. A construção atual será feita tendo em vista quanto possível essas transformações, deixando-se espaço de um e de outro lado e na frente da casa, e contando-se com a redução da altura do porão, a fim de permitir dar à Capelinha o pé direito interno conveniente. A casa atual deverá ficar com cerca de 140 m² no 1º pavimento e outro tanto de porão aproveitado, com 2,8 m de altura. Atualmente a propaganda ocupará cerca de 40 m²

[20] GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Carta circular aos nossos correligionários e a todos quantos simpatízão com o Pozitivismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1904, p. 1.

> daquele pavimento e outros 40 m² do porão, onde ficará a biblioteca e o depósito de publicações. O prédio deverá ficar sendo propriedade da Igreja Positivista do Brasil, nas condições da Capela do Rio de Janeiro, e a parte que não for destinada à propaganda é que será alugada a um de nós, como meio de obter renda para atender à parte financeira do projeto".[21]

Portanto, preocupado em lançar as bases para uma sede permanente para a propaganda da religião da Humanidade em Porto Alegre, Torres Gonçalves não pensou em adquirir um imóvel preexistente qualquer. Ao contrário, entendia que o prédio deveria ter características específicas, baseadas na capela (que passou a ser um templo, a partir de 1897) do Rio de Janeiro, sede da IPB. Portanto, a capela de Porto Alegre seria uma "miniatura" do templo positivista da capital federal, enquanto que este, por sua vez, era uma versão reduzida do projeto idealizado por Auguste Comte. Também chama a atenção a idéia de preservar o espaço em torno do prédio para uma futura ampliação. Deste modo, Torres Gonçalves acreditava que a existência de uma sede definitiva contribuiria para o crescimento futuro do número de adeptos da religião positivista em Porto Alegre. Finalmente, é interessante notar que a idéia de compartilhar o espaço doméstico e o espaço sagrado – como já vinha ocorrendo na rua Dr. Flores – não lhe desagradava, tanto assim que sugeriu a possibilidade de alugar para si e para sua família o espaço ocioso da sede positivista que seria construída.[22]

Na mesma carta a Teixeira Mendes, Torres Gonçalves orçou em 50 contos de réis o valor necessário para a aquisição do terreno e para a construção do prédio. Com relação ao modo de obtenção de tais recursos financeiros, o missivista propôs emprestar a metade do valor (com juros de 6% ao ano), pensando em obter o restante do capital através do lançamento de títulos. Acrescentou ainda que, no caso de fracasso da propaganda positivista em Porto Alegre, o prédio seria alugado ou vendido para resgatar a dívida.

---

[21] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 24 de abril de 1910. AIPB.

[22] Antes de conceber tal projeto para viabilizar a construção de uma sede para a propaganda do positivismo em Porto Alegre, Torres Gonçalves pensou em outra alternativa: "Este projeto é modificação de outro anterior, segundo o qual eu é que ficaria proprietário do prédio, do qual alugaria uma parte à propaganda, posto que tornando pública a minha intenção de cedê-lo para Capela, se isto ficasse resolvido posteriormente. A modificação agora introduzida parece colocá-lo em condições mais convenientes. Aos poucos correligionários aos quais falei a respeito, acharam boa a idéia, entre eles o nosso confrade Sr. Faria Santos. Penso que poderíamos obter de momento uns 5 a 6 contos de donativos. Poderíamos mesmo abrir uma

Como Miguel Lemos encontrava-se afastado das funções administrativas da IPB, Torres Gonçalves hesitava em escrever-lhe com muita freqüência, temeroso de importuná-lo em sua convalescença. Deste modo, preferia escrever com mais assiduidade para Teixeira Mendes, solicitando sua opinião e pedindo-lhe para consultar Miguel Lemos oralmente acerca das questões apresentadas. Deste modo, ao elaborar seu projeto para a construção de uma sede positivista em Porto Alegre, Torres Gonçalves encaminhou a consulta aos apóstolos positivistas brasileiros através do vice-diretor da agremiação religiosa. Porém, o parecer vindo do Rio de Janeiro foi contrário à construção de uma sede permanente para as atividades do núcleo da IPB em Porto Alegre.

Em carta que escreveu a Teixeira Mendes em 12 de outubro de 1910, Torres Gonçalves comentou a posição negativa de Miguel Lemos relativamente ao projeto que havia elaborado:

> "Até há pouco tempo, sempre pareceu-me que para termos uma capela devíamos esperar que surgisse primeiro um verdadeiro apostolado, e era esta a minha resposta invariável às perguntas freqüentes sobre uma capelinha. De sorte que não tive a mínima dificuldade em aceitar o parecer do nosso Diretor [Miguel Lemos], posto que eu estivesse bastante entusiasmado agora em realizar o nosso projeto, que estava sendo muito bem aceito. Sinto bem que as pessoas realmente assimiláveis pela nossa Doutrina, a ela hão de vir independentemente da capela; por outro lado, mesmo quando jamais esquecêssemos a nossa humildade e a nossa incompetência, reconheço que a existência de uma capela poderia induzir o público a erro quanto às condições do sacerdócio futuro ou mesmo às de um verdadeiro apostolado".[23]

Aparentemente, portanto, Torres Gonçalves se conformou com o parecer de Miguel Lemos no sentido de que a existência de uma capela positivista em Porto Alegre poderia ofuscar a ausência de "apóstolos" no Rio Grande do Sul, isto é, de positivistas religiosos que se dedicassem exclusivamente a propagar a religião fundada por Auguste Comte.

Porém, no princípio de novembro daquele ano Miguel Lemos alterou sua decisão. Através de uma carta que escreveu a Torres Gonçalves, o fundador

---

subscrição permanente para o resgate gradual da dívida que fosse contraída". In: Carta de Carlos Torres Gonçalves para Teixeira Mendes, 24 de abril de 1910. AIPB.

[23] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 12 de outubro de 1910. AIPB.

da IPB apresentou algumas sugestões no sentido de adequar o projeto anteriormente cogitado aos termos que considerava aceitáveis.[24]

Deste modo, rapidamente o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos se mobilizou para dar andamento ao projeto de construção de uma sede para a propaganda positivista em Porto Alegre. A primeira medida tomada por Torres Gonçalves foi lançar – juntamente com Faria Santos, Homem de Carvalho, Azambuja Cidade e Raul Abbott – uma carta-circular aos simpatizantes da religião da Humanidade e da IPB expondo aquela intenção. Após lembrar que a ação do grupo no Estado já havia completado dez anos, sempre contando com a simpatia do público e das autoridades, Torres Gonçalves e seus companheiros indicaram que o edifício conteria apenas o estritamente necessário à propaganda positivista: uma sala destinada ao culto religioso, junto da qual haveria outra pequena sala para a "orquestrina", e uma terceira sala para abrigar a biblioteca e o depósito de publicações positivistas, servindo também para a realização de reuniões entre os confrades. De outra parte, as sugestões apresentadas por Miguel Lemos fizeram com que o projeto se tornasse mais modesto. Inicialmente orçado em 50 contos de réis (50:000$000), na nova versão o custo calculado para a aquisição do terreno e para a construção do prédio foi reduzido para 30 contos de réis (30:000$000), divididos meio a meio. O diretor da IPB também não aceitou a idéia inicialmente proposta por Torres Gonçalves no sentido de emprestar a metade do valor necessário para a execução do projeto. Deste modo, a carta-circular referiu que o capital seria captado através do lançamento de 600 ações no valor de cinqüenta mil-réis cada (50$000), com o pagamento de 5% de juros ao ano, sendo o resgate feito com os saldos provenientes das contribuições ordinárias e de donativos. Por outro lado, foi referido ainda que, no caso de

[24] A carta de Miguel Lemos a Torres Gonçalves, datada de 1º de novembro de 1910, não foi localizada. Porém, em uma carta posterior a Teixeira Mendes, Torres Gonçalves fez a seguinte referência: "Com data de 25 de Descartes (1º de novembro), recebi uma carta do nosso caríssimo Diretor, a propósito do nosso projeto de sede para a propaganda nesta cidade, reduzindo-o aos seus termos. Depois dessa carta, e eu já vos tendo ouvido anteriormente, pareceu-me, de acordo com os nossos amigos daqui, que poderíamos começar a agir, e assim fizemos, mediante a circular de que vos remeti um exemplar pela mala de quarta-feira anterior. Assim acomodado à nossa situação aqui no Rio Grande, o atual projeto parece-me afastar os inconvenientes do anterior, inclusive deixando-nos mais à vontade, em vez de embaraçar-nos, induzindo o público a erro sobre as condições do sacerdócio ou mesmo de um apostolado sistemático". In: Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 6 de dezembro de 1910. AIPB.

posterior dissolução do núcleo de propaganda positivista no Rio Grande do Sul, a propriedade do edifício reverteria para a cidade de Porto Alegre, caso a esse tempo o empréstimo já houvesse sido pago.[25]

Portanto, após assinalarem a "modéstia do projeto diante da grandeza e da sublimidade da doutrina" que o inspirava, Torres Gonçalves e seus companheiros indicaram:

> "(...) não se trata da ereção de um templo propriamente, conforme estivéramos antes inclinados a realizar, mas apenas da construção de uma simples casa que sirva de sede estável à propaganda positivista neste Estado, pois, segundo o conselho do Fundador e Diretor da nossa Igreja, cidadão Miguel Lemos, antes de pensar em erguer templos, cumpre fazer positivistas, além de que é necessário que os esforços locais não desviem recursos devidos à propaganda geral".[26]

Como se percebe, os positivistas ortodoxos gaúchos estavam inteiramente subordinados à direção da IPB, no Rio de Janeiro. Deste modo, os valores monetários recolhidos no Rio Grande do Sul deveriam ser utilizados prioritariamente para subsidiar a ação apostólica de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, para auxiliar na cobertura dos custos com a impressão dos folhetos editados pela instituição religiosa e para contribuir com a manutenção do Templo Positivista do Rio de Janeiro e da Maison de Clotilde de Vaux, em Paris.

Deste modo, Torres Gonçalves, Faria Santos, Homem de Carvalho, Azambuja Cidade e Raul Abbott esclarecerem a finalidade do prédio que pretendiam construir e o caráter da ação religiosa que desenvolviam em Porto Alegre:

> "Ao mesmo tempo, o caráter exterior do edifício que assim intentamos levantar deixará desde logo bem claro que não pretendemos assumir outro papel na propaganda diferente do que nos cabe e temos exercido até hoje, por falta de quem, com mais competência, nos substitua: continuaremos sendo o que somos, simples crentes, apenas aspirando prestar à Fé que nos felicita, com crescente devotamento, todo o esforço de que formos capazes, na esperança de que isso não será sem utilidade para o advento do

[25] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Circular aos nóssos confrades e correligionários, e a todos quantos simpatízão com o Pozitivismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 25 de novembro de 1910, p. 1-2.
[26] Idem, p. 2.

> sacerdócio futuro, em nossa Pátria e, particularmente, em Paris, que, como Capital do Ocidente, preside a evolução humana".[27]

Portanto, os positivistas gaúchos acreditavam que, mesmo de forma remota, a construção em Porto Alegre de um prédio destinado ao culto da religião da Humanidade poderia contribuir para o surgimento posterior, em Paris, de quadros inteiramente voltados para a difusão da doutrina.

Torres Gonçalves tomou a iniciativa de enviar a diversas pessoas as listas de subscrição para a arrecadação dos valores necessários à construção da sede positivista em Porto Alegre. Entre os destinatários – no Rio Grande do Sul, em outros estados do Brasil e mesmo no exterior – estavam confrades (positivistas religiosos que eram membros da Igreja), correligionários (positivistas religiosos que não integravam formalmente a IPB), simpatizantes da religião da Humanidade, colegas de profissão, líderes políticos, funcionários públicos e amigos. As listas de subscrição previam a contribuição através da aquisição de títulos (foram emitidos 600, no valor de cinqüenta mil-réis cada) ou através de simples donativos em dinheiro.

Em 21 de fevereiro de 1911, poucos menos de três meses após o lançamento da campanha financeira, Torres Gonçalves escreveu uma carta a Miguel Lemos na qual fez um balanço dos valores arrecadados e teceu considerações acerca das perspectivas futuras de ingresso de receita, além de apresentar a idéia de construir uma casa para si junto à edificação religiosa que seria erguida:

> "Os recursos para o nosso projeto de sede vão entrando lentamente, e, por enquanto, só temos subscritos cerca de 7 contos. A grande maioria dos contribuintes da nossa Igreja aqui no Rio Grande, que é o pessoal mais certo, é verdade que ainda não respondeu; de sorte que, somando isso às promessas e manifestações de pessoas alheias ao nosso meio, acredito que, afinal, reuniremos o capital necessário. (...). Eu desejo ver se consigo construir uma casinha para minha residência ao lado da sede, a fim de poder continuar a exercer mais facilmente as funções de guarda. Assim que tivermos encontrado terreno em condições convenientes e recursos suficientes para a aquisição dele, nós a faremos, começando eu talvez pela construção da minha casinha; e até termos recursos reunidos para o edifício da sede, uma das peças da minha residência continuará servindo à propaganda. Sinto bem, nas nossas condições, que a realização do nosso modesto projeto interessa

[27] Idem, p. 2.

> mais ao número muito reduzido dos que já vieram à nossa Fé do que ao grande público, que ela há de um dia dominar".[28]

Como se pode perceber, num curto espaço de tempo a campanha arrecadou quase a metade do valor necessário à compra de um terreno para a finalidade proposta. Entretanto, se percebe certa decepção nas palavras de Torres Gonçalves, que pensava obter um apoio mais intenso para sua iniciativa. Daí o comentário de que a proposta de construção de uma sede para a propaganda positivista em Porto Alegre tinha despertado mais interesse entre os próprios positivistas do que entre o conjunto da sociedade, que, na opinião do engenheiro rio-grandino, em breve seria dominada pela doutrina fundada por Auguste Comte. De outra parte, Torres Gonçalves permanecia firmemente apegado à idéia de destinar uma dependência de sua residência doméstica para servir de sede provisória à propaganda da religião da Humanidade.

Em 11 de maio de 1911, dia em que se comemorava o 30º aniversário de fundação da IPB, Torres Gonçalves escreveu uma longa carta para Miguel Lemos. Após parabenizá-lo pela data, o engenheiro gaúcho passou a tratar da aquisição de um terreno para a construção da sede da propaganda positivista em Porto Alegre:

> "Quanto à nossa sede projetada, têm entrado mais alguns recursos, e poderíamos já fazer a aquisição do terreno. Tenho um em vista, distante uns 700 metros do centro da cidade, (...) mas que alguns amigos acham muito afastado. Os terrenos aqui estão muito caros (...). Ponderando além disso que não podemos ter em vista principalmente o grande público, mas antes os elementos já congregados, e ainda que quem tiver real interesse pelos nossos esforços não nos deixará de procurar por um pequeno acréscimo de afastamento, a exemplo do que se dá aí no Rio, e sendo que o local em vista aproxima-nos do bairro operário, penso que ele representa uma solução muito aceitável. Acresce ainda que aí poderei também adquirir contiguamente o espaço necessário para uma modesta moradia que pretendo construir, vizinhança esta que será útil à propaganda, continuando eu como guarda do edifício da sede, e a mim, também pessoalmente, obrigando-me a menores deslocamentos para atender aos diversos trabalhinhos da propaganda".[29]

Embora Torres Gonçalves não tenha explicitado a localização do terreno que pensava em adquirir para a construção da sede positivista, pela distância

[28] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 21 de fevereiro de 1911. AIPB.
[29] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 11 de maio de 1911.

mencionada em relação ao centro da cidade e pela referência à proximidade de um bairro operário, pode-se deduzir que o mesmo ficava em nos arredores de uma das ruas que partiam do centro da cidade em direção à região norte ou leste da cidade, nas proximidades das atuais avenidas Voluntários da Pátria, Farrapos e Cristóvão Colombo. De fato, tal proximidade relativamente às habitações da classe operária seria adequada aos propósitos da propaganda, pois Auguste Comte fundou a religião da Humanidade justamente com o propósito de atrair as mulheres e os proletários para a doutrina positivista. De outra parte, a carta também revela o lugar central que a adesão à religião positivista ocupava na vida de Torres Gonçalves, pois este submetia a localização da casa que ergueria para viver com sua família aos interesses da propaganda da doutrina.

No dia 30 de agosto de 1911, Torres Gonçalves voltou a escrever para Teixeira Mendes a propósito da aquisição de um terreno onde o núcleo sul-rio-grandense de positivistas ortodoxos se instalaria definitivamente. Neste sentido, revelou que alguns dias antes estivera prestes a fazer uma proposta de compra de uma área com 8 metros de frente por 33 metros de fundo, pretendendo pagar 13 contos de réis pela mesma. Porém, no dia anterior à transação, Torres Gonçalves encontrou-se com Cipriano Mendes – filho de Teixeira Mendes –, que estava vivendo e trabalhando no interior do Rio Grande do Sul. Na palestra que mantiveram, o filho do vice-diretor da IPB revelou ao confrade gaúcho que seu pai havia referido a conveniência de ter em vista o desenvolvimento futuro da propaganda, de modo que não se deveria adquirir um terreno muito reduzido, que não permitisse a ampliação posterior da construção inicialmente feita. Desta forma, Torres Gonçalves revelou a Teixeira Mendes:

> “Eu fui assim levado a retomar o exame do estabelecimento da nossa sede em uma grande área central da cidade, (...) a qual deve ser proximamente transformada em um grande parque, e onde a municipalidade procedeu à subdivisão de uma certa parte de lotes para serem vendidos muito breve a particulares, e o produto da venda aplicado no melhoramento das condições dessa área. (...). A parte que a municipalidade dividiu em lotes é constituída por duas faixas, com duas quadras cada uma, de um e de outro lado do edifício da Escola de Guerra, uma dessa faixas, que é a que nos convém, fazendo ao mesmo tempo face para uma avenida já existente, por onde passam os bondes de quase todas as linhas.

> Dentro de muito poucos anos essa área será topograficamente o centro da cidade. Aí poderemos obter um terreno com 22 X 46 metros por 9 a 10 contos. O vosso filho Cipriano achou muito boa a situação, sobretudo de futuro, e desde já melhor do que aquela em que me tinha fixado antes, mais central em relação à parte comercial".[30]

Portanto, o projeto de construir a sede positivista porto-alegrense nas proximidades de um bairro operário foi preterido em prol da idéia de situá-la nas proximidades da área que posteriormente constituiria o Parque Farroupilha, próxima ao centro da cidade. A região da cidade que a municipalidade estava urbanizando eram as quadras existentes entre as atuais ruas José Bonifácio e Venâncio Aires, sendo duas quadras entre a Escola de Guerra (atual Colégio Militar) e a avenida do Bom Fim (antes chamada de Caminho do Meio e atualmente chamada de avenida Osvaldo Aranha) e outras duas quadras entre a mesma escola e a rua da Redenção (atual avenida João Pessoa). Observe-se que este terreno era quatro vezes maior que o anterior, custando cerca de 40% menos. Tal discrepância talvez possa ser justificada pelo fato de que o primeiro terreno cogitado para a compra localizava-se em uma área comercial e industrial, enquanto que este último ficava em uma área residencial.

Por outro lado, na mesma carta a Teixeira Mendes antes referida, Torres Gonçalves pediu-lhe que consultasse Miguel Lemos acerca da cláusula contratual inicialmente sugerida no sentido de que o prédio da futura sede positivista revertesse à municipalidade em caso de dissolução do núcleo da IPB em Porto Alegre.

Torres Gonçalves escreveu novamente para Teixeira Mendes em 12 de setembro de 1911, voltando a tratar da questão da aquisição de um terreno para a construção da sede positivista em Porto Alegre. Neste sentido, informou-o de que a municipalidade estava prestes a abrir concorrência para a venda dos terrenos próximos ao "Campo da Redenção", através do recebimento de propostas. Porém, a profundidade de 46 metros de cada lote constituía um obstáculo aos planos do engenheiro rio-grandino. Neste sentido, fez ele as seguintes considerações ao vice-diretor da IPB:

> "Contando dispormos as cousas de modo a ser possível a transformação do pequeno edifício que agora construirmos num Templo com as proporções do do Rio, e que este tenha 13 metros

[30] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 30 de agosto de 1911. AIPB.

> de largura, conforme parece ao vosso filho Cipriano, o fundo de 46,4 m. apenas permitiria um espaço de cerca de 2 metros antes da escadaria do pórtico, o que parece-nos muito insuficiente. Lembrei-me então de adquirirmos também o terreno que faz fundos com o da sede, igualmente com 46,4 m de profundidade, mas somente para podermos elevar a profundidade do da sede ao mínimo de 50 metros, que permitirá um jardim na frente da escadaria de 5 a 6 metros, segundo os nossos cálculos, e revendermos em seguida, na primeira oportunidade, aquele terreno".[31]

Como se nota, o filho de Teixeira Mendes exerceu um papel determinante na escolha do terreno e na elaboração do projeto para a construção da sede positivista de Porto Alegre. De outra parte, a passagem acima reafirma a vinculação existente entre o projeto que seria executado em Porto Alegre e o modelo seguido na construção do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro. Acerca da aquisição de terrenos contíguos àquele que abrigaria as atividades de propaganda da religião da Humanidade, Torres Gonçalves acrescentou na mesma carta: "Pensamos alguns amigos fazermos a aquisição de terrenos nas proximidades do da sede, entre eles os dois laterais, dos quais penso utilizar-me de um para a construção de uma casa para residência de minha família".[32]

Mais uma vez, portanto, Torres Gonçalves ratificou a determinação de vincular estreitamente sua vivência familiar com suas atividades proselitistas. De outra parte, reafirmou também a consulta à direção da IPB acerca da cláusula que previa a reversão da posse da área adquirida à municipalidade em caso de dissolução do núcleo porto-alegrense de positivistas ortodoxos.[33]

Em meados de outubro de 1911, através de telegramas trocados entre Torres Gonçalves e Teixeira Mendes, ficou estabelecido que não constaria do contrato entre o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos e a municipalidade a aludida cláusula de reversão ao poder público do terreno em questão, sendo definido que o seu destino, em caso de dissolução do grupo de propagandistas da religião da Humanidade em Porto Alegre, seria definido pela direção da IPB.

Definido esse aspecto e abertas as propostas feitas à municipalidade para a aquisição dos terrenos que estavam sendo loteados no "Campo da

---

[31] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 12 de setembro de 1911. AIPB.
[32] Idem, ibidem.
[33] Idem, ibidem.

Redenção", a proposta feita por Torres Gonçalves – em nome da propaganda positivista no Rio Grande do Sul – foi uma das contempladas. Deste modo, em 7 de novembro de 1911 Torres Gonçalves escreveu a Miguel Lemos:

> "Tenho o prazer de comunicar-vos que, por estes poucos dias, vamos firmar contrato com a municipalidade desta cidade para a aquisição de um terreno com 18 metros de frente e 37 de fundo, dos que ela está vendendo no Campo da Redenção, a fim de aí levantarmos o pequeno edifício da nossa sede projetada. Por uma feliz coincidência o eixo principal do terreno acha-se aproximadamente na direção de Paris. O fundo foi já aumentado para 50 metros, em virtude de cessão da parte necessária por minha Mãe e por mim, a fim de ser possível transformar futuramente o pequeno prédio que aí vamos atualmente construir em um templo da Nova Fé nas proporções do do Rio de Janeiro".[34]

Portanto, visando permitir que a área adquirida para a propaganda da religião da Humanidade em Porto Alegre tivesse as dimensões necessárias para abrigar um prédio do tamanho da sede da IPB, no Rio de Janeiro, Carlos Torres Gonçalves e sua mãe, Virgínia Torres Gonçalves, compraram os lotes da rua José Bonifácio que confinavam com os fundos do terreno que abrigaria a futura sede positivista, localizado na rua da Redenção. De outra parte, ao referir que, "por uma feliz coincidência", o eixo do terreno adquirido estava na direção de Paris, o engenheiro gaúcho implicitamente referiu a idéia formulada por Auguste Comte de que os templos positivistas deveriam apontar para a cidade onde surgiu a religião da Humanidade.[35]

Na mesma carta ao fundador da IPB, Torres Gonçalves esclareceu que a campanha financeira para a construção de uma sede da propaganda positivista em Porto Alegre havia arrecadado, até aquele momento, a quantia de 11 contos de réis, sendo a metade em títulos e a outra metade em doações.

---

[34] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 7 de novembro de 1911. AIPB. Posteriormente, a municipalidade avançou a frente dos terrenos loteados em 8,5 m, de modo que os terrenos passaram a ter 45,5 metros de fundo. Cf. artigo do arquiteto e historiador Francisco Riopardense de Macedo, publicado no *Correio do Povo* em 19 de outubro de 1968.

[35] No *Catecismo*, Auguste Comte assim se referiu à questão da forma e da direção que deveriam ter os templos positivistas: "A única indicação geral que sobre isto possa agora ser proclamada, diz respeito à situação e à direção, já determinadas pela natureza do culto positivo. Pois que a Humanidade se compõe essencialmente dos mortos dignos de sobreviverem, seus templos devem se colocados no meio dos túmulos de elite. Por outro lado, o principal atributo da religião positiva consiste em sua universalidade necessária. Cumpre, pois, que em todas as partes do planeta humano, os templos do Gran-Ser sejam dirigidos para a metrópole geral, que o conjunto do passado fixa, por muito tempo, em Paris. O positivismo utiliza assim o feliz esboço do islamismo acerca de uma preciosa instituição, a qual, pela comum atitude de todos os verdadeiros crentes, faz sobressair melhor a tocante solidariedade de suas livres homenagens". In: COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista*, p. 144.

De outra parte, o terreno custaria pouco menos de 10 contos de réis, sendo que a metade deste valor seria paga no ato da assinatura do contrato com a municipalidade, e a outra metade seria paga em prestações trimestrais ao longo dos dois anos seguintes. Após a quitação do terreno, a municipalidade daria um prazo de três anos para que o proprietário fizesse a edificação, após o que seriam cobradas multas semestrais. Torres Gonçalves acrescentou ainda que pensava em realizar a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da sede positivista de Porto Alegre no mês de janeiro de 1912, estando em dúvida entre o dia 6, data do 5º centenário do nascimento de Joana d'Arc – numa homenagem às mulheres proletárias –, e o dia 19, data do 114º aniversário do nascimento de Auguste Comte, neste sentido perguntando a opinião de Miguel Lemos.[36]

Em 25 de novembro de 1911, exatamente um ano após o lançamento da carta-circular que iniciou a campanha financeira para arrecadar os recursos necessários à compra de um terreno e à construção de uma sede para a propaganda positivista em Porto Alegre, Torres Gonçalves publicou uma nova carta-circular, na qual revelou publicamente os valores arrecadados até então e os termos da aquisição do terreno, poucos dias antes concretizada.[37]

Em extensa carta que escreveu a Teixeira Mendes no dia 21 de novembro de 1911, Torres Gonçalves tratou da cerimônia de lançamento da pedra fundamental da sede positivista porto-alegrense que seria realizada em janeiro do ano seguinte, em data ainda incerta. Inicialmente, consultou o apóstolo positivista se a presidência da cerimônia deveria caber a Faria Santos, enquanto confrade mais idoso, ou a ele próprio, enquanto confrade mais antigo, acrescentando: "Pergunto-vos ainda se no cabo da colher de pedreiro, como imagens do nosso Mestre e da nossa Mãe espiritual, poderemos engastar duas das medalhinhas em prata, cunhagem do nosso inolvidável confrade Sr. Albert Crompton".[38]

---

[36] Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves a Miguel Lemos, 7 de novembro de 1911. AIPB.
[37] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Circular de 21 de Frederico de 123 (25 de novembro de 1911)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1911. As informações que constam nesta carta-circular são aproximadamente as mesmas que constaram da carta escrita por Torres Gonçalves a Miguel Lemos em 7 de novembro de 1911, antes citada.
[38] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 21 de novembro de 1911. AIPB. A referida colher de pedreiro está depositada no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre.

Como se percebe, detalhes que poderiam parecer pouco relevantes a muitas pessoas, para Torres Gonçalves tinham enorme importância simbólica, como foi o caso da questão envolvendo o aspecto que teria o utensílio utilizado no lançamento da pedra fundamental da sede positivista. Desta forma, o engenheiro rio-grandino ainda informou a Teixeira Mendes: "Projetamos distribuir às senhoras, como lembrança da festa, exemplares das publicações *A mulher* e *Joanna d'Arc*, reunidas por uma fita branca e verde, e um ramalhete de flores e rosas aos demais assistentes".[39]

Torres Gonçalves passou o mês de dezembro de 1911 no interior do Rio Grande do Sul, em viagem de trabalho. Deste modo, a idéia de realizar a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da sede positivista de Porto Alegre no dia 6 de janeiro de 1912 ficou ameaçada. Porém, tal contingência acabou indo ao encontro do parecer emanado pela direção da IPB, como demonstra a seguinte passagem da carta que Torres Gonçalves escreveu a Teixeira Mendes, em 8 de janeiro de 1912, acerca dos preparativos para a cerimônia em questão:

> "Por cartas dos nossos confrades Venâncio Neiva e Crizanto Pinto, tivemos o vosso parecer relativamente à data, indicando como preferível o dia 19 de janeiro, e relativamente à publicação a ser distribuída. Estamos nos preparando para o dia 19 de janeiro e fazendo a impressão das cartas filosóficas do Nosso Mestre sobre a comemoração social, o batismo e o casamento, que pensamos não haver inconveniente em fazer preceder de 'Les pensées d'une fleur' e seguir das 'Sept maximes de ma Patronne', que encerrarão a publicação. Além da leitura da ata, faremos a do discurso proferido pelo nosso Diretor no dia 12 de outubro de 1890, no qual substituiremos as palavras relativas a Colombo por outras, essencialmente do nosso Diretor, da sua publicação 'Comemoração anual da morte de Augusto Comte'. Antes diremos algumas palavras para ligar a festa à do dia 12 de outubro de 1890 e terminaremos com algumas outras, definindo bem a nossa atitude aqui no Rio Grande, na qualidade de funcionários práticos, além disto, simples e modestos crentes, mas que, a exemplo dos práticos católicos, nossos predecessores da Idade Média, não podemos assistir sem o máximo interesse e contribuir quanto de nós depender, a nosso modo, para o advento da Religião que, estamos firmemente convencidos, encerra em si o segredo da solução para todas as dificuldades do nosso convulsionado Presente".[40]

[39] Idem, ibidem.
[40] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 8 de janeiro de 1912. AIPB.

Portanto, o parecer de Teixeira Mendes foi no sentido de que a cerimônia aludida deveria ocorrer no dia 19 de janeiro de 1912, data comemorativa do aniversário do nascimento de Auguste Comte. De outra parte, como forma de perpetuar o acontecimento, Torres Gonçalves tomou a iniciativa de promover a edição de um pequeno livro com textos do fundador da religião da Humanidade, precedidos por um poema de Clotilde de Vaux (*Les pensées d'une fleur*) e sucedidos das máximas da musa de Auguste Comte (*Les sept maximes de ma patronne*).[41] A referência à leitura que na ocasião se faria do discurso proferido por Miguel Lemos em 12 de outubro de 1890, na cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro – ocorrida no aniversário da chegada de Colombo à América –, revela mais uma vez a relação intrínseca existente entre este prédio e aquele que seria construído em Porto Alegre. Por outro lado, Torres Gonçalves reafirmou a modéstia de sua iniciativa, sua subordinação à direção de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes e sua fé na religião positivista.

Os primeiros dias de janeiro de 1912 foram de intenso envolvimento de Torres Gonçalves com os preparativos para a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da sede da propaganda positivista em Porto Alegre. Deste modo, manteve intensa troca de correspondência com a direção e com confrades da IPB, solicitando informações acerca da forma como deveria ocorrer a cerimônia e sobre os objetos práticos e simbólicos que seriam empregados no ato. De outra parte, em 14 de janeiro de 1912, o *Correio do Povo* publicou uma carta de Torres Gonçalves em que este corrigiu a notícia veiculada na edição do dia anterior do referido jornal acerca do lançamento da pedra fundamental da sede positivista de Porto Alegre que ocorreria alguns dias depois, na qual fora informado que era ele o chefe da propaganda da religião da Humanidade no Rio Grande do Sul. Neste sentido, Torres Gonçalves esclareceu que o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos era apenas um prolongamento da ação desenvolvida por Miguel Lemos e

[41] Cf. COMTE, Augusto. *Cartas filozóficas sobre a comemoração social, o batismo cristão e o cazamento*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1912. Este pequeno livro, impresso com tinta verde, a cor alegórica do positivismo, foi a única edição de textos de autoria de Auguste Comte feita pelo núcleo da IPB em Porto Alegre. Os textos, originalmente cartas escritas por Comte para Clotilde de Vaux, foram traduzidos para o português por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes.

Teixeira Mendes, ressaltando que, nos assuntos em que se podia agir sem consulta prévia à direção da IPB, a palavra final cabia a Faria Santos.[42]

Deste modo, todos os aspectos legais e diversos detalhes simbólicos da cerimônia que assinalaria o início das obras da sede da propaganda da religião da Humanidade em Porto Alegre foram meticulosamente previstos por Torres Gonçalves, restando-lhe apenas aguardar o dia aprazado.

8.2 – Torres Gonçalves, a Capela Positivista de Porto Alegre, o Templo da Humanidade do Rio de Janeiro e a Maison de Clotilde de Vaux em Paris

Nos dias anteriores à data prevista para o lançamento da pedra fundamental da sede da propaganda positivista no Rio Grande do Sul, os jornais de Porto Alegre publicaram diversas notícias referentes ao acontecimento. Assim, em sua edição de 18 de janeiro, o jornal *O Diário* publicou a programação da solenidade que ocorreria na tarde do dia seguinte no Campo da Redenção, próximo à rua Venâncio Aires.[43] Em sua edição de 19 de janeiro de 1912, uma sexta-feira, o mesmo jornal lembrou que a cerimônia que ocorreria às 17 horas daquele dia era aberta ao público, além de reproduzir uma longa descrição do estandarte que Décio Villares havia criado para a ocasião.[44]

---

[42] Cf. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 de janeiro de 1912 (recorte de jornal pertencente à coleção existente no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre). Fica assim evidenciada a obediência de Torres Gonçalves ao princípio que afirmava a autoridade dos mais velhos sobre os mais jovens, de acordo com os nove sacramentos positivistas instituídos por Auguste Comte (tema referido nos capítulos 2 e 3 do presente trabalho).

[43] Cf. *O Diário*, Porto Alegre, 18 de janeiro de 1912. A notícia referiu que a programação musical seria executada "pela banda do 1º Regimento da Brigada Militar, sob a direção competente do maestro Pedro Borges".

[44] O estandarte criado por Décio Villares (que se encontrava em Porto Alegre para a elaboração do monumento cívico a Júlio de Castilhos, inaugurado em janeiro de 1913) para a solenidade de lançamento da pedra fundamental ainda existe, estando depositado no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre. Porém, como o mesmo encontra-se bastante danificado, optei por reproduzir a extensa notícia que o descreve minuciosamente. É provável que tal descrição tenha sido feita por Torres Gonçalves, que se encarregou de enviá-la ao jornal para ser publicada: "O estandarte positivista, de acordo com as indicações deixadas por Augusto Comte, tem uma face branca e outra verde. Na face verde, voltada para o préstito lê-se a inscrição *Viver para outrem* em letras brancas, a cor verde simbolizando a esperança e o branco a pureza. Na face branca, é representada a Humanidade por uma mulher de 30 anos, trazendo o filho nos braços. O estandarte positivista da projetada sede da propaganda positivista de Porto Alegre é trabalho do notável artista Décio Villares, autor do quadro da Humanidade do Templo positivista do Rio de Janeiro. A Humanidade se acha nele idealizado sob os traços de Clotilde de Vaux, de acordo com os votos mais caros de Augusto Comte. Reunindo a pureza à ternura, Ela surge majestosa e serena, cheia de bondade e de dignidade, coberta do seu véu de Noiva e trazendo o filho nos braços, segundo a utopia da Virgem Mãe positivista, já prenunciada pela Virgem católica. No quadro de Rafael, a Virgem apresenta o

Conforme a descrição feita por Torres Gonçalves, o terreno que abrigaria a sede positivista de Porto Alegre havia sido cercado no fundo e em ambos os lados para a cerimônia de lançamento de sua pedra fundamental. Sobre toda a extensão da área, flâmulas de diversas cores foram penduradas em cordas suspensas. No fundo do terreno, em um estrado, o estandarte da

Humanidade ficou ao centro, ladeado por bandeiras de diversas nacionalidades. O busto de Auguste Comte foi colocado logo abaixo do estandarte e, diante deste, uma mesa coberta por um pano verde amparava os diversos objetos e relíquias destinados à cerimônia. Na entrada do terreno, um arco de folhagens sustentava uma faixa em que se lia que *Os vivos são sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos*, além da inscrição *Humanidade, Pátria, Família*, em letras menores. Ladeando o arco de folhagens, duas faixas verdes continham as inscrições *Ordem e Progresso* e *Viver para outrem*, além das

---

menino Jesus, pois este é que é o Ente supremo. Na concepção positivista, a imagem que domina é a Humanidade. O menino somos nós, seus filhos. Ele contempla, brincando, uma medalha em que se vê a imagem de Augusto Comte, pendente do colo da Humanidade. Procurando interpretar as intenções de Augusto Comte, o artista tomou para fundo do quadro o espetáculo de uma aurora brilhante surgida em Paris. Longe, na linha do horizonte, iluminado pelos reflexos de ouro de um céu onde se projetam os primeiros raios de um sol que começa a despontar, aparece um pedaço de Paris, onde se distinguem o Sena, a Notre Dame e o Pantheon, que Augusto Comte reclamava para o culto dos grandes homens. Conforme a frase de Augusto Comte, Paris não é uma cidade, Paris é a França, Paris é o Ocidente, Paris é a Terra... O primeiro plano do quadro é o Père Lachaise, onde se vê a sepultura de Clotilde. Foi preciso que Augusto Comte se santificasse mediante o culto subjetivo de Clotilde para ser possível a construção da Religião da Humanidade. Aos pés de Clotilde, um livro, representando a *Synthese subjectiva*, patenteia os esforços enormes que teve de empregar a nossa espécie até chegar ao conhecimento das leis de todos os domínios, desde as leis numéricas até as da Sociedade Moderna. É na sua *Synthese subjectiva*, da qual Augusto Comte só teve tempo de ultimar o 1º volume relativo à lógica, que vem exposta a teoria da incorporação do Fetichismo ao Positivismo. Por isto o artista, ao lado do livro, e para simbolizar aquele estado inicial da Humanidade, colocou um turíbulo, do qual sobem espirais de tênue fumo que se dissipa no espaço. Dois rouxinóis cantando, voltados para a Humanidade, lembram a poesia de Clotilde *Os pensamentos de uma flor*, e simbolizam poeticamente o concurso simpático das raças sociáveis da evolução da Humanidade. O quadro é limitado por uma cercadura dourada, e termina na parte inferior por um medalhão com a efígie de Augusto Comte, e na parte superior por um ramalhete de rosas, como recordação do ramalhete sagrado oferecido por Clotilde a Augusto Comte". In: *O Diário*, Porto Alegre, 19 de janeiro de 1912. ACPPA.

* Reprodução de fotografia feita em 19 de janeiro de 1912, durante a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da sede positivista de Porto Alegre. ACPPA.

bandeiras do Brasil e do Chile (em homenagem ao apóstolo positivista Jorge Lagarrigue). Além disto, pelo resto da área foram distribuídos diversos vasos com folhagens.[45]

Pouco depois das 17 horas, diante de um público de cerca de 300 pessoas, a banda da Brigada Militar executou um trecho da *Africana*, de Meyerbeer, numa homenagem ao fetichismo, que seria o estado filosófico inicial da humanidade, segundo Auguste Comte.[46] Em seguida, Faria Santos tomou a palavra e deu inicio à cerimônia. Após assinalar que a solenidade era presidida por Torres Gonçalves, na condição de confrade mais antigo da IPB entre os presentes, Faria Santos lembrou a razão daquela solenidade e passou a fazer a leitura da ata de colocação da pedra fundamental da sede positivista em Porto Alegre. Depois de reafirmar a subordinação dos positivistas gaúchos à direção espiritual de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, como intérpretes

autorizados da doutrina que Auguste Comte fundou sob a inspiração de Clotilde de Vaux, Faria Santos relacionou uma série de objetos que seriam encerrados em uma urna a ser colocada sob a pedra fundamental do prédio que seria construído, esperando que as relíquias e os documentos escapassem da profanação pelas gerações futuras. Entre tais relíquias e documentos, constavam: um exemplar do volume em que Auguste Comte reuniu seu testamento, as orações anuais e a correspondência com Clotilde de Vaux; um exemplar da tradução do *Catécisme positiviste* feita por Miguel Lemos – dentro do qual foram colocadas folhas de árvores que crescem junto das sepulturas de Comte e de Clotilde; uma pequena caixa contendo terra tomada no cemitério Père Lachaise, onde o

* Reprodução de fotografia feita no momento em que uma caixa contendo diversos folhetos editados pela IPB, obras de Comte e objetos de culto era enterrada sob a pedra fundamental da sede positivista de Porto Alegre, em 19 de janeiro e 1912. ACPPA.

[45] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul – ano de 1912*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1914, p. 49-51. Neste relatório anual consta uma "Notícia da festa de lançamento da pedra fundamental do edifício da sede da propaganda positivista em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul", fonte aqui utilizada.

[46] Cf. *A Federação*, Porto Alegre, 20 de janeiro de 1912.

fundador da religião da Humanidade e sua musa estavam sepultados; um exemplar do livro contendo as cartas escritas por Comte a Nísia Floresta (única brasileira que teve contato com o filósofo); exemplares de opúsculos do positivista chileno Jorge Lagarrigue e do positivista inglês Richard Congreve; e uma coleção das circulares anuais de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, além de uma coleção dos folhetos publicados pelo núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos. Além disto, uma cópia da ata daquela cerimônia que estava sendo realizada também seria colocada na urna.[47]

Após a leitura da ata, enquanto os presentes assinavam a mesma, a banda passou a executar trechos da *Semiramis*, de Rossini, do *Orfeu*, de Gluck, e da *Clemência*, de Mozart, representando respectivamente a teocracia inicial, a evolução grega e a última fase romana da evolução social, segundo explicação dada por Torres Gonçalves. Das cerca de 300 pessoas que assistiram a cerimônia, muitas das quais eram crianças e populares que moravam nos arredores, 42 assinaram as duas vias da ata, destacando-se entre elas o intendente municipal José Montaury.[48]

Terminada a coleta de assinaturas, um dos exemplares da ata foi juntado aos demais documentos e relíquias em um cofre. Então, enquanto a banda da Brigada Militar executava o *Sabat-Mater*, de Rossini, "um grupo de graciosas crianças, trajando de verde, conduziu procissionalmente (sic) até a pedra, num delicado andar coberto de flores, o cofre de madeira, revestido exteriormente de outro de cobre, dentro do qual ficaram guardados para a eternidade o auto e vários documentos e recordações".[49]

---

[47] Cf. GONÇALVES, *op. cit.,* p. 52-54.

[48] As assinaturas que constam da ata preservada na Capela Positivista de Porto Alegre são das seguintes pessoas: Carlos Torres Gonçalves, João Luís de Faria Santos, Frederico Horta Barboza, Clotilde Rozália Teixeira Mendes Horta Barboza, Virgínia Torres Gonçalves, Ermelinda de Almeida Felizardo, M. Clemência Silva de Carvalho, Francisca Albuquerque de Faria Santos, Arthur Homem de Carvalho, José Montaury Aguiar Leitão, Tarcília Só Gonçalves, Olga Clotilde Abbott, José da Costa Gama, Ermelinda Beatriz Felizardo, Marina Faria Santos, Décio Villares, Adolpho Torres Gonçalves, Dora Sofia Abbott, Luiz de Almeida Felizardo, Fábio Leivas, Ignacio Capistrano Cardoso, Eduardo Daisson, Manoel Luís Pereira da Cunha, Aristides Prestes da Fontoura (pelo jornal *O Diário*), Arlindo Brodt, Antônio Serra, Tertuliano Carneiro (*Echo do Povo*), Cícero Carneiro, Germano S. da Silva (*Correio do Povo*), Pedro Câmara Barcellos, Deoclécio Carvalho (*Correio do Povo*), Adolpho Cannibal, Emílio Mabilde, Eduardo Gama, Homero Ferrando, Volfran de Oliveira, Gedeão Faria Santos, Franklin Dias de Castro, Fernando de Carvalho, J. Pessoa de Mello, Achilles Faria Santos e Mário Gonçalves de Almeida (*A Federação*). Os jornais *O Diário*, *A Federação* e *Correio do Povo*, em suas edições do dia 20 de janeiro de 1912, citaram a presença de outras pessoas que não assinaram a ata.

[49] In: *O Diário*, Porto Alegre, 20 de janeiro de 1912 (recorte de jornal pertencente ao acervo da Capela Positivista de Porto Alegre).

Em seguida, dando continuidade à cerimônia, Torres Gonçalves leu o discurso feito por Miguel Lemos em 12 de outubro de 1890, no lançamento da pedra fundamental do templo positivista do Rio de Janeiro. Finda a leitura, Torres Gonçalves acrescentou algumas palavras:

> "Pouco mais temos agora a dizer para encerrar esta oração. Apenas desejamos deixar bem acentuado que o modesto edifício, cuja pedra fundamental hoje lançamos, em nada modificará a atitude que até agora temos assumido na propaganda positivista no Rio Grande do Sul. Simples crentes, além disto funcionários práticos da sociedade, nenhuma pretensão alimentamos de sair do papel de humilde prolongamento da propaganda geral realizada pelo Apostolado Positivista do Brasil na capital da nossa Pátria. Estamos mesmo bem convencidos de que o melhor serviço que podemos prestar à propaganda positivista é o preenchimento cada vez mais escrupuloso e mais exato das nossas funções práticas especiais. De maneira nenhuma, porém, elas são incompatíveis como o nosso interesse e os nossos esforços diretos pela divulgação da Religião da Humanidade, que, pelo contrario, esperamos, não cessará de patentear a conveniência pública de uma fé firme no preenchimento daquelas funções, conforme os exemplos do Passado".[50]

Como se pode perceber, Torres Gonçalves ratificou que as ações desenvolvidas pelo grupo de positivistas religiosos do Rio Grande do Sul dependiam das diretrizes estabelecidas pela direção da IPB, no Rio de Janeiro. Por outro lado, assinalou que os integrantes do núcleo gaúcho de adeptos da religião da Humanidade acreditavam que a forma como melhor poderiam contribuir para a difusão da doutrina fundada por Auguste Comte seria através das ações que desenvolviam em suas "funções práticas", enquanto engenheiros e funcionários públicos estaduais.

Concluindo sua peroração, Torres Gonçalves lembrou que a modéstia dos trabalhos desenvolvidos pelos positivistas ortodoxos gaúchos inspirava-se no exemplo de Alfredo, o Grande, da Inglaterra, que dividia o dia em três partes, das quais uma consagrada ao sono, às refeições e aos exercícios físicos, a outra ao despacho dos negócios, e a terceira ao estudo e à devoção. Deste modo, encerrou seu discurso com as seguintes palavras:

> "Pois bem, como os práticos da Idade Média em face do Catolicismo, que resumia os ideais então dominantes, também nós não podemos ser indiferentes à implantação do novo regime científico-industrial estabelecido pela religião demonstrável e

[50] O discurso do fundador da IPB lido por Torres Gonçalves e as palavras que este acrescentou ao mesmo foram reproduzidos pelo jornal *A Federação* em 23 de janeiro de 1912.

> altruísta. Na medida das nossas forças, procuramos concorrer para o seu advento, certos de que o Positivismo está a pôr termo a todas as dificuldades do nosso convulsionado Presente e a inaugurar o regime definitivo da Humanidade, regime de paz e amor, realizando, afinal, as aspirações das sínteses provisórias anteriores desde a mais remota antigüidade".[51]

Concluído o discurso, a banda do 1º Regimento da Brigada Militar executou a *Marselhesa*, enquanto eram distribuídos entre os presentes

diversos exemplares da publicação comemorativa preparada para aquela data, contendo textos de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux. A noite se aproximava, de modo que a cerimônia se encerrou em seguida, com a dispersão do público. Mais tarde, ao chegar em casa, na rua Dr. Flores n.º 48, centro da cidade, Torres Gonçalves encontrou o seguinte telegrama, enviado por Teixeira Mendes: "Em nome do nosso Diretor e confrades, aceitai congratulações pela incomparável data e pela inauguração da sede (sic), que esperamos seja novo estímulo de contínuo e crescente aperfeiçoamento religioso".[52] Pode-se supor que o engenheiro rio-grandino foi dormir satisfeito com o sucesso dos eventos do dia e com a mensagem que recebeu do apóstolo positivista.

Em carta que escreveu a Teixeira Mendes no princípio de fevereiro de 1912, Torres Gonçalves remeteu-lhe diversos jornais que noticiaram a solenidade de lançamento da pedra fundamental da sede positivista sul-rio-grandense, comentando: "Dentro de poucos dias penso iniciar a construção do edifício da sede, obedecendo ao plano do Templo do Rio. A parte que vamos construir agora ficará sendo um salão de 12 m X 5,9 m exteriormente, da qual aproveitaremos o porão, com 2,5 m de altura".[53]

---

[51] Idem, ibidem.
[52] In: GONÇALVES, *op. cit.*, p. 66.
[53] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 7 de fevereiro de 1912. AIPB.
* Reprodução de fotografia feita no dia do lançamento da pedra fundamental da sede positivista de Porto Alegre, mostrando o público em torno do altar com o estandarte da Humanidade criado por Décio Villares para a ocasião.

No início de março de 1912, em outra carta que escreveu ao vice-diretor da IPB, após agradecer-lhe pelo envio de uma contribuição financeira para a construção da sede positivista de Porto Alegre, Torres Gonçalves reafirmou que a obra da mesma iniciaria em breve, tendo sido adiada em função da moléstia de sua esposa.[54]

Porém, os meses se passaram e a obra não teve andamento, continuando restrita à sua simbólica pedra fundamental. Deste modo, no princípio de novembro de 1912, em carta que escreveu a Teixeira Mendes, Torres Gonçalves relatou:

> "Com relação à construção da nossa sede nesta cidade, o nosso confrade Sr. Otero repetiu-nos agora o seu oferecimento anterior de preencher a importância que ficasse faltando. Eu confirmei também a nossa resposta anterior de agradecimento, lembrando a observação do nosso Diretor de não distrair recursos da propaganda geral; por outro lado, que reduzido já o edifício ao mínimo, na execução desse mínimo, procuraremos adiar as obras que não sejam indispensáveis, o que terá ao mesmo tempo a vantagem de não iludir as dificuldades reais em que nos achamos e de estimular o meio pelo espetáculo dessa situação, e a nós mesmos, reagindo sobre a nossa humildade e devotamento. O nosso confrade aceitou plenamente este ponto de vista. Vamos publicar brevemente a relação dos contribuintes, acompanhada de uma lembrança aos que se acham ainda em disposições de auxiliar-nos (e não são poucos, pelas notícias que temos) que é chegada a ocasião de levantarmos o nosso modestíssimo santuário. Desejamos encetar as obras a 19 de janeiro vindouro. Tivemos o prazer de receber há poucos dias, 'em sinal da simpatia com que acompanha os nossos esforços', contribuições do nosso querido Diretor, sua Esposa, sua Filha adotiva e seu filho Cipriano".[55]

Portanto, a razão alegada para a paralisação das obras foi a carência de recursos, apesar do oferecimento feito por Ernesto de Otero, um dos grandes esteios materiais da IPB.[56] Assim mesmo, Torres Gonçalves planejava retomar a construção dois meses depois, justamente na data do primeiro aniversário do lançamento da pedra fundamental da sede positivista sul-rio-grandense. De

---

[54] Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 21 de março de 1912. AIPB. De fato, pouco depois do lançamento da pedra fundamental da sede positivista de Porto Alegre nasceu o sexto filho de Carlos e Dagmar Torres Gonçalves. O parto foi difícil e a mãe correu risco de vida, conforme referido no capítulo 2 da presente tese.

[55] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 2 de novembro de 1912. AIPB.

[56] Conforme antes mencionado, Otero desembolsou boa parte dos recursos utilizados na construção do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro e na aquisição da casa de Clotilde de Vaux, em Paris.

outra parte, modestas contribuições financeiras continuavam sendo feitas, como foi o caso dos recursos enviados por Miguel Lemos e sua família.

Relativamente à publicação da relação dos contribuintes para a construção da sede positivista de Porto Alegre, referida por Torres Gonçalves em sua carta a Teixeira Mendes, ela se materializou em janeiro de 1913. No folheto em questão, além de reproduzir os termos do contrato de aquisição do terreno e os valores envolvidos, Torres Gonçalves relacionou o nome das 139 pessoas que haviam feito doações monetárias para o projeto e de outras 42 que haviam realizado empréstimos através da aquisição de títulos.[57] Embora

[57] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Edifício da Sede pozitivista em Porto Alegre – circular dirigida aos contribuintes*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1913, p. 4-9. Confrontando a lista de nomes citados neste folheto com as listas de subscrição originais e com os títulos resgatados (muitos dos quais recebidos após a edição da circular mencionada), documentação esta que se encontra no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre, elaborei a seguinte lista de 208 nomes (além de cinco outros nomes ilegíveis) de pessoas que colaboraram financeiramente para a aquisição do terreno e para a construção da sede positivista de Porto Alegre: A. Domingues de Souza (engenheiro); A Durand (engenheiro); A. Maia; Adão Gerhardt; Adolpho Carneiro (engenheiro); Adolpho Torres Gonçalves (guarda-livros); Agilberto Attílio Maia; Agnello Corrêa Ferreira da Silva (empreiteiro); Albertina Lemos; Alberto Carneiro; Alberto Portella (militar); Albino Coutinho (advogado); Alice de Sá Britto Portella; Alípio Bandeira (engenheiro militar); Álvaro Rodrigues Leitão (engenheiro); Álvaro Silva (agrimensor); Aluísio Ebling; Amaro Correia da Silveira (empregado público); Américo Ávila Brum; Ângelo Gubert (funcionário público); Anísio Palhano (engenheiro); Annunciata da Cunha Silva; Antônio Estigarribia (militar); Antônio Pereira Ribeiro; Antônio Raupp; Antônio Veríssimo de Mattos (engenheiro); Argemiro C. Nunes; Arlinda Braga; Armando de Lamare (engenheiro); Arthur Homem de Carvalho (médico); Arthur Souza (criador); Artur Burlamaque; Augusto Beltrão Pernetta; Augusto César Alberto Portella; Augusto Menezes Vasconcellos Drummond (marechal reformado); Balthazar de Bem (médico); Belmira Guilayn; Bento Manoel Velloso; Bento Villares; Branca Iracema Portella; Brusius Netto; Canrobert Costa (militar); Carlos A. Ávila (comerciante); Carlos Alberto Miller (empregado público); Carlos C. Primo; Carlos Otero (comerciante); Carlos Penafiel (jornalista); Carlos Torres Gonçalves (engenheiro); Carlota Guilayn; Carmen Guilayn; César Beltrão Pernetta; Cipriano Lemos; Cipriano Teixeira Mendes (engenheiro); Clarimundo Almeida Santos (agrimensor); Constância Braga Portella; Corina Barretto Flores; Crizanto S. M. Pinto; Dagmar Torres Gonçalves; David Carneiro Júnior; Décio Villares (artista); Demétrio Lemos; Diniz Martins Rangel (intendente municipal); E. de Berredo (médico); Edith Braga; Edmundo Vasconcellos; Eduardo Gomes Ferraz (engenheiro naval); Elípio Lima (militar); Eloísa Laura Portella; Elvídio de Mattos; Emílio Dexheimer; Emílio Guilayn; Ermelinda de Almeida Felizardo; Ermelinda Beatriz Felizardo; Ermelinda Courteuilh; Ernâni de Almeida Santos (agrimensor); Eulália Castello Estigarribia; Eurico Macedo (engenheiro); Evani de Almeida Santos; F. Maia; F. Chaves Campello (comerciante); Fábio Leivas (comerciante); Fernando Miranda (funcionário público); Fernando Schüler; Florisbelo Leivas (engenheiro); Francisca Holmer; Francisco Carlos de Sá Dornelles (criador); Francisco de Ávila Silveira (engenheiro); Francisco Ferreira Leal (capitalista); Francisco de Paula Alves (fazendeiro); Francisco Otto Holmer (agrimensor); Gedeão Faria Santos (funcionário público); Gastão Gomes (engenheiro); Georges Neuman; Geraldino Martins; Getúlio Lins Nóbrega (engenheiro); Getúlio Vargas (advogado); Gonçalo Correia Lima (militar); Gualdin Martins; Guilherme Franzman (comerciante); Guilherme Gueltzer Netto (intendente); Guilherme Lemos de Castro (dentista); Gustavo Casper (comerciante); Gustavo Wolker (mecânico); Harmódio Franco (despachante alfandegário); Helvídio de Mattos (agrimensor); Henrique Jaeger; Henrique Siphorin (empregado público); Henrique von Schwerin (agrimensor); Homero Ferrando; Horácio Barboza Carneiro (funcionário federal); Hortênsia Schmitt, Emílio Dexheimer; J. Luiz Benkenstein; J. Mariano de Oliveira; J. Montenegro Cordeiro (fotógrafo); J. Palhano de Jesus

nem todos os contribuintes tenham declarado suas profissões, pode-se perceber a presença significativa de engenheiros (28), de agrimensores (9) e de funcionários públicos (10), que provavelmente mantinham relações profissionais com Torres Gonçalves. Também se destaca a numerosa presença de militares (12). Em menor quantidade, médicos e advogados também se fizeram representar entre os contribuintes. Também foi importante o número de mulheres que contribuíram (27), quase todas mantendo relações familiares com algum dos positivistas religiosos ou sendo elas mesmas adeptas da religião da Humanidade. De outra parte, a grande quantidade de nomes de origem germânica na lista de doadores poderia induzir ao equívoco de se pensar que a propaganda da religião da Humanidade tinha grande penetração entre esta comunidade no Rio Grande do Sul. Efetivamente, a maior parte desses nomes consta de uma única lista de subscrição, enviada a Guilherme Gueltzer Netto, que era intendente de um município na área de colonização alemã. Desta forma, é provável que as pessoas que assinaram tal lista não soubessem exatamente qual era a finalidade dos recursos recolhidos, apenas

---

(engenheiro); J. Vignoli (empregado público); Jacob Ebling; João Benício da Silva (advogado); João Escobar (criador); João Ferreira Dias (farmacêutico); João Luís de Faria Santos (engenheiro); João Maia (advogado); João Maciel de Medeiros; João Pedro de Albuquerque (médico); João Pereira (industrialista); João Pernetta; Joaquim Américo Pereira; Joaquim Bagueira Leal (médico militar); Joaquim Feldmann; Joaquim Madeira; Joaquim Nunes; Joaquim Ribeiro (advogado); Jonathas Abbott (funcionário público); Jorge Naaman (médico); José Alberto Portella (guarda-livros); José Antônio Cidade (funcionário público); José Antônio Maciel (fazendeiro); José Maciel (intendente municipal); José de Oliveira Costa; José Garcia Cony (empregado público); José Lopes Annoni; Josepha Guilayn; Júlio Campos (engenheiro); Júlio Vaz; Júlio Werminghoff (agrimensor); Leôncio de Figueiredo Neiva (militar); Letherio Bonarrigo (agrimensor); Lindolfo Alípio Rodrigues da Silva (engenheiro); Lucano Conedera (agrimensor); Lúcia Guilayn; Luciano de Souza e Almeida; Luiz Bender; Luiz Faria (comerciante); Luiz de França Albuquerque (militar); Luiz Gomes Ferraz (militar); Luís Hoffmann; Luiz da Rocha Faria (comerciante); Luiz L. Slabel; Luiz Peixoto; Luiz Voelcker (comerciante); Manoel Fernandes; Manoel do Nascimento Passos Maia; Manuel Dias (fazendeiro); Manoel de Freitas Valle (proprietário); Manuel Joaquim do Rego Lins Filho (empregado público); Manuel do Nascimento Vargas (estancieiro); Manuel Vicente do Amaral (advogado); Malaquias Pereira da Silva (tipógrafo); Marcos Haag; Maria da Glória Castello Vital; Mário Carneiro Machado; Martin Guilayn; Maximiliano Leal; Miguel Bacellar (engenheiro); Miguel Lemos (diretor da IPB); Narciso de Campos Mariante (funcionário público); Olga de Almeida Santos; Oscar da Cunha Corrêa; Otávio de Campos Monteiro (engenheiro); Ozório de Azambuja Cidade (militar); Paulo Guilayn; Pedro Bueno (funcionário público); Pedro Leivas (engenheiro); Pedro Peres; Pedro Galvão; Péricles de Bittencourt Ferraz (militar); Protásio Vargas (engenheiro); Raul Abbott (funcionário público); Raymundo de Berredo (engenheiro); Raymundo Teixeira Mendes (vice-diretor da IPB); Raymundo Lúlio Teixeira Mendes (oficial da marinha mercante); Ricardo Valle (engenheiro); Rodolpho Fiuza; Rodrigo Figueiredo Sobrinho; Salustiano Cardoso Espíndola (engenheiro); Serafim Terra; Severiano de Almeida (empregado público); Sílvio Vieira Souto (desenhista); Sizenando F. da Costa (engenheiro); Tereza Sílvia Berredo Carneiro;); Theodomiro Porto da Fonseca; Thimóteo Pereira da Rosa (advogado); Tolentino Balbé (comerciante); Uno Escosser; Venâncio de Figueiredo Neiva (funcionário público); e Virgínia Torres Gonçalves.

seguindo a orientação do líder político da região. Entre as curiosidades da lista está a presença do nome de Getúlio Vargas, que futuramente se tornaria um desafeto de Torres Gonçalves.[58]

Até o final de 1912, o valor arrecadado por meio de doações e de empréstimos tomados através da emissão de títulos atingiu o montante de onze contos e cento e trinta e três mil réis (11:133$000),[59] sendo que as despesas com o pagamento parcial do terreno, com a construção de um galpão e de uma cerca e com a festa de lançamento da pedra fundamental da sede positivista haviam consumido pouco menos de dez contos de réis (10:000$000). De outra parte, até o final de 1913 seria preciso dispor de cerca de três contos e quinhentos mil réis (3:500$000) para concluir a quitação do terreno, enquanto que o saldo existente não atingia a metade deste valor.[60] Deste modo, a construção da sede, orçada em 13 contos de réis, teve que ser postergada.

No dia 5 de setembro de 1913, data do aniversário da morte de Auguste Comte, em carta que Torres Gonçalves escreveu a Teixeira Mendes, pode-se depreender que chegou a ser cogitado o aluguel ou mesmo a venda de uma parte do terreno adquirido para abrigar a sede positivista de Porto Alegre, face às dificuldades financeiras da propaganda no país:

> "A idéia da cessão provisória de uma parte do terreno, com obrigação da retrovenda, partiu de mim. Eu fui levado a ela na intenção de não desviar recursos da propaganda geral com esforços locais, e também confiante que o futuro resgataria as dificuldades materiais que daí decorressem. Mas o vosso parecer veio mostrar-me que, embora sendo aquilo verdade, trata-se agora de um caso em que é preciso agir com 'sacrifício'. Precisamos pela nossa conduta estimularmos o meio e não resignarmo-nos à sua apatia. O vosso parecer teve, pois, também o resultado de tirar-me da dúvida, indicando-me a atitude que me cabe no caso". [61]

Deste modo, demovido por Teixeira Mendes da idéia de ceder parte do terreno, Torres Gonçalves reanimou-se e decidiu lançar um novo apelo público

---

[58] Conforme foi visto no capítulo 6 do presente trabalho.

[59] Individualmente, a maior doação foi feita pelo médico Arthur Homem de Carvalho, correligionário e amigo de Torres Gonçalves, no valor de um conto de réis (1:000$000), seguida pela contribuição feita pelo também correligionário e amigo Raul Abbott, no valor de quinhentos mil réis (500$000). A terceira maior doação para o projeto de construção de uma sede positivista em Porto Alegre foi de Torres Gonçalves, no valor de quatrocentos mil réis (400$000). Cf. GONÇALVES, *op. cit.*, p. 4-7.

[60] Cf. GONÇALVES, *op. cit.*, p. 10-11.

[61] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 5 de setembro de 1913. AIPB.

para solicitar empréstimos e doações à campanha financeira para a quitação do terreno e para a construção de um pequeno templo positivista em Porto Alegre. Neste sentido, acreditando na possibilidade de reunir os recursos necessários num curto espaço de tempo, o confrade gaúcho acrescentou ao vice-diretor da IPB:

> "Lavraremos em seguida a escritura de compra à mesma, e as de doação que minha Mãe e eu fizemos de 9,5 m de profundidade. Será então a ocasião, ao comunicarmos esses novos passos, de dirigirmos mais um apelo às pessoas que simpatizam com a ação do Apostolado Positivista do Brasil, especialmente às pessoas deste Estado. Estou confiante de poderemos iniciar a ereção do nosso modesto santuário em meados do próximo ano, de modo a ficarmos dentro de uma das obrigações de compra do terreno à municipalidade".[62]

Por outro lado, no final de 1913 ocorreu a mudança de Torres Gonçalves e de sua família para a casa construída no Campo da Redenção, num terreno que fazia fundos com o terreno adquirido para abrigar a sede positivista de Porto Alegre. Enquanto aguardava a oportunidade para edificar este templo religioso, o engenheiro rio-grandino destinou uma sala de sua residência para abrigar as cerimônias de culto da religião da Humanidade e para abrigar o depósito de publicações positivistas no sul do Brasil.[63]

Em dezembro de 1913, foi paga a última prestação do terreno destinado à construção da sede positivista de Porto Alegre, sendo necessária a tomada de um empréstimo para a realização de tal quitação. De outra parte, tendo em vista a necessidade de realizar obras de aterro na área em questão, o fundo da sede positivista porto-alegrense tornou-se deficitário.

No dia 14 de janeiro de 1914 foi lavrada a escritura do terreno em questão. Torres Gonçalves representou o grupo de positivistas do Rio Grande do Sul, enquanto que a municipalidade foi representada pelo intendente José Montaury. Em seguida, nas edições dos dias 16, 18 e 20 daquele mês, o jornal *A Federação* publicou as declarações das doações feitas à sede positivista de Porto Alegre, por Virgínia Torres Gonçalves e por Carlos Torres Gonçalves, de partes dos terrenos que possuíam no Campo da Redenção.[64] Relatando esses

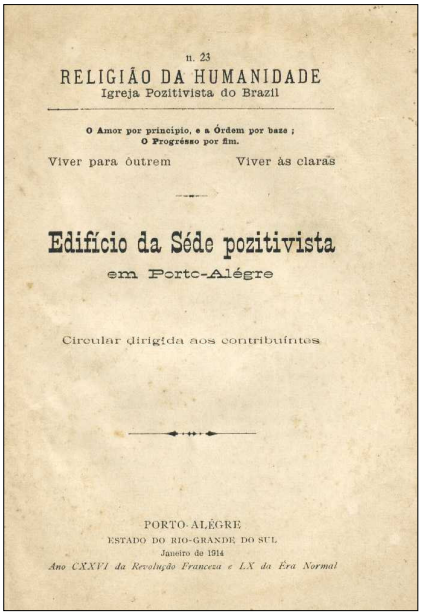
---

[62] Idem, ibidem.
[63] Conforme analisado no capítulo 2 deste trabalho.
[64] Cf. *A Federação*, Porto Alegre, 16 de janeiro de 1914. Através das declarações, Virgínia Torres Gonçalves doou à sede positivista de Porto Alegre uma área de 18 metros de comprimento por 6,6 metros de largura, enquanto que Carlos Torres Gonçalves doou uma área

acontecimentos a Teixeira Mendes em carta que lhe escreveu no dia 21 de janeiro de 1914, Torres Gonçalves acrescentou:

> "Estamos imprimindo uma 'circular' noticiando estes novos passos e fazendo um novo apelo a todos quantos mantém ainda disposições de auxiliar-nos na realização do nosso modesto projeto. Conforme os recursos que obtivermos, deixaremos mais ou menos acabado o pequeno edifício projetado, limitando-nos em último caso ao quanto baste para permitir nele reunirmo-nos. A grandeza e a sublimidade da Doutrina, contrastando com a deficiência de recursos de toda a sorte, deixará clara a situação atual do Positivismo neste Estado, estimulando as nobres naturezas que forem surgindo".[65]

Na "circular" que Torres Gonçalves referiu estar prestes a ser impressa, além dos informes sobre a situação financeira do fundo positivista sul-rio-grandense, sobre a recente quitação do terreno adquirido à municipalidade e sobre as doações feitas à sede positivista sul-rio-grandense por Carlos Torres Gonçalves e por sua mãe, constaria também a ratificação da idéia de que o prédio a ser construído seria simples, com 12 metros de frente por 6 de profundidade, constituindo-se apenas de uma sala para as reuniões religiosas e, na parte baixa, de uma sala para abrigar a biblioteca, o depósito de publicações positivistas e as reuniões entre os confrades. Entretanto, o prédio deveria poder ser aproveitado depois "como início da Capela Positivista de Porto Alegre".[66]


n. 23

RELIGIÃO DA HUMANIDADE

Igreja Pozitivista do Brazil

O Amor por principio, e a Ordem por base ;
O Progresso por fim.

Viver para outrem — Viver às claras

Edifício da Séde pozitivista
em Porto-Alégre

Circular dirigida aos contribuintes

PORTO-ALEGRE
ESTADO DO RIO-GRANDE DO SUL
Janeiro de 1914
Ano CXXVI da Revolução Franceza e LX da Era Normal

Porém, com a intensificação dos conflitos na Europa e a deflagração da 1ª Guerra Mundial, no segundo semestre daquele ano, o plano concebido por Torres Gonçalves acabou sendo frustrado. A partir de então, todos os recursos angariados pelos núcleos da IPB passaram a ser direcionados, prioritariamente, à edição dos folhetos em que Teixeira Mendes apelava pela

---

de 18 metros de extensão por 3 metros de largura. Deste modo, somados aos 45,4 metros de profundidade que o terreno da sede positivista tinha anteriormente, este atingiu a profundidade total de 55 metros (por 18 metros de largura, que permaneceu inalterada), permitindo a construção de um templo nas proporções do existente no Rio de Janeiro.

[65] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, 21 de janeiro de 1914. AIPB.

[66] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Edifício da Séde pozitivista em Porto Alegre – circular dirigida aos contribuintes*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1914.

* Capa de folheto editado por Torres Gonçalves acerca da sede positivista gaúcha. ACPPA.

pacificação, ficando a construção da sede positivista de Porto Alegre adiada *sine die*.

Mesmo assim, Torres Gonçalves continuou a prestar contas regularmente da situação financeira do fundo criado para a execução do projeto. Porém, no princípio de março de 1915, algumas suspeitas foram levantadas acerca da aquisição do terreno à municipalidade de Porto Alegre feita pelo núcleo sul-rio-grandense de positivistas ortodoxos, o que obrigou Torres Gonçalves a publicar uma carta com o seguinte teor, na edição do *Correio do Povo* de 20 de março de 1915:

> "O jornal *Última Hora*, desta cidade, do dia 15 de março corrente, em tom interrogativo, formula algumas acusações a propósito da compra feita à municipalidade de um terreno situado no Campo da Redenção, para a ereção da projetada sede positivista desta capital. Tudo o que concerne a esta modesta tentativa, desde os primeiros passos, consta de publicações largamente distribuídas, inclusive entre os jornais desta e outras cidades do Estado. Em vista, porém, da delicadeza do assunto, estamos prontos a dar quaisquer novas explicações, ou a repetir informações já prestadas, no intuito de evitarmos, no que de nós depende, que a mínima dúvida venha a pairar no ânimo de quem quer que seja. Aguardamos, pois, que a *Última Hora* precise as suas acusações a fim de lhes darmos cabal resposta".[67]

Feitos estes esclarecimentos prévios, Torres Gonçalves repetiu as informações referentes aos valores envolvidos na transação e à sua origem, não constando que a polêmica tenha tido continuidade.

Em outubro de 1918, quando se aproximava o final da 1ª Guerra Mundial, Torres Gonçalves publicou a *Notícia da propaganda positivista no Estado do Rio Grande do Sul* referente aos dois anos anteriores. Tratando da situação financeira do fundo destinado à construção da sede positivista de Porto Alegre, relatou que desde o início da campanha financeira, em novembro de 1910, até o final de 1917, haviam sido arrecadados pouco mais de 14:031$200 réis, sendo as despesas de 13:896$760 réis, havendo um saldo de apenas 134$440 réis. De outra parte, a construção do prédio estava orçada em 14:000$000 réis (quatorze contos de réis).[68]

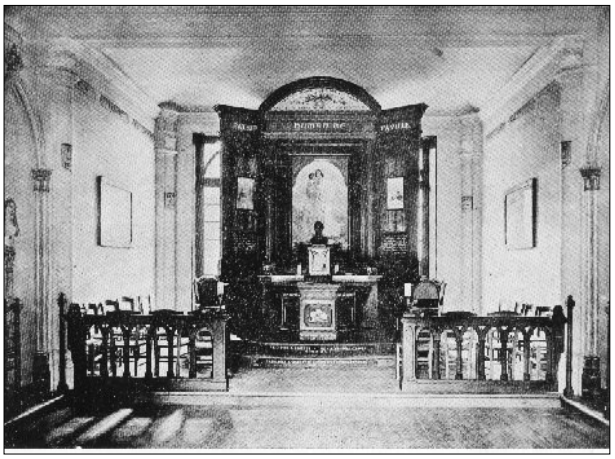
---

[67] *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 de março de 1915. Não foi localizada a notícia veiculada pela *Última Hora* no dia 15 do mesmo mês.

[68] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (1916-1917)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, p. 53-57.

Se as obras do templo positivista de Porto Alegre não tiveram andamento, o mesmo não ocorreu no Rio de Janeiro, onde, em 5 de abril de 1920 – no aniversário da "transformação subjetiva" de Clotilde de Vaux –, ocorreu a inauguração do pórtico do Templo da Humanidade, que foi reconstruído, dando o aspecto atual do prédio. Para esta obra, mais uma vez foi solicitado o apoio financeiro do núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos.[69] O custo total da obra foi orçado em 35:000$000 réis (trinta e cinco contos de réis), ou seja, mais do que o dobro do valor que Torres Gonçalves considerava necessário para executar o projeto de construção de uma pequena sede positivista de Porto Alegre.[70] Mais uma vez, os positivistas ortodoxos gaúchos não se furtaram de contribuir para aquela obra, enviando o valor de 5:460$000 (cinco contos e quatrocentos e sessenta mil réis), sendo que 5:000$000 réis foram aportados pelo confrade Ozório de Azambuja Cidade e por sua esposa.[71]

Além disso, os positivistas ortodoxos gaúchos também enviavam contribuições periódicas para a manutenção da casa de Clotilde de Vaux, em Paris, convertida em "Chapelle de l'Humanité" por Teixeira Mendes, no princípio daquele século. Antes da 1ª Guerra Mundial ainda houve uma mobilização para recolher donativos para a construção de uma capela positivista em Liverpool, Inglaterra, por iniciativa de Albert Crompton, líder da ortodoxia positivista inglesa, que mantinha relações muito próximas com a



[69] Cf. MENDES, R. Teixeira. *A reconstrução do pórtico do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1921.

[70] É verdade, entretanto, que o orçamento inicial de treze (depois aumentado para quatorze) contos de réis para a construção da sede positivista de Porto Alegre foi feito antes da guerra, que trouxe um aumento generalizado de preços. De outra parte, as obras no templo do Rio de Janeiro foram feitas após o conflito, pesando sobre ela a inflação do período.

[71] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. . *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (1918-1920)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1921, p. 50-51.

* Reprodução de fotografia da sala situada no 1º andar do n.º 5 da rue Payenne, no bairro do Marais, em Paris, transformada em Chapelle de l'Humanité de Paris após a aquisição da prédio por Teixeira Mendes, em meados de 1903.

direção da IPB.[72] Entretanto, este pequeno núcleo de adeptos ingleses da religião positivista acabou se desarticulando nos anos seguintes, em virtude da morte de seus integrantes mais importantes, de modo que a Capela Positivista de Liverpool teve uma vida muito curta, desaparecendo poucos anos após sua inauguração.

Finalmente, no dia 11 de maio de 1925, no 44º aniversário da fundação da IPB, tiveram início as obras da Capela Positivista de Porto Alegre. Para isso, foi fundamental a doação de 20:000$000 réis (vinte contos de réis) feita pelo correligionário Arthur Homem de Carvalho e por sua esposa, Maria Clementina de Carvalho. Entretanto, em função da inflação verificada nos anos anteriores, principalmente em decorrência da 1ª Guerra Mundial, tais recursos já não eram suficientes para a construção do prédio. No folheto que Faria Santos, Homem de Carvalho, Azambuja Cidade, Alfredo Carlos Felizardo e Carlos Torres Gonçalves lançaram naquela data, o custo da obra foi orçado em 46:000$000 réis (quarenta e seis contos de réis), sendo que o valor disponível total era de pouco mais de 28:000$000 réis (vinte e oito contos de réis). De qualquer modo, era o suficiente para começar os trabalhos, na expectativa de remobilizar os simpatizantes da religião da Humanidade para que contribuíssem com o restante, sendo este, aliás, o propósito daquela publicação.[73]

[72] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (1911)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1913, p. 11.

[73] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Edifício da Sede Pozitivista em Porto Alegre – circular aos nossos confrades e correligionários, e a todos quantos simpatízão com a propaganda pozitivista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1925. Na ocasião, os subscritores do folheto referido enviaram o seguinte telegrama a Teixeira Mendes: "Em memória Miguel Lemos, fundador nossa Igreja, de Felizardo Júnior, fundador propaganda neste Estado, de nossos irmãos e irmãs falecidos, pedimos aceitardes transmitirdes confrades correligionários nossa gratidão votos fraternidade religiosa pela data hoje. Iniciamos hoje obras sede positivista nesta capital". In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 de maio de 1925. Não foram encontradas cartas de Torres Gonçalves para Teixeira Mendes no período em questão.

* Reprodução de fotografia da Capela Positivista de Porto Alegre quando de sua construção, em 1926, mostrando, no primeiro plano, os trabalhadores envolvidos na obra. ACTG.

Para a construção da Capela Positivista de Porto Alegre, Torres Gonçalves havia solicitado, ainda em 1920, o envio da planta utilizada quando da edificação da Capela Positivista do Rio de Janeiro, em 1890, antes de sua ampliação e transformação em Templo da Humanidade, em 1897. Deste modo, Cipriano Lemos, filho de Miguel Lemos, preparou uma cópia daquele projeto. A peculiaridade das três plantas enviadas pelo filho do fundador da IPB (uma planta frontal, outra lateral e uma última com a disposição interior do imóvel) é que o prédio apresentava apenas uma porta em sua fachada, ladeada por duas janelas. De acordo com o projeto, o prédio teria 9,8 metros de altura por 11 metros de largura e 6 metros de profundidade. Porém, quando as obras efetivamente tiveram início, em maio de 1925, aquele projeto sofreu algumas alterações, passando a contar com três portas frontais. Com relação às proporções do prédio, ficou definido que a largura interna seria de 11 metros, e a externa de 12 metros.[74] A nova planta foi elaborada pelo engenheiro Ernâni Müzell, que havia sido colega de Torres Gonçalves na Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Na condição de engenheiro responsável pela construção e de representante do grupo de positivistas religiosos gaúchos, Torres Gonçalves assinou a planta em 4 de maio de 1925, enviando-a para ser aprovada pela prefeitura, o que ocorreu três dias após.[75]

Em 26 de dezembro de 1926, com as obras da sede positivista de Porto Alegre bastante adiantadas, os adeptos da religião da Humanidade no Rio Grande do Sul realizaram a comemoração do sétimo centenário da morte de São Francisco de Assis, um dos santos católicos mais admirados por Auguste Comte. A cerimônia ocorreu no lado externo do prédio, no patamar que separa o edifício da escadaria de acesso, diante de um altar improvisado. A decoração se assemelhou muito daquela existente na solenidade de lançamento da pedra

[74] Segundo informação oral transmitida por Jorge Torres Gonçalves, na construção do prédio foi utilizado o metro positivista, 1,7 vezes maior que o metro convencional.

[75] Todas estas plantas mencionadas encontram-se no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre. Relativamente a Cipriano Lemos, autor das cópias das plantas do templo positivista do Rio de Janeiro, não confundi-lo com Cipriano Mendes, que aconselhou Torres Gonçalves no momento da aquisição do terreno para a sede positivista de Porto Alegre, no final de 1911. No dia 4 de maio de 1925, Torres Gonçalves encaminhou o seguinte pedido à intendência municipal de Porto Alegre: “Carlos Torres Gonçalves, como representante dos positivistas do Rio Grande do Sul, para o fim especial deste requerimento, vem submeter à aprovação dessa Municipalidade o incluso projeto, em duas vias, do edifício destinado a servir de sede à propaganda positivista, à Avenida Redenção, em terreno devoluto adquirido da mesma Municipalidade”. A autorização foi concedida no dia 11 do mesmo mês, quando Torres Gonçalves pagou uma taxa de 6 mil-réis. Conforme documentos depositados no ACPPA.

fundamental do prédio, em 1912. O mesmo estandarte da Humanidade criado por Décio Villares para aquela ocasião foi utilizado novamente, ficando sobre o busto de Auguste Comte e ao centro das bandeiras de diversas países, com destaque para os pavilhões da França, da Espanha, de Portugal, da Itália, da Inglaterra, da Alemanha e do Brasil. À direita do altar foi posto um cavalete com a pintura feita por Eduardo de Sá representando São Francisco de Assis na juventude. Faixas de tecido verde com as inscrições *Ordem e Progresso* e *Viver para outrem*, em letras brancas, ladeavam o altar.[76]

Alguns dias depois, o jornal porto-alegrense *Diário de Notícias* veiculou a seguinte descrição do preâmbulo da cerimônia positivista realizada em 26 de dezembro de 1926:

> "Ás 9 e ½ horas da manhã de domingo, perante avultada assistência, na qual também se viam senhoras, teve início a celebração. O dr. Torres Gonçalves, defronte ao altar, voltado para a imagem da 'Humanidade', faz o sinal positivista, colocando a mão direita sucessivamente sobre os órgãos cerebrais da bondade, da dedução e da perseverança, ao mesmo tempo que a mão esquerda colocada sobre o coração indica que é preciso sangue (sic), proferindo as palavras 'Em nome da Humanidade: Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim".[77]

---

[76] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Comemoração do sétimo centenário subjetivo de São Francisco de Assis (1226-1926); Inauguração da imagem da Humanidade no frontão da Capéla Pozitivista de Porto Alegre, em construção.* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1926, p. 34-35.

[77] *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28 de dezembro de 1926. O jornal também reproduziu uma fotografia do prédio em construção. Na realidade, o sentido do sinal de colocar a mão esquerda sobre o coração enquanto a mão direita toca nas partes do cérebro correspondentes à bondade, à dedução e à perseverança (enquanto se pronuncia a fórmula "O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim") é evidenciar a supremacia do sentimento sobre as demais capacidades humanas, segundo definiu Auguste Comte. No *Catecismo*, o fundador da religião da Humanidade assim explicou tal sinal à catecúmena: "Resulta ele, minha filha, da teoria cerebral (...). Pode-se recitar a nossa fórmula fundamental colocando sucessivamente a mão sobre os três principais órgãos do amor, da ordem e do progresso. Os dois primeiros são contíguos, e o último só se acha separado deles pelo da veneração, cimento natural de um tal conjunto; de modo que o gesto pode se tornar contínuo". In: COMTE, Auguste. *Catecismo pozitivista*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1934, p. 146.

* Reprodução de fotografia feita no dia 26 de dezembro de 1926 diante da Capela Positivista de Porto Alegre, ocasião em que ocorreu a inauguração do medalhão em gesso com a imagem emblemática da religião da Humanidade. ACPPA.

Em seguida ao pronunciamento inicial de Torres Gonçalves, Ermelinda Felizardo, mãe de Felizardo Júnior, descerrou a cortina que encobria ao obra do escultor Luís Sanguin, um medalhão em gesso situado no alto do prédio em construção, representando a religião da Humanidade através da figura de Clotilde de Vaux segurando uma criança. Enquanto isto, a banda da Brigada Militar, sob a regência do maestro Pedro Borges – o mesmo que conduzira a banda no lançamento da pedra fundamental da sede positivista, quatorze anos antes – executava o adágio da *Sonata ao luar*, de Beethoven.[78]

Na seqüência, Torres Gonçalves retomou a palavra e proferiu um discurso. Inicialmente abordou o centenário de São Francisco de Assis, descrito como um católico benemerente e devotado ao proletariado e aos animais. Em seguida, o engenheiro passou ao tema central de sua palestra, abordando o significado da imagem que simbolizava a religião da Humanidade, então desvendada ao auditório.

> "A imagem que vimos de inaugurar é a representação simbólica do termo último da progressão necessária *Família, Pátria, Humanidade*; da progressão em que prevalece cada um dos atributos altruístas, sucessivamente mais eminentes: *apego, veneração, bondade*. É a imagem da Deusa real, constituída dos seus próprios filhos – *Figlia del tuo figlio* –, na expressão feliz consagrada pelo Poeta; constituída dos seres convergentes, passados, futuros e presentes, incluídos os animais sociáveis, colaboradores na vida coletiva; *Ser Supremo*, incomparavelmente superior a cada um dos seus filhos, mas não soberano; *Deusa relativa*, que se aperfeiçoa incessantemente, aumentando o seu poder protetor, pela incorporação à sua existência composta de cada digno Morto; *Deusa ideal – Virgem Mãe* –, simpaticamente figurada por uma Mulher de trinta anos, sob os traços angélicos da imaculada Inspiradora da Religião demonstrável e altruísta, tendo seu filho no colo, anunciando a conciliação da ternura materna com a pureza virginal, prenunciada misteriosamente na *Judia* excepcional!".[79]

Portanto, a passagem do tempo não diminuiu o fervor religioso de Torres Gonçalves, como bem demonstram as palavras acima citadas. Ao contrário, enquanto que o meio social e o contexto histórico pareciam cada vez menos receptivos ao positivismo, principalmente em sua versão ortodoxa, o engenheiro gaúcho parecia cada vez mais convicto da excelência da doutrina

[78] Cf. GONÇALVES, *op. cit.,* p. 36-37 (os grifos são do original).
[79] Cf. GONÇALVES, *op. cit.,* p. 41 (os grifos são do original). O "poeta" aludido é Dante Alighieri, e a "judia excepcional" mencionada é a mãe de Jesus.

religiosa que Auguste Comte fundou a partir da influência que recebeu de Clotilde de Vaux.

Torres Gonçalves acreditava ser possível inaugurar a sede da propaganda positivista em Porto Alegre ainda no primeiro semestre de 1927. Como as respostas de Teixeira Mendes às suas cartas se tornaram cada vez mais esparsas, o engenheiro gaúcho encaminhou uma consulta oral ao vice-diretor da IPB – através do confrade Venâncio Neiva, que o via com freqüência no Templo da Humanidade do Rio de Janeiro –, indagando acerca da data que seria mais adequada para isto. Em carta que escreveu a Torres Gonçalves em 29 de março daquele ano, Venâncio Neiva referiu que Teixeira Mendes havia sugerido a data de 11 de maio, aniversário da fundação da IPB. De outra parte, Venâncio Neiva fez a seguinte observação acerca da carta que havia recebido anteriormente de Torres Gonçalves:

> "Vejo que vacilas na denominação do edifício que estais construindo para a propaganda e o culto positivista. Se Augusto Comte chama de "capela" o aposento doméstico que é sede do respectivo culto, parece-me que não podemos ter escrúpulo em chamar de "capela" esse edifício. Poderia, até, ser chamado de "templo", embora esta denominação convenha mais a um edifício maior. Este é, aliás, o exemplo que nos dá o Catolicismo".[80]

Como a data sugerida por Teixeira Mendes estava muito próxima, não permitindo a conclusão dos trabalhos no prédio, a inauguração ficou adiada para mais tarde, em data incerta. Porém, em abril daquele ano, Torres Gonçalves publicou mais um folheto acerca da construção da sede positivista de Porto Alegre, relatando os gastos recentes feitos com o acabamento da obra e reafirmando a modéstia da edificação e dos esforços dos positivistas sul-rio-grandenses. Acrescentou ainda que o valor que precisava ser levantado para cobrir os gastos necessários à conclusão do prédio era de cerca de 16:000$000 (dezesseis contos de réis), ratificando o pedido de contribuições.[81]

---

[80] Carta de Venâncio Neiva a Carlos Torres Gonçalves, 29 de março de 1927. AIPB.

[81] Torres Gonçalves registrou detalhadamente todos os detalhes da construção da sede positivista de Porto Alegre, guardando inclusive as notas fiscais das compras realizadas. Deste modo, foi possível fazer uma relação dos principais fornecedores de implementos para a obra: A Barros – cimento e cal; André Lopes Marques – plantas; Andrés Lopez Vargas – palmeiras e begônias; Angelo Zorzatto – pedras; Antônio Divan – cascalho; Antônio Joaquim Marques – areia; Carlos Werres – vidros; Casa Lux – material elétrico; Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul; Domenico Vigna – esquadrias; Surmont e Courteilh – tijolos; Fotografia Ferrari; Henrique Tonon – pregos e parafusos; Geraldo Timmers – escadas internas; Jamardo Irmãos – altar; João Herzog – cal; Navegação Progresso – Weidmann & Machemer – telhas; Pedro Bykowski – hastes para bandeiras; Serraria Einloft – as tábuas do assoalho; Remo dos

De outra parte, o título do folheto em que constavam tais informações, *Capela da Humanidade de Porto Alegre – circular aos nossos confrades e correligionários*, revela que os argumentos apresentados por Venâncio Neiva na carta que enviou a Torres Gonçalves alguns dias antes o haviam convencido. A partir de então, a sede do núcleo sul-rio-grandense de adeptos da religião da Humanidade passou a ser sempre chamada de "Capela da Humanidade" ou de "Capela Positivista" de Porto Alegre.[82]

Com a morte de Teixeira Mendes, em 28 de junho de 1927,[83] a conclusão da sede positivista de Porto Alegre foi suspensa, pois as contribuições arrecadadas pelos positivistas gaúchos foram remetidas para o Rio de Janeiro, de modo a financiar a edição de diversas publicações póstumas do vice-diretor da IPB.

Em decorrência, a Capela Positivista de Porto Alegre só foi concluída no final de 1927,[84] sendo inaugurada em 19 de janeiro de 1928, data do 130º aniversário do nascimento de Auguste Comte e do 16º aniversário do lançamento da pedra fundamental do prédio. Na véspera, o jornal *A Federação*, outrora tão generoso na publicação de notícias da propaganda positivista, publicou apenas uma pequena nota alusiva ao evento que ocorreria no dia seguinte.[85]

Santos – objetos de funilaria; Vittorio Bertotti – madeira; Volecker & Casper – pregos; Viúva Gustavo Hugo – grades para as janelas; Walter Gerdau – cadeiras; e Wilson Sons – cimento.

[82] GONÇALVES, Carlos Torres. *Capéla da Humanidade de Porto Alegre – circular aos nóssos confrades e correligionários, e a todos quantos simpatízão com a propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1927. Posteriormente, os valores necessários para custear as despesas com a conclusão do prédio foram cobertos principalmente por Homem de Carvalho e por Azambuja Cidade, que fizeram doações consideráveis. Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Propaganda Pozitivista no Rio Grande do Sul – notícia financeira dos anos 133-148 (1921-1936).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1937, p. 23-27.

[83] Conforme relatou o confrade Crizanto Pinto, em carta que escreveu a Torres Gonçalves a 3 de julho de 1927, a morte de Teixeira Mendes poderia ter sido ocasionada pelas várias noites em claro por ele passadas, envolvido com a confecção de uma estátua de São Francisco de Assis (pois resolvera desenvolver seus dotes artísticos na velhice), e pela chuva intensa que, alguns dias antes, o apanhou na rua, à caminho de casa. ACPPA.

[84] Recibos que se encontram no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre indicam que as obras do prédio foram coordenadas pelo empreiteiro Domingos Seguezio, que contou com o trabalho dos operários José, Francisco, Alexandre, Álvaro Costa e Zago (em períodos diferentes). ACPPA.

[85] Sob a chamada "Templo Positivista", o jornal publicou a seguinte informação: "Tendo ficado pronto o templo mandado construir pelo Apostolado Positivista do Brasil desta capital (sic), à avenida Redenção n.º 1058, será ele amanhã, às 20 horas, inaugurado festivamente". In: *A Federação*, Porto Alegre, 18 de janeiro de 1928. Na edição do dia 19 de janeiro, o jornal ratificou a notícia e publicou o programa da cerimônia, reproduzindo abreviadamente o folheto que havia sido impresso para a ocasião, abstendo-se de incluir qualquer comentário.

Desta forma, no princípio da noite de 5ª feira, 19 de janeiro de 1928, com entrada franqueada a todos, foi aberto o portão central da sede positivista de Porto Alegre. Os simpatizantes da religião positivista e os curiosos que compareceram ao evento se depararam com o seguinte cenário. Sob um arco de ferro que ligava os dois postes do portão, constava a legenda da máxima comtiana *Os vivos são sempre e cada vez mais governados necessariamente pelos mortos*. Poucos passos após, dividida em três lances, erguia-se uma escadaria de treze degraus, numa alusão ao calendário abstrato positivista. Subindo a escadaria, nos quatro degraus do primeiro lance estavam gravados os nomes dos últimos meses, consagrados à comemoração do *Proletariado,* do *Patriciado,* do *Sacerdócio* e da *Mulher*. No segundo lance, com três degraus, liam-se os nomes dos meses que recordavam os estados mentais preparatórios, segundo a filosofia da história de Auguste Comte: *Fetichismo, Politeísmo* e *Monoteísmo*. Finalmente, no terceiro lance da escadaria, os seis degraus tinham a inscrição dos laços positivistas fundamentais: *Domesticidade, Fraternidade, Filiação, Paternidade, Casamento* e, por último, *Humanidade*, que é o primeiro mês do calendário concebido pelo fundador da religião da Humanidade. Deste modo, o próprio caminho que conduzia à Capela foi concebido como uma lição da doutrina positivista, promovendo, do primeiro ao último degrau, a incorporação do proletariado à humanidade regenerada.[86]

Após a escadaria, uma plataforma conduzia ao prédio, em cuja fachada podia-se ler a inscrição *O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim*, logo abaixo do medalhão que representava a religião da Humanidade. Em cima da porta central da Capela, constava a inscrição *Ordem e progresso*,

[86] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. Comemoração do sétimo centenário subjetivo de São Francisco de Assis (1226-1926); Inauguração da imagem da Humanidade no frontão da Capéla Pozitivista de Porto Alegre, em construção. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1926, p. 38.

* Reprodução de fotografia da sala de conferências da Capela Positivista de Porto Alegre na época de sua inauguração, em janeiro de 1928. ACTG.

enquanto que sobre as duas portas laterais estava gravado, respectivamente, *Viver às claras* e *Viver para outrem*.

Entrando no prédio, após passar pela porta interior situada sob o mezanino, em cujo vitral estavam inscritas as máximas de Clotilde de Vaux *Que prazeres podem exceder aos da dedicação?* e *Na vida só há de irrevogável a morte*, o público avistava, no alto da parede lateral direita, a inscrição *Moral – Sociologia – Biologia – Cosmologia – Lógica*, numa referência às ciências concebidas pela humanidade; e, no alto da parede lateral esquerda, a inscrição *Arquitetura – Escultura – Pintura – Música – Poesia*, aludindo às belas artes. Na parede do fundo, liam-se as mesmas inscrições existentes na escadaria. O altar era composto de uma pintura representando uma mulher que segurava uma criança ao colo, obra do artista Eduardo de Sá, que se inspirou em pintura similar existente no Templo da Humanidade do Rio de Janeiro. Cerca de cinqüenta cadeiras estavam dispostas pela pequena sala. Sob a imagem da Humanidade, o auditório podia ver o busto de Auguste Comte, obra do positivista chileno Carlos Lagarrigue. No mezanino, o maestro Pedro Borges, mais uma vez, se encarregou de prover a cerimônia de música, executada por alguns poucos músicos e acompanhada por um coral de crianças positivistas.[87]

* Reprodução de fotografia do altar da Capela Positivista de Porto Alegre na época de sua inauguração, mostrando ao centro, no altar, o quadro representando a Humanidade pintado por Eduardo de Sá. ACTG.

[87] Em linhas gerais, a Capela Positivista de Porto Alegre encontra-se nos dias atuais com a mesma disposição externa e interna que tinha na época de sua inauguração. Acerca da disposição interna que deveriam ter os templos positivistas, Auguste Comte escreveu o seguinte: "Quant à la distribution intérieure des temples positivistes, elle comporte seulement deux prescriptions immédiates. D'abord, le santuaire, où la statue de l'Humanité domine la chaire sacrée, doit pouvoir contenir un septième de l'auditoire, afin que l'interprète du Grand-Être s'y trouve entouré des femmes d'elite qui constituent sa meilleure représentation. En second lieu, chacune des sept chapelles de chaque côté renfermera la statue de l'un des treize organes principaux de l'initiation humaine, entouré des bustes de ses quatre meilleurs adjoints, en réservant la quatorzième chapelle au groupe des types féminins". In: COMTE, Auguste. *Système de politique positive*. Paris: Goeury & Valmont, 1854, tomo IV, p. 156. Na Capela

Deste modo, com uma audiência consideravelmente menor do que aquela que havia assistido ao lançamento de sua pedra fundamental, às 20 horas do dia 19 de janeiro de 1928 começou a cerimônia de inauguração da Capela Positivista de Porto Alegre. A maior parte da assistência era composta por familiares e amigos dos poucos positivistas ortodoxos gaúchos. Após a invocação da "fórmula sagrada" do positivismo por Torres Gonçalves, foram executadas peças musicais de Rossini. Em seguida, retomando a palavra, o positivista gaúcho realizou uma prédica em que abordou a importância social da mulher e o seu papel na "regeneração do homem", entremeando suas palavras pela leitura de passagens de diversas obras de Comte e dos apóstolos brasileiros, concluindo com a leitura das "sete máximas de Clotilde de Vaux". Encerrando a cerimônia, enquanto crianças distribuíam rosas às mulheres, um coro cantou o "Salve Clotilde", adaptação do "Salve Maria" de Mercadante.[88]

Apesar de contar uma sede definitiva para suas atividades, o núcleo sul-rio-grandense de positivistas ortodoxos estava estagnado, não obtendo novas adesões à religião da Humanidade. À exposição dominical do *Catecismo Positivista*, sob a incumbência de Faria Santos, compareciam poucos interessados ou curiosos. A audiência com que se podia contar se reduzia aos quatro confrades e alguns outros correligionários, além dos familiares. O mesmo ocorria em nível nacional, onde a freqüência ao Templo da Humanidade era bastante reduzida, situação agravada com a "transformação subjetiva" de Teixeira Mendes, em meados de 1927. No Rio Grande do Sul, o afastamento entre o núcleo de positivistas religiosos e as lideranças do PRR

Positivista de Porto Alegre, em função das dimensões reduzidas, tais capelas laterais homenageando os treze meses do calendário provisório (Moisés, Homero, Aristóteles, Arquimedes, César, São Paulo, Carlos Magno, Dante, Gutemberg, Shakespeare, Descartes, Frederico e Bichat) foram substituídas por pequenos quadros com imagens dos personagens, colocados de ambos os lados do altar.

[88] Posteriormente, nenhum folheto foi publicado com a descrição da cerimônia. Apenas um convite com a programação detalhada do evento foi impresso. De outra parte, os jornais dos dias seguintes foram lacônicos sobre a cerimônia de inauguração da Capela Positivista de Porto Alegre. Em folheto posterior, no qual foram reunidas as informações acerca do movimento financeiro do núcleo positivista de Porto Alegre entre 1921 e 1936, Torres Gonçalves mencionou que estava preparando uma notícia da cerimônia de inauguração da Capela. Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Propaganda Pozitivista no Rio Grande do Sul – notícia financeira dos anos 133-148 (1921-1936).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1937, p. 30. Porém, ao que se saiba, tal idéia não se concretizou.

ficou evidente após a posse de Getúlio Vargas no governo estadual, apenas uma semana após a inauguração da Capela Positivista de Porto Alegre.[89]

Com a aposentadoria de Torres Gonçalves e sua partida para o Rio de Janeiro, no princípio de 1935, precedida por igual iniciativa de Faria Santos, o núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos ficou dependendo das débeis iniciativas de Homem de Carvalho e de Azambuja Cidade, já idosos, pois Alfredo Felizardo, que era o único jovem do grupo, se desligou da IPB em 1931. Por outro lado, o correligionário Raul Abbott havia falecido alguns anos antes, na mesma época que o vice-diretor da IPB.

O núcleo sul-rio-grandense de positivistas sempre foi reduzido. Porém, o dinamismo e a dedicação de alguns de seus membros – notadamente Torres Gonçalves – deram-lhe uma projeção desproporcional aos seus recursos.

No princípio de 1937, encontrando-se no Rio de Janeiro, Torres Gonçalves publicou um folheto acerca da situação financeira do núcleo da IPB no Rio Grande do Sul, relativo ao período entre 1921 e 1936. Após a exposição dos números, acrescentou o seguinte comentário acerca da Capela Positivista de Porto Alegre:

> "O delicado empreendimento da ereção de Sede própria da propaganda da Fé demonstrável e altruísta, no extremo sul de nossa Pátria, surgiu em meio do caos em que se debatem as sociedades ocidentais, revolvidas até o âmago pela rajada de materialismo que tudo vai invadindo. (...). Nasceu com esforço orgânico, modesto embora, contra essa onda de negativismo que tudo compromete, as conquistas morais como o próprio surto industrial em que grosseiramente funda a solução única para os gravíssimos problemas do momento. E às dificuldades de semelhante situação se juntava a circunstância de ser a iniciativa assumida por pequeno punhado de simples crentes. Não obstante, foi o modesto objetivo alcançado".[90]

Nos primeiros anos após sua aposentadoria, Torres Gonçalves ainda retornou com alguma freqüência ao Rio Grande do Sul. Deste modo, ele se encontrava no Estado natal quando ocorreu a morte de Homem de Carvalho, em fevereiro de 1939. Na ocasião, em companhia de Azambuja Cidade, o engenheiro rio-grandino publicou uma "circular" em que fez um balanço da vida do correligionário falecido. Aproveitou também a ocasião para, em tom

[89] Conforme estudado na segunda parte desta tese.
[90] Cf. GONÇALVES, *op. cit.,* p. 31.

lacônico, tecer algumas considerações acerca da situação em que se encontrava o quase extinto grupo sul-rio-grandense de positivistas religiosos, acrescentando o seguinte comentário sobre o quase abandono em estava a Capela Positivista de Porto Alegre:

> "Mas, mesmo assim, nessa situação, realiza ela uma propaganda, conquanto muda, porque, através das imagens e sinais que reúne, no exterior e no interior, constitui, no seu conjunto, um marco, embora modesto, de assinalamento da Fé do futuro – sinal da confiança nos destinos irrevogáveis da Humanidade".[91]

Portanto, vazia de propagandistas e de crentes, mesmo sem abrigar a exposição dominical do *Catecismo positivista* e as demais cerimônias religiosas previstas por Auguste Comte, Torres Gonçalves acreditava que a Capela Positivista de Porto Alegre continuava a fazer sentido, apesar do meio social e do contexto histórico antipáticos à religião da Humanidade, pois sua existência apontava para o futuro. Desta forma, indiretamente, o construtor do templo referendava a máxima comtiana: "O homem se agita e a humanidade o conduz".

Em abril de 1939, poucos meses depois da 'transformação subjetiva" de Homem de Carvalho, morreu Ozório de Azambuja Cidade, o último dos confrades positivistas residentes no Rio Grande do Sul. Porém, mesmo sem o fervor religioso de Torres Gonçalves, alguns jovens passaram a se reunir na Capela Positivista de Porto Alegre e a zelar por sua preservação. Após a partida para o Rio de Janeiro de Torres Gonçalves, o médico Victorio Velloso tornou-se o responsável pela sede positivista em Porto Alegre. Deste modo, em 1940, no relatório que escreveu para a Delegação Executiva da IPB acerca da situação em que se encontrava a propaganda positivista no Rio Grande do Sul após sua instalação no Rio de Janeiro, Torres Gonçalves referiu:

> "Voltando à situação da propaganda em Porto Alegre, temos a satisfação de registrar o que já havíamos informado na notícia relativa ao ano anterior (1938), sobre o oferecimento espontâneo de nosso jovem correligionário Dr. Victorio Velloso, médico, ali residente, de atende às providências locais de guarda e conservação da respectiva sede. Além disso, ele e outros correligionários costumam reunir-se aos domingos na sala da biblioteca, que é uma das duas salas que ficam sob o salão de

[91] GONÇALVES, Carlos Torres & CIDADE, Ozório de Azambuja. *A propaganda pozitivista no Rio Grande do Sul – a propózito da transformação do nosso correligionário Dr. Arthur Homem de Carvalho*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1939, p. 9.

> conferências, ou capela provisória da Humanidade. Essas reuniões dos nossos jovens correligionários podem ser muito úteis, não só para se comunicarem sobre assuntos da vida da Igreja, como para a troca de impressões sobre as ocorrências da tempestuosa fase da existência social que atravessamos, e ainda para leituras coletivas, utilizando as obras da biblioteca. Sob esse tríplice aspecto, são dignas de animação essas reuniões".[92]

Portanto, mesmo à distância, Torres Gonçalves continuou acompanhando atentamente o destino da Capela Positivista de Porto Alegre. De outra parte, no mesmo folheto, também teceu algumas considerações acerca da ausência de um confrade positivista no Rio Grande do Sul que pudesse fazer a propaganda da religião da Humanidade. Neste sentido, lembrou que nos primórdios da propaganda positivista no Rio Grande do Sul não haviam membros orgânicos da IPB, o que só foi se configurar com o passar dos anos. De outra parte, argumentou que nem todos os confrades estavam em condições de fazer a exposição oral do positivismo. Neste sentido, levando em consideração a situação da propaganda no Rio Grande do Sul naquele momento, sugeriu à direção da IPB que permitisse que fiéis, mesmo não pertencendo à agremiação religiosa, realizassem a exposição da doutrina. Cabe ainda destacar a referência feita por Torres Gonçalves aos livros que se encontravam na biblioteca da Capela Positivista de Porto Alegre. De fato, tanto ele como Felizardo Júnior, Faria Santos, Homem de Carvalho e Azambuja Cidade deixaram suas bibliotecas particulares na sede positivista de Porto Alegre.[93]

Entretanto, a esperança de Torres Gonçalves no sentido de que Victorio Velloso tomasse a iniciativa de expor o *Catecismo positivista* não se confirmou. Ao contrário, ainda antes do final da 2ª Guerra Mundial o jovem médico se converteu ao comunismo.[94] A partir de então, a função de "guardião" da Capela Positivista passou a ser desempenhada pelo também médico Salvador

---

[92] GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano 1939)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1940, p. 9-10.

[93] Acerca do acervo bibliográfico, documental, iconográfico e hemerográfico do núcleo sul-rio-grandense de positivistas ortodoxos, ver PEZAT, Paulo Ricardo & LEAL, Elisabete da Costa. *Capela Positivista de Porto Alegre – acervo bibliográfico, documental e iconográfico*. Porto Alegre: Fumproarte / PPG-História da UFRGS, 1996; e ----- & -----. "A Capela Positivista de Porto Alegre e seu acervo". In: *Anos 90*, Porto Alegre, n.º 11, julho de 1999, p. 172-185.

[94] Conforme informação oral que me foi transmitida pelo próprio Victorio Velloso, falecido em 1996, apesar de sua transformação ideológica, continuou a manter relações amistosas com Torres Gonçalves e com seus filhos até o final da vida, dado confirmado por estes últimos.

Petrucci, que se correspondia com Torres Gonçalves desde o final da década de 1920.[95]

Em maio de 1944, Carlos e Dagmar Torres Gonçalves retornaram ao Rio Grande do Sul para visitar sua filha Clotilde Tereza, o genro Caio Escobar e as netas. Na ocasião, Torres Gonçalves escreveu uma carta a sua filha Branca Marina em que referiu:

> "Não tendo conseguido partir hoje, desde cedo estou por escrever esta, mas fui afastado (...) para atender à Sede, em situação de obras (...). Vamos aproveitar para arrumação maior das estantes e depósitos da Sede. Amanhã reiniciarei pelo exame de documentos e discriminação, e Marzinha tem também umas providências a tomar, em companhia da guardiã e suas filhas, relativas ao jardim, etc".[96]

Além dos trabalhos práticos para a organização do acervo da Capela Positivista de Porto Alegre, realizados em suas esporádicas vindas ao Rio Grande do Sul, Torres Gonçalves e seus familiares também continuaram aportando, por muitos anos, a maior parte dos recursos necessários à conservação do prédio.

De outra parte, além de Salvador Petrucci, a sede positivista de Porto Alegre também era freqüentada pelos engenheiros agrônomos Moysés Westphalen – filho de Frederico Westphalen, amigo e subalterno de Torres Gonçalves na Diretoria de Terras e Colonização – e Mozart Pereira Soares, ambos conhecidos de Torres Gonçalves, além de alguns outros simpatizantes do pensamento de Auguste Comte. Entretanto, tinham mais identificação com as vertentes política e científica do positivismo do que com sua vertente religiosa.[97]

Com a partida de sua filha, seu genro e suas netas para o Rio de Janeiro, na década de 1950, as viagens de Torres Gonçalves ao Rio Grande do Sul se tornaram cada vez mais raras, até que cessaram por completo, em função de sua elevada idade. Mesmo à distância, porém, continuou

---

[95] Conforme cartas depositadas no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre.

[96] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Branca Marina Torres Gonçalves, 26 de maio de 1944. ACTG.

[97] Após a morte de Salvador Petrucci, ocorrida em 1976, dois anos após a "transformação subjetiva" de Torres Gonçalves, a função de responsável pela conservação da Capela Positivista de Porto Alegre passou a ser desempenhada por Moysés Westphalen. Em 1993, adoentado (faleceria três anos depois), Westphalen abdicou da função, que passou a ser desempenhada conjuntamente por Mozart Pereira Soares e por Afrânio Pedro Capelli, situação que se mantém até o presente.

atentamente interessado no destino do templo positivista que havia se empenhado em erguer.

No Rio de Janeiro, Torres Gonçalves também participou ativamente da vida administrativa da IPB. É o que demonstram as atas das reuniões da Delegação Executiva da IPB, da qual passou a fazer parte em 1929. Os balanços financeiros da instituição, discutidos naquela congregação, assinalaram sempre, ao longo das décadas seguintes, as contribuições feitas por Torres Gonçalves e por seus filhos para a preservação da Capela Positivista de Porto Alegre e do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro. Em relação a este, entretanto, o número de contribuintes era um pouco mais elevado, tendo em vista o seu caráter de sede nacional. Entretanto, não se pode perder de vista que a IPB sempre teve quadros extremamente reduzidos, jamais superando uma centena de confrades. Porém, se a ação de Torres Gonçalves em relação ao Templo Positivista do Rio de Janeiro não chegou a ser decisiva, como ocorrera em relação à sede da IPB no Rio Grande do Sul, nem por isso deixou de ser importante.*

Diferente foi a relação de Torres Gonçalves com a Chapelle de l'Humanité de Paris, instalada por Teixeira Mendes na rua Payenne n.º 5, em Paris. Em maio de 1952, às vésperas de completar 77 anos de idade, em companhia de sua filha Sofia Mariana e custeado por seu filho Paulo Trajano, Torres Gonçalves realizou o "voto mais que cinqüentenário" de fazer uma visita religiosa a Paris. Neste sentido, propôs-se a aproveitar a ida à "Meca do Ocidente", como a designavam os positivistas religiosos, para realizar diversos trabalhos que interessavam à IPB.

As questões mais importantes que Torres Gonçalves procurou resolver em Paris relacionavam-se com o imóvel da rua Payenne. Quando Teixeira

* Reprodução de cartão posta editado pela IPB com uma fotografia da fachada do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro, na rua Benjamin Constant, n.º 74, bairro Glória, Rio de Janeiro.

Mendes o adquiriu, em 1903, foi obrigado a registrá-lo em seu nome pessoal, pois a legislação francesa então em vigor impedia que instituições religiosas possuíssem propriedades.[98] Por indicação de Miguel Lemos, Teixeira Mendes transferiu a propriedade legal do imóvel situado na rua Payenne n.º 5 para o confrade Octavio Barboza Carneiro, em 1904. Sem abrigar o culto religioso, como inicialmente previra o vice-diretor da IPB, a "Casa de Clotilde de Vaux" – como a chamavam os confrades positivistas brasileiros – permaneceu sem atividades durante todas as décadas seguintes, habitada apenas por uma guardiã.

Encontrando-se em Paris no ano de 1928, o correligionário Paulo Estevão Berredo de Carneiro – sobrinho do então proprietário legal do imóvel da rua Payenne n.º 5 – obteve junto a familiares de Clotilde de Vaux algumas cartas que Auguste Comte havia lhe remetido. Eram documentos de enorme valor simbólico para os adeptos da religião da Humanidade. Na mesma época, Paulo Carneiro também realizou investigações nos arquivos de Paris e na Maison d'Auguste Comte, onde a Societé Positiviste mantinha os manuscritos originais, as cartas, as relíquias e os objetos pessoais do filósofo. Deste modo, concluiu que Teixeira Mendes havia se equivocado ao concluir que Clotilde de Vaux havia habitado o prédio de n.º 5 da rue Payenne, pois o endereço realmente ocupado pela musa de Auguste Comte seria o imóvel de n.º 7. Considerando que a Maison d'Auguste Comte era um local bastante freqüentado e que mantinha um enorme acervo documental produzido e recebido pelo fundador da religião da Humanidade, enquanto que a Maison de Clotilde de Vaux se encontrava praticamente inativa, Paulo Carneiro decidiu repassar as cartas que havia recebido dos familiares da musa positivista para o acervo da rue Monsieur-le-Prince, antiga residência de Comte.[99]

Tal iniciativa, somada à publicação de um folheto acerca do equívoco cometido por Teixeira Mendes na aquisição da suposta casa de Clotilde de Vaux, gerou uma enorme crise na IPB. Deve-se lembrar que a morte do vice-

[98] Aliás, foi este dispositivo legal, em vigor desde várias décadas antes – remontando suas origens à Revolução Francesa –, que levou Auguste Comte a reivindicar que a Catedral de Notre Dame lhe fosse entregue para a realização da propaganda da religião da Humanidade.

[99] Na mesma época, Paulo Carneiro obteve autorização dos familiares de Clotilde de Vaux para promover a edição do romance escrito por esta intitulado "Wilhelmine", então ainda inédito, o que de fato se verificou. Também realizou diligências junto à referida família para promover a

diretor da agremiação religiosa havia ocorrido no ano anterior, de modo que a IPB se achava bastante fragilizada. Deste modo, a iniciativa do jovem correligionário foi vista como uma heresia por muitos confrades da IPB. Em decorrência, no dia 9 de outubro de 1928, os confrades Mário Barboza Carneiro (pai de Paulo Carneiro) e Octavio Barboza Carneiro (tio de Paulo Carneiro e responsável pela conservação do prédio de n.º 5 da rua Payenne), acompanhados de suas esposas, filhos e filhas, desligaram-se da confraria positivista brasileira fundada por Miguel Lemos. Nos dias seguintes, Octavio e Mário Barboza Carneiro foram acompanhados pelo casal Sílvio e Sílvia Vieira Souto, bem como por seus filhos.[100] A ruptura foi traumática para a instituição, pois os três confrades integravam a Delegação Executiva da IPB, colegiado de 13 membros que passou a dirigir a agremiação religiosa após a morte de Teixeira Mendes.[101] Além disso, todos eram "irmãos na Humanidade" havia várias décadas.

Com a saída destes confrades, enquanto um dos membros mais antigos da IPB, Torres Gonçalves passou a fazer parte da Delegação Executiva da IPB. Porém, como ainda residia em Porto Alegre, passou uma procuração para que Sofia Teixeira Mendes - filha do falecido vice-diretor da instituição – o representasse nas reuniões, onde a polêmica em torno das iniciativas tomadas por Paulo Carneiro em Paris continuava a repercutir. A crise se agravou quando, em abril de 1929, Octavio Barboza Carneiro transmitiu a posse legal do prédio da rua Payenne n.º 5 para o confrade Alípio Bandeira, contrariamente à indicação da Delegação Executiva, que decidira que o novo proprietário seria o confrade José Mariano de Oliveira. Em decorrência, Alípio Bandeira foi excluído dos quadros da IPB. Posteriormente, Alípio Bandeira passou uma procuração para o confrade Malaquias Pereira da Silva Júnior, que, finalmente,

---

união dos restos mortais de Clotilde de Vaux e de Auguste Comte, conforme desejo expresso por este em seu testamento. Porém, não foi bem sucedido neste último intento.

[100] Acerca do ponto de vista da dissidência positivista sobre o episódio, ver o livro de CARNEIRO, Octavio Barboza. *A guarda e conservação sociolátrica da Caza de Clotilde (rua Payenne, 5 – Paris).* Rio de Janeiro: Religião da Humanidade, 1930.

[101] Mesmo à distância, pois ainda se encontrava em Porto Alegre, Torres Gonçalves acompanhou atentamente o desenrolar dos acontecimentos em andamento no Rio de Janeiro e em Paris, mantendo intensa correspondência com os demais confrades. Cf. Carta de Mário Barboza Carneiro a Carlos Torres Gonçalves, 18 de setembro de 1928; Carta de Venâncio Neiva para Carlos Torres Gonçalves, 22 de outubro de 1928; Carta de Ernesto de Otero a Carlos Torres Gonçalves, 24 de novembro de 1928; Carta de Crizanto Pinto a Carlos Torres Gonçalves, 12 de novembro de 1928; e Carta de Sílvio e Sílvia Vieira Souto a Carlos Torres Gonçalves, 30 de novembro de 1928. ACPPA.

em 1937, transmitiu a propriedade do imóvel para o nome pessoal dos treze membros da Delegação Executiva da IPB, pois esta continuava legalmente impedida de ter propriedades em Paris. Desta forma, já morando no Rio de Janeiro, Torres Gonçalves passou a ser um dos treze proprietário legais da Maison de Clotilde de Vaux.[102]

Carlos Torres Gonçalves e Sofia Mariana chegaram a Paris na noite de 18 de maio de 1952, instalando-se no Hotel Montana, situado no n.º 12 da rua Saint-Roch, próximo do Jardin des Tuileries, no 1º arrondissement, lá permanecendo até o final de novembro. Já na manhã do dia seguinte, uma segunda-feira, ambos seguiram para o Cemitério Père Lachaise, onde visitaram as sepulturas de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux, tomando diversas iniciativas junto à administração para que as mesmas fossem conservadas.[103]

Poucos dias após, Torres Gonçalves passou a tratar da situação jurídica do imóvel de n.º 5 da rua Payenne. Como havia ocorrido uma mudança na legislação, Torres Gonçalves levou procurações de todos os outros doze membros da Delegação Executiva da IPB de modo a promover a transferência legal da propriedade do referido imóvel para o nome da instituição. Para isso foi fundamental que a IPB se tornasse uma personalidade jurídica no Brasil, o que só se efetivou em 1949, por iniciativa pessoal de Torres Gonçalves, quebrando a resistência de alguns confrades que entendiam que assim se estaria quebrando o princípio da separação entre os poderes temporal e espiritual. Desta forma, foram facilitadas as relações da IPB com os poderes públicos, relativamente aos bens materiais que ela possuía. O primeiro efeito desta iniciativa foi a transferência do registro de propriedade do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro do nome de Miguel Lemos para o nome da IPB, o que só se concluiu em meados de 1952. No caso da transferência da propriedade da sede positivista do Rio de Janeiro, o andamento do processo foi

[102] Tais informações constam do documento produzido por Torres Gonçalves em abril de 1953, relatando à Delegação Executiva da IPB a sua viagem a Paris no ano anterior. AIPB. Acerca da restituição da casa de Clotilde de Vaux à IPB, ver DELEGAÇÃO EXECUTIVA DA IGREJA POZITIVISTA DO BRAZIL. *A Capéla da Humanidade de Paris (rua Payenne n.º 5) – sua guarda e conservação – circular a propózito da restituição desse Santuário à Igreja*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1943.

[103] Idem. O que não significa dizer que as mesmas se achassem abandonadas, ao contrário, eram freqüentemente visitadas e objeto de atenção permanente dos positivistas franceses.

facilitado pelas relações de confrades da IPB com diversos cartórios da cidade.[104] Com relação à transferência da propriedade da Maison de Clotilde de Vaux, inicialmente a situação se apresentou de forma mais complexa, motivando inúmeras idas de Torres Gonçalves aos cartórios parisienses. Finalmente, no final de junho de 1952, o confrade gaúcho conseguiu concluir os trâmites legais, obtendo mesmo uma taxação menor que a esperada pela operação.[105]

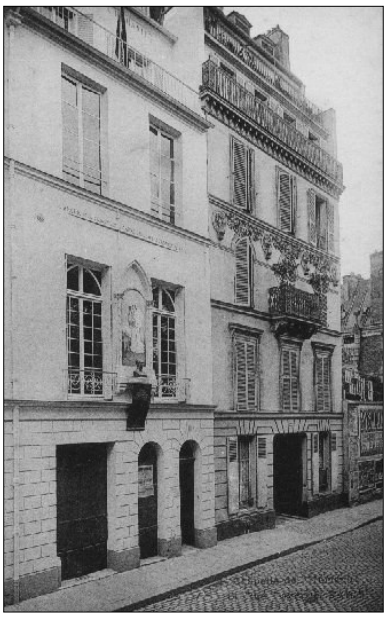
Enquanto encaminhava tais procedimentos administrativos, em diversas oportunidades Torres Gonçalves vistoriou as condições físicas da Maison de Clotilde de Vaux, promovendo uma série de pequenas obras de reparo, em companhia de Louise Sambard, guardiã do prédio, e de um operário. Além disso, tratou de elaborar um extenso relatório acerca das obras estruturais que seriam necessárias para a recuperação do prédio, que nas décadas anteriores não havia recebido a conservação necessária. Neste sentido, contatou um arquiteto para supervisionar o projeto e começou uma campanha entre os confrades e correligionários brasileiros para arrecadar os recursos necessários.

Torres Gonçalves também aproveitou sua estada em Paris para tentar elucidar uma questão que havia motivado muitas discussões – e mesmo rupturas – entre os positivistas ortodoxos. Tratava-se da polêmica em torno do real endereço em que Clotilde de Vaux havia vivido seus últimos anos e aonde veio a morrer. Deste modo, baseando-se sempre na "hipótese mais simples e mais simpática", conforme aconselhou Auguste Comte ao elaborar seu método de investigação, Torres Gonçalves seguiu minuciosamente os passou dados por Teixeira Mendes em Paris no ano de 1903, quando fez a aquisição do imóvel de n.º 5 da rua Payenne.

Na época, o apóstolo brasileiro também havia ficado em dúvida acerca do real endereço da "paixão" de Clotilde. Entretanto, como o registro religioso da apresentação do corpo de Clotilde de Vaux para os atos fúnebres, existente nos arquivos da Igreja de Saint-Denis, registrava o n.º 5 da rua Payenne como

[104] Cf. "Vizita à Paris – Pequeno relatório oferecido à Delegação Executiva da Igreja Pozitivista do Brazil", texto datilografado de 48 páginas de autoria de Carlos Torres Gonçalves. AIPB.
[105] As providências legais tomadas por Torres Gonçalves em relação ao imóvel de n.º 5 da rua Payenne, em Paris, foram sintetizadas no seguinte folheto: DELEGAÇÂO EXECUTIVA DA IGREJA POZITIVISTA DO BRAZIL. Capéla da Humanidade de Paris – registro, em Paris, da Caza n.º 5 da rua Payenne como propriedade da Igreja Pozitivista do Brazil. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1954.

o endereço do óbito, além de grafar corretamente o nome da falecida (Charlotte Clotilde Joséphine), Teixeira Mendes havia dado maior credibilidade a este documento do que ao documento produzido pela Préfecture du Département de la Seine, onde o nome era grafado incorretamente (Charlotte Clotilde Jeanne) e onde o endereço mencionado era o de n.º 7 da rua Payenne. Além disso, a versão deste último documento a que Teixeira Mendes teve acesso era uma cópia reconstituída a partir de registros anteriores, pois o original havia sido queimado durante as rebeliões populares de 1871. O vice-diretor da IPB também havia se baseado em inferências existentes nas cartas trocadas entre Comte e Clotilde acerca do aspecto dos ambientes do imóvel e de seu aspecto externo para chegar a uma conclusão final. Deste modo, Torres Gonçalves foi aos referidos arquivos e consultou os documentos mencionados. Como permaneceu com dúvidas, o positivista gaúcho foi ao Bureau de Conservation du Plan de Paris, nos arquivos do Hôte de Ville (administração municipal), para investigar a hipótese de que, entre 1846, quando Clotilde morreu, e 1903, quando Teixeira Mendes adquiriu o suposto local do evento, os referidos prédios tivessem sido alterados arquitetonicamente. Além de apurar uma série de informações acerca das reformas efetivamente ocorridas – com o alargamento da rua, forçando um recuo dos prédios –, Torres Gonçalves levantou todas as mudanças ocorridas na propriedade de ambas as edificações em questão desde o início do século XIX até aquele momento, em meados do século XX. Também considerou a hipótese de que os dois prédios houvessem sido conjugados em algum momento, o que poderia ter induzido a equívocos. Finalmente, após exaustivas e detalhadas pesquisas, Torres Gonçalves concluiu que Teixeira Mendes havia se equivocado ao determinar que o endereço de Clotilde de Vaux havia sido o n.º 5 da rue Payenne.* Desta forma, chegou à mesma conclusão que Paulo



* Reprodução de fotografia mostrando os prédios de números 5 (o da esquerda, em primeiro plano) e 7 (o da direita, ao fundo) da rue Payenne, em Paris, motivo da polêmica entre os positivistas religiosos acerca do real endereço em que Clotilde de Vaux teria morrido.

Carneiro, quase um quarto de século antes, isto é, que o endereço efetivo de Clotilde de Vaux havia sido o n.º 7 da rua Payenne.[106]

Não satisfeito, Torres Gonçalves passou a considerar os motivos que haviam induzido Teixeira Mendes ao equívoco, concluindo que este poderia ter sido evitado se o apóstolo brasileiro tivesse consultado alguns documentos existentes nos arquivos da Maison d'Auguste Comte, diante da qual passava entristecido. Entretanto, face à ruptura entre os apóstolos da IPB e Pierre Laffitte, ocorrida duas décadas antes, quando Teixeira Mendes esteve em Paris para adquirir a casa de Clotilde de Vaux, em 1903, sentiu-se moralmente impedido de visitar a casa que pertencera a Auguste Comte, pois esta permanecia em poder da "Imobiliária Laffitte".[107] Conforme Torres Gonçalves relatou à Delegação Executiva da IPB, no seu entender, longe de retirar o valor simbólico do imóvel de n.º 5 da rua Payenne, em Paris, tal conclusão a que chegara o aumentava, pois revelava que o vice-diretor da IPB havia se equivocado em razão da observância de princípios morais:

> "Os apóstolos positivistas primavam pela observância, antes de tudo, das condições morais dos problemas quaisquer - que todos eles as têm. Perda de relíquias, equívocos no identificá-las, e outros riscos a que por acaso se fique exposto, se resultantes da observância dos impedimentos morais, por muito que possam vir a contrariar nossas mais caras precisões cultuais, não afetam o que é essencial, a Doutrina; não induzem ninguém a erro, iludindo sobre seus princípios inalteráveis; não entravam o que é espiritual e eterno. Estas últimas reflexões são apropriadas, ao mesmo tempo, por seu sentido espiritual, a fazer sentir o significado excepcional da casa n.º 5 da rua Payenne, em Paris. Mesmo não havendo sido a Sede da Paixão de Clotilde, todas as mais condições para alimentar o culto dos verdadeiros positivistas e despertar simpatias nas naturezas venerantes, ali se encontram reunidas".[108]

Desta forma, lembrando o empenho de Teixeira Mendes em levantar os recursos necessários à aquisição daquela que supunha ser a "sede da paixão" de Clotilde de Vaux, bem como o zelo com que promoveu as reformas indispensáveis à transformação do 1º andar da edificação em uma "pequena

---

[106] A minuciosa descrição dos passos desta investigação realizada por Torres Gonçalves acha-se descrita no documento referido na nota anterior.

[107] Esta era a forma irônica como os positivistas religiosos brasileiros se referiam ao fato de que, por certo tempo, algumas partes do prédio em que Auguste Comte havia habitado foram alugadas para custear as despesas com a manutenção da Societé Positiviste dirigida por Pierre Laffitte.

[108] In: GONÇALVES, "Visita a Paris...". p. 16-17. AIPB.

miniatura" do templo positivista projetado por Auguste Comte, Torres Gonçalves concluiu seu parecer sobre o assunto com as seguintes palavras: "Por nossa vez, acreditamos, considerando o que acha-se instalado e comemorado no prédio n.º 5 da rua Payenne, em Paris, que podemos continuar a qualificá-la "Casa de Clotilde".[109]

Nos quase seis meses em que permaneceu na "Meca do Ocidente", Torres Gonçalves estabeleceu um cotidiano, conforme referiu no relatório que fez da viagem. Deste modo, todas as quartas-feiras, em companhia de Sofia Mariana, ia ao cemitério Père Lachaise, onde realizava suas preces junto aos túmulos de seus "pais espirituais". Numa dessas idas, recolheu um pouco da terra existente em torno daquelas sepulturas para atender ao pedido de seu amigo e confrade Cândido Rondon, que desejava colocá-la em sua própria sepultura. De outra parte, nos passeios que fazia pela cidade era guiado pelo programa traçado por Teixeira Mendes.[110]

Diferentemente de Teixeira Mendes, que se furtou de ir à Maison d'Auguste Comte em suas últimas estadas em Paris, em 1903 e 1905, Torres Gonçalves a visitou, convidado que foi por Paulo Carneiro.[111] Na ocasião, foram-lhe mostradas inúmeras relíquias sagradas para os adeptos da religião da Humanidade, como as cartas trocadas por Auguste Comte e Clotilde de Vaux, as pequenas medalhas que guardavam fios dos cabelos de ambos, os originais dos textos do filósofo e diversos outros objetos. Acerca do que viu naquele dia, Torres Gonçalves fez o seguinte comentário no relato que enviou à Delegação Executiva da IPB:

> "Mal podemos imaginar, avaliando pelo culto de que vemos cercadas as relíquias de outros construtores das religiões que precederam e prepararam o Positivismo, o culto de que serão objeto,

[109] Idem, p. 17.
[110] Cf. MENDES, Raimundo Teixeira. *Uma visita aos lugares santos do Pozitivismo.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1915. (n.º 192). Nos passeios por Paris, Carlos Torres Gonçalves e Sofia Mariana receberam a companhia de Dagmar Torres Gonçalves, que esteve por um mês em Paris. Cf. GONÇALVES, "Visita a Paris...", p. 47. AIPB.
[111] Paulo Estevão Berredo de Carneiro esteve intimamente envolvido com a Maison de Auguste Comte até o final de sua vida, ocorrido em 1982, desempenhando um papel fundamental na conversão do prédio e de seu acervo em um centro de pesquisa. Recentemente, em 8 de abril de 2002, tive a oportunidade de assistir à reabertura da biblioteca da referida instituição, que recebeu o seu nome. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, Paulo Carneiro foi o embaixador do Brasil na UNESCO, sediada em Paris.

> um dia, no Porvir regenerado, as Relíquias dos Fundadores da Fé Universal, a Religião demonstrável!".[112]

Como se pode perceber, mesmo na velhice a fé de Torres Gonçalves na religião positivista permaneceu inquebrantável. Por outro lado, sua estada em Paris não foi sem reflexos para a vida interna da IPB, pois encaminhou a resolução de um problema jurídico que se arrastava havia quase um século.

Pode-se concluir, portanto, que Torres Gonçalves desempenhou um papel essencial na construção e na preservação dos raros prédios construídos – ou destinados posteriormente – para abrigar o culto da religião que Auguste Comte criou sob a influência de Clotilde de Vaux, pensando em fazer dela um instrumento para promover a regeneração da humanidade.

[112] In: GONÇALVES, "Visita a Paris...". p. 28. AIPB.

Capítulo 9

Torres Gonçalves e as relações internacionais no século XX

9.1 – A Primeira Guerra Mundial e o período de entre guerras na ótica de Torres Gonçalves

Evidentemente, neste capítulo não pretendo escrever uma história mundial do período em que Carlos Torres Gonçalves viveu, entre 1875 e 1974. Bem mais modesta, minha pretensão é apenas de destacar o modo como, em seus escritos, o protagonista analisou os principais fatos ocorridos durante sua existência centenária. Porém, se as transformações culturais, tecnológicas, políticas, econômicas e sociais ocorridas naquele século não estão em primeiro plano, de outra parte elas não podem ser ignoradas, pois constituíram o contexto histórico vivido e meditado pelo personagem biografado.

As últimas décadas do século XIX foram marcadas pela intensificação do processo de industrialização no continente europeu, tendo como conseqüência a disputa pelas áreas produtoras de matérias-primas e pelos mercados consumidores. Deste modo, a expansão capitalista conheceu um novo momento a partir da década de 1880 – conhecida como "era dos impérios" –, quando os ideais liberais foram deixados de lado e a força militar foi utilizada para a conquista de mercados. Paralelamente, o desenvolvimento tecnológico provocou o aumento do desemprego nos principais países europeus – Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Bélgica. Entre as conseqüências do processo de industrialização, do crescimento do desemprego e da disputa por mercados estava o avanço do nacionalismo e dos partidos socialistas. Além desses países, também a Rússia – na Europa

oriental –, os Estados Unidos e o Japão participavam da briga imperialista pela conquista de novos mercados O aguçamento da concorrência econômica e militar levou à formação de alianças entre as potências, que assim procuravam criar um sistema de proteção. De um lado, Inglaterra, França e Rússia se uniram na Tríplice Entente; por outro lado, Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália se reuniram na Tríplice Aliança. O resultado deste sistema de alianças militares foi a corrida armamentista e o aumento da tensão internacional.[1]

Quando Carlos Torres Gonçalves nasceu, em 1875, o Rio Grande do Sul era uma região periférica em relação ao Brasil, que por sua vez ocupava uma posição marginal na economia mundial. Embora estivesse dando os primeiros passos em seu processo de industrialização, o Rio Grande do Sul – e, de resto, o Brasil – era extremamente dependente da produção industrial européia. A província, o Império brasileiro e o conjunto dos países sul-americanos estavam na área de influência econômica da Inglaterra, embora também as empresas francesas, alemãs e norte-americanas fizessem negócios na região. Por um lado, se a Inglaterra detinha a hegemonia do comércio com o Brasil, por outro lado era a França que exercia maior influência cultural sobre a elite do país.

O fato de haver nascido em Rio Grande, cidade portuária que ligava o Rio Grande do Sul ao Brasil e ao mundo – além de se situar nas proximidades da fronteira com o Uruguai –, talvez tenha auxiliado Torres Gonçalves a buscar uma perspectiva ampla em sua abordagem dos acontecimentos. Mesmo assim, seus primeiros escritos abordaram, preferencialmente, a situação política do Rio Grande do Sul e as relações deste com o Brasil. Só bem mais tarde, quando já estava aposentado, é que sua atenção se concentrou nos temas políticos planetários.

Deste modo, não foram muitas as manifestações de Torres Gonçalves acerca da situação política internacional durante as três primeiras décadas do século XX. De maneira geral, relativamente a este tema, enquanto Miguel Lemos e Teixeira Mendes estavam vivos, Torres Gonçalves restringiu-se a encaminhar os textos por eles escritos para que fossem reproduzidos pelos jornais de Porto Alegre. As exceções envolviam o Rio Grande do Sul, como

[1] Cf. HOBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 87-106; e MOMMSEN, Wolfgang J. *La época del imperialismo – Europa (1885-1918)*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1985, p. 137-161.

foram os casos da alteração nos limites entre o Uruguai e o Brasil e da questão da presença alemã no sul do país durante a 1ª Guerra Mundial, temas sobre os quais o positivista gaúcho foi menos econômico em suas palavras.[2]

Antes mesmo da eclosão da 1ª Guerra, antevendo o conflito iminente, Teixeira Mendes fez diversos apelos para que os governos e os povos europeus não se deixassem arrastar a um conflito "fratricida". Com a deflagração da guerra, o Templo da Humanidade, no Rio de Janeiro, e a Maison de Clotilde de Vaux, em Paris – ambos pertencentes à IPB –, foram cobertos por faixas de tecido preto, em sinal de luto. Entre 1914 e 1920, a IPB editou dezoito apelos pela paz, muitos deles em língua francesa.[3]

Mesmo não sendo o protagonista, apenas secundando as opiniões expressas pelos diretores da Igreja Positivista do Brasil (IPB), Torres Gonçalves não se furtou de apresentar algumas observações feitas de próprio punho. Deste modo, no princípio de 1917, quando publicou a *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (anos de 1914 e 1915)*, após relacionar os folhetos editados pela IPB que haviam sido reproduzidos pelo *Correio do Povo* ou pela *Federação*, Torres Gonçalves acrescentou as seguintes considerações acerca do conflito que estava em curso na Europa:

> "O (...) martírio que suporta neste momento a República Ocidental, especialmente no seu núcleo original, isto é, europeu, constitui tremenda lição para os extravios da política contemporânea. Porque o horrível dilaceramento fratricida que a vitima representa ainda, no fundo, a luta de duas civilizações: de um lado, a civilização militar, (...) que o materialismo científico pretende reviver mediante as excitações dos diferentes egoísmos, desde a cobiça ao orgulho e à vaidade; de outro lado, a civilização moderna, pacífico-industrial, baseada no Amor, isto é, na fraternidade universal, na poesia, na indústria e na ciência, evoluindo sempre, embora segundo uma marcha empírica, em todos os países ocidentais, mesmo naqueles que, na crise atual, parecem mais afastados dela. E se os

[2] Os posicionamentos dos positivistas ortodoxos brasileiros, particularmente de Torres Gonçalves, relativamente à alteração dos limites entre o Brasil e o Uruguai e acerca do perigo representado pelas comunidades alemãs no Rio Grande do Sul durante a 1ª Guerra Mundial foram referidos no capítulo 6 deste trabalho.

[3] Entre os diversos apelos para o término da guerra feitos por Teixeira Mendes entre 1914 e 1920, editados pela IPB sob o título "Pela Humanidade" (ou "Pour l'Humanité"), os mais importantes são os seguintes: *I – Les enseignements d'Auguste Comte sur l'horrible déchirement fratricide qui victime à ce moment la République Occidentale* (1914); *VIII – Da neutralidade ao estado de guerra* (1916); *XIII – Commémoration de la nouvelle victoire de l'Humanité – le terme de la guerre de 1914-1918* (1918); *XV – Les conditions inéludables de la paix d'aprés Auguste Comte. A l'occasion de la Conférence de la paix à Paris* (1919)*; XVII – As prescrições da moral e as aberrações do empirismo político. A sede da Liga das Nações. As anexações territoriais* (1919).

> ensinamentos da política científica houvessem já prevalecido suficientemente, (...) não estaríamos assistindo à catástrofe social que hoje nos infelicita".[4]

Embora a noção de pátria fosse importante para os positivistas ortodoxos, que a percebiam como um grau intermediário na ligação entre a família e a humanidade, as palavras de Torres Gonçalves são indicativas do antinacionalismo próprio dos adeptos da religião fundada por Auguste Comte, que percebiam neste sentimento uma forma de manifestação do egoísmo. É neste sentido que deve ser compreendida a referência feita à "República Ocidental", que abrangeria o conjunto das nações européias e suas ex-colônias americanas.

De outra parte, ao mencionar a "luta de duas civilizações", Torres Gonçalves fazia alusão à filosofia positivista da história, sendo que a Alemanha representaria o "materialismo científico" baseado no "egoísmo", enquanto que as nações agredidas e aquelas que defendiam a retomada da paz estariam de acordo com os princípios da "civilização moderna, pacífico-industrial".[5]

Adiante, no mesmo texto, Torres Gonçalves passou a vislumbrar a forma como se poderia pôr termo ao conflito europeu e evitar que outras guerras se repetissem no futuro:

> "Urge (...) que a França, assumindo em toda a plenitude o papel que os antecedentes lhe confiaram na direção dos negócios humanos, inaugure, afinal, essa política de Amor, de previsão, de subordinação às leis naturais, segundo os ensinamentos de Augusto Comte, pois é este o meio único de tornar para sempre impossível a repetição (...) do pungentíssimo espetáculo que se desenrola a nossos olhos".[6]

---

[4] GONÇALVES, Carlos Torres (org). *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (anos de 1914 e 1915)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1917, p . 9-10.

[5] No *Apelo aos conservadores*, assim Comte se referiu à transformação ocorrida no sentimento patriótico na transição das sociedades guerreiras para as sociedades pacifistas: "Devo agora assinalar o complemento necessário que a sistematização da Pátria fornece ao conjunto da constituição sociocrática para que a Família se ache aí assaz ligada à Humanidade. Segundo a lei que coloca a apreciação normal de um intermédio qualquer depois da dos dois extremos correspondentes, a educação positiva faz primeiro sentir a Família durante a dupla fase afetiva, depois ela ensina a conhecer a Humanidade na iniciação teórica. A Pátria não se torna distintamente apreciável senão quando a preparação enciclopédica completa-se pelo livre esboço da atividade prática. Mas a substituição final da atividade pacífica ao surto guerreiro deve radicalmente modificar o instinto patriótico. Importa apreciar esta mudança necessária, a fim de evitar as ilusões e as perturbações que suscitaria na existência moderna uma vã aspiração a reproduzir as antigas sociabilidades". In: COMTE, Auguste. *Apelo aos conservadores*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1899, p. 78-79.

[6] In: GONÇALVES, *op. cit.*, p. 10.

Portanto, ao afirmar a "hegemonia espiritual" da França sobre a Europa e sobre o conjunto do Planeta, Torres Gonçalves estava ratificando a idéia de que Paris é a "Meca do Ocidente", tantas vezes referida por Comte e repetida por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes.[7]

Retomando a abordagem do conflito em andamento, no dia 2 de maio de 1917 Torres Gonçalves e Faria Santos publicaram um manifesto intitulado "Pela ordem e a fraternidade" no jornal *A Federação*. No mês anterior, um submarino alemão havia afundado diversos navios brasileiros, fazendo com que o país abandonasse a posição de neutralidade até então adotada. Deste modo, os positivistas gaúchos argumentaram:

> "(...) dados os resultados já atingidos pela civilização moderna, nenhum país ocidental pode mais alhear-se da luta fratricida entre os outros, sob pena de co-responsabilidade. Cumpre, em cada caso, procurar o promotor ou promotores da luta, para tomar o partido do país atacado. E a condenação do agressor deve ser tanto mais enérgica quanto mais elevada for a sua hierarquia entre as demais nações. Tal é o desfecho da evolução social, elevando a fraternidade, da simples Família aos cidadãos da mesma Pátria, para enfim estendê-la à totalidade das pátrias".[8]

No entender dos subscritores do manifesto, o Brasil deveria ter abandonado a posição de neutralidade desde o início do conflito, logo que a Alemanha atacou a Bélgica, ficando ao lado do país agredido. Entretanto, a ação militar deveria se dirigir apenas contra os governantes do país agressor, e não contra o povo deste. Neste sentido, foram elogiadas as iniciativas da Inglaterra e dos Estados Unidos, que foram solidários com a Bélgica desde o primeiro momento.

Adiante, no mesmo manifesto, Torres Gonçalves e Faria Santos prognosticaram o encerramento da 1ª Guerra Mundial com o congraçamento entre as nações em conflito. No entender deles, a expansão da doutrina

---

[7] Referindo-se ao papel de Paris no mundo ocidental, Comte afirmou: "Conquanto Roma fosse, na Idade Média, o centro oficial da nova ocidentalidade, esse prolongamento do antigo ascendente não impediu nunca que Paris reunisse, mesmo na Itália, as predileções espontâneas de todos os ocidentais. (...) Sob Carlos Magno, o povo central obteve a presidência ocidental que as cruzadas desenvolveram, e a preponderância de Paris era reconhecida por toda parte antes do fim da Idade Média. Mas, para assegurar a independência da iniciativa já conferida à santa cidade, a revolução moderna teve que proporcionar-lhe um ascendente político que altera agora sua supremacia religiosa. (...) Paris constitui o centro único, (...) para o planeta humano". In: COMTE, *op. cit.,* p. 180-181.

[8] *A Federação*, Porto Alegre, 2 de maio de 1917.

formulada por Auguste Comte permitiria que os alemães percebessem o equívoco em que haviam incorrido:

> "A guerra terminará em breve. E, sem ser necessária a transformação da natureza humana em natureza seráfica, não tardará muito para que, por fim, os povos realizem a sua confraternização definitiva. (...). A verdade é que para o triunfo definitivo da fraternidade basta um conhecimento da Política científica muito menos vulgarizado do que já o é hoje, por exemplo, o das leis da mecânica. Não alimentemos, pois, paixões, nem excitemos ódios. Auxiliemos, sim, as populações alemãs de toda a parte mediante uma conduta nossa enérgica e firme, porém fraterna, feita antes de piedade, a saírem da funesta ilusão a que as induziram os seus dirigentes, a fim de que elas voltem a colaborar, o mais cedo possível, no problema incomparável da confraternização dos povos, reatando as tradições dos seus melhores antepassados".[9]

Na afirmação dos adeptos gaúchos da religião da Humanidade é interessante o paralelo feito entre a "política científica" e as "leis da mecânica", explicitando assim a equiparação feita pelos positivistas entre os princípios da sociologia e os da física – não por acaso, Comte inicialmente chamou a sociologia de "física social".[10]

Além de produzirem essas manifestações escritas a favor da paz, durante a 1ª Guerra Mundial os positivistas religiosos brasileiros também se mobilizaram no sentido de recolher donativos para as crianças belgas afetadas pelo conflito. Neste sentido, o núcleo sul-rio-grandense de adeptos da religião

---

[9] Idem, ibidem.

[10] Em 1825, no ensaio intitulado "Considerações filosóficas sobre as ciências e os sábios", Comte assim caracterizou a nova ciência: "(...) entendo por *física social* a ciência que tem por objeto o estudo dos fenômenos sociais, considerados no mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos e fisiológicos, isto é, como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o alvo natural de suas pesquisas. Portanto, ela se propõe a *explicar* diretamente, com a maior precisão possível, o grande fenômeno do desenvolvimento da espécie humana, considerado em todas as suas partes essenciais; isto é, descobrir porque encadeamento necessário de transformações sucessivas, o gênero humano, partindo de um estado apenas superior ao das sociedades dos macacos superiores, chegou gradualmente ao ponto em que se acha hoje na Europa civilizada. O espírito desta ciência consiste principalmente em ver, no estudo profundo do passado, a verdadeira explicação do presente e a manifestação geral do futuro". In: COMTE, Auguste. *Opusculos de philosophia social (1819-1828)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1899, p. 223-224. Sobre a gênese da sociologia e do termo, ver PETIT, Annie. "La fondation de la *sociologie*". In: *Auguste Comte et le positivisme deux siècles après* (Actes du Colloque du 27 au 30 avril 1999). Cartago (Tunísia): Ministère de la Culture / Académie Tunisienne des Sciences, des Lettres et des Arts, 1999, p. 87-114; e PETIT, Annie. "De la *physique sociale* à la *sociologie*", comunicação feita no Colóquio Internacional "Dilemas do pensamento social – Homenagem ao bicentenário de Augusto Comte", promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em setembro de 1998 (no prelo).

da Humanidade recolheu o valor de dois contos de réis em doações, além de inúmeras peças de roupa.[11]

Em novembro de 1918, com o término da 1ª Guerra Mundial, o sinal de luto foi retirado da Casa de Clotilde de Vaux, em Paris, e do Templo da Humanidade, no Rio de Janeiro. O mesmo ocorreu na sala da casa de Torres Gonçalves onde, na época, ocorriam as cerimônias do núcleo porto-alegrense de adeptos da religião da Humanidade. Porém, os positivistas religiosos não se entusiasmaram muito com as condições em que a pacificação ocorreu, motivada mais pela queda do regime imperial alemão do que pela aceitação das soluções políticas concebidas por Auguste Comte.

O primeiro passo para a suspensão do conflito foi dado através do acordo de não-agressão entre a Rússia e a Alemanha. Pouco antes, em fevereiro de 1917, a monarquia russa havia sido deposta, e, em outubro do mesmo ano, uma revolução liderada por Lênin havia instituído um regime político de inspiração marxista. Com o objetivo de promover a discussão dos termos do encerramento do conflito, em 1919 os representantes da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos promoveram uma reunião nos arredores de Paris. O Tratado de Versailles, como ficou conhecido, procurou evitar que a Alemanha voltasse a se constituir em ameaça, impondo a ela pesadas dívidas de guerra e a perda de partes de seu território. De outra parte, além de remapear a Europa, o tratado também procurou criar mecanismos de isolamento da Rússia comunista, com o objetivo de evitar que as propostas revolucionárias de subversão da ordem vigente se expandissem por outros países. Em seguida foi criada a Liga das Nações. Porém, a Alemanha foi excluída e os Estados Unidos não aceitaram integrar a referida associação.

[11] Em maio de 1916, quando o abade Van Emelen, representante do arcebispo de Malines, na Bélgica, passou pelo Rio Grande do Sul com o objetivo de angariar contribuições para o seu país (que fora ocupado pela Alemanha), Torres Gonçalves, Faria Santos e Homem de Carvalho lhe enviaram o seguinte telegrama: “Comme positivistes, disciples d’Auguste Comte, Fondateur de la Religion de l’Humanité, nous avons l’honneur et le plaisir de vous présenter nos cordiales salutations et nos voeux pour votre pieuse pélerinage dans notre Pays, en faveur des populations belges affamées par la guerre. Nous vous prions spécialement de vouloir bien être l’interprète, auprès de son Émminence le Cardinal Mercier, Archevêque de Malines, des profonds hommages ne notre admiration, notre gratitude et notre respect pour la saint énergie de son heroïque conduite religieuse et civique, en soutenant la resignation et l’epoir des populations belges martyrisées et l’action de ses nobles Rois, pour le terme de cette odieuse lutte fratricide, déchânée par un pays qui, dans ce moment, a tout oublié, et ses antécedents et la préeminance de la France, surtout de Paris, dans la marche de l’évolution humaine”. In: GONÇALVES, *op. cit.,* p. 8-9.

Cabe ressaltar que a intervenção norte-americana no conflito foi decisiva para a derrota da Tríplice Aliança. Deste modo, os Estados Unidos emergiram do conflito como a principal potência mundial.[12]

Os termos do Tratado de Versailles criaram uma paz instável, com grande ressentimento por parte da Alemanha, que arcou com toda a responsabilidade pela guerra recém concluída. A inflação crescente dificultou a consolidação da democracia, recém surgida no país. Na década de 1920, com a criação de partidos comunistas (de diferentes matizes) e de partidos fascistas em vários países europeus, ocorreu uma radicalização das posições políticas. Outro dado característico do período foi a expansão do anti-semitismo por vários países da Europa.[13]

Os positivistas ortodoxos brasileiros acompanharam com atenção o curso dos acontecimentos em andamento no continente europeu. Através de Teixeira Mendes, a IPB manifestou-se em diversas oportunidades acerca da fragilidade da ordem mundial construída após 1918.[14] De sua parte, Torres Gonçalves quase não escreveu acerca das relações internacionais ao longo dos anos seguintes ao término da 1ª Guerra Mundial. No período em questão, voltou sua atenção prioritariamente para as conturbadas situações internas do Rio Grande do Sul e do Brasil.[15]

Com a morte de Teixeira Mendes, em 1927, os positivistas religiosos brasileiros perderam seu principal guia na interpretação do processo histórico à luz da filosofia comtiana. A partir de então, com a extinção do *apostolado positivista brasileiro* – concentrado nas atividades de Lemos e de Mendes – os folhetos publicados pelos confrades da IPB continham a observação de que o ponto de vista exposto era pessoal, e não institucional.[16]

---

[12] Cf. HOBSBAWM, *op. cit*., p. 38-40.

[13] Sobre o anti-semitismo no mundo de língua alemã, ver SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 (capítulo 3).

[14] Por exemplo, ver MENDES, R. Teixeira. *Pela Humanidade! XVII – As prescrições da moral e as aberrações do empirismo político; a sede da Liga das Nações; as anexações territoriais*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1919.

[15] A percepção que Torres Gonçalves teve dos acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul e do Brasil foram estudadas, respectivamente, nos capítulos 5 e 6 deste trabalho.

[16] A partir da morte de Teixeira Mendes, Torres Gonçalves costumava colocar a seguinte advertência em seus folhetos: "O presente escrito é de nossa responsabilidade individual, até que surja o sucessor dos Apóstolos Miguel Lemos e Raymundo Teixeira Mendes ninguém podendo falar em nome da Igreja Positivista do Brasil". Apesar desta observação, optei por considerar as publicações de Torres Gonçalves feitas após 1927 como sendo da IPB, face à natureza dos vínculos que ele mantinha com a instituição, conforme ressaltado anteriormente.

Após sua aposentadoria, ocorrida em 1934, e sua transferência para o Rio de Janeiro, no ano seguinte, Torres Gonçalves passou a dedicar a maior parte de seus escritos à abordagem da situação política internacional. Em agosto de 1935, diante da ameaça de invadir a Abissínia – região localizada no nordeste da África, no território da atual Etiópia – feita pelo ditador italiano Benito Mussolini, Torres Gonçalves publicou um folheto intitulado *Pela fraternidade universal – o respeito às nações mais fracas e o sacrificio imminente da Abyssinia*. No manifesto, também reproduzido no *Jornal do Commercio,* do Rio de Janeiro, em sua edição do dia 1º de setembro do mesmo ano, o positivista rio-grandino alertou:

> "(...) o atentado iminente da Itália contra a Abissínia assume proporções excepcionais, podendo determinar a eclosão dos mais graves acontecimentos, muitíssimos mais ainda do que os do horrível dilaceramento fratricida que vitimou a Terra de 1914 a 1918. Mesmo quando se conseguisse limitar o atentado ao sacrifício da Abissínia – o que ninguém pode assegurar –, ainda assim a gravidade seria enorme. E não se pode sequer pretender compará-lo à inominável agressão recente do Japão contra a República Chinesa, isto é, de um país asiático contra outro país asiático. Porquanto, a gravidade de qualquer falta é proporcional à hierarquia social do agressor, como à do agredido. E o atentado que se anuncia será por uma das nações da vanguarda do Ocidente, a qual se acha mesmo colocada por Augusto Comte, no concerto delas, em segundo lugar, logo após a França. A gravidade, portanto, só poderia ser excedida se a falta fosse da própria França".[17]

Nas palavras de Torres Gonçalves, inicialmente chama a atenção a percepção – que não era apenas sua – de que a humanidade se encaminhava para um novo conflito de proporções globais. De outra parte, é interessante perceber a fidelidade do autor do texto à concepção da história formulada por Auguste Comte, segundo a qual caberia à França, auxiliada inicialmente pela Itália e pela Espanha, e posteriormente pela Inglaterra e pela Alemanha, a tarefa de promover a emancipação da humanidade em relação às motivações egoístas.

Com o objetivo de encaminhar a humanidade para o "regime pacífico-industrial", o ápice da história na concepção comtiana, Torres Gonçalves propôs as seguintes medidas:

---

[17] GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela fraternidade universal – o respeito às nações mais fracas e o sacrificio imminente da Abyssinia*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1935, p. 2-3.

> "1º - Iniciativa de desarmamento geral e gradual, mantidos apenas os núcleos de forças armadas necessários à repressão coletiva da violação da paz, parta de quem partir, e dirija-se a agressão contra quem for;
> 2º - Iniciativa, (...) pelos países detentores de colônias, do reconhecimento gradual da completa emancipação política das mesmas (...);
> 3º - Iniciativa do estabelecimento imediato de acordo internacional extinguindo também a guerra econômica, pela supressão gradual das tarifas aduaneiras e o estabelecimento da livre circulação dos produtos na Terra".[18]

Portanto, em suas sugestões, Torres Gonçalves propôs a constituição de um poder supranacional que detivesse o monopólio da força, além de defender a implementação de um processo de descolonização das áreas periféricas do globo terrestre que estavam sob o domínio europeu. Finalmente, chama a atenção o caráter extremamente liberal de suas propostas econômicas, através das quais pretendia enfraquecer os diferentes nacionalismos. Além destas medidas mais amplas, o positivista sul-rio-grandense propôs a adoção de medidas concretas imediatas, como o reconhecimento da Alsácia-Lorena, região disputada pela Alemanha e pela França, e a restituição de Gibraltar à Espanha por parte da Inglaterra.

O escrito de Torres Gonçalves uniu-se a diversos outros apelos feitos em todo o mundo contra a invasão da Abissínia. Porém, todos eles foram inúteis, pois a Itália a ocupou em outubro daquele ano. Logo depois, no princípio de novembro, Torres Gonçalves publicou um novo manifesto acerca da situação da Abissínia, se congratulando com a posição tomada pela maioria dos países que compunham a Liga das Nações no sentido de considerar a Itália como país agressor. Deste modo, o positivista gaúcho ratificou o pedido para que o governo italiano revisse sua postura belicosa.[19]

Em junho de 1936, em visita a Porto Alegre realizada conjuntamente com Faria Santos, Torres Gonçalves voltou a abordar a questão da invasão da Abissínia pela Itália, tratando das medidas adotadas pela Liga das Nações contra o país invasor. No entender dos dois engenheiros aposentados, a

---

[18] Idem, p. 3.
[19] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela fraternidade universal – a propósito da definição recente, pela Liga das Nações, da Itália como país agressor da Abyssínia*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1935. O manifesto também foi publicado na edição de 9 de novembro de 1935 do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro.

entidade internacional falhou ao não socorrer o país agredido, contrariando uma disposição dos próprios estatutos:

> "Em qualquer fase histórica, se a autoridade espiritual falha – a sociedade não podendo ficar sem defesa – justifica-se a intervenção de outros órgãos, coletivos ou individuais, que ajam sobre os governos e a opinião pública no sentido de prevenir as grandes faltas ou promover a sua reparação. Eis como apareceu a Liga das Nações, tribunal irregular, surgido empiricamente para obviar a ausência atual de um órgão espiritual objetivo, reconhecido e respeitado, julgando cada caso, como foi o Papado na Idade Média, perante o qual se curvavam povos e reis. E havendo a Liga, recentemente, no caso da Abissínia, definido a Itália como nação agressora, deixara entrever uma primeira esperança de sua eficácia para assegurar o respeito recíproco das nações, mas que logo se dissipou. E não se pode deixar de atribuir tal desfecho à falta sobretudo de fraternidade verdadeira, pois que esta, em face de ação militar iniciada por um membro da Liga contra outro, teria induzido a sanções também militares contra o agressor".[20]

Apesar do protesto de Torres Gonçalves e de Faria Santos, a Liga das Nações continuou omitindo-se de uma ação mais dura contra a Itália. Esta, por sua vez, deu prosseguimento à sua política expansionista nos anos seguintes, ocupando diversas ilhas do Mediterrâneo junto à costa africana.

De outra parte, em outubro de 1936, de volta ao Rio de Janeiro, Torres Gonçalves escreveu uma extensa carta ao líder indiano Mahatma Gandhi.[21] Após relatar que havia iniciado suas "relações espirituais" com ele através da leitura de uma coletânea publicada em espanhol sob o título "A jovem Índia", Torres Gonçalves exprimiu sua profunda admiração por Gandhi e destacou a existência de inúmeros pontos convergentes entre a política desenvolvida pelo líder indiano e o pensamento de Auguste Comte. Neste sentido, inicialmente o positivista brasileiro assinalou a preeminência dada pelo filósofo francês aos aspectos morais para a resolução dos problemas sociais, afirmando ainda que as construções religiosas dos líderes orientais (Confúcio, Buda e Maomé) se

---

[20] GONÇALVES, Carlos Torres & SANTOS, João Luís de Faria. *Pela humanidade – a conquista da Abyssinia: mais um atentado de lesa-Humanidade, comprometendo o Ocidente e com ele a Terra.* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1936. A intervenção de Torres Gonçalves e Faria Santos foi reproduzida no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em sua edição de 4 de junho de 1936.

[21] A referida carta, com 32 páginas datilografadas, foi escrita em português, sendo traduzida para o inglês "por uma distinta senhora brasileira", segundo informação prestada por Torres Gonçalves no final do texto. Tudo indica que essa senhora tenha sido Esther de Viveiros, confreira da IPB que traduziu para o inglês diversos folhetos de Torres Gonçalves publicados na mesma época. Cf. Carta de Carlos Torres Gonçalves a Mahatma Gandhi, 25 de outubro de 1936. ACTG.

assemelhavam aos preceitos defendidos no mundo ocidental pelos santos católicos mais eminentes (São Paulo, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e São Francisco de Assis), todos buscando a concórdia social a partir das "inspirações contínuas do amor".[22]

Em seguida Torres Gonçalves expôs os fundamentos da religião da Humanidade a Mahatma Gandhi, destacando a similaridade desta com os princípios propostos pelo líder indiano. Dentre os pontos convergentes, o engenheiro brasileiro assinalou a proposta de resistência pacífica, a condenação das guerras, dos impérios coloniais e de qualquer forma de violência entre as nações, a defesa das mulheres contra a brutalidade masculina e a denúncia das aberrações da civilização moderna.

Gandhi havia começado sua resistência ao domínio colonial inglês na Índia ainda na segunda década do século XX. As ações por ele propostas incluíam o boicote à produção industrial inglesa e a retomada de antigos processos artesanais, quase abandonados em função da repressão dos conquistadores. Sua doutrina da não-cooperação não-violenta ('satiagraha", no idioma hindu), como forma de resistência pacífica ao domínio colonial, conquistou a simpatia de boa parte da opinião pública mundial e angariou o apoio de largos setores da sociedade indiana, assim se revelando um eficaz instrumento de luta política.[23]

Analisando a conduta política de Gandhi, principalmente o seu princípio de não-cooperação não-violenta relativamente aos conquistadores ingleses, Torres Gonçalves afirmou:

> "Pela primeira vez se viu (...) na Terra grandes massas humanas – sufocados a contragosto os ímpetos de violência, contidos pela confiança em vós – desistirem de reagir como de bruto a bruto, para procederem como homens que conseguiram disciplinar suficientemente o seu egoísmo em relação a outros homens que não o conseguiram, mas aos quais se quer facilitar isso. (...).
> "A diferença essencial (...) entre vós e o vulgo dos estadistas contemporâneos está em que sois o político moralizado. O reconhecimento disso não importa em recusar moralidade aos outros, mas em constatar que não o possuem nesse elevadíssimo grau que deve ser exigido dos que assumem postos de direção, reclamando que subordinem não somente a Família à Pátria, o que

[22] Idem, p. 1-2.
[23] PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia do século XV aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 266-273.

> já se verifica (...), mas a subordinação da Pátria à Humanidade, o que é ainda raríssimo, inclusive entre os que pretendem dirigir espiritualmente as sociedades. E é por isso que dissimular, faltar à palavra empenhada, mentir e até espionar, tudo isso é ainda admitido na diplomacia ocidental (...)".[24]

Portanto, Torres Gonçalves percebia um contraste entre os princípios adotados pelo líder indiano e o comportamento dos políticos e dos diplomatas ocidentais. Neste sentido, na mesma carta, o missivista brasileiro escreveu a Mahatma Gandhi:

> "Em resumo, o que concebeis e realizais como o dever do estadista é essencialmente o que o Positivismo prescreve aos homens públicos, fundado no conhecimento das leis sociológicas e sobretudo das leis morais. Vosso mérito apanhando, por intuição, tão complexa realidade, patenteia ainda melhor a força cerebral intrínseca de vossos predicados intelectuais, práticos e, sobretudo, morais".[25]

Em geral, as cartas enviadas por Torres Gonçalves aos políticos do Rio Grande do Sul, do Brasil e de outras partes do mundo caracterizavam-se pelas restrições – totais ou parciais – feitas às condutas dos mesmos, geralmente em desacordo com os princípios da "política positiva" concebida por Auguste Comte. Deste modo, a carta a Gandhi destoa das demais, pois não teceu qualquer crítica ao líder indiano.

Acima de tudo, Torres Gonçalves elogiou os princípios morais que guiariam a conduta de Gandhi, contrastando o comportamento do líder indiano com a forma de ação corriqueira nos países ocidentais. Além das críticas à diplomacia da década de 1930, incapaz de evitar a invasão das grandes potências nos países militarmente frágeis, o engenheiro brasileiro repreendeu a confusão entre os poderes temporal e espiritual que estaria sendo feita pelas nações européias. No entender de Torres Gonçalves, secundando a concepção de Auguste Comte, a separação entre os poderes seria o princípio fundamental da política republicana moderna, impondo o respeito à livre manifestação das opiniões e às demais liberdades (religiosa, de ensino, de profissões, etc.). Neste sentido, Torres Gonçalves observou que tais liberdades:

> "(...) estão hoje comprometidas, inclusive as de indústria e de locomoção, e algumas inteiramente anuladas em certos países (Itália, Alemanha, Rússia). Entretanto, constituindo elas condição

[24] Carta de Carlos Torres Gonçalves a Mahatma Gandhi, 25 de outubro de 1936, p. 24-25.
[25] Idem, p. 26.

> essencial de bem-estar geral – de ordem e de progresso –, não podem deixar de fazer parte de todo verdadeiro programa de incorporação do proletariado. Por isso é que, não obstante vosso excepcional devotamento pelas camadas menos favorecidas, no empenho de elevá-las, não nos surpreende vossa condenação do bolchevismo, incapaz de assegurar tais liberdades. Também nós condenamos essa fantasia anárquica, contrária à organização humana".[26]

É interessante notar que a condenação de Torres Gonçalves aos regimes totalitários estabelecidos na Itália, na Alemanha e na Rússia (União Soviética) foi feita desde a gênese dos mesmos, anos antes, antecipando-se à percepção da opinião pública dos países ocidentais. Deste modo, mais uma vez ele assinalou a diferença entre o regime ditatorial proposto por Auguste Comte e os regimes "liberticidas" que vigoravam em diversos países.

Após destacar a confluência de opiniões entre o líder indiano e os positivistas acerca do "bolchevismo", Torres Gonçalves passou a analisar os regimes políticos instalados entre os italianos e entre os alemães, comparando-os com o sistema de poder soviético:

> "Se bem que não conheça manifestações vossas em relação aos extremismos intitulados de fascismo, nazismo, etc., acredito que não os condenareis menos. Pois são também formas de intenso despotismo, simultaneamente retrógradas e anárquicas, nacionalistas e militaristas, interessadas na eternização das guerras. E são, por isso, menos suscetíveis de transformações no sentido do futuro do que o chamado comunismo, que, mais anárquico no que respeita às instituições fundamentais da sociedade (propriedade, família, governo, religião), é, entretanto, menos consistente, como apoiando-se nas massas proletárias, onde a verdadeira generosidade é mais freqüente, oferecendo menos resistências ao livre predomínio das leis sociais e morais. Regimes aqueles sobretudo de retrogradação, externa e internamente, engendrados por grosseiros charlatães políticos, superexcitados por exorbitante exaltação da personalidade; jamais integrarão em si o problema da incorporação do proletariado, limitando-se às concessões inevitáveis".[27]

Portanto, apesar do maior respeito do fascismo italiano e do nazismo alemão pelas "instituições fundamentais da sociedade", na opinião de Torres Gonçalves o regime comunista em vigor na União Soviética seria preferível àqueles sistemas políticos, pois teria bases morais e sociais mais sólidas ao

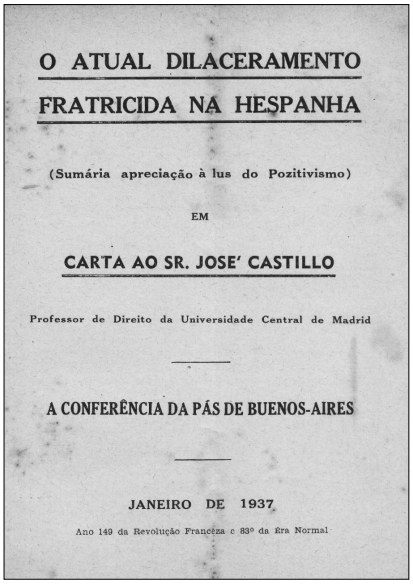
[26] Idem, p. 13.
[27] Idem, p. 14.

assentar-se no proletariado. Deste modo, o positivista gaúcho era mais crítico em relação aos totalitarismos de direita do que aos de esquerda.[28]

Também chama a atenção nas palavras de Torres Gonçalves a crítica feita ao culto das personalidades de Mussolini, de Hitler e de Stálin. De fato, o culto das massas populares aos líderes políticos era uma base essencial na sustentação política dos regimes estabelecidos na Itália, na Alemanha e na União Soviética, respectivamente.[29]

Não foi possível descobrir se a carta de Torres Gonçalves, acompanhada por algumas obras de Comte e por algumas publicações da IPB, chegou às mãos de Gandhi. Não consta que tenha havido resposta a ela. De qualquer forma, independentemente do apoio prestado pelo positivista brasileiro, a campanha dos indianos em prol de sua independência em relação ao colonialismo inglês atingiu o seu objetivo alguns anos depois, em 1947.

O freqüente silêncio dos destinatários de suas cartas não demoveu Torres Gonçalves do propósito de interferir no rumo dos acontecimentos políticos que se verificavam em escala mundial, procurando convencer a opinião pública e os governantes a aceitarem as medidas propostas por Comte. Deste modo, quando a guerra civil espanhola teve início, em 1936, o positivista gaúcho posicionou-se em relação às forças em confronto. As origens do conflito remontavam ao ano de 1931, quando forças liberais e anticle-


O ATUAL DILACERAMENTO
FRATRICIDA NA HESPANHA
(Sumária apreciação à lus do Pozitivismo)
EM
CARTA AO SR. JOSE' CASTILLO
Professor de Direito da Universidade Central de Madrid
A CONFERÊNCIA DA PÁS DE BUENOS-AIRES
JANEIRO DE 1937
Ano 149 da Revolução Franceza e 83º da Era Normal

* Reprodução da capa de folheto sobre a guerra civil espanhola publicado por Torres Gonçalves no princípio de 1937.

[28] Observe-se, entretanto, que os termos “direita” e “esquerda” não integravam o vocabulário analítico de Torres Gonçalves. Poderia haver nesta posição do positivista gaúcho uma contradição com as diretrizes de Auguste Comte. De fato, no *Apelo aos conservadores*, o filósofo francês foi explícito em seu apoio aos regimes retrógrados frente aos regimes revolucionários, no caso de escolha: “Os conservadores empíricos, esforçando-se por superar ao mesmo tempo os retrógrados e os revolucionários, têm sempre mostrado mais estima e afinidade por aqueles do que por estes. Esta preferência é sistematizada pelo positivismo, que a consolida e desenvolve ligando-a à política destinada a fundar a transição final dos ocidentais. Por mais viciosas que sejam as tendências retrógradas, elas são, a todos os respeitos, menos contrárias que as disposições revolucionárias à grande construção que deve caracterizar o século décimo-nono. Cf. COMTE, Auguste. *Apelo aos conservadores*, p. 83-84.

[29] Aliás, Getúlio Vargas se baseou nesses exemplos para constituir os instrumentos oficiais de propaganda durante o Estado Novo brasileiro, conforme foi visto no capítulo 6 desta tese.

ricais tomaram o poder da dinastia Bourbon e passaram a promover uma reforma agrária. Dois anos depois, o regime republicano espanhol passou às mãos de forças políticas conservadoras que implementaram uma política de repressão às organizações camponesas e operárias. Surgiu então um bloco político reunindo os liberais e as forças de esquerda contra as forças políticas católicas e conservadoras. O bloco de centro-esquerda saiu vencedor da eleição parlamentar ocorrida no princípio de 1936. A partir de então, a direita espanhola – reunindo os militares, os monarquistas e as influentes forças clericais – passou a articular um golpe de estado para depor os "ateus" do poder. O golpe se materializou em julho daquele ano e encontrou forte resistência do governo legítimo, originando uma feroz guerra civil.[30]

Deste modo, em janeiro de 1937 Torres Gonçalves escreveu uma carta a José Castillo, professor de Direito da Universidade Central de Madrid, acerca de uma palestra que este havia feito em Paris no final do ano anterior sobre o conflito em andamento na Espanha. Após lembrar que Auguste Comte considerava a Espanha como guardiã dos "tesouros morais da humanidade", além de reservar para ela um papel fundamental na implantação do regime fraterno no mundo ocidental, Torres Gonçalves fez a seguinte análise das forças em conflito no país peninsular:

> "A realidade é que os dois partidos extremistas que disputam a direção dos negócios terrestres são ambos *retrógrado-revolucionários*, resultantes ambos da ausência de opinião pública orientada. Se o espírito revolucionário prepondera num, no outro é brutal a retrogradação. Desde logo anárquicos ambos, muitas afinidades apresentam entre si, como acontece entre todos os despotismos, incluídos os de coloração mais ou menos atenuada, de origem democrática".[31]

A guerra civil não ficou limitada ao território espanhol. Também mobilizou apoios entre outros países da Europa e de fora do velho continente. Deste modo, as forças conservadoras lideradas pelo general Franco contaram com o apoio do 3º Reich germânico e do regime fascista italiano. Em contrapartida, a União Soviética mobilizou os partidos comunistas de todo o

---

[30] Cf. HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 157-159.

[31] GONÇALVES, Carlos Torres. *O atual dilaceramento fratricida na Hespanha (sumária apreciação à lus do Pozitivismo) em carta ao Sr. José Castillo; A conferência da pás de Buenos Aires.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1937, p. 4.

mundo para que enviassem combatentes dispostos a defender o governo constitucional que havia sido deposto. Além disso, intelectuais e artistas de variadas posições políticas se engajaram na luta contra as forças de Franco. A partir de sua perspectiva peculiar, também Torres Gonçalves posicionou-se a favor do governo constitucionalmente instituído e contra as forças golpistas. Estas, porém, saíram vencedoras do confronto, impondo um regime político autoritário que se manteve pelos quarenta anos seguintes.

Abstraindo a situação particular da Espanha, na mesma carta ao professor Castillo - depois reproduzida em folheto -, Torres Gonçalves aproveitou para fazer uma análise mais ampla do contexto político em que o continente europeu estava mergulhado. Neste sentido, afirmou:

> "O mundo, as sociedades ocidentais, atravessam a maior das crises. Estado de moléstia coletiva, cerebral, como também o são, essencialmente, as moléstias individuais. Crise agudíssima, de exaltação vizinha da loucura, afetando sobretudo o orgulho, a vaidade, o instinto destruidor, obliterando a razão, impedindo-a de sentir as realidades superiores, sociais e morais.
> *Fascismo, nazismo, bolchevismo* – são sintomas agudos dessa moléstia crônica. E, se bem que incomparavelmente menos perturbadores, não deixam de o ser muitos dos expedientes variáveis da metafísica democrática (...). As próprias aberrações extremistas constituem manifestações da insuficiência da democracia para preservar da anarquia a sociedade ocidental. Absurda e imoral, por exemplo, é a escolha dos superiores pelos inferiores a votos contados numericamente. (...). A verdade, repetimos, é que também a democracia está falida".[32]

Cabe ressaltar que, mais uma vez, Torres Gonçalves fez uma analogia entre os estados psíquicos individuais e a situação política dos países europeus. De fato, Comte diversas vezes afirmou que o indivíduo, em seu desenvolvimento mental, reproduz os estágios pelos quais a humanidade passou ao longo de sua evolução. De outra parte, é interessante notar que os princípios da psicanálise freudiana se difundiram bastante a partir da década de 1920, atingindo inclusive o campo das artes. Deste modo, os regimes totalitários europeus fizeram larga utilização de recursos da psicologia de massas.[33] Por outro lado, também chama a atenção nas palavras de Torres Gonçalves a ratificação das críticas ao sistema democrático de escolha dos

[32] GONÇALVES, *op. cit.,* p. 6.
[33] Cf. LENHARO, Alcir. *Nazismo – "a vontade de poder"*. São Paulo: Ática, 1986, p. 36-46.

governantes, percebido como uma forma de manifestação do pensamento metafísico.

A situação política internacional se agravou continuamente durante os meses seguintes aos daquela carta enviada por Torres Gonçalves ao professor Castillo. Assim, em 14 de outubro de 1937, juntamente com cinco outros confrades da IPB, o engenheiro rio-grandino publicou um manifesto no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, no qual ratificou as posições anteriormente expostas acerca do conflito espanhol e, indo além, analisou a invasão da China pelas forças armadas japonesas. Após lembrar que os assuntos humanos estavam todos entrelaçados e que o ataque de uma nação a outra não deveria ser ignorado pelas demais, Torres Gonçalves alertou:

> "(...) nenhum país ignorará o perigo – não só para o Oriente, como para o Ocidente e a Terra toda – do desenvolvimento da potência agressiva do Japão, avassalando imensas populações e militarizando-as. (...). Desde então, defendendo a República chinesa, cada qual se defenderá a si próprio. Só deixarão de enxergar tal verdade os governos que alimentem análogas ambições imperialistas (...). Aliás, se vingassem os planos manifestos dos atuais dirigentes japoneses, haveriam de acabar se arrependendo os êmulos ocidentais, o mais tardar, no momento da disputa entre si do mando universal. (...). A recente declaração do governo dos Estados Unidos do Norte, declarando expressamente que não reconhecerá conquistas territoriais, é um primeiro passo a ser secundado pelos demais governos. Mesmo quando já sejam eles signatários de tratados condenatórios de conquistas territoriais, a formulação expressa da reprovação torna-se necessária (...) à vista da freqüência dos exemplos de governos faltosos a compromissos assumidos".[34]

É interessante observar o raciocínio desenvolvido por Torres Gonçalves para tentar convencer os governos ocidentais a se manifestarem contrariamente à ocupação militar da China pelo Japão. Entendendo que o apelo aos sentimentos altruístas não seria suficiente para mobilizar a opinião pública e os governantes, o positivista gaúcho apelou para os sentimentos egoístas desses países, lembrando-lhes que, caso não detivessem o Japão, em breve teriam outro concorrente com o qual teriam que compartilhar o domínio do planeta.

---

[34] O manifesto foi depois reproduzido em folheto: GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Pelos supremos interesses da humanidade – a propozito do prosseguimento da indébita intervenção militar estrangeira nos negocios intérnos da Espanha e da invazão da Republica Chinêza por forças armadas do Imperio do Japão*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1937, p. 8-9.

De outra parte, o elogio à posição adotada pelo governo norte-americano era uma reafirmação de pronunciamentos anteriores de Torres Gonçalves e de outros positivistas ortodoxos brasileiros acerca das relações internacionais, invariavelmente condenatórias da interferência de um país em assuntos de outras nações, salvo em casos de solidariedade contra ataques externos já perpetrados.[35]

Paralelamente à expansão japonesa pela Ásia, na Europa a Alemanha e a Itália passaram a desenvolver uma política externa crescentemente agressiva. Em 1938, assumiu na Áustria um governo favorável à união do país com a Alemanha, o que se efetivou em seguida. A timidez dos protestos da Inglaterra e da França contra o expansionismo germânico permitiu que o regime nazista avançasse rapidamente sobre seus vizinhos. Naquele mesmo ano, o território da Tchecoslováquia foi partilhado por seus vizinhos alemães, austríacos e húngaros. No princípio de 1939, a Itália ocupou a Albânia. Em agosto de 1939, a Alemanha e a União Soviética assinaram um acordo de não-agressão e, logo no mês seguinte, tropas nazistas invadiram a Polônia, apesar da afinidade política entre os regimes dos dois países.[36] Era o início da 2ª Guerra Mundial, indiferentemente aos apelos em favor da paz feitos nos anos anteriores por Torres Gonçalves e por diversos outros observadores do conturbado cenário político internacional.

9.2 – A Segunda Guerra Mundial observada por Torres Gonçalves

Em outubro de 1939, logo depois do acordo entre a União Soviética e a Alemanha e da invasão da Polônia por esta, Torres Gonçalves publicou – em companhia dos confrades positivistas Ernesto de Otero e Geonísio Curvello de Mendonça – um folheto intitulado *Pela Humanidade! – os ensinos de Augusto Comte sobre o horrível dilaceramento fratricida que vitimou a República*

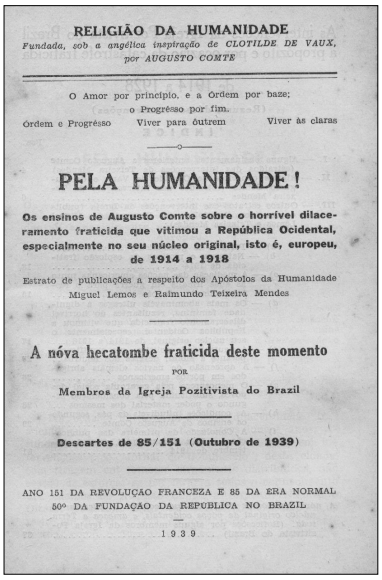
[35] Neste sentido, em meados de 1937, quando tomou conhecimento de que o presidente norte-americano havia feito um pronunciamento condenando as interferências externas na Espanha e na China, juntamente com os confrades positivistas Bagueira Leal, Ernesto de Otero, Nicolau Horta Barbosa, Frederico Horta Barbosa e Geonísio Curvello de Mendonça, Torres Gonçalves enviou o seguinte telegrama ao presidente Roosevelt: "Brazilian positivists offer their respectful congratulations for your great Chicago speach supporting international solidarity also spanish autonomy and chinese integrity". In: Idem, p. 9.

[36] Cf. VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988, p. 30-38.

Ocidental, especialmente no seu núcleo original, isto é, europeu, de 1914 a 1918. Após reproduzir diversas passagens de obras do filósofo francês em prol da harmonia entre os povos e vários trechos de folhetos dos apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes acerca da 1ª Guerra Mundial, o manifesto de Torres Gonçalves passou a enfocar os recentes acontecimentos verificados na Europa:

> "A natureza e os motivos desta nova crise (...) são ainda os mesmos da que, há apenas um quarto de século, a precedeu. Como a de então, é de natureza mais intelectual do que moral, conquanto também enorme seja a participação dos sentimentos, profundamente alterados, em conseqüência do fatal esgotamento das fés teológicas, por toda a parte. Reclama pois, a sua remoção definitiva, a assistência de uma Fé demonstrável, estendida aos domínios superiores, da Sociologia e da Moral; que seja para a arte política – para o governo das sociedades – o equivalente do que já são, para as artes industriais, as ciências inferiores, da matemática à biologia".[37]

Na ótica de Torres Gonçalves, portanto, as raízes da 2ª Guerra Mundial estariam na ignorância das leis sociológicas por parte da opinião pública e dos governantes ocidentais, bem como na falta de aceitação da religião da Humanidade, ambas as concepções elaboradas por Auguste Comte. Aliás, seriam as mesmas causas da 1ª Guerra Mundial, poucos anos antes. Deste modo, o positivista gaúcho atribuiu ao empirismo político dos governantes a causa dos conflitos bélicos. Torres Gonçalves observou ainda que, da mesma forma como havia ocorrido no conflito de 1914 a 1918, coube aos povos germânicos a iniciativa de agredir seus vizinhos em 1939.


RELIGIÃO DA HUMANIDADE
Fundada, sob a angélica inspiração de CLOTILDE DE VAUX, por AUGUSTO COMTE

O Amor por princípio, e a Ordem por baze;
o Progrêsso por fim.
Ordem e Progrêsso Viver para ôutrem Viver às claras

PELA HUMANIDADE!

Os ensinos de Augusto Comte sobre o horrível dilaceramento fraticida que vitimou a República Ocidental, especialmente no seu núcleo original, isto é, europeu, de 1914 a 1918

Estrato de publicações a respeito dos Apóstolos da Humanidade Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes

A nóva hecatombe fraticida deste momento
POR
Membros da Igreja Pozitivista do Brazil

Descartes de 85/151 (Outubro de 1939)

ANO 151 DA REVOLUÇÃO FRANCEZA E 85 DA ERA NORMAL
50º DA FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRAZIL
1939

Em seguida, Torres Gonçalves passou a analisar o pacto entre a Alemanha e a União Soviética (ou "Rússia", como continuou a denominá-la), através do qual esta saiu de seu isolamento:

---

[37] GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Pela Humanidade! – os ensinos de Augusto Comte sobre o horrível dilaceramento fratricida que vitimou a República Ocidental, especialmente no seu núcleo original, isto é, europeu, de 1914 a 1918*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1939, p. 37 (os destaques são do original).

* Capa de folheto publicado por Torres Gonçalves em outubro de 1939, no limiar da 2ª Guerra Mundial, acima referido.

> "Até então, a Rússia se havia abstido de intervir na política ocidental, salvo quando entrou para a Sociedade das Nações, iniciando-se com propostas de paz e de desarmamento, e, depois disso, sucessivamente condenando os atentados que se vieram seguindo: a conquista da Abissínia; a dupla intervenção militar estrangeira, nazi-fascista, nos negócios internos da Espanha; a invasão da China; a absorção da Áustria; o avassalamento da Tchecoslováquia. Em todos esses casos procurou mesmo chamar os países congregados em torno daquela Sociedade à observância dos compromissos assumidos, de se entre-auxiliarem na defesa contra todo o agressor. E, faz poucos meses, o chefe do governo russo, confirmando o seu auxílio à defesa da China, acrescentava que o estenderia a qualquer outra nação agredida. Ora, isso, hoje, poderia resumir (...) um programa de política internacional, à vista da insegurança criada pelo fascismo e o nazismo, com a colaboração asiática do governo nipônico. A falta de cumprimento daquelas obrigações tão solenes (...) muito pode haver concorrido para gerar na Rússia o menosprezo pelos governos ocidentais faltosos".[38]

Portanto, Torres Gonçalves viu na falta de solidariedade entre os países integrantes da Liga (ou Sociedade) das Nações a causa da União Soviética ter estabelecido um pacto de não-agressão com a Alemanha, assim adotando uma política mais agressiva no plano internacional. Através do acordo, o governo de Moscou viu a possibilidade de consolidar sua posição no Oriente e de criar as condições para interferir mais ativamente nos negócios do Ocidente, inclusive através da partilha de territórios. Acerca do pacto russo-alemão, Torres Gonçalves observou ainda que ele "veio concorrer para dissipar ilusões muito freqüentes, posto que ingênuas, sobre pretendidos antagonismos de princípios entre os aludidos extremismos".[39]

Como se percebe, o positivista rio-grandino via mais similaridades do que diferenças entre os regimes políticos da União Soviética e da Alemanha, ambos caracterizados pelo totalitarismo. Deste modo, a União Soviética silenciou quando a Alemanha invadiu a Polônia, em setembro de 1939. Em contrapartida, quando a União Soviética invadiu a Finlândia, em 30 de novembro do mesmo ano, a Alemanha também se omitiu de apresentar qualquer restrição. O mesmo, porém, não ocorreu com Torres Gonçalves, que imediatamente escreveu um manifesto intitulado *Pela fraternidade universal – a agressão à Finlândia: mais um atentado de lesa-humanidade, estimulado pelas*

[38] Idem, p. 41-42.
[39] Idem, p. 46.

lutas fratricidas do Ocidente. No texto, publicado sob a forma de folheto e datado de 15 de dezembro, o positivista gaúcho comparou as ações expansionistas desenvolvidas por Alemanha, Itália e Rússia. No seu entender, como, de resto, no entender do conjunto da ortodoxia positivista, as duas primeiras nações mereceriam maior apreço, em função das contribuições que, no passado, haviam dado ao desenvolvimento da humanidade. Neste sentido, a condenação dos regimes em vigor na Itália e na Alemanha deveria ser mais vigorosa por parte dos demais governos ocidentais, pois maiores seriam os seus desvios em relação aos destinos históricos para elas concebidos por Auguste Comte:

> "Em face de tamanhas ameaças, não é possível fugir à realidade (...). No caso, requer que cada qual assuma a sua parte de colaboração na defesa coletiva, os governos como as simples pessoas. E isso supõe que ninguém se iluda entre os perigos do lado da Rússia, nação mais asiática do que européia, no conceito de Augusto Comte, sem passado notável a prestigiá-la, e os perigos incomparavelmente maiores da escravização pelas charlatanescas aberrações *fascista* e *nazista*, revivescência de velhos despotismos, mas ressurgidos em países de grande tradição".[40]

É interessante a qualificação de "charlatanesca" dada por Torres Gonçalves aos regimes políticos liderados por Mussolini e por Hitler, respectivamente na Itália e na Alemanha. De fato, num tempo em que os meios de comunicação audiovisuais – como o rádio e o cinema – se difundiram maciçamente pelas sociedades européias, os aspectos "teatrais" do exercício do poder ganharam importância. Os líderes dotados de carisma e que sabiam como utilizar tais recursos ampliavam a capacidade de penetração no imaginário coletivo, gerando manifestações de fanatismo e de histeria entre o povo cativado.[41]

No mesmo folheto, Torres Gonçalves também observou que a "neutralidade" alegada por alguns países para não se posicionarem acerca das invasões em curso era falsa, pois beneficiava os agressores, e não as vítimas. Deste modo, elogiou a posição adotada por Brasil, Argentina, Uruguai, Colôm-

[40] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela fraternidade universal – a agressão à Finlândia: mais um atentado de léza-humanidade, estimulado pelas lutas fratricidas do Ocidente*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1939, p. 4-5.
[41] Cf. LENHARO, *op. cit.,* p. 40-42.

bia e Equador no sentido de votarem pela exclusão russa da Sociedade das Nações.

No mês de março de 1940, em companhia de Ernesto de Otero e de Geonísio Curvello de Mendonça, Torres Gonçalves voltou a se manifestar acerca da invasão soviética na Finlândia. Na ocasião, os positivistas ortodoxos brasileiros lamentaram que a condenação do país agressor, por parte dos demais integrantes da Sociedade das Nações, tenha sido motivada mais por antipatia contra o regime político daquele do que por simpatia pelo país agredido, razão pela qual os governos da Itália e da Alemanha não haviam sido condenados quando perpetraram ações similares.[42]

Entretanto, os protestos contra a ocupação soviética da Finlândia não impediram que parte do território desta fosse incorporado pelo país invasor. Por outro lado, no princípio de 1940 a Alemanha deu continuidade a seu expansionismo territorial através da ocupação militar da Dinamarca e da Noruega, passando em seguida a se preparar para invadir os Países Baixos.

Deste modo, em maio de 1940, novamente em companhia de seus confrades positivistas Ernesto de Otero e Curvello de Mendonça, Torres Gonçalves publicou um folheto intitulado *Pela Humanidade! – a neutralidade como não-participação ativa apenas nas lutas fratricidas: a propósito dos recentíssimos atentados totalitarios, em curso, contra a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo, comprometendo cada dia mais a situação do Ocidente e da Terra*, no qual voltou a condenar a omissão dos governos ocidentais relativamente às invasões territoriais em curso na Europa:

> "(...) foi só por ocasião da invasão da Polônia que a França e a Inglaterra, sentindo a iminência do perigo em que isso as colocava, iniciaram a grande resistência que se prolonga. E foi no caso finlandês que começou a verificar-se um movimento geral de indignação intenso bastante para induzir numerosos governos a saírem da neutralidade absoluta, comprometedora, e fazerem a condenação do atentado. Mas já nos casos que logo se seguiram, da Dinamarca e da Noruega, a reação voltou a ser insignificante da

[42] O manifesto foi publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em sua edição de 26 de março de 1940, e no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em sua edição de 4 de abril do mesmo ano, sendo depois reproduzido em folheto. Cf. GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Pela Humanidade! – a verdadeira neutralidade: a propósito da agressão contra a Finlândia, iniciada e encerrada com completo menosprezo da Moral e da Razão, e comprometendo cada vez mais a situação da Terra, especialmente no Ocidente*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1940.

> parte dos neutros, em conseqüência sobretudo da funesta tolerância habitual (...) em relação aos países mais responsáveis".[43]

Encontrando escassa resistência interna e poucos protestos externos, a Alemanha consolidou a ocupação da Bélgica e da Holanda antes do final de maio de 1940, voltando-se então para a conquista do território francês. A conivência da França com o expansionismo germânico lhe custou caro. Com suas forças armadas desaparelhadas e mal preparadas, a França não conseguiu deter o avanço das forças alemãs, que rapidamente conquistaram o norte do país, chegando às proximidades de Paris logo na segunda semana de junho daquele ano.

Deste modo, no dia 14 de junho de 1940, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro publicou um manifesto intitulado "A hegemonia espiritual de Paris – Fluctuat nec mergitur", de autoria de Torres Gonçalves, Ernesto de Otero e Geonísio Curvello de Mendonça. Datado do dia anterior, o manifesto dos positivistas ortodoxos brasileiros alertava para a ameaça que pesava sobre a capital francesa:

> "Desgraçadamente (...) as hostes guerreiras de um dos *elementos fraternos* ocidentais, esquecido do *Passado comum* que os irmana iniludivelmente, como em 1914, em alucinação, após outros atentados preparatórios cometidos, invadem pacíficos povos vizinhos, de civilização superior, destroçando-lhes as propriedades e destruindo-lhes as vidas para abrir passagem e atingir (...) o alvo principal visado, o centro da civilização ocidental.
> Para cúmulo de desgraça da espécie, os pretendidos dirigentes atuais da Pátria gloriosa de César e de Dante, a segunda das nações da vanguarda do Ocidente, na classificação hierárquica do Fundador da Política Positiva, acabam de associar-se, fascinados pela mesma monstruosa obsessão de mando, a mesma infernal revolta contra o Passado, investindo igualmente, no mais sacrílego dos crimes de lesa-Humanidade, contra esse centro, a Capital da Terra, Paris!...".[44]

---

[43] GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Pela Humanidade! – a neutralidade como não-participação activa apenas nas lutas fratricidas: a proposito dos recentíssimos attentados totalitarios, em curso, contra a Belgica, a Hollanda e o Luxemburgo, compromettendo cada dia mais a situação do Occidente e da Terra*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1940, p. 2-3. O manifesto também foi publicado na edição do dia 19 de maio de 1940 do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, e na edição de 23 de maio do mesmo ano do Correio do Povo, de Porto Alegre.

[44] GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Pela Humanidade! A hegemonia espiritual de Paris – Fluctuat nec mergitur: a proposito da extensão da sanha destruidora à propria Capital da Terra.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1940, p. 2.

Como se percebe na passagem acima, era grande a revolta de Torres Gonçalves e de seus confrades da IPB com a iminente tomada de Paris pelas forças alemãs.[45] Os positivistas ortodoxos brasileiros também não se conformavam com a aliança entre a Itália e a Alemanha visando o domínio do continente europeu, pois entendiam que os dois países deveriam secundar a França na difusão do projeto político concebido por Auguste Comte, calcado na fraternidade das relações entre os povos. Portanto, fiéis à filosofia comtiana da história, acusavam os governos fascista e nazista de se revoltarem contra o passado.

Enquanto que o norte da França permaneceu sob administração alemã, no sul do país foi instalado um regime colaboracionista liderado pelo marechal Pétain, com a capital em Vichy. De outra parte, a União Soviética ocupou os territórios da Estônia, Letônia e Lituânia. Deste modo, com quase todo o território da Europa ocidental e central sob domínio das forças nazi-fascistas, enquanto as forças soviéticas ocupavam boa parte da Europa oriental, a resistência concentrou-se quase que unicamente na Inglaterra, alvo de freqüentes ataques aéreos partidos da Alemanha durante os anos de 1940 e 1941. Como na 1ª Guerra Mundial, um quarto de século antes, a França e a Inglaterra estavam em desvantagem militar relativamente às forças germânicas. Assim, novamente estes países se voltaram para os Estados Unidos, na esperança de reverter a tendência de derrota através do apoio vindo do outro lado do Atlântico.

Também Torres Gonçalves e os demais positivistas religiosos brasileiros acreditavam que apenas a intervenção norte-americana no conflito poderia derrotar os invasores nazi-fascistas. Deste modo, a propósito de um pronunciamento de solidariedade aos franceses feito pelo presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, ao confrades da IPB fizeram a seguinte

[45] O manifesto de Torres Gonçalves, Ernesto de Otero e Curvello de Mendonça foi escrito em 13 de junho, véspera da tomada de Paris pelas forças nazistas. Neste sentido, uma nota de rodapé alertava: "Ao terminarmos este escrito, Paris estava na véspera da ocupação alemã!... Avizinhava-se, pois, o perigo geral. Urge que todos que amam a Pátria se unam, ainda talvez os oceanos, na mais enérgica reação comum, por todos os meios, contra os modernos hunos". A nota não consta da publicação feita no *Jornal do Commercio* no dia 14 de junho, nem de sua reprodução no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, feita em 16 do mesmo mês, aparecendo apenas no folheto referido na nota anterior.

observação acerca da posição dos Estados Unidos relativamente ao conflito em andamento na Europa:

> "Por muito tempo acreditaram os atuais dirigentes da grande República Americana do norte poder seguir uma política de alheamento dos acontecimentos europeus. Porém, foram os atentados internacionais assumindo aceleradamente tal extensão e gravidade, nos últimos anos, que a intervenção neles tornou-se forçada (...). A formal promessa que fez [o presidente Roosevelt], de passar do apoio moral e intelectual, já prestado, ao apoio material, o maior possível, mesmo sem entrar na luta armada, corresponde a uma atitude de neutralidade real, *ativa*, baseada na distinção fundamental entre agressor e agredido. Traduz, ao mesmo tempo, o reconhecimento da América pelo que deve de gratidão à civilização ocidental, representada pelas nações da vanguarda, França, Itália, Península Ibérica, Inglaterra e Alemanha, sem confundi-las com os desvarios guerreiros dos governos de um momento. (...). Semelhante larga atitude política está destinada à maior repercussão internacional. Desde já, assegura ao governo americano do norte o prestígio necessário para intervir oportunamente no sentido de que a paz que se suceda à guerra seja uma paz real, fundada no mais escrupuloso respeito à independência política das nações quaisquer".[46]

As palavras de Torres Gonçalves e de seus confrades refletem a crescente hegemonia conquistada pelos Estados Unidos na política internacional desde a 1ª Guerra Mundial, além de revelarem a simpatia dos positivistas ortodoxos pelo regime político norte-americano. Aliás, tal simpatia remontava ao próprio Auguste Comte, admirador da precocidade republicana do país e da estabilidade de suas instituições políticas, apesar da adoção do sistema democrático de escolha dos governantes.[47]

Por outro lado, desejando difundir as concepções de Auguste Comte acerca das relações internacionais junto à opinião pública mundial, Torres Gonçalves traduziu para o francês os folhetos que havia escrito desde o início da guerra, em setembro de 1939, até o momento em que Paris havia sido tomada pelos alemães.[48]

---

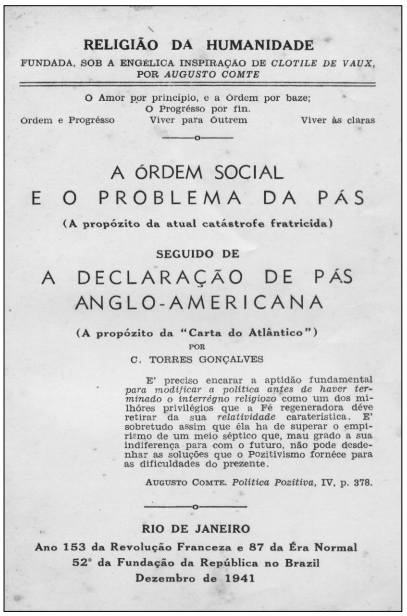
[46] GONÇALVES, *op. cit.,* p. 3-4 (o grifo é do original).

[47] Em 1816, com dezoito anos de idade, Comte desenvolveu tratativas para se transferir para os Estados Unidos após receber convite para lecionar em uma instituição de ensino que seria criada em Washington, seguindo o modelo da Escola Politécnica de Paris. Porém, o projeto acabou por não se concretizar. Cf. GOUHIER, Henri. *La vie d'Auguste Comte*. Paris: Vrin, 1997, cap. III ("Le mirage américain").

[48] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Pour l'Humanité! – La question de la neutralité: I – La vraie neutralité: a propos de l'agression contre la Finlande, commencé et terminé avec le plus complet mépris de la Morale et de la Raison, en conprommettant de plus en plus la situation de la Terre, surtout en Occident; II – La neutralité uniquement comme non-participation à la défense*

Entre 1940 e 1942, através de ofensivas da Alemanha e da Itália sobre áreas que antes estavam sob o domínio da Inglaterra e da França, a guerra se espalhou pela região balcânica, pelo norte da África e pelo Oriente Médio. De outra parte, no oceano Pacífico, o Japão invadiu e consolidou seu domínio em amplas partes do território chinês, na Coréia, no Vietnã, na Indonésia e numa infinidade de pequenas ilhas da Polinésia.

Em dezembro de 1941, momento em que a guerra havia se espalhado por todo o planeta, sem perspectiva de pacificação imediata, Torres Gonçalves



RELIGIÃO DA HUMANIDADE

FUNDADA, SOB A ENGELICA INSPIRAÇÃO DE *CLOTILE DE VAUX*, POR *AUGUSTO COMTE*

O Amor por principio, e a Ordem por baze;
O Progrésso por fin.
Ordem e Progrésso — Viver para Outrem — Viver às claras

A ÓRDEM SOCIAL
E O PROBLEMA DA PÁS
(A propózito da atual catástrofe fratricida)

SEGUIDO DE

A DECLARAÇÃO DE PÁS
ANGLO-AMERICANA
(A propózito da "Carta do Atlântico")

POR

C. TORRES GONÇALVES

E' preciso encarar a aptidão fundamental *para modificar a politica antes de haver terminado o interrégno religioso* como um dos milhôres privilégios que a Fé regeneradora déve retirar da sua *relatividade* caracteristica. E' sobretudo assim que ela ha de superar o empirismo de um meio séptico que, mau grado a sua indiferença para com o futuro, não pode desdenhar as soluções que o Positivismo fornéce para as dificuldades do prezente.

AUGUSTO COMTE. *Politica Pozitiva*, IV, p. 378.

RIO DE JANEIRO
Ano 153 da Revolução Franceza e 87 da Éra Normal
52° da Fundação da República no Brazil
Dezembro de 1941

publicou um pequeno livro intitulado *A ordem social e o problema da paz (a propósito da atual catástrofe fratricida)*. Ao contrário das publicações anteriores, geralmente de pequenas proporções, raramente superando vinte ou trinta páginas, esta obra possui mais de uma centena de páginas e não foi reproduzida em jornais. O livro divide-se em três capítulos. No primeiro, intitulado "A situação do Ocidente", Torres Gonçalves reafirmou os "diagnósticos" anteriormente apresentados acerca das causas da guerra e ratificou a caracterização do fascismo, do nazismo e do bolchevismo como formas de totalitarismo, apesar de suas diferenças. Em particular, o positivista gaúcho abordou a perseguição dos nazistas aos judeus:

> "Mas além da guerra, outros atos de superexcitação nacionalista estão sendo praticados pelo *nazismo*, com a conivência do *fascismo*. Dentre eles, o chamado *racismo*. É o pretenso fundamento etnográfico da perseguição aos judeus. Na verdade, fruto do consórcio da ignorância com a maldade. Ignorância biológica, sociológica e moral. O que prevalece, porém, é a penúria altruísta. Porque não há quem ignore a participação dos judeus na evolução da espécie, principalmente em sua adolescência, e quando os germanos jaziam na barbárie, de onde colaboraram para tirá-los.
> A só figura de São Paulo, o judeu incomparável, maravilha da raça humana, o Fundador da Doutrina que presidiu à evolução do

militaire: a propos de plus recents attentats totalitaires contre la Belgique, la Hollande et le Luxembourg, en particulier à propos du devoir des neutres d'appuyer les victimes, tant moralement qu'intellectuellement et matériallement; III – L'hégemonie spirituelle de Paris – Fluctuat nec mergitur: a propos de l'extension de la fureur destructive à da Capitale de la Terre. Rio de Janeiro: Église Positiviste du Brésil, 1940.

* Reprodução da capa do livro *A ordem social e o problema da paz*, publicado por Torres Gonçalves em 1941.

> Ocidente durante perto de um milênio [o cristianismo], e ainda continua a ampará-lo moralmente na transição revolucionária para a Fé científica, bastaria para justificar a eterna gratidão para com os judeus".[49]

Portanto, amparado nos escritos de Auguste Comte, Torres Gonçalves rejeitou o suposto embasamento científico (biológico, sociológico e etnológico) que justificaria a perseguição aos judeus por parte das populações germânicas. Neste sentido, o positivista gaúcho destacou a importância do povo judeu para a evolução cultural do Ocidente – inclusive das populações germânicas – desde os seus primórdios.

Na seqüência de sua argumentação, a propósito da transferência forçada de populações feita pela Alemanha como modo de isolar as distintas etnias, Torres Gonçalves passou a tratar, sob a ótica da filosofia comtiana, a questão racial de uma forma mais genérica. Neste sentido, afirmou:

> "Perante a política científica, a fusão dos povos e raças é tendência natural, a ser utilizada. Apenas não deve ser apressada artificialmente, entre outros motivos, em razão dos preconceitos ainda existentes, embaraçando uma justa apreciação das virtudes e dos defeitos das raças e povos, a ponto de tomar-se virtudes como defeitos, e vice-versa. O ideal é a formação de um tipo que resulte da fusão das raças e povos, que reuna em si, biologicamente, por hereditariedade, as melhores qualidades de cada um. É dos grandes problemas reservados ao Futuro".[50]

É interessante lembrar que, dentro das limitações do tempo e do meio, Torres Gonçalves procurou criar as condições para a realização de tal fusão entre as raças ao dirigir os trabalhos de colonização da região norte do Rio Grande do Sul, cuidando para que imigrantes de diversas etnias convivessem em uma mesma comunidade.[51]

No segundo capítulo de *A ordem social e o problema da paz*, intitulado "A ordem social como fraternidade entre as nações", Torres Gonçalves passou a apresentar propostas para a superação do conflito em que as nações estavam envolvidas. Neste sentido, o adepto da religião da Humanidade propôs o fracionamento pacífico das grandes nações em países não maiores do que Portugal e a dissolução dos impérios coloniais. De outra parte,

---

[49] GONÇALVES, Carlos Torres. *A órdem social e o problema da pás (a propózito da atual catástrofe fratricida), seguido de A declaração de pás anglo-americana (a propózito da "Carta do Atlântico").* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1941, p. 15 (os grifos são do original).
[50] Idem, p. 16.
[51] Conforme foi estudado no capítulo 4 do presente trabalho.

assinalou a inconveniência da idéia de se reunir em um só país os povos de mesma etnia, lembrando o exemplo verificado no continente americano, em que populações de uma mesma origem estavam pacificamente espalhadas em várias nações, e, por outro lado, o exemplo da Suíça, onde viviam harmoniosamente diversas populações distintas. Argumentou ainda que os regimes fascista e nazista só poderiam ser definitivamente extintos por iniciativas internas das populações italiana e alemã, respectivamente, sem interferência externa. Torres Gonçalves também defendeu a necessidade de criação de um organismo internacional de arbitramento dos conflitos entre os países, bem como a necessidade de extinguir a guerra econômica através da adoção da liberdade de produção e de circulação de mercadorias. Finalmente, o positivista brasileiro defendeu o desarmamento militar de todas as nações e a "aceitação de Paris como sede sociologicamente indicada para a celebração da paz".[52]

No terceiro e último capítulo do livreto, sob o título "A ordem social como fraternidade dentro da pátria", Torres Gonçalves mais uma vez ratificou sua crença de que apenas a adoção das soluções políticas propostas por Auguste Comte poderia assegurar a paz entre as nações e dentro delas. Deste modo, o positivista rio-grandino sugeriu a concentração dos poderes políticos – inclusive das funções legislativas – nas mãos dos governantes, afirmando que a aceitação do regime político ditatorial garantiria a manutenção da ordem material das sociedades. Por outro lado, também defendeu a separação entre os poderes temporal e espiritual, com a preservação das diversas liberdades (profissional, industrial, de pensamento e de exposição do mesmo, de culto e de reunião). No seu entender, essa seria a forma mais segura de viabilizar a incorporação do proletariado na sociedade.[53]

Em 8 de dezembro de 1941 o Japão realizou um ataque aéreo com pilotos suicidas sobre a base de Pearl Harbour, no Havaí, onde estava estacionada a frota naval norte-americana no oceano Pacífico. Em decorrência, os Estados Unidos declararam guerra ao Japão. Em solidariedade a este, a Itália e a Alemanha também declararam guerra aos Estados Unidos.[54]

---

[52] Cf. GONÇALVES, *op. cit.,* p. 27-59.
[53] Idem, p. 61-92.
[54] KINDER, Hermann & HILGEMANN, Werner. *Atlas histórico mundial*. Madrid: Ediciones Istmo, 1986, 2º volume, p. 239.

Ao entrar oficialmente na guerra, ainda antes do final de 1941, uma das primeiras medidas tomadas pelos Estados Unidos foi a convocação de uma reunião de chanceleres dos países do continente americano, através do qual procurou formar um bloco de apoio ao seu engajamento contra as forças do Eixo.

Logo em seguida, no dia 18 de janeiro de 1942, juntamente com seus confrades Ernesto de Otero e Geonísio Curvello de Mendonça, Torres Gonçalves publicou no *Jornal do Commercio,* do Rio de Janeiro, um manifesto intitulado "A América e a paz (a propósito da 3ª reunião de chanceleres das Repúblicas americanas)", enfocando a reunião de ministros das relações exteriores dos países da América que estava se realizando na capital brasileira. No texto, Torres Gonçalves e seus companheiros abordaram o recente ataque japonês aos Estados Unidos:

> "Em nosso Continente, a mais recente das agressões nipônicas, apoiada pela Itália e a Alemanha, vem de ter por efeito dissipar (...) os restos de ilusões sobre as intenções das atuais camadas dirigentes desses três infelizes países; em particular, sobre o perigo que ameaça diretamente as Américas. É o que se conclui da unânime solidariedade manifestada à nossa Irmã do Norte. Mas é preciso que signifique mais do que isso. É necessário que traduza o reconhecimento (...) de que, dado o entrelaçamento já atingido por tudo na Terra, as nações quaisquer não podem mais alhear-se à sorte umas das outras, e muito menos confundir (...) agredidos e agressores. Não podem desinteressar-se das ocorrências da Europa, a sede do grupo original da civilização ocidental, do qual as nações americanas somos apenas expansões agradecidas. Porque é lá, principalmente, em virtude justamente dos antecedentes históricos, que terá de continuar a se processar a evolução da espécie, de decidir-se, em definitivo, a passagem do regime teológico-militar, esgotado, para o regime do Futuro, científico-industrial-pacífico".[55]

No entender dos positivistas religiosos brasileiros, portanto, as nações do continente americano deveriam se solidarizar com a "irmã do norte", em função de seus laços comuns. Aliás, pelo mesmo motivo, deveriam abandonar o isolamento em que se mantinham e prestar solidariedade à Europa – particularmente à Inglaterra, centro da defesa contra as forças nazi-fascistas desde a tomada de Paris –, onde fatalmente ocorreria a vitória final do regime

[55] O artigo foi depois publicado sob a forma de folheto: GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *A America e a paz (a propósito da 3ª reunião de chanceleres das Repúblicas americanas)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1942, p. 3.

político "científico-industrial-pacífico" concebido por Auguste Comte, de acordo com a crença dos seguidores da religião da Humanidade.

Independentemente do apelo formulado pelos membros da IPB, todos os países do continente americano se alinharam com a posição dos Estados Unidos, apoiando as forças que combatiam a Alemanha, a Itália e o Japão. De outra parte, em junho de 1941, a Alemanha atacou a União Soviética sem aviso prévio, rompendo o acordo de não-agressão estabelecido em setembro de 1939. Segundo os estrategistas militares, foi um erro fatal para as forças nazistas, incapazes de manter tantas áreas de conflito ao mesmo tempo.[56] Com a entrada das forças norte-americanas no conflito, em breve espaço de tempo as forças do Eixo passaram da ofensiva para a defensiva.

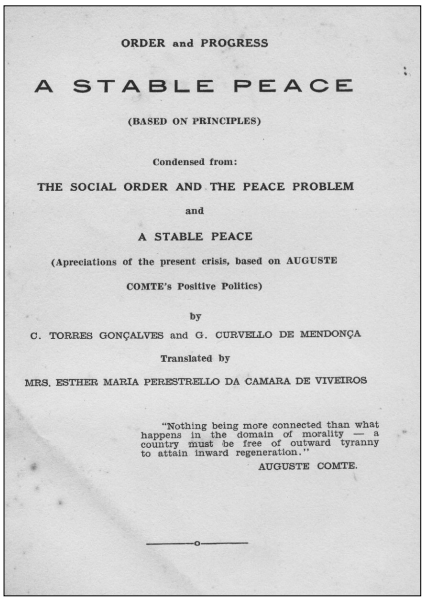
A propósito do especial apreço dos positivistas religiosos pela França – particularmente por Paris –, no dia 10 de agosto de 1942, data do sesquicentenário da fundação da República no país gaulês, Torres Gonçalves, Ernesto de Otero e Geonísio Curvello de Mendonça, em nome da Delegação Executiva da Igreja Positivista do Brasil, publicaram um folheto intitulado *A fundação da República em França – em comemoração da passagem do 150º aniversário (10 de agosto de 1792 – 10 de agosto de 1942)*, no qual reafirmaram o desejo de verem, brevemente, a "capital da Terra" liberta das tropas nazistas. Tratando do aniversário da deposição da monarquia e da implantação do regime político republicano na França, os positivistas brasileiros ratificaram sua preferência pelo sistema ditatorial ao sistema democrático, lembrando a grande instabilidade deste. No entender deles, o fundamental seria a garantia das liberdades fundamentais. Para comemorar aquela data, os adeptos da religião da Humanidade realizaram uma cerimônia diante do monumento a Benjamin Constant, o "fundador da República no Brasil", na Praça da Bandeira, Rio de Janeiro.[57]

A propósito de outro aniversário, o dos 450 anos da descoberta da América por Cristóvão Colombo, Torres Gonçalves, Ernesto de Otero e Geonísio Curvello de Mendonça publicaram no *Jornal do Commercio*, em sua edição de 12 de outubro de 1942, um manifesto em que lembraram que a

[56] Cf. VIZENTINI, *op. cit.,* p. 55-66.
[57] GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *A fundação da República em França – em comemoração da passagem do 150º aniversário (10 de agosto d 1792 – 10 de agosto de 1942).* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1942.

unificação do planeta vislumbrada pelo navegante genovês havia colocado as bases para que, três séculos e meio depois, Auguste Comte promovesse a unificação humana através da criação da religião positivista. Utilizando tal idéia como diretriz, os membros da IPB retomaram a análise da situação política mundial, elogiando a iniciativa dos governos inglês e norte-americano no sentido de abrirem mão de pretensos direitos jurisdicionais que teriam sobre partes do território chinês.[58]

Em março de 1943, juntamente com Curvello de Mendonça, Torres Gonçalves publicou um livreto chamado *A paz estável (de princípios) – a propósito do atual dilaceramento fratricida*, no qual teceu considerações sobre o andamento da guerra. Em particular, a obra refere a mudança verificada na opinião pública acerca da Rússia, até pouco tempo antes percebida como constituindo um perigo maior do que o representado pela Alemanha nazista, apesar da opinião em contrário dos positivistas religiosos. Na opinião do positivista rio-grandino, foram necessários os atentados racistas da Alemanha para evidenciar que o seu regime político se constituía na maior ameaça à humanidade.[59]


ORDER and PROGRESS

A STABLE PEACE

(BASED ON PRINCIPLES)

Condensed from:

THE SOCIAL ORDER AND THE PEACE PROBLEM

and

A STABLE PEACE

(Apreciations of the present crisis, based on AUGUSTE COMTE's Positive Politics)

by

C. TORRES GONÇALVES and G. CURVELLO DE MENDONÇA

Translated by

MRS. ESTHER MARIA PERESTRELLO DA CAMARA DE VIVEIROS

"Nothing being more connected than what happens in the domain of morality — a country must be free of outward tyranny to attain inward regeneration."

AUGUSTE COMTE.

Em seguida, no mesmo texto, Torres Gonçalves argumentou que a Rússia propôs o desarmamento geral dos países europeus após a 1ª Guerra Mundial, além de protestar na Liga (ou Sociedade) das Nações contra as agressões sofridas pela Abissínia, China e Espanha. Porém, não havendo reação das demais nações contra os países agressores, a Rússia procurou

* Reprodução de capa de folheto reunindo textos de Torres Gonçalves traduzidos para a língua inglesa, editado em 1943.

[58] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *A fraternidade universal: a propózito do 4º centenário e meio da descobérta da América, e a propózito da decizão que acábão de tomar Inglaterra e Estados Unidos do Nórte de integral respeito pelos territórios da República Chineza (12 outubro 1492 – 12 outubro 1942)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1942. Acerca dessa iniciativa anglo-americana, Torres Gonçalves escreveu uma carta ao chefe do executivo chinês Chiang-Kai-Shek, reproduzida no mesmo folheto.

[59] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonisio Curvello de. *A paz estável (de princípios) – a propózito do atual dilaceramento fratricida*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1943, p. 12-13. A partir deste folheto, os textos de Torres Gonçalves deixaram de contar com a subscrição de Ernesto de Otero, falecido poucos meses antes.

obter um tratado militar que a protegesse, assim surgindo o acordo com a Alemanha. Dando continuidade a seu raciocínio, o positivista sul-rio-grandense passou a tecer considerações acerca do papel que caberia à Rússia (como continuava a denominar à União Soviética) após o término da guerra:

> ”A Rússia, com sua participação atual na defesa comum, entra naturalmente para o grupo das nações que terão maior influência nos acontecimentos internacionais do após-guerra. E, sem a transformação geral reclamada na conduta das nações ocidentais, quaisquer que sejam as palavras fraternas que destas receba, é explicável que continue em expectativa, e não deposite nelas plena confiança. E enquanto esta não se estabelecer (...), continuará a atmosfera propícia aos dissídios, não se realizará o desarmamento geral, não ficarão afastados os perigos de novas lutas fratricidas”.[60]

Como se percebe, Torres Gonçalves anteviu o papel que a União Soviética desempenharia no cenário mundial após o encerramento da 2ª Guerra Mundial, bem como o clima político que se instalaria nas relações internacionais.

De outra parte, empenhado no sentido de interferir no rumo dos acontecimentos em curso no planeta, Torres Gonçalves solicitou à confreira positivista Esther de Viveiros que traduzisse algumas de suas publicações acerca do conflito em andamento para o inglês.[61]

Ainda no ano de 1943, novamente em companhia de Curvello de Mendonça, Torres Gonçalves publicou um folheto em que abordou o cancelamento da dívida de guerra que o Paraguai tinha com o Brasil desde 1870, antiga reivindicação dos positivistas ortodoxos brasileiros. Lembrou ainda que tal medida estava em sintonia com o condomínio das águas do rio Jaguarão e da lagoa Mirim entre o Uruguai e o Brasil, iniciativa tomada por este mais de trinta anos antes. Deste modo, Torres Gonçalves entendia que, mesmo com atraso, o Brasil estava dando um exemplo de fraternidade, princípio que deveria reger as relações internacionais.[62]

---

[60] Idem, p. 15.

[61] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonisio Curvello de. *A stable peace (based on principles) – condensed from: The social order and the peace problem and A stable peace (appreciations of the present crisis, based on Auguste Comte's Positive Politics).* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1943 (translated by Mrs. Esther Maria Perestrello da Câmara de Viveiros).

[62] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. *Pela fraternidade: Paraguai-Brazil – a propózito do recente ato do cancelamento da dívida de guerra do Paraguai, não impedindo o prosseguimento das comemorações oficiais de vitórias militares alcançadas em luta com a caríssima República Irman.* Rio de Janeiro: IPB, 1943.

Na edição de 23 de julho de 1943 do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, mais uma vez em companhia de Curvello de Mendonça, Torres Gonçalves voltou a tratar das condições em que, após a derrota do Eixo, ocorreria a pacificação mundial, alertando para que não se repetissem os equívocos que marcaram o armistício em 1918:

> "A paz concebida para poupar à espécie a repetição da catástrofe fratricida de há quarto de século falhou. (...). Eis como vimos a encontrar-nos de novo em luta fratricida e em face do mesmo problema da concepção e construção da paz. (...) Pretender-se assegurar a paz mediante certo número de nações grandes, combinadas entre si, poderosamente armadas, será alimentar a atmosfera de desconfianças entre todas, preparatória da guerra".[63]

Neste sentido, Torres Gonçalves chamou a atenção para a repulsa geral que havia na Ásia e na África pelo domínio colonial que as nações européias impunham desde o século XIX. Destacando o fato de que a Rússia seria mais asiática do que européia, segundo análise feita por Auguste Comte, Torres Gonçalves previu que o país se constituiria em um "invencível centro de reação das imensas populações orientais" contra as grandes potências ocidentais.[64]

A partir da chegada das forças norte-americanas à Normandia, região norte da França, no princípio de junho de 1944, o poder alemão no país começou a retroceder. Por outro lado, internamente, a partir do sul, a resistência francesa ao domínio nazista conseguiu impor pesadas baixas aos invasores. Deste modo, pouco mais de dois meses após o desembarque, as tropas norte-americanas chegaram a Paris.

Em 27 de agosto de 1944, poucos dias após a expulsão das forças alemãs da capital francesa, em conjunto com Curvello de Mendonça e com Alfredo de Moraes Filho, Torres Gonçalves publicou nas páginas do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, um manifesto intitulado "A libertação de Paris", no qual não escondeu seu entusiasmo com o fato:

> "Mais uma vez, a consoladora verdade vem de verificar-se: *o homem se agita e a humanidade o conduz*. Como na catástrofe de 1914, os sonhos de domínio do mundo vão se esboroando. Paris, a Capital da Terra, está liberta! *Fluctuat nec mergitur!* Mas quê de dores, quê de martírios, até chegar este momento! E a luta ainda não está finda!... Esmagada logo no início do inominável atentado pelas hordas

[63] GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonisio Curvello de. *A concepção da paz: ainda a propózito da persistência em preconceitos que continúão a embaraçá-la*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1944, p. 1-3.
[64] Idem, p. 6.

> mecanicamente brutalizadas e enfurecidas de um povo exposto ainda aos arrastamentos do fanatismo guerreiro, traída por muitos de seus filhos, e por outros, dominados de derrotismo, tida como irremissivelmente subjugada, a alma imortal da verdadeira França, da França de Santa Genoveva, de Joana d'Arc e de Danton, se concentrou em sua amargura infinita, preparando-se para a reação suprema, enquanto aguardava confiante o apoio exterior de outras poderosas nações igualmente ameaçadas".[65]

Portanto, referindo o lema parisiense "Fluctuat nec mergitur" – "flutua sem afundar", numa alusão ao fato de que a cidade foi erguida sobre um pântano –, Torres Gonçalves viu nele um prenúncio de que a capital francesa, inspirada pela "alma imortal da verdadeira França", fatalmente seria liberta do domínio nazista, apesar do pessimismo colaboracionista de muitos franceses.

De outra parte, olhando para o futuro, Torres Gonçalves acreditava que Paris retomaria seu papel de guia no caminho da emancipação humana em direção ao positivismo:

> "Que a França retome seu papel histórico incomparável na condução do Ocidente. Sua Capital, Paris, é o cérebro do Planeta. Ainda há menos de um século, foi ali que processou-se a mais portentosa das construções humanas, a um tempo, científica, filosófica e religiosa, tendo por órgão o maior dos seus filhos, Augusto Comte, assistido pela mais eminente das parisienses, Clotilde de Vaux – a construção que vem dar solução definitiva a todos os complexos problemas de nossos angustiosos dias, permitindo se transformem [sic] em grandes dias, de transição consciente para o Futuro. (...). Paris é a França, o Ocidente, a Terra".[66]

Entre o final de 1944 e o início de 1945, ficou evidente que a guerra terminaria com a vitória das forças aliadas sobre as forças da Alemanha, da Itália e do Japão, restando saber quanto tempo estas resistiriam.[67] Foi nesta perspectiva, já cogitando sobre as condições da futura ordem mundial, que, em 19 de janeiro de 1945, aniversário do nascimento de Auguste Comte, Torres Gonçalves e Curvello de Mendonça publicaram um folheto intitulado *A Humanidade acima da Pátria – ainda a propósito da concepção da paz e dos preconceitos que continuam a embaraçá-la*, no qual defenderam a idéia de que

---

[65] GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *A libertação de Paris*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1944, p. 1. Os grifos são do original. A frase em latim "fluctuat nec mergitur" (flutua sem afundar) é o lema de Paris e alude ao fato de que a cidade foi construída sobre um pântano.
[66] Idem, p. 4.
[67] PARKER, R. A. C. *El siglo XX – Europa (1918-1945)*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1986, p. 407-412.

os sentimentos nacionalistas seriam o principal obstáculo à pacificação definitiva da humanidade:

> "Perante a Moral, o que equivale dizer, perante a Religião normal, demonstrável, a conduta cívica individual, a conduta doméstica, a conduta cívica, a conduta planetária – tudo tem de ser referido à Trindade sociocrática, o Grão-Ser real: Família, Pátria, Humanidade.
> Individualmente, prezamos a vida como um dom cujo maior encanto reside em permitir-nos ser úteis, servir.
> Servir, subordinando-se o indivíduo à Família e a Família à Pátria, praticá-lo até o sacrifício, são já deveres geralmente aceitos.
> Porém, subordinar a Pátria à Humanidade – não obstante a condição fundamental da Paz na Terra – é dever raramente reconhecido e mais raramente ainda observado; posto que sempre, pelas grandes almas, pressentido".[68]

Deste modo, os positivistas ortodoxos brasileiros entendiam que os interesses da humanidade deveriam prevalecer sobre os interesses individuais, familiares e nacionais, o que ainda não teria se efetivado completamente em relação a estes últimos.

No entender de Torres Gonçalves e de Curvello de Mendonça, a rápida evolução dos meios de comunicação e o entrelaçamento dos interesses dos países fariam com que o planeta Terra fosse a "pátria comum dos homens", sendo a divisão em nações apenas uma necessidade político-administrativa. Neste sentido, defendiam a decomposição gradual, voluntária e pacífica das grandes nações em pequenas pátrias, de acordo com a proposta formulada por Auguste Comte.

Indo além, os membros da Igreja Positivista do Brasil também defenderam o abandono das políticas imperialistas desenvolvidas pelas nações européias na Ásia e na África. Argumentando que os argelinos deveriam sentir em relação aos franceses o mesmo que estes sentiram em relação aos alemães, Torres Gonçalves e Curvello de Mendonça aconselharam a França a conceder pacificamente a independência à Argélia. No mesmo sentido, defenderam que a Inglaterra restituísse Gibraltar à Espanha e que concedesse a independência à Índia. Na opinião dos autores, a Inglaterra e a França não poderiam desperdiçar a oportunidade de tomar a iniciativa de adotar tais medidas fraternas no sentido de promover a descolonização da Ásia e da

[68] GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonisio Curvello de. *A Humanidade acima da Pátria – ainda a propózito da concepção da paz e dos preconceitos que continuam a embaraçá-la*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1945, p. 5.

África, assim impedindo revoltas sangrentas e preservando a simpatia universal que haviam angariado na resistência ao nazi-fascismo. [69]

De outra parte, Torres Gonçalves e Curvello de Mendonça fizeram considerações acerca da discussão em andamento visando a criação de um organismo supranacional que, detendo o monopólio da força, buscaria assegurar a paz no planeta:

> "A concepção de certo número de nações grandes, poderosamente armadas, erigidas em 'Conselho de Segurança', como o principal aparelho para o estabelecimento da paz na Terra, baseada na força, em vez de princípios, destituída de sentido político e de alcance moral, virá antes agravar os perigos. Que autoridade terá tal Conselho a não ser a da sua força material?".[70]

Portanto, antes mesmo do encerramento da 2ª Guerra Mundial e do surgimento formal da Organização das Nações Unidas (ONU), os positivistas religiosos brasileiros já questionavam os parâmetros de estruturação da futura entidade, em que os países que dispusessem de maior quantidade de armas comporiam uma cúpula – o "Conselho de Segurança – que imporia os seus termos de paz aos outros.

De fato, no início de 1945 a Alemanha já estava cercada pelas forças norte-americanas, britânicas e francesas, por um lado, e, por outro lado, pelas forças soviéticas. De outra parte, em meados do ano anterior o regime fascista havia caído na Itália. Dos países do Eixo, apenas o Japão ainda demonstrava condições de prolongar o conflito por mais tempo, assim mesmo, restrito somente ao oceano Pacífico.

Acerca da divisão do mundo em dois blocos políticos e econômicos, em germinação antes mesmo do final do conflito, Torres Gonçalves e Curvello de Mendonça observaram que as raízes dessa situação estavam na interferência dos países ocidentais no Oriente durante os séculos anteriores, o que motivaria a busca soviética de se expandir em direção ao Ocidente. Deste modo, os positivistas brasileiros criticaram os termos da pacificação, que mantinha o colonialismo europeu:

> "Nenhuma medida anunciada para dissipar as antipatias, senão o ódio ao Ocidente, por parte das nações asiáticas, representando dois terços das populações da Terra. E isso quando a Rússia, mais oriental do que ocidental, jamais se conformou com a intromissão

[69] Idem, p. 14-15.
[70] Idem, p. 6.

> européia no Oriente, e menos ainda se confomará hoje. Isso quando essa intromissão e mais as cegas hostilidades de que foi vítima, por tanto tempo, não a tranqüilizam, e nem as tardias modificações sobrevindas glorificando sua participação na comum defesa e encarecendo sua colaboração na reconstrução futura. É o que bem denuncia o seu plano perseverante de multiplicar a conquista de 'posições estratégicas' do lado do Ocidente!...".[71]

Antevendo o papel central que seria desempenhado pela União Soviética na política internacional durante os anos que se seguiriam à 2ª Guerra Mundial, os autores alertaram para a atração que o seu modelo político exercia sobre parte dos dirigentes ocidentais. Neste sentido, temiam que a inflluência soviética não ficasse restrita à Ásia, também originando revoltas proletárias nos países europeus e americanos, motivadas pelo desconhecimento da "política científica" formulada por Auguste Comte:

> A admiração das atuais camadas dirigentes ocidentais pela Rússia soviética (após sua demonstração de força, pois que antes menosprezada, hostilizada), poderá vir a ser outro estímulo à revolta geral iminente. Mas a explicação essencial de tal perspectiva reside na ausência das grandes medidas preventivas, de base científica, únicas que poderiam havê-la dissipado, se aplicadas em tempo. Aconselhadas pelo fundador da POLÍTICA POSITIVA, há perto de um século, e, depois, por discípulos, recordadas, têm sido sempre menosprezadas".[72]

Embora se possa questionar o receituário proposto pelos positivistas religiosos brasileiros para a solução dos problemas que antecederam e que sucederiam a 2ª Guerra Mundial, não se pode negar que eles conseguiram vislumbrar, em linhas gerais, o panorama que se instalaria nas relações políticas internacionais durante as décadas seguintes, como se verá na continuidade.

9.3 – A Guerra Fria nos folhetos de Torres Gonçalves

A 2ª Guerra Mundial foi concluída através da capitulação japonesa, em 2 de setembro de 1945. Para isso foram determinantes os ataques com bombas atômicas realizados pelos Estados Unidos sobre Hiroshima e Nagasaki, nos dias 6 e 9 de agosto, respectivamente, ocasionando a morte de mais de duzentas mil pessoas e ferimentos em outras tantas. Estima-se que cerca de

[71] Idem, p. 17-18.
[72] Idem, p. 18 (o grifo é do original).

55 milhões de pessoas morreram em todo o mundo durante os seis anos do conflito, colocando-o assim como o maior morticínio humano de toda a história.[73]

Entre os meses finais de 1945 e iniciais de 1946, Torres Gonçalves não publicou nenhum texto sobre a utilização de armas nucleares por parte dos Estados Unidos ou sobre o encerramento formal do conflito. Talvez isso tenha ocorrido porque sua atenção estava voltada para a situação interna do Brasil, onde Getúlio Vargas foi deposto depois de quinze anos no poder.[74] Mas é possível também que o positivista gaúcho estivesse aguardando que a nova situação se consolidasse.

Torres Gonçalves rompeu seu curto silêncio em 11 de março de 1946, quando, a propósito da Conferência Mundial da Juventude, que acabara de ocorrer em Londres, teceu o seguinte comentário, publicado no jornal carioca *O Globo*:

> "A atitude dos jovens delegados britânicos, reclamando a libertação das colônias, e a dos delegados americanos, contra o segredo da nova enorme força obtida da desintegração provocada de certos corpos (conduzindo à impropriamente denominada 'bomba atômica'), são manifestações espontâneas de imperativos da suprema lei humana – a lei da fraternidade -, não mais admitindo restrições nem adiamentos em sua observância".[75]

Relativamente ao primeiro aspecto referido, isto é, a reivindicação da juventude britânica no sentido de que o governo de seu país pusesse fim à política colonial, ela começou a se concretizar já no ano seguinte, quando a Índia obteve sua independência. Ainda antes do final da década de 1940, ocorreu a descolonização pacífica da Birmânia e da Malásia, no continente asiático, enquanto que, na década de 1950, a Inglaterra concedeu a independência às suas colônias africanas.[76]

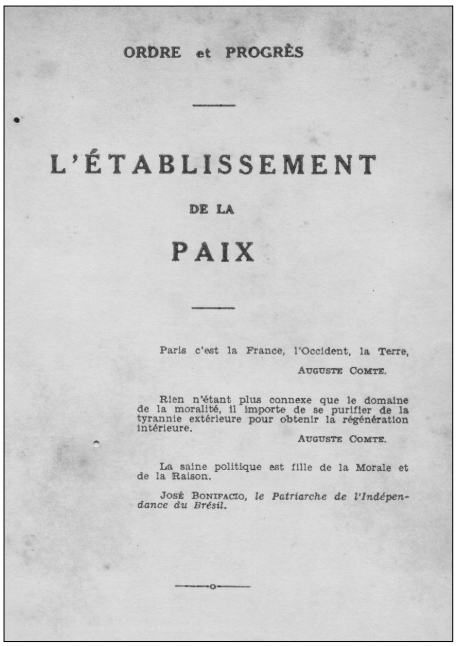
De outra parte, não surtiu efeito a pressão da juventude norte-americana para que o governo de seu país divulgasse o princípio da bomba atômica para que este fosse colocado à serviço da fraternidade universal.

---

[73] Cf. KINDER & HILGEMANN, *op. cit.,* p. 239-240.
[74] Conforme foi analisado no capítulo 6 desta tese.
[75] *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de março de 1946 (recorte de jornal pertencente ao ACTG).
[76] Cf. LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 66-80.

De qualquer forma, não deixa de chamar a atenção a sintonia existente entre as idéias de Torres Gonçalves – formuladas a partir de uma tentativa de adaptação aos novos tempos da filosofia comtiana – e as propostas defendidas pelos jovens anglo-americanos que se fizerem representar na Conferência Mundial da Juventude.

Em 14 de julho de 1946 – data cara aos positivistas e aos republicanos -, Torres Gonçalves publicou um folheto intitulado *L'établissement de la paix*, cuja tradução para o francês foi feita por Esther de Viveiros, confreira da Igreja Positivista do Brasil. Aliás, a versão para a língua francesa indica a intenção de intervir diretamente no centro dos debates acerca da nova ordem mundial que estava se constituindo. O folheto teve por mote o livro intitulado "Anatomie de la paix", publicado nos Estados Unidos por Emery Reves, cujo tema central era a discussão acerca das condições para o estabelecimento de uma paz duradoura. Encontrando vários pontos em comum entre o livro de Reves e as proposições políticas de Auguste Comte (embora aquele não citasse este), Torres Gonçalves se deteve particularmente na proposta de criação de um governo mundial.



ORDRE et PROGRÈS

L'ÉTABLISSEMENT

DE LA

PAIX

Paris c'est la France, l'Occident, la Terre,
AUGUSTE COMTE.

Rien n'étant plus connexe que le domaine de la moralité, il importe de se purifier de la tyrannie extérieure pour obtenir la régénération intérieure.
AUGUSTE COMTE.

La saine politique est fille de la Morale et de la Raison.
JOSÉ BONIFACIO, *le Patriarche de l'Indépendance du Brésil.*

Neste sentido, Torres Gonçalves elencou uma série de pré-requisitos à constituição de uma paz estável que deveriam ser respeitados por um governo supranacional: abolição dos impérios coloniais; fim da incorporação de novos territórios e respeito às atuais fronteiras; reduzir ao mínimo o tempo de ocupação militar dos países vencidos; respeito aos laços voluntários estabelecidos entre nações livres; preservação da liberdade econômica e das liberdades individuais.[77]

Indo além, o positivista sul-rio-grandense referiu que o governo mundial, cuja criação estava sendo cogitada, teria a delicada missão de encaminhar a

[77] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *L'établissement de la paix*. Rio de Janeiro: IPB, 1946, p. 8-12.

* Reprodução da capa do folheto referido na nota anterior.

transição do “regime teológico-militar” para o “regime científico-industrial-pacífico”. Deste modo, sua direção deveria caber às nações da vanguarda da humanidade (França, Itália, Espanha, Inglaterra e Alemanha), e não aos países orientais, pois aquelas já teriam feito, ao longo dos últimos séculos, as conquistas intelectuais, industriais e morais necessárias à emancipação humana.[78]

No princípio de 1947, Torres Gonçalves publicou um folheto intitulado *Pozitivismo e comunismo – a propósito do surto comunista*. Efetivamente, a doutrina formulada por Karl Marx havia se difundido amplamente durante a primeira metade do século XX. Ao final da 2ª Guerra Mundial, todo o leste da Europa ficou na área de influência da União Soviética, que impôs regimes comunistas na Alemanha Oriental, na Polônia, na Hungria, na Tchecoslováquia, na Romênia, na Bulgária, na Iugoslávia e na Albânia. De outra parte, o comunismo encontrou larga adesão entre a intelectualidade e entre lideranças dos trabalhadores em países da Europa ocidental, da América Latina, da Ásia e mesmo da África.

Desta forma, no folheto mencionado Torres Gonçalves reconheceu o caráter progressista do comunismo na Rússia, relativamente ao regime czarista anteriormente em vigor. Porém, assinalou que no Ocidente ele constituiria um retrocesso, pois, como todos os regimes totalitários, não asseguraria as liberdades elementares. Analisando especificamente a propaganda desenvolvida pelos partidos comunistas na Europa e na América Latina, particularmente no Brasil, o positivista gaúcho assinalou:

---

[78] Torres Gonçalves assim caracterizou a quem deveria caber a direção do governo mundial e qual seria a sua tarefa: “Il est facile de comprendre que la direction d’un tel mouvement rénovateur ne peut être la tâche d’aucun peuple oriental. Elle appartient à l’Occident, au groupe de nations de l’avant-garde de l’Humanité, préparé par des siècles d’efforts immenses, dans tous les domaines, ce qui leur a permis de remporter les précieuses conquêtes intellectuelles, industrielles et morales qui sont leur plus grande gloire et feront demain notre plus grand bonheur – quand elles seront suffisament répandues et suffisament disciplinées, sous un régime privé et publique institué sous le lumières de la Morale Théorique, c’est à dire, la connaissance systématique le l’organisation cérébrale humaine. C’est seulement alors qu’un Gouvernement Mondial pourra être vraiment constitué, un gouvernement qui ne pourra être que d’ordre spirituel, librement né et librement adopté. Ce sera la reconstruction, dans sa forme définitive, de la plus majestueuse organisation du Passé médieval. Elle sera de même destinée – avec plus d’autorité et une grande extension – à régler l’existence humaine, personnelle, domestique, civique, planétaire. Elle existe en germe aujourd’hui, mais son développement dépend de l’ascendent graduel de la Foi scientifique, qui s’élève des simples lois numériques aux complexes lois sociales et morales”. In: GONÇALVES, *op. cit.,* p. 17.

> "Acena essa propaganda com liberdades e com vantagens materiais de toda sorte. Omite, porém, o que se passa no modelo russo: a escravização geral (...); a inexistência das mais preciosas liberdades; o rebaixamento do nível da Mulher, tornada, como o homem, máquina de trabalho, como ele supervisionada pelo Estado. Admite a greve, enquanto precisa dela para a sua propaganda, pois que não é admitida na Rússia e nem consta do 'programa mínimo' do partido.
> É uma propaganda feita por processos ilusionistas, de sedução das massas, em que os princípios promotores estão dominados de fanatismo, pelo apoio incondicional a quanto sai da Rússia, o que tira ao seu partido o caráter de organização nacional. Não cuidam em examinar se atos e atitudes do governo russo ferem os sentimentos, interesses ou necessidades legítimos de outras nações, da própria Pátria".[79]

Portanto, analisando as táticas políticas adotadas pelos partidos comunistas ocidentais, Torres Gonçalves assinalou a submissão deles aos interesses da União Soviética. Aliás, cabe lembrar que tal situação tocava o positivista gaúcho de perto, pois Luís Carlos Prestes, principal liderança comunista no Brasil, era sobrinho de seu falecido amigo e confrade Felizardo Júnior, com cuja família continuou a manter estreitas relações por toda a vida.

De outra parte, refletindo a bipolaridade que marcou as décadas seguintes à 2ª Guerra Mundial, opondo os Estados Unidos e a União Soviética, Torres Gonçalves fez a seguinte observação:

> "Devemos ainda mencionar outra irritante atitude bolchevista. Queremos referir-nos à sua tentativa de desprestigiar os Estados Unidos no conceito especialmente das nações latino-americanas. É tanto mais condenável quanto extremamente delicada continua a situação internacional (...). Quem esteja verdadeiramente animado de sentimentos de fraternidade universal, longe de procurar azedar as relações entre os povos, esforçar-se-á por esclarecê-las e dissipar os motivos ou pretextos de desconfianças. Nenhum povo é isento de culpas, mesmo de culpas atuais, conforme temos tido ocasião de assinalar mais de uma vez. Porém, tudo considerado, não se pode deixar de reconhecer nos Estados Unidos um dos países que mais têm contribuído e continua a contribuir para a melhora das relações internacionais".[80]

Como se pode perceber, Torres Gonçalves não hesitou em se posicionar ao lado dos Estados Unidos – e contra a União Soviética – no conflito político e

---

[79] GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. *Pozitivismo e comunismo – a propózito do surto comunista*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1947, p. 9-10.
[80] Idem, p. 10-11.

ideológico que marcou o pós-guerra. Tal atitude encontrava amparo em publicações feitas por Teixeira Mendes durante a 1ª Guerra Mundial, quando o vice-diretor da IPB colocou-se ao lado do bloco constituído pela Inglaterra e pela França (posteriormente com a adesão norte-americana) contra as forças lideradas pela Alemanha. De outra parte, o recente esforço dos Estados Unidos no sentido de libertar Paris e a França do domínio nazista fez com que os seguidores da religião da Humanidade tivessem uma dívida de gratidão com o governo norte-americano.

Pouco depois da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida ainda em 1945, as duas superpotências militares que se configuraram durante a 2ª Guerra Mundial passaram a estruturar blocos de solidariedade política, militar e econômica. Deste modo, como ocorrera em 1942, os Estados Unidos tomaram a iniciativa de convocar uma nova conferência de chanceleres dos países americanos. O encontro ocorreu no Rio de Janeiro, no princípio do segundo semestre de 1947. Mais uma vez, Torres Gonçalves não deixou passar a oportunidade para reiterar suas posições acerca dos critérios que deveriam nortear as relações internacionais. Desta forma, em companhia de Curvello de Mendonça, Torres Gonçalves publicou no *Jornal de Debates*, do Rio de Janeiro, em sua edição de 4 de julho de 1947, um manifesto intitulado "A conferência dos chanceleres das repúblicas americanas do Rio de Janeiro". No texto, o positivista gaúcho lembrou que os países do continente americano possuíam raízes comuns no continente europeu, ao qual deveriam secundar na implantação de um regime "científico-industrial-pacífico". Deste modo, também deveriam manter relações fraternas entre si.[81]

No ano seguinte, através de novo encontro de chanceleres dos países americanos, realizado na Colômbia, foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), através da qual os países do continente se comprometeram a defender conjuntamente qualquer de seus membros que

[81] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. *A conferência dos chanceléres das Repúblicas americanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1947. O manifesto também foi publicado no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em sua edição de 27 de julho de 1947.

fosse atacado militarmente. Evidentemente, a supremacia dentro da OEA pertencia aos Estados Unidos.[82]

De outra parte, os Estados Unidos também tomaram a iniciativa de estruturar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), acordo de natureza militar com os países da Europa ocidental que estavam em sua área de influência. A propósito da criação da OTAN, Torres Gonçalves publicou um folheto em que afirmou que tal iniciativa era necessária, face ao clima de desconfiança que existia nas relações do Ocidente com o Oriente, particularmente com a União Soviética (ou Rússia). No seu entender, somente quando medidas fraternas fossem adotadas nas relações internacionais, levando ao abandono dos impérios coloniais, é que o "pacto" se tornaria inútil.[83]

Por outro lado, em contraposição à criação da OEA e da OTAN por iniciativa norte-americana, a União Soviética se mobilizou no sentido de formar um bloco econômico e militar que a unisse aos países comunistas da Europa oriental. Neste sentido, nos anos que seguintes ao término da 2ª Guerra Mundial, foram estruturados o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON) e a organização militar do Pacto de Varsóvia.[84]

A propósito, outra característica marcante das décadas seguintes ao término da 2ª Guerra Mundial é que as duas superpotências detentoras de armas nucleares não se defrontaram diretamente. Os territórios da União

---

[82] Cf. THIBAULT, Pierre. *O tempo da contestação (1948-1949)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982, p. 228.

[83] O artigo de Torres Gonçalves sobre a criação da OTAN foi publicado originalmente na edição de 4 de maio de 1949 do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. Posteriormente, Torres Gonçalves traduziu o artigo para o francês (numa versão revista e corrigida por Edgard Libger-Belair) e o publicou, juntamente com outro folheto sobre a expropriação de indústrias alemãs no vale do rio Ruhr, no seguinte folheto: GONÇALVES, Carlos Torres. *Pour la fraternité universelle: I – Incompatibilité de la paix avec toute politique contradictoire (spécialement à propos des empires coloniaux et de l'internationalisation de la Ruhr; II – Le pacte de l'Atlantique Nord (as necessité, malgré son incohérence)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1949. Acerca da necessidade momentânea da OTAN para se contrapor à Rússia, Torres Gonçalves teceu o seguinte comentário: "Jusqu'à ce qu'un certain nombre de mesures propres à établir la confiance soient adoptées, le 'Pacte de l'Atlantique Nord' restera nécessaire, puisque subsisteront les soupçons mutuels entre la Russie (l'Orient plutôt) et L'Occident. Mais ces mesures fraternelles une fois adoptées, surtout l'abandon des empires coloniaux, le 'Pacte' ne tardera pas à devenir inutile, aussi bien que toutes les dispositions fondées sur la méfiance, l'hostilité, les compétitions économiques et la peur de la guerre". In: GONÇALVES, *op. cit.,* p. 30.

[84] Em companhia de Curvello de Mendonça, Torres Gonçalves publicou na edição de 5 de março de 1948 do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, um manifesto intitulado "Pela fraternidade universal: a pressão de nações fortes sobre outras fracas militarmente", no qual criticou a atitude da União Soviética no sentido de pressionar a Finlândia a aderir ao bloco econômico e militar por ela liderado.

Soviética, dos Estados Unidos e da Europa não foram palcos de guerras no período em questão. Porém, na busca por aliados entre os países periféricos – do chamado "Terceiro Mundo" –, os dois blocos de poder fomentaram diversos conflitos internacionais e intranacionais por todo o globo terrestre. Deste modo, se generalizou o uso da expressão "Guerra Fria" para caracterizar o período histórico iniciado em 1945.[85]

Em 1949 a guerrilha comunista tomou o poder na China, nação mais populosa da Terra. Em contrapartida, os Estados Unidos, a Inglaterra e a França – que, juntamente com a União Soviética, compunham o Conselho de Segurança da ONU – não reconheceram o novo governo chinês e procuraram impedir a participação do país no órgão supranacional. Deste modo, a China procurou consolidar sua posição ao estabelecer uma aliança com a União Soviética. De outra parte, os oposicionistas ao regime comunista chinês se deslocaram para a ilha de Formosa (Taiwan), onde instalaram um governo pró-americano.[86]

Como era previsível, Torres Gonçalves não se furtou de tratar da nova situação chinesa e também do conflito que estava se esboçando entre o regime comunista da Coréia do Norte e o regime capitalista da Coréia do Sul. Neste sentido, o positivista rio-grandino publicou, em junho de 1951, um texto intitulado *Orient et Occident (spécialement à propos des cas de la Corée et de la Chine).* Após lembrar que o pensamento de Confúcio – largamente difundido na China – propunha o culto dos ancestrais e o amor à paz, Torres Gonçalves afirmou que os chineses tendiam para o "comunismo social", que pretende "legitimamente fazer dos bens materiais o patrimônio de todos os humanos". De outra parte, lembrando que, na busca da paz e do estabelecimento de relações fraternas entre os povos, a Declaração Universal dos Direitos do Homem – documento que serviu de base para a criação da ONU – proclamou a "liberdade de todos os membros da família humana, sem distinção de raça, de cor, de sexo, de língua, de opinião política, de situação econômica ou de nascimento", Torres Gonçalves assinalou que o organismo supranacional

[85] Cf. HOBSBAWM, *op. cit.*, p. 14. Sobre o assunto, ver também VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à crise (1945-1990)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1990; e BENZ, Wolfgang & GRAML, Hermann. *El siglo XX – Problemas mundiales entre los dos bloques de poder*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
[86] Cf. KINDER & HILGEMANN, *op. cit.,* p. 255.

violava seus próprios princípios ao não reconhecer o novo governo chinês e ao silenciar sobre o fato de que países ocidentais (que integravam a entidade) mantinham colônias sob seu jugo.[87]

Relativamente à situação da Coréia, dividida em duas ao término da 2ª Guerra Mundial, divergências em torno do ponto onde deveria ficar a linha divisória entre ambas acabaram levando à guerra, iniciada em 1950. Contando com o apoio da China, as forças norte-coreanas avançaram sobre o território sul-coreano, fazendo com que o governo deste país solicitasse a intervenção dos Estados Unidos. Ainda naquele ano, a ONU declarou a Coréia do Norte como país agressor e enviou tropas de quinze países para lutar ao lado do governo da Coréia do Sul.[88] Sobre o conflito na Coréia, Torres Gonçalves observou que a divisão do país em duas partes, uma sob a tutela da Rússia e da China (com a qual fazia fronteira) e outra sob a égide norte-americana, se chocava com o sentimento nacional de sua população, que jamais renunciara a sua independência e a sua unidade. Deste modo, mais cedo ou mais tarde, os coreanos do sul e do norte voltariam a se unir, face às irresistíveis "bases políticas e morais" que compartilhavam.[89]

No mesmo folheto, Torres Gonçalves tratou ainda das infrutíferas negociações entre os governos dos Estados Unidos e da União Soviética no sentido de reduzir ou extinguir as bombas atômicas que ambos os países possuíam em seus arsenais bélicos. O engenheiro gaúcho observou que, para assegurar a paz, não bastava apenas restringir a produção de armas nucleares. Também seria necessária a destruição de submarinos de guerra, de aviões de combate, de armamentos convencionais e de armas químicas e biológicas. Porém, os arraigados sentimentos nacionalistas impediriam que a

---

[87] GONÇALVES, Carlos Torres. *Pour la fraternité universelle: I – Orient et Occident (spécialement à propos des cas de la Corée et de la Chine); II – Paix, et non "apaisement".* Rio de Janeiro: IPB, 1951, p. 3-4. Acerca da Declaração Universal dos Direitos do Homem, Torres Gonçalves observou ainda que a noção de "direito" teria origens divinas. No seu entender, ratificando a opinião de Auguste Comte, os seres humanos nascem carregados de dívidas com a família, a pátria e a humanidade. Deste modo, o positivista gaúcho propôs que o documento da ONU fosse revisto e passasse a se chamar "Declaração de garantia de liberdade e de proteção dos indivíduos sobre toda a Terra". Cf. GONÇALVES, op. cit., p. 4-5.

[88] Cf. KINDER & HILGEMANN, *op. cit.,* p. 256-257.

[89] Cf. GONÇALVES, *op. cit.,* p. 5. Segundo o positivista sul-rio-grandense, a Alemanha, então também dividida em duas, voltaria a se unificar brevemente, graças à "união espiritual" de seu povo.

comunidade internacional realizasse o controle dos armamentos que cada país possuía.[90]

De outra parte, ainda naquele mesmo folheto acerca da situação política na Coréia e na China, Torres Gonçalves fez uma rápida referência à iniciativa do presidente norte-americano Harry Truman de se opor à chamada "guerra preventiva", que, no entender do positivista brasileiro, seria apenas uma forma de tentar justificar a guerra, "a pior das calamidades sociais". Torres Gonçalves também elogiou Truman por haver vetado um projeto de lei de combate ao comunismo, entendendo que tal medida, caso se materializasse, configuraria uma intromissão do poder temporal em assunto que não lhe competiria, atentando contra a liberdade de pensamento. Neste sentido, em companhia dos confrades positivistas Cândido Rondon, Américo de Viveiros, Geonísio Curvello de Mendonça e Venâncio Neiva, Torres Gonçalves enviou uma carta de parabenização ao presidente norte-americano pela posição adotada.[91]

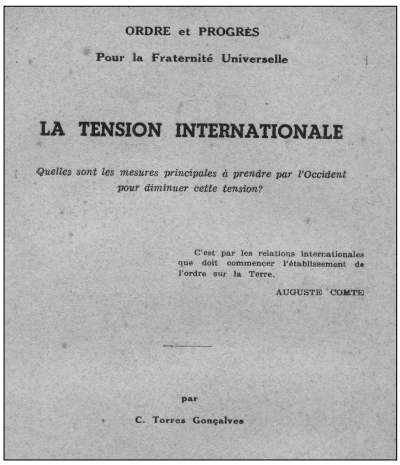
---

[90] Sobre as discussões entre os Estados Unidos e a União Soviética para promover o mútuo desarmamento, com notável atualidade nos dias atuais, Torres Gonçalves assim se manifestou: "(...) ce ne sera pas non plus par la proscription de la 'bombe atomique' qu'il sera possible (...) d'éliminer la guerre. Une telle proposition ne peut être que le fait d'un ingénu, ou de qui redoute son emploi par les autres. La paix ne dépend pas plus de cette proscription que de celle des autres armes les plus terribles, comme les sous-marins, les avions, les gaz, les germes de maladies; pas plus qu'elle ne peut être obtenue par une réduction des armements. Les Etats-Unis ont fait dernièrement des contre-propositions précises, dans ce sens, aux propositions de Moscou. A la proposition de Moscou de proscrire la 'bombe atomique', ils ont fait la contre-proposition de supprimer toutes les armes de guerre. La proposition de réduction des armements a provoqué le contre-proposition du désarmement complet, à condition qu'il soit général et simultané. Mais il y a été ajouté, naturellement, une troisième condition préalable, à savoir, dans chaque pays, le contrôle, par les autres gouvernements, de l'exécution effective d'un tel engagement. C'est cette dernière exigende qui a été, invariablement, repoussée par les gouvernements bolchévistes, sous prétexte qu'elle portait atteinte à la souveraineté des nations (...)". In: GONÇALVES, *op. cit.,* p. 9.

[91] Datada de 25 de setembro de 1951, a carta dos positivistas religiosos brasileiros ao presidente norte-americano dizia: "En condamnant la soi-disant 'guerre préventive', et en opposant votre 'VETO' au projet de loi contre le communisme, vous avez agi d'accord avec les préceptes de la POLITIQUE POSITIVE, de prévision, dont AUGUSTE COMTE est le Fondateur. La 'guerre préventive' ne saurait établir la Paix. Elle ne serait, au contraire, qu'une reconnaissance de la légitimité du plus grand des fléaux sociaux, contraire à la Morale autant qu'à la Raison: la destruction mutuelle et collective des humains qu'on appelle *la guerrre*. D'ailleurs, les problèmes actuels sont trop compliqués pour être résolus par la guerre. Celle-ci ne saurait être qu'un recours momentané, et profondément douloureux, qui ne peut se justifier que comme mesure destinée à s'opposer à une guerre effective, comme c'est le cas pour la Corée du Sud envahie par les armées de la Corée du Nord; et comme ce serait également le cas si les forces armées de l'Allemagne Orientale envahissaient l'Allemagne Occidentale, ou inversement. Par ailleurs, nous déplorons profondément que votre VETO ait été rejeté par le Congrès Américain. Bien que le communisme-bolcheviste russe ne soit en réalité qu'une recrudescence du vieil impérialisme tzariste, il est non moins certain que les idées même les plus rétrogrades et les plus révolutionnaires, ne peuvent être combattues que par d'autres idées, et principalement par des idées qui apportent des solutions pacifiques constructives. Comme vous l'avez admirablement souligné, la loi en question contre le communisme-

Entretanto, o veto de Truman foi derrubado pelo Congresso norte-americano, que aprovou a lei de repressão ao comunismo. Em decorrência, na década de 1950 os Estados Unidos conviveram com o fenômeno do fanatismo anticomunista. Através de uma comissão parlamentar chefiada pelo senador Joseph McCarthy, foram promovidos expurgos no serviço público, na indústria cultural, nas universidades e no conjunto da sociedade.[92]

Em julho de 1954, sob o título *La tension internationale – quelles sont les mesures principales à prendre par l'Occident pour diminuer cette tension*, Torres Gonçalves, publicou mais um folheto acerca da situação política mundial. O texto começa com considerações mais amplas acerca das causas da crise nas relações entre as nações. No entender do autor, a crise vivida seria própria do período de transição entre o regime do passado, "teológico-militar", e o regime do futuro, "científico-industrial-pacífico". A transformação só se completaria quando as leis sociais e morais descobertas por Auguste Comte fossem tão conhecidas quanto as leis cosmológicas. Em seguida, Torres Gonçalves lembrou que a humanidade deveria ser colocada acima das pátrias. Porém, apontou algumas contradições na forma como a ONU estava se portando. Na sua opinião, havia uma contradição entre os princípios da "Declaração dos Direitos do Homem" e as políticas totalitárias e colonialistas de muitos de seus membros.[93]


ORDRE et PROGRÈS

Pour la Fraternité Universelle

LA TENSION INTERNATIONALE

Quelles sont les mesures principales à prendre par l'Occident pour diminuer cette tension?

C'est par les relations internationales que doit commencer l'établissement de l'ordre sur la Terre.

AUGUSTE COMTE

par

C. Torres Gonçalves

---

bolcheviste, offrirait de nombreux inconvénients, et, entre autres, celui de pouvoir faire confondre le gouvernement des Etats-Unis, avec les régimes totalitaires, qui sont des régimes d'oppression aussi bien à l'intérieur qu'à l'éxterieur. En créant le *délit d'opinion*, cést par des procédés bolchévistes que cette loi combattrait le bolchévisme. Par le prestige nouveau qu'en tiretait le bolchévisme, elle ne ferait que l'encourager dans ses procédés. Et la cise qui menace de s'abattre sur la Terre, et qui est essentiellement spirituelle, n'en serait qu'aggravée. Le respect des libertés peut parfaitement se concilier avec l'énergie nécessaire à la répression de tous les attentats nationaux ou internationaux. Vous en avez donné la preuve lors de l'invasion de la Corée du Sud. Vous avez lors immédiatement mis à la disposition de l'ONU toutes les ressources de votre Patrie, pour défendre para les armes la victime de l'agression, ce qui est le devoir commun à tous les membres de cette organisation. Nous accompagnos avec le plus grand intérêt et la plus vive gratitude les efforts que vous faites pour que les Etats-Unis contribuent à l'établissement de la concorde sur la Terre" (Os grifos são do original). Não consta que tenha havido resposta. In: GONÇALVES, *op. cit.,* p. 19.

[92] Cf. HOBSBAWM, *op. cit.,* p. 232.

[93] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *La tension internationale – quelles sont les mesures principales à prendre par l'Occident pour diminuer cette tension?* Rio de Janeiro: IPB, 1954, p. 6

* Reprodução da capa do folheto referido acima.

Passando a tratar das causas da desconfiança existente entre as nações do Ocidente e do Oriente, Torres Gonçalves defendeu a tese de que caberia aos países ocidentais a iniciativa de promover o distencionamento nas relações entre os dois blocos de poder. Embora reconhecesse que a União Soviética tinha razões para desconfiar das nações ocidentais, em função das invasões promovidas por Napoleão e por Hitler, o positivista brasileiro lembrou que os bolcheviques mantinham um regime político totalitário tanto interna como externamente. Neste sentido, Torres Gonçalves apontou uma série de medidas equivocadas tomadas pelos países ocidentais: a manutenção do colonialismo, a repressão aos partidos comunistas, o não reconhecimento do governo chinês e o apoio ao governo "nacionalista" da ilha de Formosa, que pretendia retomar o poder na China continental. No entender do autor, ao adotar tal postura os governos ocidentais jogaram a China comunista nos braços da União Soviética, apesar das divergências existentes entre as duas nações. Neste particular, Torres Gonçalves fez uma distinção entre o "comunismo social", isto é, a aspiração de fazer com que todas as populações do mundo fraternalmente compartilhassem os tesouros acumulados pela espécie, e o "comunismo político", que teria por fim a "conquista do poder pela violência, para dominar as consciências". Este seria o modelo do regime soviético e aquele seria o sistema aspirado pelos chineses.[94]

Em seguida, no mesmo folheto, Torres Gonçalves criticou o modo de estruturação da ONU, em que os quatro países que compunham o Conselho de Segurança tinham o direito de veto nas discussões promovidas e nas medidas adotadas pela entidade. No seu entender, o direito de veto deveria ser abolido e as resoluções deveriam ser tomadas por maioria simples entre os países membros. De outra parte, *a priori* todos os governos deveriam ser admitidos no organismo, sendo excluídos apenas se promovessem agressões armadas contra outra nação.[95]

Para Torres Gonçalves, todos os esforços deveriam ser feitos para diminuir a tensão internacional e para promover a paz entre as nações. Porém, enquanto pesasse a ameaça de conflito, o Ocidente deveria se manter armado, pois a "desgraça seria incomparavelmente maior" se a vitória militar não

[94] Idem, p. 12.
[95] Idem, p. 14.

coubesse à "parte da Terra mais avançada", da qual dependeria a evolução para o futuro. Neste sentido, em outra passagem do folheto o positivista ortodoxo sul-rio-grandense foi explícito ao criticar o regime soviético, ao qual acusou de procurar estabelecer a "dominação bolchevista universal". De outra parte, Torres Gonçalves também foi claro ao rechaçar as críticas feitas aos Estados Unidos, por muitos vistos como um país que pretendia estabelecer um novo tipo de imperialismo no mundo, fundado em bases econômicas.[96]

Por outro lado, ainda em 1954, através das páginas do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, em sua edição de 4 de agosto, Torres Gonçalves abordou uma velha forma de imperialismo: os enclaves coloniais que Portugal mantinha incrustados no território indiano havia mais de três séculos. Após lembrar os laços fraternos que eternamente ligariam Brasil e Portugal, ao qual caberia a glória de, através das descobertas marítimas, haver promovido a unificação geográfica do planeta, o positivista gaúcho assinalou que os domínios que os portugueses mantinham na Ásia já não encontravam justificativas válidas. Deste modo, conclamou o governo português a conceder espontaneamente a liberdade reivindicada pela população de Goa, que era majoritariamente muçulmana e poucos laços mantinha com a metrópole lusitana.[97]

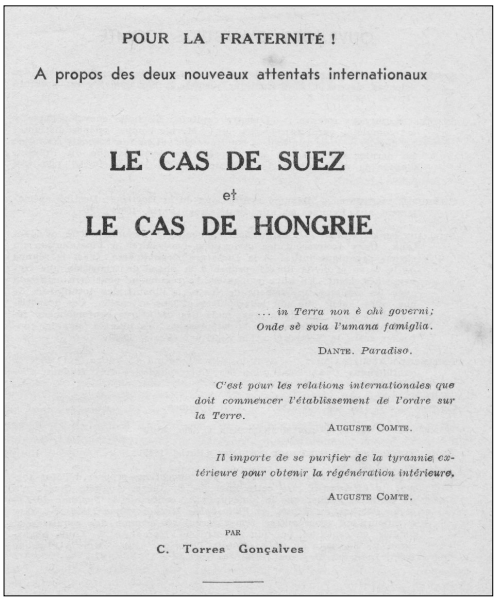
---

[96] A posição pró-americana adotada por Torres Gonçalves durante a Guerra Fria ficou evidente na seguinte passagem do folheto, em que comentou a acusação de que os Estados Unidos seriam imperialistas: "Un tel reproche adressé aux Etats-Unis n'a d'autre résultat que d'aggraver l'atmosphère de méfiance entretenue para les bolchevistes, principalement contre la puissante nation américaine. C'est aussi une ingratitude. Parce qu'on oublie ou l'on mésestime l'aide décisive que les Etats-Unis ont apportée à la commune défense militaire de l'Occident: contre le *germanisme* d'abord, puis contre le *nazisme*. C'est mésestimer aussi l'aide qu'ils apportent maintenant à la défense contre le bolchevisme russe. Celui-ci aurait déjà dominé militairement l'Europe occidentale, c'est-à-dire, toute la partie la plus avancée de la Terre, s'il n'avait pas à compter avec l'opposition armée des Etats-Unis. C'est de plus mécconaître ou mal apprécier l'énorme assistance prêtée par les Etats-Unis après les hácatombes fratricides de 1914 et 1939, au relèvement économique de l'Europe, et celle qu'ils continuent de prêter à beaucoup de pays". In: GONÇALVES, *op. cit.,* p. 15-16. Estretanto, tal simpatia pelos Estados Unidos não impediu que Torres Gonçalves escrevesse uma carta ao secretário geral da ONU, Dag Hammerskjoeld, em junho de 1954, protestando contra a invasão norte-americana na Guatemala. A carta foi reproduzida no mesmo folheto antes referido.

[97] Este artigo foi depois publicado na forma de folheto, em francês, juntamente com outro texto em que Torres Gonçalves analisou a situação da ilha de Formosa, ocupada pelos chineses "nacionalistas" que não concordaram com o regime comunista instalado em seu país. Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Pour la fraternité universelle – encore les relations fraternelles entre l'Occidente et l'Orient: I – Les possessions portugaises des Indes (la nécessité de tranquiliser l'Orient): II – Le cas de Formose (l'aide de l'Occidente à la pacification de l'Orient et à son relèvement)*. Rio de Janeiro: IPB, 1955, p. 5-7.

Em 1953, com a morte de Stálin, a União Soviética ensaiou uma tentativa de renovação, com a rejeição do culto à personalidade e o questionamento de métodos econômicos excessivamente centralizadores. Entretanto, a tentativa de oxigenação do bloco liderado por Moscou logo mostrou suas limitações, pois as dissidências não foram toleradas. Na Hungria, intelectuais, estudantes e operários se mobilizaram solidariamente para solicitar a democratização das universidades e dos sindicatos, a liberdade de imprensa e o aumento dos salários. Em outubro de 1956, através de uma insurreição armada, surgiu um governo heterogêneo que reunia camponeses, pequenos proprietários, liberais e social-democratas. Em resposta, logo no princípio do mês seguinte, forças soviéticas invadiram o país e depuseram o governo insurrecional, prendendo e assassinando suas principais lideranças.[98]

A atitude soviética não surpreendeu Torres Gonçalves, que, ainda em novembro daquele ano, publicou um folheto intitulado *Le cas de Suez et le cas de Hongrie*, no qual abordou o assunto. Na sua opinião, os países ocidentais não poderiam condenar a ocupação da Hungria feita pela União Soviética, pois, pouco tempo antes, a França e a Inglaterra haviam se unido para depor o governo do Egito, simplesmente porque este havia reivindicado a propriedade do Canal de Suez, inteiramente localizado no seu território. Indo além, Torres Gonçalves lembrou a inteira inconveniência da iniciativa anglo-gaulesa no sentido de buscar o auxílio israelense para depor o governo egípcio, pois assim estaria fomentando conflitos futuros entre árabes e judeus.[99]


POUR LA FRATERNITÉ !

A propos des deux nouveaux attentats internationaux

LE CAS DE SUEZ

et

LE CAS DE HONGRIE

... in Terra non è chi governi;
Onde sè svia l'umana famiglia.

DANTE. *Paradiso.*

C'est pour les relations internationales que doit commencer l'établissement de l'ordre sur la Terre.

AUGUSTE COMTE.

Il importe de se purifier de la tyrannie extérieure pour obtenir la régénération intérieure.

AUGUSTE COMTE.

PAR

C. Torres Gonçalves

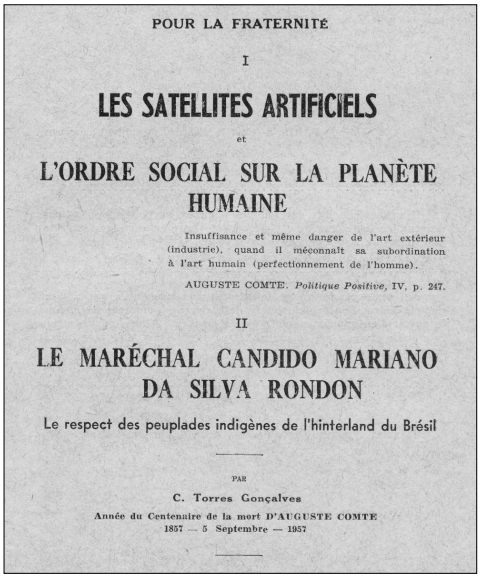
---

[98] Cf. KINDER & HILGEMANN, *op. cit.,* p. 253.

[99] Torres Gonçalves assim abordou a iniciativa da Inglaterra e da França de solicitar o apoio de Israel contra o Egito: "Et comme si ce n'était pas assez, on a cherché et obtenu la collaboration du gouvernement d'Israel. C'est-à-dire qu'au lieu de l'effort pour diminuer les interminables conflits armés entre arabes et israeliens , on y vient d'introduire un nouveau motif de disputes, et sinon alimenter en Israel des propos d'expansion territoriale". In: GONÇALVES, Carlos Torres. *Le cas de Suez et le cas de Hongrie*. Rio de Janeiro: IPB, 1956, p. 6.

* Reprodução da capa do folheto mencionado na nota anterior.

Durante sua longa existência, Torres Gonçalves presenciou o surgimento e a difusão de inúmeras inovações tecnológicas. Deste modo, em dezembro de 1957, a propósito do lançamento do primeiro satélite artificial soviético, publicou um folheto em que abordou particularmente o impacto de tal invenção. Embora reconhecesse que se tratava de uma grande proeza, o engenheiro rio-grandino assinalou que tal invento tecnológico não contribuiria para a resolução do principal problema humano, que seria a necessidade de construir relações pacíficas e fraternas entre os povos de todos os países. Ao contrário, os satélites artificiais iriam contribuir para o agravamento da tensão internacional, pois aumentaria a desconfiança entre as nações. Lembrou ainda que a União Soviética e os Estados Unidos destinavam grande parte de seus respectivos orçamentos para a pesquisa de engenhos de destruição em massa, assim preparando as condições para um "suicídio coletivo recíproco". Em contrapartida, tais gastos tornariam ainda mais remota a resolução de um dos grandes problemas da humanidade nos dias atuais: a incorporação do proletariado na sociedade. Finalmente, Torres Gonçalves também alertou para a militarização da China, que estava prestes a dominar a tecnologia necessária para a construção de armas nucleares, o que agravaria ainda mais a tensão internacional.[100]


POUR LA FRATERNITÉ

I

LES SATELLITES ARTIFICIELS

et

L'ORDRE SOCIAL SUR LA PLANÈTE HUMAINE

Insuffisance et même danger de l'art extérieur (industrie), quand il méconnaît sa subordination à l'art humain (perfectionnement de l'homme).

AUGUSTE COMTE. *Politique Positive*, IV, p. 247.

II

LE MARÉCHAL CANDIDO MARIANO DA SILVA RONDON

Le respect des peuplades indigènes de l'hinterland du Brésil

PAR

C. Torres Gonçalves

Année du Centenaire de la mort D'AUGUSTE COMTE
1857 — 5 Septembre — 1957

Em maio de 1959, sob o título *L'aggravation de la situation internationale – occupons-nous de la Terre*, Torres Gonçalves publicou mais um folheto acerca da conjuntura política mundial. Mostrando-se descrente com relação às reuniões de cúpula promovidas pela comunidade internacional, o positivista brasileiro afirmou que a diminuição das tensões no planeta dependia principal-

[100] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Pour la fraternité: I – Les satellites artificiels et l'ordre social sur la planète humaine; II – Le Maréchal Candido Mariano da Silva Rondon (le respect des peuplades indigènes de l'hinterland du Brésil).* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1957 (a tradução para o francês foi revista e corrigida por Jean Bazin). O texto foi publicado em português na edição de 17 de dezembro de 1957 do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.
* Reprodução da capa da publicação acima mencionada.

mente de iniciativas individuais e internas das nações. Deste modo, as nações ocidentais nada deveriam esperar da União Soviética, caracterizada como sendo um regime político "totalitário-liberticida" tanto interna como externamente. Na sua opinião, o expansionismo soviético só conseguiu se efetivar em função dos erros e das faltas dos países ocidentais. Entre os equívocos cometidos pelo Ocidente, o texto apontou a manutenção de possessões coloniais na Ásia e na África, a proibição dos partidos comunistas e a recusa em reconhecer os governos da China e da União Soviética. Em particular, Torres Gonçalves assinalou o erro de armar os dirigentes da ilha de Formosa para que tentassem derrubar o regime comunista vigente na China continental, pois a conseqüência fora a militarização desta.[101]

Acerca da situação dos países latino-americanos (ou "colombo-latinos", segundo a expressão formulada por Auguste Comte e repetida por Torres Gonçalves) no contexto internacional, o folheto propôs que eles se desarmassem inteiramente, pois, face às suas origens comuns, não haveriam motivos para desconfianças mútuas. Além do mais, tais raízes compartilhadas eram ibéricas, cuja população seria superior em sentimentos a todas as outras populações ocidentais, segundo o conceito do fundador da filosofia positivista. De outra parte, em caso de ataques vindos de outros continentes, as armas disponíveis nos arsenais dos países latino-americanos seriam completamente inúteis.[102]

Em outubro de 1960, aos 85 anos de idade, Torres Gonçalves escreveu e publicou mais um folheto acerca da situação política mundial, ratificando a idéia de que caberia às nações ocidentais a adoção de medidas fraternas que propiciassem a diminuição da tensão existente nas relações internacionais. Após repetir a condenação da política colonial mantida pela França na Argélia

[101] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *L'aggravation de la situation internationale – occupons-nous de la Terre!* Rio de Janeiro: IPB, 1959, p. 5-7.

[102] Torres Gonçalves assim se expressou acerca das vantagens que ofereceria o desarmamento das nações latino-americanas: "Les coups de force, auxqueles elles sont encore assujéties, cessaraient, et on pourrait destiner une certaine partie des contingents militaires à augmentet la gendarmerie pour que la police prenne plus d'éficacité. D'autre part, une initiative semblable serait de nature à perfectionner les relations mutuelles entre ces nations, en accélerant l'adoption d'autres témoignages de confraternité, par exemple, la libre circulation et le libre échange des produits, quoique cette dernière mesure exige une évolution progressive, vu les situations respectables existentes, crées par le régime des tributs douaniers. De plus, en face des moyens de destruction extraordinairement puissants dont disposent actuellement certains pays, et qui nous sont inacessibles, à quoi nous serviraient nos forces militaires au cas d'une aggression partie d'autre continent?". In: GONÇALVES, *op. cit.,* p. 9-10.

e pela Inglaterra em Gibraltar, além de criticar a posição norte-americana de manter uma base militar na ilha de Formosa, Torres Gonçalves ratificou a idéia de que estes três países membros do Conselho de Segurança da ONU deveriam reconhecer o governo comunista chinês.[103]

Abordando a revolução comunista recentemente ocorrida em Cuba, Torres Gonçalves ponderou que a nação deveria se reintegrar na "comunidade fraterna de suas irmãs do continente", renunciando à opressão interior e retirando o apelo para que "governos que se encontravam entre os mais retrógrados" a auxiliassem numa "defesa imaginária de seu território". Sem citar nomes, o positivista gaúcho aludia ao apoio buscado por Fidel Castro, líder do movimento revolucionário cubano, junto à União Soviética. Por outro lado, Torres Gonçalves também aconselhou os Estados Unidos a abandonar pacificamente a base militar de Guantánamo.[104]

Porém, em sentido oposto, em janeiro de 1961 ocorreu a ruptura das relações entre os Estados Unidos e Cuba. Três meses após, contra-revolucionários cubanos apoiados por forças norte-americanas tentaram invadir a ilha de Cuba a partir da baía dos Porcos, sendo rechaçados pelas forças castristas. Neste contexto, poucos meses após Torres Gonçalves publicou um folheto intitulado *Les relations internationales et l'ordre social*, no qual reiterou que a única forma eficaz do Ocidente impedir a expansão comunista seria através da iniciativa de abolir os resquícios do colonialismo. Especificamente a respeito de Cuba, o positivista sul-rio-grandense assinalou que o assassinato de adversários políticos promovido pelo governo obrigava as demais nações a manter relações meramente protocolares com o país. Entretanto, sem citar os

---

[103] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *La paix dépend de l'Occident*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1960, p. 3-5. Sobre as relações do Ocidente com a China, Torres Gonçalves retomou o assunto no artigo "Rússia – China – Formosa: pelas relações internacionais há de começar o estabelecimento da ordem na Terra", publicado na seção "a pedidos" do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, em sua edição de 21 de fevereiro de 1961.

[104] Sobre a situação de Cuba, as palavras de Torres Gonçalves foram as seguintes: "Cuba, en particullier, doit se reintégrer dans la communauté fraternelle de ses soeurs du continent, en renonçant à toute oppression intérieure, de même qu'en ne faisant plus appel, pour une défense imaginaire de son territoire, à l'appui de gouvernements qui se trouvent socialement parmi les plus rétrogrades, puis qu'ils se comportent en oppresseurs aussi bien à l'intérieur qu'à l'extérieur; encore à propos de Cuba, ce serait une contribution destinée à en finir avec les rêveries destructives de son actuel gouvernement, et à alléger la tension internationale, que l'abandon par les Etats-Unis de sa base militaire de Guantanamo, qui, d'ailleurs, n'intéresse guère son plan défénsif". In: GONÇALVES, *op. cit.,* p. 5-6.

Estados Unidos, teceu críticas à tentativa de intervenção estrangeira nos assuntos internos de Cuba.[105]

O apelo formulado por Torres Gonçalves para que os demais países deixassem de interferir na política interna cubana não teve qualquer efeito prático, de modo que os Estados Unidos e a União Soviética estiveram na iminência de "esquentar" a Guerra Fria através de um conflito direto pelo controle sobre a ilha caribenha, que assim se tornou o centro das atenções mundiais. O agravamento da situação foi determinado pela exclusão de Cuba da OEA e pelo embargo comercial do país promovido pelo governo norte-americano. Em contrapartida, Cuba aproximou-se ainda mais da União Soviética, permitindo que este país instalasse mísseis nucleares em seu território, localizado há apenas cem quilômetros da costa da Flórida. Pressionada pelos Estados Unidos, a União Soviética concordou em retirar seus mísseis de Cuba, momentaneamente pondo fim à crise nas relações entre as duas superpotências. Porém, contrariamente aos interesses norte-americanos, Fidel Castro permaneceu no poder, mantendo a ilha na órbita soviética.[106]

O ritmo da produção escrita de Torres Gonçalves acerca da situação política internacional diminuiu bastante nos anos seguintes, principalmente após 1964, quando enviuvou e quando sua atenção voltou-se mais para a situação interna do Brasil.[107] De outra parte, a perda progressiva da visão se constituiu em obstáculo ao acompanhamento dos acontecimentos (através da leitura dos jornais) e à elaboração de novos textos.

Assim mesmo, com o auxílio de familiares e de Sophia Ernestina Teixeira Mendes – filha de Raymundo Teixeira Mendes e confreira da IPB –, Torres Gonçalves publicou, em 1967, um folheto intitulado *Caminhemos para a*

---

[105] Foram as seguintes as palavras utilizadas por Torres Gonçalves para caracterizar a situação cubana e a política que os demais países deveriam adotar em relação a ela: "Il y a de ces jours le cas de Cuba. Sans doute les excès de son gouvernement actuel justifient-ils la plus sévère condamnation, car ils ont entraîné la destruction de centaines de vies d'adversaires politiques. C'est pourquoi les relations des autres gouvernements avec lui doivent rester sur um plan strictement protocolair, sans aucune manifestation de sympathie pour ses représentants. Il faut maintenir ces relations comme signe d'un intérêt chaleureux pour les populations opprimées. Mais, quant au problème de la substitution de ce gouvernement par un autre, c'est une affaire qui n'admet pas l'intervention étrangère. C'est cependant ce qui s'est passé. De pays voisins ont patronné la tentative d'invasion réalisée par des réfugiés cubains qu'ils avaint accueillis". In: GONÇALVES, Carlos Torres. *Les relations internationales et l'ordre social*. Rio de Janeiro: IPB, 1961, p. 3-4.

[106] Cf. VIZENTINI. *op. cit.,* p. 51-56.

[107] Temas estudados respectivamente nos capítulos 3 e 6 do presente trabalho.

paz ocupando-nos da Terra. Em grande parte, o texto reproduziu idéias anteriormente já expostas, como a defesa da extinção do colonialismo e dos arsenais bélicos das nações, bem como a condenação da postura das nações ocidentais no sentido de não reconhecerem o governo da China, impedindo a sua participação na ONU (isso quase vinte anos após a instalação do regime comunista no país). Porém, demonstrando que procurava acompanhar os novos acontecimentos, apesar da quase cegueira e dos mais de noventa anos de idade, Torres Gonçalves também teceu algumas considerações sobre o conflito em andamento no Vietnã.[108]

Logo após o término da 2ª Guerra Mundial, a população da Indochina – no sudeste asiático – começou a luta pela independência em relação à França. Em 1954, com a retirada das tropas de ocupação francesas, a Indochina passou a se chamar Vietnã e foi dividida em duas partes, da mesma forma que havia ocorrido com a Coréia. Deste modo, o Vietnã do Norte ficou na órbita soviética, enquanto o Vietnã do Sul ficou na órbita norte-americana. Com o apoio do Vietnã do Norte e da União Soviética, a partir de 1961 os guerrilheiros comunistas do Vietnã do Sul (os "vietcongs") iniciaram uma guerrilha visando depor o governo pró-americano do país. Deste modo, ainda naquele ano os Estados Unidos enviaram forças militares para combater os vietcongs, ampliando ainda mais as dimensões do conflito.[109]

Deste modo, acerca do envolvimento norte-americano no conflito vietnamita, Torres Gonçalves afirmou que, apesar da simpatia das nações ocidentais pelo país agredido, elas deveriam se abster de intervir militarmente, assim evitando o aumento da desconfiança que as populações orientais tinham em relação ao Ocidente. De outra parte, o positivista gaúcho também observou:

> "Os Estados Unidos acreditam que, obtida a vitória militar do Vietnã do Sul, possam conter a expansão do comunismo no sudeste da Ásia.
> É grande ilusão, de efeito contraproducente. A palavra *comunismo*, cheia de simpáticas promessas, tornar tudo de todos, o gozo das liberdades e dos bens materiais acumulados pela espécie, seduz as massas, iludindo-as. Na palavra *comunismo* as populações orientais

[108] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Caminhemos para a paz ocupando-nos da Terra*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1967.
[109] Cf. KINDER & HILGEMANN, *op. cit.,* p. 256-257; e PACAUT, Marcel & BOUJU, Paul. *O mundo contemporâneo (1945-1975)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979, p. 228.230.

> resumem suas queixas, fundadas ou não, contra as nações ocidentais.
> O comunismo não pode ser extinto nem por decretos de governos políticos e menos ainda por processo militar, mas somente pelo atendimento aos justos reclamos das massas proletárias, sua incorporação efetiva às sociedades, uma ação que compete aos governos políticos e aos chefes industriais".[110]

Como antes foi visto, Torres Gonçalves era grato aos Estados Unidos por este haver impedido que a Rússia impusesse o comunismo aos países ocidentais, onde estaria a vanguarda da humanidade. Entendia mesmo que o governo norte-americano deveria manter o país armado, de modo a afastar o perigo de um ataque soviético. De outra parte, porém, entendia que o líder do bloco ocidental não deveria intervir militarmente nos conflitos asiáticos, mesmo com a probabilidade de expansão do "comunismo político" por aquele continente.

No mesmo folheto, Torres Gonçalves também abordou a corrida espacial que estava em curso entre os Estados Unidos e a União Soviética, objetivando enviar o primeiro homem à Lua. No entender do positivista gaúcho, antes de pensar em conquistar a Lua, os governos das nações em que estava dividida a população da Terra deveriam voltar os recursos disponíveis para acabar com a miséria e a fome que assolavam milhões de pessoas. Neste sentido, Torres Gonçalves elaborou o seguinte raciocínio acerca do assunto:

> "Enquanto tal estado de coisas permanecer, será prematura toda tentativa de entrarmos na intimidade de nossa gentil Companheira celeste, a das encantadoras noites lunares.
> Logrando chegarmos à Lua, antes do tempo, quer dizer, antes do termo de tal situação, os seus habitantes, supondo existirem, se forem mais avançados do que nós, ficarão decepcionados ante nosso enorme atraso. Horrorizadas ao tomarem conhecimento de que ainda neste nosso século, duas enormes catástrofes fratricidas ensangüentaram o grupo de nações mais adiantadas. (...). Se mais atrasados, de pouco lhes poderemos valer, à vista da enorme distância que nos separa e das nossas imensas prementes necessidades".
> Os grandes recursos que estão sendo desperdiçados por Estados Unidos e Rússia, em emulação a verem quem chega primeiro à Lua, se justificariam se aplicados no esforço de ver quem alcançará mais cedo a incorporação do proletariado às sociedades".[111]

---

[110] GONÇALVES, *op. cit.,* p. 8-9.
[111] Idem, p. 21-22.

Portanto, Torres Gonçalves percebia o lançamento de sondas, satélites e naves tripuladas ao espaço situado além da atmosfera terrestre como apenas mais um capítulo da corrida armamentista disputada pelas duas superpotências. De outra parte, é interessante a cogitação feita pelo engenheiro gaúcho acerca da possibilidade de haver formas de vida na Lua. No seu entender, caso as supostas populações lunares fossem mais atrasadas que as populações terrestres, estas não estariam em condições de auxiliá-las, tendo em vista a incapacidade de resolver seus próprios problemas. Porém, caso aquelas fossem mais adiantadas do que estas, deveríamos ficar envergonhados por nosso atraso, evidenciado pelas guerras fratricidas que freqüentemente promovemos.

Por outro lado, Torres Gonçalves não perdeu a oportunidade para assinalar, mais uma vez, que o problema principal que caberia à humanidade resolver era o da incorporação do proletariado à sociedade, conforme indicado por Auguste Comte.

Em 11 de maio de 1968, data do 87º aniversário da fundação da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil por Miguel Lemos, Torres Gonçalves e seu antigo companheiro Geonísio Curvello de Mendonça publicaram um pequeno folheto intitulado *Terra, a pátria comum*. No texto, os dois anciões positivistas retomaram a peroração em favor da paz entre as nações, aconselhando os Estados Unidos a se retirarem do Vietnã, bem como a Inglaterra de Gibraltar. De outra parte, abordando temas mais recentes da política mundial, Torres Gonçalves e Curvello de Mendonça não ficaram indiferentes ao acirramento dos conflitos raciais nos Estados Unidos durante a década de 1960. Deste modo, assim se referiram à manutenção da legislação racista em diversos estados do país e ao assassinato do líder negro Martin Luther King, ocorrido em 4 de abril daquele ano:

> “Tudo sendo conexo na existência humana, (...) toda discriminação racial é contrária à fraternidade, perturbadora da ordem social. É o que torna urgente os Estados Unidos extinguirem de sua legislação todo o vestígio da mesma, o que lhes daria prestígio interno e externo. Seria, ao mesmo tempo, homenagem à memória do eminente preto americano Martin Luther King Junior, intrépido líder da ‘não-violência’ pelos seus irmãos pretos, recentemente

> sacrificado pela insânia de um branco, por seus esforços pela conquista da igualdade legal com os brancos americanos".[112]

Deste modo, mais uma vez, os positivistas religiosos brasileiros reafirmaram a admiração pelos líderes políticos que rejeitavam o emprego de meios violentos de ação, como fora também o caso do líder indiano Mahatma Gandhi.

De outra parte, Torres Gonçalves e seu confrade não se omitiram de adotar uma posição clara relativamente ao conflito que opunha árabes e judeus no Oriente Médio. Acerca da criação do Estado de Israel por determinação da ONU, em 1948, e da tentativa dos países árabes de destruí-lo, assim se manifestaram os autores do folheto:

> "A reconstituição do Estado de Israel, embora inspirada (...) em boas intenções, não se justificava. A falta de autoridade por parte da ONU ficou agravada pelo fato de realizada com enorme sacrifício dos habitantes árabes das terras, sequer indenizados por prejuízos materiais sofridos. Terras por eles e seus antepassados ocupadas durante cerca de dois milênios. De sorte que explica-se a atitude das nações árabes contra a criação artificial do novo Estado. Porém, não a tentativa agora, pela terceira vez, da expulsão dos judeus do Estado de Israel.
> Criado que está há vinte anos e em grande prosperidade econômica e industrial, cumpre que seja mantido, podendo servir de exemplo e estímulo geral, em particular a países vizinhos, a esse respeito ainda atrasados".[113]

Na continuidade da argumentação, Torres Gonçalves e Curvello de Mendonça defenderam que Israel abandonasse os territórios ocupados militarmente em função de sua vitória contra a agressão árabe, retornando às fronteiras estabelecidas pela ONU quando de sua criação. No entender deles, "a conformação não diminui em nada o civismo, o amor à bíblica pátria hebraica, o culto pelos seus grandes, imortais antepassados, ao qual se associa a Terra inteira", lembrando ainda que o judeu Moisés é homenageado no primeiro mês do calendário positivista instituído por Auguste Comte.

O referido folheto, como já foi mencionado, se tornou público em 11 de maio de 1968. Na noite anterior, em Paris, ocorreram intensos confrontos entre a juventude universitária rebelada e a polícia do governo de Charles De

---

[112] GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. *Terra, a pátria comum*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1968, p.5.
[113] Idem, p. 8.

Gaulle.[114] Embora não tenha se manifestado sobre os acontecimentos de maio de 1968 em Paris – cujos reflexos se espalharam pela França e por todo o mundo –, não é difícil imaginar que Torres Gonçalves os observou com descontentamento. De fato, considerando o significado da capital francesa para os adeptos da religião da Humanidade – que a chamavam de "Meca do Ocidente" –, a influência anarquista presente nas reivindicações estudantis não poderia agradar ao velho positivista brasileiro, cultor da ordem social.

No princípio de 1970, quando se aproximava de completar seu 95º aniversário, Torres Gonçalves publicou mais uma pequena intervenção acerca das relações políticas internacionais. Em particular, analisou o rompimento das relações entre União Soviética e China e a ameaça de conflito entre as duas nações, detentoras de armas nucleares de destruição em massa. A rivalidade entre ambas se acirrou em função da busca de influência sobre os regimes comunistas que estavam surgindo nos pequenos países do sudeste asiático, como o Vietnã, Camboja e Laos. Aliás, tal situação havia sido prevista anos antes, quando chineses e soviéticos estabeleceram uma aliança. Deste modo, Torres Gonçalves alertou que nenhuma nação poderia se manter alheia àquela guerra iminente, que afetaria toda a população planetária, sugerindo ainda que a ONU intensificasse seus esforços no sentido de promover o arbitramento entre as partes beligerantes.[115]

No princípio de 1971 Torres Gonçalves publicou seu último folheto acerca da situação política mundial, tendo por título *O desarmamento*. Em decorrência de sua quase cegueira, o ancião ditou as palavras a seu enfermeiro e não pode fazer uma revisão, de modo que o texto ficou um tanto truncado.

Analisando a possibilidade de um conflito entre a Rússia e a União Soviética e diante das guerras já em andamento em diversos pontos da África e da Ásia, Torres Gonçalves sugeriu que Paris promovesse uma Conferência Universal de Paz com o objetivo de encaminhar o desarmamento militar geral e total. Porém, reiterou que os Estados Unidos e a França deveriam ser os últimos a se desarmar, de modo a impedir que a Rússia (como insistia em

[114] Cf. MATOS, Olgária C. F. *Paris 1968 – as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
[115] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela humanidade (a propósito, em particular, do caso Rússia-China)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1970.

chamar à União Soviética) desse andamento ao seu projeto de dominar a Europa. Especificamente a cerca da Rússia, Torres Gonçalves vaticinou que seu regime político totalitário – tanto interna como externamente – não iria durar muito tempo, pois haveria uma aspiração generalizada de liberdade entre as suas distintas populações.[116]

No entender de Torres Gonçalves, porém, nem todas as armas poderiam ser destruídas, pois as armas necessárias à manutenção da ordem interna dos países deveriam ser preservadas. Deste modo, atento ao surgimento de movimentos esquerdistas de guerrilha urbana em diversos países – não apenas no Brasil e na América Latina, mas também em países europeus, como a Alemanha e a Itália –, o positivista sul-rio-grandense fez o seguinte comentário:

> "Simultaneamente com o desarmamento, a Polícia, instituição eterna, tem de ser por toda parte assaz numerosa e eficientemente aparelhada, na terra, no mar e nos ares. À sua importante tarefa normal, na fase tormentosa que atravessamos, tem de juntar o exercício de uma vigilante ação preventiva e repressiva contra os gravíssimos atentados à ordem material e social, levados até ao atual terrorismo seqüestrador. Nenhum entendimento haver de órgãos do Poder Público com seqüestradores. Pode contribuir para aumentar o número deles e o de atentados de criminosos políticos, em prejuízo da eficácia da ação da Polícia na manutenção da ordem pública, sua função capital".[117]

Como se nota, Torres Gonçalves legitimou a repressão policial aos movimentos armados que contestavam os regimes totalitários (para não dizer "ditatoriais") em vigor por toda a América Latina entre as décadas de 1960 e 1970. No seu entender, bem como na perspectiva de Auguste Comte e de seus outros seguidores ortodoxos, a manutenção da ordem social seria um princípio fundamental, independentemente da natureza dos regimes políticos dos países quaisquer.

Portanto, como creio ter deixado claro nas páginas precedentes, nas análises que Carlos Torres Gonçalves fez das transformações políticas ocorridas no plano internacional entre o final do século XIX e o princípio da década de 1970 percebe-se um grande esforço no sentido de manter coerência com a filosofia positivista da história, bem como o intuito de preservar estrita

---

[116] Cf. GONÇALVES, Carlos Torres. *O desarmamento*. Rio de Janeiro: IPB, 1971.
[117] Idem, p. 7.

fidelidade à interpretação que Miguel Lemos e Teixeira Mendes fizeram do conjunto da obra de Auguste Comte.

Neste sentido, com a mesma constância na subordinação aos princípios da religião da Humanidade que manteve em sua suas relações com a família (em sua vida privada) e com a pátria (em sua vida profissional e em suas atividades como cidadão), Torres Gonçalves procurou ao longo de sua existência quase centenária convencer o conjunto da humanidade a aceitar as soluções políticas propostas pelo fundador da sociologia para os conflitos dos quais foi contemporâneo. Mesmo vendo o sonho de “regenerar a humanidade” cada vez mais distante de se concretizar, Torres Gonçalves manteve-se fiel à doutrina que abraçou ainda na adolescência e à inscrição gravada na lápide familiar: “Crer. Seguir”.

Conclusão

No contexto recente da reabilitação do gênero biográfico por parte da historiografia, escrever um estudo acerca da trajetória existencial de um positivista pode soar como uma provocação. De fato, ao longo da maior parte do último século, o historiador que se propusesse a desenvolver uma pesquisa biográfica de um indivíduo qualquer seria taxado de "positivista" pela maioria dos seus colegas, interessados preferencialmente em estudar "sujeitos coletivos", como as classes sociais e os partidos políticos. A biografia era vista então como um gênero menor, praticado preferencialmente por jornalistas e romancistas, mais voltados para a descoberta de fofocas acerca dos ricos e famosos do que para a elucidação do papel do indivíduo no processo histórico. Entretanto, nas três últimas décadas verificou-se entre os historiadores uma progressiva rejeição dos estudos macroestruturais, das explicações monocausais e dos determinismos de todos os matizes, acompanhada de um crescente interesse pelo que é singular e multifacetado.

Deste modo, a produção biográfica recente por parte dos historiadores tem se caracterizado pela renovação dos enfoques analíticos e pela diversificação do perfil dos personagens estudados. Entretanto, se os historiadores contemporâneos ampliaram bastante os seus horizontes e já não se interessam apenas pelo estudo da vida dos grandes líderes políticos e dos artistas e pensadores excepcionais, como era praxe entre os colegas de gerações anteriores que adotavam um enfoque teórico-metodológico "tradicional" (e não propriamente "positivista", como creio haver demonstrado na introdução deste trabalho), a realização de um estudo biográfico de um adepto de Auguste Comte, se não chega a ser uma provocação, é ao menos

um desafio perigoso, podendo parecer a muitos como desejo de uma volta ao passado. Efetivamente, a partir de uma perspectiva de análise maniqueísta, à influência do filósofo de Montpellier foi atribuída toda a responsabilidade por um certo tipo de historiografia comum nas escolas brasileiras ao longo do século XX, centrada nos acontecimentos e nos feitos dos "grandes homens". Esta carga de preconceito contra o positivismo não se dissipou inteiramente, apesar de seu enfraquecimento, de modo que a simples proposta de estudar um tema associado ao positivismo ainda é vista por muitos como sinal de adesão ao mesmo.

Outro desafio presente neste estudo diz respeito às próprias características de Carlos Torres Gonçalves, o personagem biografado. Como se não bastasse o fato de que ele foi um dos raros positivistas ortodoxos brasileiros – seguidor ardoroso da religião que Auguste Comte fundou em decorrência de sua paixão platônica por Clotilde de Vaux, difundida no país pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil –, o protagonista teve ainda uma longevidade muito acima da média: viveu quase um século, entre 1875 e 1974, sendo contemporâneo de inúmeras e diversificadas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. Ao longo deste extenso período, Torres Gonçalves produziu inúmeros registros escritos acerca das transformações ocorridas no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo, sempre a partir do ponto de vista da doutrina comtiana, segundo os ditames da interpretação dada a ela por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes, diretores da ortodoxia positivista brasileira.

Porém, os escritos produzidos por Torres Gonçalves não se referiram apenas às mudanças políticas e sociais das quais foi contemporâneo e observador atento. Também contemplaram sua vida privada, onde procurou encarnar os principais aspectos do imaginário positivista. Daí decorreu a opção por desenvolver a análise da forma como Torres Gonçalves realizou a recepção e a difusão do positivismo comtiano a partir de diferentes escalas de observação, dando atenção tanto às cartas que escreveu para a esposa como aos relatórios que escreveu para o governo do Estado do Rio Grande do Sul, e tanto à correspondência que manteve com seus confrades da Igreja Positivista do Brasil como aos folhetos que dirigiu à opinião pública mundial durante as várias guerras que marcaram o século XX.

Portanto, o trabalho procurou contemplar distintas facetas da vida do personagem biografado, tanto públicas como privadas, sem privilegiar a algumas em detrimento de outras. Esta é a causa da divisão do trabalho em três partes, analisando as relações estabelecidas por Torres Gonçalves com a família, a pátria e a humanidade. Parece-me que tal opção metodológica de tratamento da documentação disponível foi adequada, permitindo explorar a riqueza e a variedade da mesma. Cabe assinalar ainda que uma abordagem tradicional, desenvolvida através da narrativa de uma sucessão cronologicamente linear de acontecimentos, talvez não possibilitasse um olhar mais atento sobre determinados aspectos da existência do protagonista.

De outra parte, a opção por citar amplamente os escritos de Torres Gonçalves parece-me justificar-se pelo fato de que a imensa maioria deles é inteiramente inédita e de difícil acesso, além de remeter diretamente à forma peculiar como ele recebeu, interpretou e difundiu o positivismo comtiano na sua família e na sociedade brasileira. Portanto, a citação de suas palavras permite que se vislumbre o contato de uma sensibilidade moldada pela leitura das obras de Auguste Comte e dos apóstolos positivistas brasileiros Miguel Lemos e Raymundo Teixeira Mendes com o contexto histórico em que sua vida transcorreu.

A análise da existência privada de Torres Gonçalves revelou que sua adesão ao positivismo não foi apenas retórica. O engenheiro gaúcho vivenciou as diretrizes da religião da Humanidade de forma intensa e profunda, não apenas em suas ações públicas e privadas, mas também em suas representações mentais mais íntimas. Neste sentido, pode-se dizer que ele viveu e contemplou o mundo ao seu redor com as lentes do positivismo comtiano.

Em termos práticos, o principal legado deixado por Torres Gonçalves foi aquele constituído pelo conjunto das atividades desenvolvidas na colonização da região norte do Rio Grande do Sul, através da fundação de diversas comunidades, da construção de estradas, pontes e outras obras públicas, da demarcação de terras indígenas, do assentamento de populações “caboclas” nacionais nas mesmas condições em que as populações coloniais de origem européia e das medidas visando à preservação das matas e dos recursos hídricos.

Não menos importante, porém, foi sua produção escrita acerca da situação política do Rio Grande do Sul e do Brasil entre a derradeira década do século XIX e a década de setenta do século XX. De fato, graças ao seu caráter simultaneamente moderno e conservador, o positivismo angariou largas simpatias entre a emergente classe média urbana brasileira e mesmo entre setores da elite econômica e intelectual do país, principalmente junto às novas gerações que surgiram a partir do final da Guerra do Paraguai, justamente o momento em que Carlos Torres Gonçalves nasceu. Ao longo de quase um século, o sistema filosófico concebido por Auguste Comte esteve entre os que deixaram os traços mais profundos na sociedade brasileira e em sua história. Porém, sua influência atingiu o ápice logo no princípio da República, entrando em seguida num longo e contínuo período de declínio. Na condição de funcionário público do Estado do Rio Grande do Sul – local privilegiado para a difusão do positivismo dentro do contexto nacional – ao longo de quase toda a República Velha, Torres Gonçalves teve a oportunidade de conviver nos bastidores do poder, presenciando e participando (mesmo que perifericamente) de decisões que tiveram conseqüências importantes sociedade e na história do sul do Brasil.

De fato, tanto na situação de funcionário público como na de propagandista da religião positivista, Torres Gonçalves teve condições de observar de perto os principais líderes republicanos do Estado das décadas iniciais da República, como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. A opção de Torres Gonçalves por se tornar funcionário público também guardou estreita relação com a integral adesão ao positivismo comtiano, pois o filósofo entendia que o indivíduo não deveria buscar vantagens pessoais, procurando sempre colocar-se a serviço dos interesses da coletividade, através da dedicação à família, à pátria e à humanidade.

Torres Gonçalves também acompanhou a evolução dos acontecimentos políticos em nível nacional, publicando inúmeros textos de análise conjuntural inspirados pelo positivismo comtiano. Encontrou, entretanto, uma crescente indiferença por suas manifestações, em parte ocasionada pela inadequação dos velhos meios de propaganda utilizados face aos novos meios de comunicação que se afirmaram ao longo do século XX, e em parte motivada pelo anacronismo existente entre as idéias apresentadas e as transformações

ocorridas na sociedade brasileira durante o período. Deste modo, pouco a pouco os positivistas religiosos brasileiros foram ficando à margem dos debates, apesar de seus esforços no sentido de continuar mantendo a doutrina comtiana em evidência.

Torres Gonçalves escreveu muito sobre a situação política internacional ao longo do século XX. Neste quesito, entretanto, foi um mero espectador, visto que não conseguiu interferir no rumo dos acontecimentos através de seus apelos para que os governantes e a opinião pública aceitassem o positivismo como solução para os conflitos humanos, dentro das concepções de natureza humana e de filosofia da história desenvolvidas por Auguste Comte.

Um fato que parece ter sido determinante na adesão de Torres Gonçalves à vertente ortodoxa do positivismo comtiano foi a sua formação profissional em engenharia. Aliás, todos os seus quatro irmãos também exerceram profissões fundadas no exercício de cálculos matemáticos. De fato, a Igreja Positivista do Brasil era basicamente integrada por engenheiros-civis e engenheiros-militares, bem como por funcionários públicos. Desenvolvendo atividades essencialmente racionais, não é de admirar que rejeitassem as crenças sobrenaturais e que buscassem uma explicação científica para os fenômenos que presenciavam.

Além de se destacar como produtor de textos de divulgação do positivismo comtiano, Torres Gonçalves também desempenhou um importante papel no sentido de promover a difusão no Rio Grande do Sul da literatura produzida e editada pela Igreja Positivista do Brasil, sediada no Rio de Janeiro. Não menos importante, porém, foi o trabalho por ele desenvolvido no sentido de promover a construção e a preservação de prédios de culto da religião criada pelo fundador da sociologia, destacando-se aí a Capela Positivista de Porto Alegre. Se o prédio não atende hoje a todos os propósitos imaginados pelo engenheiro gaúcho quando de sua construção, ao menos sobrevive como um símbolo da influência exercida pela obra de Auguste Comte na sociedade gaúcha.

Embora os positivistas ortodoxos brasileiros tenham sido poucos, Torres Gonçalves não esteve isolado neste empenho de desenvolver análises da vida política nacional e internacional sob a ótica da filosofia comtiana da história. Do mesmo modo, a tentativa de aplicar a doutrina positivista em suas atividades

profissionais de engenheiro e de funcionário público não foi a única verificada no país ao longo das primeiras décadas do século XX. Bem inusitada, entretanto, foi a tentativa de moldar sua vida privada de acordo com os preceitos concebidos por Auguste Comte na religião que fundou sob a influência de Clotilde de Vaux, incorporando a ambos no imaginário familiar como “pais espirituais” dele, de sua esposa e de seus filhos.

Esta tentativa de moldar os distintos aspectos do cotidiano de sua vida privada e de sua vida pública de acordo com os princípios do positivismo comtiano constitui-se em um caso relativamente raro, mesmo em nível internacional. A longa duração e a profundidade desta experiência existencial positivista permitem que se caracterize Torres Gonçalves como tendo sido um ortodoxo na ortodoxia, isto é, alguém que, mesmo dentro do reduzido círculo daqueles que aceitavam integralmente a obra de Auguste Comte – inclusive sua formulação religiosa final, concebida a partir da reviravolta ocasionada no espírito do filósofo pelo contato com Clotilde de Vaux –, se caracterizou pela defesa dos dogmas positivistas. Neste sentido, sua existência pode ser caracterizada como um “caso limite”, representativo de uma sensibilidade forjada pela leitura das obras de Auguste Comte e dos diretores da Igreja Positivista do Brasil.

Este trabalho pretendeu lançar um pouco de luz sobre a vida e a obra de Carlos Torres Gonçalves, tirando-o do relativo esquecimento em que se encontra. De fato, face à importância de suas atividades como funcionário público estadual e como difusor do ideário positivista nas sociedades gaúcha e brasileira, seu nome é muitíssimo pouco lembrado nos dias que correm. Neste sentido, pode-se questionar o acerto dos princípios filosóficos que nortearam sua vida, mas não a sua crença profunda e absoluta na validade dos mesmos. Deste modo, através da análise de diferentes aspectos de sua vida, desenvolvida em diferentes escalas de observação, entendo ter contribuído para uma melhor compreensão da história política do Rio Grande do Sul e do Brasil republicanos, principalmente nas suas primeiras décadas, bem como para o estudo dos fenômenos de importação, recepção, adaptação e difusão de idéias no país.

Cronologia

Esta cronologia procura assinalar alguns fatos significativos na existência pessoal e familiar de Carlos Torres Gonçalves, nas suas funções profissionais e na sua atividade como propagandista da Igreja Positivista do Brasil. Assinala ainda algumas datas importantes na difusão do positivismo no país. Também recupera alguns acontecimentos relevantes na história do Rio Grande do Sul, do Brasil e do Mundo, caracterizando o contexto político em que o biografado viveu.

1875 - A 30 de junho, em Rio Grande (RS), nasce Carlos Torres Gonçalves.
1876 - Criação da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro.
1877 - Miguel Lemos e Teixeira Mendes, membros da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, seguem para Paris.
1878 - Sob a influência de Pierre Laffitte, Miguel Lemos e Teixeira Mendes convertem-se ao positivismo religioso.
1881 - Voltando de Paris, Miguel Lemos funda a Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.
1882 - Fundação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).
1883 - Miguel Lemos rompe com Pierre Laffitte.
1884 - Fundação do jornal *A Federação*, órgão oficial do PRR.
1886 - Suicídio de Joaquim Antônio Gonçalves, pai de Carlos Torres Gonçalves.
1888 - Abolição da escravidão no Brasil.
- Carlos Torres Gonçalves se muda para São Leopoldo (RS), onde passa a estudar em um colégio de jesuítas.

1889 - Proclamação da República no Brasil.
- Decreto do Governo Provisório institui a bandeira nacional republicana concebida por Teixeira Mendes e executada por Décio Villares, onde consta o lema positivista “Ordem e Progresso”.
- Exposição Internacional de Paris.

1890 - Lançamento da pedra fundamental do Templo da Humanidade, sede da Igreja Positivista do Brasil, no Rio de Janeiro.
- Igreja Positivista do Brasil lança a primeira edição em português do *Catecismo Positivista* de Auguste Comte, traduzido por Miguel Lemos.

1891 - Promulgação, em 24 de fevereiro, da primeira Constituição republicana brasileira.

1891 - Marechal Deodoro da Fonseca é eleito presidente, com Floriano Peixoto como vice. Deodoro tenta golpe de Estado e decreta Estado de Sítio. Floriano Peixoto assume a presidência após um contragolpe.
- Entra em vigor, a 14 de julho de 1891, a Constituição sul-rio-grandense elaborada por Júlio de Castilhos.
- Júlio de Castilhos apóia o golpe dado pelo Marechal Deodoro da Fonseca e é deposto pela oposição, instalando-se o "governicho" no Rio Grande do Sul.
- Publicação da encíclica papal *Rerum Novarum*.

1893 - Volta de Júlio de Castilhos ao poder e início da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.
- Joaquim e Luiz, irmãos de Carlos Torres Gonçalves, desertam do Exército e se engajam nas forças revolucionárias federalistas.
- No Rio de Janeiro, é inaugurada a tipografia da Igreja Positivista do Brasil, responsável pela edição de muitas obras de Miguel Lemos e de outros positivistas.

1894 - Carlos Torres Gonçalves se transfere para Ouro Preto (MG).
- Joaquim e Luiz Torres Gonçalves se exilam em Buenos Aires.

1895 - Carlos Torres Gonçalves começa seus estudos de engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.
- Término da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, com o retorno ao Brasil dos irmãos de Carlos Torres Gonçalves.
- Morte de Floriano Peixoto e eleição de Prudente de Morais, o primeiro presidente civil do Brasil.

1896 - Morre Joaquim Torres Gonçalves, irmão de Carlos Torres Gonçalves.

1897 - Inauguração do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro, sede da Igreja Positivista do Brasil.

1898 - Carlos Torres Gonçalves se forma em engenharia civil.
- Borges de Medeiros sucede Júlio de Castilhos no governo do Rio Grande do Sul.
- Campos Sales assume a presidência do Brasil.

1899 - Carlos Torres Gonçalves ingressa mediante concurso público nos quadros da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul.
- Joaquim José Felizardo Júnior funda o núcleo da Igreja Positivista do Brasil em Porto Alegre, expondo dominicalmente o *Catecismo Positivista* de Auguste Comte.

1900 - Publicação pela Igreja Positivista do Brasil do *Ano sem par*, tradução para o português da correspondência entre Comte e Clotilde de Vaux.

1901 - Morte de Luiz Torres Gonçalves, irmão de Carlos Torres Gonçalves.

1902 - No Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros é reeleito presidente do estado.
- Rodrigues Alves ascende à presidência do Brasil.
- Em Paris, Teixeira Mendes adquire para a Igreja Positivista do Brasil a casa que pertenceu a Clotilde de Vaux.

1903 - Carlos Torres Gonçalves é admitido como confrade da Igreja Positivista do Brasil e se casa com Dagmar Flores Pereira da Cunha.
- Morte de Júlio de Castilhos.

1905 - Nasce Sofia Mariana, filha primogênita de Carlos e Dagmar Torres Gonçalves.

1906 -Nasce Rozália Beatriz, segunda filha de Carlos Torres Gonçalves.

1906 - Morre Joaquim José Felizardo Júnior, fundador da propaganda da Igreja Positivista do Brasil em Porto Alegre.
- Carlos Torres Gonçalves assume, junto com Faria Santos, a direção do núcleo sul-rio-grandense de positivistas religiosos, passando a publicar anualmente a *Notícia da propaganda positivista no Estado do Rio Grande do Sul*, com a síntese das atividades desenvolvidas no período.
- Afonso Pena assume a presidência do Brasil.

1907 - Carlos Barboza vence Fernando Abbott em disputada eleição para a sucessão de Borges de Medeiros, mantendo assim o PRR no poder.

1908 - Nasce Clotilde Tereza, terceira filha de Carlos Torres Gonçalves.
- Carlos Barboza Gonçalves assume o governo do Rio Grande do Sul.
- Carlos Torres Gonçalves assume interinamente a Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul; Torres Gonçalves publica o primeiro de uma longa série de relatórios sobre a diretoria a seu encargo.

1909 - Nasce Jorge Baiardo, quarto filho de Carlos Torres Gonçalves.
- Morre o presidente Afonso Pena, assumindo o vice Nilo Peçanha.
- Tratado entre o Brasil e o Uruguai redefine as fronteiras entre os dois países.

1910 - Nasce Paulo Trajano, quinto filho de Carlos Torres Gonçalves.
- Torres Gonçalves assume como titular da Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul.
- Ligação ferroviária entre o Rio Grande do Sul e São Paulo.
- Hermes da Fonseca assume a presidência da República, derrotando a candidatura “civilista” de Rui Barbosa.
- Criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, sob a direção do coronel Cândido Rondon.
- Proclamação da República em Portugal.

1912 - Nasce Branca Marina, a última dos seis filhos de Carlos e Dagmar Torres Gonçalves.
- Festa de lançamento da pedra fundamental da Capela Positivista de Porto Alegre.

1913 - Borges de Medeiros reassume o governo do Rio Grande do Sul.

1914 - Wenceslau Brás é eleito presidente da República.
- Assassinato em Sarajevo do Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, desencadeia a Primeira Guerra Mundial.

1915 - Senador gaúcho Pinheiro Machado é assassinado no Rio de Janeiro.

1917 - Morre Miguel Lemos, fundador da Igreja Positivista do Brasil.
- Revolução bolchevique na Rússia.
- Estados Unidos da América enviam tropas à Europa para lutar contra a Alemanha e o Império Austro-Húngaro.

1918 - Borges de Medeiros inicia seu quarto mandato como presidente do Rio Grande do Sul.
- Rodrigues Alves é eleito presidente da República.
- Término da Primeira Guerra Mundial.

1919 - Governo do Rio Grande do Sul encampa o porto de Rio Grande, até então administrado por uma companhia francesa.
- Morre o presidente Rodrigues Alves, assumindo o vice-presidente Delfim Moreira. Em julho novas eleições levam Epitácio Pessoa à presidência do Brasil.

1919 - É assinado, em Paris, o Tratado de Versalhes.
1920 - Governo do Rio Grande do Sul encampa a rede ferroviária do estado, até então administrada por uma companhia belga.
- Na Índia, Gandhi inicia campanha pacífica de desobediência civil.
1922 - Morre Virgínia Torres Gonçalves, mãe de Carlos Torres Gonçalves.
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul institui o Regulamento de Terras Públicas e seu povoamento", elaborado por Torres Gonçalves.
- Artur Bernardes é eleito presidente da República.
- Fundação do Partido Comunista Brasileiro.
- Revolta do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro.
- Semana de Arte Moderna, em São Paulo.
- Na Itália, Mussolini instaura governo fascista.
1923 - Borges de Medeiros é empossado para seu quinto mandato (o terceiro consecutivo) na presidência do Rio Grande do Sul.
- Através da "Revolução Assisista", a oposição gaúcha pega em armas contra a hegemonia do PRR.
1924 - O tenente Luís Carlos Prestes inicia levante militar no Rio Grande do Sul, dando início à "Coluna Prestes".
1925 - Governo do Rio Grande do Sul institui as "Instruções para o serviço florestal", de autoria de Torres Gonçalves, estabelecendo medidas para a proteção ambiental.
1926 - Washington Luís é eleito presidente do Brasil.
1927 - Morre Raymundo Teixeira Mendes, o vice-diretor e apóstolo da Igreja Positivista do Brasil.
- Coluna Prestes entra na Bolívia e se dissolve.
1928 - É inaugurada a Capela Positivista de Porto Alegre, a 19 de janeiro.
- Getúlio Vargas toma posse como presidente do Estado do Rio Grande do Sul.
1929 - Vargas extingue a Diretoria de Terras e Colonização, transferindo Carlos Torres Gonçalves para a superintendência da Diretoria de Viação Fluvial do Estado do Rio Grande do Sul.
- Quebra da Bolsa de Valores de Nova York provoca crise econômica mundial.
1930 - Getúlio Vargas é derrotado por Júlio Prestes na eleição à presidência do Brasil.
- Movimento militar depõe Washington Luís; Getúlio Vargas é nomeado chefe do governo provisório.
- Torres Gonçalves e Faria Santos publicam manifesto no *Correio do Povo* contra o movimento revolucionário.
- Luís Carlos Prestes adere ao comunismo.
1931 - Carlos Torres Gonçalves se torna avô pela primeira vez.
- Torres Gonçalves elabora o Plano Geral de Viação do Estado do Rio Grande do Sul.
- Flores da Cunha assume como interventor federal no Rio Grande do Sul.
- É criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
1932 - Torres Gonçalves publica *Programa para proporcionar trabalho a cinco mil operários – um estudo econômico e financeiro*
- Guerra civil em São Paulo exige a reconstitucionalização do país.
1933 - Realizadas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte.

1933 - Hitler instala regime ditatorial na Alemanha.

1934 - Carlos Torres Gonçalves se aposenta como funcionário dos quadros da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.
- Promulgada a Constituição de 1934.

1935 - Carlos Torres Gonçalves se transfere com a família para o Rio de Janeiro.
- Governo federal fecha a Aliança Nacional Libertadora, fundada naquele mesmo ano. Insurreição do movimento e decretação de estado de sítio; juntamente com confrades da IPB, Torres Gonçalves publica o folheto *A ordem social e o comunismo: a propósito do fechamento compulsório da Aliança Nacional Libertadora*.

1937 - Em conflito com Vargas, Flores da Cunha foge para o Uruguai; Daltro Filho é nomeado interventor federal no Rio Grande do Sul.
- Através de golpe de estado, Vargas fecha o Congresso Nacional, suprime os partidos políticos e outorga uma nova constituição.

1938 - Torres Gonçalves publica *O regime republicano e a Constituição Federal de 10 de novembro*, criticando o Estado Novo
- Tentativa de golpe de estado por parte dos integralistas.

1939 - Alemanha invade a Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial.
- Torres Gonçalves publica *Pela fraternidade universal: a agressão à Finlândia (mais um atentado de lesa-humanidade, estimulado pelas lutas fratricidas do Ocidente*.

1940 - Em companhia de outros membros da direção da IPB, Carlos Torres Gonçalves publica *A neutralidade como não-participação ativa nas lutas fratricidas*.
- Alemanha invade a Dinamarca, Noruega, Holanda e Bélgica.
- França capitula ante as forças nazistas.

1941 - Alemanha invade a União Soviética, rompendo acordo estabelecido entre Hitler e Stálin.
- Após o ataque japonês em Pearl Harbour, os Estados Unidos entram na Guerra.

1942 - Torres Gonçalves publica *A América e a paz (a propósito da 3ª reunião de chanceleres das repúblicas americanas)*.
- Ernesto Dornelles é nomeado interventor federal no Rio Grande do Sul.

1943 - Torres Gonçalves publica *A stable peace (based on principles)*.

1944 - Navios brasileiros são atacados por submarinos alemães e Vargas envia a Força Expedicionária Brasileira para, ao lado dos Aliados, lutar contra as forças fascistas e nazistas na Europa.
- Torres Gonçalves publica *Da neutralidade ao estado de guerra: a propósito dos mais recentes atentados do governo alemão diretamente contra o Brasil*.
- A França é libertada pelas tropas aliadas; Torres Gonçalves publica o folheto *A libertação de Paris*

1945 - Sob pressão dos militares, Getúlio Vargas renuncia à presidência.
- General Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente da República.
- Final da Segunda Guerra Mundial com a derrota da Alemanha, da Itália e do Japão.
- È decidida a criação da Organização das Nações Unidas.

1946 - Torres Gonçalves publica *L'Établissement de la paix.*

1946 - Assembléia Nacional Constituinte elabora nova Constituição política para o Brasil.

1947 - Torres Gonçalves publica *Positivismo e comunismo: a propósito do surto comunista.*
- Independência da Índia.

1948 - Se intensifica a Guerra Fria, com a polarização da política internacional entre os Estados Unidos da América e a União Soviética.
- Criação do Estado de Israel.

1949 - Sob a liderança de Mao Tsé-tung, comunistas chegam ao poder na China.

1950 - Torres Gonçalves publica *Ordem internacional e ordem nacional: a sucessão à presidência d República (a propósito das próximas eleições)*.
- Início da Guerra da Coréia.

1951 - Getúlio Vargas toma posse como presidente eleito do Brasil.

1952 - Carlos Torres Gonçalves realiza sua primeira e única viagem à França, permanecendo por seis meses em Paris para tratar da condição legal da casa de Clotilde de Vaux.
- Fim da Guerra da Coréia.

1954 - Torres Gonçalves publica *La tension internationale: quelles sont les mesures principales à prendre par l''Occident pour diminuer cette tension?*
- Suicídio de Getúlio Vargas.

1955 - Juscelino Kubitschek é eleito presidente da República.

1956 - Torres Gonçalves publica *A propos de deux nouveaux attentats internationaux: le cas de Suez et le cas de Hongrie.*
- Juscelino Kubitschek toma posse como presidente da República.

1957 - Torres Gonçalves se torna bisavô.
- A União Soviética lança o primeiro satélite artificial; Torres Gonçalves escreve o artigo *Pour la fraternité: Les satellites artificiels et l'ordre social sur la planète humaine*.

1959 - Morre Adolpho, irmão mais velho de Carlos Torres Gonçalves.
- Torres Gonçalves publica *L'aggravation de la situation internationale: occupons-nous de la Terre!*
- Movimento guerrilheiro liderado por Fidel Castro toma o poder em Cuba.

1960 - Torres Gonçalves publica folheto sobre *O centenário de Júlio de Castilhos.*
- Juscelino Kubitschek inaugura Brasília.

1961 - Em 31 de janeiro, Jânio Quadros toma posse como presidente da República, tendo João Goulart como vice; Jânio renuncia em 25 de agosto; Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, lidera movimento pela posse de João Goulart, impedindo tentativa de golpe.

1962 - Torres Gonçalves publica os folhetos *Incorporação do proletariado e reforma agrária* e *Le cas de Cuba*.

1963 - Torres Gonçalves publica folheto *A Igreja Positivista do Brasil (em defesa de sua organização)*, no qual critica a obra de Ivan Lins sobre o positivismo no Brasil.
- Sublevação de sargentos da Marinha e da Aeronáutica no Brasil.
- Nos Estados Unidos, o presidente Kennedy é assassinado.

1964 - Morre Dagmar Torres Gonçalves, esposa de Carlos Torres Gonçalves.
- João Goulart preconiza reformas de base.
- Golpe militar depõe João Goulart.
- O general Castelo Branco assume a presidência da República.
- Ato Institucional n.º 1 suspende os direitos políticos de opositores ao novo regime.
- Torres Gonçalves publica o folheto *Ordem social*.

1965 - Ato Institucional n.º 2 extingue os partidos políticos e institui o bipartidarismo.

1966 - Carlos Torres Gonçalves solicita afastamento da Delegação Executiva da Igreja Positivista do Brasil.

1967 - General Costa e Silva é empossado na presidência do Brasil.

1968 - Ato Institucional n.º 5 cassa o mandato de parlamentares que faziam oposição ao regime militar.
- Eclode rebelião de estudantes e de trabalhadores na França, reprimida pelo presidente De Gaulle.
- Torres Gonçalves publica o folheto *Terra, a pátria comum*.

1969 - Costa e Silva é afastado por motivo de doença; junta de ministros militares escolhe o general Emílio Garrastazu Médici para a presidência do país.
- Neil Armstrong é o primeiro homem a chegar à lua.

1971 - Torres Gonçalves publica o folheto *O desarmamento*.

1972 - Carlos Torres Gonçalves publica sua o folheto *Proteção aos indígenas*

1973 - No jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, Torres Gonçalves publica sua última intervenção pública, novamente abordando a questão indígena.
- O presidente chileno Salvador Allende é deposto e morto em um golpe militar.

1974 - General Ernesto Geisel assume a presidência do Brasil.
- A 19 de junho, apenas onze dias antes de completar 99 anos, no Rio de Janeiro, morre Carlos Torres Gonçalves.

Arquivos e bibliotecas pesquisados

Em Porto Alegre:

* Arquivo Borges de Medeiros / Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (ABM / IHGRGS):
  - Cartas de Carlos Torres Gonçalves para Borges de Medeiros (1908-1928).

* Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS):
  - Documentação administrativa e relatórios elaborados por Carlos Torres Gonçalves na Diretoria de Terras e Colonização e em outros setores da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul (1899-1935);
  - Relatórios anuais enviados pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul à Assembléia dos Representantes (1900-1930).
  - Documentação da Diretoria Geral de Índios no Rio Grande do Sul (1846-1889).

* Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS):
  - Inventários de Joaquim da Costa Torres, Joaquim Antônio Gonçalves e Virgínia Torres Gonçalves.

* Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul:
  - Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul (1900-1930).
  - Leis, decretos e atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1889-1930).

* Capela Positivista de Porto Alegre (ACPPA):
  - Correspondência ativa e passiva de Carlos Torres Gonçalves e de outros membros do núcleo sul-rio-grandese de positivistas religiosos (1899-1935);
  - Discursos realizados por ocasião das cerimônias realizadas pelos adeptos da religião da Humanidade em Porto Alegre (1899-1935);
  - Coleção de recortes de jornais com notícias da propaganda positivista no Rio Grande do Sul (1897-1931);

- Documentação administrativa da propaganda da Igreja Positivista do Brasil em Porto Alegre (1899-1974);
- Plantas e documentos relativos à construção da Capela Positivista de Porto Alegre (1910-1935);
- Circulares anuais da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil (1881-1898; 1903-1913);
- Notícias da propaganda positivista no Estado do Rio Grande do Sul (1906-1939);
- Coleção dos folhetos de autoria de Carlos Torres Gonçalves (1901-1972);
- coleção dos folhetos editados pela Igreja Positivista do Brasil em Porto Alegre, no Rio de Janeiro, em Paris e em outras cidades (1881-1965);
- Fotografias, gravuras e demais objetos iconográficos referentes à religião da Humanidade;
- Obras de Auguste Comte, de Clotilde de Vaux e de outros positivistas franceses.

* Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC):
- Coleção do jornal "A Federação" (1900-1930).

Em Ijuí

* Biblioteca e arquivo do Museu Diretor Pestana / Unijuí:
- Documentação variada sobre as populações indígenas do Rio Grande do Sul depositada no Arquivo Kaingang, Guarani e Xetá.

Em Pelotas

* Biblioteca Pelotense:
- Coleção do jornal *Diário Popular (1890-1900).*

Em Rio Grande

* Biblioteca Rio-Grandense (BRG):
- Coleções dos jornais "Echo do Sul" e "Diário do Rio Grande" (1880-1900).

Em Santa Maria

* Arquivo da Diocese de Santa Maria (ADSM):
- Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria (1912-1925).

No Rio de Janeiro

* Arquivo da Família Torres Gonçalves:
  - *Cartas, cadernetas de anotações, documentos, recortes de jornais, fotografias, etc.*

* Arquivo da Igreja Positivista do Brasil (AIPB):
  - *Cartas de Carlos Torres Gonçalves para Miguel Lemos e para Teixeira Mendes (1899-1927)*;
  - *Correspondência geral enviada do Rio Grande do Sul para Miguel Lemos e para Teixeira Mendes (1883-1927);*
  - *Atas das reuniões da Delegação Executiva da Igreja Positivista do Brasil (1928-1974);*
  - *Biblioteca do Templo da Humanidade e coleção de obras editadas pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil (1881-1974).*

* Centro de Documentação do Museu do Índio:
  - *Microfilmes da documentação administrativa e dos relatórios do Serviço de Proteção aos índios e Localização de Trabalhadores Nacionais no Rio Grande do Sul (1910-1939).*

Em Paris

* Maison d'Auguste Comte:
  - *Biblioteca com as obras completas de Auguste Comte, bem como com os volumes que reproduzem sua correspondência (1816-1856).*

Em Montpellier

* Bibliothèque de l'Université Paul Valéry (Montpellier III):
  - *Produção bibliográfica contemporânea sobre a obra de Auguste Comte e sobre o positivismo em geral.*

Documentos produzidos por Carlos Torres Gonçalves na Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul [*]

1907 – *Breve noticia sobre a chamada questão de terras no Estado do Rio Grande do Sul.* In: Relatorio da Directoria de Terras e Colonisação do Estado do Rio Grande do Sul, 1º de agosto de 1907, p. 67 – 74.

1908 – *Relatorio da Directoria de Terras e Colonisação, apresentado ao Secretário de Obras Públicas em 27 de julho de 1908* (trabalhos executados de 1 de julho de 1906 a 30 de junho de 1907), p. 80 – 105, mais anexos. In: Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves presidente do Rio Grande do Sul pelo secretario de Estado Candido José de Godoy em 28 de agosto de 1908. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Livraria do Globo.

– *A Questão de Terras***.** Ofício a Borges de Medeiros. Porto Alegre, 8 de setembro de 1908, 5 p. datilografadas. In: Arquivo Borges de Medeiros – IHGRGS (documento n.º 5.067).

1909 **--** *Relatorio da Directoria de Terras e Colonisação, apresentado ao Secretario da SOP em 31 de julho de 1909 (trabalhos executados de 1 de julho de 1908 a 30 de junho de 1909),* p. 74 – 114, mais anexos. In: Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves presidente do Rio Grande do Sul pelo secretario de Estado Candido José de Godoy em 27 de agosto de 1909. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Livraria do Globo.

1910 – *Relatorio da Directoria de Terras e Colonisação, apresentado ao Secretario da SOP em 31 de julho de 1910 (trabalhos executados de 1 de julho de 1909 a 30 de junho de 1910).* p. 91 – 202, com anexos.

---

[*] Para a elaboração desta lista parcial dos documentos públicos mais relevantes produzidos por Carlos Torres Gonçalves, também consultei os seguintes trabalhos: CASSOL, Ernesto. *Carlos Torres Gonçalves – vida e obra*. Erechim: Relatório de Pesquisa – FAPERGS, 1996; e SPONCHIADO, Breno. *O positivismo e a colonização do norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História / PUCRS, 2000 (dissertação de mestrado).

1910 – *Relatorio sobre os indigenas do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: 9 de junho de 1910. Excursão de visita a dois toldos de índios coroados: Ligeiro e Fachinal. p 147-157. Inclusive *Mapa da parte Norte do Estado*, constando os toldos dos índios, e quadro de povoações próximas. In: Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves presidente do Rio Grande do Sul pelo secretario de Estado Candido José de Godoy em 10 de Setembro de 1910. Porto Alegre: Officinas Typographicas da Livraria do Globo.

1911 – *Relatorio da Directoria de Terras e Colonisação apresentado ao Secretario de Estado dos Negócios das Obras Públicas.* Porto Alegre: 31 de julho de 1911 (trabalhos decorridos de 01 de julho de 1910 a 30 de junho de 1911. p. 100 – 156; mais anexos.

-- *Proteção fraterna aos indígenas do Rio-Grande do Sul.* p. 153-156. In: Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves presidente do Rio Grande do Sul pelo secretario de Estado Candido José de Godoy em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: Officinas graphicas da Livraria do Globo.

-- *Algumas notas sobre o desenvolvimento industrial do Rio-Grande do Sul*. In Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul – 1911, p. 157-174.

1912 – *Mapa Colonial do Estado.*

1913 -- *O Monumento a Júlio de Castilhos inaugurado a 25 de janeiro de l9l3*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul. l913. 41p. Ilustrado. Edição comemorativa do centenário da Independência. Em parceria com Décio Villares.

– *Relatório da Diretoria de Terras e Colonização* – 1913. Porto Alegre: 17.07.1913, ao Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas (do período de 01.07.1912 a 30.06.1913), p. 57-105, mais anexos. In: Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros pelo Secretário de Estado João J. Pereira Parobé em 20 de agosto de 1913. Porto Alegre: Officinas graphicas da Livraria do Commercio.

1914 – *Projeto de regulamento sobre utilização dos cursos d'água da jurisdição do Estado, especialmente na irrigação*. Porto Alegre: 17.04.1914. In: Diretoria de Terras e Colonização – Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul – 1914, p. 214-217.

1916 – *Relatorio da Directoria de Terras e Colonisação, apresentado ao Secretario da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul em 31 de julho de 1916 (trabalhos executados de 1 de julho de 1915 a 30 de junho de 1916).* p. 109 – 212, com anexos.

-- *Projeto de "Instruções Provisórias para a conservação e exploração das florestas do domínio do Estado*. Idem, Anexo nº 1 p. 213-222: Porto Alegre, 23.07.1916.

– *Remodelação dos serviços de colonisação. Alterações propostas para o Projeto de reforma do Regulamento de Terras*. p 138-149. In: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, presidente, em exercício do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado, Interino, dos Negócios das Obras Públicas em 9 de setembro de 1916. Porto Alegre: Oficina gráfica d'A Federação, 1916.

1917 – *Directoria de Terras e Colonisação - Relatorio Annual Apresentado ao Sr. Dr. Protasio A. Alves, Secretario de Estado.* Porto Alegre: Typ. da Empreza Graphica Rio-Grandense, 1917.

– *Relatório da excursão ao Município da Palmeira e às Colônias Santa Rosa e Guarany*. - De Torres Gonçalves ao Secretário das Obras Públicas, 11 de maio de 1917. 15 p.

– *Mappa Colonial do Estado* – Organizado para figurar na Exposição Nacional do Gado no Rio de Janeiro – 13.05.1917; escala de 1:500.000. Consta de miniaturas de trabalhos coloniais, quedas de água, dados estatísticos sobre a situação territorial, população colonial e produção.

– *Croquis indicativo da situação das quedas d'água (primeiro ensaio).* Secção de desenho da Diretoria de Terras e Colonização. Desenhado por Ernani Müzell; chefe da secção, A. Trebbi; Litografia João Pettersen. Como anexo do Relatório de 1917.

– *Schema de um plano Geral de Viação (esboço) na zona Norte do Rio Grande do Sul (zona da colonização actual e futura).* Organizada por C. Torres Gonçalves. Desenhado por Ernani Müzell. Colorido. Consta as quedas de água, Relatório da DTC de 1917.

-- *Schema dos trabalhos de colonisação – Schema de viação, especialmente da zona Norte, dados estatísticos.*

1918 – *Colônia Santa Rosa - Lembrança da Festa dos Nacionaes, oferecida pelo Governo do Estado em 24.02.l9l8. Santo Ângelo.* Estado do Rio Grande do Sul - Diretoria de Terras e Colonização. Livraria do Globo, Porto Alegre. 12 p. Extraída de *A Federação* de 05.03.l9l8.

1919 – *Relatório da Diretoria de Terras e Colonização - 1919.* Porto Alegre, 31.07.1919. pp. 345-452; 11 anexos. In: Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros. Presidente do Ri Grande do Sul Dr. Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre, Officinas gráficas de A'Federação, 1919.

-- *Relatório da Inspecção dos Trabalhos da Commissão de Terras e Colonização da Palmeira***.** De Carlos Torres Gonçalves para o Secretário das Obras Públicas, 22.09.1919, 9 páginas datilografadas.

-- *Relatório sobre a inspecção dos trabalhos das Commissões de Terras e Colonização de Palmeira, Santa Rosa e Guarany.* 10 de março de 1919, 18 páginas datilografadas.

1920 **–** *Relatório da Diretoria de Terras e Colonização-1920***.** Porto Alegre: 31.07.1920, do período de 1 de julho de 1919 a 30 de junho de 1920. pp. 449-566; inclusive anexos. In. Relatório apresentado ao Dr. A A Borges de Medeiros. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 6 de agosto de 1920. Porto Alegre: Officinas gráphicas de "A'Federação", 1920.

-- *Relatório da Excursão de Serviço a Irahy e na zona norte, ao longo do valle do Rio Uruguay, do lado do Rio Grande do Sul e do de Santa Catarina***.** Para o Dr. Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: 20 de abril de 1920. pp. 27. Nota: faltam pp., datil. Obs: Faz menção e traz detalhes de todas as fontes de SC; relata a organização da estância de Iraí; anexa belo mapa colorido, do projeto da sede *Cruzeiro do Sul* (Iraí), organizado pelo engenheiro, em 1919. À p. 12: Resposta às informações pedidas pelo Eng. F. Saturnino Rodrigues de Britto.

1921-- *Relatório annual – 1921-* Apresentado ao Dr. Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado. 31 de maio de 1921. pp. 367-503

-- *Relatório de uma viagem de estudos na zona Norte e a Irahy em março e abril de 1921***,** apresentado ao Dr. Ildefonso Soares Pinto pelo Engenheiro Carlos Torres Gonçalves. Porto Alegre. abril de 1921. p. 505-537. In: Relatório apresentado ao Dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 16 de agosto de 1921. 2. Volumes, oficinas gráficas d'AFederação, Porto Alegre, 1921.

1922 -- As forças naturais e os problemas industriaes-economicos no Rio Grande do Sul (indicações sumarias para a posição do Plano Geral de Viação no Estado). In: Relatório da SOP – 1922 (?) pp. 646 - 663

1922 -- *O Monumento a Júlio de Castilhos, inaugurado a 25 de janeiro de l9l3***.** Porto Alegre: Edição do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, l922. 43 p. Ilustrado. Edição comemorativa do centenário da Independência. Em parceria de Décio Villares.

1924 **--** *O Problema dos transportes ferro-viarios no Rio-Grande do Sul. Contribuição especial para o plano geral de viação do Estado*. – Linha férrea de ligação directa na zona norte simultaneamente com Porto Alegre e Rio-Grande. Apresentado ao Eng. Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado em 1924. Anexo ao Relatório de 1923 – pp.567-590. Com Quadro estatístico do Potencial hidráulico do Estado

– *Projecto urbano para o terrapleno-oeste do novo porto da cidade do Rio Grande***.** Torres Gonçalves fazia parte de uma Comissão incumbida de dar parecer sobre os projetos. Pp. 402-404. In: Relatório da Diretoria de Terras e Colonização apresentado ao Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas Dr. Antonio Marinho Loureiro Chaves. Período do ano de 1924. in Relatório da SOP - 1925 pp. 345- 423, Porto Alegre: 31 de maio de 1925.

1925 **–** *Proposta de nova disposição no Regulamento de Terras, relativo ao concurso dos interessados na construção de linha férrea, nas zonas coloniais*. Ao secretário das Obras Públicas, Porto Alegre: 22 de dezembro de 1925, ofício. 439, 3 pág.

-- *Linha férrea na Colônia Santa Rosa***.** Ofício nº 438, de 19 de dezembro de 1925, ao secretário das Obras Públicas, 11 pág.

-- *Oferecimento de empréstimo pela Jewish Colonisation ao Governo do Estado para a construção de Linha-férrea*. Ao secretário das Obras Públicas, ofício n. 237, de julho de l925. pág. 6. “Na exposição a pretensão da empresa carece de fundamento”.

-- *Potencial hydraulico do rio das antas. Remessa do relatorio do Engenheiro Sylvio Barbosa***.** Ofício nº 238 de 21 de julho de 1925, ao secretário das Obras Públicas, 13p.

-- *Edital de concorrência para a exploração florestal em mattas do Estado***.** Enviado à Comissão de Terras e Colonização de Palmeira, em 3 de dezembro de l925.

– *Serviço Florestal***.** Projeto de instruções, setembro de l925.

-- *Relatório da Diretoria de Terras e Colonização – 1925***,** apresentado ao Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas Dr. Antonio Marinho Loureiro Chaves. Período do ano de 1924. In: Relatório da SOP – 1925, pp. 345- 423, Porto Alegre: 31 de maio de 1925.

1925 -- *Consulta da Sociedade Nacional de Agricultura sobre o problema da Immigração***.** Porto Alegre: 27.03.1925. Ao Secretário das Obras Públicas. pp. 429-441. In: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Antonio Marinho Loureiro Chaves, Secratário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Publicas, em 28 de junho de 1925. 1. volume. Porto Alegre: oficinas gráficas d"A Federação, 1925.

-- *A Questão da Imigração***.** Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1925.

-- *Exposição sobre a exploração florestal de madeiras das mattas do Estado***.** Anexo Instruções sobre o Serviço Florestal, ao secretário das Obras Públicas, em 16 de setembro de 1925, 6 p.

-- *Projeto de reforma do Regulamento de Terras e Colonização.* Ofício ao Secretário das Obras Públicas, de 2 de junho de 1925. 8 páginas, com correções.

-- *Estrada de rodagem para Palmeira e Irahy***.** Ofício nº 456, de 31 de dezembro de 1925, ao Secretário das Obras Públicas.

1926 **--** *Proposta de edital de concorrência para a construção da linha-férrea Passo Fundo-Irahy. A*o Secretário das Obras Públicas, março de 1926.

-- *Termo de contracto para engarrafamento das aguas thermo-alcalino-radioactivas de Irahy celebrado com o Dr. Vicente de Paula Dutra e Cidadão Vazulmiro Pereira Dutra***.** De 21 de julho de l926, embora não assine, presume-se sua autoria.

1927 **–** P*rojeto de edital da concorrência para construção da Linha férrea de ligação da zona de Irahy à rede ferroviária do Estado.* Anexo do ofício nº 171, de 12 de maio de 1927, 6 p.

– *Linha Férrea para Irahy***.** 8 de outubro de l927, 4 p.

1928 -- *Edital, sobre estudos do potencial hidráulico do Rio Jacuí e Rio das Antas.* Assinado por Torres Gonçalves, Porto Alegre: 29.08.1928. Endereçado ao Secretário das Obras Públicas. datilografado. cópia,

1928 **--** *Notas Sobre o projeto da Secretaria da Fazenda de alteração na concessão de lotes e arrecadação da dívida colonial.* Porto Alegre: 24.04.1928. 6 p., datilografado.

-- *Captação e utilização das aguas thermo-alcalino-radioactivas de Irahy***.** Ante-projecto apresentado ao Eng. João F. Moreira. Texto. 1928, Porto Alegre: datilografado, 30 páginas.

1929 – *Relatorio da Directoria de Agricultura, Industria e Commercio – sobre o ano de 1928.* Embora assinado pelo novo Diretor, traz notícias elaboradas por Torres Gonçalves. In: Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

1930 -- *Relatorio da Directoria da Viação Fluvial – 31 de maio de 1930, apresentado ao Eng. João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negocios das Obras Publicas.* Trabalhos realizados no ano de 1929. p 345 – 727. In: Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Eng. Civil J. Fernandes Moreira, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas em julho de 1930 – 2º volume. 1930. Porto Alegre: Offcinas Graphicas de "A Federação".

1931 – *Plano Geral de Viação do Estado – Bases para apreciação geral apresentadas ao Secretario de Estado dos Negócios das Obras Publicas Eng. João Fernandes Moreira.* Pela Comissão nomeada: Eng. Torres Gonçalves, diretor da Viação Fluvial, relator; Eng. Fernando Pereira, diretor da Viação Férrea e Eng. M. L. Pereira da Cunha, diretor da Viação Terrestre. Porto Alegre, Officinas graphicas d "A Federação" – 1931. p 120. 5 mapas coloridos ao final.

– *Informação ou parecer sobre a "Construção de Porto em Torres e pagamento com a concessão gratuita de 40.000 lotes de terras públicas".* Ao secretário. Ofício nº 2071, de 08.12.1931. 7 p., datilografado.

1932 – *Programa para proporcionar trabalho a cinco mil operários - um estudo econômico e financeiro*. Porto Alegre: of. gráficas de A Federação . l932, 20 p.

1933 -- *Rodovias e ferrovias do Nordeste e ligação com o Noroeste: projeto do Engenheiro A. Ebling.* Ao Secretário, em Porto Alegre, 21julho de 1933, 3 p.

-- *Prolongamento ferroviário do ramal Couto-Santa Cruz, proposta do Engenheiro Aymoré Drumond.* Ao Secretário, Porto Alegre, a 28 de julho de 1933. 4p.

-- *Prolongamento até São Francisco de Paula da Ferrovia existente (pedido da prefeitura).* Ao Secretário. Porto Alegre: 29 de julho de 1933. 3 p.

Folhetos de Carlos Torres Gonçalves enquanto propagandista da Religião da Humanidade

- Em Porto Alegre:

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Carta-circular dirigida a todos os republicanos rio-grandenses (27 de Homero de 113 / 24 de fevereiro de 1901).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1901 (2 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Carta-circular a todos quantos simpatizão com o pozitivismo no Rio Grande do Sul (18 de Descartes de 116 / 24 de outubro de 1904).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1904 (10 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Anna Schell Felizardo - lembrança da comemoração fúnebre (22 de S. Paulo de 117 / 11 de junho de 1905).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1905 (4 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Carta-circular aos contribuintes do subsídio pozitivista no Rio Grande do Sul e a todos quantos neste Estado sêntem a necessidade da pozição do problema religioso (4 de Arquimedes de 52 / 118 - 29 de março de 1906).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1906 (4 p).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Aos nóssos confrades e correligionários, e a todos quantos neste Estado simpatizão com a propaganda do Pozitivismo (27 de Descartes de 118 / 3 de novembro de 1906).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1906 (2 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da Propaganda Pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1906) Rezumos financeiros relativos à propaganda desde o ano 1899).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1907 (15 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Carta-circular dirigida a todos os republicanos rio-grandenses (14 de julho de 1907).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1907 (8 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da Propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1907).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1908 (26 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da Propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1908).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1909 (28 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da Propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1909).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1910 (34 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et. alii. *Carta-circular aos nóssos correligionários e a todos quantos simpatízão com o Pozitivismo no Rio Grande do Sul (7 de Aristóteles de 122 / 4 de março de 1910).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1910 (4 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Circular aos nóssos confrades e correligionários, e a todos quantos simpatízão com o Pozitivismo no Rio Grande do Sul (21 de Frederico de 122 / 25 de novembro de 1910).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1910 (2 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Circular (21 de Frederico de 123 / 25 de novembro de 1911).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1911 (2 p).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da Propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1910)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1912 (34 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da propaganda pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano de 1911).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1913 (16 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Edifício da Séde pozitivista em Porto Alegre - circular dirigida aos contribuintes*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1913 (12 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Edifício da Séde pozitivista em Porto Alegre*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1914 (10 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da Propaganda Pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul - rezumo correspondente ao 14º ano (124 / 1912).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1914 (66 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da Propaganda Pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul - resumo histórico correspondente ao 15º ano (125 / 1913).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1914 (34 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da Propaganda Pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul - resumo histórico correspondente aos 16º e 17º anos (1914 e 1915).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1917 (46 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Circular aos nóssos confrades e correligionários, e a todos quantos simpatizão com o Pozitivismo, especialmente no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1917 (4 p).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da Propaganda Pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul - rezumo histórico correspondente aos 18º e 19º anos (1916 e 1917).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1918 (60 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & GONÇALVES, Dagmar Torres. *Às nossas confreiras e confrades (19 de Descartes de 132 / 25 de outubro de 1920).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1920 (2 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Às nossas confreiras e confrades (4 de Frederico de 132 / 7 de novembro de 1920).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1920 (2 p).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da Propaganda Pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul - rezumo histórico correspondente aos anos 20º - 22º (1918-20).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1921 (66 p).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Pela fraternidade (a propózito das manóbras militares neste Estado)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1922 (3 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Pela fraternidade: a propózito do Centenário da Independência.* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1922 (14 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & GONÇALVES, Dagmar Torres. *Virgínia Torres Gonçalves - lembrança fúnebre*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1922 (4 p).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Pelos interésses supremos da Órdem! A propózito da luta fratricida que neste momento vitima o Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1923 (12 p).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Edifício da Séde Pozitivista em Porto Alégre - circular aos nóssos confrades e correligionários, e a todos quantos simpatizão com a propaganda pozitivista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1925 (6 p).

GONÇALVES, Carlos Torres & SANTOS, João Luís de Faria. *O regímen republicano ou da Fraternidade (intervenções a propózito da agitação revizionista, do estado de sítio e da anistia).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1925 (17 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Comemoração do Sétimo Centenário Subjetivo de São Francisco de Assis (1226 - 3 de outubro de 1926) - Inauguração da imágem da Humanidade no frontão da Capéla Pozitivista de Porto Alégre, em construção.* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1926 (58 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Capéla da Humanidade de Porto Alegre - circular aos nóssos confrades e correligionários, e a todos quantos simpatizão com a propaganda pozitivista no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1927 (9 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *A propózito da transformação de R. Teixeira Mendes - circular aos nóssos confrades e correligionários, e a todos quantos simpatizão com a Propaganda Pozitivista, especialmente no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1927 (4 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Inauguração da Capéla da Humanidade de Porto Alegre - programa da ceremônia (19 de janeiro de 1928).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1928 (2 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & SANTOS, João Luís de Faria. *I - Á nação - pelo desenvolvimento do caracter Republicano da União Federativa Brasileira: a propózito da substituição revolucionária do Governo da União e dos Governos do Estados, agravada pela supressão da Constituição Federal, de 24 de Fevereiro de 1891, da Constituição de 14 de Julho, deste Estado e das dos demais estados (publicação de 27 de Frederico de 142 / 1º de dezembro de 1930); II - O regímen constitucional - pelo verdadeiro retorno ao mesmo (publicação de 12 de Bichat de 143 / 14 de dezembro de 1931).* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1932 (36 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela fraternidade universal: o respeito às nações mais fracas e o sacrificio imminente da Abyssinia*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1935 (4 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela fraternidade universal: a proposito da definição recente, pela Liga das Nações, da Italia como paiz agressor da Abyssinia.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1935 (4 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & SANTOS, João Luís de Faria. *Pela fraternidade universal III: a conquista da Abyssinia - mais um attentado de lesa-Universal, compromettendo o Occidente e com elle a Terra.* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1936 (8 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Propaganda Pozitivista no Rio Grande do Sul - noticia financeira dos anos 133 / 148 (1921-1936)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1937 (33 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Propaganda Pozitivista no Rio Grande do Sul - noticia financeira do ano 149 (1937)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1938 (4 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & CIDADE, Ozorio de Azambuja. *Propaganda Pozitivista no Rio Grande do Sul - a propózito da transformação do nósso correligionário Dr. Arthur Homem de Carvalho.* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1939 (11 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Propaganda Pozitivista no Rio Grande do Sul - notícia financeira do ano 150 (1938)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1939 (4 p).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Notícia da Propaganda Pozitivista no Estado do Rio Grande do Sul (ano 1939) - dirigida aos coopedarodes do subsídio pozitivista no mesmo Estado*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1940 (20 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & PETRUCCI, Salvador. *O respeito à órdem material das sociedades - a propózito do recente atentado de 11 de novembro*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1955 (8 p.).

- No Rio de Janeiro

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Em defesa de delicadissimas condições da instituição da familia - a proposito da denominada "prophylaxia do aborto" em projecto*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1933 (4 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela fraternidade universal: o respeito às nações mais fracas e o sacrificio imminente da Abyssinia*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1935 (16 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela fraternidade universal: a proposito da definição recente, pela Liga das Nações, da Italia como paiz agressor da Abyssinia.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1935 (12 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *A ordem social e o communismo: a proposito do fechamento compulsorio da Alliança Nacional Libertadora*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1935 (16 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Em commemoração da data da fundação da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1935 (4 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & SANTOS, João Luís de Faria. *Pela fraternidade universal III: a conquista da Abyssinia - mais um attentado de lesa-Universal, compromettendo o Occidente e com elle a Terra.* Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1936 (12 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela Fraternidade Universal, especialmente Americana - a propózito do arrendamento de navios de guérra ao Brazil.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1937 (5 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *O atual dilaceramento fraticida na Hespanha (sumária apreciação à lus do Pozitivismo) em carta ao sr. José Castillo; A conferência da pás de Buenos Aires*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1937 (16 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *O regímen republicano e a Constituição Federal de 10 de novembro*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1938 (83 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela fraternidade universal: a agressão à Finlândia - mais um atentado de léza-Humanidade, estimulado pelas lutas fratricidas do Ocidente*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1939 (9 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Pela Humanidade! a neutralidade como não-participação activa apenas nas lutas fratricidas*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1940 (7 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *As constituições de 14 de Julho e de 10 de Novembro - a propózito de uma conferência realizada no Departamento de Imprensa e Propaganda, e publicada pelo "Jornal do Commercio", a 25 de agosto de 1940, estabelecendo afinidades entre éssas duas constituições, e especialmente entre a Constituição de 10 de Novembro e a solução política de Augusto Comte*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1940 (32 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *A ordem social e o problema da pás (a propózito da atual catástrofe fratricida); A declaração de pás anglo-americana (a propózito da "Carta do Atlântico")*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1941 (107 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *A America e a paz (a propózito da 3ª Reunião de Chanceleres das Repúblicas Americanas)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1942 (6 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *A fundação da República em França - em comemoração da passágem do 150º aniversário (10 de agosto de 1792 - 10 de agosto de 1942)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1942 (14 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Pela humanidade! Da neutralidade ao estado de guérra - a propózito dos mais recentes atentados do Governo alemão dirétamente contra o Brazil*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1942 (4 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *O culto da bandeira - a propózito de mais um atentado à liberdade espiritual, especilamente religióza*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1942 (13 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. *Pela fraternidade: Paraguai-Brazil - a propózito do recente ato do cancelamento da dívida de guerra do Paraguai não impedindo o prosseguimento das comemorações oficiais de vitórias alcançadas em luta com a carissima República Irman*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1942 (4 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. *A paz estável (de princípios) - a propózito do atual dilaceramento fraticida.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1943 (67p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. *A stable peace (based on principles) - condensed from "The social order and the peace problem" and "A stable peace" (apreciations of the present crisis, based on Auguste Comte's Positive Politics)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1943 (tradução de Esther Maria Perestrello da Camara Viveiros) (23 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *A libertação de Paris*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1944 (4 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. *A concepção da paz - ainda a propózito da persistência em preconceitos que continúão a embaraçá-la*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1944 (8 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonisio Curvello de. *A humanidade acima da pátria (a política subordinada à moral; o progresso subordinado à ordem) - ainda a propózito da Concepção da Paz e dos preconceitos que continúão a embaraçá-la*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1945 (22 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonisio Curvello de. *Nenhum recurso à insurreição - a propózito da agitação política do momento*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1945 (5 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *República e Democracia - a propózito da atual agitação política para a substituição do Governo e pela reconstitucionalização do Paíz.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1945 (28 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. *Pela República - a propózito da manutenção provizória da Constituição de 1937*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1946 (4 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *L'Établissement de la paix*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1946 (24 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonisio Curvello de. *Pozitivismo e comunismo - a propózito do surto comunista*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1947 (28 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonisio Curvello de. *Pela fraternidade universal - a conferência dos chanceléres das repúblicas americanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1947 (18 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Pour la fraternité universelle: I - Incompatibilité de la paix avec toute politique contradictoire (epécialement à propos des empires coloniaux et de l'internationalisation de la Ruhr); II - Le pacte de l'Atlantique Nord (sa nécessité, malgré son incohérence)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1949 (32 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. Ó*rdem Internacional e Órdem Nacional - a sucessão à prezidência da República (a propózito das próssimas eleições)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1950 (28 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *I - Orient et Occident - spécialement à propos des cas de la Corée et de la Chine; II - Paix, et non "apaisement"*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1951 (27 p.)..

GONÇALVES, Carlos Torres et alii. *Capéla da Humanidade de Paris - Circular de 27 de Carlos Magno de 100 / 166 (14 Julho 1954).* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1954 (5 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *La tension internationale - quelles sont les mesures principales à prendre par l'Occident pour diminuer cette tension?* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1954 (24 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela liberdade espiritual: I - A separação das igrejas do Estado: a propózito de perseguições à Igreja Católica na Argentina; II - Pela tolerância religióza: a propózito da campanha anunciada contra protestantes, espíritas e comunistas; III - O Serviço de Proteção aos Índios: a propózito de sua transferência pleiteada à Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1955 (23 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Pour la fraternité universelle - encore les relations fraternelles entre l'Occident e l'Orient: I - Les possessions portugaises des Indes (la nécessité de tranquiliser l'Orient); II - Le cas de Formose (l'aide de l'Occident à la pacification de l'Orient et à son relèvement)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1955 (14 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Pour la fraternité! A propos de deux nouveaux attentats internationaux: le cas de Suez et le cas de Hongrie*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1956 (13 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. *A repressão aos atentados políticos - a propózito das recentes ezecuções na República Argentina*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1956 (8 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Pour la fraternité: I - Les satellites artificiels et l'ordre social sur la planète humaine; II - Le Maréchal Candido Mariano da Silva Rondon (le respect des peuplades indigènes de l'hinterland du Brésil).* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1957 (24 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *L'aggravation de la situation internationale - Occupons-nous de la Terre!* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1959 (18 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela fraternidade I - O centenário de Júlio de Castilhos; II - Brazília; III - O dezarmamento militar das nações colombo-latinas.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1960 (13 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *La paix dépend de l'Occident (deuxiéme écrit sous ce même titre).* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1960 (7 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Les relations internationales et l'ordre social*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1961 (15 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Le cas de Cuba – la conquetê de la confiance internationale*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1962. (7 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *I - Pela ordem - o respeito à Constituição Política da Pátria; II - Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon; III - Incorporação do proletariado e reforma agrária.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1962 (16 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *I - A Igreja e Apostolado Positivista do Brasil (em defesa de sua organização e da ação de seus apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes); II - Júlio de Castilhos e o positivismo*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1963 (44 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Reforma agrária: ordem social e proletariado*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1963 (8 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Ordem social*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1964 (8 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Caminhemos para a paz ocupando-nos da Terra*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1967 (24 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonisio Curvello de. *Terra, a pátria comum*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1968 (12 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *A fase tormentosa, de transição, que atravessa a Terra*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1969 (12 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Pela Humanidade (a propósito, em particular, do caso Rússia-China).* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1970 (12 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *A Igreja Positivista do Brasil: Miguel Lemos - Teixeira Mendes*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1971 (27 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *O desarmamento*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1971 (8 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *O desarmamento (2ª edição, com alguns aditamentos intercalados).* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1971 (12 p.).

GONÇALVES, Carlos Torres. *Proteção aos indígenas*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1972 (8 p.).

Obras de Auguste Comte e publicações diversas da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil

- Obras de Auguste Comte

COMTE, Auguste. *Apelo aos conservadores*. Rio de Janeiro: Igreja Pozitivista do Brazil, 1899 (tradução de Miguel Lemos)

COMTE, Auguste. *Catecismo Pozitivista - ou sumária espozição da religião univeral* (1852). 4ª ed. Rio de Janeiro: Apostolado Pozitivista do Brazil, 1934 (tradução de Miguel Lemos).

COMTE, Auguste. *Cartas filozóficas sobre a comemoração social, o batismo cristão e o cazamento*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1912 (tradução de Teixeira Mendes).

COMTE, Auguste. *Cours de philosophie positive* (1830-1842). 3ª ed. Paris: J. B. Baillière et Fils, 1869. 6 tomos.

COMTE, Auguste. *Discours sur l'ensemble du positivisme* (1848). Paris: Flammarion, 1998 (présentation, notes et chronologie par Annie Petit).

COMTE, Auguste. *Discours sur l'esprit positif* (1844). Paris: Vrin, 1995.

COMTE, Auguste. *Lettres d'Auguste Comte a M. Valat*. Paris: Jouaust Imprimeur, 1870.

COMTE, Auguste. *Opusculos de philosophia social (1819-1828)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1899 (introdução e tradução de Dinarte Ribeiro).

COMTE, Auguste. *Plan des travaux scientifiques nécessaires pour rórganiser la société* (1822). Paris: L'Harmattan, 2001.

COMTE, Auguste. *Système de politique positive ou Traité de sociologie instituant la Religion de l'Humanité*. Paris: Carilian-Goeury, 1851-1854, 4 tomos.

COMTE, Auguste. *Testament d'Auguste Comte.* Paris: Édition de l'Éxecution Testamentaire, 1884.

- Publicações diversas da Igreja Positivista do Brasil em Porto Alegre, no Rio de Janeiro e em Paris -

APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL *Catálogo das publicações*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1932.

BANDEIRA, Alípio. *Um cazamento pozitivista no ano de 112 (1900 da era cristan)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1901.

BIART, Luciano. *Marina (uma página da história do México)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1900 (n.º 201).

CARNEIRO, Octavio Barboza. *A guarda e conservação sociolátrica da Caza de Clotilde (rua Payenne, 5 – Paris)*. Rio de Janeiro: Religião da Humanidade, 1930.

DELEGAÇÂO EXECUTIVA DA IGREJA POZITIVISTA DO BRAZIL. *A Igreja Pozitivista do Brazil na hóra da transformação de R. Teixeira Mendes*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1928.

DELEGAÇÃO EXECUTIVA DA IGREJA POZITIVISTA DO BRAZIL. *A Capéla da Humanindade de Paris (rua Payenne n.º 5) – sua guarda e conservação – circular a propózito da restituição desse Santuário à Igreja*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1943.

DELEGAÇÂO EXECUTIVA DA IGREJA POZITIVISTA DO BRAZIL. *Capéla da Humanidade de Paris – registro, em Paris, da Caza n.º 5 da rua Payenne como propriedade da Igreja Pozitivista do Brazil*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1954.

FELIZARDO JÚNIOR, Joaquim José et alii. *Carta-circular dirigida a todos quantos sympathizam com a missão do Apostolado Pozitivista do Brazil - 21 de maio de 1899*. Porto Alegre: Igreja Pozitivista do Brazil, 1899.

FELIZARDO JÚNIOR, Joaquim José et alii. *Carta-circular dirigida a todos os republicanos rio-grandenses (24 de fevereiro de 1901)*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1901.

LAGARRIGUE, Jorge. *Cartas de Jorge Lagarrigue a Miguel Lemos*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1957 (volume organizado por Carlos Torres Gonçalves).

LEMOS, Miguel. *Subsídio pozitivista*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, s.d.

LEMOS, Miguel. *Imigração chineza – menságem a S. Ec. o Embaixador do Celéste Império junto aos governos da França e Inglatérra*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1881 (n.º 6).

LEMOS, Miguel. *Santa Tereza – comemoração sumária*. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1882 (n.º 8).

LEMOS, Miguel. *L'Apostolat Positiviste au Brésil – rapport pour l'année 1882*. Rio de Janeiro: Église Positiviste du Brésil, 1884.

LEMOS, Miguel. *O túmulo de José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1886 (n.º 37).

LEMOS, Miguel. *Ortografia pozitivista*. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1888 (n.º 58).

LEMOS, Miguel. *A secularização dos cemitérios*. Rio de Janeiro: IPB, 1890.

LEMOS, Miguel. *O Apostolado Pozitivista no Brazil – circular anual (ano de 1891)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1892 (n.º 126).

LEMOS, Miguel (org). *Bulletin de l'Apostolat Positiviste du Brésil – 28 janvier 1897*. Rio de Janeiro: IPB, 1897 (n.º 1F).

LEMOS, Miguel. *O Apostolado Pozitivista no Brazil – décima-sexta circular anual (ano de 1896)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1898 (n.º 186).

LEMOS, Miguel. *O Apostolado Pozitivista no Brazil - décima-sétima circular anual (ano de 1897)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1899 (n.º 196).

LEMOS, Miguel. *Calendário e bibliotéca pozitivistas*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1902 (n.º 208 bis).

LEMOS, Miguel. *Pozitivismo e vegetarismo*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1902 (n.º 213).

LEMOS, Miguel. *Cartas de Miguel Lemos a Teixeira Mendes*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1965 (volume organizado por Carlos Torres Gonçalves).

LEMOS, Miguel & MENDES, Raymundo Teixeira. *Bazes de uma Constituição política ditatorial federativa para a República brazileira*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1890 (n. 82).

MENDES, Raymundo. Teixeira. *A liberdade espiritual e a secularização dos cemitérios*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1887 (n.º49).

MENDES, R. Teixeira. *A nomeação para os cargos públicos – carta ao Exmo. Sr. Conselheiro Felipe Franco de Sá*. Rio de Janeiro: IPB, 1887 (n.º 50).

MENDES, R. Teixeira. *Officio de R. Teixeira Mendes ezonerando-se do seu cargo no funcionalismo público*. Rio de Janeiro: IPB, 1890 (n.º 80).

MENDES, R. Teixeira. *Esboço biográfico de Benjamin Constant*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 2 vols., 1892-1894 (n.º 120 e 120 a).

MENDES, R. Teixeira. *Exame da questão do divórcio*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1893 (n.º 133).

MENDES, R. Teixeira. *As ultimas concepções de Augusto Comte ou ensaio de um complemento ao 'Catecismo Positivista'*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1898.

MENDES, R. Teixeira. *O ano sem par (abril de 1845 a abril de 1846) – ou meditação religioza da incomparavel União à qual os fundadores do Pozitivismo, Augusto Comte e Clotilde de Vaux, deverão o preenchimento da sua missão*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1900.

MENDES, R. Teixeira. *A propaganda do Pozitivismo em Pariz – circular dirigida a todos os que conhécem a ação ao Apostolado Pozitivista do Brazil e aspirão pela regeneração social, tanto política como moral*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1902.

MENDES, R. Teixeira. *A propaganda do Pozitivismo em Pariz – 3ª circular dirigida a todos os que conhecem o apelo feito para instituir em Pariz uma tentativa de propaganda sistematica da Religião da Humanidade.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1903.

MENDES, R. Teixeira. *A propaganda do Pozitivismo em paris – 4ª circular, dirigida a todos os que conhécem o apelo feito para instituir em paris uma tentativa de propaganda sistemática, e especialmente aos que tiverão a benevolencia de responder-lhe*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1903.

MENDES, R. Teixeira. *O Apostolado pozitivista no Brazil – circular anual (ano de 1903)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1904 (n.º 219).

MENDES, R. Teixeira. *Contra a vaccinação obrigatória – a propózito do projéto do Governo*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1904 (n.º 224).

MENDES, R. Teixeira. *La Chapelle de l'Humanité à Paris (rue Payenne, 5) – circulaire adressée aux occidentaux qui ont contribué à racheter, pour être consacrée au culte de l'Humanité, la Maison où est morte Clotilde*. Rio de Janeiro: Église Positiviste du Brésil, 1906.

MENDES, R. Teixeira. *Ainda os indígenas do Brazil e a política moderna – a propózito dos recentes telegramas dos engenheiros Gastão Sanges e Candido Rondon*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1908 (n.º 253).

MENDES, R. Teixeira. *Ainda a República e o militarismo.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1908 (n.º 271).

MENDES, R. Teixeira. *A mulher, sua apreeminência social e moral segundo os ensinos da verdadeira siência pozitiva – a solução da questão social.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1908 (n.º 273).

MENDES, R. Teixeira. *O sientismo e a defeza dos indígenas brazileiros.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1909 (n.º 276).

MENDES, R. Teixeira. *Brazil-Uruguai: a digna reparação de uma gravissima culpa da diplomacia brazileira (a propózito dos limites do Brazil com o Uruguai, mediante o reconhecimento, por parte do Brazil, do comum domínio do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim).* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1909 (nº 283).

MENDES, R. Teixeira. *A civilização dos indígenas brazileiros e a política moderna – a propózito dos projétos neste assunto atribuídos ao Dr. Rodolfo Miranda, Ministro da Agricultura*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1910 (n.º 294).

MENDES, R. Teixeira. *Em defeza dos selvagens brazileiros* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1910 (nº 300).

MENDES, R. Teixeira. *Pela fraternidade sul-americana e especialmente no que concerne às relações do Brazil e da Argentina com o Uruguai e, sobretudo, o Paraguai (a propózito da ata que rezolveu fraternalmente, entre os governos argentino e brazileiro, o deplorável incidente das bandeiras).* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1910 (nº 309).

MENDES, R. Teixeira. *O Apostolado Pozitivista do Brazil – circular anual de 1909*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1910 (n.º 312).

MENDES, R. Teixeira. *O Apostolado Pozitivista no Brazil (circular de 1910)*. Rio de Janeiro: IPB, 1912 (n.º 336).

MENDES, R. Teixeira. *O respeito à pudicicia e à delicadez femininas, à liberdade espiritual, ao prestígio da função médica, ao decoro do poder temporal e à dignidade do público*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1912 (n.º 345).

MENDES, R. Teixeira. *Uruguay-Brazil: necessidade da immediata reparação de uma gravissima culpa que a diplomacia brazileira acaba de commeter (a proposito da convenção entre o Brazil e a Republica Oriental do Uruguay, assignada nesta capital, a 7 de maio de 1913, modificando, no arroio S. Miguel, a fronteira estabelecida pelo Tratado de 15 de maio de 1852 e accordo de 22 de abril de 1853)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1914 (nº 369).

MENDES, R. Teixeira. *Uruguay-Brasil: Tratado Mirim-Jaguarão (7 de maio de 1910) - a proposito do quarto anniversario da ratificação do tratado Mirim-Jaguarão.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1914 (nº 375).

MENDES, R. Teixeira. *Pela Humanidade I – Os ensinamentos de Augusto Comte sobre o horrível dilaceramento fratricida que está vitimando a República Ocidental*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1914 (n.º 379).

MENDES, R. Teixeira. *Uruguay-Brasil: Tratado Mirim-Jaguarão (7 de maio de 1910) - a proposito do quinto anniversario do tratado Mirim-Jaguarão.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1915 (nº 387).

MENDES, R. Teixeira. *Pour l'Humanité III – Les enseignements d'Auguste Comte sur les plus féroces abominations résultées de l'horrible dechirement fratricide qui, depuis août 1914, victime la République Occidenteale, et sur les monstrueux ravages du matérialisme scientifique, que cette lutte sacrilège est venue mettre au grand jour*. Rio de Janeiro: Église Positiviste du Brésil, 1915 (n.º 391).

MENDES, Raimundo Teixeira. *Uma visita aos lugares santos do Pozitivismo*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1915. (n.º 192).

MENDES, R. Teixeira. *A actual agitação militarista pelo serviço militar obrigatorio e a regeneração humana.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1917 (n.º 398).

MENDES, R. Teixeira. *Pela Humanidade VI – As condições inilludiveis da paz*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1917 (n.º 407).

MENDES, R. Teixeira. *Ainda contra o serviço militar obrigatorio*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1917 (n.º 408).

MENDES, R. Teixeira. *Pela Humanidade VII – A defeza da neutralidade politica*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1917 (n.º 409).

MENDES, R. Teixeira. *A incorporação do proletariado na sociedade moderna e os ensinos de Augusto Comte*. Rio de Janeiro: IPB, 1917 (n.º 417a).

MENDES, R. Teixeira. *A reconstrução do pórtico do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Rio de Janeiro, 1921.

MENDES, R. Teixeira. *Mais um appelo à concórdia política - a propózito da situação política no Brazil e, especialmente, no Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro: Igreja Pozitivista do Brazil, 1923.

MENDES, R. Teixeira. *Rezumo cronológico da evolução do Pozitivismo no Brazil (publicação póstuma feita pela Delegação Executiva da Igreja Pozitivista do Brazil)*. Rio de Janeiro: IPB, 1930.

MENDES, R. Teixeira. *Ensaio sobre o culto público*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1936.

MILLER, Juvenal. *Os professos*. Porto Alegre: Typgrafia Franco & Irmão, 1898.

MILLER, Juvenal. *Discurso pronunciado na solenidade com que um grupo de simpáticos ao Pozitivismo comemorou o 4º centenario do descobrimento do Brazil*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1900.

MILLER, Juvenal. *Discurso pronunciado na solenidade com que um grupo de simpáticos ao pozitivismo comemorou o 78º. aniversário da Independência do Brazil.* Porto Alegre: Igreja Pozitivista do Brasil, 1900.

OLIVEIRA, José Mariano de. *À Tiradentes – 21 de abril*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1884 (n.º 16).

OLIVEIRA, J. Mariano de. *Noticia da fésta da inauguração da Capéla da Humanidade no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1891.

SANTOS, João Luiz de Faria. *Contra a diffamação – artigos a proposito da variola*. Porto Alegre: Officinas Typographicas d'A Federação, 1905.

VAUX, Clotilde de. *A infância*. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1900 (poema traduzido por Teixeira Mendes).

VAUX, Clotilde de. *Whilhelmine*. Paris: s.e., 1929.

Bibliografia geral

ALMEIDA, João Pio de. *Borges de Medeiros - subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928.

ALONSO, Ângela. "De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro". In: *Bib – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.º 42, 2º semestre de 1996, p. 109-134.

ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (org). *Visões do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1995.

ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *A cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-historiográfica*. Rio Grande: Editora da FURG, 1997.

ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. *La doctrine de l'education universelle dans la philosophie d'Auguste Comte*. Paris: Presses Universitaires de France, 1957, 2 tomos.

ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. *Auguste Comte*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968 (collection "Philosophes").

ARIÈS, Phillipe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, vol. II.

AZZI, Riolando. *A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart – as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BARCELLOS, Vanessa. *O Governo Borges de Medeiros e a indústria da madeira na região nordeste do Estado (1898-1928)*. Porto Alegre: PUCRS, 1988 (dissertação de mestrado em História).

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENOIT, Lelita Oliveira. *Sociologia comteana: gênese e devir*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

BENZ, Wolfgang & GRAML, Hermann. *El siglo XX – Europa después de la segunda guerra mundial (1945-1982)*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1986 (2 tomos).

BENZ, Wolfgang & GRAML, Hermann. *El siglo XX – Problemas mundiales entre los dos bloques de poder*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1985.

BOEIRA, Nelson. "O Rio Grande de Augusto Comte". In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (org). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 34-59.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BOSI, Alfredo. "A arqueologia do Estado-Providência: sobre um enxerto de idéias de longa duração". In: ––––––. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 273-307.

BOURDEAU, Michel & CHAZEL, François (dir.). *Auguste Comte et l'idée de science de l'homme*. Paris: L'Harmattan, 2002.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta (org). *usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 183-191.

BRAUDEL, Fernand. "História e ciências sociais: a longa duração". In: ------. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 41-78.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

BURKE, Peter. "A invenção da biografia e o individualismo renascentista". In: *Estudos históricos*. n.º 19, 1997, p. 83-97.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANGUILHEM, Georges. “La philosophie biologique d’Auguste Comte et son influence en France au XIX siècle”. In: ––––––. *Études d’histoire et de philosophie des sciences*. 5ª ed. Paris: Vrin, 1983, p. 74.

CANEVACCI, Massimo. “Introdução”. In: ------- (org). *Dialética do indivíduo: o indivíduo na natureza, história e cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CAPELLATO, Maria Helena. *O movimento paulista de 1932 e a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CAPURRO, Raquel. *Le positivisme est un culte des morts: Auguste Comte*. Paris: Éditions EPEL, 2001.

CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional – o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARRION, Rejane. *A ideologia médico-social no sistema de A. Comte*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. “Modernização frustrada: a política de terras no Império”. In: *Revista Brasileira de História*, n.º 1, março de 1981, p. 39-57.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. “A ortodoxia positivista brasileira: um bolchevismo de classe média”. In: *Revista do Brasil*, ano IV, n.º 8, dez. 1989, p. 50-56.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. “O positivismo brasileiro e a importação de idéias”. In: LEAL, Elisabete da Costa & GRAEBIN, Cleusa (org). *Revistando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998, p. 13-27.

CARVALHO, José Murilo de. “O historiador às vésperas do terceiro milênio”. In: -------. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 441-457.

CASSOL, Ernesto. *Carlos Torres Gonçalves – vida e obra*. Erechim: Relatório de Pesquisa – FAPERGS, 1996.

CASTILHOS, Júlio de. *Cartas de Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1993.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. “La historia, ciencia y ficción”. In: *Historias*, México, INAH, nº 16, jan./mar. 1987. p. 19-33.

CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990,

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, n.º 11 (5), 1991.

COELHO, Lúcia Maria Salvia. *Fundamentos epistemológicos de um psicologia positiva*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

COSTA, João Cruz. *Augusto Comte e as origens do positivismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

D’APREMONT, Bernardin & GILLONNAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul (1896-1915)*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1976,

D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DARNTON, Robert. “História intelectual e cultural”. In: -------. *O beijo de* Lamourette. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DIAS, José Luciano de Mattos. “Os engenheiros do Brasil”. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 13-81.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero - um destino*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1976.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa, Editorial Presença, 1985.

FEDI, Laurent. *Comte*. Paris: Les Belles Lettres, 2000.

FÈLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2.ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

FREUND, Julien. "La politique d'Auguste Comte". In: *Revue Philosophique*, Paris, n.º 4, 1985, p. 461-467.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. "O início da história e as lágrimas de Tucídides". In: ----------. *Sete aulas sobre linguagem, memória e* história. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 15-37.

GAY, Peter. *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIANNOTTI, José Arthur. "Comte, vida e obra". In: *COMTE*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção *Os pensadores*). p. VII-XVI.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: ------. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-179.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Le juge et l'historien*. Paris: Verdier, 1997.

GOUHIER, Henri. "L'opuscule fondamental". In: *Les Études Philosophiques*, Paris, n.º 3, 1974, p. 325-337.

GOUHIER, Henri. *La vie d'Auguste Comte*. 2.ª ed. Paris: Vrin, 1997.

GRANGE, Juliette. *La philosophie d'Auguste Comte – science, politique, religion*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

GRANGE, Juliette. *Auguste Comte – la politique et la science*. Paris: Éditions Odile Jacob, 2000.

GRANGE, Juliette. *Le vocabulaire de Comte*. Paris: Ellipses, 2002.

GURVITCH, Georges. *"Tres capitulos de la historia de la sociologia: Comte, Marx y Spencer*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1970.

GUTFREIND, Ieda. "Historiografia sul-rio-grandense e o positivismo comtiano". In: GRAEBIN, Cleusa & LEAL, Elisabete (org). *Revisitando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998. p. 47-58.

HARTOG, François. “Une rhétorique de l’alterité”. In: -----. *Le miroir d’Hérodote*. Paris: Gallimard, 1990, p. 225-269

HERNANDEZ, Leila. *A Aliança Nacional Libertadora: ideologia & ação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HILL, Christopher. “A biografia na história da Inglaterra setecentista”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, n º14, setembro - 1995, p. 124-144.

HOBSBAWM, Eric. “El renacimiento de la historia narrativa: algunos comentarios”. In: *Historias*. Mexico, nº 14, jul./set., 1986. p. 9-13.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história – ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IHERING, Hermann von. “A anthropologia do Estado de São Paulo”. In: *Revista do Museu Paulista*, vol. VII, 1907.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IGLÉSIAS, Francisco. *Constituintes e constituições brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ISAIA, Arthur César. *O cajado da ordem - catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: Dom João Becker e o autoritarismo*. São Paulo: USP, 1992 (tese de doutorado em história).

ISAIA, Artur César. “Catolicismo, regeneração social e castilhismo na República Velha gaúcha”. In: *Estudo Íbero-americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, vol. XVIII, 1992, p. 5-23.

ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

JUVENAL, Amaro (Ramiro Barcellos). *Antônio Chimango – poemeto campestre*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999 (prefácio de Marcelo Backes).

KAHN, Pierre. *Le positivisme*. Paris: Éditions Quintette, 1996.

KINDER, Hermann & HILGEMANN, Werner. *Atlas histórico mundial*. Madrid: Ediciones Istmo, 1986 (2 volumes).

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KOFMAN, Sarah. *Aberrations: le devenir-femme d'Auguste Comte*. Paris: Aubier-Flammarion, 1978.

KREMER-MARIETTI, Angèle. *Auguste Comte et la théorie sociale du positivisme*. Paris: Éditions Seghers, 1970.

KREMER-MARIETTI, Angèle. *Le positivisme*. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1993 (collection "Que-sais-je?", n.º 2034).

KREMER-MARIETTI, Angèle. *Le projet anthropologique d'Auguste Comte*. 2ª ed. Paris: L'Harmattan, 1999.

KREMER-MARIETTI, Angèle. "Presentation: Auguste Comte et la science politique". In: COMTE, Auguste. *Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société*. Paris: L'Harmattan, 2001.

LE GOFF, Jaques & NORA, Pierre. *História – novos problemas*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LE GOFF, Jacques. "Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?". In: *Le débat*. Paris, mars-avril 1989, nº 54, pg. 48-53.

LE GOFF, Jacques. *São Luis*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LE GOFF, Jaques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEAL, Elisabete da Costa. *O positivismo, o Partido Republicano Rio-Grandense, a moral e a mulher (1891-1913).* Porto Alegre: PPG-História / UFRGS, 1996 (dissertação de mestrado em História).

LEAL, Elisabete da Costa & GRAEBIN, Cleusa (org). *Revisitando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998.

LENHARO, Alcir. *Nazismo – "a vontade de poder"*. São Paulo: Ática, 1986.

LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história - novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 133-161.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996, p. 141-184.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. “Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da “proteção fraternal” no Brasil”. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Sociedades indígenas & indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ / Marco Zero, 1987, (p. 149-204).

LIMA, Antônio Carlos de Souza. "O governo dos índios sob a gestão do SPI". In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *Histórias dos Índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras / FAPESP, 1992 (pg. 155-172).

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz - poder tutelar e indianidade no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ / Museu Nacional, 1992 (tese de doutorado).

LIMA FILHO, Henrique Espada. “Biografia e microstoria: o uso da biografia na historiografia italiana contemporânea”. In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA*. Belém, v. 12, nº 1/2, 1993, p. 1-11.

LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

LINS, Ivan. *Perspectivas de Augusto Comte*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1965.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

MANDEL, Ernest. *Introdução ao marxismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINI, Maria Luiza. *Sobre o caboclo-camponês: um "gaúcho a pé".* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993 (dissertação de mestrado em Sociologia).

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. In: *Marx*. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (coleção "Os pensadores").

MATOS, Olgária C. F. *Paris 1968 – as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica no Brasil*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

MILLER, Juvenal. *Os professos*. Porto Alegre: Typgrafia Franco & Irmão, 1898.

MOMIGLIANO, Arnaldo. "Historia y biografía". In: FINLEY, Moses (org). *El legado de Grecia - una nueva valoración*. Barcelona: Editorial Grijalbo, s.d.

MOMMSEN, Wolfgang J. *La época del imperialismo – Europa (1885-1918)*. Madrid: Siglo Veintinuo Editores, 1985.

MORALES-MOYA, Antonio "Biografía y narración en la historiografía actual". In: *Acta Salmanticensia - Estudios Históricos y Geográficos*. Salamanca, n.º 84, 1993.

MOREIRA, Igor. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MUNHOZ, Cláudia. *A atuação da Associação Comercial do Rio Grande no contexto político-econômico gaúcho de transição do Império para a República (1881-1892)*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999 (monografia de conclusão do bacharelado em História).

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil (1600-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul – período republicano*. Pelotas: Globo, 1930.

PALATGEAN, Evelyne. "A história do imaginário". In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 291-316.

PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia do século XV aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PARKER, R. A. C. *El siglo XX – Europa (1918-1945)*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1986.

PASSERON, Jean-Claude. “A encenação e o corpus: biografias, fluxos, itinerários, trajetórias”. In: --------. *O raciocínio sociológico: o espaço não-popperiano do racionalismo natural*. Petrópolis: Vozes, 1995, cap. 8.

PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Le positivisme dans le sud du Brésil – la république des *gaúchos*”. In: *Imprévue*, Montpellier, n.º 1 / 2, 1997, p. 133-143.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “O velho / novo positivismo”. In: *Revisitando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998, p. 59-64.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano (Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra. “Esta história que chamam micro”. In: GUAZELLI, Cesar et alii (org). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 209-234.

PETERSEN, Sílvia. “Historiografia positivista e positivismo comtiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica”. In: GRAEBIN, Cleusa & LEAL, Elisabete (org). *Revisitando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998. p. 31-46.

PETIT, Annie & BENSAUDE, Bernadette. “Le féminisme militant d’un auguste phallocrate (Auguste Comte, ‘Système de politique positive’)”. In: *Revue Philosophique*, n.º 3, 1976, p. 293-311.

PETIT, Annie. “La révolution occidentale selon Auguste Comte: entre l’histoire et l’utopie”. In: *Revue de Synthèse*, IVª série, n.º 1, jan.-mar. 1991, p. 21-40.

PETIT, Annie. *Heurs et malheurs du positivisme comtien: philosophie des sciences et politique scientifique chez Auguste Comte et ses premiers disciples (1820-1890)*. Paris: Université Paris I, 1993 (thèse de doctorat d’État).

PETIT, Annie. “Les débats positivistes sur la notion de vie”. In: *Ludus vitalis*, vol. III, n.º 4, 1995, p. 161-193.

PETIT, Annie. “L’héritage du positivisme dans la création de la chaire d’histoire générale des sciences au Collège de France”. In*: Revue d’Histoire des Sciences*, Paris, n.º XLVIII/4, 1995, p. 521-556.

PETIT, Annie. “Du catholicisme au positivisme”. In: *Revue Internationale de Philosophie*, vol. 52, n.º 203, 1/1998, p. 127-155.

PETIT, Annie. “La fondation de la *sociologie*”. In: *Auguste Comte et le positivisme deux siècles après* (Actes du Colloque du 27 au 30 avril 1999). Cartago (Tunísia): Ministère de la Culture / Académie Tunisiènne des Sciences, des Lettres et des Arts, 1999, p. 87-114.

PETIT, Annie. “História de um sistema: o positivismo comtiano”. In: TRINDADE, Hélgio (org). *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, p. 13-47.

PETIT, Annie. “Conflits et renouveau de la psychologie comtienne”. In: BOURDEAU, Michel & CHAZEL, François (dir.). *Auguste Comte et l’idée de science de l’homme*. Paris: L’Harmattan, 2002, p. 85-110.

PEZAT, Paulo Ricardo. *A política indigenista no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul durante a República Velha*. Porto Alegre: Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990 (monografia de conclusão do curso de bacharelado em História, sob a orientação da Profª. Drª. Luíza Kliemann).

PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-grandense e a política indigenista na República Velha*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997 (dissertação de mestrado orientada pela Prof.ª Dr.ª Sandra Jatahy Pesavento).

PEZAT, Paulo Ricardo. “A ortodoxia positivista sul-rio-grandense e a Secretaria de Obras Públicas”. In: LEAL, Elisabete da Costa & GRAEBIN, Cleusa (org). *Revisitando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998, p. 136-148.

PEZAT, Paulo Ricardo. “O Clube Cooperador Positivista Sul-rio-grandense e a propaganda da religião da Humanidade na cidade de Rio Grande (1891-1894)”. In: *Biblos*, Rio Grande, n.º 11, 1999, p. 107-117.

PEZAT, Paulo Ricardo. “Juvenal Miller e a difusão do positivismo nos primórdios da República”. In: ALVES, Francisco das Neves (org). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999, p. 187-194.

PEZAT, Paulo Ricardo & LEAL, Elisabete da Costa. *Capela Positivista de Porto Alegre: acervo bibliográfico, documental e iconográfico*. Porto Alegre: Fumproarte - Secretaria Municipal de Cultura / Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS, 1996.

PEZAT, Paulo Ricardo & LEAL, Elisabete da Costa. “La propagande de la religion de l’Humanité dans le sud du Brésil”. In: *Imprévue*, Montpellier, n.º 1 / 2, 1997, p. 145-161.

PEZAT, Paulo Ricardo & LEAL, Elisabete da Costa. “A Capela Positivista de Porto Alegre e seu acervo”. In: *Anos 90,* Porto Alegre, n.º 11, julho de 1999, p. 172-185.

PLEKHANOV. “O papel do indivíduo na história”. In: -----. *Reflexões sobre a história*. Lisboa: Editorial Presença, 1976, p. 113-174.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REVEL, Jacques. “A história ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 7-37.

REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994 (tomo 1).

ROBIN, Régine. “Literatura y biografía”. In: *Historia y fuente oral*. Barcelona, nº 1, 1989, p. 73-90.

RODRIGUEZ, Ricardo Velez. *Castilhismo – uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

ROMERO, José Luis. “La biografía como tipo historiográfico”. In: *La vida histórica*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1988.

ROSA, Othelo. *Júlio de Castilhos – perfil biographico e escriptos políticos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928.

ROURE, Agenor de. *A Constituinte republicana*. 2ª ed. Brasília: Editora UnB / Senado Federal, 1979 (2 vol).

RÜCKERT, Aldomar. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul (1827-1931)*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

QUEIROZ, Maria Luiza. “Nupcialidade em Rio Grande nos séculos XVIII e XIX”. in: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (org). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: Editora da FURG, 1995, p. 49-58.

SCHMIDT, Benito Bisso. “O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação”. In: *Anos 90*. Porto Alegre, nº 6, dezembro de 1996, p. 165-192.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945).* Porto Alegre: Dissertação de mestrado em História - UFRGS, 1996.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, nº 19, 1997, p. 3-21.

SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

SILVA, José Luís Werneck da (org). *O feixe e o prisma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. “A greve geral de 1917 em Porto Alegre”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n.º 5, julho 1996, p. 183-205.

SIMONIAN, Ligia. *Terra de posseiros - um estudo sobre as políticas de terras indígenas*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Museu Nacional, 1981 (dissertação de mestrado).

SIMONIAN, Ligia (org.). *A defesa das terras índigenas - uma luta de Moyses Westphalen.* Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana / FIDENE, 1980.

SOARES, Mozart Pereira. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: AGE / Editora da UFRGS, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SPONCHIADO, Breno. *O positivismo e a colonização do norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História / PUCRS, 2000 (dissertação de mestrado).

STONE, Lawrence. “El resurgimiento de la narrativa: reflexiones acerca de una nueva y vieja historia”. *In: -------. El pasado y el presente*. Mexico: FCE, 1986. p. 95-120.

SZALUTA, Jacques. *La psychohistoire*. Paris: PUF, 1987.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo*. Pelotas: Editora da UFPel, 1995.

TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

TRINDADE, Hélgio. "O jacobinismo castilhista e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul". In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: UFRGS, 1986-1990, vol. XIV, p. 96-106.

TRINDADE, Hélgio (org). *Positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. "História das mentalidades e história cultural". In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida.* Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.

VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à crise (1945-1990)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1990.

WARTELLE, Jean-Claude. *L'héritage d'Auguste Comte: Histoire de l'Église Positiviste (1849-1946)*. Paris: L'Harmattan, 2001

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

ZAGONEL, Carlos Albino. *Imigração italiana – capuchinhos de Sabóia e seu contributo à Igreja do Rio Grande do Sul (1895-1915)*. Porto Alegre: EST / Sulina, 1975.

ZWEIG, Stefan. *Erasmo de Rotterdam*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.

ZWEIG, Stefan. *Maria Antonietta*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1936.